

COLLECCÃO

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1866.

TOMO XXIX.



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA NACIONAL,

Rua da Guarda Velha.

1866.

INDICE

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DE

1866.

	Pags.
N. 1. — FAZENDA. — Em 2 de Janeiro de 1866. — O Conselho de Estado não toma conhecimento dos recursos que lhe são dirigidos sem que sejam assignados por Advogados do mesmo Conselho.....	1
N. 2. — FAZENDA. — Circular de 2 de Janeiro de 1866. — Resolve uma duvida da Recebedoria da Côte sobre a validade de uns titulos de liquidação de sociedade e partilha, passados no Consulado Geral de França.....	2
N. 3. — GUERRA. — Em 3 de Janeiro de 1866. — Instrucções expedidas pelo Ministerio da Guerra sobre a organização das Companhias de Operarios Militares.....	4
N. 4. — FAZENDA. — Em 4 de Janeiro de 1866. — Declara á Thesouraria de Mato Grosso, que não deve conceder licenças a negociantes para continuarem a sua escripturação em livros que já tenham servido para a de outras firmas.....	40

	Pags.
N. 5. — FAZENDA. — Em 4 de Janeiro de 1866. — Declara, á vista da Imperial Resolu- ção de Consultá de 13 de Dezembro último, que o contracto celebrado pelo Governo com a Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II, em virtude do Decreto n.º 3503 de 10 de Julho do anno passado, não está sujeito ao sello pro- porcional.....	40
N. 6. — FAZENDA. — Em 5 de Janeiro de 1866. — Trata do processo de apprehensão de uma chalana com mercadorias, que fôra annullado por ter sido illegal o pro- cedimento da Repartição apprehensora.	11
N. 7. — FAZENDA. — Em 5 de Janeiro de 1866. — Os Despachantes não devem ser admit- tidos a assignar termo de responsabi- lidade pelos direitos de exportação...	12
N. 8. — FAZENDA. — Em 8 de Janeiro de 1866. — Confirma a decisão do Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Norte, que não approvou a designação feita pelo da Alfandega do 2.º Conferente res- pectivo para substituir o 1.º, e de um Official de Descarga para servir de 2.º Conferente.....	13
N. 9. — JUSTIÇA. — Em 8 de Janeiro de 1866. — A' Illm.ª Camara Municipal da Côte. — Resolve duvidas sobre a Circular de 14 de Novembro de 1865, a respeito de prisões por infracção de posturas....	14
N. 10. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 8 de Janeiro de 1866. — Revoga a prohibição existente de fa- zer-se construcções no Morro do Cas- tello.....	14
N. 11. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 8 de Janeiro de 1866. — Declara que a permuta das acções da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II por Apolices da Divida Publica não está sujeita a pagamento de sello.	15
N. 12. — FAZENDA. — Em 9 de Janeiro de 1866. — Aos Procuradores Fiscaes incumba a fiscalização das despezas feitas por conta dos cofres publicos.....	16

- N. 43. — FAZENDA. — Em 10 de Janeiro de 1866.
— Nega o despacho livre de direitos
para uns sinos vindos da Europa com
destino ao Mosteiro de S. Bento de
Olinda, por não serem objectos proprios
e exclusivos do Culto Divino..... 46
- N. 44. — FAZENDA. — Em 10 de Janeiro de 1866.
— Responde a uma consulta do Presi-
dente do Banco do Brasil, concernente
à verificação da legitimidade dos pos-
suidores de acções caucionadas, para
poderem ser considerados accionistas
nas reuniões da respectiva assembléa. 47
- N. 45. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — Circular em 10 de Janeiro
de 1866. — Manda despedir das obras
que são executadas por conta deste Mi-
nisterio todo o pessoal escravo..... 49
- N. 46. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — Em 10 de Janeiro de 1866. —
Circular aos Presidentes das Provincias
maritimas ácerca da transmissão das
noticias telegraphicas..... 49
- N. 47. — FAZENDA. — Em 12 de Janeiro de 1866.
— Determina que, por parte da Alfân-
dega, não se ponha obstaculo ao bote
da Repartição dos telegraphos, quando
tenha de ir a bordo dos navios em serviço
da mesma, e da Agencia de colonisação. 20
- N. 48. — FAZENDA. — Em 12 de Janeiro de 1866.
— No abono das diarias de caminho e
estada aos empregados do Juizo dos
Feitos devem ser observadas as dispo-
sições do Regimento de 10 de Outubro
de 1754 e Instrucções de 28 de Abril
de 1851, que continuão em vigor, apesar
do Regulamento de 29 de Setembro de
1855..... 21
- N. 49. — GUERRA. — Aviso de 12 de Janeiro
de 1866. — Approva a deliberação de
mandar-se abonar a importancia integral
de bestas de bagagem de companhias
aos respectivos Officiaes; não ficando,
por isso, estabelecido precedente para
casos semelhantes..... 22

	Pags.
N. 20. — GUERRA. — Aviso de 42 de Janeiro de 1866. — Autorizando sacar sobre o Thesouro Nacional as quantias necessarias para pagamento das despesas á cargo do Consulado do Brasil em Montevideo, e providenciando ácerca da maneira de fiscalizar as mesmas.....	22
N. 21. — GUERRA. — Circular de 43 de Janeiro de 1866. — Determinando em virtude da Imperial Resolução de 23 de Dezembro ultimo, que o preço da farinha, devida ás praças reformadas, é fixo e regulado pelo que corria á data da reforma.	23
N. 22. — FAZENDA. — Em 43 de Janeiro de 1866. — Declara á Presidencia da Bahia não ter sido tomado em consideração, pelos motivos que menciona, o requerimento da Caixa Reserva Mercantil pedindo approvação da reforma de algumas disposições dos seus estatutos; e manda advertir a assembléa geral da dita Instituição pela falta que commetteu de mandar executar essa reforma antes de ser approvada pelo Governo.....	24
N. 23. — FAZENDA. — Em 43 de Janeiro de 1866. — Declara que o termo do recurso das decisões dos Inspectores das Alfandegas corre do dia da intimação, não bastando a publicação do despacho no livro da porta.....	25
N. 24. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 43 de Janeiro de 1866. — Communica á Commissão da Praça do Commercio as providencias tomadas relativamente ao serviço da transmissão das noticias telegraphicas.	26
N. 25. — FAZENDA. — Em 45 de Janeiro de 1866. — Trata do recurso interposto para o Conselho de Estado pela Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, da decisão deste Ministerio, que mandou glosar diversas quantias nas contas pela mesma apresentadas — de fretamento de dous vapores e transporte de tropas.....	28
N. 26. — GUERRA. — Aviso de 45 de Janeiro de 1866. — Declarando quaes os venci-	

	Pags.
mentos á que tem direito José Florindo Torres de Albuquerque, 1.º Escripturario da Alfandega da Córte em serviço no Exercito como Capitão do 4.º Batalhão de Voluntarios da Patria, visto ter-lhe sido permittido optar pelos do primeiro dos mencionados lugares.....	29
N. 27. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1866. — Declara que no caso de não ter uma Parochia senão os eleitores especiaes de Senador, devem concorrer á eleição dos membros da Assembléa Provincial os mesmos eleitores, já reconhecidos, das diversas Parochias de que foi desmembrada aquella, como se tal desmembração não existisse.....	29
N. 28. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1866. — Approva a decisão, pela qual o Presidente da Provincia de Minas Geraes declarou ao 1.º Juiz de Paz da Parochia do Parahybuna que, visto dever elle, na qualidade de eleitor, comparecer no collegio eleitoral por occasião da eleição dos membros da Assembléa Provincial, cumpria-lhe passar a presidencia da Junta de Qualificação ao seu substituto, se por ventura esta ainda se achasse nos seus trabalhos quando se reunisse o mesmo collegio.....	30
N. 29. — FAZENDA.— Em 19 de Janeiro de 1866. — Papel sellado exposto á venda por um particular, sem a necessaria autorização.....	31
N. 30. — FAZENDA.— Em 19 de Janeiro de 1866. — Declara que fica extensiva a disposição da Portaria de 23 de Outubro de 1854, em sua condição 2.ª, ás mercadorias transportadas de Pernambuco e Bahia, com destino ao Rio da Prata, pelos paquetes da Companhia — Messageries Imperiales.....	32
N. 34. — FAZENDA.— Em 19 de Janeiro de 1866. — Aforamento de marinhbas irregular e indevidamente feito pela Camara Municipal de Cabo Frio.....	33

- N. 32. — JUSTIÇA. — Em 19 de Janeiro de 1866. —
Remette o Aviso do Ministerio dos Ne-
gocios Estrangeiros de 23 de Dezembro
do anno passado, providenciando sobre
inventarios feitos nos Consulados das
nações signatarias das Convenções Con-
sulares, e pendentes ao tempo, em que
expedio-se o Aviso de 17 de Junho de
1865..... 33
- N. 33. — GUERRA. — Circular de 19 de Janeiro
de 1866. — Mandando observar o dis-
posto nas Instrucções de 24 de Julho
de 1857, na parte relativa á passagens
das familias dos Officiaes por conta do
Estado..... 34
- N. 34. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1866.
— Manda pagar a uma viuva de militar,
sob fiança, o meio soldo que lhe com-
petir, marcando-se-lhe prazo para a
habilitação..... 35
- N. 35. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1866.
— Approva a deliberação da Thesoura-
ria do Rio Grande do Norte, de per-
mittir o embarque de generos nacionaes
para fóra do paiz no porto de Guarapes,
sem a prévia exhibição do despacho
processado na Alfandega, observando-
se, porém, as clausulas que indica... 35
- N. 36. — JUSTIÇA. — Em 22 de Janeiro de 1866.
Aviso Circular de 22 de Janeiro de 1866.
— Firma a intelligencia do art. 10 da
Convenção Consular de 9 de Fevereiro
de 1863..... 36
- N. 37. — FAZENDA. — Em 23 de Janeiro de 1866.
— Sobre a taxa de Juros de uma letra
mercantil assignada em caução de di-
reitos..... 37
- N. 38. — FAZENDA. — Em 23 de Janeiro de 1866.
— Permite que o Escrivão de Orphãos
faça sellar por estampilha os termos
de juramento autographados..... 38
- N. 39. — FAZENDA. — Em 24 de Janeiro de 1866.
— Restituição de siza paga por compra
em hasta publica de bens immoveis,
obrigados á Fazenda Provincial pela

	Pags.
fiança de um de seus rendeiros, e á mesma adjudicados em execução fiscal.	38
N. 40. — FAZENDA.—Em 24 de Janeiro de 1866. —Observa que no termo de arrematação dos bens de que trata a Ordem ante- cedente, omittio-se a declaração do mo- tivo por que não se pagou siza.....	39
N. 41. — FAZENDA.—Circular de 23 de Janeiro de 1866.—Instrucção sobre o abono de ajudas de custo aos Empregados de Faz- enda e pessoas de suas familias.....	40
N. 42. — FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1866. —A visita ás embarcações por parte da Alfandega só deverá ser feita depois das de Saude e Policia.....	41
N. 43. — FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1866. —Indefere um recurso interposto da decisão da Alfandega da Côte, que su- jeitou ao pagamento de armazenagem um volume com joias, demorado na mesma Repartição pelo successo da fal- lencia, não só dos consignatarios, como dos negociantes que para aqui o expor- tâção.....	41
N. 44. — FAZENDA.—Em 29 de Janeiro de 1866. —Ordem ao Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas que, a res- peito dos vencimentos do Thesoureiro interino da mesma, observe a ordem n.º 484 de 17 de Outubro de 1862; e que declare ao Thesoureiro effectivo que a elle compete a nomeação do Fiel, a qual deve ser approvada pelo Presidente da Provincia.....	42
N. 45. — FAZENDA.—Em 29 de Janeiro de 1866. —Trata do despacho de duas caixas com mercadorias, em que deu-se a circumstancia de só mencionar a nota respectiva as mercadorias contidas em uma das caixas.....	43
N. 46. — IMPERIO.—Em 29 de Janeiro de 1866. —Declara que os voluntarios da Patria, alistados no Exercito, estão comprehen- didos na regra do final do art. 47 da Lei de 19 de Agosto de 1846, para serem incluidos na lista da qualificação de vo-	

	Pags.
tantes ao tempo da formação da res- pectiva Junta.....	44
N. 47. — FAZENDA.—Em 30 de Janeiro de 1866. Determina o procedimento a seguir-se, quando os locatarios de predios per- tencentes ao dominio do Estado, ou sob a administração da Fazenda, não satisfizerem no devido tempo a renda ou aluguel vencido....	44
N. 48. — GUERRA.—Circular de 30 de Janeiro de 1866.—Declarando que aos Instructo- res de Cavallaria e Infantaria competem vantagens geraes, embora individual- mente se lhes tenham abonado outras.	45
N. 49. — FAZENDA.—Em 31 de Janeiro de 1866. —Provimento de um recurso sobre multa imposta pela Alfandega de Mato Grosso ao Commandante do vapor <i>Marquez de Olinda</i> , em cujo processo foram prete- ridas diversas formalidades.....	46
N. 50. — JUSTIÇA.—Em 31 de Janeiro de 1866. —Aviso circular de 31 de Janeiro de 1866.—Decide que podem servir no mes- mo Termo dous irmãos, um como Juiz de Direito, e outro como Juiz Municipal supplente.....	48
N. 51. — GUERRA.—Circular de 3 de Fevereiro de 1866.—Exigindo uma nota exacta da importancia das despezas feitas com a guerra contra a Republica do Paraguay.	48
N. 52. — GUERRA.—Circular de 3 de Feve- reiro de 1866.—Determinando, em vir- tude do disposto nos arts. 49, 77 e 78 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, que aos Officiaes do Exercito em- pregados na Guarda Nacional como Che- fes de Estado-Maior, Majores e Ajudantes se abone o soldo pelo Ministerio da Guerra, visto como a Circular de 4 de Julho do anno passado não tem appli- cação a casos previstos em Leis.....	49
N. 53. — GUERRA.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1866.—Designando os vencimentos e graduações dos Officiaes das Repar- tições de Fazenda do 2.º Corpo de Exer- cito em operações.....	50

	Pags.
N. 54. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1866. — Sobre a meia siza exigida pela Alfandega do Pará da compra do brigue inglez <i>Prospero</i> para o serviço da Republica do Perú.	51
N. 55. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1866. — Declara não approvada a suspensão do Thesoureiro da Thesouraria do Amazonas; por ter-se recusado ao desempenho de obrigações proprias do Porteiro; mas que deve elle ser advertido por outras faltas que commetteu.	51
N. 56. — FAZENDA. — Em 6 de Fevereiro de 1866. — Sobre contractos de alienação de bens celebrados por corporações regulares, sem licença do Governo.	52
N. 57. — FAZENDA. — Em 7 de Fevereiro de 1866. — Nega provimento a um recurso sobre multa de direitos dobrados por differença de quantidade em um despacho de caixas com porcellanas.	53
N. 58. — FAZENDA. — Em 7 de Fevereiro de 1866. — Os Thesoueiros das Alfandegas onde não ha Fieis, não podem nomear Prepostos a seu arbitrio; sendo que a substituição de taes empregados acha-se regulada pelo art. 88 § 3.º combinado com o art. 65 § 2.º do Regulamento de 49 de Setembro.	54
N. 59. — FAZENDA. — Em 7 de Fevereiro de 1866. — Recurso da decisão da Alfandega da Côte a respeito de um fardo de chitas submettidas a despacho, por chitas em retalhos.	55
N. 60. — GUERRA. — Consulta de 7 de Fevereiro de 1866. — Consulta das Secções de Guerra e Marinha e de Fazenda do Conselho de Estado, sobre a pretensão de João Augusto Esteves da Silveira, Domingos Tiburcio de Menezes e Tito Vespaziano Cajueiro de Campos, estes Amaluenses e aquelle Escrivão do extincto Hospital militar da Provincia da Bahia, os quaes pedem ficar addidos ao Arsenal de Guerra da mesma Provincia,	

	até que voltem ao exercício de suas funções.....	57
N. 61.	— GUERRA. — Em 7 de Fevereiro de 1866. — Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre a trasladação da Colonia Militar do Jatahy para a margem esquerda do Paranapa- nema, sob a nova denominação de Co- lonia Militar do Riachuelo.....	62
N. 62.	— GUERRA. — Aviso de 8 de Fevereiro de 1866. — Designando os vencimentos, que devem ser abonados ao Comman- dante e mais Officiaes do Deposito de Aprendizes artilheiros, estabelecido na Praia Vermelha.....	64
N. 63.	— FAZENDA. — Em 9 de Fevereiro de 1866. — Recommenda o exacto cumpri- mento de disposições relativas aos de- vedores da Fazenda, que alcanção solver seus debitos por prestações.....	65
N. 64.	— FAZENDA. — Em 9 de Fevereiro de 1866. — Dá provimento a um recurso sobre direitos de consumo e addicio- naes de 400 pipas vasias, que daqui forão para a Bahia, attenta a disposição da Circular de 30 de Outubro do anno passado.....	66
N. 65.	— FAZENDA. — Em 9 de Fevereiro de 1866. — Resolve sobre um caso de so- negação do imposto de siza.....	66
N. 66.	— GUERRA. — Em 10 de Fevereiro de 1866. — Consulta do Conselho Supremo Militar de Justiça, sobre diversos pontos relativos á prescripção de crimes mi- litares.....	68
N. 67.	— JUSTIÇA. — Em 12 de Fevereiro de 1866. — Ao Presidente de Pernambuco. — Decide que não procedeu bem o Pre- sidente da Relação dessa Provincia, dei- xando de submeter ao Tribunal a de- cisão de um conflicto de jurisdicção, sob o fundamento de já ter sido resol- vida a questão por provimento dado a um aggravo.....	71
N. 68.	— FAZENDA. — Em 14 de Fevereiro de 1866. — Declara não sujeito ao sello o	

	Pags.
saldo liquido em conta corrente que, embora assignada pelo credor, não esteja igualmente pelo devedor.....	72
N. 69. — GUERRA. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1866. — Declarando que os Medicos e Capellães do Exercito não tem direito ao fornecimento de velas, e bem assim como se deve effectuar o mesmo fornecimento.....	73
N. 70. — GUERRA. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1866. — Mandando abonar uma gratificação para despezas do expediente aos Chefes das Repartições do Ajudante e Quartel Mestre General do 4.º Corpo de Exercito em operações.....	73
N. 71. — GUERRA. — Aviso de 16 de Fevereiro de 1866. — Marcando as vantagens, que devem perceber o Commandante Geral e mais Officiaes das Companhias de operarios.....	74
N. 72. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 16 de Fevereiro de 1866. — Approva as Instruções para a proxima futura exposição.....	74
N. 73. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Fevereiro de 1866. — Aos Presidentes de Provincia. — Decide que, nos termos reunidos em que ha supplentes, na fórma do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843, sob a jurisdição de um só Juiz Municipal, não póde servir como supplente seu irmão ou cunhado.....	79
N. 74. — FAZENDA. — Em 19 de Fevereiro de 1866. — Indeferimento do recurso de um empregado do Tribunal do Commercio, relativo ao pagamento do respectivo ordenado durante o tempo em que servio como Escrivão de Appellações, aggravos e Protestos de Letras..	80
N. 75. — JUSTIÇA. — Circular em 20 de Fevereiro de 1866. — Declara desde quando devem ser pagos de seus vencimentos os Empregados do Ministerio da Justiça.....	81
N. 76. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 21 de Fevereiro	

	Pags.
de 1866.— Sobre as isenções do serviço da Guarda Nacional para os empregados da estrada de ferro de D. Pedro II...	81
N. 77. — GUERRA. — Em 21 de Fevereiro de 1866.— Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre o requerimento, em que o Tenente Coronel Egas Moniz Tello de Sampaio reclama contra sua transferencia para o Corpo de Estado Maior de 2. ^a classe, e preterições que tem soffrido.....	82
N. 78. — FAZENDA.— Em 22 de Fevereiro de 1866.— Explica os arts. 299 §§ 2. ^o e 4. ^o , 545 § 2. ^o , e 556 do Regulamento das Alfandegas.....	84
N. 79. — FAZENDA. — Em 24 de Fevereiro de 1866.— Providencia para a restituição da importancia de uma multa fiscal, de que a parte obteve perdão por Decreto de 4 de Novembro de 1863.....	86
N. 80. — GUERRA.— Consulta de 24 de Fevereiro de 1866.— Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre a reclamação que fez o Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes contra a sua transferencia para o Corpo de Estado Maior de 2. ^a Classe.....	86
N. 81. — FAZENDA.— Em 26 de Fevereiro de 1866.— O Thesoureiro interino não tem, como o effectivo, a faculdade de designar substituto.....	93
N. 82. — FAZENDA.— Em 26 de Fevereiro de 1866.— Provimento de um recurso sobre revalidação do sello de uma arrematação de escravos, da qual não se expedira titulo.....	94
N. 83. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Fevereiro de 1866.— Ao Juiz de Direito da 2. ^a Vara Criminal da Corte.—Decide que a questão acerca do julgamento dos crimes de abuso de liberdade de imprensa não compete ao Poder Executivo, e sim á jurisprudencia dos Tribunaes.....	95
N. 84. — GUERRA.— Aviso de 27 de Fevereiro de 1866.— Declarando que a accumulção de pensões de aposentadorias com	

	Pags.
os vencimentos de membros das Juntas de Justiça não é prohibida por Lei..	95
N. 85. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Fevereiro de 1866. — Ao Presidente do Maranhão. — Declara que não compete ao Poder Executivo decidir duvidas sobre a execução do art. 195 do Código Criminal.....	96
N. 86. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Fevereiro de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que o art. 469 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 falla unicamente de custas do Escrivão nos processos, em que são condemnados réos pobres, sem distincção destes ou daquelles actos.....	96
N. 87. — JUSTIÇA. — Circular de 27 de Fevereiro de 1866. — Aos Presidentes de Provincia. — Decide que a industria typographica é livre aos nacionaes e estrangeiros..	97
N. 88. — FAZENDA. — Em 27 de Fevereiro de 1866. — Reconhece o direito dos Empregados do Juizo dos Feitos de Pernambuco á porcentagem de uma quantia que em rateio coube á Fazenda, como credora chyrographaria de uma casa fallida.....	98
N. 89. — FAZENDA. — Em 28 de Fevereiro de 1866. — Dá provimento a um recurso sobre multa de direitos dobrados por differenças encontradas em 37 caixas de calçado; e observa que não se deve permittir a reunião das differenças achadas em diversos volumes para o fim de elevar a dos direitos a 50 ou mais por cento.....	100
N. 90. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Fevereiro de 1866. — Ao Presidente do Rio Grande do Sul. — Declara que não compete ao Poder Executivo decidir duvidas sobre o julgamento do crime de infanticidio.	101
N. 91. — FAZENDA. — Em o 4.º de Março de 1866. — Declara que os manifestos de navios de cabotagem, expedidos pelas Mesas de Rendas, devem ser formulados á vista dos conhecimentos de carga,	

- guias e despachos, nos termos da Portaria de 23 de Novembro ultimo..... 402
- N. 92. — FAZENDA.—Em 2 de Março de 1866.—
Remissão do imposto de lojas concedida ao dono de um escriptorio commercial, visto que este se incendiára. 402
- N. 93. — FAZENDA.—Em 2 de Março de 1866.—
Sobre a cobrança do sello de um contracto celebrado pelo Thesouro Provincial do Pará com a Typographia do *Jornal do Amazonas*, para a impressão das leis da Província..... 403
- N. 94. — FAZENDA.—Em 2 de Março de 1866.—
Da etapa que se abona aos militares não se deve cobrar sello, nem direitos... 404
- N. 95. — FAZENDA.—Em 3 de Março de 1866.—
Trata de uma ordem da Presidencia de Sergipe, mandando, sob sua responsabilidade, despachar e entregar, livres dos direitos de expediente, objectos que dos mesmos erão isentos..... 404
- N. 96. — JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Março de 1866.—Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte.—Declara que os navios não são objectos de hypotheca e registro, de que trata a Lei hypothecaria..... 405
- N. 97. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 6 de Março de 1866.—
Recommenda á Companhia City Improvements que trate de remover os defeitos que se dão no systema de esgotos. 406
- N. 98. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 6 de Março de 1866.—
Sobre a construcção da estrada de ferro que da Freguezia da Escada vai ter á estação do Rio Grande..... 407
- N. 99. — FAZENDA.—Em 6 de Março de 1866.—
Indeferimento de um recurso de Aranaça, Filho & C.^ª, versando sobre indemnização de prejuizos que allegarão ter soffrido com a apprehensão de 200 barris de vinho, a qual foi julgada improcedente..... 408
- N. 100. — FAZENDA.—Em 7 de Março de 1866.—
Nega provimento a um recurso sobre

	aprehensão, feita pelo Correio, de pe- rolas e brilhantes importados dentro de cartas.....	409
N. 101.	— FAZENDA. — Em 8 de Março de 1866. — Declara que o vapor <i>S. José</i> , de pro- priedade de Mesquita & C. ^a , accito pelo Governo para substituir o vapor <i>Pirahy</i> no serviço da navegação para Santos, deve gozar dos privilégios de Paquete.	410
N. 102.	— FAZENDA. — Em 8 de Março de 1866. — Declara que a expressão — assucar em bruto — da tabella n.º 11 annexa ao Regu- lamento das Alfândegas, comprehende todas as qualidades de assucar desde o mascavo não purgado até o branco, exceptuando-se unicamente o refinado.	411
N. 103.	— FAZENDA. — Em 8 de Março de 1866. — Sobre o despacho de um altar, duas imagens e um tapete importados com destino á Capella Episcopal, e Matriz de Guaran no Pará.....	412
N. 104.	— JUSTIÇA. — Aviso de 8 de Março de 1866. — Ao Presidente da Relação da Côrte. — Declara que só por Lei expressa póde ser estabelecida incompatibilidade entre o officio de advogado, e o cargo de Empregado Publico.....	412
N. 105.	— FAZENDA. — Em 8 de Março de 1866. — Os Inspectores das Alfândegas podem remover de uns para outros armazens os Fieis respectivos; não porém encar- regal-os de serviço estranho aos seus lugares.....	413
N. 106.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 8 de Março de 1866. — Approva as Instruções para a Exposição de machinas,apparelhos e instrumentos fabricados fóra do paiz.	414
N. 107.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 9 de Março de 1866. — Trata da approvação dos planos para latrinas e mijadouros publicos.....	416
N. 108.	— GUERRA. — Em de 10 de Março de 1866. — Declara que as licenças de favor se achão prohibidas, na fórma do De- creto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866.	

	Pags.
e que só nos casos estabelecidos no mesmo Decreto se podem conceder licenças com soldo e etapa.....	117
N. 409. — FAZENDA. — Circular de 40 de Março de 1866. — Manda comprehender o fumo e o chá de produção nacional na Tabella n.º 44 do Regulamento das Alfandegas...	118
N. 440. — FAZENDA. — Em 42 de Março de 1866. — Permite á Companhia Americana de paquetes a vapor transportar de uns para outros portos do Imperio, da sua escala, mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, e as nacionaes designadas nas tabellas n.ºs 40 e 44 do Regulamento das Alfandegas.....	118
N. 444. — FAZENDA. — Em 43 de Março de 1866. — Trata de um recurso sobre multa imposta pela Alfandega do Maranhão, e do facto de admittir-se alli, para base do calculo dos direitos de algumas mercadorias, unidade differente da estabelecida pela Tarifa.....	119
N. 442. — FAZENDA. — Circular de 43 de Março de 1866. — Determina que o vapor <i>Telegrapho</i> seja considerado transporte de guerra.....	120
N. 443. — FAZENDA. — Em 44 de Março de 1866. — Declara ao Consul do Brasil em Marselha, que a pretensão da casa commercial de Noilly, Prat & C. ^a relativa ao vinho de Vermouth, quando fosse procedente, só podia ser attendida pelo Corpo Legislativo.....	120
N. 444. — GUERRA. — Em 44 de Março de 1866. — Declara que á vista das disposições do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866 não póde ser approvada a licença de tres mezes, que se concedera ao Capitão reformado Pedro Moniz Telles de Menezes em prorrogação da que lhe foi concedida para tratar de sua saude.....	121
N. 445. — GUERRA. — Em de 47 de Março de 1866. — Declara que um Voluntario da Patria não póde ser admittido na classe dos soldados particulares, porque exer-	

	Pags.
cendo seu pai emprego provincial não goza de representação equivalente á Official de patente.....	122
N. 416. — FAZENDA. — Em 47 de Março de 1866. — A Lei de 9 de Dezembro de 1830 tambem comprehende as locações ou arrendamentos, por prazo determinado ou indeterminado.....	123
N. 417. — FAZENDA. — Circular de 47 de Março 1866. — Manda cumprir o Aviso do Ministerio da Guerra abaixo transcripto sobre o abono ás familias dos militares, que se achão em campanha, das quantias que por estes lhes são enviadas.	123
N. 418. — JUSTIÇA. — Aviso de 49 de Março de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que não compete ao Poder Executivo tomar conhecimento dos provimentos em correição, senão quando versão sobre materia administrativa, como declarou o Decreto n.º 4884 de 7 de Fevereiro de 1857...	124
N. 419. — JUSTIÇA. — Aviso de 49 de Março de 1866. — Ao Presidente de Minas Geraes. — Declara que, occorrendo o impedimento do Juiz de Direito no acto da correição, deve elle adia-la para ser continuada no dia que designar.....	125
N. 420. — GUERRA. — Circular de 49 de Março de 1866. — Declara que os Avisos sobre licenças, ou qualquer outro objecto, só deverão ter execução depois de pagos os respectivos emolumentos ou direitos na Repartição competente.....	126
N. 421. — FAZENDA. — Em 20 de Março de 1866. — Fixa a indemnização que tem de pagar os que pretenderem o aforamento dos terrenos do caes da Lapa á Gloria, pelos aterros ali feitos.....	127
N. 422. — JUSTIÇA. — Em 20 de Março de 1866. — Declara que o título vitalicio de Tabellião das Hypothecas deve ser mantido, não obstante a suppressão dos outros officios exercidos pelo mesmo serventuario.....	127

	Pags.
N. 123. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Março de 1866. — Fixa o pessoal e marca os vencimentos dos empregados da estrada de ferro de D. Pedro II.	128
N. 124. — GUERRA. — Em 21 de Março de 1866. — Estabelece a regra, que se deve observar ácerca da remessa dos conhecimentos, relativos a quantias recolhidas aos cofres das Pagadorias Militares...	129
N. 125. — GUERRA. — Em 22 de Março de 1866. — Declara quaes os vencimentos, que competem a um Cirurgião-Mór de Brigada, na forma do disposto na 6.ª observação da tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857.	130
N. 126. — FAZENDA. — Em 23 de Março de 1866. — Indeferimento de um recurso de reclamação sobre qualidade de mercadorias, depois de pagos os direitos..	130
N. 127. — FAZENDA. — Em 23 de Março de 1866. — Sobre a competencia do Procurador Fiscal da Thesouraria de Pernambuco para intervir em uma questão de transferencia de marinhãs, e modo por que o devia ter feito	131
N. 128. — FAZENDA. — Em 23 de Março de 1866. — Recurso sobre imposição de multa de direitos dobrados, por differença de quantidade em um despacho de caixas com passas.	132
N. 129. — FAZENDA. — Em 24 de Março de 1866. — Providencia para serem despachados com toda a brevidade, livres de direitos, os objectos pertencentes a colonos, de que trata o art. 512 §§ 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento das Alfandegas.	133
N. 130. — GUERRA. — Em 25 de Março de 1866. — Declara que a faculdade para conceder substituição ou isenção em tempo de guerra só compete ao Governo Imperial.	133
N. 131. — FAZENDA. — Em 26 de Março de 1866. — Revolve uma consulta do Collector de Petropolis relativamente ao imposto da dizima.	134

	Pags.
N. 132. — FAZENDA. — Em 26 de Março de 1866. — Indeferimento de um recurso sobre apprehensão de mercadorias encontra- das em fundos falsos de tres bahús, pertencentes á bagagem de um passa- geiro do paquete <i>Navarre</i>	435
N. 133. — FAZENDA. — Em 26 de Março de 1866. — Providencias para a cobrança pela Repartição da Fazenda dos emolumentos que, antes do Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, erão cobrados na Secretaria do Ministerio da Guerra....	137
N. 134. — FAZENDA. — Em 27 de Março de 1866. — Não ha inhibição legal de se poder sacar, accitar e endossar letras por meio de differentes procuradores, ou de um só com mandato colectivo.....	438
N. 135. — GUERRA. — Em 27 de Março de 1866. — Declara como se deve proceder a res- peito da deducção da quota para sus- tento das praças das companhias de operarios militares.....	439
N. 136. — FAZENDA. — Em 28 de Março de 1866. — Sobre o facto de se ter reconhecido como Pensionista do Estado a viuva de um Official reformado em Março de 1839.	440
N. 137. — FAZENDA. — Em 31 de Março de 1866. — As filhas naturaes tem direito á per- cepção do montepio da Marinha.....	444
N. 138. — GUERRA. — Em 2 de Abril de 1866. — Dá providencias sobre o modo por que devem ser feitos os fornecimentos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre..	442
N. 139. — GUERRA. — Em 3 de Abril de 1866. — Declara quaes as attribuições, que tem os Commandantes das Armas sobre as com- panhias de operarios, creadas pelo De- creto n.º 3555 de 9 de Dezembro do anno proximo passado.....	443
N. 140. — FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1866. — Trata de uma representação de varios negociantes da Bahia contra o exces- sivo rigor da fiscalização exercida pela Alfandega da dita Província sobre as caixas de assucar.....	443

	Pags.
N. 141. — FAZENDA. — Em 5 de Abril de 1866. — Crêa uma Commissão, composta de em- pregados das Alfandegas, para organizar a estatística do commercio e navegação do Imperio.....	144
N. 142. — FAZENDA. — Em 5 de Abril de 1866. — Declara constituido o — London Brasi- lian & Mauá Bank limited.....	145
N. 143. — FAZENDA. — Em 5 de Abril de 1866. — Rejeita o fiador offerecido pelo Secre- tario da caixa da estrada de ferro por ser possuidor de bens emphyteuticos, mas em commun, caso em que não se pôde verificar a hypotheca legal..	146
N. 144. — GUERRA. — Em 6 de Abril de 1866. — Determina que se evite a remessa de homens inuteis para o serviço de guerra.	147
N. 145. — GUERRA. — Em 7 de Abril de 1866. — Declara quaes as vantagens, que com- petem ao Major reformado enquanto esteve commandando a Guarda Nacional destacada.....	147
N. 146. — GUERRA. — Em 10 de Abril de 1866. — Resolve duvidas, que se suscitárão ácer- ca da execução do Decreto n.º 3499 de 8 de Julho ultimo, que creou as Juntas de Justiça.....	148
N. 147. — FAZENDA. — Em 10 de Abril de 1866. — Adverte a Thesouraria de Goyaz por ter consentido na formação de um processo de divida dos exercícios findos, contra o disposto nas Circulares de 10 de Ju- nho de 1862 e 21 de Setembro de 1863.	149
N. 148. — GUERRA. — Em 12 de Abril de 1866. — Declara quaes as condições, em que o Auditor de Guerra do 2.º Corpo de Exer- cito em operações deve perceber o or- denado simples durante o tempo, em que esteve impedido por doente.....	150
N. 149. — GUERRA. — Em 12 de Abril de 1866. — Declara que as nomeações de Officiaes de Commissão devem ser approvadas pelo Governo Imperial para que possa ter lugar o pagamento dos respectivos vencimentos.....	151

	Pags.
N. 150. — GUERRA. — Em 13 de Abril de 1866. — Declara que os certificados de nacionalidade, passados pelos Agentes Consulares aos seus compatriotas, devem ser respeitados pelas autoridades militares.....	151
N. 151. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1866. — Recurso sobre multa imposta a um Capitão de navio, por demora no ancoradouro de franquia, depois de findo o prazo do art. 340 do Regulamento.	152
N. 152. — GUERRA. — Em 13 de Abril de 1866. — Estabelece a regra, que se deve seguir no ajustamento de contas dos Officiaes dos Corpos de Voluntarios da Patria, dispensados do serviço do Exercito....	153
N. 153. — FAZENDA. — Em 14 de Abril de 1866. — Manda advertir a Direcção do Banco estabelecido na Cidade de Campos por não ter remetido ao Thesouro o relatório annual e o parecer da respectiva comissão de exame.....	154
N. 154. — JUSTIÇA. — Em 14 de Abril de 1866. — Ao Presidente de Santa Catharina. — Solve duvidas a respeito do pagamento de custas, em que foi condemnada a Camara Municipal da Laguna, em um processo julgado improcedente, por incompetencia de Juizo.....	154
N. 155. — IMPERIO. — Em 17 de Abril de 1866. — Declara que o art. 62 dos Estatutos das Faculdades de Medicina do Imperio manda abrir concurso sómente entre os oppositores, quando estes sejam seis ou mais, podendo porém ser admittidos a concorrer os Doutores que tenham as habilitações do art. 66, quando haja menos de seis oppositores.....	155
N. 156. — GUERRA. — Em 17 de Abril de 1866. — Declara quaes as condições, em que devem ser abonadas vantagens de campanha a Officiaes na Provincia de S. Pedro do Sul.....	156
N. 157. — GUERRA. — Em 18 de Abril de 1866. — Declara que os Commandantes das Armas devem ter sobre as Companhas	

	Pags.
de Operarios as mesmas attribuições que sobre os Arsenaes.....	156
N. 158. — GUERRA.—Em 13 de Abril de 1866.— Dá providencias ácerca dos pagamentos relativos a compras de cavalladas para o serviço de guerra.....	157
N. 159. — FAZENDA.—Em 18 de Abril de 1866.— Declara que os extractos de escripturas de hypothecas, apresentadas para o registro, não estão isentos do sello fixo.	158
N. 160. — FAZENDA.—Em 19 de Abril de 1866.— Não é permitido aos Thesoureiros, nas letras de saques sobre o Thesouro, al- terarem as formulas estabelecidas....	158
N. 161. — FAZENDA.—Em 19 de Abril de 1866.— Permitte que o brigue argentino <i>Buenos- Ayres</i> reciba neste porto carga com destino a Uruguayana, por baldeação em Montevidéo; e declara que esta especie se acha implicitamente incluída no De- creto n.º 3531 de 27 do mez passado.	159
N. 162. — GUERRA.—Em 20 de Abril de 1866.— Manda abonar uma razão ao Porteiro interino do Arsenal de Guerra da Bahia nos dias, em que pernolitar naquelle estabelecimento.	160
N. 163. — FAZENDA.—Em 23 de Abril de 1866.— Approva a nomeação que fez a Presi- dência do Amazonas de Manoel Alfredo Ferreira da Cruz para Escrivão da Mesa de Rendas de Tabatinga, attenta a dis- tancia em que a dita Mesa se acha da Capital do Imperio.....	161
N. 164. — FAZENDA.—Em 23 de Abril de 1866.— Nota as faltas que commetteu a The- souraria das Alagoas no termo de fiança do respectivo Thesoureiro, e manda suspender a este do exercicio, até ser- lhe tomada a fiança de conformidade com as disposições da Lei Hypotheca- ria e seu Regulamento.....	161
N. 165. — FAZENDA.—Em 24 de Abril de 1866.— Trata de um recurso, que foi indeferido a respeito de 59 caixas com garrafas de xarope não medicinal submettidas a despacho como contendo vinho doce.	163

	Pags
N. 166. — FAZENDA. — Circular de 23 de Abril de 1866. — Proroga até o ultimo de Dezembro do corrente anno o prazo para a substituição, sem desconto, das notas de 5\$000 da 4.ª estampa.....	164
N. 167. — FAZENDA. — Em 25 de Abril de 1866. — Manda advertir a Directoria do Banco do Maranhão pela demora na remessa dos respectivos balanços, e pela inobservancia do modelo appenso ao Decreto n.º 2679 de 3 de Novembro de 1860.	164
N. 168. — FAZENDA. — Em 25 de Abril de 1866. — Revalidação de uma escriptura de compra e venda de dous predios, visto ter-se dado por parte do comprador hypotheca dos mesmos para garantia do resto do preço.....	463
N. 169. — MARINHA. — Aviso de 23 de Abril de 1866. — Resolve duvidas suscitadas ácerca do pagamento do premio devido pelo alistamento de aprendizes marinheiros.	466
N. 170. — GUERRA. — Em 26 de Abril de 1866. — Declara que o Director da Fabrica da Polvora da Estrella, quando tiver de informar requerimentos de escravos da Nação pedindo carta da liberdade, deve logo mandar proceder á avaliação dos mesmos escravos.....	467
N. 171. — FAZENDA. — Em 26 de Abril de 1866. — Exige que os relatorios e balancetes dos estabelecimentos bancarios contenhão os esclarecimentos que indica..	468
N. 172. — FAZENDA. — Em 26 de Abril de 1866. — Trata da indemnização de uma caixa com fazendas posta a consumo, emquanto pendia de decisão superior um recurso sobre a qualificação das mesmas; e manda que no exame, conferencia e classificação das mercadorias para a venda em hasta publica se declare o seu valor official.....	469
N. 173. — FAZENDA. — Em 26 de Abril de 1866. — Manda que na Alfandega de Santa Catharina se passe para a renda de exportação quantias alli caucionadas pelos carregamentos de dous navios que, sen-	

	Pags.
do despachados para o Rio Grande, entrarão por arribada em Montevideo, onde descarregarão.....	470
N. 474. — FAZENDA. — Em 27 de Abril de 1866. — O levantamento de dinheiro de orphãos deve effectuar-se pela Estação por onde o mesmo dinheiro entrou.....	471
N. 475. — GUERRA. — Em 28 de Abril de 1866. — Declara que o soldo do Official reformado em caso nenhum deve deixar de ser abonado, inclusive na prisão, pronuncia ou condemnação, excepto o desconto da metade quando em tratamento nos Hospitaes Militares, na fórma das disposições vigentes.....	472
N. 476. — GUERRA. — Em 30 de Abril de 1866. — Manda fazer extensiva aos Officiaes expedicionarios para Mato Grosso a disposição do art. 7.º do Decreto n.º 1878 de 31 de Janeiro de 1857, a respeito do abono para cavalgaduras de pessoa, ou bestas de bagagem.....	473
N. 477. — FAZENDA. — Em 30 de Abril de 1866. — Competencia da autoridade judicial para intervir nos processos das fianças dos responsaveis da Fazenda Publica.....	473
N. 478. — FAZENDA. — Em 30 de Abril de 1866. — Manda proceder nos termos do Regulamento das Alfandegas contra os commandantes dos navios de guerra, que mandarem atracar seus escaleres aos paquetes antes da visita da saude....	474
N. 479. — IMPERIO. — Em o 4.º de Maio de 1866. — Declara que a nomeação de um cidadão para o cargo de Presidente de Provincia não importa a perda do de Vice-Presidente.....	475
N. 480. — GUERRA. — Circular de 2 de Maio de 1866. — Declara que aos Officiaes de Comissão, dispensados do serviço do Exercito, se deve abonar unicamente soldo e etapa.....	475
N. 481. — GUERRA. — Em 2 de Maio de 1866. — Declara quaes os vencimentos, que devem ser abonados aos Officiaes de Com-	

	Pags.
missão, dispensados do serviço do Exército.....	476
N. 182. — FAZENDA. — Em 4 de Maio de 1866. — Os Presidentes de Províncias não podem mandar abonar ajudas de custo a empregados de Fazenda.....	476
N. 183. — FAZENDA. — Em 7 de Maio de 1866. — Declara que uns empregados da Alfandega de Paranaguá, designados para coadjuvarem o expediente da Thesouraria de Fazenda da Província, só tem direito á ajuda de custo de transporte; mas que esta não lhes devia ter sido paga sem autorização do Thesouro....	477
N. 184. — GUERRA. — Em 7 de Maio de 1866. — Manda fazer extensivo o abono de uma ração ao Ajudante do Porteiro do Arsenal de Guerra da Bahia.....	478
N. 185. — GUERRA. — Em 8 de Maio de 1866. — Autoriza o fornecimento dos objectos precisos para a aula theorica do deposito de Aprendizizes artilheiros, mediante pedidos directamente apresentados no Arsenal de Guerra da Corte	479
N. 186. — IMPERIO. — Em 9 de Maio de 1866. — Approva varias decisões dadas pelo Presidente da Província de Mato Grosso sobre duvidas eleitoraes, entre outras a que diz respeito a incompatibilidade da accumulacão do cargo de Juiz de Paz ao de Official da Guarda Nacional que estiver commandando corpos destacados para o serviço de guerra....	479
N. 187. — FAZENDA. — Em 9 de Maio de 1866. — Determina que as contas do Ministerio da Marinha com a Typographia Nacional sejam documentadas com os pedidos que derem origem ás encommendas, e os recibos que comprovarem as entregas nas repartições do mesmo Ministerio.....	480
N. 188. — FAZENDA. — Em 9 de Maio de 1866. — As nomeações dos empregados de Fazenda em serviço de campanha estão sujeitas ao sello, direitos de 5 %, e emolumentos; sendo que o sello de-	

	Pags.
vido pelas que tem o caracter de provisórias é o fixo, e não o proporcional.	481
N. 489. — FAZENDA. — Em 12 de Maio de 1866. — As Thesourarias não devem entregar a pessoa alguma as quantias que se destinarem a quaesquer obras, mas ir pagando as despesas respectivas á proporção que se fizer o serviço dentro do exercício.....	482
N. 490. — JUSTIÇA. — Circular em 12 de Maio de 1866. — Declara que no § 2.º do art. 41 do Regulamento de 30 de Dezembro de 1865, se comprehendem tambem os mappas parciaes de que trata o § 2.º do art. 9.º.....	483
N. 491. — GUERRA. — Em 44 de Maio de 1866. — Autoriza a transferencia dos Aprendiz menores, que desertarem, para a Companhia de Aprendiz artilheiros.	483
N. 492. — FAZENDA. — Em 47 de Maio de 1866. — Os empregados das Capatazias não tem o caracter de empregados publicos: são meros jornaleiros que vencem salarios sujeitos a desconto nos casos de faltas, embora motivadas por serviço publico da Guarda Nacional.....	484
N. 493. — FAZENDA. — Circular de 47 de Maio de 1866. — Determina que as Thesourarias de Fazenda communicuem ao Thesouro, as entregas, que effectuarem, de quantias provenientes dos recolhimentos feitos, nas caixas militares das forças em operações, por Officiaes e praças do exercito.....	484
N. 494. — FAZENDA. — Em 18 de Maio de 1866. — Permite o despacho livre de direitos de tres volumes, contendo trastes de uso de um Official da Armada, que regressou de uma commissão na Europa.	485
N. 495. — FAZENDA. — Em 48 de Maio de 1866. — Os impostos devidos nos casos de aposentadoria, só serão cobrados á vista do titulo declaratorio do vencimento expedido pelo Thesouro.....	486
N. 496. — IMPERIO. — Em 49 de Maio de 1866. — Ao Vice-Director da Faculdade de Me-	

- dicina da Còrte, remettendo copia do Decreto pelo qual foi confirmada, em gráo de recurso, a decisão do Ministerio do Imperio de 17 de Abril proximo passado sobre a interpretação do art. 62 dos Estatutos das Faculdades de Medicina do Imperio..... 486
- N. 497. — GUERRA. — Em 21 de Maio de 1866. — Declara que as praças, quér effectivas quér addidas, quando forem escusas do serviço, continuem a receber uma etapa até que sigão para as suas Províncias..... 487
- N. 498. — GUERRA. — Em 21 de Maio de 1866. — Declara que as licenças concedidas em virtude de inspecção de saude devem ser entendidas com vencimento de soldo e etapa..... 488
- N. 499. — MARINHA. — Aviso de 22 de Maio de 1866. — Declara que não são devidos emolumentos aos membros da commissão de exame e vistoria dos navios do commercio..... 488
- N. 200. — FAZENDA. — Em 24 de Maio de 1866. — Declara fundada em disposições do Regulamento das Alfandegas a resolução da Presidencia do Para, relativamente á quina importada na mesma Provincia procedente da Republica da Bolivia.. 489
- N. 201. — GUERRA. — Em 26 de Maio de 1866. — Solvendo duvidas relativamente a organização de um ponto especial de instrucção de 2.^a ordem de caçadores a cavallo na Provincia da Bahia..... 490
- N. 202. — GUERRA. — Em 28 de Maio de 1866. — Dá providencias sobre o pagamento do soldo dos Officiaes reformados do Exercito, visto não poderem ser actualmente expedidas com promptidão as respectivas patentes..... 491
- N. 203. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 28 de Maio de 1866. — Dá solução ao pedido de prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo e mudança da estação terminal... .. 492

	Pags.
N. 204. — GUERRA. — Em 28 de Maio de 1866. — Declara quaes as vantagens, que com- petem aos Officiaes do Corpo de Enge- nheiros de Estado Maior de 1. ^a e 2. ^a classes, em disponibilidade addidos ao Quartel General.....	492
N. 205. — GUERRA. — Em 29 de Maio de 1866. — Declara quaes os direitos, a que estão sujeitas as nomeações dos Empregados de Fazenda em serviço de campanha	493
N. 206. — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Maio de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Decide que o estran- geiro não pôde ser advogado perante os Tribunaes do Imperio.....	494
N. 207. — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Maio de 1866. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande da Sul. — De- cide que a Camara Municipal de S. Je- ronymo deve receber o juramento de um protestante, nomeado supplente do Juiz Municipal.....	494
N. 208. — JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Maio de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve a duvida da Camara Municipal do Rio Preto — se de- via ou não dar posse a dous cidadãos nomeados substitutos do Juiz Municipal, porque residem em uma parochia, que, por nova divisão territorial, pertence a outro Municipio.....	495
N. 209. — FAZENDA. — Em 29 de Maio de 1866. — O calculo dos vencimentos de inac- tividade dos empregados aposentados é da exclusiva competencia do Thesouro Nacional.....	496
N. 210. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1866. — Sobre um caso de indemnização de mer- cadorias indevidamente arrematadas co- mo de consumo na Alfandega da Côrte.	496
N. 211. — FAZENDA. — Em 4 de Junho de 1866. — Manda entregar aos herdeiros do Padre José da Silva de Oliveira Rolim o resto do producto dos bens que lhe forão confiscados na Provincia de Minas em 1790.....	497

- N. 242. — FAZENDA. — Em 6 de Junho de 1866.
— Os bens dos escravos da Nação que
fallecem pertencem á Nação..... 199
- N. 243. — FAZENDA. — Circular de 6 de Junho
de 1866. — Manda vigorar no exercício
de 1866—1867, enquanto outra coisa
não fôr resolvida, a distribuição do cre-
dito feito para o corrente exercício... 199
- N. 244. — FAZENDA. — Em 7 de Junho de 1866.
— Dispensa os paquetes da Real Com-
panhia Britannica de apresentação do
manifesto das mercadorias que de Per-
nambuco e Bahia transportarem para
este porto, e vice-versa..... 200
- N. 245. — FAZENDA. — Em 7 de Junho de 1866.
— Permite que o vapor americano *Ty-
juca* toque no porto de Iguape para
carregar e descarregar as mercadorias
declaradas nos §§ 4.º e 2.º do art. 348
do Regulamento das Alfandegas, e des-
embarcar passageiros e sua bagagem
conforme o § 4.º do mesmo artigo... 201
- N. 246. — FAZENDA. — Em 7 de Junho de 1866.
— Desde que as Juntas de qualificação
de votantes encerrão os seus trabalhos,
cessa para os Empregados de Fazenda
que fizerão parte dellas, o motivo jus-
tificado da falta de comparecimento ás
Repartições a que pertencem..... 201
- N. 247. — GUERRA. — Em 8 de Junho de 1866. —
Declara que, devendo considerar-se de
primeira ordem o Commando da Guar-
nição de S. Gabriel, tem direito o res-
pectivo Commandante ao abono dos ven-
cimentos correspondentes áquella ca-
tegoria..... 202
- N. 248. — FAZENDA. — Em 11 de Junho de 1866.
— Declara não sujeita á siza a trans-
ferência de uma casa, feita por um
escravo a seu senhor em pagamento
da liberdade..... 203
- N. 249. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1866.
— Emissão de letras no valor de 200\$
com o prazo de 6 mezes..... 203
- N. 250. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1866.
— Sobre a inconveniência de autorizar-se

	Pags.
a construcção de um lanço junto da praça do mercado, no Largo do Paço.	201
N. 221. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1866. — Manda advertir o Juiz que presidio á arrematação de uma fazenda nacional, por ter admittido ao acto um dos dous individuos que a arrematârão, como procurador do outro, sem que exhibisse procuração.....	205
N. 222. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1866. — Declara ter sido julgada subsistente, pelas razões que menciona, a arrematação de que trata o Aviso antecedente, e dá providencias para poder ser um dos arrematantes considerado o unico, conforme requereu.....	206
N. 223. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1866. — Indefere o pedido do Banco da Bahia — de ser dispensado de restringir a sua emissão no anno que ha de correr de Agosto proximo futuro a igual mez de 1867.....	207
N. 224. — FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1866. — Os objectos que os Consules estrangeiros importão para seu uso estão sujeitos aos direitos respectivos.....	208
N. 225. — FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1866. — Trata de um despacho de objectos importados para o estabelecimento de uma fabrica de ferro em Goyaz e declara que estão elles sujeitos ao pagamento de direitos, exceptuados somente dous arados ou charruas.....	208
N. 226. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Junho de 1866. — Abolindo o uso de fitas nas cartas que transitão na Chancellaria do Imperio.....	209
N. 227. — FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1866. — Declara como deve ser escripturada uma quantia, que se achava em deposito na Alfandega de Paranaguá, proveniente da arrematação de um escalor da visita da Policia.....	210
N. 228. — FAZENDA. — Em 19 de Junho de 1866. — Regulariza o expediente das precatórias expedidas a favor da Fazenda Na-	

	Paga.
cional, para levantamento de dinheiros pertencentes á mesma Fazenda.....	210
N. 229. — JUSTIÇA. — Circular de 19 de Junho de 1866. — Aos Presidentes dos Tribunaes do Commercio. — Firma a intelligencia do art. 44, Tit. unico do Codigo Com- mercial.....	212
N. 230. — FAZENDA. — Em 20 de Junho de 1866. — Approva o pagamento dos vencimen- tos do Administrador da Mesa de Rendas de Manãos, dos dias em que esteve ausente por serviço publico.....	212
N. 231. — FAZENDA. — Em 20 de Junho de 1866. — Sobre os vencimentos do Escrivão da Mesa de Rendas de Manãos pela com- missão de Administrador da de Taba- linga.....	213
N. 232. — FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1866. — Adverte a Thesouraria do Ceará pelo seu procedimento relativamente ao con- tracto para as obras do armazem da Alfandega, indicando-lhe qual o pro- cesso a seguir-se em casos identicos.	214
N. 233. — FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1866. — Os empregados sujeitos a fiança não podem, sem que a prestem, tomar posse dos seus empregos.....	215
N. 234. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1866. — Indica o modo de conceder-se a li- berdade a um escravo, que a requereu, pertencente á massa fallida de um res- ponsavel da Fazenda Nacional, já fal- lecido, cujos bens foram sequestrados.	216
N. 235. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1866. — E' expressamente prohibido ao em- pregado de Fazenda escrever ou redigir papeis das partes.....	217
N. 236. — FAZENDA. — Em 23 de Junho de 1866. — A clausula de — receber —, nas procu- rações, contém virtualmente a de — dar quitação.....	217
N. 237. — FAZENDA. — Em 23 de Junho de 1866. — Adverte a Thesouraria de Santa Ca- tharina pelo seu procedimento, relati- vamente á fiança do Administrador e Thesoureiro do Correio, e determina que	

	Pags.
este seja suspenso até que a preste na fórma da Lei.....	218
N. 238. — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1866. — Declara ter-se concedido permissão ao Banco Commercial do Rio de Janeiro para arrecadar o sello de suas letras.	220
N. 239. — GUERRA. — Circular em 26 de Junho de 1866. — Declara que os voluntarios que, tendo servido no Exercito de ope- rações, forem dispensados do serviço por motivos de molestia, devem gozar das vantagens concedidas aos Guardas Nacionais.....	220
N. 240. — GUERRA. — Em 27 de Junho de 1866. — Declara que a 3. ^a observação da ta- bella annexa ao Regulamento, que bai- xou com o Decreto n.º 1900 de 7 de Março de 1857, refere-se ao Secretario do Corpo de Saude do Exercito e não aos Secre- tarios dos encarregados das Repartições de Saude nos Exercitos.....	221
N. 241. — GUERRA. — Em 27 de Junho de 1866. — Declara que as vantagens de Major da Praça do Presidio de Fernando de Noronha devem ser reguladas pelo posto do Official, que exercer tal commissão.	222
N. 242. — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1866. — As filhas dos Officiaes do exercito e da armada, embora casadas antes da morte de seus pais, tem direito ao meio soldo ou montepio deixado por elles, não existindo filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de 18 annos.....	223
N. 243. — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1866. — Sobre um processo de fiança em que se omittio a especialização da hypo- theca legal... ..	223
N. 244. — GUERRA. — Em 29 de Junho de 1866. — Declara que qualquer licença, que, por motivo de molestia, fôr concedida a Officiaes e praças do Exercito e da Guarda Nacional destacada deve ser sub- mettida á approvação deste Ministerio.	224
N. 245. — GUERRA. — Em 30 de Junho de 1866. — Declara que sendo os Corpos desta- cados da Guarda Nacional entregues ao	

	Pags.
Ministerio da Guerra como contingentes do Exercito de linha desde que entrão nas condições deste, ficão sujeitos ao mesmo Ministerio.....	223
N. 246. — IMPERIO. — Em 3 de Julho de 1866. — Ao Bispo do Ceará declarando que os Reverendos Bispos não podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial.....	226
N. 247. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1866. — Não é permittida a entrega de juros de emprestimo do cofre dos Orphãos de prazo menor de um anno.....	232
N. 248. — FAZENDA. — Em 5 de Julho de 1866. — Despacho livre de retratos de familia, e de varios objectos do uso de um Official do Exercito, que se recolheu de uma commissão na Europa.....	232
N. 249. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1866. — Nega provimento a um recurso, concernente a reclamação, sobre qualidade, apresentada depois de pagos os direitos da mercadoria.....	233
N. 250. — GUERRA. — Em 7 de Julho de 1866. — Determina que nas Ordens do Dia se transcrevão as relações dos Officiaes e praças dos Corpos do Exercito em operações, que se distinguirão, extraviarão-se ou morrerão nos combates, ou em consequencia delles.....	234
N. 251. — FAZENDA. — Em 9 de Julho de 1866. — Trata do contracto de arrendamento do Convento do Carmo, na Provincia da Parahyba, cuja nullidade manda promover em Juizo, declarando que, sem autorização do Poder competente, não se pôde conceder ás Corporações de mão morta terrenos de marinhãs ou accrescidos sobre o mar.....	234
N. 252. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1866. — Devolve um processo de habilitação para ser revalidado um dos documentos, e declara que os titulos e papeis que pagão taxa menor do que a devida, ficão obrigados ao quadruplo da differença não cobrada.....	235

	Pags.
N. 253. — FAZENDA.— Em 11 de Julho de 1866.— Nega a um Guarda de 1. ^a classe, addido à Companhia dos Guardas da Alfandega da Bahia, a gratificação de commando relativa ao tempo em que esteve des- tacado n'um posto fiscal, mandando por- rém abonar-lhe a etapa de 600 réis di- arios, que também reclamou pelo mesmo serviço.....	236
N. 254. — GUERRA.— Em 11 de Julho de 1866. —Dá diversas providencias a respeito do deposito de aprendizes artilheiros.	237
N. 255. — JUSTIÇA.— Circular de 11 de Julho de 1866.— Aos Presidentes de Provincia.— Decide que os Depositarios Publicos não tem direito á cobrança de 2 % sobre o valor das Apolices da Divida Publica, e dos bens de raiz confiados em depo- sito á sua guarda.....	238
N. 256. — FAZENDA. — Em 12 de Julho de 1866. — As praças de pret dos Corpos da Guarda Nacional ou de Voluntarios em serviço nas forças em operações, que, sendo Empregados publicos, optarem pelos vencimentos dos seus lugares, não perdem o direito, quando derem baixa, á gratificação de 300\$000 e ao prazo de terras.....	239
N. 257. — FAZENDA.— Em 13 de Julho de 1866. — As machinas de costura não são isen- tas de direitos de importação.....	240
N. 258. — FAZENDA. — Circular de 13 de Julho de 1866.— Ordena a prompta expedição das contas e certidões necessarias para a cobrança judicial da divida activa..	240
N. 259. — FAZENDA.— Circular de 14 de Julho de 1866.— Declara extensiva ás praças de marinha as providencias dadas na Circular n.º 53 de 30 de Novembro do anno passado.....	241
N. 260. — FAZENDA.— Em 14 de Julho de 1866. — Marca a quantidade de carvão de pedra que deve consumir a Companhia de Gaz desta Córte, durante o exercicio de 1866—67, a fim de gozar da isenção dos direitos de expediente.....	241

	Pags.
N. 261. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1866. — Declara á Thesouraria do Amazonas não haver inconveniente em applicar ella á substituição das notas de 5\$000 da 4. ^a estampa, como determinou a Pre- sidencia, a quantia remetida para o troco das de 10\$000, côr de telha; e que a prorrogação dos prazos de taes substituições é da exclusiva competencia do Governo.....	242
N. 262. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1866. — A disposição do art. 106 do Regu- lamento de 19 de Setembro de 1860 só é applicavel ás Mesas de Rendas de 1. ^a ordem, que estão subordinadas a Alfandegas.....	243
N. 263. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1866. — Em face do principio da Ord., Liv. 1. ^o , Tit. 79, § 43 não póde servir no mesmo Juizo, na qualidade de Procurador Fis- cal, o filho do Solicitador.....	244
N. 264. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1866. — Nega a autorização pedida pelo Juiz Municipal e de Orphãos da Parahyba do Sul para fazer arrematar—em lotes— os bens de uma herança jacente.....	244
N. 265. — GUERRA. — Em 16 de Julho de 1866. — Declara como se deve fazer o abono de bestas de bagagem e forragens aos Commandantes dos Corpos, Majores e Ajudantes, na fôrma da tabella do 1. ^o de Maio de 1858, e mais disposições em vigor.....	245
N. 266. — GUERRA. — Em 16 de Julho de 1866. — Declara como deve ser feito pela Pa- gadoria Militar do 1. ^o Corpo de Exercito em operações o abono de forragens para bestas de bagagem.....	246
N. 267. — FAZENDA. — Circular de 19 de Julho de 1866. — Ordena ás Thesourarias de Fa- zenda que abirão concurso para o preen- chimento de todos os lugares vagos de 1. ^a e 2. ^a entrancia das Alfandegas....	246
N. 268. — FAZENDA. — Em 19 de Julho de 1866. — As disposições do art. 29 do Regu- lamento, que baixou com o Decreto	

	Pags.
n.º 3216 de 31 de Dezembro de 1863, referem-se não só as embarcações que descem, como ás que sobem o rio Ama- zonas.....	217
N. 269. — GUERRA. — Em 20 de Julho de 1866. — Declara que, só a vista de compe- tente titulo, e do Aviso respectivo, é que póde ser considerado com licença o Professor adjunto da Escola Prepa- ratoria Dr. Antonio José Moreira.....	217
N. 270. — GUERRA. — Em 25 de Julho de 1866. — Declara que o Coronel José Joaquim de Carvalho não póde assumir o Com- mando das Armas de Mato Grosso, por estar sujeito a conselho de guerra, e por haver na Provincia Official mais graduado.....	218
N. 271. — GUERRA. — Em 25 de Julho de 1866. — Manda abonar aos Officiaes do Corpo de Pontoneiros os vencimentos deter- minados pelo Aviso de 10 de Setembro de 1859, que alterou o Regulamento n.º 1535 de 23 de Janeiro de 1855....	219
N. 272. — GUERRA. — Em 27 de Julho de 1866. — Dá instrucções, segundo as quaes se deve regular o concurso para o preen- chimento das vagas de alumnas pen- sionistas do Hospital Militar da Corte.	219
N. 273. — FAZENDA. — Em 27 de Julho de 1866. — Não se admitte hypotheca se não de immoveis.....	252
N. 274. — MARINHA. — Aviso de 27 de Julho de 1866. — Declara quaes as despezas, de que se deve exigir indemnização, pro- venientes dos serviços, que nos Arse- naes e outros estabelecimentos de Ma- rinha se prestarem aos navios de guerra das nações amigas	252
N. 275. — GUERRA. — Em 28 de Julho de 1866. — Instrucções para o serviço medico dos hospitaes provisorios ou sedenta- rios, e depositos de convalescentes do 1.º Corpo de Exército em operações contra a Republica do Paraguay.....	253
N. 276. — FAZENDA. — Em 28 de Julho de 1866. — O direito á metade do ordenado sub- siste, havendo interposição de recurso,	

	Pags.
com effeito suspensivo, da sentença de condemnação, até que esta seja confir- mada e passe em julgado.....	256
N. 277. —FAZENDA.—Em 28 de Julho de 1866.— Approva a suspensão de varios empre- gados sujeitos á fiança, declarando que a hypotheca legal sobre os bens dos responsaveis e seus fiadores, não pro- duz effeito algum a respeito de ter- ceiros, sem preencher-se o requisito indispensavel da especialização e ins- cripção	257
N. 278. — FAZENDA. — Em 30 de Julho de 1866. — Indeferimento de um recurso sobre reconhecimento de avarias, por suc- cessos do mar, em vinte gigos de louça.	258
N. 279. — GUERRA. — Em 30 de Julho de 1866. — Declara como se deve proceder no caso de reclamações de Officiaes que, se julgarem offendidos em seus direitos, por não terem sido mencionados na ordem do dia, que relate qualquer acção.	259
N. 280. — GUERRA. — Em 30 de Julho de 1866. — Declara que o Aviso de 13 de Abril último a respeito do ajuste de contas dos Officiaes dos Corpos de Voluntarios é extensivo aos de 4.ª linha do Exercito.	259
N. 281. — GUERRA. — Em 31 de Julho de 1866. — Declara que as Instrucções para o serviço medico do Exercito devem ser observadas com as seguintes correc- ções.....	260
N. 282. — IMPERIO. — Em 31 de Julho de 1866. — Ao Director da Faculdade de Medi- cina da Bahia.— Declara o prazo das inscripções para o concurso ao lugar de Lente.....	261
N. 283. — FAZENDA. — Circular de 31 de Julho de 1866.— Sobre o direito dos Voluntarios á percepção de vencimentos, quando dispensados do serviço do Exercito...	262
N. 284. — GUERRA. — Em 4 de Agosto de 1866. — Declara que se deve nomear novo Conselho de Investigação ao Capitão re- formado Francisco Antonio de Carvalho, por ter corrido irregularmente o que	

- foi remettido para a Côrte, e que de-
vera ser concluido no lugar em que foi
começado..... 263
- N. 285. — GUERRA. — Em 6 de Agosto de 1866.
— Declara que a restituição de meio
soldo descontado a um Official refor-
mado, em consequencia de ter elle
respondido a Conselho de Guerra, só
póde ser contada da data do Decreto,
que o reformou..... 264
- N. 286. — GUERRA. — Em 6 de Agosto de 1866.
— Declara que as gratificações e pre-
mios, sendo vantagens devidas a effec-
tividade das praças nas fileiras, devem
cessar desde que taes praças forem
condemnadas..... 264
- N. 287. — FAZENDA. — Em 6 de Agosto de 1866.
— Os donos de escravos, que, transfe-
rindo-os a outrem, não os eliminão da
matricula, continuão sujeitos a pagar a
respectiva taxa, enquanto não se rea-
liza a transferencia para o nome dos
novos possuidores..... 265
- N. 288. — FAZENDA. — Em 6 de Agosto de 1866.
— Recurso de um 2.º Escripturario da
Alfandega da Côrte contra a decisão da
Recebedoria obrigando-o ao pagamento
dos direitos de 5 % da maioria dos ven-
cimentos de Amanuense extincto, sem
levar em conta o que o recorrente pa-
gara como Inspector da Alfandega de
Paranaguá..... 266
- N. 289. — FAZENDA. — Em 7 de Agosto de 1866.
— Declara sujeito ao sello em confor-
midade do art. 6.º do respectivo Regu-
lamento, e no caso de ser revalidado,
o contracto celebrado pelo Ministerio da
Agricultura com Joseph Bennaton.... 267
- N. 290. — FAZENDA. — Em 7 de Agosto de 1866.
— Permite o movimento de fundos á
Directoria da Estrada de ferro de D.
Pedro II, não obstante ser isso da exclu-
siva competencia do Thesouro..... 268
- N. 291. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1866.
— Adverte a Thesouraria da Bahia por
ter feito remessas de fundos á de Ser-

	Pags.
gipe, em notas da respectiva Caixa Filial do Banco do Brasil.....	269
N. 292. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1866. — Trata do abuso commettido pela Thesouraria de Sergipe, de receber em seus cofres notas que não são do Governo, e do modo por que deve ella effectuar a substituição das notas de 5\$000 da 5. ^a estampa, e 10\$000 côr de telha.....	269
N. 293. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1866. — Sobre um título de divida, de duas meias folhas, das quaes uma só pagou o sello de 200 réis, e que foi revalidado exigindo-se a taxa de 2\$000....	270
N. 294. — FAZENDA. — Em 9 de Agosto de 1866. — Instrucções mandadas observar provisoriamente na Secção do Contencioso da Thesouraria de Pernambuco para a boa execução do art. 47 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.....	274
N. 295. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1866. — Determina que, por occasião da expedição dos títulos de aforamento dos terrenos do Estado, se exija dos foreiros o pagamento das despesas da transcripção sómente por extracto, e não de <i>verbo ad verbum</i>	274
N. 296. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1866. — Dá providencias para a transcripção no Registro Geral dos títulos de aforamentos expedidos pelo Thesouro e pela a Hlm. ^a Camara Municipal, de accrescidos á marinhbas e outros terrenos.	274
N. 297. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1866. — Indeferimento de um recurso de revista sobre differença de qualidade, por não ter a parte allegado, nem provado nenhuma das hypotheses do art. 764 n.º 4 do Regulamento das Alfandegas.	275
N. 298. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1866. — Autoriza o pagamento de uma divida de exercicios findos, de credor fallecido, provando-se, porém, embora em fórma administrativa, que ha herdeiros que preferem a Fazenda Publica.....	276

	Pags.
N. 299. — FAZENDA.— Em 13 de Agosto de 1866. —As quantias pertencentes á receita do Estado não podem ser conservadas em deposito em Repartições Provinciaes para ulterior destino, porque não são taes Repartições competentes para receber-as, e menos para distribuil-as...	276
N. 300. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 13 de Agosto de 1866.— Aviso ao Director da estrada de ferro de D. Pedro II autorizando-o a fazer movimentos de fundos para occorrer a encargos de prompta solução.....	277
N. 301. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 13 de Agosto de 1866.— Dá ordem a respeito do attestado de frequencia dos empregados.....	278
N. 302. — GUERRA.— Em 14 de Agosto de 1866.— Declara como se deve fazer o abono da diaria designada na tabella do 4.º de Maio de 1858 para transporte de munições de guerra e trem bellico.....	279
N. 303. — FAZENDA.— Em 14 de Agosto de 1866.— Determina que fique sem effeito a fiança prestada na Alfandega por João Simões Pereira, pelos direitos de uma pipa de aguardente despachada para sua taverna na Cascadura.....	279
N. 304. — FAZENDA.— Em 14 de Agosto de 1866.— Manda considerar a pipa de aguardente, de que trata o precedente Aviso, no numero das consumidas pela referida taverna, a fim de ser paga a differença que passa a dar-se na liquidação de consumo durante o exercicio.	280
N. 305. — GUERRA. — Em 16 de Agosto de 1866.— Manda abonar ao Almoixarife e Escrivão de 3.ª Classe do Almoixarifado do Arsenal de Guerra da Côrte, suspensos do respectivo exercicio, a importancia do seu ordenado, emquanto assistirem ao competente inventario para prestação de suas contas.....	280
N. 306. — GUERRA.— Em 17 de Agosto de 1866.— Declara que não se deve abonar jornaes aos operarios, que servirem na	

	Pags.
Guarda Nacional, visto que a elles não se estende o direito de opção, de que gozão os Empregados Publicos.....	284
N. 307. — GUERRA.— Em 17 de Agosto de 1866. —Circular ás Repartições da Córte.—Declara que nos attestados de frequencia dos empregados, sujeitos á este Ministerio, se deve especificar a natureza das commissões em que se achão....	282
N. 308. — FAZENDA.— Em 17 de Agosto de 1866. — Recurso sobre o despacho de um barco de ferro, importado em peças separadas, uma machina a vapor para o mesmo, e uma locomovel tambem a vapor.....	282
N. 309. — FAZENDA.— Em 17 de Agosto de 1866. —Declara que só para a substituição das notas de 5\$000 da 4.ª estampa se tem remettido as Thesourarias fundos especiaes em notas novas de 1\$ e 2\$; sendo que a substituição das de 5\$ da 5.ª estampa e de 10\$ cõr de telha, e a das dilaceradas de 1\$ e 2\$, deve effectuar-se com o producto da renda geral.	283
N. 310. — FAZENDA.— Em 17 de Agosto de 1866. —Manda levar em conta para a ajuda de custo a um Deputado pela Provincia de Pernambuco, a viagem que fez da do Amazonas, onde tinha residencia official na qualidade de Presidente....	184
N. 311. — MARINHA.— Aviso de 17 de Agosto de 1866.— Estabelece regra ácerca dos exames dos pretendentes á carta de piloto.....	285
N. 312. — FAZENDA.— Em 18 de Agosto de 1866. — Determina que nos attestados de frequencia dos Empregados de Fazenda se especifique a natureza das commissões em que por ventura se acharem.....	286
N. 313. — FAZENDA.— Em 18 de Agosto de 1866. —Decisão a respeito de um volume, contendo varios objectos sujeitos á direitos, encontrados por occasião da conferencia, na bagagem de uma Irinã de Caridade.....	286

- Pags.
- N. 344. — GUERRA. — Em 18 de Agosto de 1866.
— Declara que aos Presidentes de Pro-
vincia só compete Ajudante de Ordens
quando estão no exercício das respec-
tivas attribuições..... 287
- N. 345. — GUERRA. — Em 18 de Agosto de 1866.
— Declara que os vencimentos das li-
cenças são os declarados na concessão
das mesmas, conforme se acha esta-
belecido..... 288
- N. 346. — FAZENDA. — Circular de 20 de Agosto
de 1866. — Eleva a 60 dias o prazo mar-
cado na Circular n.º 227 de 1860, para
os devedores da Fazenda Nacional, nos
casos de concessão de moratorias, pres-
tarem a competente fiança e assigna-
rem as lettras..... 288
- N. 347. — FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1866.
— Manda restituir a meia ancoragem
indevidamente exigida, na Alfandega
das Alagôas, da barca *Anclia Priest*,
não obstante a omissão da parte na
interposição de recurso..... 289
- N. 348. — GUERRA. — Em 21 de Agosto de 1866.
— Declara que a despeza com a Guarda
Nacional destacada deve-se limitar uni-
camente ao serviço de guarnição..... 290
- N. 349. — IMPERIO. — Aviso de 24 de Agosto de
1866. — Ao Presidente da Provincia do
Rio de Janeiro. — Declara que as corpo-
rações de mão-morta, observando li-
teralmente o art. 44 da Lei n.º 369 de
18 de Setembro de 1845, podem per-
mutar por apolices da divida publica
interna fundada, que serão intransferi-
veis, os bens de raiz legalmente ad-
quiridos até que começou a vigorar o
Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de
1864..... 290
- N. 320. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — Aviso de 21 de Agosto de
1866. — Podem ser publicadas as Con-
sultas da Secção do Conselho de Estado,
que consulta este Ministerio, sempre
que pelo Juizo do Ministro ou mediante

	Pags.
representação das Directorias assim fôr entendido.....	291
N. 321. — GUERRA. — Em 24 de Agosto de 1866. — Declara que aos Guardas Nacionais destacados competem os mesmos ven- cimentos do exercito desde que sahem de suas casas para semelhante serviço.	292
N. 322. — GUERRA. — Em 24 de Agosto de 1866. — Declara que os fornecedores do exer- cito dêvem assignar termos de respon- sabilidade para o pagamento dos res- pectivos direitos de exportação quando se verifique que os generos embarcados para consumo do exercito tiverão outro destino.....	292
N. 323. — FAZENDA. — Em 22 de Agosto de 1866. — Responde a uma consulta sobre a applicação do art. 2.º § 7.º da Lei n.º 1099 de 1860, e do art. 8.º do Decreto n.º 2874 de 1864, a pessoas nomeadas para, em commissão, tratarem das obras de uma matriz, para que forão decretadas loterias.....	293
N. 324. — GUERRA. — Em 23 de Agosto de 1866. — Declara que os empregados publicos, que se alistarem nos corpos de volun- tarios da patria, e optarem pelos ven- cimentos dos respectivos lugares, não ficão com direito ás vantagens conce- didas pelo art. 2.º do Decreto n.º 3374 de 7 de Janeiro de 1865.....	294
N. 325. — GUERRA. — Em 23 de Agosto de 1866. — Declara que a despeza com a Guarda Nacional destacada para serviço poli- cial deve correr por conta dos cofres Provinciaes.....	295
N. 326. — FAZENDA. — Em 25 de Agosto de 1866. — Direitos a que estão sujeitas as no- meações de supplentes de Juiz Muni- cipal.....	295
N. 327. — FAZENDA. — Em 25 de Agosto de 1866. — O pagamento dos juros das apolices, nas Thesourarias da Bahia, Pernam- buco e Maranhão, só pôde ter lugar depois de verificada a transferencia na	

	Pags.
fórma dós Regulamentos de 15 de Janeiro de 1842 e 15 de Outubro de 1850..	296
N. 328. — FAZENDA. — Em 25 de Agosto de 1866.	
— Nega provimento a um recurso sobre revalidação de uma escriptura de cessão de herança, que pagára o sello fixo, estando sujeita ao proporcional.....	297
N. 329. — FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1866.	
— Confirma uma decisão da Alfandega, sujeitando ao pagamento de direitos tres machinas importadas de França, por não terem ellas applicação exclusiva ao preparo de productos da lavoura....	297
N. 330. — FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1866.	
— Autoriza a admissão de lanços a prazos razoaveis, na arrematação de umas datas de terras pertencentes a espolios de intestados.....	298
N. 331. — FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1866.	
— Exige que o reclamante de uma divida por fornecimento de medicamentos, justifique que o individuo, já fallecido, que figurou de fornecedor era apenas seu caixeiro e gerente.....	299
N. 332. — FAZENDA. — Em 28 de Agosto de 1866.	
— Confirma a decisão da Alfandega da Côte a respeito da apprehensão de 10 barris com carne, e com oleo de linhaça, que havião pertencido aos sobresalentes de um navio, e forão com este arrematados em hasta publica.....	299
N. 333. — FAZENDA. — Em 28 de Agosto de 1866.	
— Concede a Ignacio Coelho Fragoso, como herdeiro de Quirino Antonio, uma moratoria de 8 annos, nos termos que menciona, para pagar a Fazenda Publica o que este lhe ficára devendo....	300
N. 334. — FAZENDA. — Em 28 de Agosto de 1866.	
— Approva o acto da Thesouraria de S. Pedro de mandar proceder á lotação do emprego de Juiz Commissario das Terras Publicas, para o fim de pagar os 5 % da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841.....	301
N. 335. — GUERRA. — Em 28 de Agosto de 1866.	
— Determina que não se expedirá ordem	

	Pags.
para pagamento de pretos da Guarda Nacional, sem que seja declarado o lugar, em que se achão as praças, e o serviço em que estiverão empregadas.....	302
N. 336. — GUERRA. — Em 28 de Agosto de 1866. — Determina que sejam remettidos mapas mensaes contendo declarações a respeito da força existente nas Fortalezas de cada Provincia.....	302
N. 337. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1866. — Trata da doação feita á Fazenda Nacional de duas casas e um terreno, e declara que todas as doações excedentes á taxa legal devem ser insinuadas, com as excepções declaradas na lei....	303
N. 338. — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1866. — A prescripção de cinco annos não é applicavel ás dividas de que a Fazenda Provincial é credora, além de outras considerações, porque ella goza dos privilegios da Fazenda Geral....	304
N. 339. — FAZENDA. — Em 31 de Agosto de 1866. — Sobre a admissão de mais cinco guardas, e dous officiaes de descarga supernumerarios na Alfandega do Pará, determinada pela Presidencia da Provincia..	304
N. 340. — FAZENDA. — Em 31 de Agosto de 1866. — Marca novo limite á emissão do Banco do Maranhão.....	305
N. 341. — FAZENDA. — Em 1.º de Setembro de 1866. — Na concessão de meios soldos ás viúvas, filhos e mãs dos Officiaes fallecidos, é computavel o tempo de serviço por elles prestado nos Corpos de Policia ou Municipaes, ainda mesmo em época anterior ao Decreto de 9 de de Janeiro de 1849.....	306
N. 342. — FAZENDA. — Em 3 de Setembro de 1866. — Declara não approvada a designação do 1.º Conferente mais antigo de uma Alfandega para substituir o Ajudante do Inspector da mesma.....	306
N. 343. — FAZENDA. — Em 4 de Setembro de 1866. — Sobre faltas commettidas por um Juiz de Orphãos e outras autoridades	

	Pags.
em relação á herança de um cidadão americano.....	307
N. 344. — GUERRA. — Em 5 de Setembro de 1866. — Declara como se deve proceder a respeito das letras sacadas do Rio da Prata para esta Côrte.....	308
N. 345. — GUERRA. — Em 5 de Setembro de 1866. — Declara que sendo meramente policial o serviço prestado por dois Capitães e um Alferes na Provincia da Parahyba, não podem elles perceber soldo e outras vantagens pelo Ministerio da Guerra.....	309
N. 346. — GUERRA. — Em 6 de Setembro de 1866. — Declara que, em regra, as licenças, para tratar de negocios particulares, não dão direito a passagens gratuitas.....	310
N. 347. — FAZENDA. — Em 6 de Setembro de 1866. — Recurso a respeito de um despacho de canotilhos perfumados, em cuja nota não se fez menção da qualidade dos mesmos.....	311
N. 348. — FAZENDA. — Em 6 de Setembro de 1866. — Os Inspectores das Thesourarias, nas suas decisões finaes sobre processos de dividas de exercicios findos, devem declarar mui explicitamente se ficão ou não reconhecidas as mesmas dividas.....	312
N. 349. — GUERRA. — Em 9 de Setembro de 1866. — Declara que ás Thesourarias de Fazenda não é licito elevar consignações sem preceder ordem do Governo Imperial.....	312
N. 350. — GUERRA. — Em 9 de Setembro de 1866. — Dá providencias sobre a concessão de licenças aos Officiaes do Exército, e bem assim prohibe que os Empregados de Fazenda licenciados tragão camaradas, e que se concedão passagens aos licenciados por motivo de interesse particular.....	313
N. 351. — GUERRA. — Em 10 de Setembro de 1866. — Declara que as Juntas de Justiça Militar devem enviar para a Côrte os	

	Pags.
processos, que julgarem, a fim de serem executadas as respectivas sentenças na forma do Decreto n.º 3556 de 10 de Dezembro de 1856.....	314
N. 352. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 10 de Setembro de 1866. —Declara que a Recebedoria do Município não deve fazer transferencias de pennas d'agua.....	314
N. 353. —FAZENDA.—Em 10 de Setembro de 1866. —O Decreto n.º 4307 de 22 de Junho ultimo, só é applicavel ás filhas casadas dos Officiaes do Exercito e Armada, que fallecerem da data do mesmo em diante.	315
N. 354. —FAZENDA. —Em 10 de Setembro de 1866. —Manda applicar a disposição da Circular n.º 53, de 30 de Novembro do anno passado, ao monte pio que percebe a mulher de um official do exercito em campanha contra o Paraguay.....	316
N. 355. —FAZENDA.—Em 10 de Setembro de 1866.—Os escravos maiores de 60 annos estão sujeitos ao pagamento da respectiva taxa na razão de 2\$000 até 1856—1857, e na de 4\$000 dahi em diante.	316
N. 356. —FAZENDA. —Em 10 de Setembro de 1866.—Dá provimento ao recurso de um Juiz de Orphãos, sobre multa que lhe foi imposta, por ter deixado de proceder á arrecadação do espolio de um individuo que falleceu com testamento nuncupativo.....	317
N. 357. —FAZENDA.—Em 11 de Setembro de 1866.—Declara que a Circular n.º 12 de 6 de Junho ultimo, mandando continuar no corrente exercicio a mesma distribuição de creditos de 1865—1866, refere-se a todos os Ministerios.....	318
N. 358. —FAZENDA.—Em 11 de Setembro de 1866.—Pela concessão ou augmento de vencimentos só por uma vez se paga sello proporcional e os direitos.....	319
N. 359. —FAZENDA.—Em 11 de Setembro de 1866.—Declara que a administração da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Curvello deve prestar fiança para	

- receber o producto das loterias concedidas á mesma Santa Casa ; e que não parece legal a applicação de tal beneficio á compra de apolices e muito menos de acções..... 349
- N. 360. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1866. — Sobre a entrega de uma quantia pertencente á herança de um subdito estrangeiro..... 320
- N. 361. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1866. — Approva o acto da Presidencia do Piauhy, mandando fazer effectiva a responsabilidade do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda por falta de cumprimento dos seus deveres e ter-se ausentado sem licença..... 321
- N. 362. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1866. — Sobre a falta de fiança dos Escrivães das Mesas de Rendas e Collectorias do Ceará..... 321
- N. 363. — GUERRA. — Em 12 de Setembro de 1866. — Declara qual a diaria, que deve ser abonada ao encarregado da secção de Sapadores Bombeiros do Arsenal de Guerra de Pernambuco no caso de accumular elle o exercicio de mestre de gymnastica..... 322
- N. 364. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Setembro de 1866. — Ao Presidente interino da Relação da Córte. — Declara que os Presidentes das Relações não podem conceder licenças aos Procuradores da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional... 323
- N. 365. — FAZENDA. — Em 14 de Setembro de 1866. — Os Thesoureiros não devem entrar em exercicio, sem que prestem fiança; a qual só póde ser dispensada aos empregados nomeados para exercerem interinamente taes lugares em caso de urgencia e por tempo breve... 323
- N. 366. — GUERRA. — Em 17 de Setembro de 1866. — Declara que as licenças concedidas aos Officiaes e praças do Exercito, para tratarem de sua saude, devem, começar a vigorar da data do termo da respectiva inspecção de saude..... 324

	Pags.
N. 367. — GUERRA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Declara que não convém alterar as Instrucções de 25 de Dezembro de 1865 a respeito dos prisioneiros Paraguayos.....	323
N. 368. — GUERRA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Declara que não convém á disciplina militar que dentro das fortalezas habitem pessoas alheias á profissão militar, e não sujeitas aos respectivos Regulamentos.....	325
N. 369. — IMPERIO. — Em 48 de Setembro de 1866. — Ao Bispo da Diamantina. — Declara que quando é creada uma Parochia em territorio desmembrado de outra, a nova Parochia é a que deve ser posta em concurso.....	326
N. 370. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — As disposições em vigor relativas á isenção de penhora e embargo nos soldos e estipendios são applicaveis aos que se percebem dos Cofres provinciales.....	329
N. 371. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Exige que um Carcereiro interno apresente a sua nomeação para o devido assentamento no Thesouro, a fim de poder ser pago dos vencimentos que lhe competirem.....	330
N. 372. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Declara quaes as autoridades competentes para passarem attestados de frequencia aos Juizes das Capitaes das Provincias e dos Termos do interior.....	331
N. 373. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Nega provimento ao recurso de um Capitão de navio mercante que fôra multado por infracção dos arts. 382 e 484 do Regulamento das Alfandegas..	331
N. 374. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — Trata da construcção de obras junto ás muralhas das fortificações da Ilha das Cobras.....	332
N. 375. — FAZENDA. — Em 48 de Setembro de 1866. — As casas que vendem moveis,	

	Pags.
roupa ou calçado fabricado em paiz estrangeiro são sujeitas não só ao imposto sobre lojas, como ao especial de 80\$000.....	333
N. 376. — FAZENDA. — Em 19 de Setembro de 1866. — Dá regras para a cobrança das dividas activas da Fazenda, quando as partes, depois de intimadas, comparecem no Cartorio para pagal-as.....	334
N. 377. — FAZENDA. — Em 19 de Setembro de 1866. — A prescrição do art. 22, parte 2. ^a do Decreto de 12 de Janeiro de 1861 não corre contra os menores e interdictos sendo porém applicavel aos fallidos.....	335
N. 378. — GUERRA. — Em 19 de Setembro de 1866. — Declara que os Officiaes e praças de pret do Exercito licenciados devem apresentar as guias de suas licenças ás Autoridades militares das guarnições, em que se acharem.....	336
N. 379. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 19 de Setembro de 1866. — Providencia sobre os vencimentos dos empregados dos Telegraphos.....	337
N. 380. — GUERRA. — Em 20 de Setembro de 1866. — Declara que todo o serviço de policia deve correr pelo Ministerio da Justiça, ou por conta dos cofres da respectiva Provincia.....	338
N. 381. — GUERRA. — Em 20 de Setembro de 1866. — Declara que a Ilha de Fernando de Noronha, como presidio militar, não póde deixar de estar sujeito ao Commandante das Armas da respectiva Provincia.....	339
N. 382. — GUERRA. — Em 20 de Setembro de 1866. — Determina que não se dê passagem por conta do Ministerio da Guerra na estrada de ferro de D. Pedro II senão a quem andar em serviço.....	339
N. 383. — GUERRA. — Em 21 de Setembro de 1866. — Determina a remessa do termo de inspecção de saude, que servir para concessão de alguma licença, nos termos	

	Pags.
do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro do corrente anno.....	340
N. 384. — IMPERIO. — Em 21 de Setembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Declara que os desacatos perpetrados com o fim de roubar-se a urna, em que se guardão as cédulas, estão comprehendidos na generalidade da disposição do art. 47 § 1.º da Lei de 19 de Agosto de 1846.....	341
N. 385. — IMPERIO. — Em 21 de Setembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que o cargo de Vereador é incompativel com o de Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda da Corte, e o de Commandante de um Corpo de Voluntarios da Patria..	342
N. 386. — GUERRA. — Em 21 de Setembro de 1866. — Declara que a licença concedida em prorrogação da que estava gozando um Official em resultado de inspecção de saude deve correr da data da mesma inspecção, abonando-se-lhe simplesmente o soldo, na fórma das disposições vigentes.....	343
N. 387. — FAZENDA. — Em 21 de Setembro de 1866. — Nega ao Pagador da Thesouraria de Pernambuco os vencimentos do seu emprego, correspondentes ao tempo em que esteve suspenso por falta de habilitação da fiança.....	344
N. 388. — FAZENDA. — Em 21 de Setembro de 1866. — Os generos de exportação embarcados fóra dos trapiches ou pontes mantidas ou custeadas pela Fazenda Nacional não pagão o imposto de capatazias.....	345
N. 389. — FAZENDA. — Em 21 de Setembro de 1866. — Trata de um recurso sobre preferencia na concessão de um terreno de marinhas, e declara que taes questões pertencem ao Contencioso Administrativo, e são da competencia dos Presidentes de Provincias, ou do Ministerio da Fazenda com recurso para o Conselho de Estado.....	346

	Pags.
N. 390. — FAZENDA. — Em 22 de Setembro de 1866. — Declara que os contractadores para a condução de malas do Correio devem prestar fiança perante as Thesourarias de Fazenda, e que é inadmissível a hypotheca do material da respectiva empreza, se não comprehender bens de raiz.....	347
N. 391. — FAZENDA. — Em 22 de Setembro de 1866. — Isenta de direitos as provisões e generos importados em navios mercantes para consumo das Estações Navaes das nações amigas.....	348
N. 392. — FAZENDA. — Em 22 de Setembro de 1866. — Determina que um Thesoureiro que foi aposentado, reponha os vencimentos recebidos depois de ter o seu successor entrado em exercicio.....	349
N. 393. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 22 de Setembro de 1866. — Sobre o prolongamento da Estrada de ferro da Provincia de S. Paulo.	349
N. 394. — FAZENDA. — Em 24 de Setembro de 1866. — Dá provimento a um recurso sobre a qualificação de umas caixas com espelho.....	350
N. 395. — FAZENDA. — Em 25 de Setembro de 1866. — A concessão de terrenos ás Camaras Municipaes, para patrimonio e augmento de suas rendas, pertence ao Poder Legislativo: o Governo, dos que está autorizado a aforar, só pôde conceder-lhes os que ellas julgaõ necessarios para logradouros publicos, os quaes passam todavia a ser considerados devolutos, logo que as mesmas Camaras os aforaõ.....	352
N. 396. — FAZENDA. — Em 25 de Setembro de 1866. — Nota a falta de ter-se mandado abonar a um empregado despachado para uma Provincia, os vencimentos do lugar que exercêra e deixára em outra, e determina que elle reponha o que indevidamente recebeu.....	354
N. 397. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1866. — Provimento de um recurso sobre	

	Pags.
o imposto da dizima em um processo de salarios.....	355
N. 398. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1866. — Permite que sejam despachados, livres de expediente, uns instrumentos scientificos fabricados nesta Côrte, que regressarão da Exposição da Cidade do Porto.....	356
N. 399. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Setembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, approvando a decisão por elle dada á consulta do Chefe de Policia a respeito da intelligencia do art. 28 do Regulamento de 30 de Dezembro de 1865...	356
N. 400. — IMPERIO. — Em 26 de Setembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que o exercicio do emprego de Inspector do Consulado Provincial é incompativel com o do cargo de Juiz de Paz, uma vez que a nomeação para o mesmo emprego haja sido posterior á eleição para esse cargo.	357
N. 401. — IMPERIO. — Em 26 de Setembro de 1866. — Declarando: 1.º que o adiamento das sessões das Camaras Municipaes deve ser resolvido pela maioria dos Vereadores, e não por simples deliberação do Presidente; 2.º que na falta deste, é-lhe subrogado o Vereador mais votado d'entre os que comparecerem, o qual póde convocar os supplentes que precisos forem para haver Vereança..	358
N. 402. — GUERRA. — Em 26 de Setembro de 1866. — Declara que o pagamento de vencimentos a praças de pret deve ser feito independente de Provisões, e só á vista das copias dos respectivos Decretos de reforma.....	360
N. 403. — GUERRA. — Em 27 de Setembro de 1866. — Declara que a 1.ª observação da Tabella, annexa ao Decreto n.º 2161 do 4.º de Maio de 1858, confere o abono de gratificação addicional e de exercicio aos Officiaes do Exercito empregados em commandos de companhia.	361

	Pags.
N. 404. — IMPERIO. — Em 27 de Setembro de 1866. — Ao Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declarando que o facto de ter a Junta de qualificação da Parochia do Amparo trabalhado nos ultimos dias até oito horas da noite, e de haver sido um dos membros da mesma Junta substituido por proposta do Presidente, não é sufficiente para que se annullem os trabalhos da qualificação.....	361
N. 405. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 27 de Setembro de 1866. — Sobre passagens na estrada de ferro de D. Pedro II, por conta do Ministerio da Guerra.....	362
N. 406. — FAZENDA. — Em 27 de Setembro de 1866. — Provimto de um recurso sobre multa de direitos dobrados que a Alfandega da Côrte impoz ao capitão da barca <i>Ermelinda</i> , por differença de quantidade, aliás supposta, na descarga de uns barris de vinho.....	363
N. 407. — FAZENDA. — Em 27 de Setembro de 1866. — Declara á Presidencia do Pará que a sua autorização para o pagamento do excesso de despeza verificado na Alfandega, deveria limitar-se aos vencimentos dos empregados.....	364
N. 408. — FAZENDA. — Em 28 de Setembro de 1866. — Declara que os Empregados de Fazenda não poderão, d'ora em diante ser dispensados do serviço para occuparem-se em trabalhos tachigraphicos nas Camaras Legislativas; mas que lhes fica salvo o direito de solicitarem licença para esse fim, nos termos da legislação em vigor.....	365
N. 409. — GUERRA. — Em 28 de Setembro de 1866. — Declara como devem ser organizadas as ferias do Arsenal de Guerra da Côrte.....	366
N. 410. — GUERRA. — Em 28 de Setembro de 1866. — Declara que continuão em vigor as Instrucções expedidas em 3 de Janeiro do corrente anno para o deposito	

	Pags.
de aprendizes artilheiros com as alterações constantes do presente Aviso.	367
N. 444. — GUERRA. — Em 29 de Setembro de 1866. — Determina que não sejam aceitas propostas para fornecimentos dos corpos do Exercito sem conterem explicitamente os preços fixos, e todas as declarações necessarias sobre a qualidade dos generos.....	368
N. 442. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 29 de Setembro de 1866. — Declara quaes as publicações periodicas que devem ser classificadas como jornaes.....	369
N. 443. — GUERRA. — Em 29 de Setembro de 1866. — Declara que competem os respectivos vencimentos a um Official da Guarda Nacional durante o periodo, em que se apresentou para o serviço de destacamento até áquelle, em que entrou em effectivo exercicio, uma vez provado que a demora não dependeu de sua vontade.....	370
N. 444. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1866. — Sobre a nomeação, feita pela Presidencia do Rio Grande do Norte, de um individuo para exercer interinamente o lugar de Official de descarga da respectiva Alfandega.....	371
N. 445. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1866. — Nota excesso de attribuição da parte da Presidencia da Parahyba mandando abrir assentamento a um Juiz de Direito removido em contrario á decisão da Thesouraria de Fazenda.....	372
N. 446. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1866. — Provimento de recurso concernente á arrematação de 33 barris com cal virgem, para o effeito de proceder-se a arbitramento, visto ter a parte allegado que a mercadoria arrematada differia da amostra.....	373
N. 447. — FAZENDA. — Em o 1.º de Outubro de 1866. — Determina a suspensão de um Collector até que preste fiança, e adverte a Thesouraria de Fazenda respec-	

	Pags.
tiva por ter ordenado que elle entrasse em exercicio antes de havel-a prestado.	373
N. 418. — FAZENDA. — Em 1.º de Outubro de 1866. — A despesa com livros e objectos de expediente das Collectorias e Mesas de Rendas corre por conta dos respectivos Chefes e seus Escrivães; sendo que tambem a dos livros para a cobrança do sello e dizima de Chancellaria a cargo de outras Repartições e Agencias do Correio, deve ser feita á custa dos empregados das mesmas, ou das porcentagens que percebem.....	374
N. 419. — FAZENDA. — Em 1.º de Outubro de 1866. — Observa á Presidencia do Ceará que na autorização que dera para despesas da verba — Estações de arrecadação — devia ter-se limitado á parte relativa aos vencimentos dos empregados.....	375
N. 420. — FAZENDA. — Em 2 de Outubro de 1866. — Declara á Presidencia do Maranhão que na autorização que deu para uma despesa de 8:603\$737 deveria limitar-se aos vencimentos dos empregados.....	376
N. 421. — GUERRA. — Em 2 de Outubro de 1866. — Declara que os empregados publicos, em serviço da Guarda Nacional, não accumulando os respectivos vencimentos, têm entretanto o direito de opção.	376
N. 422. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 2 de Outubro de 1866. — Reconhece a necessidade de estabelecer um novo districto para o serviço de esgoto e limpeza das casas.....	377
N. 423. — GUERRA. — Em 3 de Outubro de 1866. — Declara quaes os vencimentos, que devem ser abonados aos Officiaes, que forem dispensados do serviço do Exército em operações.....	378
N. 424. — FAZENDA. — Em 3 de Outubro de 1866. — Declara que o credito concedido na Lei n.º 4334 de 24 de Agosto ultimo para «Juntas Militares de Justiça e Audito-	

	Pags.
res,» não deve ser addicionado ao do § 2.º art. 6.º da de n.º 1245 de 28 de Junho do anno passado.....	378
N. 425. — FAZENDA. — Em 3 de Outubro de 1866. — O rapé deve pagar os direitos pelo seu peso liquido ou real, não incluído o do envoltorio de papel e lamina de chumbo.....	379
N. 426. — FAZENDA. — Em 4 de Outubro de 1866. — Nega despacho a uns recibos assignados e apolices de seguro mutuo de vidas do Banco <i>União do Porto</i> , importados em uma caixa como amostras..	380
N. 427. — MARINHA. — Em 4 de Outubro de 1866. — Instruções para execução do Decreto n.º 3708 de 29 de Setembro de 1866, chamando ao serviço da marinha de guerra 4.600 dos indivíduos empregados na vida do mar, e matriculados nas capitánias dos portos, em virtude do art. 64, do Regulamento e Decreto n.º 447 de 19 de Maio de 1846.....	381
N. 428. — FAZENDA. — Em 5 de Outubro de 1866. — Nega provimento a um recurso sobre differença de quantidade em um despacho de vidros com pomada.....	383
N. 429. — FAZENDA. — Em 8 de Outubro de 1866. — Dá provimento a um recurso a respeito do despacho de umas peças de pellucia de seda e algodão, e indica a regra que deve ser observada na qualificação desta mercadoria.....	384
N. 430. — GUERRA. — Em 8 de Outubro de 1866. — Dá diversas providencias a respeito das fortalezas da barra da Capital do Imperio.....	385
N. 431. — GUERRA. — Em 8 de Outubro de 1866. — Declara quaes as condições, em que devem ser admittidos os individuos, que marchão para a guerra como substitutos de praças da Guarda Nacional.	386
N. 432. — JUSTIÇA. — Circular em 8 de Outubro de 1866. — Manda observar diversas providencias relativamente ao pagamento de dividas activas da Fazenda Publica.	386

	Pags.
N. 433. — GUERRA. — Em 9 de Outubro de 1866. — Declara que ás praças de pret não se permite estabelecer consignações.	387
N. 434. — FAZENDA. — Em 9 de Outubro de 1866. — A differença entre os 8 % e os 12 %, actualmente cobrados sobre o capital das loterias, deve formar parte da Receita Geral.....	388
N. 435. — FAZENDA. — Em 11 de Outubro de 1866. — Determina que fiquem sem effeito as nomeações dos Officiaes de descarga supranumerarios da Alfandega da Côte, visto ter cessado a causa por que forão elles admittidos.....	388
N. 436. — FAZENDA. — Em 11 de Outubro de 1866. — Trata do recurso do Administrador das capatazias da Alfandega da Côte a respeito da indemnização a que foi julgado com direito J. J. Lacaze, do valor de uma caixa com fazendas indevidamente arrematada.....	389
N. 437. — MARINHA. — Aviso de 11 de Outubro de 1866. — Penalidade á que ficão sujeitas as praças da Armada, que desertarem ainda mesmo fóra do theatro da guerra.....	391
N. 438. — GUERRA. — Em 11 de Outubro de 1866. — Determina que se passem titulos aos individuos, aos quaes se conceder honras de algum dos postos do exercito.	392
N. 439. — FAZENDA. — Em 12 de Outubro de 1866. — A's Repartições que pagão consignações descontadas dos vencimentos dos empregados, é que corre a obrigação de fazer as precisas communicações áquellas por onde o consignante recebe os vencimentos de seu emprego.	392
N. 440. — FAZENDA. — Em 12 de Outubro de 1866. — As decisões relativas a multas aos Administradores de Mesas de Rendas e Collectores por demora na entrega dos saldos, fóra dos casos previstos na Circular n.º 89 de 1860, competem ao Ministerio da Fazenda.....	393
N. 441. — FAZENDA. — Em 12 de Outubro de 1866. — Provimto de um recurso sobre	

	Pags.
restituição de direitos que de mais serão pagos em um despacho de caixas de velas de composição, pela differença, denunciada em tempo, de 600 libras para menos das declaradas na respectiva nota.....	394
N. 442. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1866. — A visita por parte da Alfandega ás embarcações que entrarem nos portos do Imperio deve ser feita depois da de Saude e Policia.....	395
N. 443. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1866. — Manda proceder a uma liquidação da divida proveniente do imposto de 2 % sobre a exportação, que deixou de ser paga na Alfandega do Pará no exercicio de 1862—63, e marcar o prazo de 30 dias para os devedores pagarem amigavelmente o seu debito.	396
N. 444. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1866. — As despezas com as Exposições quér nesta Córte, quér nas Províncias, devem ser levadas á conta do exercicio de 1865—66, embora sejam realizadas no semestre adicional.....	396
N. 445. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1866. — A disposição da nota 102 da Tarifa comprehende as alcatifas de lã com mescla de algodão ou linho.....	397
N. 446. — FAZENDA. — Em 15 de Outubro de 1866. — Sobre o despacho livre de um pavilhão de damasco e uns tocheiros dourados.....	398
N. 447. — FAZENDA. — Em 15 de Outubro de 1866. — Indefere uma reclamação contra o valor dado pela Commissão da Tarifa da Alfandega da Córte ao azul ultramarino artificial.....	398
N. 448. — GUERRA. — Em 16 de Outubro de 1866. — Declara que não é permittido estabelecer consignações superiores á importância dos respectivos soldos.....	399
N. 449. — FAZENDA. — Em 17 de Outubro de 1866. — O Decreto n.º 4354 de 19 do mez proximo findo, sómente aproveita aos	

	Pags.
pensionistas agraciados depois da data do mesmo.....	400
N. 450. — FAZENDA. — Em 18 de Outubro de 1866.—A's vantagens do art. 62 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 não tem direito o empregado que, ao findar-se ou estando finda a commissão e antes da volta ao seu lugar, obtiver licença.....	400
N. 451. — IMPERIO. — Em 18 de Outubro de 1866. — Ao Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. — Declara que os Oppositores só tem direito a uma gratificação qualquer que seja o numero de gabinetes, ou estabelecimentos em que estejam empregados; e que elles não podem escusar-se aos serviços para que forem nomeados pela Directoria.	401
N. 452. — FAZENDA. — Em 18 de Outubro de 1866.—Recurso a respeito dos vencimentos de um empregado da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que, dada por finda a commissão em que se achava no Estado Oriental, veio com licença a esta Côrte, d'onde regressou a tomar conta do seu lugar.....	402
N. 453. — FAZENDA. — Em 19 de Outubro de 1866.—Fixa a intelligencia dos arts. 58, observação 1.ª do Regulamento do sello e 31 do Decreto de 13 de Agosto de 1863.....	403
N. 454. — FAZENDA. — Em 19 de Outubro de 1866.—Prorogação por sete annos do prazo de duração da Caixa Commercial de Maceió, na Provincia das Alagoas.	403
N. 455. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1866.—Sobre o pagamento de dividas inscriptas de Mato Grosso.....	404
N. 456. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1866.—Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda quando receberem do Director Geral dos Correios communicação de remessas de estampilhas á respectiva Administração na Provincia.	405
N. 457. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1866.—Solve duvidas sobre a applica-	

	Pags.
ção do Decreto n.º 3699 de 19 de Setembro proximo passado.....	406
N. 458. — FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1866. — Os Porteiros das Secretarias e quaesquer outros responsaveis por quantias adiantadas para despesas com objectos de serviço, devem prestar contas perante o Thesouro comprovadas com documentos.....	407
N. 459. — GUERRA. — Em 22 de Outubro de 1866. — Declara que o art. 16 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2038 de 25 de Novembro de 1857, não foi revogado pela Tabella do 4.º de Maio de 1858.....	407
N. 460. — FAZENDA. — Circular de 22 de Outubro de 1866. — Dá regras tendentes a facilitar aos responsaveis á Fazenda Nacional, officiaes publicos, e seus fiadores a prestação da caução exigida pelas disposições em vigor.....	408
N. 461. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 22 de Outubro de 1866. — Declara que a qualidade de proprietario do sólo não exime autorização previa do Governo para mineração.....	409
N. 462. — FAZENDA. — Circular de 22 de Outubro de 1866. — Providencia para execução dos arts. 5.º e 7.º da Lei n.º 1352 de 19 de Setembro proximo passado.....	410
N. 463. — FAZENDA. — Em 25 de Outubro de 1866. — Proibição de entrada nas Alfandegas e Mesas de Rendas aos negociantes A. Vasserot & filhos, e despachantes Ignacio Teixeira da Cunha Bustamante e Manoel José Rodrigues.	412
N. 464. — FAZENDA. — Em 25 de Outubro de 1866. — As isenções da Lei de 19 de Setembro proximo passado, só aproveitão ás pensões concedidas da data da mesma em diante.....	413
N. 465. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1866. — Sobre o pagamento de vencimentos a um Official de Engenheiros empregado em obras provinciaes, e	

	Pags.
de vantagens de commando a uns Chefes de corpos de voluntarios da patria em organização.....	414
N. 466. — FAZENDA. — Em 27 de Outubro de 1866. — Determina que nos exames de Grammatica Nacional se exija dos examinandos a prova escripta de analyse, além da de orthographia.....	415
N. 467. — FAZENDA. — Em 27 de Outubro de 1866. — As faltas de frequencia que tiverem o Ajudante do Procurador da Fazenda e os Empregados em serviço na Secção do Contencioso, devem ser justificadas perante o Inspector da Thesouraria.....	415
N. 468. — FAZENDA. — Em 27 de Outubro de 1866. — Dissolve a commissão creada por Aviso de 25 de Abril ultimo, para organizar a estatistica do commercio e navegação do Imperio.....	416
N. 469. — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1866. — Os devedores por letras á Fazenda Nacional só pelo Poder Legislativo podem ser dispensados do pagamento dos juros.....	417
N. 470. — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1866. — A nullidade dos contractos celebrados pelas Ordens regulares sem licença do Governo, só póde ser decretada judicialmente no Juizo dos Feitos, com audiencia dos interessados, e mediante a acção competente em que estes sejam convencidos.....	417
N. 471. — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1866. A Administração da Fazenda incumbe a defeza dos escravos da nação em juizo criminal, e della devem as Thesourarias encarregar algum Advogado, se o Procurador Fiscal escusar-se sendo para isso nomeado.....	418
N. 472. — FAZENDA. — Em 30 de Outubro de 1866. — Nos concursos para provimento dos empregos de Fazenda, deve correr um escrutinio para cada uma das provas.	419
N. 473. — FAZENDA. — Em 31 de Outubro de 1866. — O individuo a quem se tiver cas-	

	sado em uma Alfandega ou Mesa de Rendas o título de Despachante geral, Ajudante ou Caixeiro despachante, não poderá agenciar negocios em nenhuma outra destas Repartições.....	420
N. 474.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 2 de Novembro de 1866. — Sobre as obras da montanha da Bahia de que é empresario Thomaz de Aquino Gaspar.....	420
N. 475.	— FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1866. — A matricula das embarcações e da gente de mar compete exclusivamente ás Capitánias dos portos.....	421
N. 476.	— FAZENDA. — Em 5 de Novembro de 1866. — Approva a deliberação da Thesouraria do Rio Grande do Norte, de marcar aos Collectores de rendas geraes um prazo razoavel para especializarem e inscreverem os bens que houverem de offerecer para garantia da Fazenda..	422
N. 477.	— FAZENDA. — Em 6 de Novembro de 1866. — Responde a um Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, relativo ás transferencias das pennas d'agua, mostrando que a Recebedoria tem executado fielmente o art. 7.º do Decreto de 4 de Maio deste anno.	423
N. 478.	— FAZENDA. — Em 8 de Novembro de 1866. — As Thesourarias de Fazenda são competentes para decidir as questões que se suscitão entre as partes e as respectivas Administrações Diamantinas.....	424
N. 479.	— FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1866. — Dá provimento a um recurso sobre multa por differença de qualidade em um despacho de casimiras..	425
N. 480.	— FAZENDA. — Circular de 12 de Novembro de 1866. — Sobre a escripturação nas Thesourarias de Fazenda, das quantias provenientes da venda de mapps do theatro da guerra.....	426
N. 481.	— JUSTIÇA. — Em 12 de Novembro de 1866. — Decide duvidas a respeito do facto de advogarem em um Termo Ba-	

	Pags.
chareis formados, que nelle não são domi- ciliarios.....	426
N. 482. — JUSTIÇA. — Em 42 de Novembro de 1866. — Approva o procedimento da Pre- sidencia, acerca da demissão, por sim- ples falta de confiança, de um empre- gado no Juizo Municipal do Termo da Imperatriz.....	427
N. 483. — FAZENDA. — Circular de 43 de No- vembro de 1866. — O tempo de serviço dos Officiaes do Exercito para a con- cessão do meio soldo a seus herdeiros, quando fôr interrompido por mais de uma praça, deve ser liquidado da mes- ma maneira por que o é para a con- cessão da reforma.....	428
N. 484. — FAZENDA. — Em 43 de Novembro de 1866. — A disposição do art. 4.º do De- creto n.º 4307 de 22 de Junho deste anno só é applicavel ás filhas casadas dos Officiaes do Exercito e Armada fal- lecidos e que fallecerem depois da sua promulgação.....	428
N. 485. — FAZENDA. — Em 43 de Novembro de 1866. — Indefere o recurso do Comman- dante dos Guardas da Alfandega das Alagôas, sobre o pagamento, a que se julgava com direito, dos vencimentos de Guarda-Mór, dos dias em que este fôra desempenhar uma commissão do seu emprego.....	429
N. 486. — FAZENDA. — Em 44 de Novembro de 1866. — Os Capitães dos portos e seus delegados, sempre que tiverem de exer- cer as respectivas attribuições em re- lação aos patrões e remadores de esca- leres das Alfandegas, devem entender-se com os Chefes destas Repartições....	430
N. 487. — FAZENDA. — Circular de 44 de No- vembro de 1866. — Manda escripturar em deposito, no exercicio corrente, as quantias provenientes das subscrições para o Asylo de Invalidos da Patria..	430
N. 488. — FAZENDA. — Em 45 de Novembro de 1866. — As adjudicações á Fazenda Pro- vincial de bens de raiz, que nas par-	

	Pags.
tilhas se separão para pagamento da respectiva taxa de heranças e legados, estão sujeitas ao imposto da siza.....	431
N. 489. — FAZENDA. — Em 15 de Novembro de 1866. — A declaração voluntaria das differenças de mercadorias encontradas nos volumes postos a despacho não pôde ser admittida senão antes de começar a respectiva conferencia.....	431
N. 490. — FAZENDA. — Em 15 de Novembro de 1866. — Reclama do Ministerio da Justiça providencias contra os individuos que vendem fracções dos bilhetes de loterias legalmente autorizadas, sob a fórma de cessão do interesse das mesmas, ou emissão de titulos manuscriptos representando sociedades nos bilhetes.	432
N. 491. — FAZENDA. — Em 16 de Novembro de 1866. — Indefere o recurso de um Empregado, sobre o pagamento de vencimentos dos dias em que esteve impedido em trabalhos eleitoraes, como Presidente da Mesa Parochial.....	433
N. 492. — FAZENDA. — Circular de 16 de Novembro de 1866. — Declara não abonaveis as faltas que derem os empregados para comparecerem a funcções e actos eleitoraes na qualidade de Juizes de Paz ou Vereadores.....	433
N. 493. — FAZENDA. — Circular de 16 de Novembro de 1866. — Determina que as Thesourarias abráo concurso para lugares das mesmas e das Alfandegas, independente de ordem especial do Thesouro, logo que se dê vaga de empregos cujo provimento dependa dessa formalidade.....	434
N. 494. — GUERRA. — Em 16 de Novembro de 1866. — Declara quaes os vencimentos, que competem aos Directores dos hospitaes militares na fórma das tabellas de 7 de Março de 1857 e 1.º de Maio de 1858.....	435
N. 495. — GUERRA. — Circular em 16 de Novembro de 1866. — Declara como devem proceder as Thesourarias de Fazenda	

	Pags.
quando lhes fôr presente alguma provisão concedendo soldo dobrado aos Voluntarios da Patria, na fôrma do art. 40 do Decreto n.º 3374 de 7 de Janeiro de 1865.....	435
N. 496. — FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1866. — Declara approvedo pelo Ministerio da Guerra o abono do soldo a um Tenente Coronel reformado de 2.ª Classe, manda fazer o respectivo assentamento, preenchidas certas formalidades, e determina que em casos semelhantes devem os processos ser remettidos directamente ao dito Ministerio, ou proceder-se nos termos das Instrucções de 20 de Fevereiro de 1861.....	436
N. 497. — FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1866. — Sobre o pagamento das despesas miudas da Secretaria do Ministerio da Justiça, a cargo do respectivo Porteiro.	437
N. 498. — FAZENDA. — Circular de 19 de Novembro de 1866. — Não é computavel para as aposentadorias o serviço prestado nos Corpos Policiaes posteriormente á publicação da Lei de 12 de Agosto de 1834,	438
N. 499. — FAZENDA. — Em 19 de Novembro de 1866. — Approva as emendas feitas pela Assembléa Geral da Caixa Commercial da Bahia aos arts. 54, 56 e 60 de seus Estatutos, e rejeita outras.....	439
N. 500. — FAZENDA. — Em 20 de Novembro de 1866. — O favor do art. 8.º da Lei de 20 de Julho de 1864 é unicamente concedido ás viúvas e filhas dos Officiaes do Exército que podião ser reformados nos termos da Lei de 18 de Agosto de 1852.....	440
N. 501. — FAZENDA. — Em 20 de Novembro de 1866. — Os livros destinados á escripturação dos bens de defuntos e ausentes são isentos do imposto do Sello.....	440
N. 502. — FAZENDA. — Em 20 de Novembro de 1866. — Os Commandantes dos vapores da Companhia Brasileira são obrigados a contar e verificar as sommas que recebem para transportar aos seus des-	

- linos ; não assim quanto ás notas substituidas e já inutilizadas que trazem para o Thesouro..... 441
- N. 503. — FAZENDA. — Em 21 de Novembro de 1866. — Reclama contra a declaração—*sem estipulação de juros*—que fazem alguns Officiaes do registro das hypothecas, por occasião de procederem á inscripção dos bens immoveis dos responsáveis á Fazenda Nacional..... 442
- N. 504. — IMPERIO. — Em 21 de Novembro de 1866. — Ao Presidente do Pará— Declara que não se deve abonar congrua a um Conego suspenso das ordens e mais funções ecclesiasticas pelo respectivo Prelado *ex-informata conscientia*..... 443
- N. 505. — FAZENDA. — Em 22 de Novembro de 1866. — Sobre a reclamação do Vice-Consul da Hespanha em Pernambuco, contra o baldeamento de carvão de pedra effectuado no porto da Ilha de Fernando de Noronha, de bordo do vapor *Lady Flora* para o *Cycloon*, que o mesmo Vice-Consul diz ser corsario chileno... 444
- N. 506. — FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1866. — Declara como se deve proceder a cobrança do sello proporcional dos contractos para fornecimentos, cuja importancia não é possível determinar logo no acto da assignatura..... 445
- N. 507. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Novembro de 1866. — Decide que os Coroneis Com-mandantes Superiores, em seus Municipios, tem precedencia entre todos os Coroneis da Guarda Nacional mais antigos, ficando entretanto sujeitos ás precedencias das Leis vigentes quando não se acharem na hypothese alludida... 446
- N. 508. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Novembro de 1866. — Resolve que a suspensão de que trata o art. 4.º do Decreto n.º 3506 de 4 de Agosto de 1865 não é medida preparatoria do processo, nem effeito de sentença, como nos arts. 63 e 111 da Lei n.º 602 de 1850, senão provi-

	Pags.
dencia administrativa e extraordinaria como a do art. 61 da mesma Lei....	446
N. 509. — JUSTIÇA. — Aviso de 24 de Novembro de 1866. — Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia de Pernambuco. Declara que a disposição do art. 51 do Decreto n.º 1597 do 4.º de Maio de 1855, refere-se unicamente aos Adjuntos que, havendo deixado o exercicio das Relações, tem assento e fazem parte dos Tribunaes do Commercio.....	447
N. 510. — FAZENDA. — Em 24 de Novembro de 1866. — O pagamento dos vencimentos dos Empregados da Conservatoria do Commercio não corre por conta do Estado..	448
N. 511. — FAZENDA. — Em 24 de Novembro de 1866. — Recurso de uma decisão do Thesouro, que confirmou a da Thesouraria de Minas, mandando completar a medição de 100.000 braças quadradas de terreno diamantino, arrematadas por um individuo, com parte de um lote que havia sido concedido ao recorrente...	449
N. 512. — FAZENDA. — Em 26 de Novembro de 1866. — Confirma a disposição da Ordem de 23 de Junho ultimo, sobre a substituição das notas de 5\$000 da 4.ª estampa com os fundos pertencentes á Caixa geral.....	450
N. 513. — FAZENDA. — Em 26 de Novembro de 1866. — Dando-se a adjudicação definitiva de quaesquer bens á Fazenda Nacional, devem as Thesourarias dar logo parte ao Thesouro para resolver sobre a sua venda ou incorporação.....	451
N. 514. — GUERRA. — Em 26 de Novembro de 1866. — Permite a accumulção de vencimentos a um Amanuense da Repartição do Quartel Mestre General e 4.º Tenente da Guarda Nacional por ter effectivamente prestado um e outro serviço.....	452
N. 515. — MARINHA. — Aviso de 26 de Novembro de 1866. — Modifica a distribuição dos trabalhos a cargo das Secções da Secretaria de Estado pelos arts. 3.º, 4.º, 5.º	

	e 6.º, do Decreto n.º 2359, de 19 de Fevereiro de 1859.....	Pags. 453
N. 516.	— FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1866. — Resolve a duvida — se imposta á parte a multa de 1 1/2 % pela declaração de ignorar a quantidade e qualidade da mercadoria —, deve ainda ser-lhe applicada a dos direitos em dobro quando, na conferencia da sahida, se reconhecerem differenças provenientes de engano do empregado processador do despacho.....	454
N. 517.	— FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1866. — Indefere um recurso de Brandon & Harrah interposto da decisão da Alfandega da Côrte, que, por occasião do despacho de umas caixas com gregas e franjas de seda e algodão com vidrilhos, impóz-lhes não só a multa 1 1/2 % mas tambem a dos respectivos direitos em dobro.....	455
N. 518.	— GUERRA. — Em 27 de Novembro de 1866. — Manda considerar vencida a cavalgadura a que tinha direito um Official, e que provou tel-a perdido em combate.....	456
N. 519.	— MARINHA. — Aviso de 27 de Novembro de 1866. — Dispõe a maneira, por que devem ser pagos dos semestres os Imperiaes Marinheiros destacados nas Companhias de Aprendizizes.....	457
N. 520.	— FAZENDA. — Em 28 de Novembro de 1866. — Declara que o privilegio concedido ao Dr. Antonio Alves da Silva Pinto, para a exploração e navegação dos rios Macabú e Imbé, não caducou pela morte do concessionario, e que portanto subsiste a resolução que isenta de direitos os objectos destinados a tal empreza.....	458
N. 521.	— FAZENDA. — Circular de 29 de Novembro de 1866. — Faz extensivas a todas as Provincias do Imperio as providencias das Circulares de 22 de Outubro proximo findo; e autoriza a venda, em qualquer Provincia, de apolices do valor	

	Pags
nominal de 200\$000 e juro de 6 % ao anno.....	458
N. 522. — FAZENDA. — Circular de 29 de Novembro de 1866. — Declara que o art. 43 da Lei de 28 de Outubro de 1848, comprehende a porcentagem que se abona aos cobradores.....	459
N. 523. — GUERRA. — Em 29 de Novembro de 1866. — Declara que as praças do Exercito transferidas de umas para outras, Provincias devem ser sempre acompanhadas das respectivas guias de soccorrimento.....	460
N. 524. — GUERRA. — Em 29 de Novembro de 1866. — Declara o tempo que são obrigados a servir os menores mandados admittir na respectiva Companhia do Arsenal de Guerra da Côte.....	460
N. 525. — IMPERIO. — Em 29 de Novembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas — Declarando que o exercicio do cargo de Vereador não é incompativel com o serviço dos facultativos en- gajados para o Corpo de Saude do Exercito.....	461
N. 526. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 29 de Novembro de 1866. — Altera o preço da entrada no edificio da Exposição Nacional.....	462
N. 527. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 29 de Novembro de 1866. — Proroga o prazo para o encerramento da Exposição Nacional.....	462
N. 528. — GUERRA. — Em 30 de Novembro de 1866. — Declara que os mestres das officinas dos Arsenaes de Guerra, não sendo considerados Empregados Publicos, mas sim jornaleiros, não tem direito de opção quanto a vencimentos.....	463
N. 529. — FAZENDA. — Circular de 30 de Novembro de 1866. — Fixa a intelligencia do art. 663 § 1.º do Regulamento das Alfandegas.....	464
N. 530. — FAZENDA. — Em 30 de Novembro de 1866. — Dá provimento a um recurso	

	Pags.
contra a classificação de—barretes de lã dobrados—no art. 754 da Tarifa...	464
N. 534. — JUSTIÇA. — Aviso em 4.º de Dezembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia das Alagôas. — Declara que não ha incom- patibilidade no exercicio simultaneo dos cargos de Delegado de Policia e Juiz Commissario.....	465
N. 532. — MARINHA. — Aviso do 1.º de Dezembro de 1866. — Determina o modo de cobrar o imposto do sello proporcional, a que estão sujeitos os contractos celebrados para fornecimento de generos, cuja im- portancia não é possível fixar logo no acto da assignatura.....	465
N. 533. — FAZENDA. — Circular do 4.º de Dezem- bro de 1866. — Declara que ficão exten- sivas aos Officiaes reformados da Ar- mada, residentes nas Provincias, as disposições da Circular n.º 89 de 20 de Fevereiro de 1864.....	466
N. 534. — FAZENDA. — Circular de 3 de Dezembro de 1866. — Manda organizar um Quadro da divida passiva do Imperio, e dá regras para a organização e remessa das re- lações de restos a pagar, na fórmula do Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862.....	467
N. 535. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1866. — Concede isenção de direitos para as caldeiras, machinas e utensis que forem importados pelo Dr. M. P. da Silva Ubatuba, para o serviço da sua fabrica de <i>extractum carnis</i>	468
N. 536. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de de 1866. — A transferencia do pagamento do juro das apolices para as Provincias regula-se pelo disposto nos Decretos n.º 446 de 1842 e n.º 709 de 1850.....	469
N. 537. — GUERRA. — Em 3 de Dezembro de 1866. — Approva os programmas para os exames, que devem prestar as praças do Deposito de aprendizes Artilheiros, com as alterações estabelecidas no pre- sente Aviso.....	470

	Pags.
N. 538. — FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1866. — Recommenda a observancia da Circular n.º 134 de 21 de Março de 1860...	471
N. 539. — FAZENDA. — Circular de 5 de Dezembro de 1866. — Os Parochos collados, licenciados por acto do Governo Provincial, não podem perceber congrua por mais de tres mezes.....	471
N. 540. — FAZENDA. — Em 5 de Dezembro de 1866. — Os officiaes de descarga supranumerarios devem pagar direitos de 5 % sobre os respectivos vencimentos....	472
N. 541. — FAZENDA. — Em 5 de Dezembro de 1866. — Autoriza a Thesouraria do Pará a admittir o uso de encadernarem-se por annos civis as minutas de sua correspondencia.....	473
N. 542. — FAZENDA. — Em 5 de Dezembro de 1866. — A solução de questões relativas á entrega de dinheiros de orphãos e de defuntos e ausentes não compete aos Presidentes de Provincias; sendo attribuição das Thesourarias de Fazenda oppôr-se a taes entregas, sempre que não tiverem sido cumpridas as formalidades legaes.....	473
N. 543. — FAZENDA. — Em 5 de Dezembro de 1866. — Declara que um Parocho Collado que estivera licenciado por mais de tres mezes, por acto do Governo Provincial, não está obrigado a restituir a importância da congrua correspondente ao tempo que excedeu daquelle prazo por não vigorar naquelle tempo a intelligencia fixada na Circular desta data....	474
N. 544. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1866. — Declara que a folha das gratificações dos individuos nomeados para coadjuvarem os Empregados da Caixa da Amortização em certo trabalho, deve ser paga directamente pelo Thesouro....	475
N. 545. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1866. — Não approva o adiantamento de 300\$000 a um Empregado que marchou para o exercito em campanha, como Official da Guarda Nacional, e declara	

	Pags.
que quando os Empregados, em taes casos optão pelos seus vencimentos, correm estes por conta do Ministerio da Guerra.....	476
N. 546. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1866. — Explica varias decisões do Thesouro relativas á entrega de quantias pertencentes a orphãos, quando estes tem fallecido.....	477
N. 547. — MARINHA. — Aviso de 7 de Dezembro de 1866. — Dá providencias ácerca do Conselho de compras dos navios surtos nos portos, em que não esteja o Commandante da Divisão Naval.....	479
N. 548. — FAZENDA. — Em 10 de Dezembro de 1866. — Sobre a entrega, ordenada pela Presidencia de Pernambuco, de uma quantia recolhida á Thesouraria de Fazenda por emprestimo do cofre de orphãos, pertencente a uma orphã já fallecida.....	480
N. 549. — FAZENDA. — Em 10 de Dezembro de 1866. — Determina que o imposto de 8 % sobre o capital das loterias, e o de 4 % para o Monte de Soccorro, entre d'ora em diante para o Thesouro conjunctamente com o beneficio liquido da loteria que tiver de extrahir-se.....	481
N. 550. — FAZENDA. — Em 10 de Dezembro de 1866. — Indeferimento de um recurso a respeito de uma porção de vidros de agua da Colonia e outras perfumarias acondicionadas em caixinhas de madeira, de que forão cobrados os direitos pelo peso bruto.....	481
N. 551. — FAZENDA. — Em 11 de Dezembro de 1866. — Sobre o requerimento do Presidente da Companhia de navegação e commercio do Amazonas, pedindo que aos vapores da mesma companhia se permita tocar em qualquer porto além dos de escala.....	482
N. 552. — FAZENDA. — Circular de 11 de Dezembro de 1866. — Determina que as Thesourarias de Fazenda cobrem 48000 de emolumentos de todos os Avisos, Por-	

- tarias ou Ordens que lhes forem expedidas pelo Ministerio da Guerra em favor de partes, exceptuadas as ordens que indica..... 483
- N. 553. — FAZENDA. — Circular de 12 de Dezembro de 1866. — Fixa a intelligencia da palavra—menores—de que tratão o art. 1.º § 1.º das Instrucções de 16 de Janeiro de 1860, a alteração 2.ª das do 1.º de Março de 1861, e a Circular de 25 de Janeiro de 1866..... 484
- N. 554. — FAZENDA. — Em 12 de Dezembro de 1866. — Sobre a necessidade de estabelecer-se um responsavel pela receita e despeza da Escola Militar..... 485
- N. 555. — FAZENDA. — Em 12 de Dezembro de 1866. — Declara ter sido indeferido o recurso de um Empregado de Fazenda, a respeito de pagamento de vencimentos dos dias em que elle como Juiz de Paz presidira a Junta de qualificação de uma freguezia..... 485
- N. 556. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 12 de Dezembro de 1866. — Approva as Tarifas e Instrucções relativas ao transporte de viajantes e mercadorias e ao serviço do telegrapho electrico na estrada de ferro de Santos a Jundiahy..... 486
- N. 557. — FAZENDA. — Em 13 de Dezembro de 1866. — Nota a irregularidade havida na escripturação de uma quantia, proveniente de custas vencidas por um Juiz dos Feitos da Fazenda..... 499
- N. 558. — GUERRA. — Em 14 de Dezembro de 1866. — Declara que os Commandantes de Companhias de operarios militares, tendo vencimentos marcados por iguaes exercicios no Exercito, estão sujeitos aos mesmos cnus..... 499
- N. 559. — JUSTIÇA. — Aviso de 14 de Dezembro de 1866. — Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco. — Declara que as duvidas propostas sobre a intelligencia dos arts. 662, 663 e 664 do Decreto n.º 737 de 25 de Novembro

- de 1850, relativamente a offerecimento de documentos nos embargos oppostos as sentenças, não estão sujeitas a decisão do Poder Executivo, mas sim a jurisprudencia dos Tribunaes..... 500
- N. 560. — FAZENDA. — Circular de 15 de Dezembro de 1866. — As procurações passadas para o recebimento de dinheiro dos cofres nacionaes devem considerar-se revogadas, dando-se o facto de cobrar pessoalmente o constituinte, na ausencia do procurador, alguma das prestações cujo recebimento lhe commettêra.. 501
- N. 561. — FAZENDA. — Em 15 de Dezembro de 1866. — Manda executar provisoriamente as Instrucções expedidas para a boa administração dos Proprios Nacionaes do Municipio da Côte..... 502
- N. 562. — FAZENDA. — Em 15 de Dezembro de 1866. — Indefere um recurso sobre multa de direitos em dobro, por differença encontrada no peso de 5 caixas com sulphato de quinino..... 506
- N. 563. — FAZENDA. — Em 18 de Dezembro de 1866. — Direitos a que estão sujeitas as Apolices da divida publica quando adquiridas por herança ab-intestado, e no caso em que o herdeiro faz cessão da herança..... 507
- N. 564. — FAZENDA. — Em 18 de Dezembro de 1866. — Provimento de recurso de revista sobre multa de direitos dobrados em um despacho de presuntos..... 507
- N. 565. — GUERRA. — Em 18 de Dezembro de 1866. — Determina como se deve proceder na distribuição das costuras, que tenham de ser manufacturadas fóra do Arsenal de Guerra da Côte..... 508
- N. 566. — FAZENDA. — Em 20 de Dezembro de 1866. — Declara que os assignantes das Alfandegas não estão comprehendidos no art. 3.º § 5.º da Lei hypothecaria, e como deve ser garantida a caução dos mesmos..... 509
- N. 567. — FAZENDA. — Em 24 de Dezembro de 1866. — Responde ao Aviso do Ministerio

- da Marinha requisitando que sejam pagas as pensões concedidas á praças da Armada, que por falta de meios não tirarão ainda os seus titulos..... 510
- N. 568. — FAZENDA. — Em 24 de Dezembro de 1866. — Nega approvação ao acto da Thesouraria de Minas, mandando abonar a um responsavel a quantia em que ficou alcançado, por ser credor de igual quantia proveniente de vencimentos... 544
- N. 569. — FAZENDA. — Em 22 de Dezembro de 1866. — Declara que a viuva de um Major reformado que servio na 2.^a linha, não tem direito a augmento de meio soldo pelos postos a que seu marido fôra promovido na mesma 2.^a linha..... 544
- N. 570. — IMPERIO. — Em 22 de Dezembro de 1866. — A' Illustrissima Camara Municipal. — Declarando que não compete a ella regular a navegação da bahia por suas posturas, visto pertencer esse objecto aos Regulamentos do Porto e a Policia..... 542
- N. 574. — IMPERIO. — Em 22 de Dezembro de 1866. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declarando que a falta de remessa da lista de qualificação aos Juizes de Paz em exercicio nos diversos Districtos da Parochia, ou a da sua publicação por estes, não é bastante para annullar-se a qualificação..... 543
- N. 572. — IMPERIO. — Em 22 de Dezembro de 1866. — A' Illustrissima Camara Municipal. — Declarando que a Lei do 4.^o de Outubro de 1828 em nenhuma das suas disposições confere ás Camaras Municipaes a faculdade de fixarem o numero de caixeiros dos estabelecimentos industriaes ou commerciaes ; e que portanto não póde a Illustrissima Camara Municipal intervir na fixação do numero de caixeiros das bancas da Praça do Mercado..... 544
- N. 573. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 24 de Dezembro de 1866. — Approva as Instrucções para o

	Pags.
serviço do telegrapho da estrada de ferro da Bahia.....	515
N. 574. — FAZENDA. — Em 26 de Dezembro de 1866. — Declara não aceitavel, por não ser original, um documento annexo a um requerimento de aposentadoria...	521
N. 575. — FAZENDA. — Em 26 de Dezembro de 1866. — Ordena que na Alfandega de Sergipe se observem as disposições vigentes, em relação aos empregados a quem forão arbitradas gratificações pelo serviço de arrecadarem os salvados de um navio, que naufragara na barra do Propriá.....	521
N. 576. — GUERRA. — Em 26 de Dezembro de 1866. — Determina que quando no Arsenal de Guerra se recebão quaesquer objectos se extraião immediatamente os respectivos conhecimentos.....	522
N. 577. — GUERRA. — Em 26 de Dezembro de 1866. — Declara que não estão sujeitos ao pagamento de sello, direitos e emolumentos os Empregados de Fazenda de mera commissão temporaria, devendo todavia os que tiverem titulo pagar emolumentos e sello.....	523
N. 578. — FAZENDA. — Em 26 de Dezembro de 1866. — Trata da nomeação, incompetentemente feita, do Porteiro da Alfandega do Rio Grande do Norte para exercer as funcções de leiloeiro na arrematação dos salvados de um navio que naufragara, e da pretensão do mesmo ao pagamento da respectiva gratificação....	523
N. 579. — FAZENDA. — Em 27 de Dezembro de 1866. — Devolve á Thesouraria da Parahyba o requerimento de um Solicitador dos Feitos da Fazenda, pedindo sua aposentadoria, a fim de que sejam observadas a tal respeito as disposições do art. 57 do Decreto n.º 736 de 1850, e Circular n.º 23 de 2 de Março de 1861....	525
N. 580. — MARINHA. — Aviso de 29 de Dezembro de 1866. — Declara o que se deve praticar a respeito dos Aprendizizes Artifices que se ausentarem.....	526

ADDITAMENTO.

	Pags.
N. 4. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1866. — Instrucções para a liquidação da divida activa em atrazo.....	3

COLLECCÃO

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DE

1866.

N. 1.— FAZENDA. — EM 2 DE JANEIRO DE 1866.

O Conselho de Estado não toma conhecimento dos recursos que lhe são dirigidos sem que sejam assignados por Advogados do mesmo Conselho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, que Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução de 29 de Novembro último, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, a respeito do recurso que Manoel Polycarpo Moreira de Azevedo e Manoel Pereira Camello Pessoa, como avaliadores dos bens do extincto encapellado de Itambé, inter-

pozerão da decisão do mesmo Tribunal, confirmatoria da da referida Thesouraria, mandando pagar-lhes os respectivos emolumentos pelo Regimento de 40 de Outubro de 1754, e Instrucções de 28 de Abril de 1851 e não, como pretendião, pelo Regimento de custas de 3 de Março de 1835, Houve por bem rejeitar o dito recurso por não ter sido assignado por Advogado do Conselho de Estado, nos termos do art. 37 do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 2. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 2 DE JANEIRO DE 1866.

Resolve uma duvida da Recebedoria da Côrte sobre a validade de uns titulos de liquidação de sociedade e partilha, passados no Consulado Geral de França.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, o Aviso do Ministerio de Estrangeiros de 14 de Dezembro proximo passado, junto por cópia, solvendo a duvida que na Recebedoria da Côrte se suscitára sobre a validade dos titulos de liquidação de sociedade e partilha, passados no Consulado Geral de França por occasião do fallecimento do subdito francez Fernando Carlos Martin, e juntos ás petições em que solicitarão Francisco de Araujo Reis Vianna, socio que fôra do finado, a transferencia para seu nome da matricula dos escravos pertencentes á extincta sociedade, e a viuva Martin que lhe fossem averbadas duas casas lançadas em sua meação na partilha feita pelo sobredito Consulado.

José Pedro Dias de Carvalho.

2.ª Secção.— N. 30.— Ministerio dos Negocios Estrangeiros.
Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1863.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o Aviso de 18 de Novembro ultimo, pelo qual foi V. Ex. servido submeter a minha consideração e resolução a duvida que o Administrador da Recebedoria do Municipio propoz, em seus officios de 30 de Setembro e 21 de Outubro proximos findos, sobre a validade dos titulos de liquidação de sociedade e partilha, passados no Consulado Geral de França por occasião do fallecimento do subdito francez Fernando Carlos Martin, e juntos ás petições em que pedirão Francisco de Araujo Reis Vianna, socio que fôra do finado, a transferencia para seu nome da matricula dos escravos pertencentes á extincta sociedade, e a viuva Martin que lhe fossem averbadas duas casas, lançadas em sua meação na partilha feita pelo sobredito Consulado.

Satisfazendo á requisição de V. Ex., tenho a honra de declarar-lhe que a resolução do Governo Imperial sobre os inventarios irregularmente feitos nos Consulados das Nações signatarias das Convenções Consulares, por isso que se refere a inventarios anteriores á data de sua expedição, e já findos, não é applicavel ao presente caso, segundo entendeu o referido Administrador, visto como o fallecimento de Martin occorreu posteriormente; e, por ser medida excepcionalmente tomada para casos particulares, não estabeleceram, quanto ás clausulas dos ditos actos internacionaes relativas a heranças, uma intelligencia diversa daquella que o Governo Imperial fixara em suas declarações officiaes. E' eydente, porém, á vista desta intelligencia, que o Consulado de França não podia arrecadar a herança do sobredito Martin, nem liquidar a sociedade em que o mesmo finado tinha parte, e que o seu procedimento, além de incompetente, foi irregular, pelas razões que passo a offerecer á esclarecida apreciação de V. Ex.

1.º Havendo viuva meieira e cabeça de casal, estando ella presente, não podia verificar-se a intervenção consular;

2.º A nomeação de tutor, segundo tem sempre sustentado o Governo Imperial, pertence a autoridade local, e é certo que semelhante attribuição não podia ser exercida, como foi no caso sujeito, por não haver sido expressamente conferida aos Agentes Consulares francezes, não estar comprehendida, nem derivar das faculdades que lhes outorgou a Convenção de 10 de Dezembro de 1830, e finalmente porque não estipularão os dous Governos contractantes que a nomeação dos tutores aos menores filhos de Francezes, nascidos no Brasil, deve ser feita por um conselho de familia, de conformidade com a Lei franceza;

3.º A faculdade concedida ao Consul de liquidar heranças de seus nacionaes, não comprehendendo senão bens pertencentes ao finado, não importa a de liquidar a sociedade em que o mesmo tinha parte, porque não pôde ser exercida em relação aos bens da sociedade, que são de outrem, e não se achão nas circumstancias que motivão a intervenção consular. Além disso a liquidação das sociedades está regida por disposições especiaes do Código do Commercio, que a Convenção não revogou expressamente, e que, devendo por essa razão ser observadas, tambem o devem ser porque, não attribuindo no caso de fallecimento de socio a liquidação da sociedade ao Juiz do inventario, mesmo quando ha menores, como se vê do art. 353 do dito Código, ellas repellem por isso mesmo a intervenção do Consul que, sendo substitutiva da acção daquelle Juiz, não é possível senão quando a mesma acção é admissivel. Acrescece por ultimo que, sendo as

alludidas disposições do Código do Commercio applicaveis a todos os casos de liquidação, não pôde o Consul invocar o art. 6.º da Convenção para proceder á liquidação da sociedade dissolvida pela morte de um socio de sua nação, porque não lhe cabe tal faculdade, em virtude do mesmo artigo, quando outras são as causas de dissolução das sociedades em que seus nacionaes têm parte.

Resulta, porém, da irregularidade e incompetencia com que o Consul de França procedeu á liquidação de sociedade e partilha de que se trata, que são nullos os actos por elle praticados, e portanto sem valor e de nenhum effeito o titulo apresentado pelo socio Reis Vianna, bem como o documento exhibido como titulo de partilha pela viuva Martin, sendo para notar que esse documento não é senão um resumo da partilha, muito incompleto, sem homologação da autoridade local competente, e assim ainda nullo por faltar essa formalidade, que a Circular de 6 de Fevereiro exigio para que tenham valor as partilhas feitas pelos Consules.

Deixando respondido nestes termos o supracitado Aviso de V. Ex., aproveito esta oportunidade para offerrecer a V. Ex. os reiterados protestos da perfeita estima e alta consideração que lhe consagro.—*José Antonio Saraiva.*—A' S. Ex. o Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

N. 3.— GUERRA. — EM 3 DE JANEIRO DE 1866.

Instrucções expedidas pelo Ministerio da Guerra sobre a organização das Companhias de Operarios Militares.

Gabinete do Ministro.— Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro em 3 de Janeiro de 1866.

Na conformidade dos arts. 2.º e 4.º do Decreto n.º 3555 de 9 de Dezembro de 1865, ordeno que na organização, administração, economia e serviço interno e externo das Companhias de Operarios Militares dos Arsenaes de Guerra se observem os seguintes

Instrucções.

Art. 1.º O Corpo e Companhia de Artifices dos Arsenaes de Guerra e outros estabelecimentos militares, ora existentes, serão convertidos, conforme o numero de praças, que tiverem, em Companhias ou Secções de Companhias de Operarios Militares.

Art. 2.º O Arsenal de Guerra da Córte poderá ter tres ou mais Companhias; e cada um dos demais Arsenaes, assim como a fabrica de ferro de S. João de Ipanema, terá uma Companhia ou Secção de Companhia, conforme o numero de praças que reunir.

§ Unico. O Arsenal de Guerra da Córte fornecerá praças, uma ou mais turmas, ou companhias, conforme as exigencias do serviço publico, para a Fabrica da Polvora, e outros estabelecimentos dependentes do mesmo Arsenal.

Art. 3.º As Companhias se denominarão — Companhias de Operarios Militares, e terão a organização constante do plano annexo.

Art. 4.º Cada Companhia será dividida em turmas pelo menos de 20 praças, que deverão ter o mesmo officio, se fór isso possivel.

Art. 5.º Terão praça nas Companhias de Operarios:

§ 1.º As praças do extinto Corpo e Companhias de Artifices, que pelo seu progresso ou aproveitamento nas artes, a que se tiverem applicado, e pelo seu comportamento merecerem ser transferidas para as mesmas Companhias, se não preferirem servir nos Corpos do Exercito.

§ 2.º Os que voluntariamente assentarem praça ou se contractarem.

§ 3.º Os mancebos de que trata o art. 40 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1842.

§ 4.º Os filhos das praças de pret, fallecidas em campanha, ou em serviço, que ficarem sem amparo de familia, e tiverem aptidão para os officios, que se exercitão nos arsenaes, fabricas de ferro e de polvora e laboratorios.

§ 5.º Os filhos dos operarios externos dos estabelecimentos, de que trata o art. 2.º, que estiverem nas circumstancias do paragrapho antecedente.

Art. 6.º Para alistar-se ou contractar-se nas Companhias de Operarios Militares é necessario:

§ 1.º Ter bom comportamento civil e militar, idade de 12 a 19 annos, e ter sido vaccinado.

§ 2.º Saber ler, escrever e contar pelo menos as quatro especies.

§ 3.º Ter principios de officio nas artes, que ensinao ou praticão nas fabricas, oficinas e laboratorios pyrotecnicos e militares.

Art. 7.º O tempo de serviço para os operarios militares, quer engajados ou contractados, quer transfe-

ridos das Companhias de Menores dos Arsenaes, e do Corpo, e Companhia de Artífices, nas respectivas Companhias, ou no Exercito, quando nelle forem empregados na fórma do art. 9.º, será sempre o marcado pelo art. 10 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1842, e que são obrigados a servir nas Companhias de Artífices os mancebos dos Arsenaes de Guerra.

Art. 8.º Cada Companhia poderá ser commandada por um Capitão ou official subalterno reformado :

§ 1.º Quando existirem duas ou mais Companhias, haverá um Commandante Geral, Official Superior ou Capitão reformado, podendo, neste caso, os Commandantes de Companhias ser tirados da classe dos chefes de turmas, que por sua aptidão e comportamento merecem ser elevados á essa categoria.

§ 2.º Os chefes de turmas serão escolhidos d'entre as melhores e mais bem morigeradas praças da Companhia, que tiverem a necessaria aptidão.

Art. 9.º Os operarios militares serão empregados nos seguintes serviços : 1.º, das officinas dos Arsenaes, fabricas e laboratorios, á que pertencerem ; 2.º, da guarnição dos mesmos estabelecimentos, sua segurança e policia ; 3.º, de extincção de incendio nos estabelecimentos, a que pertencerem, e em quaesquer outros que fôr ordenado.

§ 1.º As praças das Companhias de Operarios Militares, quando o serviço publico o exigir, serão transferidas : 1.º, para o Batalhão de Engenheiros ; 2.º, para fortalezas, presidios e laboratorios, conforme seus officios ; 3.º, para os corpos das differentes armas do Exercito, a fim de nelles exercitarem os officios, que o serviço dos mesmos corpos requerer, especialmente os que forem espingardeiros, serralheiros, coronheiros, correceiros, carroceiros, ferreiros, selleiros, etc.

§ 2.º Das mesmas Companhias destacarão praças, turmas ou companhias, conforme as urgencias do serviço publico : 1.º, para quaesquer Arsenaes de Guerra, fabricas, e estabelecimentos á cargo do Ministerio da Guerra ; 2.º para forças em operações dentro ou fóra do Imperio.

Art. 10. Os Directores dos Arsenaes providenciarão de modo que as respectivas Companhias adquirão a necessaria pratica de todos os exercicios relativos á extincção de incendios ; e o Commandante da Companhia fiscalizará que o respectivo material se

consERVE nas condições de poder ser vantajosamente empregado em qualquer caso de necessidade, para o que haverá sempre de promptidão um certo numero de praças.

§ 1.º As Companhias serão também exercitadas por turmas, e em dias determinados no manejo das armas de fogo, e no serviço das bocas de fogo.

§ 2.º As praças das Companhias, em dias e horas que forem marcados, receberão lição de arithmetica elementar comprehendendo o systema metrico dos pesos e medidas, de geometria pratica, e desenho linear.

Art. 11. O uniforme será : para o inverno blusa de baeta, ou pauno de lã ordinario, e para o verão blusa de brim, blusa de panno azul, e bonet de policia : em cada manga da blusa haverá uma granada de panno escarlate conforme o figurino junto.

§ 1.º Os Commandantes de Companhias, trarão em ambos os canhões da blusa cinco frisos de prata de duas linhas de largura cada um, com intervallo de quatro linhas de um a outro friso.

§ 2.º Os Commandantes Geraes trarão nos canhões das blusas, em lugar de cinco, seis frisos de prata, da mesma largura, dispostos da mesma fôrma estabelecida no paragrapho antecedente.

§ 3.º Os Chefes de turmas usarão do distinctivo de 2.ª Sargentos ; sendo as tiras, nas mangas, de côr escarlate collocadas em angulo dentro do qual ficará a granada de panno, de que trata o presente artigo.

Art. 12. As companhias de operarios militares serão subordinadas aos Chefes dos estabelecimentos a que pertencerem.

Art. 13. Os Commandantes das companhias de Operarios Militares, que forem Officiaes, poderão ser empregados em serviços especiaes dos estabelecimentos onde servirem, conforme lhes fôr determinado pelo respectivo Chefe.

Art. 14. A's praças das companhias de Operarios Militares se abonarão : 1.º, vencimentos militares na fôrma da Legislação em vigor, quando destacadas fizerem parte de forças em operações ; quando empregadas em serviço de guarnição ; ou ainda segundo dispõe o art. 9.º § 4.º, quando forem transferidas para corpos do exercito, ou finalmente quando, por falta de trabalhos, não estiverem effectivamente empregadas nas officinas ; 2.º, o jornal, ou o preço

remuneratorio de seu trabalho artistico, quando estiverem empregados em officinas, ou laboratorios na fórma dos Regulamentos em vigor.

§ Unico. As praças do extinto Corpo, e companhias de Artifices, que ao serviço dos corpos do Exercito preferirem o das companhias de Operarios Militares, ou não forem transferidas para os mesmos Corpos do Exercito, não terão a perceber os vencimentos, que lhes competirem, segundo das leis em vigor.

Art. 15. Todas as ordens, regulamentos, e portarias relativas á manutenção dos estabelecimentos, e a tudo quanto fôr concernente a disciplina, disciplina, instrucção e economia das companhias, correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

§ 1.º Dos vencimentos que forem abonados a cada praça será deduzida uma quota para o rancho.

§ 2.º O tratamento nos casos de molestias será dado gratuitamente.

§ 3.º Para execução das presentes disposições os Directores dos respectivos estabelecimentos organizarão Instruções, que serão submettidas á approvação do Ministerio de Guerra.

§ 4.º Os vencimentos das praças, das turmas, ou companhias de Operarios Militares, que destacarem para qualquer estabelecimento, ou para forças em operações, correrão, no primeiro caso, por conta dos estabelecimentos em que forem empregadas, no segundo pela verba competente do quadro do Exercito.

Art. 17. As companhias de Operarios Militares serão aquartelladas em lugares proximos dos estabelecimentos a que pertencerem, ou dentro destes, se não fôr possível de outro modo providenciar-se.

Ast. 18. Os Operarios Militares, quando estiverem de serviço de guarnição para segurança e policia dos estabelecimentos, serão armados convenientemente.

Art. 19. São applicaveis ás praças das companhias de Operarios Militares as disposições do art. 10 § 10 do Alvará de 21 de Fevereiro de 1816.

Art. 20. Com autorização do Ministro da Guerra, poderão os Directores dos Arsenaes permittir ás praças de bom comportamento, que temporariamente exercitem seus officios, ou se empreguem em officinas e estabelecimentos particulares, sem prejuizo do serviço dos mesmos Arsenaes, ou do que lhes competir em virtude das presentes Instruções,

devendo em todo o caso comparecer no quartel ás horas de revista, nelle pernoitar, e contribuir para as despezas do rancho, enfermarias, e vestuario, na fórma do art. 14 § 1.º

Art. 21. As praças das companhias de Operarios Militares ficão sujeitas á disciplina e aos Regulamentos militares.

§ Unico. As faltas commettidas nas officinas, por negligencia ou abandono do trabalho, além das penas militares, que lhes forem applicaveis, serão punidas com a suspensão e perda, na respectiva ferial, do jornal de meio dia, ou de um ou mais dias, conforme o numero das mesmas faltas, e as disposições dos Regulamentos das officinas.

Art. 22. Os Operarios Militares, que pelo seu máo comportamento civil, ou militar, se tornarem incorregiveis, serão submettidos a um conselho de disciplina, nomeado pelo respectivo Director, e conforme a decisão do mesmo conselho e a gravidade das culpas, serão transferidos ou para um dos depositos de disciplina, ou para algum corpo de linha do Exercito, onde completarão o tempo de serviço, á que estiverem obrigados nos termos do art. 7.º

§ Unico. Esta disposição fica extensiva aos que por sua negligencia, inaptidão, ou falta de applicação não tiverem aproveitamento, ou progresso nas artes e officios, a que forem destinados.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

Plano de organização de uma companhia de Operarios Militares.

Commandante.....	1	
Chefes de turmas com graduação de 2.ª		4
Sargentos.....	4	
Cabos.....	8	
Soldados.....	80	
		92
Total.....		93

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 4. — FAZENDA. — EM 4 DE JANEIRO DE 1866.

Declara á Thesouraria de Mato Grosso, que não deve conceder licenças a negociantes para continuarem a sua escripturação em livros que já tenham servido para a de outras firmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 57 de 28 de Abril de 1864, que não deve conceder licenças a negociantes para continuarem a sua escripturação em livros, que já tenham anteriormente servido para a de outras firmas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 5. — FAZENDA. — EM 4 DE JANEIRO DE 1866.

Declara, á vista da Imperial Resolução de Consulta de 13 de Dezembro ultimo, que o contracto celebrado pelo Governo com a Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro 2.º em virtude do Decreto n.º 3303 de 10 de Julho do anno passado, não está sujeito ao sello proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Janeiro de 1866.

Declaro a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que consultando as Secções de Fazenda e do Imperio do Conselho de Estado, por ordem de Sua Magestade o Imperador, si o contracto celebrado pelo Governo com a Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II, em virtude do Decreto n.º 3303 de 10 de Julho do anno findo, e a transferencia do resto das acções da dita Companhia ao Estado estão sujeitos ao pagamento do sello proporcional, forão as referidas Secções de parecer, com o qual conformou-se o Mesmo Augusto Senhor por Immediata Re-

solução de 13 do mez passado, que, com quanto o acto de desapropriação seja de natureza differente da do ajuste ou concerto entre partes, é todavia certo que as palavras finaes da condição 4.^a do art. 34 do contracto para a construção da mencionada Estrada derão fôro de desapropriação ao que a transferio para o dominio e administração do Estado; e que portanto está elle comprehendido na excepção do § 19 art. 38 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, conforme opina o Ministerio de Agricultura, Commercio e Obras Publicas em seu Aviso ao da Fazenda de 29 de Setembro ultimo, fundando-se nas disposições dos arts. 4.^o do Decreto n.^o 4599 de 9 de Março de 1855, e 34 supracitado, nos quaes se acha previsto o caso da desapropriação por utilidade publica, e do art. 5.^o da Lei n.^o 1083 de 22 de Agosto de 1860, que regulou o modo de realizar-se a transferencia ou desapropriação, sem dependencia do processo determinado pelas de 9 de Setembro de 1826 e de 12 de Julho de 1845.

Deus Guarde a V. S.— *José Pedro Dias de Carvalho*.— Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

— Por Aviso da mesma data communicou-se esta resolução ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

N. 6.— FAZENDA.— EM 5 DE JANEIRO DE 1866.

Trata do processo de apprehensão de uma chalana com mercadorias, que fôra annullado por ter sido illegal o procedimento da Repartição apprehensora.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em solução á ma-

teria do seu officio n.º 27 de 24 de Outubro ultimo, que sendo illegal a maneira por que procedeu a Mesa de Rendas de S. Borja na questão da apprehensão da chalana *Uruguay*, pertencente ao subdito italiano Luiz Risso, bem procedeu o Sr. Inspector annullando o respectivo processo, e mandando instaurar outro. Sendo, porém, impossivel a organização de novo processo, e estando além disso por sentença judicial do Juizo Criminal absolvido do crime de contrabando o referido Luiz Risso, ordena ao Sr. Inspector que, pondo termo a semelhante processo, mande restituir ao dono da chalana, ou a seu legitimo procurador, o producto da arre-matação da mesma e das mercadorias apprehendidas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 7.—FAZENDA.—EM 5 DE JANEIRO DE 1866.

Os Despachantes não devem ser admittidos a assignar termo de responsabilidade pelos direitos de exportação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe n.º 91 de 23 de Novembro proximo passado, dando conta de haver em sessão de Junta, de accordo com o parecer fiscal, e sobre informação da Alfandega de Aracajú, deferido o requerimento do despachante Felipe José do Bomfim pedindo isenção de responsabilidade da quantia de 536\$788 constante de um termo por elle assignado, pela viagem que daquelle porto fez para o Rio Grande do Sul o brigue nacional *Nova Sociedade* com carregamento de aguardente, visto ter o mesmo despachante provado que o navio não chegara a seu destino por motivo

de naufragio, e haver a companhia de seguros satisfeito aos segurados a importancia de suas apolices: declara ao Sr. Inspector que fica approvado o seu acto, cumprindo que por esta occasião advirta ao Inspector da Alfandega que, segundo o disposto na Circular n.º 6 de 4 de Janeiro de 1864, com referencia ao art. 645 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não devia admitir um despachante a assignar termo de responsabilidade pelos direitos de exportação.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 8.—FAZENDA.—EM 8 DE JANEIRO DE 1866.

Confirma a decisão do Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Norte, que não approvou a designação feita pelo da Alfandega do 2.º Conferente respectivo para substituir o 1.º, e de um Official de Descarga para servir de 2.º Conferente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 89 de 27 de Outubro proximo findo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte participa não ter approvado a designação que o Inspector da Alfandega fizera do 2.º Conferente para substituir o 1.º, e de um Official de Descarga para servir de 2.º Conferente: declara ao supradito Sr. Inspector, que bem procedeu, pois que a substituição só poderia ter lugar quando se desse a falta simultanea dos referidos Conferentes, segundo se deprehende do § 4.º, art. 88 do Regulamento das Alfandegas, e Aviso n.º 292 de 2 de Julho de 1863.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 9.— JUSTIÇA.— EM 8 DE JANEIRO DE 1866.

A' Illma. Camara Municipal da Côrte.— Resolve duvidas sobre a Circular de 14 de Novembro de 1863, a respeito de prisões por infracção de posturas.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de 24 de Dezembro do anno findo, em que a Illma. Camara Municipal da Côrte pede esclarecimentos sobre a Circular de 14 de Novembro ultimo, a respeito de prisões por infracção de posturas municipaes, Visto o parecer do Conselheiro Consultor, Houve por bem Mandar declarar por esta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, que a Camara Municipal confunde duas cousas distinctas, o decreto da prisão e sua execução. O art. 72 da Lei do 4.º de Outubro de 1828 deu ás Municipalidades o direito de decretar penas até oito dias de prisão, mas não a faculdade de as mandar executar a seu talante, sem attenção ás garantias constitucionaes e fórmas de processo. Os agentes da Camara Municipal podem effectuar a detenção do infractor da postura em flagrante, mas é unicamente para o levar á presença do Juiz e lavrar o termo competente, na forma dos arts. 131, 132 e 133 doCodigo do Processo, depois do que o infractor livra-se solto.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1866.
— José Thomaz Nabuco de Araújo.

N. 10.— AGRICULTURA , COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— EM 8 DE JANEIRO DE 1866.

Revoga a prohibição existente de fazer-se construcções no Morro do Castello.

N. 4. — 1.ª Secção. — Directoria das Obras Publicas e Navegação.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Janeiro de 1866.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas se communica

á Ilhm.^a Camara Municipal que Sua Magestade o Imperador tendo-se Conformado por Sua Imperial Resolução de 3 do corrente com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a reclamação feita pelo Dr. Nicoláo Rodrigues dos Santos França e Leite, Houve por bem Mandar revogar a prohibição existente de fazerem-se construcções no Morro do Castello.

Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.

N. 11.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 8 DE JANEIRO DE 1866.

Declara que a permuta das acções da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II por Apolices da Divida Publica não está sujeita á pagamento de sello.

N. 6.— Directoria das Obras Publicas.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Janeiro de 1866.

Communicando-me o Sr. Ministro da Fazenda por Aviso de 4 do corrente que Sua Magestade o Imperador por Sua Immediata Resolução de 13 de Dezembro passado, tomada sobre Consulta das Secções de Fazenda e Imperio do Conselho de Estado Houve por bem declarar que a permuta das acções da Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II por Apolices da Divida Publica não está sujeita á pagamento de sello, por isso que o contracto celebrado com a Companhia por virtude do Decreto n.º 3502 do 1.º de Julho do anno findo está comprehendido na excepção do § 19 do art. 38 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, assim lh'o faço tambem constar para os devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm. — *Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.* — Sr. Director da Estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 12.— FAZENDA.— EM 9 DE JANEIRO DE 1866.

Aos Procuradores Fiscaes incumbem a fiscalização das despesas feitas por conta dos cofres publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo aos officios do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe n.º 93 de 27 de Novembro, e n.º 96 de 4 de Dezembro do anno proximo passado, relativos ao extravio que se diz ter havido de objectos pertencentes ao Palacio da Presidencia: communica-lhe que, estando affecta a occurrencia ao Ministerio do Imperio, que é o competente neste assumpto, nada ha que providenciar pelo da Fazenda. E por esta occasião declara ao mesmo Sr. Inspector, que aos Procuradores Fiscaes incumbem a fiscalização das despesas feitas por conta dos cofres publicos, não sendo, todavia, dispensados de satisfazer as requisições dos Inspectores das Thesourarias, concebidas na devida fórma.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 13.— FAZENDA.— EM 10 DE JANEIRO DE 1866.

Nega o despacho livre de direitos para uns sinos vindos da Europa com destino ao Mosteiro de S. Bento de Olinda, por não serem objectos proprios e exclusivos do Culto Divino.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 122 de 20 de Outubro proximo findo, que não sendo objectos proprios e exclusivos do Culto Divino nos termos do § 33 do

art. 512 do Regulamento das Alfandegas, os quatro sinos mandados vir da Europa com destino ao Mosteiro de S. Bento de Olinda, não podem esses sinos ser despachados na Alfandega da Provincia livres de direitos como requer o Abbade do referido Mosteiro.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 44.—FAZENDA.—EM 10 DE JANEIRO DE 1866.

Responde a uma consulta do Presidente do Banco do Brasil, concernente á verificação da legitimidade dos possuidores de acções caucionadas, para poderem ser considerados accionistas nas reuniões da respectiva assembléa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1866.

As Secções de Fazenda e do Imperio do Conselho de Estado, ás quaes foi ultimamente apresentado o officio da Presidencia desse Banco, n.º 540 de 4 de Julho de 1864, para consultarem não só sobre a faculdade no mesmo solicitada pelo antecessor de V. S. de contemplar em o numero das acções representadas as que tiverem sido transferidas por caução, attenta a impossibilidade pratica de verificar-se a legitimidade dos seus verdadeiros possuidores na forma indicada pelo Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 25 de Julho de 1863; mas tambem a respeito do modo de regular as transferencias das acções por caução para que conste nas companhias cujos titulos são transferidos em garantia de emprestimos, quaes os accionistas que devem ser como taes considerados nas reuniões das respectivas assembléas, a fim de não ficar dependente de verificação no acto da reunião a qualidade dos mesmos accionistas; tendo as Secções em conside-

ração, se o entendessem conveniente, á materia da consulta da dos Negocios do Imperio resolvida em 4 de Março de 1863 :

Visto o Aviso do referido Ministerio de 3 do dito mez de Março, expedido de conformidade com a mesma Resolução de Consulta, o qual declarou que « os estabelecimentos bancarios que possuissem acções de companhias, como caução de creditos, embora as acções lhes tenham sido transferidas, não podem tomar parte na eleição das respectivas companhias ; » e o supracitado, de 23 de Julho, acrescentando « que o accionista de qualquer companhia anonyma que tiver suas acções caucionadas em estabelecimentos bancarios, cujos estatutos não lhes permittirem adquirir taes acções como propriedade, tem direito de votar nas eleições das mesmas companhias, desde que exhiba documento que prove acharem-se as ditas acções caucionadas em qualquer desses estabelecimentos : »

Observando que, como nem o Banco do Brasil, nem outros podem ter acções de sociedades anonymas em suas carteiras, senão a titulo de garantia e penhor dos empréstimos que fizerem, é fóra de duvida que dos seus livros deve constar o nome de cada um dos mutuantes que lh'as houverem transferido ; e que por conseguinte póde o Banco passar a certidão ou outro documento de identica natureza, que exige o Aviso de 23 de Julho : forão de parecer com o qual Conformou-se Sua Magestade o Imperador por Immediata Resolução de 13 do mez proximo findo, que bastará esta providencia para que se torne possível verificar a legitimidade dos possuidores das acções caucionadas nos estabelecimentos bancarios. O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Presidente do Banco do Brasil.

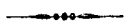
N. 45. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — CIRCULAR EM 10 DE JANEIRO DE 1866.

Manda despedir das obras que são executadas por conta deste
Ministerio todo o pessoal escravo.

2.^a Secção. — 2.^a Directoria. — Rio de Janeiro. —
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio
e Obras Publicas em 10 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Governo Imperial constantemente estabelecido nos contractos que tem celebrado para organização de Companhias de trabalhos publicos a clausula de não poderem os empregarios admittir nas obras pessoal escravo, convém que V. Ex. á bem do serviço publico assim o faça sempre observar nessa Provincia, e outrosim ordene que seja despedido das obras que são executadas por conta deste Ministerio todo o pessoal que existir nessa condição.

Deus Guarde a V. Ex. — Dr. *Antonio Francisco de Paula Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de..



N. 46. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 10 DE JANEIRO DE 1866.

Circular aos Presidentes das Provincias maritimas ácerca da
transmissão das noticias telegraphicas.

2.^a Directoria. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. —
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio
e Obras Publicas em 10 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para que faça publico nessa Provincia, a fim de chegar ao conhecimento dos donos ou consignatarios dos navios, que no Cabo Frio existe uma estação telegraphica para a qual aquelles que demandarem a barra do Rio de Janeiro devem fornecer as informações seguintes; a saber: 1.^o o nome do navio; 2.^o a sua pro-

cedencia; 3.º os dias de viagem; 4.º a carga que traz; 5.º o nome do consignatário; 6.º as noticias marítimas ou commerciaes, com a declaração de que taes informações serão transmitidas por meio de signaes — Maryath — á referida Estação e quando os navios não possão communicar com ella por causa da noite ou de cerração no mar o devem fazer para a Ponta Negra ou para Santa Cruz, emquanto estiverem fóra da barra, cumprindo advertir que os navios procedentes dos portos do Sul, devem transmittir as communicações exigidas para o Telegrapho da Barra ou Babylonia, logo que se possão corresponder com taes Estações.

Deus Guarde a V. Ex. — Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. — Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

— Identico aos demais Presidentes das Provincias marítimas.

N. 47.—FAZENDA.—EM 12 DE JANEIRO DE 1866.

Determina que por parte da Alfandega não se ponha obstaculo ao(bote da repartição dos) telegraphos, quando tenha de ir a bordo dos navios em serviço da mesma, e da Agencia de colonisação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1866.

Em conformidade do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 10 do corrente, sirva-se o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte dar suas ordens para que não seja posto obstaculo ao bote da repartição dos telegraphos, quando tenha de ir a bordo dos navios com o empregado incumbido de obter as informações que tem de ser transmittidas á Praça do Commercio e ao Agente da colonisação.

Jose Pedro Dias de Carvalho.

N. 18.—FAZENDA.—EM 12 DE JANEIRO DE 1866.

No abono das diarias de caminho e estada aos empregados do Juizo dos Feitos devem ser observadas as disposições do Regimento de 10 de Outubro de 1754 e Instrucções de 28 de Abril de 1851, que continuão em vigor, apesar do Regulamento de 29 de Setembro de 1855.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, para sua intelligencia e fins convenientes, que tendo o Desembargador Francisco Domingues da Silva recorrido para o Conselho de Estado da decisão do mesmo Tribunal — mantendo a da Thesouraria, que mandou abonar ao recorrente, quando, como Juiz dos Feitos da dita Provincia, foi por ordem do Thesouro proce-der á nova avaliação dos bens do extincto encapellado de Itambé, não ás diarias de caminho e estada por inteiro fixadas no Regulamento de 29 de Setembro de 1855, a que elle se julgava com direito, mas sómente a metade pelo Regimento de 10 de Outubro de 1754, segundo as Instrucções de 28 de Abril de 1851 ; Houve Sua Magestade o Imperador por bem, por Immediata Resolução de 16 do mez passado, tomada sobre Consulta da respectiva Secção de Fazenda, Confirmar a decisão recorrida, visto como em diversas épocas tem-se entendido e declarado que apesar do citado Regulamento de 1855, continuão em pleno vigor no Juizo dos Feitos o Regimento de 1754 e as ditas Instrucções de 1851, e nada tem occorrido que faça alterar a intelligencia dada constantemente até hoje á legislação que regula os emolumentos dos empregados do referido Juizo.

José Pedro Dias de Carvalho.



N. 19.— GUERRA.— AVISO DE 12 DE JANEIRO DE 1866.

Approva a deliberação de mandar-se abonar a importancia integral de bestas de bagagem de companhias aos respectivos Officiaes; não ficando, por isso, estabelecido precedente para casos semelhantes.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Janeiro de 1866.

Por officio do Fiscal interino de 29 de Abril ultimo, constou que V. S. mandára abonar a quantia integral para compra de bestas de bagagem de companhias, que tinham todos os seus Officiaes.

Approvo a sua deliberação, por suppor-a fundada em considerações momentosas de utilidade do serviço: mas sem que, por isso fique estabelecido precedente para casos semelhantes.

Deus Guarde a V. S.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Manoel Luiz Ozorio.

N. 20.— GUERRA.— AVISO DE 12 DE JANEIRO DE 1866.

Autorizando sacar sobre o Thesouro Nacional as quantias necessarias para pagamento das(despezas a cargo do Consulado do Brasil em Montevideo, e providenciando acerca da maneira de fiscalizar as mesmas.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Janeiro de 1866.

Pedindo o Consul Geral interino, em Montevideo, exoneração dos encargos do Ministerio da Guerra, fica V. S. autorizado a sacar sobre o Thesouro Nacional pelas quantias necessarias para satisfazer as despesas occurrentes, recebendo do mesmo Consul Geral os livros e correspondencia, que existirem no Consulado, relativos á este serviço, para ter conhecimento das ordens expedidas e de contractos celebrados, etc.

Terá V. S. todo o cuidado em verificar se as despesas, que ali se estiverem fazendo actualmente, são indispensaveis, e neste caso, se são susceptiveis de redução, e nas que houver de autorizar igualmente, se são de imperiosa necessidade e, emfim, se são regulares, á vista dos preços correntes nessa cidade.

Para coadjuvar V. S. no serviço de escripta e fiscalização da despesa está nomeado o 3.º Official da Pagadoria das Tropas da Córte, José Maria de Paiva e Silva, que vai com a commissão de 2.º Official da Pagadoria Militar do Exercito, addido á Repartição do Quartel Mestre General: e, deverá empregar-se em abrir registro de lettras, de receita e despesa effectuada por ordem de V. S. e os mais que forem precisos; examinar arithmetica e moralmente todos os documentos de despesa e pôr-lhe o — visto — com a sua rubrica, e, informar sobre toda e qualquer pretensão, tendente a pagamentos, etc.

Previno á V. S. que toda a despesa deve ser feita por documentos em duplicata, a fim de que uma das vias acompanhe os saques e a outra fique archivada para sua resalva.

Outrosim, que, como está recommendado, não autorize ajustamento de contas á Officiaes ou praças de pret, limitando-se em casos urgentes á abonar por conta e o mais limitado que fôr possível.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Felipe Bethzê de Oliveira Nery.

N. 24. — GUERRA. — CIRCULAR DE 13 DE JANEIRO DE 1866.

Determinando, em virtude da Imperial Resolução de 23 Dezembro ultimo, que o preço da farinha, devida as praças reformadas, é fixo e regulado pelo que corria á data da reforma.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Janeiro de 1866.

Tendo-se suscitado duvida sobre se o valor da farinha das praças de pret reformadas, que tem direito á tal abono, deve ser regulado pelo das

avaliações semestrais, ou pelo que tinha á data da reforma: Houve Sua Magestade o Imperador por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 23 de Dezembro ultimo, Mandar declarar, que, em semelhantes casos, o valor da farinha é fixo e regulado pelo que corria á data da reforma, como dispõe o § 3.º do Plano, que baixou com o Decreto de 11 de Dezembro de 1815, salvo o caso de pertencerem as praças reformadas ao Asylo de Inválidos, conforme o disposto no Aviso de 28 de Março de 1840, com referencia ao Decreto n.º 43 de 11 do mesmo mez e anno. O que tudo se communica ao Inspector da Thesouraria de.... para seu conhecimento e governo.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 22.—FAZENDA.—EM 13 DE JANEIRO DE 1866.

Declara á Presidencia da Bahia não ter sido tomado em consideração, pelos motivos que menciona, o requerimento da Caixa Reserva Mercantil pedindo approvação da reforma de algumas disposições dos seus estatutos; e manda advertir a assemblea geral da dita Instituição pela falta que commetteu de mandar executar essa reforma antes de ser approvada pelo Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, que tendo sido presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o requerimento, transmittido com o officio dessa Presidencia de 11 de Julho ultimo, sob n.º 11, em que a Directoria da Caixa Reserva Mercantil pedio a approvação da reforma feita pela respectiva assemblea geral em algumas disposições dos seus Estatutos, foi a mesma Secção de parecer, com o qual Conformou-se Sua Magestade o Imperador por Immediata Resolução de 16 do mez passado, que o dito requerimento não podia ser tomado em consideração por não constar

que os accionistas que formárão a assembléa geral, representassem, pelo menos, metade do capital social; o que era aliás, conforme o preceito do Regulamento de 19 de Dezembro de 1860 e dos proprios Estatutos da Caixa Reserva Mercantil, circumstancia indispensavel para qualquer alteração destes.

E porque a assembléa que adoptou a reforma, commetteu a falta de a mandar executar immediatamente, infringindo assim os arts. 2.º §§ 1.º e 4.º da Lei de 22 de Agosto de 1860, e 18 do citado Regulamento; recommendo a V. Ex. que faça cumprir o mesmo Regulamento, advertindo a Directoria de que, sob as penas da Lei, não póde pôr em execução actos de semelhante natureza enquanto não forem approvados pelo Governo Imperial; o qual, todavia, julgou conveniente não applicar-as no presente caso, por entender que só por erro de intelligencia commetteu ella a falta apontada.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 23.—FAZENDA.—EM 13 DE JANEIRO DE 1866.

Declara que o termo do recurso das decisões dos Inspectores das Alfandegas corre do dia da intimação, não bastando a publicação do despacho no livro da porta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, que o mesmo Tribunal tendo presente o seu officio n.º 308 de 4 de Outubro ultimo, com o qual remetteu o requerimento em que C. A. Burle & Comp. recorrem da decisão da dita Thesouraria, que, sob pretexto de perempção, lhes negára recurso de um seu despacho, confirmando o da Alfandega que lhes impozera a pena estatuida no art. 26 do Decreto n.º 3217 de 31 de

Dezembro de 1863, pela differença encontrada de 732 chapéos de palha de Italia para menos da quantidade mencionada na nota do despacho de consumo: resolveu por equidade dar provimento ao recurso, visto que por mero engano se encontrou a referida differença para menos; não procedendo a perempção, porque o termo do recurso corre do dia da intimação nos termos do art. 749 do Regulamento das Alfândegas, e não basta a publicação do despacho no livro da porta.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 24.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— AVISO DE 13 DE JANEIRO DE 1866.

Communica á Commissão da Praça do Commercio as providencias tomadas relativamente ao serviço da transmissão das noticias telegraphicas.

N. 42—2.^a Directoria.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 13 de Janeiro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr. — A' vista das queixas que tem chegado ao meu conhecimento por parte da Praça do Commercio desta Côrte contra o serviço das transmissões telegraphicas pela demora das noticias maritimas dos navios que demandão este porto, tratei de averigual-as e ordenei ao Director da Repartição dos Telegraphos que estudasse praticamente este assumpto a fim de dar remedio ao mal que por falta de melhores informações não tem sido sanado, e indicando o mesmo Director as providencias que devem ser postas em pratica como ensaio, as mandei adoptar.

E assim que fica aquelle Director autorizado a fazer a despeza de um bote para ser empregado na visita do serviço.

Dos Srs. Ministros da Justiça e Fazenda solicitei as convenientes ordens a fim de que pelas Repartições da policia e da Alfandega não se ponha embaraço algum ao empregado dos Telegraphos que fôr a bordo dos navios logo que entrem no porto.

Aos Consules do Imperio residentes nos Paizes Estrangeiros e aos Presidentes das Provincias ordenei que fizessem publico existir uma estação telegraphica em Cabo Frio, para a qual os navios que demandarem a barra do Rio de Janeiro devem fornecer as seguintes informações: 1.º o nome do navio; 2.º sua procedencia; 3.º os dias de viagem; 4.º a carga que traz; 5.º o nome do consignatario; 6.º as noticias maritimas ou commerciaes.

Ao Sr. Ministro da Marinha fiz ver a necessidade de serem enviadas pelas Capitancias dos Portos os signaes de todos os navios nacionaes e os nomes dos seus proprietarios e consignatarios nesta Côrte, devendo ser as mesmas Capitancias informadas das primeiras providencias, certas de que as communicações para Cabo Frio devem ser feitas por signaes Maryath, e quando os navios não possão communicar com aquella estação por causa da noite ou de cerração no mar o fação para a Ponta Negra ou para Santa Cruz, sendo que os navios que navegarem do Sul devem transmittir as informações exigidas ao Telegrapho da Barra ou da Babylonia.

Communicando-lhe as providencias tomadas, para que dellas faça sciente á Praça do Commercio não posso deixar de recommendar-lhe que se taes providencias não produzirem os resultados que se esperão convém que V. Ex. em tempo reclame a fim de que novas medidas sejam tomadas até que tragão o aperfeiçoamento deste ramo do serviço, como tanto convém.

Deus Guarde a V. Ex.—Dr. *Antonio Francisco de Paula Souza*.—Sr. Veador José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.

N. 25.—FAZENDA.—EM 15 DE JANEIRO DE 1866.

Trata do recurso interposto para o Conselho de Estado pela (Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor), da decisão deste Ministerio, que mandou glosar diversas quantias nas contas pela mesma apresentadas—de fretamento de dous Vapores e transporte de tropas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1866.

Sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o recurso interposto pela Companhia Brasileira de Paquetes a vapor da decisão tomada por este Ministerio, de accordo com o da Guerra, de mandar glosar nas contas que a dita Companhia apresentou, do fretamento de dous dos seus vapores e transporte de tropas para o Rio da Prata diversas quantias na importancia total de 48:700\$000 provenientes da demora dos vapores em varios portos e de comedorias ás praças do Exercito nos dias em que ella teve lugar, foi a referida Secção de parecer que, á vista dos artigos 5.º e 6.º do contracto celebrado entre o Governo e a Companhia em 24 de Dezembro de 1864, nenhum direito assiste á mesma para reclamar o pagamento das quantias glosadas, pois que ellas se referem a demoras ou em portos Intermedios, ou em Buenos-Ayres, e os documentos apresentados quanto a este porto demonstrão, que dentro das 24 horas contadas do momento da chegada forão os vapores desembarcados pelo Ministro Brasileiro. E Havendo-se Sua Magestade o Imperador Conformado com este parecer, por immediata Resolução de 23 do mez proximo preterito, assim o communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 26. — GUERRA. — AVISO DE 15 DE JANEIRO DE 1866.

Declarando quaes os vencimentos á que tem direito José Florindo Torres de Albuquerque, 1.º Escripturario da Alfandega da Côrte em serviço no Exército como Capitão do 1.º Batalhão de Voluntarios da Patria, visto ter-lhe sido permitido optar pelos do primeiro dos mencionados lugares.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Janeiro de 1866.

Communicando o Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 27 de Dezembro do anno passado, que o 4.º Escripturario interino da Alfandega da Côrte José Florindo Torres de Albuquerque, que marchou para a campanha como Capitão do 1.º Corpo de Voluntarios da Patria, foi reconhecido com direito, pela Imperial Resolução de Consulta de 43 do dito mez, á opção dos vencimentos do seu emprego, mande Vm. ajustar-lhe contas, na intelligencia de que apenas lhe deve ser abonada, desde que l'ho competir, a quantia mensal de sessenta mil réis (60\$000) por conta de taes vencimentos civis, unicos á que tem direito, visto que a importancia restante dos mesmos deve ser paga, pelo Thesouro Nacional, ao seu procurador nesta Côrte.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Chefe da Repartição Fiscal do Exército em operações fóra do Imperio.



N. 27. — IMPERIO. — EM 18 DE JANEIRO DE 1866.

Declara que no caso de não ter uma Parochia senão os eleitores especiaes de Senador, devem concorrer á eleição dos membros da Assembléa Provincial os mesmos Eleitores, já reconhecidos, das diversas Parochias de que foi desmembrada aquella, como se tal desmembração não existisse.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 8 do corrente mez, declaro-lhe que o Governo

Imperial approva a decisão pela qual V. Ex. declarou ao 1.º Juiz de Paz da Parochia de S. Sebastião dos Ferreiros, que visto não ter esta senão os eleitores especiaes de Senador, os quaes não podem votar para a eleição dos membros da Assembléa Provincial, que tem de effectuar-se no dia 1.º do proximo mez de Fevereiro, devem concorrer á essa eleição os mesmos eleitores, já reconhecidos, das diversas Parochias de que foi desmembrada aquella, como se tal desmembração não existisse.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* —
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 28. — IMPERIO. — EM 18 DE JANEIRO DE 1866.

Approva a decisão, pela qual o Presidente da Provincia de Minas Geraes declarou ao 1.º Juiz de Paz da Parochia do Parahybuna que, visto dever elle, na qualidade de eleitor, comparecer no collegio eleitoral por occasião da eleição dos membros da Assembléa Provincial, cumpria-lhe passar a presidencia da Junta de Qualificação ao seu substituto, se por ventura esta ainda se achasse nos seus trabalhos quando se reunisse o mesmo collegio.

3.ª Seccção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Attendendo á doutrina do § 2.º do Aviso n.º 112 de 27 de Abril de 1849, o qual determina que no caso de proceder-se, durante os trabalhos da eleição de eleitores, a uma eleição de Deputados, á qual deva concorrer, na qualidade de eleitor, o Presidente, ou qualquer dos membros da Mesa Parochial, cumprão elles de preferencia o dever a que são chamados no collegio eleitoral, o Governo Imperial approva a decisão, pela qual V. Ex. declarou ao 1.º Juiz de Paz da Parochia da Cidade do Parahybuna que visto dever elle, na qualidade de eleitor, comparecer no collegio eleitoral por occasião da proxima eleição dos membros da Assembléa Provincial, cumpria-lhe passar a presidencia da Junta de Qualificação ao seu substituto, se por ventura esta

ainda se achasse nos seus trabalhos quando se reunisse o mesmo collegio, porquanto a doutrina do Aviso n.º 277 de 17 de Junho de 1861 não devia ser applicada de modo que privasse o cidadão do direito de votar.

Comquanto o citado Aviso de 1849 se refira aos membros de uma Mesa Parochial que tinha de reunir-se para proceder a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, e não trate dos trabalhos da qualificação de votantes, a sua doutrina não pôde deixar de ser applicada ao caso, de que V. Ex. trata, visto dar-se agora a mesma razão que servio de fundamento á essa decisão do Governo Imperial, isto é, a impossibilidade de supprir-se a falta de eleitor no collegio eleitoral, attenta a disposição do art. 63 da Lei de 19 de Agosto de 1846, segundo o qual não se deve chamar supplente senão para substituir ao eleitor que tiver fallecido, ou mudado seu domicilio para fóra da Provincia, ou que, por ausente della, se ache inhibido de comparecer no dia da eleição, condições estas, em nenhuma das quaes se achá aquelle Juiz de Paz.

Fica assim respondido o officio de V. Ex. n.º 9 de 12 do corrente mez.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* —
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 29.—FAZENDA.—EM 19 DE JANEIRO DE 1866.

Papel sellado exposto á venda por um particular, sem a necessaria autorização.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Constando do officio do Escrivão da Subdelegacia e do Juizo de Paz da Freguezia de S. Sebastião de Itabapoana, datado de 9 de Novembro ultimo transmittido com officio do Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra, que José Luiz Leal, residente naquella Freguezia, vende papel sellado sem ter autorização para isso; sirva-se V. Ex. mandar syndicar do facto abusivo

de que se trata, a fim de que, se fôr verdadeiro, se possa impôr ao dito Leal as penas comminadas pelo art. 49 do Decreto n.º 3139 de 13 de Agosto de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 30. — FAZENDA. — EM 19 DE JANEIRO DE 1866.

Declara que fica extensiva a disposição da Portaria de 23 de Outubro de 1851, em sua condição 2.ª, ás mercadorias transportadas de Pernambuco e Bahia, com destino ao Rio da Prata, pelos paquetes da Companhia—Messageries Imperiales.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso do 1.º de Julho do anno proximo passado, que nesta data se expedem as convenientes ordens para que fique extensiva a disposição da Portaria de 23 de Outubro de 1851, em sua condição 2.ª, ás mercadorias que os Paquetes da Companhia—Messageries Imperiales—recebem nos portos da Bahia e Pernambuco com destino ao Rio da Prata; cumprindo porém que, para poder ser aqui fiscalizada a baldeação de taes mercadorias, um empregado das respectivas Alfandegas, para isso commissionedo a bordo de cada um dos referidos vapores, que vierem da Europa, e depois de recebida a carga, entregue ao Commandante um certificado do numero dos despachos, a fim de ser presente á da Côrte, com a segunda via dos mesmos despachos e lista substitutiva do manifesto.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. José Antonio Saraiva.

Expedirão-se as necessarias ordens neste sentido á Alfandega da Côrte e ás Thesourarias de Pernambuco e Bahia.

N. 34.—FAZENDA.—EM 49 DE JANEIRO DE 1866.

Aforamento de marinhas irregular e indevidamente feito pela Camara Municipal de Cabo Frio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 49 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Havendo Manoel dos Santos Moreira trazido ao conhecimento deste Ministerio que a Camara Municipal da Cidade de Cabo Frio, arbitrariamente aforara por triennios uma porção das marinhas da ilha Focinho do Cabo, de que é foreiro o mesmo Moreira, fronteira ao arraial de Cabo Frio, continuando neste abusivo procedimento ainda depois da Imperial Resolução de 4 de Março de 1864 tomada sobre consulta do Conselho Naval de 11 de Janeiro do mesmo anno, que declarou não serem precisas as mesmas marinhas, e que não tinha a Camara direito de afora-las: assim o communico a V. Ex. para o devido conhecimento, e a fim de que se sirva tomar as providencias que o caso pede, em vista do procedimento tão irregular e altamente condemnavel daquella Camara Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Marquez de Olinda.

N. 32.—JUSTIÇA.—EM 49 DE JANEIRO DE 1866.

Remette o Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 23 de Dezembro do anno passado, providenciando sobre inventarios feitos nos Consulados das Nações signatarias das Convenções Consulares, e pendentes ao tempo, em que expedio-se o Aviso de 17 de Junho de 1863.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro 49 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Para satisfazer a requisição do Ministerio dos Negocios Estrangeiros e em additamento ao Aviso reservado do mesmo Ministerio de

DECISÕES DE 1866.

17 de Junho do anno passado, que mandou considerar como subsistentes os inventarios irregularmente feitos nos Consulados das Nações signatarias das Convenções Consulares, remetto a V. Ex., para que seja applicado, como fôr de direito, o exemplar junto do Aviso, que me dirigio o referido Ministerio em 23 de Dezembro, providenciando sobre inventarios pendentes ao tempo, em que o Governo Imperial tomou a resolução constante do citado Aviso de 17 de Junho.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araujo*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 33.—GUERRA.—CIRCULAR DE 19 DE JANEIRO DE 1866.

Mandando observar o disposto nas Instrucções de 24 de Julho de 1837, na parte relativa á passagem das familias dos Officiaes por conta do Estado.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Não obstante as repetidas recommendações do Governo Imperial a respeito de transporte de familias por conta do Estado, e o terminante preceito da Circular de 28 de Agosto do anno proximo passado, ainda continuão a praticar-se abusos: previno pois, a V. Ex. que nenhuma despeza com passagem de pessoas de familia será levada em conta, senão estiver autorizada nas Instrucções de 24 de Julho de 1837, que por emquanto regem a materia; advertindo que o disposto nas mesmas Instrucções só aproveita ás familias dos Officiaes que marchão em serviço.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 34.—FAZENDA.—EM 22 DE JANEIRO DE 1866.

Manda pagar a uma viuva de militar, sob fiança, o meio soldo que lhe competir, marcando-se-lhe prazo para a habilitação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o requerimento de D. Emerenciana Arcília Silveira de Carvalho, viuva do Capitão do Exercito João Baptista Lopes de Carvalho, transmittido com Aviso do Ministerio da Guerra de 4 do corrente, pedindo que se lhe mande abonar desde já o meio soldo de seu finado marido, visto como se acha impossibilitada por falta de meios de habilitar-se para receber o referido meio soldo; ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que, nos termos da Circular n.º 53 de 30 de Novembro ultimo, pague á mesma viuva, sob fiança, o meio soldo que lhe competir, e marque o prazo para ella habilitar-se, procedendo de conformidade com o art. 70 da mencionada Circular.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 35.—FAZENDA.—EM 22 DE JANEIRO DE 1866.

Approva a deliberação da Thesouraria do Rio Grande do Norte, de permittir o embarque de generos nacionaes para fóra do paiz no porto de Guarapes, sem a prévia exhibição do despacho processado na Alfandega, observando-se, porém, as clausulas que indica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte,

em resposta ao seu officio n.º 97 de 4 de Dezembro ultimo que fica approvada a sua deliberação de permittir o embarque de generos nacionaes para fóra do paiz no porto de Guarapes sem a prévia exhibição do despacho processado na Alfandega, com a clausula de se apresentar semanalmente a essa Repartição a nota das mercadorias embarcadas com uma guia do empregado que as tiver conferido; devendo, porém, a guia ser extrahida de livro de talão, fornecido pela Alfandega, competentemente numerado e rubricado, e trazer por extenso as declarações das quantidades e qualidades das mercadorias, para que em vista della e das notas se faça o calculo dos direitos que serão pagos na dita Repartição arrecadora.

Sempre que fôr possível o empregado que encher a guia será diverso do que conferir as mercadorias para o que dará á Alfandega as precisas instrucções.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 36.—JUSTIÇA.—EM 22 DE JANEIRO DE 1866.

Aviso circular de 22 de Janeiro de 1863.—Firma a intelligencia do art. 19 da Convenção Consular de 9 de Fevereiro de 1863.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Ministro de Hespanha, nesta Côrte, representado ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros contra o facto de haver o Juiz Municipal da 4.ª vara da Capital da Provincia da Bahia procedido á arrecadação dos bens de um subdito hespanhol, sem participar o fallecimento ao respectivo Vice-Consul, como determina o art. 19 da Convenção Consular de 9 de Fevereiro de 1863; e convindo firmar a intelligencia deste artigo, e dos que lhe são correspondentes nas outras Convenções Consulares, resolveu o Governo Imperial mandar declarar

a V. Ex., para que o faça constar aos Juizes dessa Província que a participação, de que se trata, por ser prescripta em termos genericos, deve ser feita em todos os casos de fallecimento, quér tenha de intervir o respectivo Consul, quér a intervenção desse Agente deva ser excluida.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Thomaz Nabuco de Araujo*.— Sr. Presidente da Província de...

N. 37.— FAZENDA.— EM 23 DE JANEIRO DE 1866.

Sobre a taxa de juros de uma letra mercantil assignada em caução de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 405 de 25 de Outubro ultimo, que foi confirmada a deliberação que tomou em sessão de Junta do mesmo dia, de approvar o procedimento do Inspector da Alfandega de Paranaguá que, permitindo aos negociantes *Miró Irmão & C.ª* assignarem uma letra mercantil ao prazo de 4 mezes, de conformidade com o disposto nos arts. 433 e 583 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e 32 paragraho unico do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1853, lhes marca a taxa de 9 % de accordo com a fixada no Banco do Brasil, visto não haver na localidade estabelecimento algum bancario, que lhe servisse de norma, para determinar o premio da referida letra por meio de seus descontos, devendo, porém, o mesmo Sr. Inspector cumprir a prescripção *in fine* do § 3.º do art. 583 do citado Regulamento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 38.—FAZENDA.—EM 23 DE JANEIRO DE 1866.

Permite que o Escrivão de Orphãos faça sellar por estampilha os termos de juramento autographados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1866.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos, que foi indeferida a pretensão do Escrivão de Orphãos Manoel Hilario Pires Ferrão constante do requerimento, a que se refere a informação do Sr. Administrador de 30 de Novembro ultimo n.º 443, pedindo permissão para mandar sellar, antes de estarem de todo cheios e subscriptos os termos de juramento do Juizo de Orphãos, no caso porém de que o dito Escrivão se refira ao selto por verba.

Póde-se todavia, permittir ao mesmo Escrivão que faça sellar por estampilha os termos de juramento autographados, distinguindo o papel dos que tiver de autographar para o futuro com algum característico especial, que poderá ser a inscripção de seu cartorio, ou qualquer outra semelhante no alto da folha.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 39.—FAZENDA.—EM 24 DE JANEIRO DE 1866.

Restituição de siza paga por compra em hasta publica de bens immoveis, obrigados a Fazenda Provincial pela fiança de um de seus rendeiros, e a mesma adjudicados em execução fiscal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 46 de 8 de Fevereiro ultimo, que o mesmo Tribunal, visto o recurso de

Antonio José de Castro da decisão da Thesouraria negando-lhe restituição da siza que pagára por compra feita de bens immoveis, obrigados á Fazenda Provincial pela fiança de um de seus rendeiros, prestada antes da nova lei hypothecaria, os quaes bens forão em execução fiscal adjudicados á mesma Fazenda, e a esta depois comprados pelo recorrente em hasta publica administrativamente;

Considerando que a venda feita pelo fiador do rendeiro é nulla de pleno direito nos termos do Cap. 456 do Reg. da Fazenda de 17 de Outubro de 1516, e que, portanto, esses bens forão nullamente adquiridos pelo recorrente;

Considerando que os ditos bens forão adjudicados á Fazenda Provincial, e depois administrativamente vendidos em hasta publica ao mesmo recorrente;

Resolveu que seja restituída a siza reclamada, logo que se apresentar o conhecimento respectivo.

E por esta occasião ordena ao Sr. Inspector que verifique se a Fazenda Provincial pagou a siza da referida adjudicação por estar a ella sujeita nos termos da decisão de 8 de Novembro de 1858, e, no caso negativo, proceda ulteriormente na fórma da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1837, art. 12, contra quem de direito fôr.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 10.— FAZENDA.— EM 24 DE JANEIRO DE 1866.

Observa que no termo de arrematação dos bens de que trata a Ordem antecedente, omitto-se a declaração do motivo por que não se pagou siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro 24 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Como V. Ex. verá da ordem desta data dirigida á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, o Tribunal do Thesouro deferio o requerimento em que Antonio José de Castro recorria da decisão que lhe negara a restituição da siza que pagara por compra de bens immoveis obrigados á

Fazenda Provincial. Por esta ocasião observo a V. Ex. que no termo lavrado na Thesouraria Provincial de arrematação dos referidos bens não se inscrio a declaração do motivo por que não se pagou siza, como se devera impreterivelmente fazer.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 44.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 25 DE JANEIRO DE 1866.

Instrucções sobre o abono de ajudas de custo aos Empregados de Fazenda e pessoas de suas familias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para a devida execução : 1.º que os menores, filhos dos empregados removidos, e os irmãos destes tambem menores, que fizerem parte de suas familias, e a quem se concede transporte na fórma da alteração segunda das Instrucções do 1.º de Março de 1864, não têm direito á parte da ajuda de custo destinada a preparos de viagem, como é expresso no § 4.º do art. 4.º das Instrucções de 46 de Janeiro de 1860 ; 2.º que os transportes por terra só serão pagos no maximo das quantias arbitradas no citado paragra-pho aos empregados que forem nomeados para Chefes de Repartições de Fazenda, no médio a suas senhoras, se forem casados, e no minimo ás mais pessoas de familia, como tem sido pratica constante no Thesouro, excluidos sempre os escravos e os famulos ; 3.º que aos empregados subalternos se deverá pagar no médio para elles e suas senhoras, e no minimo para o resto da familia ; 4.º, finalmente, que os Chefes de Repartições que ordenarem despesas desta natureza serão responsaveis pelas quantias indevidamente pagas em contrario das regras acima dispostas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 42.— FAZENDA.— EM 27 DE JANEIRO DE 1866.

A visita ás embarcações por parte da Alfandega só deverá ser feita depois das de Saude e Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, em solução ás duvidas de que trata o seu officio n.º 533 de 9 do corrente, que a ordem segundo a qual devem ser feitas as visitas de saude, policia e Alfandega nas embarcações que entrarem a barra, se acha determinada no art. 369 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, e mais claramente no Regulamento n.º 268 de 29 de Janeiro de 1843, que no art. 33 manda que a Alfandega só visitará as embarcações depois que pela saude e policia tenham tido pratica.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 43.— FAZENDA.— EM 27 DE JANEIRO DE 1866.

Indefere um recurso interposto da decisão da Alfandega da Côrte, que sujeitou ao pagamento de armazenagem um volume com joias, demorado na mesma Repartição pelo successo da fallencia, não só dos consignatarios, como dos negociantes que para aqui o exportarão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Alexandre Drysdale da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, sujeitando-o ao pagamento da armazenagem de um pequeno volume contendo joias, vindo de Southampton, consignado a Moreira Irmãos & Campbell, pelo tempo que se demorou nos armazens da mesma Alfandega além dos doze dias, que marca para esse fim o Regulamento, por motivos de fallencia, tanto dos ditos Moreira Irmãos & Campbell, como da casa exportadora de Londres; e o mesmo

DECISÕES DE 1866.

Tribunal considerando que a fallencia não é um caso de força maior, e que a armazenagem, ainda mesmo quando elevada, não é uma pena, senão o aluguel dos armazens de deposito: resolveu indeferir o mesmo recurso.

O que communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effectos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 44.—FAZENDA.—EM 29 DE JANEIRO DE 1866.

Ordem ao Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas que, a respeito dos vencimentos do Thesoureiro interino da mesma, observe a ordem n.º 481 de 17 de Outubro de 1862; e que declare ao Thesoureiro effectivo que a elle compete a nomeação do Fiel, a qual deve ser approvada pelo Presidente da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 42 de 8 de Dezembro ultimo, que, a respeito dos vencimentos do Thesoureiro interino da mesma Thesouraria, observe a Ordem n.º 481 de 17 de Outubro de 1862; sendo abonada pela verba—Thesouro e Thesourarias—a gratificação de que trata o n.º 2.º da dita ordem. Cumpre, outrossim, que o Sr. Inspector declare ao Thesoureiro effectivo que a elle compete nomear o Fiel que o substitua em suas faltas e impedimentos, nos termos dos arts. 68 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, e 2.º, paragrapho unico, do de 14 de Março de 1860 n.º 2549; devendo tal nomeação ser approvada pelo Presidente da Provincia, como determinão os mesmos Decretos, e ficando nesta parte revogada a citada ordem, que confere aos Inspectores a approvação dos Fieis nomeados pelos Thesoureiros.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 45.— FAZENDA.— EM 29 DE JANEIRO DE 1866.

Trata do despacho de duas caixas com mercadorias, em que deu-se a circumstancia de só mencionar a nota respectiva as mercadorias contidas em uma das caixas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Antonio Martins Marques interposto do despacho da Inspectoria da Alfandega da Côte, que impoz a multa de direitos dobrados, de conformidade com o art. 25 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, combinado com o art. 553 do Regulamento das Alfandegas, por se haver verificado na conferencia interna que a nota para despacho das duas caixas das marcas A M n.º 602 e A M M n.º 2422 só continha as mercadorias existentes naquella, sendo accrescimo todas as mercadorias que se achavão nesta, e o mesmo Tribunal:

Considerando que effectivamente houve differença de quantidade e qualidade das mercadorias contidas na caixa da marca A M M n.º 2422 ;

Considerando que a factura apresentada, e que servio para a nota do despacho, explicitamente declara a caixa da marca A M n.º 602, que continha as mercadorias apresentadas na nota, não se prestando a duvidas ou enganos quanto ás mercadorias contidas no volume da marca A M M n.º 2422, pois que delle não se trata nessa factura:

Resolveu negar provimento ao recurso, e confirmar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effectos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 46.—IMPERIO.—EM 29 DE JANEIRO DE 1866.

Declara que os Voluntarios da Patria, alistados no Exercito, estão comprehendidos na regra do final do art. 17 da Lei de 19 de Agosto de 1846, para serem incluídos na lista da qualificação de votantes ao tempo da formação da respectiva Junta.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 13 do corrente mez, em que V. Ex. consulta ao Governo Imperial a fim de saber se os Voluntarios da Patria, que se achão alistados no Exercito, podem ser qualificados votantes em suas respectivas Parochias.

E o Mesmo Augusto Senhor, tendo-se conformado por Sua Immediata Resolução de 24 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 18 do mesmo mez, Ha por bem Mandar declarar o seguinte:

Que comquanto os Corpos de Voluntarios da Patria fação parte do Exercito, todavia como os ditos Voluntarios não perdem sua residencia e domicilio, os quaes só se presumem abandonados quando deixados com animo decidido de mudança propria, da familia e dos bens, estão por isso no caso da regra do final do art. 17 da Lei de 19 de Agosto de 1846, para serem incluídos na lista de qualificação ao tempo da formação da respectiva Junta.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

M. 47.—FAZENDA.—EM 30 DE JANEIRO DE 1866.

Determina o procedimento a seguir-se, quando os locatarios de predios pertencentes ao dominio do Estado, ou sob a administração da Fazenda, não satisfizerem no devido tempo a renda ou aluguel vencido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1866.

Cumprindo que os locatarios de predios pertencentes ao dominio do Estado, ou sob a administração

de Fazenda sejam immediatamente despejados, quando não satisfizerem a renda ou aluguel vencido; haja V. S. de ordenar á Recebedoria da Côrte que, logo que os ditos locatarios deixarem de satisfazer a renda ou aluguel vencido nos prazos estipulados ou do estylo, assim o participe a V. S. com a certidão de divida embora não esteja findo o exercicio; e recebida a participação, deverá a Directoria Geral das Rendas requisitar á do Contencioso as providencias judiciaes precisas para o despejo e á da Contabilidade a expedição da certidão necessaria, a fim de promover-se a cobrança executiva da renda ou aluguel pelo Juizo competente.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 48.—GUERRA.—CIRCULAR DE 30 DE JANEIRO DE 1866.

Declarando que aos Instructores de Cavallaria e Infantaria competem vantagens geraes, embora individualmente se lhes tenham obonado outras.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Janeiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Não competindo aos Instructores de Cavallaria e Infantaria vantagens especiaes, por isso, que a Tabella do 1.º de Maio de 1858 as não designa: fique V. Ex. na intelligencia de que os Officiaes em tal exercicio não tem direito senão ás vantagens geraes, embora individualmente se lhes tenham designado outras.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 49.— FAZENDA. — EM 31 DE JANEIRO DE 1866.

Provimto de um recurso sobre multa imposta pela Alfandega de Mato Grosso ao Commandante do vapor *Marquez de Olinda*, em cujo processo forão preteridas diversas formalidades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, a fim de que o faça constar á Alfandega da mesma Provincia, que o Tribunal tomando conhecimento do recurso interposto pelo Agente da Companhia de navegação do Alto Paraguay da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da Alfandega, pela qual foi multado o Commandante do vapor *Marquez de Olinda* na quantia de 6:623\$884 por differenças para mais e para menos encontradas na conferencia do respectivo manifesto, deu provimento ao recurso pelos seguintes fundamentos:

1.º Sendo os consignatarios procuradores natos do navio, e como taes pessoas legitimas e competentes para requererem e promoverem quanto for de interesse do mesmo navio, Ordem n.º 74 de 17 de Março de 1849, é fóra de questão a competencia do Agente da Companhia do Alto Paraguay, que é o consignatario dos seus vapores, para a interposição do recurso.

2.º Se é certo que a instancia superior para quem se recorre é a quem compete conhecer da perempção do recurso, não podia a Alfandega julgar perempto o presente interposto competentemente para o Thesouro.

3.º Na conformidade do art. 771 do Regulamento, não havendo recurso, deve-se lavrar termo de ter a decisão passado em julgado para todos os effeitos legais; no presente caso, além de não se ter lavrado semelhante termo, o recurso foi apresentado dentro do prazo legal, não podendo ser tomada como motivo da perempção a supposta incompetencia do Agente da Companhia para recorrer.

4.º Mandando o art. 477 do Regulamento que a conferencia do manifesto seja pedida por escripto pelo Capitão ou Mestre á vista das relações de descarga existentes em seu poder, e ordenada pelo

Inspector da Alfandega por dous Escripturarios de sua escolha; na hypothese sujeita forão preteridas taes formalidades, pois o Commandante do vapor não teve a menor interferencia na conferencia do seu manifesto; não forão examinadas, nem sobre ellas se proferio decisão alguma, contra o disposto no art. 414 do Regulamento, as declarações que elle fez antes da chamada conferencia sobre 46 volumes que trouxera, e que deixou de declarar nas 24 horas depois da visita, pela perturbação em que ficou com a busca e mais diligencias feitas a bordo do vapor.

5.º Contra o preceito do art. 750 do Regulamento teve lugar a audiencia do Commandante, dono onsignatario do vapor para a imposição da a por infracção do Regulamento, de que não vrou o competente auto.

Como confessa o proprio Inspector houve muita isão e ignorancia da parte dos empregados executar o serviço, como o prova o facto de rem entre os volumes, que o Conferente chama escidos, alguns dos que se disse de menos des- gados, o que se deveria verificar na confe- lia se a mesma corresse seus devidos termos.

Contra o que textualmente dispõe o art. 423 tegulamento para o calculo da multa, em vez e arbitrar o valor das mercadorias de menos arregadas, segundo as declarações do mani- , e pelas qualidades superiores ou por outros mes identicos do mesmo manifesto e quando eclarções relativas aos não declarados forem mpleta, tomou-se arbitrariamente um volume mais direitos pagou, 200\$000, e por ahi se fez leculo, sem se saber a qualidade dos 44 volumes ifestados e não descarregados, nem o que elles inhão.

Atrosim ordena ao Sr. Inspector, que visto ter ibunal julgado nullo e irregular todo o pro- o da imposição da sobredita multa de 6:623\$884, a restituir a quem de direito fôr; e bem assim advirta os Empregados, que tão mal se hou- o na conferencia do mesmo vapor.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 50. — JUSTIÇA. — EM 31 DE JANEIRO DE 1866.

Aviso circular de 31 de Janeiro de 1866. — Decide que podem servir no mesmo Termo dous irmãos, um como Juiz de Direito, e outro como Juiz Municipal supplente.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Juiz de Direito da Comarca do Acaracú, da Provincia do Ceará, consultado se podem dous irmãos servir no mesmo Termo, um como Juiz Municipal supplente e Delegado de Policia, e outro como Juiz de Direito, Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de 24 do corrente mez, Houve por bem Decidir, sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, com a qual se Conformou, que não ha lei que vede o exercicio de dous irmãos, um como Juiz de Direito e outro como Juiz Municipal supplente.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Araujo*. — Sr. Presidente da Provincia de...

N. 51. — GUERRA. — CIRCULAR DE 3 DE FEVEREIRO DE 1866.

Exigindo uma nota exacta da importancia das ^{(despezas feitas} com a) guerra contra a Republica do Paraguay.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Fevereiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Governo Imperial absoluta necessidade de saber em quanto importão as despesas occasionadas pela guerra, que sustentamos contra a Republica do Paraguay, ordene V. Ex. á Thesouraria de Fazenda que envie, com a maior brevidade possivel, uma nota exacta de todas que houver realizado, a contar do 1.^o de Janeiro do anno

passado, discriminando a natureza dellas, segundo as diferentes rubricas da Lei do Orçamento, e extremado a dos Corpos de Linha, de Voluntarios da Patria, de Policia, e, finalmente, da Guarda Nacional destacada, quér para a campanha, quér dentro da Provincia, em substituição do Exercito e da Policia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia de....



N. 52.— GUERRA.— CIRCULAR DE 3 DE FEVEREIRO DE 1866.

Determinando, em virtude do disposto nos arts. 49, 77 e 78 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, que aos Officiaes do Exercito empregados na Guarda Nacional como Chefes de Estado-Maior, Majores e Ajudantes se abone o soldo pelo Ministerio da Guerra, visto como a Circular de 4 de Julho do anno passado não tem applicação a casos previstos em Leis.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. Ex. que, devendo os Officiaes do Exercito empregados na Guarda Nacional como Chefes de Estado-Maior, Majores e Ajudantes dos Corpos, perceber soldo pelo Ministerio da Guerra, nos termos dos arts. 49, 77 e 78 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, fica entendido que a Circular de 4 de Julho do anno proximo passado, declarando não terem direito a soldo pelo Ministerio a meu cargo os Officiaes empregados em serviço estranho á Repartição da Guerra, não comprehende aquelles que por Lei estão exceptuados.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia de....



N. 53. — GUERRA. — AVISO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1866.

~~Designação dos vencimentos e graduações dos Officiaes da Repartição de Fazenda do 2.º Corpo de Exército em operações.~~

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Attendendo ao que V. Ex. expoz em seu officio de 20 de Dezembro do anno proximo passado, acerca da pretensão do Pagador José Antonio de Moraes, Foi Sua Magestade o Imperador Servido Determinar que sejam reguladas as graduações dos Officiaes de Fazenda junto ao Exército sob o Commando de V. Ex. da maneira constante da nota junta, abonando-se-lhes os vencimentos de Estado-Maior de 1.ª Classe em campanha, e mais as gratificações especiaes que actualmente lhes estão designadas, começando o augmento de vencimentos por effeito das novas gradações do dia, em que o Exército transpuzer ou tiver transposto o Uruguay.

Dens' Guardé a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Barão de Porto Alegre.

~~Nota das graduações dos Officiaes de Fazenda junto ao Exército da Fronteira de Missões, a que se refere o Aviso desta data.~~

REPARTIÇÃO FISCAL.

Chefe, Coronel.
Official, Major.
Amanuenses, Tenentes.

CAIXA MILITAR.

Encarregado, Tenente Coronel.
1.º Official e Pagador, Major.
2.º Officiaes, Capitães.
3.º Officiaes, Tenentes.
Fiel, Tenente.

N. 54. — FAZENDA. — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1866.

Sobre a meia siza exigida pela Alfandega do Pará da compra do
brigue inglês *Prospero* para o serviço da Republica do Perú.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Ja-
neiro em 5 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribu-
nal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 11 de 26
de Janeiro de 1864, em que o Sr. Inspector da The-
souraria de Fazenda do Pará communica a delibera-
ção pela qual sustentou a decisão da respectiva
Alfandega, que exigira do Consul do Perú a meia
siza sobre o preço da compra do brigue inglês *Pros-
pero* para o serviço da alludida Republica, declara
ao Sr. Inspector que, em presença do Decreto n.º 2442
de 16 de Julho de 1858, dos arts. 671 e 673 do Regu-
lamento das Alfandegas, e da Ordem n.º 339 de 17 de
de Outubro de 1856, foi acertada a sua deliberação;
cumprindo que faça effectiva a cobrança do dito
imposto, se por ventura ainda não está realizada.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 55. — FAZENDA. — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1866.

Declara não approvada a suspensão do Thesoureiro da Thesou-
raria do Amazonas, por ter-se recusado ao desempenho de
obrigações próprias do Porteiro; mas que deve elle ser adver-
tido por outras faltas que commetteu.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Ja-
neiro em 5 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribu-
nal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector
da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ama-
zonas, em resposta aos seus officios n.ºs 402 e 406
de 7 e 21 de Novembro do anno passado: 1.º que não
póde ser approvada a suspensão imposta ao Thesou-

reiro da mesma Thesouraria João Vicente Murinelly, sob o fundamento de recusar-se elle a abrir e fechar as portas da sala onde se guardão os cofres, por ser isso da competencia privativa do Porteiro ou de quem suas vezes fizer, como dispõe o art. 38 § 1.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1854, visto não haver casa forte propriamente dita no edificio ora occupado pela Thesouraria; 2.º que o dito Thesoureiro não tem direito a ser pago dos vencimentos do dia 22 de Outubro ultimo, por ter faltado á Repartição, sob pretexto de ser dia santificado, pois havendo o Sr. Inspector, em virtude do art. 58 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, mandado abrir a Thesouraria para serviço urgente e extraordinario, nenhum Empregado della podia deixar de comparecer, salvo provando motivo justificado; 3.º que não lhe serão pagos tambem os vencimentos do dia 23 do dito mez, em que retirou-se da Repartição antes de findar o expediente, sem causa provada, e sem permissão do Sr. Inspector; 4.º finalmente, que seja o mesmo Thesoureiro advertido do procedimento que teve nos indicados dias, esperando-se que mais o não repita, sob as penas da Lei.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 36. — FAZENDA. — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1866.

Sobre contractos de alienação de bens celebrados por corporações regulares, sem licença do Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Transmitto a V. Ex. as inclusas copias de ns. 1 a . . . para que V. Ex. ordene por intermedio da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia ao respectivo Procurador Fiscal, que nos termos da Lei de 9 de Dezembro de 1830, e em cumprimento da Resolução Imperial de 5 de Novembro de 1864, e Aviso do Ministerio do Imperio de 19 do mesmo mez e anno, promova a annullação dos contractos, a que

se referem as ditas copias, celebrados, com infracção da citada Lei, pelo Convento do Carmo desta Córte a respeito de bens situados nessa Provincia, e bem assim a restituição dos mesmos bens ao Convento a que pertencem; e proceda do mesmo modo a respeito de quaesquer outros contractos onerosos celebrados pelas corporações regulares nessa Provincia para o que exigirá os esclarecimentos dos Prelados, Officiaes publicos, ou de quem de direito fôr: devendo dar conta a este Ministerio de tudo quanto fôr occorrendo sobre este assumpto para se providenciar como fôr mister. Por esta occasião cumpre ponderar a V. Ex. que, segundo consta a este Ministerio, muitas corporações regulares celebrarão contractos onerosos sem preceder licença do Governo, e pensão que são ellas validas por terem tido lugar antes da referida Lei de 9 de Dezembro de 1830; entretanto esses contractos são nullos, como aquelles a que se referem os papeis, que ora envio a V. Ex., por isso que, por muitas Leis foi sempre prohibido ás referidas corporações alienarem ou mesmo sómente onerarem seus patrimonios sem licença do Governo. Se, pois, nessa Provincia existirem alguns bens nas circumstancias que acabo de indicar, V. Ex. ordenará do mesmo modo ao Procurador Fiscal que promova a nullidade dos contractos e a restituição de taes bens aos Conventos a que pertencão.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

— Identica para o Pará.

N. 57. — FAZENDA. — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1866.

Nega provimento a um recurso sobre multa de direitos dobrados por differença de quantidade em um despacho de caixas com porcellanas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Bento & Serzedelo, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Córte, que os obrigou ao paga-

mento de direitos em dobro da diferença para mais encontrada em um despacho de 12 caixas contendo porcellanas; e o mesmo Tribunal:

Visto que a nota para o referido despacho declarava o peso da mercadoria, que na verificação se encontrou ser maior que o mencionado na nota;

Visto que a porcellana em caixa está sujeita ao pagamento dos direitos segundo a taxa legal, que foi deduzida pelo Conferente;

Visto não se achar o caso comprehendido no art. 746 do Regulamento das Alfandegas;

E considerando:

1.º Que as mercadorias são tarifadas com a taxa legal da Tarifa, quando na mesma não se faz declaração expressa do peso liquido real ou do bruto;

2.º Que, para ter lugar a verificação do peso liquido, nos casos em que se manda fazer o despacho segundo a taxa legal, torna-se necessario que se verifiquem as condições do art. 522 § 2.º do Regulamento, processo este a que não se soccorreu a parte:

Resolveu negar provimento ao sobredito recurso.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 58. — FAZENDA. — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1866.

Os Thesoureiros das Alfandegas, onde não ha Fleis, não podem nomear Prepostos a seu arbitrio; sendo que a substituição de taes empregados acha-se regulada pelo art. 88 § 3.º combinado com o art. 66 § 2.º do Regulamento de 19 de Setembro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, em solução ao officio n.º 46 de 14 de Dezembro do anno passado da Presidencia da dita Provincia, que não pôde ser

deferido o requerimento do Thesoureiro da Alfandega de Aracajú, Cônego Agostinho Rodrigues Braga, que pretende que ao seu preposto se faça extensiva a disposição da Circular n.º 484 de 17 de Outubro de 1862, porquanto, nem pelo Regulamento de 19 de Setembro podem os Thesoueiros das Alfandegas, onde não ha Fieis, nomear prepostos a seu arbitrio, nem a substituição deve ter outra maneira de existir senão a que está marcada no § 3.º do art. 88, que não admite que seja ella feita por pessoa que não tenha o caracter de Fiel proposto e approved na fórma do art. 66 § 2.º do mesmo Regulamento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 59. — FAZENDA. — EM 7 DE FEVEREIRO DE 1866.

Recurso de decisão da Alfandega da Côrte a respeito de um fardo de chitas submettidas a despacho, por chitas em retalhos

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Wattson Ritchie & C.ª, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte que os obrigou a pagar, em um despacho de chitas em retalho, direitos na razão de varas quadradas, e não pelo peso como foi proposto pelos recorrentes: e o mesmo Tribunal:

Visto que as notas apresentadas pelos recorrentes fazem menção de um fardo contendo chitas em retalho, pesando liquido 312 libras, que foi impugnado pelo conferente do despacho, que entendeu dever ser feito o calculo para pagamento dos direitos na razão de varas;

E considerando:

1.º Que a Circular do Thesouro n.º 494 de 24 de Outubro de 1862, definindo e determinando o sen-

tido dos arts. 597 e 608 da Tarifa, em relação aos retalhos das chitas, só teve em vista evitar que as peças e córtes de taes fazendas fossem cortadas em fragmentos menores de tres varas em prejuizo dos respectivos direitos, e para conseguil-o especificou as condições indispensaveis para que taes fragmentos pudessem ser despachados a peso;

2.º Que já em Portaria de 14 de Julho de 1863 da Inspectoria da Alfandega, explicando a verdadeira intelligencia da Circular de 24 de Outubro de 1862, se declarou que só fossem considerados retalhos sobras de peças de diversos padrões, isto é, residuos das fabricas, e não as peças cortadas em pedaços e estes distribuidos por diversos volumes, ou acondicionados em um só, de modo que, reunidos os de cada um dos padrões, possam constituir córtes ou medir a mesma quantidade de fazenda, que communmente contém as peças inteiras;

3.º Que a condição principal, para se cobrarem os direitos na razão do peso, é que sejam verdadeiros residuos, ou restos de taes fazendas, e que nem se póde entender a referida Circular de outra maneira,

4.º Que os retalhos de chitas, que vierem preparados em peças ou formando córtes, estão sujeitos aos direitos da Tarifa, como se estivessem em peças inteiras, como já tem sido julgado pelo Tribunal varias vezes;

5.º Finalmente que o recurso, de que se trata, não póde importar questão de qualificação de mercaderia, e sim apenas divergencia no modo de entender a Circular n.º 494 de 24 de Outubro de 1862.

Resolveu negar provimento ao recurso, e declarar que bem procedeu a Inspectoria da Alfandega no julgamento das duvidas apresentadas pelos recorrentes.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos. —

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 60.—GUERRA.—CONSULTA DE 7 DE FEVEREIRO DE 1866.

Consulta das Secções de Guerra e Marinha e de Fazenda do Conselho de Estado, sobre a pretensão de João Augusto Esteves da Silveira, Domingos Tiburcio de Menezes e Tito Vespaziano Cajueiro de Campos, estes Amanuenses e aquelle Escrivão do extinto Hospital militar da Provincia da Bahia, os quaes pedem ficar addidos ao Arsenal de Guerra da mesma Provincia, até que voltem ao exercicio de suas funcções.

Senhor.—Ordenou Vossa Magestade Imperial que as Secções de Guerra e Marinha e de Fazenda do Conselho de Estado consultem, com seu parecer, sobre a pretensão de João Augusto Esteves da Silveira, Domingos Tiburcio de Menezes e Tito Vespaziano Cajueiro de Campos, estes Amanuenses e aquelle Escrivão do extinto Hospital militar da Provincia da Bahia, os quaes solicitão a graça de passarem a addidos ao Arsenal de Guerra da mesma Provincia, até que voltem ao exercicio de suas funcções.

Sobre esta pretensão foi ouvida a 2.^a Secção da 4.^a Directoria da Secretaria da Guerra, que informou nos termos seguintes:

O Escrivão e dous Amanuenses do extinto Hospital militar da Bahia solicitão na carta junta, que dirigirão a V. Ex., a graça de passarem a servir como addidos do Arsenal de Guerra daquella Provincia, até que voltem ao exercicio de suas funcções.

Por Aviso de 11 de Abril deste anno mandou-se converter em enfermarias permanentes os Hospitaes militares da Bahia e Pernambuco, e, em consequencia desta medida aconselhada pela marcha da força de linha para a campanha, e consequente redução da despeza, ficarão em disponibilidade os empregados civis daquelles estabelecimentos.

Em 12 de Julho ultimo expedio-se Aviso ao Presidente da Bahia, significando-lhe ser de equidade que o Almoxarife, Escrivão e Amanuenses fossem providos de preferencia nos lugares que vagassem em quaesquer repartições, ou nomeados para commissões; esta resolução, que antecipou a pergunta feita pelo Presidente em officio n.º 62 da mesma data, foi corroborada em Aviso de 22 do dito mez.

Por Aviso de 14 de Outubro proximo passado approvou-se a deliberação, tomada pela Presidencia da Bahia, de mandar pagar aos empregados do extinto Hospital militar os ordenados correspondentes ao mez de Julho, visto terem estado até então occu-

pados na entrega do material, na liquidação da receita e despesa, e na organização do inventario, conforme communicou em officio n.º 24 de 6 do referido mez.

Eis a resenha dos actos expedidos sobre a materia por esta Directoria Geral; resta agora apreciar a questão pelo lado legal.

O art. 79 do regulamento approved pelo Decreto n.º 778 de 15 de Abril de 1851 dispõe que:

No caso de extincção de alguma repartição de Fazenda do Ministerio da Guerra, passarão seus empregados a ter exercicio na Contadoria Geral, ou em outra repartição, que pelo Governo se determinar, e sómente tendo exercicio continuarão a perceber os vencimentos que tinham.

Este preceito, que está encarnado em toda a nossa legislação, tem sido constantemente observado pelo Governo Imperial; desde que uma repartição se extingue, e parte do seu pessoal não é aproveitado no acto da reforma, o Governo Imperial considera os empregados de titulo, não contemplados, como pertencentes a repartições extinctas, e assim parece ser de razão, porque, na ausencia de um documento official, que invalide o titulo, subsiste este em todos os seus effeitos.

Foi isto o que aconteceu com os empregados dos Hospitaes militares da Bahia e de Pernambuco: ha um acto extinguindo estes estabelecimentos; mas, desde que os empregados civis não forão demittidos, subsiste o titulo de nomeação, e, pois, não podem elles deixar de ser considerados como empregados de repartições realmente extinctas.

Os Hospitaes, embora dirigidos, como os Arse-naes de Guerra, por Militares; são Repartições de Fazenda; a simples denominação de empregos taes como de Almoxarife, Escrivão e Amanuenses basta para caracterizar a classe a que pertencem; demais, a escripturação alli é feita segundo os preceitos do Thesouro; pelo art. 86 do citado Regulamento de 15 de Abril de 1851 estão todos aquelles empregados sujeitos ás disposições dos arts. 74, 75 a 78 e 81 a 85 precedentes; e são empregados de commissão tanto como outros quaesquer, visto que nas nossas Repartições publicas não ha empregos vitalicios.

O Governo Imperial tem sido tão severo respeitador dos direitos adquiridos, que conserva como addido á Fabrica da polvora, e com vencimento do

novo regulamento, o Fiel Geminiano Antonio de Almeida, que no entanto não continuou no exercicio do seu emprego, em consequencia de não poder prestar fiança.

Está igualmente addido ao Arsenal de Guerra da Côrte, em attenção ao seu tempo de serviço, mas com o ordenado do antigo regulamento, José Maria da Silveira Vianna, que exerceu tambem as funcções de Fiel e de Almoхарife da mesma Fabrica anteriormente á reforma effectuada pelo Decreto n. 2555 de 17 de Março de 1860.

Serve actualmente, como addido, na Pagadoria das Tropas da Côrte, o Escriptuario da venda de polvora Jesuino Martins dos Santos Vianna: o emprego a que alludo, creado apenas por um Aviso com o vencimento de 4:000\$000, nunca foi desempenhado, e passou logo a ser extincto.

As Pagadorias Militares forão extinctas pelo Decreto n. 871 de 22 de Novembro de 1861. Os empregados passarão a ser considerados como de repartições extinctas, como succede com o Amannuense Luiz Brianno de Mattos, que está addido ao Arsenal de Guerra da Côrte, e com o ex-Pagador José Francisco de Siqueira, que até foi aposentado em 1863.

Cito todos estes factos para chegar á conclusão de que nenhuma razão existe para que os empregados dos extinctos Hospitaes militares fiquem de peor partido do que outros em identidade de circumstancias; uma vez provado que taes empregados são de Fazenda, parece-me incontestavel o direito de serem comprehendidos na letra do art. 79 do Regulamento de 15 de Abril de 1851.

O Governo Imperial, porém, resolverá na sua sabedoria se, á vista do expendido, deve julgar a questão decidida, ou ouvir a illustrada opinião das Secções de Fazenda, Marinha e Guerra do Conselho de Estado, para fixar regra.

2.ª Secção da 4.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 16 de Dezembro de 1865.—Servindo de Chefe, *José Ferreira de Paiva*.

Sobre a mesma materia disse o Chefe da 4.ª Secção:

O Regulamento do Corpo de Saude, que baixou com o Decreto n.º 1900 de 7 de Março de 1857, nos arts. 84 e 85 dispõe que haja hospitaes na Côrte e nas Provincias em que houver forças consideraveis.

Creado o hospital em uma Provincia, por se dar essa circumstancia, é obvio que, removida a força, tem de ser supprimido o hospital.

Conclue-se daqui que taes estabelecimentos são provisorios, e que seus empregados são de commissão, tanto como os que actualmente servem nas Repartições de Fazenda junto aos exercitos.

Os exemplos citados pela Secção não procedem, porque ali só se dá equidade a respeito de tres, dous dos quaes nem tem título por onde mostrem que são ou forão empregados publicos.

Quanto a José Francisco de Siqueira, empregado antigo e de decreto, teria incontestavel direito á sua conservação, quando se extinguisse a Pagadoria de Minas, se não tivesse deixado passar mais de cinco annos para fazer valer seu direito. Assim é que, estando simplesmente addido á Pagadoria das Tropas, foi aposentado com dependencia de approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Verdade é que ultimamente o Conselho de Estado entendeu que os Professores da escola do Rio Grande, que também são de commissão, tinham direito aos seus vencimentos, estando a escola fechada por ordem do Governo; e, como haja semelhança nas duas questões, o Governo Imperial resolverá a dos empregados dos hospitaes extinctos como julgar conveniente.

4.^a Directoria Geral em 19 de Dezembro de 1865.
— *Calasans*.

O art. 83 do Regulamento n.º 1900 de 7 de Março de 1857 dispõe que: « Os Hospitaes militares serão estabelecidos, um na Côrte, e outros nos lugares onde estacionarem forças consideraveis. »

Assim, na fórma do citado regulamento, o unico hospital fixo e permanente é o da Côrte, os outros são moveis e acompanhão a tropa, estabelecendo-se transitoriamente nos lugares, em que ella se agglomerava.

O Hospital militar da Bahia não foi propriamente extincto, senão transferido para o sul do Imperio, ou para onde marchou a força que alli servia; e para ali deverão também passar os seus empregados.

Dar o character de permanentes, ou antes de fixos, a estabelecimentos, que não prestão nem podem prestar o serviço, para que são creados, senão onde ha reunião de consideraveis forças militares; considerá-los extinctos, logo que estas se movem para

outros pontos, e reconhecer em seus empregados o direito de, em tal caso, serem aposentados, ou o de pejaarem outras repartições, é crear um novo enxame de empregados inuteis, com todos os gravames, que dahi derivão.

Dado, porém, mesmo que os Hospitaes militares das Provincias fossem fixos e permanentes, nem assim parece que lhes fosse applicavel a disposição do art. 79 do Regulamento de 13 de Abril de 1851, a que se referio a 4.^a Directoria.

No entender das Secções a denominação de — Repartição de Fazenda do Ministerio da Guerra — compete ás estações encarregadas da escripturação e contabilidade de diversos serviços daquelle Ministerio, de centralizar as contas, de verificall-as, ou tomall-as aos responsaveis, pela fazenda ou dinheiros do Estado; e os Hospitaes militares não estão neste caso.

Julgão, pois, as Secções reunidas que o Governo de Vossa Magestade Imperial deferiria com justiça a pretensão dos supplicantes, ordenando-lhes que vão exercer as funcções de seus empregos em algum dos hospitaes creados em consequencia da guerra, quer na Provincia do Rio Grande do Sul, quer nos Estados do Rio da Prata. Aproveitar-se-hia por este modo a pratica do serviço que elles tenham adquirido, e continuarião a perceber seus vencimentos sem novos onus dos cofres publicos.

Vossa Magestade Imperial, porém, resolverá o que em sua sabedoria julgar mais acertado.

Paço em 14 de Janeiro de 1866. — *Visconde de Itaborahy.* — *Manoel Felizardo de Souza e Mello.* — *Visconde de Abacté* — *Miguel de Souza Mello e Alvim.*

RESOLUÇÃO.

Como parece.—Paço, 7 de Fevereiro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 64.—GUERRA.— EM 7 DE FEVEREIRO DE 1866.

Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre a trasladação da Colonia Militar do Jatahy para a margem esquerda do Paranapanema, sob a nova denominação de Colonia Militar do Riachuelo.

Senhor.— Por Aviso do Ministerio da Guerra de 4 de Janeiro do corrente Dignou-se Vossa Magestade Imperial Ordenar que a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado consulte com seu parecer, e com urgencia, sobre o officio, em que o Presidente da Provincia do Paraná propõe a mudança da Colonia Militar do Jatahy, á margem do Tibagy, para a margem esquerda do Paranapanema, entre a corredeira da Serra do Diabo e a Ilha da Corôa de Frade, sob a nova denominação de—Colonia Militar do Riachuelo.

Na opinião do Presidente da Provincia não deve continuar no Jatahy a Colonia Militar; porque, depois de 10 annos de existencia, não tem tido progresso, e diminue o numero de seus chamados colonos, que vivem de salarios pagos pelos cofres publicos. A grande distancia da Capital da Provincia, e a longa e difficil navegação até o Paraná parecem ainda á primeira autoridade da Provincia graves tropeços para auxiliar com promptidão a Provincia de Mato Grosso, e a elevada despeza de 71:716\$773, feita na colonia sem resultado correspondente, é o principal argumento produzido para justificar a remoção da colonia em questão.

A margem esquerda do Paranapanema, nas vizinhanças de sua embocadura no Paraná, apresenta se como a localidade mais propria para o assento de uma colonia, e para alli propõe-se a trasladação da actualmente existente no Jatahy.

As colonias militares do Brasil tem sido creadas com o fim de firmar nossas fronteiras, limpar de salteadores certos territorios, ou de auxiliar o transito por agua ou por caminhos desertos de umas para outras Provincias, ou entre diversas localidades de uma mesma Provincia. A Colonia do Jatahy parece que foi estabelecida com o louvavel intento de facilitar as communicações das Provincias maritimas ao norte de Santa Catharina com a de Mato Grosso, permitindo o uso das aguas do Jatahy, Tibagy, Paranapanema, Ivenhema, Anhuac, Paraguay e seus afluentes, e poupando o longo tracto por trilhas desertas

e cortadas de caudalosos rios. Enquanto, pois, se não demonstrar que o Jatahy, Tibagy e Paranapanema da Serra do Diabo ou Corôa de Frade para cima até sua junção com o mesmo Tibagy não se presta á navegação, de que o transito por ahi é muito mais dispendioso e difficil que por terra desde Santos até Itapura, e a projectada Riachuelo; ou ainda enquanto se não descobrir uma navegação interna mais commoda do que a daquelles tres rios, não parece prudente abandonar esta, e privar-nos desde já dos elementos, que no futuro podem tornal-a de grande vantagem.

Ora, a Colonia Militar do Jatahy, sendo bem administrada, deve prestar consideraveis auxilios á navegação interna hoje conhecida, e já utilizada algumas vezes, para a Provincia de Mato Grosso; e, se actualmente a colonia se acha em decadencia, não pela deficiencia de uberidade das terras, ou defeito do clima, mas pela má administração e reunião de individuos impróprios ao fim a que se destinão, o remedio não é seguramente trasladar esta gente para as vizinhanças do Paraná, mas sim corrigir os erros praticados, e providenciar convenientemente para que o estabelecimento se desenvolva, e preste os serviços a que é destinado.

A localidade escolhida para a premeditada colonia do Riachuelo poderá reunir as melhores condições de fertilidade e salubridade; mas apesar destas vantagens não terá sensivel desenvolvimento pela difficuldade de transporte e grandes distancias de lugares, onde os productos do futuro estabelecimento possam ser trocados; irá vegetando, como nas margens do Jatahy, e os antigos habitos continuarão a produzir os resultados funestos, de que faz menção o Presidente da Provincia. Pobre e pouco populosa, nenhum auxilio poderá prestar á Provincia de Mato Grosso; e, collocada na embocadura do Paranapanema, cujo curso continuará a permanecer deserto, tornando-se ainda mais deserto o do seu affluente Tibagy, pela remoção da Colonia do Jatahy, poucas e fracas relações tendo com os povoados da Provincia do Paraná, de S. Paulo, e portanto com o Rio de Janeiro, etc., ainda mais inutil se tornará. Demais, existindo nas proximidades da confluencia do Paranapanema com o Paraná a Colonia Militar do Itapura, desnecessaria se torna alli a fundação de uma outra. As despesas, que se terião de fazer com o estabelecimento desta,

muito mais productivas serão, se forem applicadas ao desenvolvimento da outra.

Para que, pois, remover, e não com pequenas despezas, a Colonia do Jatahy para o Paranapanema? A Secção pensa que nenhuma vantagem se colherá desta operação, e é de opinião que o Governo a mantenha, emquanto se não convencer da innavegabilidade dos rios, que a communicão com o rio Paraná, removendo, porém, desde já os obstaculos, que tolhem o progresso deste nucleo de população, proporcionando-lhe os meios para desenvolver-se.

Tal é, Senhor, o parecer que a Secção tem a honra de submeter á sabedoria de Vossa Magestade Imperial.

Paço em 8 de Janeiro de 1866.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.*—*Visconde de Abacté.*—*Miguel de Souza Mello e Alvim.*

RESOLUÇÃO.

Como parece.—Paço, 7 de Fevereiro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 62.—GUERRA.—AVISO DE 8 DE FEVEREIRO DE 1866.

Designando os vencimentos, que devem ser abonados ao Com-mandante e mais Officiaes do Deposito de Aprendizizes artilheiros, estabelecido na Praia Vermelha.

1.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Fevereiro de 1866.

Tendo-se designado vencimentos para os Officiaes do Deposito de Aprendizizes Artilheiros, estabelecido na Fortaleza da Praia Vermelha, declaro a Vm. para

sua intelligencia e execução, que ao Commandante do Depósito competem as vantagens de Engenheiro em comissão activa, com excepção da gratificação especial de Chefe de Comissão, e aos Commandantes de Companhias e mais Officiaes as de Estado Maior de 4.^a Classe.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 63. — FAZENDA. — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1866.

recommenda o exacto cumprimento de disposições relativas aos devedores da Fazenda, que alcanção solver seus debitos por prestações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio [de] Janeiro em 9 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda que ordenem mui terminantemente aos Procuradores Fiscaes das mesmas Thesourarias que, sob pena de esponsabilidade, observem cumpridamente o art. 6 das Instrucções da Directoria Geral do Contencioso de 31 de Janeiro de 1851, e bem assim a ordem do Thesouro de 24 de Agosto de 1844, que prescrevem o procedimento que se deve ter para com os devedores da Fazenda, que alcanção solver seus debitos por prestações.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 64.— FAZENDA.— EM 9 DE FEVEREIRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso sobre (direitos de consumo e additionaes de 400 pipas vasia, que daqui foram para a Bahia, attenta a disposição da Circular de 30 de Outubro do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 260 de 30 de Outubro do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso interposto por Francisco Xavier Catilina da decisão da mesma Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que mandou pagar os direitos de consumo e additionaes de 400 pipas vasia, mandadas ir desta Corte, e transportadas na barca portugueza *Restauração*, visto a Circular de 30 de Outubro do referido anno determinar que sejam comprehendidas na Tabella n.º 41 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 as pipas vasia, destinadas ao acondicionamento de aguardente de uns para outros portos do Imperio; ficando apenas sujeito ao expediente de 4 ½ %.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 65.— FAZENDA.— EM 9 DE FEVEREIRO DE 1866.

Resolve sobre um caso de sonegação do imposto de siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1866.

Tomando em consideração o objecto do officio do Collector de Pirahy de 5 de Maio ultimo, expondo que, havendo João Pedro Diniz Junqueira e o Dr. Gabriel Diniz Junqueira comprado diversas porções de

terrenos e bemfeitorias, e formado assim uma pequena fazenda, importando essas compras, todas anteriores ao anno de 1848, na quantia de 34:640\$000, passados tempos dividirão a sociedade, tocando a cada um terrenos e bemfeitorias no valor de 17:320\$, e que agora apresentou-se o socio João Pedro, denunciando que daquellas se não pagára siza, e offerecendo-se para pagal-a sómente da parte que lhe tocou na divisão da sociedade; e pedindo o dito Collector esclarecimentos ácerca do modo por que deve proceder:

E vistos os Alvarás de 3 de Junho de 1809, 2 de Outubro de 1811 e 5 de Maio de 1814; Resoluções de 16 de Fevereiro e 16 de Setembro de 1818; Lei de 28 de Outubro de 1818 art. 9.º § 22; Leis de 15 de Setembro de 1855 art. 11, e 26 de Setembro de 1857 art. 42, e Ordem do Thesouro de 22 de Agosto de 1864; e

Considerando que, comquanto o Alvará de 3 de Junho de 1809 decreta a nullidade das compras e vendas de bens de raiz, que não pagarem o imposto, todavia é preciso que essa nullidade seja declarada por sentença, quando devidamente arguida pelos interessados;

Considerando que tanto João Pedro Diniz Junqueira como o Dr. Gabriel Diniz Junqueira são solidariamente responsáveis pelo imposto devido das referidas acquisições, ao qual as terras ficarão legalmente hypothecadas; mas que, sendo o Dr. Gabriel fallecido, não póde ser imposta a seus herdeiros a pena de sonegação do imposto, como resolveu a Decisão do Thesouro de 22 de Agosto de 1864;

Considerando, quanto ao devedor sobrevivente, que, quando ha denuncia feita pelo devedor, a siza póde ser paga, e deve ser arrecadada independente de qualquer multa;

Considerando, finalmente, que a disposição do art. 9.º § 22 da Lei de 28 de Outubro de 1818, como declarou o Aviso n.º 34 de 7 de Fevereiro de 1849, não aproveita ás transacções havidas antes da sua publicação, porquanto nenhuma Lei póde ter effeito retroactivo;

Declaro a V. S., a fim de que se sirva fazel-o constar ao referido Collector, para a devida intelligencia e execução, que João Pedro Diniz Junqueira está obrigado á Fazenda Publica, como igualmente o estão os herdeiros de seu ex-socio o Dr. Gabriel Junqueira, pela siza devida do valor total das terras de que se

trata, isto é, 34:640\$000; que essa siza deve ser cobrada conforme o Alvará de 3 de Junho de 1809, que regulava ao tempo dos contractos, na razão de 10 %: e que se deve proceder executivamente contra o referido João Pedro e herdeiros do Dr. Diniz, quando se recusem a pagar o imposto no prazo que pelo mesmo Collector lhes fôr marcado, para o que, findo esse prazo, e não estando paga a siza, deverá transmittir a essa Directoria Geral os precisos esclarecimentos.

Deus Guarde a V. S.— *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 66.—GUERRA.— EM 10 DE FEVEREIRO DE 1866.

Consulta do Conselho Supremo Militar de Justiça, sobre diversos pontos relativos a prescrição de crimes militares.

Senhor.—Não havendo legislação militar expressa que regule as prescrições dos crimes militares, e opinando alguns (como seja Cunha Mattos no seu — Repertorio-verbo — prescrição) que se deve observar a respeito daquelles crimes a legislação commun (Codigo do Processo Criminal art. 36, e Codigo Penal art. 65), determinou Vossa Magestade Imperial, pela Primeira Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em Portaria dada de 9 de Dezembro do anno proximo findo, que o Conselho Supremo Militar de Justiça consultasse sobre os seguintes pontos:

- 1.º Qual tem sido a pratica dos Tribunaes Militares a semelhanté respeito, e em que é fundada?
- 2.º No caso affirmativo, quaes os inconvenientes e as vantagens dessa pratica?
- 3.º Se convem regular esta materia, propondo ao poder competente algumas medidas, e em que sentido?

Não consta que tenha sido presente ao Conselho Supremo Militar de Justiça algum processo por crime

militar, em que fosse posta a excepção de prescrição, e não havendo pratica alguma dos Tribunaes Militares estabelecida por julgamentos em processos criminaes, considerando prescriptos os delictos militares, prejudicado fica o segundo ponto da Consulta, assim como o primeiro sobre —qual tem sido a pratica dos Tribunaes Militares a semelhante respeito e em que fundada?

Consultará o Conselho Supremo Militar de Justiça, sobre o terceiro ponto, a saber: —Se convem regular esta materia, propondo ao poder competente algumas medidas, e em que sentido?

E, como ao poder legislativo exclusivamente compete e melhor cabe designar os crimes militares, que poderão prescrever com as condições, ou medidas precisas, se fôr admittida a prescrição, consultará o Conselho Supremo Militar de Justiça, em geral, sobre a conveniencia ou desconveniencia de regular-se a prescrição dos crimes militares, dando ao assumpto, que aliás é vasto, o desenvolvimento substancial.

Não ha legislação que regule, no Imperio, as prescrições dos crimes militares, e sem expressa menção de nenhum modo poderá ser applicavel a crimes especiaes o que dispõe o art. 56 do Código do Processo Criminal e o art. 65 do Código Penal commum.

O Cap. 1.º Tit. 2.º do Código do Processo encerra quatro artigos: o art. 54 sobre a prescrição dos crimes, que os Juizes de Paz decidem definitivamente, o art. 55 sobre os crimes afiançaveis, e o art. 56 sobre a prescrição dos crimes inafiançaveis, terminando no art. 57 com a declaração de não entender-se a prescrição á indemnização, que poderá ser demandada em todo tempo.

Na supposição de serem inafiançaveis todos os crimes militares, applicada a lei commum, occorreria duvida a respeito do tempo e condições da presença do réo militar para dar-se a prescrição, attenta a gravidade especial dos crimes militares, e crescerião as difficuldades, sobre o tempo e condições das prescrições, nas deserções, que constituem crimes muito privativos, para lhes serem ainda menos applicaveis as disposições da lei commum.

Dez annos, por exemplo, seria tempo demasiado para a prescrição de alguns crimes militares, e

muito insignificante ou breve para a prescrição de outros, tendo-se de percorrer uma distância imensa entre os mais leves crimes, e aquelles em que póde caber a pena de morte.

Não ha, pois legislação que regule as prescripções dos crimes puramente militares, e nem é possível recorrer ao direito commum, principalmente no estado actual da legislação criminal militar, dominando o arbitrio do julgador a ponto de caber a pena capital nas infracções menos graves. Não prescrevem os delictos militares, e nem as penas do crime militar, pela razão muito clara de não ter o legislador estendido o beneficio aos crimes militares, e é talvez por isso que não ha lembrança de um julgamento, sequer, em processo crime militar, considerando prescripto ou não prescripto o delicto.

Se a jurisprudencia nega-se á applicação dos principios geraes de direito em relação a leis especiaes de natureza diversa, por outro lado, a classificação dos delictos communs em crimes afiançaveis ou infiançaveis, além dos crimes, cujo final conhecimento compete aos Juizes de Paz, baseada no gráo ou differença das penas impostas, oppõe-se, e obsta evidentemente a que prevaleça a opinião dos que entendem que se deve observar a respeito dos crimes militares a legislação commum. (Codigo do Processo Criminal art. 56, e Codigo Penal art. 65.)

A penalidade, ao contrario, quasi sempre indeterminada dos crimes militares, torna impossivel a applicação do direito commum para a prescrição dos crimes militares.

Entretanto, convem e cumpre regular a materia, attendendo-se a que o militar deve, com razão, participar das vantagens geraes ou communs, sempre que não contrastarem com a disciplina indeclinavel do exercito; e sendo igualmente certo que a disciplina não repelle a prescrição dos crimes militares, se fôr bem regulada.

Assim que, em conclusão, é o Conselho Supremo Militar de Justiça de parecer que convém regular a materia da prescrição dos crimes puramente militares, admittido a principio em favor do exercito, com as medidas ou condições adequadas, de accordo com a especialidade dos crimes militares, como em sua sabedoria, e muito melhor estabelecerá o poder competente legislativo ou executivo, que póde propor.

Rio de Janeiro, 7 de Fevereiro de 1866.—*Barão de Suahy.*—*Bittancourt.*—*Cabral.*—*J. J. Ignacio.*—*Fonseca.*—*Couto.*—*D. José de Assis Mascarenhas.*—*José Mattoso de Andrade Camara.*—*José Antonio de Magalhães Castro.*

RESOLUÇÃO.

Como parece.—Paço, 10 de Fevereiro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N.º 67.—JUSTIÇA.—EM 12 DE FEVEREIRO DE 1866.

Ao Presidente de Pernambuco.—Decide que não procedeu bem o Presidente da Relação dessa Provincia, deixando de submeter ao Tribunal a decisão de um conflicto de jurisdicção, sob o fundamento de já ter sido resolvida a questão por provimento dado a um agravo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officios de 30 de Outubro e 11 de Novembro do anno passado expóz V. Ex. que, nos termos do art. 64 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, remettêra ao Presidente da Relação, a fim de serem presentes ao Tribunal, a representação que lhe dirigira o Juiz de Orphãos da Capital, e o parecer do Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional sobre o conflicto de jurisdicção suscitado entre aquelle Juizo e o dos Feitos da Fazenda ácerca do inventario dos bens do finado Brigadeiro Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond, deixando o mesmo Presidente de submeter ao Tribunal a decisão do conflicto, sob o fundamento de já ter sido resolvida a questão por provimento dado ao agravo interposto perante o Juiz dos Feitos,

sem sciencia do de Orphãos. Sua Magestade o Imperador, a Quem forão presentes todos os papeis relativos a esta questão, por Sua Imperial Resolução de 3 do corrente sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir que não procedeu bem o Presidente da Relação dessa Provincia, deixando de submeter o dito conflicto ao Tribunal, que, como Juiz delle, era só o competente para julgar se o seu objecto constituia causa julgada; sendo certo que, conforme o direito, o Juiz da acção é o Juiz da excepção, e por consequencia o unico que póde decidir se ha prescripção, se ha cousa julgada ou outro meio de excluir o pedido: a jurisdicção das Relações seria evidentemente impedida, se o seu Presidente pudesse por si excluir do conhecimento dellas, sob pretexto de cousa julgada ou outro semelhante, os negocios, que a esses Tribunaes competem.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Thomaz Nabuco de Araujo*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 68. — FAZENDA. — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1866.

Declara não sujeito ao sello o saldo liquido em conta corrente que, embora assignada pelo credor, não esteja igualmente pelo devedor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, vistas as duvidas que se tem suscitado sobre a intelligencia do art. 48 do Decreto de 3 de Agosto de 1863, que não está sujeito ao sello, na forma do art. 6.º § 44 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que se refere ao art. 445 do Codice do Commercio, o saldo liquidado em conta corrente que, embora assignada pelo credor, não esteja igualmente pelo devedor.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 69.—GUERRA.—AVISO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1866.

Declarando que os Medicos e Capellães do Exercito não tem direito ao fornecimento de velas, e bem assim como se deve effectuar o mesmo fornecimento.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Fevereiro de 1866.

Tendo o Fiscal da Fazenda junto ao Exercito sob o Commando de V. S. dado conta a este Ministerio, em virtude de ordem que lhe foi expedida; da correspondencia, que teve lugar por occasião de se ter supprimido dos vales para as dietas do Hospital sete velas stearinas, que diariamente se consumião; declaro a V. S. que os Medicos e Capellães não tem direito a fornecimentos de velas, e que apenas se devem fornecer aos Hospitaes, Enfermarias e Pharmacias as que forem indispensaveis para conservação de luz; e ás ambulancias velas stearinas para provimento, e, neste sentido, V. S. expedirá as convenientes ordens.

Deus Guarde a V. S.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Manoel Luiz Ozorio.



N. 70.—GUERRA.—AVISO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1866.

Mandando abonar uma gratificação para despesas do expediente dos Chefes das Repartições do Ajudante e Quartel Mestre General do 1.^o Corpo de Exercito em operações.

4.^a Directoria Geral.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Fevereiro de 1866.

Em solução ao seu officio de 12 de Janeiro findo, em que V. S. pondera a necessidade de elevar-se as gratificações, que percebem os Chefes das Repartições do Ajudante General e Quartel Mestre General junto ao Exercito sob seu commando; declaro

a V. S. que, não sendo actualmente possível alterar-se as tabellas em vigor, não pôde o Governo attender á reclamação de V. S. senão autorizando a mandar abonar cada um dos ditos Officiaes, para as despesas do expediente, a quantia-mensal de vinte mil réis (20\$000).

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Manoel Luiz Ozorio.

N. 71. — GUERRA. — AVISO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1866.

Marcando as vantagens, que devem perceber o Commandante Geral e mais Officiaes das Companhias de operarios.

4.^a Directoria Geral. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Fevereiro de 1866.

Fique Vm. na intelligencia de que o Official, que fôr nomeado Commandante Geral das Companhias de operarios, e os que servirem nellas, devem perceber, a excepção de forragem, os mesmos vencimentos, que terião em igual exercicio no Exercito.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 72. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1866.

Approva as Instrucções para a proxima futura exposição.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar as Instrucções que com esta baixão, organizadas para a proxima futura Exposição especial de plantas e animaes vivos.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1866. — Dr. *Antonio Francisco de Paula Souza*.

**Instrucções para a exposição especial de plantas e
animaes vivos.**

Art. 1.º Na exposição especial, de que trata o art. 40 do Regulamento da Exposição Nacional, e que durará pelo menos tres dias, serão admittidos animaes vivos, plantas, flôres em ramos e soltas, devidamente acondicionadas.

Art. 2.º Serão tambem admittidos quaesquer objectos de arte, que tenham relação directa com o fim desta exposição.

Art. 3.º O espaço destinado para a exposição será dividido em tres partes, a primeira para os objectos que se podem conservar mais tempo que o designado no art. 1.º; a segunda para aquellos que são susceptíveis de facil corrupção; e a terceira, que será aos lados do edificio, para os animaes.

Os diversos objectos serão assim classificados:

1.º GRUPO.

1.ª CLASSE.—*Horticultura*.

- 1.ª SECÇÃO. — Legumes verdes (vagens, ervilhas, favas, aboboras, pepinos, beringelas, xuxús, maxixes, quigombós ou quiabos, etc.)
- 2.ª SECÇÃO. — Verduras (repolhos, couves, beterrabas, cenouras, nabos, rabanos, rabanetes, alfaces, hervas, palmitos, plantas e fructos para temperos.)
- 3.ª SECÇÃO. — Raizes e tuberculos (aipins, mandiocas, batatas, carás, inhames, etc.)

2.ª CLASSE.—*Fructicultura*.

- 1.ª SECÇÃO. — Fructos carnudos (melancias, melões, maracujás, pecegos, damascos, marmelos, pêras, maçãs, uvas, ameixas, mangas, grumixamas, jaboticabas, cambucás, sapotis, cajus, abricos,

jambos, carambolas, mangabas, araçás, goiabas, laranjas, limas, limões, figos, morangos, jácas, ananazes, abacaxis, bananas, etc.)

2.^a SECÇÃO. — Fructos seccos (côcos, amendoas, pinhões, etc.)

3.^a CLASSE. — *Cannas de assucar* (diversas especies.)

4.^a CLASSE. — *Forragens* (verdes e seccas.)

5.^a CLASSE. — *Plantas industriacs* (plantas textis, fumo, anil e outras de que se extraião productos.)

6.^a CLASSE. — *Arvores e arbustos de pomar*.

7.^a CLASSE. — *Floricultura* (plantas de ornato, e flôres odoríferas e não odoríferas.)

2.^o GRUPO.

8.^a CLASSE. — *Apicultura* (abelhas, mel, cêra, colmêas e processos de educação.)

9.^a CLASSE. — *Sericultura*.

1.^a SECÇÃO. — Bichos de seda e processos de educação.

2.^a SECÇÃO. — Vegetaes para a criação dos bichos de seda aclimados e indigenas.

10.^a CLASSE. — *Hirudinicultura* (bichas ou sanguessugas, processos de criação, vasilhame para o transporte e conservação, terrenos proprios para a criação.)

11.^a CLASSE. — *Piscicultura*.

1.^a SECÇÃO. — Peixes d'agua salgada, peixes d'agua doce, processos e meios de reprodução, criação e conservação.

2.^a SECÇÃO. — Ostras, mariscos e conchas alimentares, processos e meios de reprodução, criação e conservação.

3.^a SECÇÃO. — Caranguejos, guaiamús, siris, processos e meios de reprodução, criação e conservação.

42.^a CLASSE. — *Pescaria.*

4.^a SECÇÃO. — Instrumentos,apparelhos e meios de pescaria de curso.

2.^a SECÇÃO. — Instrumentos, apparelhos e meios de pescaria nas enseadas, bahias, rios e lagos.

43.^a CLASSE. — *Instrumentos, apparelhos e meios para apanhar os animaes de vôo e destruir os animaes damninhos.*

3.º GRUPO.

44.^a CLASSE. — *Raça bovina.*

45.^a CLASSE. — *Raça equina.*

46.^a CLASSE. — *Raça asinina e cruzamentos.*

47.^a CLASSE. — *Raça ovina.*

48.^a CLASSE. — *Raça caprina.*

49.^a CLASSE. — *Raça suina.*

20.^a CLASSE. — *Gallinaceos.*

21.^a CLASSE. — *Palmipedes* (patos, marrecos, gansos, cysnes.)

22.^a CLASSE. — *Cantores.*

23.^a CLASSE. — *Trepadores* (papagaios, araras, etc.)

24.^a CLASSE. — *Aves diversas.*

Art. 4.º Os expositores, que quizerem concorrer, deverão communicar-o com oito dias de antecedencia ao Director encarregado da classificação dos objectos, a fim de se organizar o catalogo respectivo.

Art. 5.º Cada artigo terá um numero de ordem correspondente ao do catalogo.

Art. 6.º Todos os objectos serão acompanhados de um rotulo com as indicações seguintes :

1.º O nome do expositor.

2.º O nome do objecto.

3.º O seu preço.

4.º O lugar onde foi feito ou criado.

§ 1.º Na indicação que acompanhar os gados e aves se dirá :

1.º O nome e raça do animal.

2.º A sua idade.

3.º O lugar onde nasceu e foi criado.

4.º A raça dos pais.

5.º O seu preço.

§ 2.º Se o expositor quizer vender o objecto escreverá no alto do rotulo a palavra—Vende-se.

Art. 7.º As plantas e os objectos, de que trata o art. 2.º, serão recebidos nos dias que forem designados; as flôres em ramos ou soltas, as frutas frescas, legumes e hortaliças verdes e os gados e aves até ás 8 horas da manhã do dia da abertura da Exposição. Finda a exposição especial, e durante a Nacional, poderão ser recebidas as flôres soltas ou em ramos, não tendo seus expositores direito a premio algum.

Art. 8.º E' permittido a qualquer expositor arranjar e ornar o local que lhe fôr destinado; assim como os que expuzerem gados serão obrigados a fazer-os acompanhar de um guia que terá entrada franca.

Art. 9.º Os animaes serão sustentados á custa dos expositores, que os poderão retirar á noite, sob condição de os apresentar sempre no dia seguinte, durante a Exposição.

Art. 10. Serão admittidos á Exposição os animaes nascidos no paiz e estrangeiros, mas só os primeiros serão objecto de premios.

Art. 11. A Commissão directora terá todo o cuidado nos objectos confiados á sua guarda, sem todavia responsabilizar-se por elles; sendo prohibida a retirada dos mesmos objectos sem licença do Director encarregado da Exposição.

Art. 12. Os jurados do grupo agricola da Exposição Nacional serão incumbidos do exame e avaliação dos productos, farão a proposta dos premios (que serão os mencionados no art. 22 do Regulamento

de 27 de Novembro ultimo, para a Exposição Nacional de 1866), e apresentarão um relatório circumstanciado do que tiverem observado, e das medidas necessarias para seu completo desenvolvimento.

Art. 43. O gado, que vier para a Exposição, por terra ou mar, será isento do imposto fixado pelos regulamentos fiscaes; devendo para isso apresentar o portador ou conductor uma nota assignada pela pessoa, a quem pertencer, com a indicação do lugar em que esta reside, e do fim para que remette o gado, e com a declaração de que se obriga ao pagamento do imposto devido na Agência ou na Recebedoria (se vier por terra), quando lhe dê outro destino.

Art. 44. São extensivos a esta Exposição os artigos do Regulamento para a Exposição Nacional, que lhe forem applicaveis.

Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1865.

José Ildefonso de Souza Ramos, Presidente.
Dr. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque,
Vice-Presidente.

Dr. Antonio José de Souza Rego, 1.º Secretario.
Bacharel José Pereira Rego Junior, 2.º Secretario.

Joaquim Antonio de Azevedo.
Dr. Raphael Archanjo Galvão Filho.
Manoel Ferreira Lagos.
Dr. Matheus da Cunha.
Dr. Gabriel Militão de Villanova Machado.

N. 73.—JUSTIÇA.—AVISO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1866.

Aos Presidentes de Provincia.—Decide que, nos termos reunidos em que ha supplentes, na forma do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843, sob a jurisdicção de um só Juiz Municipal, não pôde servir como supplente seu irmão ou cunhado.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio dessa Presidencia de 23 de Outubro do anno passado, submittendo á conside-

ração do Governo Imperial o parecer do Presidente do Tribunal da Relação sobre as duvidas suscitadas pelo Juizo Municipal do termo de Carinhanha acerca da supplencia daquelle Juizo, Houve por bem, por sua Imperial Resolução de 10 do corrente mez sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir que nos termos reunidos, em que ha supplentes, na fórma do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843 sob a jurisdicção de um só Juiz Municipal, não póde, á vista da Ordenação Livro 1.º Tit. 79 § 45, servir como primeiro supplente do Juiz Municipal o seu irmão ou cunhado, porquanto é um e o mesmo o Juizo, em que um e outro simultaneamente servem, aquelle preparando os processos, este julgando-os.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araujo*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 74.—FAZENDA.—EM 19 DE FEVEREIRO DE 1866.

Indeferimento do recurso de um empregado do Tribunal do Commercio, relativo ao pagamento do respectivo ordenado durante o tempo em que servio como Escrivão de Appellações, Aggravos e Protestos de Letras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 3 do corrente mez, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 406 de 29 de Dezembro proximo passado, que bem procedeu em recusar o pagamento do ordenado exigido pelo Escripturario do Tribunal do Commercio, Innocencio Antunes de Faria Torres, relativamente ao tempo que servio como Escrivão de Appellações, Aggravos e Protestos de Letras, visto não ser obrigatorio e gratuito este ultimo lugar.

José Pedro Dias de Carvalho,

N.º 75.—JUSTIÇA.—CIRCULAR EM 20 DE FEVEREIRO DE 1866.

Declara desde quando devem ser pagos de seus vencimentos os Empregados do Ministerio da Justiça.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Recommendo a V. Ex. que faça constar á Thesouraria dessa Provincia, a fim de que dê a devida execução, que os vencimentos dos Empregados subordinados ao Ministerio da Justiça, salvas as disposições especiaes do Decreto n.º 687 de 26 de Julho de 1850 relativas aos Juizes de Direito, só devem principiar, depois que o nomeado entrar effectivamente no exercicio do seu emprego, como se acha determinado a respeito dos Empregados da Fazenda nos arts. 65 e 83 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, art. 5.º do Decreto n.º 1073 de 30 de Novembro de 1852, e art. 4.º das Instruções do Thesouro Nacional de 16 de Janeiro de 1854.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomas Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 76.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 21 DE FEVEREIRO DE 1866.

Sobre as isenções do serviço da Guarda Nacional para os empregados da estrada de ferro de D. Pedro II.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Devolvendo a V. Ex. o officio de 9 do corrente do Marechal Commandante Superior da Guarda Nacional da Côte, em que con-

sulta se, tendo a estrada de ferro de D. Pedro II passado para o dominio do Estado, ainda devem ficar isentos do serviço da Guarda Nacional seus empregados, como determinava o art. 5.º do contracto feito com a extincta Companhia: tenho a honra de declarar a V. Ex. que, não obstante ter essa estrada passado para o dominio do Estado, e caducado o contracto, de que se trata, devem ficar isentos do serviço da Guarda Nacional os referidos empregados: porquanto a isenção concedida não foi em favor da Companhia, e sim do pessoal, em attenção á natureza da serviço em que se emprega.

Deus Guarde a V. Ex.—Dr. *Antonio Francisco de Paula Souza*.—Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 77.— GUERRA. --- EM 24 DE FEVEREIRO DE 1866.

Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre o requerimento, em que o Tenente Coronel Egas Moniz Tello de Sampaio reclama contra sua transferencia para o Corpo de Estado Maior de 2.ª classe, e preterições que tem soffrido.

Senhor.— Em Aviso de 26 do corrente, expedido pelo Ministerio da Guerra dignou-se Vossa Magestade Imperial ordenar que a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado consulte com seu parecer sobre o requerimento, em que o Tenente Coronel Egas Moniz Tello de Sampaio, reclama contra sua transferencia para o Corpo de Estado Maior de 2.ª classe, e preterições que tem soffrido. A ultima preterição, de que se queixa o supplicante, teve lugar na promoção de 17 de Março do anno findo, e o requerimento é datado do 4.º de Dezembro do mesmo anno. Ora, determinando o art. 31 do Regulamento de 31 de Março de 1851 que as reclamações só possam ser feitas dentro do prazo de seis mezes, e a do supplicante sendo dirigida 9 mezes depois da allegada preterição, parece á Secção que esta parte da petição não está nas circumstancias de ser attendida. Quanto á transfe-

rencia, pensa a Secção que o Governo procedeu conforme a lei, e que seu acto não pôde hoje ser alterado sem autorização do Poder Legislativo. O art. 2.º do Decreto n.º 3522 do 1.º de Outubro de 1865, e o art. 26 do Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1854 justificão completamente o procedimento do Governo. As informações dadas pelos Generaes Caldwell e Barão de S. Gabriel mostrão que o supplicante não tem as habilitações precisas para servir, como Official Superior, na arma de cavallaria, e ficando assim collocado nas circumstancias do citado art. 26, cumpria o Governo proceder como fez. Tal é, Senhor, o parecer, que a Secção tem a honra de submeter á Vossa Magestade Imperial, que ordenará o que fôr mais acertado.

O Conselheiro de Estado Visconde de Abaeté deu o seguinte voto em separado.

Concordo com a primeira parte da consulta, visto que a reclamação contra a preterição, de que o supplicante se queixa, não foi apresentada no prazo determinado no art. 31 do Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1854. — Pelo que pertence á segunda parte da consulta, divirjo da opinião da maioria da Secção, pelas mesmas razões com que tenho justificado o meu voto nas reclamações feitas pelo Brigadeiro graduado João Antonio de Oliveira Lobo, e pelo Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes, transferidos para o Corpo do Estado-Maior de 2.ª classe, o 1.º da arma de cavallaria, e o 2.º da arma de artilharia, parecendo-me que o Governo não está actualmente autorizado para fazer taes transferencias.

Paço em 4 de Fevereiro de 1866. — *Manoel Feli-
zardo de Souza e Mello.* — *Visconde de Abaeté.* —
Miguel de Souza Mello e Alvim.

RESOLUÇÃO.

Conforme parece. — Paço, 24 de Fevereiro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 78. — FAZENDA. — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1866.

Explica os arts. 299 §§ 2.º e 4.º, 545 § 2.º, e 536 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmittre aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que tenha a devida execução nas Alfandegas do Imperio, a Portaria, junta por copia, dirigida á Inspectoria da Alfandega da Côrte em 31 de Março de 1864, explicando os arts. 299 §§ 2.º e 4.º, 545 § 2.º e 536 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

José Pedro Dias de Carvalho.

Portaria a que se refere a Circular supra.

4.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1864.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, em solução aos quesitos constantes de seu officio n.º 419 de 9 de Fevereiro proximo findo:

1.º Que não é permitido aos donos ou consignatarios das mercadorias, já descarregadas na Alfandega, antes do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, depositar-as hoje em entreposto; e que a respeito dellas se devem observar as disposições do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, quanto ao prazo da demora nos armazens, estabelecido no art. 299 §§ 2.º e 4.º, que vigorava na época de sua descarga e deposito; porquanto o Decreto de 31 de Dezembro, creando novas disposições ácerca deste assumpto, não pôde ter effeito retroactivo.

2.º Que a permissão do art. 22 do Decreto não dispensa a pena do art. 545 § 2.º do Regulamento, se o Inspector da Alfandega não julgar concludentemente provada a necessidade de exame e verificação prévia do conteúdo dos volumes, ou a Parte não fôr alliviada da mesma pena por causas jus-

tificadas nos termos do Regulamento. A permissão de verificação prévia só pôde ter lugar até o acto de ser distribuída a nota ao Conferente, embora já tenha dado entrada no Livro-mestre.

3.º Que o art. 27 do Decreto teve por fim definir o que seja especie e qualidade differente, a que se refere o art. 556 do Regulamento, e determinar o que se devia entender por consideravelmente superior das mercadorias encontradas entre as que fossem postas a despacho; devendo-se julgar como taes as que apresentassem uma differença que importasse accrescimento de direitos de 50 % e dali para cima, e que neste caso se cobrem, além dos direitos, a multa de outro tanto dessa differença imposta pelo Inspector a favor do Conferente.

Portanto as condições essenciaes, para ter lugar a imposição desta multa, são :

1.ª Serem algumas mercadorias do volume, ou as de alguns dos volumes, da mesma classificação da nota ;

2.ª Que entre ellas ou os volumes se encontrem algumas ou alguns volumes de natureza, especie ou qualidade superior ;

3.ª Que essa qualidade importe differença de direitos de 50 % e mais.

Se todo o volume ou volumes contiverem mercadorias de classificação differente da declarada na nota, só haverá lugar ao pagamento de direitos simples e mais a multa de 1 ½ % estabelecida no art. 545 § 2.º do Regulamento.

4.ª Que o prazo de oito dias, a que se referem os arts. 694 do Regulamento e 62 do Decreto são de dias uteis, e que a armazenagem, de que se trata, deve ser calculada por mez, e sómente do que se vencer pelo tempo da demora, além dos oito dias, e finalmente que a dispensa da armazenagem por causa justificavel só é da de 4 %, e não da armazenagem simples, visto que os arts. 694 do Regulamento e 62 do Decreto, determinadamente se referem áquella e não a esta especie.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 79.— FAZENDA.— EM 24 DE FEVEREIRO DE 1866.

Providencia para a restituição da importancia de uma multa fiscal, de que a parte obteve perdão por Decreto de 4 de Novembro de 1863.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1866.

Tendo Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução de 24 deste mez, Tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Negado provimento ao recurso dos Escripturarios da Alfandega da Côte, Miguel Calmon Menezes de Macedo e José Manoel da Silva Veiga, interposto da decisão do Tribunal do Thesouro, indeferindo a pretensão dos mesmos de serem dispensados de restituir a quantia que lhes tocou da multa imposta pela dita Repartição, em 1861, aos consignatarios da galera *France e Chili*, e que foi, depois de paga, perdoada pelo Decreto de 4 de Novembro de 1863, assim o communico ao Sr. Inspector da Alfandega para seu conhecimento e devidos effectos. E porque convém pôr termo a semelhante questão, fica o mesmo Sr. Inspector autorizado, attenta a informação constante do seu officio n.º 623 de 3 do corrente, para fazer effectiva a restituição pelos cofres da Alfandega, admitindo os referidos Escripturarios a indemnizarem a Fazenda Nacional pela quinta parte de seus vencimentos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 80.— GUERRA.— CONSULTA DE 24 DE FEVEREIRO DE 1866.

Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado sobre a reclamação que fez o Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes contra a sua transferencia para o Corpo de Estado Maior de 2.ª Classe.

Senhor.—Determinou Vossa Magestade Imperial, por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra de 26 do corrente, que a Secção de Guerra e

Marinha do Conselho de Estado consulte sobre a reclamação que fez o Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes, contra a transferencia para o Corpo do Estado Maior de 2.^a Classe. Allega o supplicante que pertencendo á arma de artilharia, e sendo o 2.^o da sua classe, tinha probabilidade de ser proximamente promovido ao posto immediato, mas transferido para o Estado Maior, onde existem Tenentes Coroneis mais antigos, muito tarde lhe tocará o accesso, e seus interesses são assim prejudicados. Acrescenta que possui os estudos precisos para servir na arma de artilharia, e a necessaria robustez, e que tem desempenhado satisfactoriamente as commissões, de que ha sido incumbido.

O art. 2.^o do Regulamento, que baixou com o Decreto n.^o 772 de 31 de Março de 1851, impõe ao Governo a obrigação de passar para o Estado Maior de 2.^a classe os Officiaes, que se tornarem inhabilitados para desempenhar seus deveres nas armas ou corpos do Exercito, em que se acharem, e este artigo não é simplesmente regulamentar, pois por lei expressa foi approved e mandado executar. E o art. 2.^o do Decreto n.^o 3522 do 4.^o de Outubro de 1865 autoriza o Governo para admittir no Corpo do Estado Maior de 2.^a classe, então reorganizado, os Officiaes capazes do serviço activo, que estiverem nas circumstancias do citado art. 26 do Regulamento de 31 de Maio de 1851.

Por estas duas disposições é fóra de duvida que o Governo se achava autorizado para a transferencia, contra a qual reclama o supplicante, e como é o mesmo Governo o juiz da aptidão dos Officiaes para esta ou aquella commissão, nenhum direito foi offendido com a mudança do supplicante para o Corpo de Estado Maior de 2.^a classe.

As notas, que acompanhão o Aviso acima citado, justificão a opinião do Governo sobre a pouca ou nenhuma aptidão do supplicante para o serviço de artilharia. Nestas notas se lê o juizo de um Official de todo o merecimento e justiça, que a respeito do Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes se exprime da seguinte maneira, na qualidade de Commandante das Armas de Mato Grosso: « Não tem pratica do serviço regimental, nem grande vocação para elle; mettido a politico, desce de sua dignidade nas eleições, e não sabe dar bons exemplos de subordinação: julgo-o mais proprio em algum dos

fortes da fronteira.» Este juízo é repetido em informações de tres semestres seguidos.

Um outro Official, também Commandante das Armas de Mato Grosso, e cujo character está acima de toda a suspeita, se exprime da seguinte maneira a respeito do supplicante: « Que, havendo pouco tempo que este Official regressou á Provincia, não pôde formar juízo sobre sua conducta, mas que factos anteriores demonstrão de sua parte falta de disciplina e de zelo pelo serviço. » Nas informações seguintes o mesmo Commandante das Armas, hoje Barão de Melgaço, diz que o Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes não tem a conveniente capacidade para commandar. O juízo, pois, do Governo sobre a inhabilitação do supplicante, para continuar na arma de artilharia, se acha firmado em documentos dignos de toda a fé, e, como fica dito, tendo o mesmo Governo autorização para transferir para o Estado Maior de 2.^a classe os Officiaes, que se acharem nestas circumstancias, evidente parece que os interesses do serviço publico forão consultados, e nenhuma lei se offendeu com o acto, contra que se reclama, e que hoje não pôde ser revogado pelo Poder Executivo. Tal é, Senhor, o parecer que a secção tem a honra de submeter á sabedoria de Vossa Magestade Imperial, que resolverá como fôr mais acertado.

O Conselheiro de Estado Visconde de Abaeté apresentou o seguinte voto em separado.

E' minha humilde opinião que o requerimento do reclamante Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes está no caso de ser attendido pelo Governo.

O supplicante expõe que tem servido ha cerca de 36 annos, sempre na arma de artilharia, e a maior parte deste tempo na Provincia de Mato Grosso, e que, sendo Tenente Coronel ha 11 annos, e o segundo na respectiva escala, poderia em pouco tempo caber-lhe por antiguidade o posto de coronel, como tem obtido os outros, mas que foi nestas circumstancias que o Governo, por Decreto de 22 de Setembro de 1865, o transferio para o Corpo do Estado Maior de 2.^a Classe, no qual em consequencia da redução do quadro, e de grande numero de Tenentes Coroneis aggregados, mais antigos do que o supplicante, tarde ou nunca poderá ser promovido a Coronel. E' contra este Decreto que o supplicante reclama.

Não me parece que o Governo esteja actualmente autorizado para transferir Officiaes de outros Corpos ou armas para o Estado Maior de 2.^a classe. Já o disse em outro voto que dei, e agora desenvolverei um pouco mais o meu pensamento. O art. 12 da Lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850 deu ao Governo a faculdade de transferir dos Corpos de Engenheiros, Estado Maior e Artilharia para outros, os Officiaes que não tivessem as habilitações precisas, declarando, porém, que esta disposição só teria vigor durante o primeiro anno que decorresse da publicação da lei. A lei reconheceu assim que a faculdade concedida devia, por excepcional, ser limitada. O art. 38 do Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1851 está redigido de accordo com a disposição da lei.

Esta disposição, portanto, já caducou.

Além disto, não seria ella em caso algum applicavel ao supplicante, o qual pelos documentos, que junta, mostra ter sido approvado plenamente nas doutrinas dos tres cursos, mathematico, militar, e de pontes e calçadas. E' certo que o art. 26 do citado Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1851 dispõe o seguinte:

« Os Officiaes, que se tornarem inhabilitados para desempenhar os seus deveres nas Armas ou Corpos do Exercito, em que se acharem, serão transferidos para o Estado Maior de 2.^a classe, onde serão empregados, como melhor convier ao serviço. »

Devo observar que, na Lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850, para cuja boa execução expedio-se o Regulamento de que se trata, nenhum artigo ha, a que a disposição do art. 26 do mesmo Regulamento pudesse referir-se, e foi por isto que esta disposição ficou dependente, com algumas outras, da approvação da Assembléa Geral. O art. 7.º da Lei n.º 1163 de 31 de Julho de 1862, declarou que ficava em vigor a disposição do art. 26 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 772 de 31 de Março de 1851.

A Lei n.º 1246 de 28 de Julho de 1865 declarou no art. 3.º:

« São permanentes as disposições da primeira parte do art. 7.º da citada Lei n.º 1163 de 31 de Julho de 1862. »

Isto não obstante, direi em primeiro lugar que a palavra—inhabilitados—não póde comprehender

senão os Officiaes que, por doença ou avançada idade, não podem prestar serviço activo de paz, e guerra, e não os que commettem faltas ou delictos, que devem ser punidos por lei. Não se prova contra o supplicante incapacidade para o serviço activo de paz e guerra, e em seu abono acrescentarei que não é elle accusado de faltas ou delictos, pelos quaes deva responder no fóro militar ou civil. Assim, quando se pudesse julgar subsistente a disposição do art. 26 do Regulamento de 24 de Março de 1864, não haveria justa causa para, depois de 35 annos de serviço, privar o supplicante, por meio de uma transferencia, do accesso que já via proximo, passando por este modo, por uma especie de supplicio de Tantaló ou de Sisyphe, e ficando depois d'isto sujeito a outro tormento mais horrivel da inspirada inspiração de Dante— a perda de toda a esperanza.—Cumpre-me, porém, em segundo lugar, expôr as razões, em que me fundo, para duvidar que o Governo possa legalmente transferir Officiaes de outros corpos ou armas para o Estado Maior de 2.^a Classe.

O Governo foi autorizado:

Pelo art. 6.^o da lei n.^o 4463 de 24 de Julho de 1862, para reorganizar o Corpo de Estado Maior de 2.^a Classe, como mais convierse ao serviço, *não podendo todavia ampliar o respectivo quadro*. Pelo art. 6.^o da Lei n.^o 4220 de 20 de Julho de 1864, para crear um Estado Maior de Artilharia, harmonizando o quadro respectivo com os dos Corpos de Engenheiros e de Estado Maior de 4.^a e 2.^a Classe, *que poderão ser reduzidos*.

E pelo § 3.^o do art. 3.^o da Lei n.^o 4246 de 28 de Julho de 1865, para eliminar do quadro do exercicio a 2.^a Classe do Estado Maior, distribuindo pelos corpos os Officiaes da mesma que puderem prestar serviço activo, ficando os demais ou na 2.^a Classe ou reformados.

Comparando com cada uma destas disposições o acto de transferir Officiaes de outros Corpos para o Estado Maior de 2.^a Classe, não posso deixar de convencer-me de que uma tal medida as contraria directamente na sua letra e espirito.

A primeira, porque a transferencia augmenta ou amplia, contra o preceito da lei, o Corpo de Estado Maior de 2.^a Classe.

A segunda, pela mesma razão de ampliar, em vez de reduzir, o mencionado corpo.

E a terceira, porque, se a lei manda eliminar do quadro do exercito a 2.^a Classe do Estado Maior, tudo quanto tender a augmentar ou conservar este corpo será opposto ao preceito e ao fim da lei.

Esta opinião foi precisamente a que sustentou no Senado, em sessão de 14 de Junho de 1863, o Sr. Senador Souza e Mello, e a convicção produzida pelos argumentos de S. Ex. ficou profundamente arraigada no meu espirito.

Accresce que o art. 6.^o da Lei n.^o 4443 de 11 de Setembro de 1861, declarado permanente pelo art. 5.^o da de 20 de Julho de 1864, n.^o 229, sómente admite as transferencias dos Officiaes de uma para outra arma no primeiro posto, e com certas clausulas e condições, tendo todas ellas por fim e por objecto o respeito e a protecção, que se devem a direitos adquiridos.

Uma lei não podia ser tão restricta e cautelosa em um caso, e a outra tão facil e imprevidente em casos aliás de muito maior alcance.

A Lei n.^o 4246 de 28 de Julho de 1863, autorizando o Governo pelo § 3.^o do art. 5.^o a eliminar do quadro do exercito a 2.^a Classe do Estado Maior, distribuindo pelos corpos os Officiaes da mesma, que puderem prestar serviço activo, e ficando os demais ou na 2.^a Classe, ou reformados, reconheceu a necessidade da medida da eliminação.

Se não era este o pensamento das Camaras Legislativas e do Governo, nenhum motivo razoavel haveria que pudesse justificar a medida approvada pela Assembléa Geral, e acceita pelo Governo.

Coherente com este pensamento, o Governo é obrigado, hoje como amanhã, a proceder de conformidade com elle.

A palavra—autorização—, de que a lei se serve, não significa neste caso uma faculdade, de que o Governo pôde usar ou deixar de usar, como lhe parecer, mas sim a concessão de um poder, que o Governo não tinha, e de que foi investido para exercel-o, entendendo-se que era isto o que convinha ao serviço publico.

Lex debet esse júbens, non docens.

Entretanto, se estou em erro, e o Governo tem por lei o direito de Decretar as transferencias de que se trata, parece-me ser uma necessidade ur-

gente e de ordem publica limitar e regular um tal direito por meio de garantias de acerto e justiça.

Sem estas garantias, as transferencias para o Estado Maior de 2.^a Classe serão no exercito uma causa permanente de desgostos e desalento, e um elemento constante de perturbação e indisciplina.

Não concluirei sem dizer duas palavras sobre as notas que acompanharão o Aviso da Secretaria da Guerra, ácerca do Official reclamante. Não sei quem é este Official. Posso dizer delle affoutamente—*mihi nec injuria, nec beneficio cognitos*. As palavras que vou aventurar respondem apenas ás do illustrado relator da secção, a quem desejo imitar em tudo quanto me é possível. Lendo-se as notas com attenção, vê-se que são favoraveis ao Official as informações dos Commandantes de Armas da Provincia de Mato Grosso, Leite Pacheco, Lopo, Faria e Albuquerque, Gonçalves Fontes, e Aleuastro.

As informações do Commandante do Corpo tambem lhe são favoraveis, e na ultima, que se refere ao 4.^o semestre de 1863, e que foi accita pelo Commandante das Armas da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Tenente General Caldwell, diz-se ter o supplicante mostrado circumspecção, boa vontade e interesse pelos serviços de que tem sido encarregado.

O Presidente Leverger disse que o supplicante não tinha a conveniente capacidade para bem commandar, e muito menos para exercer o Commando das Armas, mas no segundo semestre de 1854 informa tambem que *é elle Official honrado e subordinado*.

Dou muita importancia ao juizo enunciado pelo Sr. Leverger, mas não tanta, que deva antepol-o, sem ultteriores averiguações, ao dos commandantes de armas e do corpo, com os quaes o supplicante tem servido. Comprehende-se facilmente que o supplicante, tendo obtido por titulo de antiguidade os postos de Major e de Tenente Coronel, não nasceu com esse brilhante merecimento militar, que successivamente tem elevado outros Officiaes aos primeiros postos do exercito, vencendo o tempo e o espaço.

Alguma qualidade ha de faltar-lhe para ser um perfeito Official. Mas a propria lei das promoções já teve em vista a desigualdade por ventura inevitavel, com que a natureza costuma repartir os seus dons, e foi por isso que sabiamente mandou attender

tambem ao principio de antiguidade no preenchimento das vagas. Se este principio fôr annullado por meio de transferencias, nada haverá de positivo, e fixo nas promoções, tudo será discricionario.

Persuado-me que o accesso por antiguidade, para ser um direito, deve ser bem definido na lei, certo, invariavel e independente da vontade do Governo. O direito que tem o Governo de conferir postos por merecimento compensa perfeitamente o que deixa de exercer nos postos que a lei manda dar por antiguidade.

E' por este modo que a lei quiz attender aos interesses legitimos da classe Militar, á conveniencia do serviço publico, e ao bem do estado.

A lei deve ser acatada e obedecida.

Tenho enunciado e explicado o meu voto. Sua Magestade Imperial resolverá em sua alta sabedoria o que fôr mais acertado.

Paço em 5 de Fevereiro de 1866.—*Manoel Felizardo de Souza e Mello.* — *Visconde de Abaeté.* — *Miguel de Souza Mello e Alvim.*

RESOLUÇÃO.

Como parece.—Paço, 24 de Fevereiro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Muniz da Silva Ferraz.

N. 81. — FAZENDA. — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1866.

O Thesoureiro interino não tem, como o effectivo, a faculdade de designar substituto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 47 de 23 de Dezembro ultimo, que fica approvada a sua deliberação de autorizar o The-

soureiro interino da Thesouraria de Fazenda, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, a nomear pessoa de sua confiança para o substituir em um impedimento que teve; cabendo por esta occasião ponderar a V. Ex. que a alludida nomeação competia á Presidencia, na fórma do art. 69 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1830, visto que a faculdade de designar substituto, conferida no art. 68 do mesmo Decreto, é privativa dos Thesoureiros effectivos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho*. — Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 82.—FAZENDA.—EM 26 DE FEVEREIRO DE 1866.

Provimento de um recurso sobre revalidação do sello de uma arrematação de escravos, da qual não se expedira título.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1866.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Ignacio Rodrigues de Souza, interposto da decisão do Collector das Rendas Geraes de Vasouras, exigindo a revalidação de dez por cento da quantia de 3:801\$000, por que arrematou em praça do Juizo Municipal do dia 15 de Julho de 1864 quatro escravos penhorados á viuva e herdeiros de José Gomes Sardinha; e o mesmo Tribunal, vistas as informações do referido Collector de 17 de Novembro do anno passado e 5 de Janeiro do corrente; e

Considerando que, não se tendo expedido o título da referida arrematação, não ha base para a imposição da revalidação:

Resolveu dar provimento ao recurso, a fim de que seja cobrado unicamente o sello simples da arrematação de que se trata.

O que communico a V. S. para seu conhecimento, e a fim de que o faça constar á pulle Collector para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S. — *José Pedro Dias de Carvalho*. — Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N. 83.—JUSTIÇA.—AVISO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1866.

Ao Juiz de Direito da 2.^a Vara Criminal da Córte.—Decide que a questão acerca do julgamento dos crimes de abuso de liberdade de imprensa não compete ao Poder Executivo, e sim á jurisprudência dos Tribunaes.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1866.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente a duvida proposta por Vm. em 31 de Maio do anno passado, acerca do julgamento dos crimes de abuso de liberdade de imprensa, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 17 do corrente mez sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Mandar declarar que não compete ao Poder Executivo a decisão desta questão, que pertence á jurisprudência dos Tribunaes.

Deus Guarde a Vm. — *José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Juiz de Direito da 2.^a Vara Criminal da Córte.

N. 84.—GUERRA.—AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1866.

Declarando que a accumulção de pensões de aposentadorias com os vencimentos de membros das Juntas de Justiça não é prohibida por Lei.

4.^a Direcçoria Geral. — 2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Fevereiro de 1866.

Constando que a Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul tem duvidado pagar ao Dr. Joaquim José da Cruz Secco a pensão de aposentadoria cumulativamente com os vencimentos de membro da Junta de Justiça: Manda Sua Magestade o Imperador declarar ao Inspector da mesma Thesouraria que não ha inconveniente na accumulção que, neste caso, não é prohibida por Lei.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 85.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1866.

Ao Presidente do Maranhão.—Declara que não compete ao Poder Executivo decidir duvidas sobre a execução do art. 195 do Código Criminal.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm.—Em officio de 26 de Janeiro ultimo remetteu V. Ex. copia do officio do Juiz de Direito da Comarca de Vianna nessa Provincia, expondo a duvida seguinte sobre o art. 195 do Código Criminal « se, resolvida pelos facultativos a questão de saber se o mal causado é ou não mortal, deve ella ainda ser formulada em quesito, e submittida ao conhecimento do Jury. » E o Mesmo Augusto Senhor, a Quem forão presentes os referidos officios, visto o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Mandar declarar que não compete ao Poder Executivo a solução dessa questão, que pertence á jurisprudencia dos Tribunaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 86.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que o art. 469 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 falla unicamente de custas do Escrivão nos processos, em que são condemnados réos pobres, sem distincção destes ou daquelles actos.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia, de 4 de Dezembro do anno passado, communicando a solução dada á Consulta da Camara Municipal de Propria sobre os seguintes pontos:

4.º Se os Escrivães tem direito de haver do cofre da Municipalidade a metade das custas do processo de instrução, em cujos actos officiárão também o Juiz e Officiaes de Justiça, quando o réo fôr condemnado, e por seu estado de miseria não as possa pagar?

2.º Se, no caso affirmativo, o Juiz e Officiaes de Justiça também tem igual direito?

3.º Se a disposição do art. 469 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 comprehende todas as custas, que o Escrivão tiver ganho no processo, ou se tem applicação sómente aquelles actos, que o Escrivão praticar sem assistencia do Juiz e intervenção dos Officiaes de Justiça?

O Mesmo Augusto Senhor, por Sua Imperial Resolução de 40 do corrente mez, sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Mandar declarar que a disposição clara e positiva do art. 469 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 não deixa lugar á duvidas: ahi falla-se unicamente das custas do Escrivão nos processos, em que são condemnados réos pobres, e não se distingue custas destes ou daquelles actos. A disposição deste artigo, que apenas repetio a do art. 99 da Lei de 3 de Dezembro de 1844, não foi derogada pelo art. 51 do Regulamento n.º 4569 de 3 de Março de 1855.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 87.—JUSTIÇA.—CIRCULAR DE 27 DE FEVREIRO DE 1866.

Aos Presidentes de Provincia.—Decide que a industria typographica é livre aos nacionaes e estrangeiros.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 7 de Dezembro do anno passado submetten a Presidencia da Provincia das Alagoas á consideração do Governo Im-

perial a solução dada á consulta do Presidente da Camara Municipal de Macció, que duvidou receber, nos termos do art. 303 do Código Criminal, a declaração feita por Joaquim José Vieira da Fonseca, na qualidade de administrador do jornal *Progressista*, que se publica em uma typographia do Bacharel Felix da Costa Moraes, sob o fundamento de não ser o mesmo administrador cidadão brasileiro. Sua Magestade o Imperador, á Quem foram presentes os papeis relativos a esta questão, por Sua Imperial Resolução de 21 do corrente mez, Houve por bem decidir que a industria typographica, ou seja destinada para publicações litterarias ou scientificas, ou para publicações politicas, é uma industria como outra qualquer, livre aos nacionaes e estrangeiros, como está consagrado no art. 179 §§ 24 e 25 da Constituição, sendo certo que nem o art. 7.º § 4.º e nem o art. 303 do Código Criminal exigem que o impressor seja cidadão brasileiro, qualidade aliás exigida para o editor ou autor, e que por consequencia não devia deixar de ser admittida pela Camara Municipal de Macció a declaração feita pelo estrangeiro Fonseca, ou como impressor, ou em nome do impressor.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 88.—FAZENDA.—EM 27 DE FEVEREIRO DE 1866.

Reconhece o direito dos Empregados do Juizo dos Feitos de Pernambuco á porcentagem de uma quantia que em rateio coube á Fazenda, como credora chyrographaria de uma casa fallida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 40 de 2 de Abril de 1864, do Sr. Inspector da The-

souraria de Fazenda de Pernambuco com o qual transmitta o recurso interposto de sua decisão indeferindo a pretensão dos Empregados do Juiz dos Feitos da mesma Província á porcentagem da quantia de 37:421\$000, que em rateio coube á Fazenda como credora chyrographaria da casa fallida de Carlos Astley & C.^a e foi recolhida ao cofre com guia do Juizo Commercial nos termos das Instrucções de 20 de Novembro de 1863;

Considerando que as ditas Instrucções não alterarão as disposições anteriores, que regem o abono de porcentagem áquelles Empregados pela arrecadação judicial da divida activa da Nação; e que desde que praticão os actos de seu officio, que em qualquer hypothese lhes darião direito á referida porcentagem ou commissão, esta lhes deve ser abonada, pois que as Instrucções supracitadas deixarão salvo o seu direito nas palavras — abonando-se aos Empregados do Juizo dos Feitos a porcentagem devida segundo a legislação em vigor conforme as diligencias effectuadas;

Considerando que contra a massa fallida de Carlos José Astley & C.^a se empregarão, por parte do Juizo dos Feitos, todas as diligencias legais para a cobrança do debito, em que aquella firma ficára para com a Fazenda Nacional;

Considerando que essa cobrança não se verificou administrativamente, porque tiverão de ser cumpridas as citadas Instrucções;

Considerando que pelos actos praticados tinhão os Empregados adquirido direito ás respectivas porcentagens; que esse direito não ficou prejudicado visto como as Instrucções o resalvarão nos termos já expostos;

Resolveu dar provimento ao recurso, e ordena ao dito Sr. Inspector que pague aos recorrentes a porcentagem reclamada.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 89.— FAZENDA.— EM 28 DE FEVEREIRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso sobre multa de direitos dobrados por diferenças encontradas em 37 caixas de calçado; e observa que não se deve permittir a reunião das diferenças achadas em diversos volumes para o fim de elevar a dos direitos a 80 ou mais por cento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. -- Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Guilherme Lee, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que o multou no pagamento dos direitos em dobro pela diferença encontrada em 37 caixas com 4.255 pares de diversos calçados que recebeu de Southampton, e o mesmo Tribunal considerando:

1.º Que o recorrente, não tendo recebido a factura das referidas caixas, requereu previamente a verificação permittida pelo art. 22 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863;

2.º Que foi nomeado um 1.º Conferente para verificar o conteúdo dos volumes, para regularidade das declarações necessarias;

3.º Que o dito Conferente foi o proprio a declarar em sua informação que não forão abertos todos os volumes, mas tão somente alguns;

4.º Finalmente que, por este modo se sujeitava o recorrente a pagar os direitos pelo que fosse verificado, e mais a multa de 4 1/2 % como se acha prescripto no art. 545, § 2.º, do Regulamento das Alfandegas, a qual devia ser imposta pelo Chefe da Repartição, não podendo de modo algum entender-se que o recorrente pretendia occultar entre as mercadorias acondicionadas nas caixas, peças consideravelmente superiores em qualidade ás que estavam mencionadas na nota, por isso que desde o principio declarou que ignorava qual o conteúdo dos volumes pelo não recebimento da factura:

Resolveu dar provimento ao recurso para o fim de reformar a decisão recorrida, impondo unicamente ao recorrente a multa de 4 1/2 % á que está sujeito na fórma do § 2.º do art. 545 do Regulamento das Alfandegas.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos;

cumprindo por esta occasião observar ao Sr. Inspector que não deve permittir que se reunão as differenças encontradas em diversos volumes para o fim de elevar a 50 ou mais por cento a differença dos direitos, por isso que pôde acontecer que a differença de qualidade em cada um dos volumes seja inferior a 50 por cento, caso em que não são reputadas de qualidade consideravelmente superior e só pagão direitos simples.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 90 — JUSTIÇA. — AVISO DE 28 DE FEVEREIRO
DE 1866.

Ao Presidente do Rio Grande do Sul. — Declara que não compete ao Poder Executivo decidir duvidas sobre o julgamento do crime de infanticidio.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. —
Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 27 de Janeiro ultimo communicou V. Ex. que o Juiz de Direito da Comarca do Alegrete, por entender que o crime de infanticidio, sendo distincto do de homicidio, não podia ser julgado de conformidade com a Lei de 2 de Junho e o Decreto de 9 de Outubro de 1850, submetterá ao julgamento do Jury Maria Januaria accusada daquelle crime, e solicitara que se declarasse, se havia procedido regularmente, visto como seu antecessor no anno de 1860 sentenciára, de conformidade com a Lei e Decreto citados, a ré Francisca Joaquina Pires; Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o referido officio, visto o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Mandar declarar que ao Poder Executivo não compete a decisão desta questão, que pertence á jurisprudencia dos Tribunaes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Araújo.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 91. — FAZENDA. — EM O 1.º DE MARÇO DE 1866.

Declara que os manifestos de navios de cabotagem, expedidos pelas Mesas de Rendas, devem ser formulados á vista dos conhecimentos de carga, guias e despachos, nos termos da Portaria de 23 de Novembro ultimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em o 1.º de Março de 1866.

Sirva-se V. S. declarar ao Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra, em solução á consulta constante do seu officio de 15 de Janeiro ultimo, que os manifestos de navios de cabotagem expedidos pelas Mesas de Rendas devem ser formulados á vista dos conhecimentos de carga, guias e despachos, nos termos da Portaria de 23 Novembro ultimo; devendo a exigencia desses documentos ser feita depois que receber esta ordem, que deverá ser observada a respeito dos manifestos que se tiverem de confeccionar d'ora em diante, prevenindo com antecedencia os carregadores para evitar difficuldades na occasião de pôr em execução a presente deliberação.

Deus Guarde a V. S. — *José Pedro Dias de Carvalho*. — Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 92. — FAZENDA. — EM 2 DE MARÇO DE 1866.

Remissão do imposto de lojas concedida ao dono de um escriptorio commercial, visto que este se incendiára.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Março de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 32 de 10 do mez passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco communica ter concedido a Francisco de Albuquerque Mello remis-

são do imposto de lojas, que pagava pelo seu escriptorio commercial no exercicio actual, a contar do dia 29 de Dezembro ultimo até o seu termo, por isso que naquelle dia se incendiára o dito escriptorio; declara ao mesmo Sr. Inspector que fica approvada a sua deliberação, por ser conforme ao art. 8.º do Decreto n.º 2506 de 16 de Novembro de 1859.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 93.— FAZENDA.— EM 2 DE MARÇO DE 1866.

Sobre a cobrança do sello de um contracto celebrado pelo Thesouro Provincial do Pará com a Typographia do *Jornal do Amazonas*, para a impressão das leis da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Março de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 4, de 15 de Janeiro proximo passado, que fica approvada a sua deliberação, tomada em Junta, de ordenar que a cobrança do sello proporcional de um contracto celebradô entre o Thesouro Provincial e a Typographia do *Jornal do Amazonas*, para a impressão das Leis Provinciaes dos annos de 1862—1864 e outros fosse effectuado na occasião do pagamento do trabalho, por analogia com o que dispõe o art. 43 do Decreto de 13 de Agosto de 1863; visto que, não havendo declaração de quantia no contracto, nenhuma outra providencia se podia tomar.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 94.—FAZENDA.—EM 2 DE MARÇO DE 1866.

Da etapa que se abona aos militares não se deve cobrar sello, nem direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Março de 1866.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 42, de 25 de Janeiro ultimo, que foi acertado o acto, deliberado em Junta, pelo qual decidio, sobre o requerimento em que o Major Francisco José do Rosario reclamava a etapa de que trata o Decreto n.º 4254 de 8 de Julho do anno passado, que das etapas dos militares não se deve cobrar sello nem direitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 95.—FAZENDA.— EM 3 DE MARÇO DE 1866.

Trata de uma ordem da Presidencia de Sergipe, mandando, sob sua responsabilidade, despachar e entregar, livres dos direitos de-expediente, objectos que dos mesmos crão isentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Março de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex., n.º 7, de 24 de Janeiro proximo passado, em que communica ter mandado, sob sua responsabilidade, que a seu Ajudante d'Ordens fossem entregues livres de direitos pela Alfandega da Provincia tres caixões com fardamento, destinado á Guarda Nacional, voluntarios e recrutas, um com medicamentos para o Hospital Militar, e uma prensa para uso dessa Presidencia, objectos esses vindos da Bahia por encomenda; tenho a declarar-lhe que estando por lei isento do direito de expediente, que é o de que se trata, o despacho dos referidos ob-

jectos, nenhum embaraço havia para ordenar, como fez, que se entregassem á pessoa determinada, independentemente de empenhar neste caso a sua responsabilidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula da Silveira Lobo*. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 96.—JUSTIÇA.—AVISO DE 3 DE MARÇO DE 1866.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.— Declara que os navios não são objectos de hypotheca e registro, de que trata a Lei hypothecaria.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negócios da Justiça.— Rio de Janeiro em 3 de Março de 1866.

Vindo em duvida, como consta a Sua Magestade o Imperador por uma representação de commerciantes desta praça, «se os navios são objecto de hypotheca e de registro, de que trata a novissima Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864» Ha por bem o Mesmo Augusto Senhor Mandar declarar á V. S. para sua intelligencia e execução, que á vista das terminantes disposições dos arts. 1.º e 2.º da dita Lei, e 110, 138 e séguintes do Decreto n.º 3433 de 26 de Abril do anno proximo passado, os navios não são objectos de hypotheca e registro, de que trata a citada Lei hypothecaria, mas todavia subsistem, como declarou o art. 112 do dito Regulamento, posto que sem o nome de hypotheca, as obrigações reaes, que sobre os mesmos navios estabeleceu o Codigo do Commercio, as quaes obrigações reaes devem ser registradas nesse Tribunal, em livro destinado pelo art. 38 § 4.º do Decreto n.º 738 de 25 de Novembro de 1850 para as hypothecas commerciaes.

Deus Guarde a V. S.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*. —Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.

—Identico ao Juiz de Direito da 1.^a Vara Commercial da Córte.

N. 97.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 6 DE MARÇO DE 1866.

Recommenda à companhia City Improvements que trate de remover os defeitos que se dão no systema de esgotos.

N. 54.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 6 de Março de 1866.

Tendo a experiencia demonstrado os graves defeitos do systema de esgoto realizado no 2.^o districto das obras da Companhia Rio de Janeiro City Improvements, e as ultimas chuvas, deixando completamente inundadas, durante horas, a maior parte das ruas desse districto, patentearão mais uma vez esses graves defeitos, cumpre que Vm. ordene ao Engenheiro da Companhia, da qual é Vm. representante, que proceda a um serio e minucioso estudo a respeito das causas que impedem o prompto escoamento das aguas, tendo muito em vista o destino que tem dado a Companhia ás antigas vallas da Cidade; feito o que, deverá a Companhia, ouvido o Engenheiro do Governo, executar todas as obras que forem julgadas necessarias, de qualquer natureza que possam ser, pois de outra sorte não terá a Companhia conseguido um dos fins principaes para que foi organizada, e que levárão o Governo Imperial a fazer-lhe os valiosos favores que constão do contracto de 26 de Abril de 1857.

Deus Guarde a Vm. — Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.—Sr. João Frederico Russell.

N. 98. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — AVISO DE 6 DE MARÇO DE 1866.

Sobre a construção da estrada de ferro que da Freguezia da Escada vai ter á estação do Rio Grande.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 6 de Março de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr. — Recommendo a V. Ex. que nos contractos que houver de celebrar com os Empreza-
rios ou a Companhia que fôr incorporada para a construção da estrada de ferro que da Freguezia da Escada vai ter á estação do Rio Grande, nessa Provincia, na conformidade da Lei Provincial n.º 46 de 24 de Abril de 1862 e Decreto n.º 3622 de 28 de Fevereiro ultimo, tenha muito em vista que o Governo Imperial está resolvido a não permittir sequer duvidas ácerca de sua resolução de em tempo algum assumir responsabilidade por dividas que a Provincia por ventura contraia para execução desse projecto; porquanto o pensamento do Governo é permittir ás Provincias, na esphera de sua actividade legal, o uso livre e reflectido de seus creditos e recursos, e o Decreto Imperial dando esse privilegio apenas facilitou o exercicio dessa actividade neste caso: concessão exigida pela nossa fórma administrativa e nunca como participação de qualquer responsabilidade por parte do Governo Imperial. E, pois, aquelles que pretenderem empregar seus capitães nessa empresa deverão unicamente contar com o resultado exclusivo das vantagens della e peculiares á sua exequibilidade, e nunca com o recurso e patrocínio do Thesouro Nacional que infelizmente tem sido elemento de calculo.

Deus Guarde a V. Ex. — Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. — Sr. Prosidente da Provincia de S. Paulo.

— *Mutatis mutandis* ao Sr. Presidente da Bahia, com o n.º 8.

N. 99.— FAZENDA.— EM 6 de MARÇO DE 1866.

Indeferimento de um recurso de Aranaga, Filho & C.^a, versando sobre indemnização de prejuizos que allegarão ter soffrido, com a apprehensão de 200 barris de vinho, a qual foi julgada improcedente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 6 de Março de 1866.

Tendo sido presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado, por ordem de Sua Magestade o Imperador, o recurso de Aranaga, Filho & C.^a, interposto da decisão deste Ministerio, pela qual foi indeferido o requerimento dos mesmos pedindo indemnização dos prejuizos que allegão ter soffrido, e avalião em 6:436\$092, com a apprehensão feita em 16 de Maio de 1861 dos 200 barris de vinho procedentes de Malaga na barca hespanhola *Maria Natividade*; indemnização a que se dizem com direito em face da ordem do Thesouro de 16 de Agosto de 1862, julgando improcedente a apprehensão e mandando entregar-lhes a mercadoria: a mesma Secção, consideradas as allegações dos recorrentes; vistos os pareceres da Directoria Geral das Rendas Publicas; a informação da Alfandega constante do officio n.º 351 de 4 de Novembro ultimo e papeis annexos; e examinada a legislação respectiva: foi de parecer que o dito recurso não devia ter provimento; tanto por ser certo que a Alfandega em 1862 pôz á disposição dos recorrentes o vinho apprehendido, e estes não o accitáram, suscitando nova questão que competentemente teve decisão contraria; o que torna evidente pelos proprios principios estabelecidos na petição dos recorrentes de 29 de Julho de 1865 com referencia á ordem supracitada, que o prejuizo de que se queixão e contra o qual reclamão não é indevido, porém sim consequencia forçada de seus actos espontaneos; não correndo, portanto, ao Governo o dever de indemnizal-os; mas ainda porque, sendo em 16 de Agosto expedida a ordem para a restituição dos mencionados 200 barris, se os damnos pelos recorrentes soffridos até esse dia podião talvez com algum fundamento ser imputados á Repartição de Fazenda e della reclamada a correspondente indemnização, o seu direito de reclamação acha-se

roje prescripto, visto que a intentarão depois de res annos, e esse direito prescreve depois de um anno, nos termos do art. 776 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

E Havendo-Se Sua Magestade o Imperador Confirmado com este parecer por Immediata Resolução de 21 do mez passado, assim o communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.

Francisco de Paula da Silveira Lobo.

N. 400.— FAZENDA.— EM 7 de MARÇO DE 1866.

Nega provimento a um recurso sobre apprehensão, feita pelo Correio, de perolas e brilhantes importados dentro de cartas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 7 de Março de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Xavier Berard da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte que julgou procedentes as apprehensões de perolas e brilhantes, que lhe forão remettidos de Inglaterra, e condemnou o recorrente na perda dos objectos apprehendidos e na multa de $\frac{2}{3}$ do seu valor; e o mesmo Tribunal:

Considerando, quanto á competencia, que as perolas e brilhantes forão apprehendidos em cartas, quando estas chegarão ao Correio, para ali ficarem, fóra da Alfandega, á disposição de um particular, e portanto subtrahidos aos direitos fiscaes; que a apprehensão feita pelo Correio foi portanto em flagrante; e que em taes condições é da competencia da Autoridade Administrativa, como varias vezes tem julgado o mesmo Tribunal em especies identicas; Considerando, quanto á apprehensão, que as cartas que contiñhão as perolas e brilhantes, sendo remettidas pelo Correio, devião necessariamente entrar, como de facto entrárão, não para a Alfandega, mas para outro lugar, a fim de ali ficarem á disposição exclusiva de seu dono, deixando assim de pagar os direitos de importação;

Considerando, quanto á carta segura contendo as perolas, que não houve manifesto ou denuncia alguma da parte antes da chegada do paquete *Bearn* e apprehensão, e portanto que o contrabando consummou-se pela introdução no territorio, fóra da fiscalização da Alfandega, e por uma fôrma que impedia essa fiscalização; e quanto á carta não segura contendo os brilhantes, que a declaração ou manifesto da parte, embora feita pouco antes da chegada do paquete *Oneida*, não póde aproveitar-lhe, porquanto, referindo-se a uma carta segura, nunca se referio a cartas não seguras onde vinhão os mesmos brilhantes, e consequentemente que foi assim expressamente feita para illudir a Autoridade Publica, e mais facilmente salvar a mesma carta:

Resolveu confirmar a decisão recorrida, com a declaração de que a multa, quanto ás perolas, deve recahir na pessoa que as remetteu. O que communico ao Sr. Inspector interino da sobredita Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.

N. 401. — FAZENDA. — EM 8 DE MARÇO DE 1866.

Declara que o vapor *S. José*, de propriedade de Mesquita & C.^a, aceito pelo Governo para substituir o vapor *Pirahy* no serviço da navegação para Santos, deve gozar dos privilegios de Paquete.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 28 de Fevereiro proximo passado, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, a fim de que o faça constar ao Inspector da Alfandega de Santos, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, tendo sido accito

pelo mesmo Ministerio o vapor *S. José*, de propriedade de Mesquita & C.^a, para substituir o vapor *Pirahy* no serviço da navegação para Santos, deve elle gozar dos privilegios de Paquete, na fórma do que dispõe o contracto approvado pelo Decreto n.º 3089 de 4 de Maio de 1863.

João da Silva Carrão.

N. 102.—FAZENDA.—EM 8 DE MARÇO DE 1866.

Declara que a expressão — assucar em bruto — da tabella n.º 11 annexa ao Regulamento das Alfandegas, comprehende todas as qualidades de assucar desde o mascavo não purgado até o branco, exceptuando-se unicamente o refinado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 153, de 13 de Junho do anno proximo passado, que foi approvada a deliberação pela qual a Alfandega da dita Provincia decidio que a expressão — assucar em bruto — da tabella n.º 11 annexa ao Regulamento de 19 de Setembro de 1860, comprehende todas as qualidades de assucar desde o mascavo não purgado até o branco, exceptuando-se unicamente o refinado.

João da Silva Carrão.

N. 403.— FAZENDA.— EM 8 DE MARÇO DE 1866.

Sobre o despacho de um altar, duas imagens e um tapete importados com destino à Capella Episcopal, e Matriz de Ourem no Pará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 9 de Fevereiro ultimo, que nesta data expeço ordem á Thesouraria de Fazenda do Pará a fim de que se verifique o despacho livre de direitos sómente do altar e das duas imagens mandadas vir de fóra do Imperio pelo Reverendo Bispo Diocesano para a Capella Episcopal e para a Matriz de Ourem, não se podendo isentar o tapete, por não ser objecto do uso exclusivo do Culto Divino, nem expedir uma ordem geral para semelhantes despachos, por ser necessario que o Thesouro tenha conhecimento dos objectos importados e das Igrejas para onde se destinão.

Deus Guarde a V. Ex.— *João da Silva Carrão.*— Sr. Marquez de Olinda.

N. 404.— JUSTIÇA.— AVISO DE 8 DE MARÇO DE 1866.

Ao Presidente da Relação da Côte.— Declara que só por Lei expressa póde ser estabelecida incompatibilidade entre o officio de Advogado, e o cargo de Empregado publico.

2.^a Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.

A' Sua Magestade o Imperador foi presente uma representação do Bacharel Augusto José de Castro e Silva, que se queixou contra o acto dessa Presidencia, declarando ao Juizo Municipal do Termo de Nitheroy que não devia considerar no numero dos Bachareis, que effectivamente exercem advo-

cacia, aquelles que, sendo Officiaes das Secretarias de Estado, estão por este emprego materialmente impossibilitados de desempenhar os deveres do officio de Advogado. E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça e a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 28 de Fevereiro ultimo, Mandar declarar que esta incompatibilidade, importando um obstaculo á confiança das partes, e uma limitação da liberdade garantida pelo art. 179 § 24 da Constituição, só por Lei expressa póde ser estabelecida.

Deus Guarde a V. S.—*José Thomaz Nabuco de Araujo*.—Sr. Presidente do Tribunal da Relação da Côrte.

N.º 403.—FAZENDA.—EM 8 DE MARÇO DE 1866.

Os Inspectores das Alfandegas podem remover de uns para outros armazens os Fieis respectivos; não porém encarregal-os de serviço estranho aos seus lugares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, em resposta ao seu officio n.º 745, de 6 do corrente, que a remoção de um Fiel de Armazem de um para outro lugar da mesma ordem póde ser ordenada pelo Sr. Inspector, nos termos do art. 36 do Regulamento das Alfandegas. O que não póde fazer é encarregar de serviço estranho ao de Fiel os que remover de uns para outros lugares.

João da Silva Carrão.

N. 106.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.— AVISO EM 8 DE MARÇO DE 1866.

Approva as Instruções para a Exposição de machinas, appa-
relhos e instrumentos fabricados fóra do paiz.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem approvar as Instruções propostas pela Commissão Directora da Exposição Nacional para a exposição especial de machinas, apparelhos e instrumentos fabricados fóra do paiz para a cultura, preparo e melhoramento dos productos agricolas.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Março de 1866.—
Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.

**Instruções para a exposição especial das machinas, ap-
parelhos e instrumentos fabricados fóra do paiz para
cultura, preparo e melhoramento dos productos agri-
colas.**

1.^a Os Commissarios da Exposição Nacional designarão um lugar especial dentro do edificio destinado para a mesma exposição, a fim de serem ali expostas as machinas, apparelhos e instrumentos, acima declarados, fabricados em paiz estrangeiro. Taes objectos terão em lugar bem patente a inscripção—Estrangeiros—, e abaixo de cada um delles o nome da fabrica, do autor, e o preço da respectiva machina ou instrumento.

2.^a As machinas ou instrumentos, que fizerem parte desta exposição especial, não terão direito a premios, e serão os seus Expositores obrigados a fazel-as trabalhar com operarios proprios nos dias e horas que forem marcados.

3.^a Serão fornecidos gratuitamente aos Expositores o espaço necessario, o eixo longitudinal, e o vapor para o movimento das ditas machinas ou instrumentos.

4.^a Não serão admittidas as machinas que exigirem alicerces, ou construcções especiaes, ou que já sejam conhecidas e usadas no Brasil.

5.^a Os Expositores serão obrigados por si, ou por seus Agentes, a transportar as suas machinas até

o edificio da Exposição ; e ali assental-as no lugar, que fôr marcado, correndo por conta delles qual-quer despeza.

6.^a As machinas expostas só poderão ser retiradas, antes de finda a Exposição, precedendo licença dos Commissarios.

7.^a Terminada a Exposição poderão ser vendidas, sem onus algum para a Exposição Nacional, e depois de satisfeita a condição terceira relativa á Alfandega.

8.^a Os encarregados de fazerem trabalhar as machinas, ou de dar explicações sobre ellas, deverão registrar seus nomes perante o Secretario da Commissão Directora, que lhes dará um passe para a entrada livre no edificio da Exposição.

9.^a As pessoas que quizerem tomar parte nesta Exposição deverão communicar o seu intento aos Ministros do Brasil na Europa e na America, dentro do prazo que por estes fôr designado, declarando qual a machina que pretendem expôr, e qual seu uso e applicação.

10.^a Todas as caixas em que vierem as machinas ou instrumentos serão removidas pelos Expositores, dentro do prazo, que lhes fôr marcado pela Commissão Directora, e quando assim não aconteça, serão vendidos por conta da Exposição Nacional.

11.^a Os Commissarios da Exposição reservão-se o direito de excluirem qualquer machina ou instrumento que não esteja nas condições da instrucção 4.^a

12.^a As condições que devem regular o despacho e a sahida destas machinas ou instrumentos da Alfandega, são as seguintes :

1.^a Serão recebidos na dita Alfandega e transportados para o edificio da Exposição, independentemente de serem abertos os volumes, e sem que paguem direito algum todos os objectos que forem destinados para esta Exposição especial e dirigidos á Commissão Directora.

2.^a Deverão porém os Expositores, por si ou por seus Agentes, declarar na Alfandega o conteúdo dos volumes, assim como seu valor, e assignar termo de responsabilidade de reexportal-os, ou de pagar os respectivos direitos, caso sejam vendidos.

3.^a As machinas assim importadas, e que não forem reexportadas, finda a Exposição, pagarão os direitos fixados pela Tarifa das Alfandegas, que são de 1 1/2 por cento do seu valor.

4.^a Os volumes remettidos da Alfandega para o edificio da Exposição serão sellados, e acompanhados por um Guarda da mesma Alfandega, o qual levará uma guia com todas as especificações do conteúdo dos volumes. Nesta guia passará recibo o Commissario incumbido de receber e fazer acondicionar taes objectos.

5.^a Os referidos volumes só serão abertos no edificio da Exposição, e em presença de um Conferente, nomeado pelo Inspector da Alfandega; e se os artigos de que constarem, forem achados conforme a declaração feita, segundo dispõe a condição 2.^a, serão logo considerados desembaraçados, sujeitos sómente ás condições marcadas nas disposições 2.^a e 3.^a

6.^a As machinas ou instrumentos que forem vendidos só poderão ser retirados do edificio da Exposição depois de apresentado o conhecimento de terem sido pagos os direitos da Alfandega.

Sala das sessões da Comissão Directora da Exposição Nacional em 19 de Fevereiro de 1866. — *Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, Vice-Presidente em exercicio. — Dr. *Antonio José de Souza Rego*, 1.^o Secretario, — Bacharel *José Pereira Rego*, 2.^o Secretario. — Dr. *Gabriel Militão de Villanova Machado*. — Dr. *Rafael Archanjo Galvão Filho*. — Dr. *Matheus da Cunha*. — *Joaquim Antonio de Azevedo*. — *Manoel Ferreira Lagos*.

Conforme, Dr. *Antonio José de Souza Rego*, 1.^o Secretario.

N. 107. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 9 DE MARÇO DE 1866.

Trata da approvação dos planos para latrinas e mijadouros publicos.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 9 de Março de 1866.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas se declara á

Illma. Camara Municipal que este Ministerio ignorava que em tempo algum o Governo não a tivesse consultado ou dado conhecimento das clausulas do contracto que em 26 de Abril de 1857 celebrou com a Companhia Rio de Janeiro City Improvements, e que são onerosas á mesma Camara; como porém a Illma. Camara Municipal da Córte, zelosa pelos reaes interesses do Municipio, está prompta a carregar com os onus indispensaveis do mencionado contracto, o Governo, logo que receber os planos e desenhos das latrinas e mijadouros publicos que a companhia deve fornecer, remettel-os-lha á Camara, para que esta, de accordo com o Governo, escolha os modelos que forem mais convenientes.

Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.

N. 408.—GUERRA.—EM 10 DE MARÇO DE 1866.

Declara que as licenças de favor se achão prohibidas, na fôrma do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro de 1866, e que só nos casos estabelecidos no mesmo Decreto se podem conceder licenças com soldo e etapa.

Gabinete do Ministro.—Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro em 10 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Participando V. Ex. em officio de 12 de Fevereiro findo, ter concedido trinta dias de licença de favor com soldo e etapa para tratar de sua saude ao Tenente do Corpo da Guarda Nacional destacado, Satyro de Souza Telles; declaro a V. Ex., para seu conhecimento, que as licenças de favor se achão prohibidas na fôrma do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro do corrente anno; que só nos casos estabelecidos no mesmo Decreto se podem conceder licenças com soldo e etapa; e que, portanto, por ser contraria á Legislação em vigor, não póde subsistir semelhante licença.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 109.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 10 DE MARÇO DE 1866.

Manda comprehender o fumo e o chá de produção nacional na Tabella n.º 11 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que, em conformidade da Portaria desta data dirigida a Alfandega da Côrte, ficão comprehendidos na Tabella n.º 11 do Regulamento das Alfandegas o fumo e chá de produção nacional.

João da Silva Carrão.

N. 110.—FAZENDA.—EM 12 DE MARÇO DE 1866.

Permitte á Companhia Americana de paquetes a vapor transportar de uns para outros portos do Imperio, da sua escala, mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, e as nacionaes designadas nas tabellas n.ºs 10 e 11 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para o devido conhecimento, e em resposta ao seu Aviso de 28 de Fevereiro proximo findo, que, em conformidade do art. 186 § 2.º n.º 5 do Regulamento das Alfandegas e art. 13 § 4.º da Lei n.º 1215 de 28 de Junho de 1863, resolvi conceder á companhia americana de paquetes a vapor a permissão, que pedio, para poder transportar de uns para outros portos do Imperio, onde os ditos paquetes tem de fazer escala, mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, e as de produção e industria nacional designadas nas tabellas n.ºs 10 e 11 do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*—
Sr. Antonio Francisco de Paula Souza.

N. 444.—FAZENDA.—EM 13 DE MARÇO DE 1866.

Trata de um recurso sobre multa imposta pela Alfandega do Maranhão, e do facto de admittir-se alli, para base do calculo dos direitos de algumas mercadorias, unidade differente da estabelecida pela Tarifa.

Ministério dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 33, de 24 de Fevereiro do anno proximo findo, que o mesmo Tribunal:

Visto o recurso interposto pelos negociantes Viuva & Filhos de José Pedro dos Santos da decisão da Thesouraria confirmatoria de outra da respectiva Alfandega, que os obrigára ao pagamento de direitos em dobro pela differença para mais encontrada em 704 pedras de lagado, que submittêrão a despacho;

Considerando que a nota apresentada pelos recorrentes para o despacho declarava simplesmente que as 704 pedras tinham 81 braças, com infracção do art. 950 da Tarifa, porque, segundo allegão, foi esta a medida indicada pela factura;

Considerando que o art. 543 do Regulamento das Alfandegas determina que, não estando regular a nota para o despacho da mercadoria, seja reformada, e no caso da parte a isso não se prestar por motivo não justificado (Circular de 9 de Novembro de 1860) se faça effectiva a multa de $4\frac{1}{2}\%$ do seu valor;

Considerando que o Sr. Inspector, pela Portaria de 14 de Outubro de 1863, de que só por esta occasião teve o Thesouro conhecimento, confirmou a pratica de admittir-se, para base do calculo dos direitos de algumas mercadorias, unidade differente da estabelecida pela Tarifa:

Resolveu dar provimento ao recurso.

Cumpr, porém, que o Sr. Inspector revogue immediatamente a citada Portaria, que nenhum apoio pôde achar no art. 16 do Regulamento, á vista das precauções do art. 543 § 2.º; ficando advertido pela irregularidade de semelhante procedimento.

João da Silva Carrão.

N. 112.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 13 DE MARÇO DE 1866.

Determina que o vapor *Telegrapho* seja considerado transporte de guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Províncias maritimas do Imperio, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 7 do corrente, que tendo sido comprado para o serviço da Repartição dos Telegraphos o Vapor *Telegrapho*, que pertencia a Repartição de Marinha com o nome de *Leão*, deve ser considerado transporte de guerra nos portos onde tocar, a fim de que não tenha dependencia da visita das Alfandegas, que pôde occasionar-lhe demoras e embaraços em sua marcha.

João da Silva Carrão.

N. 113.—FAZENDA.—EM 14 DE MARÇO DE 1866.

Declara ao Consul do Brasil em Marselha, que a pretensão da casa commercial de Noilly, Prat & Comp. relativa ao vinho de Vermouth, quando fosse procedente, só podia ser attendida pelo Corpo Legislativo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Março de 1866.

Em resposta ao officio que Vin. me dirigio em 23 de Outubro ultimo, relativamente á pretensão da casa commercial de Noilly, Prat & Comp., que pede modificação nos direitos a que está sujeito, pela Tarifa, o vinho Vermouth, por considerá-lo mal classificado entre os vinhos medicinaes, tenho de communicar

Vm., a fim de o fazer constar áquelles commerciantes, que ainda quando procedessem as considerações que apresentam sobre a classificação daquelle vinho, só ao Corpo Legislativo compete, pelo disposto no art. 472 § 4.º do Regulamento das Alfândegas, resolver sobre semelhante objecto.

Quanto ás botellas do referido vinho, que acompanharão o seu officio, serão mandadas vender em hasta publica e applicar o seu producto ao Asylo dos Invalidos.

Deus Guarde a Vm. — *João da Silva Carrão.* — Sr. Eduardo Fredholm, Encarregado do Consulado do Brasil em Marselha.

N. 444. — GUERRA. — EM 44 DE MARÇO DE 1866.

Declara que a vista das disposições do Decreto n.º 3379 de 3 de Janeiro de 1866 não pôde ser approvada a licença de tres mezes, que se concedera ao Capitão reformado Pedro Moniz Telles de Menezes em prorrogação da que lhe foi concedida para tratar de sua saúde.

Gabinete do Ministro. — Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio n.º 9 de 23 de Janeiro findo, participa V. Ex. que concedera ao Capitão reformado Pedro Moniz Telles de Menezes, encarregado do Deposito de artigos bellicos dessa Provincia, tres mezes de licença em prorrogação da que lhe foi ultimamente concedida para tratar de sua saúde, ficando no exercicio desse lugar o Alferes da Guarda Nacional Theodoro Cordeiro Guaraná, nomeado conforme participou em seu officio n.º 460 de 30 de Novembro do anno proximo findo. Em resposta declaro a V. Ex. que o Decreto n.º 3379 de 3 de Janeiro ultimo no art. 4.º dispõe o seguinte: Compete a concessão de licenças, e suas prorrogações: 1.º ao Ministro da Guerra em todas e quaesquer hypotheses previstas no presente Decreto e na Firma de suas disposições: 2.º aos Presidentes de

Provincia nos casos do art. 1.º § 1.º havendo necessidade urgente, com approvação do Ministro da Guerra, não excedendo todavia de tres mezes dentro de um anno. (Regulamento de 27 de Outubro de 1860, art. 160). A vista pois das disposições acima citadas não póde ser approvada a prorrogação da licença por V. Ex. concedida ao mesmo Capitão Telles de Menezes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 415. — GUERRA. — EM 17 DE MARÇO DE 1866.

Declara que um Voluntario da Patria não póde ser admittido na classe dos soldados particulares, porque exercendo seu pai emprego provincial não goza de representação equivalente a Official de patente.

N. 4. — Directoria Central. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Março de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o seu officio de 14 de Dezembro do anno proximo passado, foi presente a este Ministerio o processo de Conselho de Averiguação, a que V. Ex. mandou proceder para reconhecer-se a nobreza do Voluntario da Patria, Manoel Martiniano da Costa Monteiro, e em resposta declaro a V. Ex., que o dito Voluntario não póde ser admittido na classe dos Soldados particulares, porque seu pai, exercendo um emprego provincial, que não é de nomeação feita por Decreto Imperial, não goza na sociedade representação equivalente a de Official de Patente, como exige o Decreto de 4 de Fevereiro de 1820, e a Provisão de 26 de Outubro do mesmo anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 116.—FAZENDA.—EM 17 DE MARÇO DE 1866.

A Lei de 9 de Dezembro de 1833 também comprehende as locações ou arrendamentos, por prazo determinado ou indeterminado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 20, do 4.º do corrente, e para que faça constar ao respectivo Procurador Fiscal, que a Lei de 9 de Dezembro de 1830 também comprehende as locações ou arrendamentos, por prazo determinado ou indeterminado, por serem contractos onerosos, como se tem entendido e ainda ultimamente o declarou a Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 29 de Setembro de 1864.

João da Silva Carrão.

N. 117.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 17 DE MARÇO DE 1866.

Manda cumprir o Aviso do Ministerio da Guerra abaixo transcripto sobre o abono ás famílias dos militares, que se achão em campanha, das quantias que por estes lhes são enviadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que tenha a devida execução, o Aviso, junto por cópia, do Ministerio da Guerra de 26 de Dezembro do anno proximo passado, relativamente ao abono ás famílias dos Officiaes, que se achão servindo no Exercito em operações, das quantias que com semelhante destino

forem por estes entregues á Pagadoria Militar do mesmo Exército, e ás caixas militares da fronteira de Missões e das forças em marcha para Mato Grosso.

João da Silva Carrão.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1865.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo este Ministerio autorizado á Pagadoria Militar do Exército em operações em Corrientes, bem como ás Caixas militares do da fronteira de Missões e das forças em marcha para Mato Grosso, a aceitar as quantias que os Officiaes quizerem enviar ás suas familias nesta Côrte e em quaesquer Provincias do Imperio, considerando-as como supprimentos feitos ás ditas estações e expedindo conhecimentos, com declaração dos nomes da pessoa que fez a entrega, daquella a quem se destina e do lugar da residencia desta, a fim deste Ministerio autorizar o competente pagamento; rogo a V. Ex. a expedição de suas ordens a todas as Thesourarias de Fazenda a fim de que cumprão sem hesitação as ordens que neste sentido lhe forem expedidas, visto que semelhante medida, além de facilitar o supprimento das referidas Caixas, proporciona ás familias dos Militares em campanha um meio seguro de occorrer á sua manutenção.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

N. 118.— JUSTIÇA.— AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que não compete ao Poder Executivo tomar conhecimento dos provimentos em correição, senão quando versão sobre matéria administrativa, como declarou o Decreto n.º 1881 de 7 de Fevereiro de 1837.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 19 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador a representação, que acom-

panhou o officio dessa Presidencia de 11 de Dezembro do anno passado, na qual o Vigario da Freguezia de Dores da Boa Esperança reclama contra dous provimentos dados em correição pelo Juiz de Direito da Comarca do Rio Verde, prohibindo: 1.º que com dinheiro da Fabrica se pague ao Sacristão: 2.º que a Irmandade do SS. Sacramento continuasse a concorrer com a quantia de trinta mil réis destinada ao mesmo Sacristão, para cuidar da lampada e zelar as alfaías, etc. E o Mesmo Augusto Senhor, por Sua immediata e Imperial Resolução de 9 do corrente mez, dada sobre Consulta da Secção dos Negocios da Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Mandar declarar que não compete ao Governo Imperial tomar conhecimento dos provimentos em correição, senão quando versão sobre materia administrativa, como declarou o Decreto n.º 1884 de 7 de Fevereiro de 1857. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araujo*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N. 119.—JUSTIÇA.—AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1866.

Ao Presidente de Minas Geraes.—Declara que, occorrendo o impedimento do Juiz de Direito no acto da correição, deve elle adia-la para ser continuada no dia que designar.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 19 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 6 de Dezembro do anno findo, acompanhado da copia de outro do Juiz de Direito da Comarca de Baependy, sobre o modo por que devem proceder os Juizes de Direito, quando tendo aberto correição adoccerem, de modo a não poderem encerral-as, hypothese não prevista na legislação, e que se realizou na correição por elle aberta na Villa de Ayuruoca, pelo que tomou o arbitrio de officiar ao Escrivão res-

pectivo para fazer entrega dos livros, autos e mais papeis, a quem de direito pertencessem. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer da Secção dos Negocios da Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem por Sua Immediata e Imperial Resolução de 9 do corrente mez, Mandar declarar que, não podendo á vista do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, art. 4.º o Juiz Municipal fazer a correição, senão no caso de estar vaga a these, de que se trata, occorrendo o impedimento do Juiz de Direito no acto da correição, deve elle adial-a para ser continuada no dia, que designar depois de cessar o seu impedimento. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Araújo*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 120. — GUERRA. — CIRCULAR DE 19 DE MARÇO DE 1866.

Declara que os Avisos sobre licenças, ou qualquer outro objecto, só deverão ter execução depois de pagos os respectivos emolumentos ou direitos na Repartição competente.

Gabinete do Ministro. — Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 19 de Março de 1866.

Fique V... na intelligencia de que á nenhum Aviso por este Ministerio expedido versando sobre licença, ou qualquer outro objecto, pelo qual se devão cobrar no Thesouro emolumentos, ou direitos, deverá V... dar execução, sem que os interessados apresentem guia de pagamento daquelles emolumentos, ou direitos na Repartição competente do Thesouro.

Deus Guarde a V... — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr.....

A's Repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra.

N. 121.—FAZENDA.—EM 20 DE MARÇO DE 1866.

Fixa a indemnização que tem de pagar os que pretenderem o aforamento dos terrenos do cães da Lapa á Gloria, pelos aterros ali feitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1866.

Tendo resolvido fixar a indemnização que tem de pagar os que pretenderem o aforamento dos terrenos do cães da Lapa á Gloria pelos aterros ali feitos, na razão de 400\$000 por braça de frente na linha do cães com 15 de fundo, e proporcionalmente quanto aos que tiverem maior extensão de fundo: assim o communico a V. S. para a devida intelligencia e fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.—*João da Silva Carrão*.—
Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 122.—JUSTIÇA.—EM 20 DE MARÇO DE 1866.

Declara que o titulo vitalicio de Tabellião das Hypothecas deve ser mantido, não obstante a suppressão dos outros officios exercidos pelo mesmo serventuario.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro em 20 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo sido supprimidos pela Lei Provincial n.º 526 de 3 de Junho de 1862 os officios de 4.º Tabellião do Publico, Judicial e Notas, e Escrivão do Cível do Termo do Rio Formoso, de que era serventuario José Gomes Coimbra, consultou o antecessor de V. Ex. ao Governo Imperial se deve este serventuario continuar no exercicio do Officio de Tabellião do Registro Geral das Hypothecas da respectiva Comarca, na qual foi provido vitaliciamente, ou se aliás deve o mesmo officio passar a ser servido pelo Tabellião Augusto Rufino de Almeida.

S. M. o Imperador, a Quem foram presentes o officio do mesmo antecessor de V. Ex. de 22 de Dezembro ultimo e papeis que o acompanhão, versando sobre este objecto, Ha por bem, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Mandar declarar a V. Ex. que o titulo vitalicio que o Serventuario Coimbra obteve para Tabellião das Hypothecas deve ser mantido, não obstante a suppressão dos outros officios por elle exercidos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Araújo.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 123. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 21 DE MARÇO DE 1866.

Fixa o pessoal e marca os vencimentos dos empregados da estrada de ferro de D. Pedro II.

Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 21 de Março de 1866.

Transmitto a Vm. por cópia, para sua intelligencia e devida execução, o Decreto n.º 3627 de 10 do corrente, que fixa o pessoal e marca os vencimentos dos actuaes empregados da estrada de ferro de D. Pedro II; e previno a Vm. de que a Tabella annexa representando o pessoal actualmente necessario, não mencionão aquelles que servem por salario, ou cujas nomeações devão ser feitas directamente por essa Directoria conforme as necessidades do serviço.

Deus Guarde a Vm. — *Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.* — Sr. Director da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 424.—GUERRA.—EM 24 DE MARÇO DE 1866.

Estabelece a regra, que se deve observar ácerca da remessa dos conhecimentos, relativos a quantias recolhidas aos cofres das Pagadorias Militares.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Março de 1866.

Consultando Vm. em officio datado de 29 de Janeiro ultimo, se, além dos conhecimentos que estabelecera, e que são cortados de talão, contendo as explicações necessarias, devem ser feitas, como á que Vm. enviou, tantas communicações, quantas as entradas, e no caso affirmativo, se devem ser dirigidas, a esta Secretaria de Estado ou directamente ás Estações, que tem de realizar os pagamentos, conforme se pratica com os saques por meio de lettras; declarando Vm. que mandaria fazer as communicações até ulterior decisão: previno-o de que deverá observar o seguinte: os conhecimentos devem vir á mesma Secretaria de Estado com uma relação e officio, que contenhão todos os tirados na mesma data. Quando, porém, o individuo, que entrar com dinheiro para a caixa, quizer ser elle mesmo o portador do conhecimento, não ha inconveniente em dar-lhe em mão, e assim a competente communicação.

No caso de que a entrega tenha de realizar-se na Provincia do Rio Grande do Sul, e haja no exercito communicação directa, tambem não ha inconveniente em dirigir-se a Repartição Fiscal á Thesouraria de Fazenda, avisando a remessa do conhecimento, e solicitando o pagamento a pessoa nelle indicada.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Diogenes Cezar de Lima e Silvã.



N. 125.—GUERRA.—EM 22 DE MARÇO DE 1866.

Declara quaes os vencimentos, que competem a um Cirurgião-Mór de Brigada, na forma do disposto na 6.^a observação da tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Março de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 10 de Fevereiro ultimo, versando sobre a gratificação, a que tem direito o Cirurgião-Mór de Brigada Dr. Pedro Tito Regis; declaro a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes que, conforme o disposto na 6.^a observação da tabella annexa ao Regulamento do Corpo de Saude de 7 de Março de 1857, o mesmo Cirurgião-Mór de Brigada só tem direito a gratificação de Enfermaria em campanha, com os vencimentos correspondentes á seu posto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silveira Ferraz*.—Sr. Barão de Porto Alegre.

N. 126.—FAZENDA.—EM 23 DE MARÇO DE 1866.

Indeferimento de um recurso de reclamação sobre qualidade de mercadorias, depois de pagos os direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Março de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de B. Lansak & Mary, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côte que lhes negou o exame nas suas mercadorias depois de despachadas, e pagos os direitos, e consequentemente a restituição da quantia de 404\$690, que contra elles resultou por engano de qualificação: e o mesmo Tribunal:

Visto que os recorrentes, submittendo a despacho 46 volumes, sendo dez barris com alvaiade, cinco caixas com tintas e uma dita com seccante, decla-

rarão na nota para despacho conter aquelles volumes tinta com oleo, a qual, sendo distribuida ao calculo, só depois de pagos os direitos é que reconhecerão o erro:

E considerando que, pelo disposto na ultima parte do art. 606 do Regulamento das Alfandegas, não podem ser admittidas reclamações sobre qualidade depois de pagos os direitos, conforme foi declarado por Portaria de 17 de Fevereiro do anno passado:

Resolveu indeferir o mencionado recurso e sustentar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.



N. 127.—FAZENDA.—EM 23 DE MARÇO DE 1866.

Sobre a competencia do Procurador Fiscal da Thesouraria de Pernambuco para intervir em uma questão de transferencia de marinhas, e modo por que o devia ter feito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, tendo presente o officio do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco de 8 de Julho do anno passado, representando acerca do occorrido relativamente á transferencia que pretendêrão effectuar de um terreno de marinhas na capital da dita Provincia, e de que crão foreiros Maria Felicia Silva Santos e Palmira Soares Carneiro Monteiro; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, para sua intelligencia, e a fim de que faça constar ao referido Procurador Fiscal, que, com quanto não excedesse elle de suas attribuições requerendo e procurando obter todos os esclarecimentos precisos para se inteirar do facto de que houvera noticia, e que podia prejudicar os interesses

da Fazenda, cumpria no entanto que, dando desse facto sciencia á Thesouraria, houvesse interposto parecer sobre a materia, expondo as irregularidades praticadas, como fez aliás a Thesouraria, quando levou o negocio ao conhecimento da Presidencia para final solução.

João da Silva Carrão.

N. 128. — FAZENDA. — EM 23 DE MARÇO DE 1866.

Recurso sobre imposição de multa de direitos dobrados, por differença de quantidade em um despacho de caixas com passas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Março de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Jayme Romaguera, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Corte, que o multou em direitos dobrados pela differença para mais, encontrada em um despacho de 360 caixas, 500 meias ditas e 500 quartos, todas com passas, pesando 21.000 libras; e o mesmo Tribunal:

Visto que a nota para o referido despacho dos 4.500 volumes com passas declarava o peso da mercadoria, que na conferencia da sahida se encontrou ser maior do que o apresentado na mesma nota;

Visto que as passas em caixas, segundo o art. 162 da Tarifa, estão sujeitas ao pagamento dos direitos conforme o seu peso bruto:

E considerando que as mercadorias são tarifadas com a taxa legal da Tarifa quando na mesma não se faz declaração expressa do peso liquido ou real;

Considerando que, para ter lugar a verificação do peso liquido, nos casos em que se manda fazer o despacho segundo a taxa legal, torna-se necessario que se verifiquem as condições do art. 322 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, processo este a que se não submettem os recursos;

Resolveu indeferir o referido recurso e sustentar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Inspector da dita Alfandega para sua intelligencia e devidos effectos.

João da Silva Carrão.

N. 129.—FAZENDA.—EM 21 DE MARÇO DE 1866.

Providencia para serem despachados com toda a brevidade, livres de direitos, os objectos pertencentes a colonos, de que trata o art. 512 §§ 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Março de 1866.

Achando-se comprehendidos nas disposições do art. 512 §§ 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento das Alfandegas, os objectos constantes da relação junta pertencentes aos colonos James Petit e sua mulher, vindos na barca ingleza *Peter C. Warwick*; sirva-se o Sr. Inspector interino da Alfandega da Corte dar suas ordens para que taes objectos tenham despacho livre; recommendando por essa occasião que a respeito da bagagem de outros colonos, que aqui chegarem de futuro, o mesmo se pratique, com a celeridade que for possível.

João da Silva Carrão.

N. 130.—GUERRA.—EM 23 DE MARÇO DE 1866.

Declara que a faculdade para conceder substituição ou isenção em tempo de guerra só compete ao Governo Imperial.

N. 23.—Directoria Central.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Março de 1866.

Ilm. o Exm. Sr.—Approvando o acto pelo qual V. Ex. mandou dar a seguinte resolução:—

do Exercito, Antonio Pedro Vellasco, por haver entrado com a quantia de seiscentos mil réis para os Cofres Publicos, e de que trata o officio dessa Presidencia n.º 206 de 24 de Janeiro do corrente anno, tenho a declarar a V. Ex. que, pelo art. 14 do Regulamento, que baixou com o Decreto de 28 de Fevereiro de 1859, que não foi derogado por Lei posterior, a faculdade para conceder substituições ou isenções em tempo de guerra só compete ao Governo, e portanto essa Presidencia não poderia por si só determinar a de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 131. — FAZENDA. — EM 26 DE MARÇO DE 1866.

Resolve uma consulta do Collector de Petropolis relativamente ao imposto da dizima.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Março de 1866.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas da Cidade de Petropolis, em solução á duvida constante de seu officio de 16 de Dezembro do anno proximo passado, sobre qual o procedimento que deve ter quando a demanda se findar por composição das partes e deixar de pagar-se o imposto averbado :

1.º Que a dizima é devida, e consequentemente cobravel, desde que ha sentença julgando desistencia, transacção ou amigavel composição porque se põhna fim á causa (Decreto n.º 150 de 9 de Abril de 1842, art. 2.º § 4.º), salvo o caso de desistencia por insanavel nullidade do processo, em que não é devido o imposto (Av. n.º 227 de 29 de Agosto de 1854.)

2.º Que nos referidos casos de desistencia, transacção ou amigavel composição, a dizima deve ser paga na mesma occasião na Repartição, em que se sellarem os autos antes da conclusão para a sentença definitiva (Decreto n.º 230 de 22 de Outubro de 1812 combinado com o art. 2.º n.º 4 do citado Re-

gulamento de 9 de Abril do mesmo anno); cumprindo, portando, ás partes pagal-a e ao Collector arrecadal-a nessa occasião.

3.º Que se a parte vencedora der quitação extrajudicial á vencida, em fraude do imposto, ficarão taes quitações nullas e de nenhum effeito, e cada uma das partes vencedora, e vencida, sujeita á multa do dobro da dizima até á quantia de 200\$000; e á mesma pena ficarão sujeitos os Escrivães, que derem quitação judicial sem que lhes seja apresentado o conhecimento do pagamento da dizima, o qual será também transcripto nos autos (Decreto citado art. 3.º).

4.º Que, dada a falta de pagamento da dizima, o Collector, colhendo as certidões e mais esclarecimentos necessarios, os deve transmittir á Directoria Geral das Rendas para se imporem as penas que no caso couberem, inscrever-se a divida na da Contabilidade e promover-se a cobrança judicial pela do Contencioso. E por esta occasião convirá que V. S. chame a attenção do referido Collector para a circumstancia de que no caso de amigavel composição das partes a dizima é devida da importancia do perdido e vencido, e não daquella que se ajustar pela composição. (Ord. de 9 de Fevereiro de 1854, n.º 34).

Deus Guarde a V. S. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 132. — FAZENDA. — EM 26 DE MARÇO DE 1866.

Indeferimento de um recurso sobre apprehensão de mercadorias encontradas em fundos falsos de tres bahús, pertencentes á bagagem de um passageiro do paquete *Nacarre*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Março de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Eugenio Dol, interposto da decisão da Alfandega da Côte, que julgou procedente a apprehensão feita

pelo Guarda-mór da mesma Alfandega, de mercadorias sujeitas a direitos, encontradas em fundos falsos de tres bahús, que pertencião á bagagem do mesmo Dol, passageiro do vapor francez *Navarre*, entrado da Europa em Agosto do anno proximo passado; e o mesmo Tribunal:

Visto que o recorrente quiz usar do artificio de passar, por intermedio de uma passageira, uma das malas em que foi descoberto, na occasião do desembarque, o fundo falso, que continha diversas mercadorias, que não podião ser reputadas bagagem,

Visto que a declaração da existencia de fundos falsos, feita pelo recorrente, foi extemporanea, e depois de ter a Alfandega conhecimento official da existencia do contrabando que se pretendia passar;

E considerando que a declaração voluntaria, de que trata o art. 45 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, não aproveita ao recorrente, visto que, como passageiro, deixou de observar o que recommenda o art. 410 n.º 3 do Reg. das Alfandegas, e o art. 3.º das Instruções de 8 de Junho de 1863, quando tinha conhecimento prévio da existencia dos fundos falsos encontrados nos bahús, que pertencião á sua bagagem;

Considerando, finalmente, que, tendo-se facilitado o desembarque das bagagens, e devendo ser prévios os exames para que se conheção quaes os objectos sujeitos a direitos, a declaração do art. 410 n.º 3 do Regulamento é essencial; e não tendo havido essa declaração, forão encontradas em fundos falsos as mercadorias apprehendidas pelo Guarda-mór da Alfandega no valor de 894\$152:

Resolveu indeferir o mesmo recurso, e confirmar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.

N. 133. — FAZENDA. — EM 26 DE MARÇO DE 1866.

Providencias para a cobrança pela Repartição da Fazenda dos emolumentos que, antes do Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, erão cobrados na Secretaria do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Março de 1866.

Transmitto a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, o Aviso junto por copia do Ministerio da Guerra de 19 do corrente, relativamente á cobrança dos emolumentos, que antes do Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860 erão cobrados na Secretaria de Estado daquelle Ministerio.

Deus Guarde a V. S. — *João da Silva Carrão.* — Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

Aviso a que se refere o da data supra.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 19 de Março de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Pertencendo á receita geral do Imperio e devendo ser arrecadados no Thesouro Nacional, nos termos do art. 41 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 2677 de 27 de Outubro de 1860, os emolumentos que até aquella data erão cobrados nesta Secretaria de Estado; rogo a V. Ex. se sirva expedir as necessarias ordens á Repartição competente no Thesouro Nacional para que fiscalize a arrecadação dos mesmos emolumentos na parte que depender de pagamento que tenha de ser effectuado pelo mesmo Thesouro, procedendo-se assim de accordo com o que o Ministerio a cargo de V. Ex. já havia solicitado em o seu Aviso de 13 de Dezembro de 1859; e nessa conformidade previno a V. Ex. de que d'ora em diante não se expedirão mais por esta Secretaria de Estado as guias para o pagamento dos emolumentos devidos pelos Avisos relativos ás contas, cujo pagamento se solicitar do Ministerio da Fazenda, sendo taes contas remettidas a V. Ex. indistinctamente, quér estejam ou não sujeitas ao pagamento dos referidos emolumentos.

Por esta occasião communico a V. Ex. que nesta data dirijo uma circular ás Repartições subordinadas a este Ministerio, recommendando-lhes que não dêem cumprimento aos Avisos sujeitos ao pagamento de emolumentos, sem que estes tenham sido effectivamente arrecadados no Thesouro Nacional.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. João da Silva Carrão.

N. 134. — FAZENDA. — EM 27 DE MARÇO DE 1866.

Não ha prohibição legal de se poder sacar, accitar e endossar letras por meio de differentes procuradores, ou de um só com mandato collectivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, de 6 do mez passado, sob n.º 9, participando ter concedido por ordem do Thesouro ao Tenente Coronel Diogo da Rocha Bastos, na qualidade de fiador do ex-Collector do Municipio de Ubá José Theodulo da Rocha Brandão, uma moratoria para pagamento do alcance do seu afiançado, e constar-lhe que o dito Tenente Coronel, bem como os seus fiadores, que são o capitão Manoel Gonçalves da Silva Lopes, e Cirurgião-Mór João Baptista da Silva, todos daquelle Municipio, não podião comparecer pessoalmente na mesma Thesouraria, já pela distancia, já por suas idades, molestias e occupações, aquelle para accitar as respectivas letras, estes como sacadores para endossal-as; e portanto achar-se em duvida se póde ou não admittir procuradores, ou um só procurador por parte de todos elles, que é o que effectivamente existe, para o sobredito fim: declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que, não havendo prohibição legal, é claro que os que tiverem de intervir nas letras por concessão de moratorias, em conformidade da Lei de 13 de Novembro de 1827, como sa-

zadores, ou endossadores e accitantes, podem se fazer representar por seus procuradores legitimamente constituídos, com poderes especiaes para esse fim; e quanto á questão—se os individuos de que trata no seu citado officio devem constituir differentes procuradores, ou podem constituir um só procurador para os mesmos fins; é certo que o mandato collectivo confiado a um só mandatario pôde ter lugar quér os interesses dos mandantes sejam distinctos e separados, quér communs, tendo-se em attenção a que por occasião de assignarem-se as letras declare o mandatario em nome de quem o faz em cada acto.

João da Silva Carrão.

N. 135.—GUERRA.—Em 27 DE MARÇO DE 1866.

Declara como se deve proceder a respeito da deducção da quota para sustento das praças das companhias de operarios militares.

N. 91.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Março de 1866.

Em solução ao officio n.º 181 de 21 do corrente, em que V. S. consulta como deve proceder a respeito da deducção da quota para sustento das praças das Companhias de Operarios Militares, quando os vencimentos que elles tiverem forem inferiores á respectiva quota, declaro a V. S. que os operarios daquellas companhias devem ser classificados por officios, e pelo adiantamento, que nos mesmos tiverem, marcando-se-lhes o jornal, que mereção conforme a classificação, e que não poderá ser alterado sem ordem do Governo: ao jornal deve accrescer o valor da etapa, arbitrado semestralmente, cuja importância entrará para o rancho, e no arbitramento semestral se deverá ter em vista o preço dos generos e o saldo existente em cofre.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Francisco Antonio Raposo.


N 136.—FAZENDA.—EM 28 DE MARÇO DE 1866.

Sobre o facto de se ter reconhecido como Pensionista do Estado a viuva de um Official reformado em Março de 1839.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Março de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 444, do 4.º de Dezembro de 1864, que ás viuas e filhas dos Officiaes reformados anteriormente a 26 de Agosto de 1852, data da publicação da Lei n.º 648 de 18 do mesmo mez e anno, não aproveita o beneficio da Lei n.º 4220 de 20 de Julho de 1864, como foi declarado pela Circular de 43 de Dezembro do mesmo anno; e que portanto mal e indevidamente foi reconhecida pensionista de 40\$800 mensaes D. Maria Joaquina de Brito, viuva do Capitão reformado Manoel Francisco de Brito, de que trata o seu citado officio; pois que a reforma do referido Capitão data de 5 de Março de 1839: devendo a mesma Thesouraria fazer indemnizar os respectivos cofres da quantia indevidamente paga, e intimar á citada pensionista para, se quizer, recorrer para o Conselho de Estado nos termos do Aviso de 14 de Janeiro de 1860, e nos do art. 30 do Decreto de 10 de Março de 1860, que se tem applicado em todos os casos de recurso contencioso, não havendo disposição especial nos Regulamentos da Administração.

João da Silva Carrão.



N. 137.—FAZENDA.—EM 31 DE MARÇO DE 1866.

As filhas naturaes tem direito á percepção do montepio da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Março de 1866.

Sendo consultadas as Secções de Fazenda e Justiça do Conselho de Estado, por ordem de Sua Magestade o Imperador, se as filhas naturaes tem direito á percepção do montepio de marinha, á vista do disposto no art. 4.º do respectivo Plano, e do Decreto n.º 1039 de 3 de Novembro de 1852, forão as ditas Secções de parecer, com o qual Conformou-se o Mesmo Augusto Senhor, por immediata Resolução de 28 do mez passado, que, attenta a doutrina dos arts. 4.º, 5.º e 10.º do citado Plano, e a disposição do art. 4.º do Decreto n.º 1039, é fóra de duvida que o abono do montepio ás filhas naturaes está autorizado expressamente por lei, não podendo ser-lhes recusado sem grave e notoria injustiça; mas que se os *filhos naturaes reconhecidos e legitimados* pelos meios admittidos na legislação em vigor (Lei de 2 de Setembro de 1847) são equiparados aos filhos legítimos, a perfilhação do filho illegítimo não natural, não o põe a par dos desta classe, e apezar della, não póde um tal filho succeder a seu pai; sendo consequentemente preciso que a filha não legítima de Official seja natural, isto é, *ex soluto et soluta* (Ord. Liv. 4.º Tit. 92) para poder perceber o meio soldo do montepio nos termos do Plano, art. 4.º e mais disposições citadas.

O que declaro a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*João da Silva Corrêa*.—Sr. Conselheiro Director Geral de Contabilidade.

N. 138. — GUERRA. — EM 2 DE ABRIL DE 1866.

Dá providencias sobre o modo por que devem ser feitos os fornecimentos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

Gabinete do Ministro.—Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—O Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre não pôde satisfazer pedido algum de corpos ou autoridades militares sem ordem de V. Ex., assim como os pedidos feitos de Montevideo devem ser dirigidos directamente a esta Secretaria de Estado.

Não convém por modo algum que ali se continue a manufacturar capotes, nem fardamento para corpos de Infantaria, visto que o Arsenal de Guerra desta Corte tem o necessario para os dous corpos de exercito, nem igualmente convém que ali se compre materia prima, sapatos ou cothurnos, devendo para aqui ser feitos os pedidos necessarios. Constando-me que se annunciou pelo Arsenal de Guerra dessa Capital a compra de materia prima para oito mil lençoës, ou a factura desse artigo, cumpre chamar a attenção de V. Ex. para semelhante assumpto, visto que não conhece este Ministerio a necessidade de tão grande porção desse artigo. No entretanto cumpre fornecer o deposito de Montevideo do que ali houver feito, e especialmente do artigo —ponche—, devendo ser enviado a este Ministerio cópias das guias das remessas feitas, e das que se forem fazendo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 139.— GUERRA.— EM 3 DE ABRIL DE 1866.

Declara quaes as attribuições, que tem os Commandantes das Armas sobre as (Companhias de) Operarios, creadas pelo Decreto n.º 3333 de 9 de Dezembro do anno proximo passado.

Directoria Central.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Abril de 1866.

Entrando V. S. em duvida, se os Commandantes das Armas tem sobre as Companhias de Operarios, creadas pelo Decreto n.º 3333 de 9 de Dezembro do anno proximo passado as mesmas attribuições, que têm sobre as de Artifices que forão extintas, conforme V. S. expõe em seu officio n.º 35 de 20 de Março ultimo, julgo conveniente declarar-lhe, para seu devido conhecimento e execução, que os ditos Commandantes devem ter sobre aquellas Companhias de Operarios as mesmas attribuições, que sobre os Arsenaes.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco.

N. 140 — FAZENDA.— EM 3 DE ABRIL DE 1866.

Trata de uma representação de varios negociantes da Bahia contra o excessivo rigor da fiscalização exercida pela Alfandega da dita Provincia sobre as caixas de assucar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a representação de diversos negociantes da praga da Provincia da Bahia, taxando de excessivamente rigorosa a fiscalização exercida pela respectiva Alfandega sobre as caixas de assucar; ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da dita Provincia, que mui

terminantemente declare ao Inspector da citada Alfandega que faça observar o que se acha disposto na Ordem n.º 5 de 15 de Janeiro de 1846, explicada pelas Ordens de 28 de Agosto de 1863 e 10 de Fevereiro de 1864, em virtude das quaes: 1.º feitas as visitas dos trapiches, e examinadas as caixas de assucar nelles existentes considerão-se desembaraçadas as que não forem apartadas dentro de sete dias da sua entrada, não podendo ser mais baldeadas, salvo havendo denuncia, garantindo o denunciante o pagamento da despeza que se fizer, quando se não encontrar a falsificação; 2.º a Inspectoria não poderá ordenar a apprehensão das caixas de assucar, antes de se certificar da fraude, mandando previamente fazer o exame pela maneira prescripta no art. 288 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860; 3.º poderá empregar tambem o arbitrio conferido pelo art. 47 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, applicando-o aos casos de apprehensão das caixas de assucar, mandando immediatamente relaxar a apprehensão quando pelo modo marcado nesse artigo conhecer que não procede.

João da Silva Carrão.

N. 141. — FAZENDA. — EM 5 DE ABRIL DE 1866.

Crêa uma Comissão, composta de empregados das Alfandegas, para organizar a estatística do commercio e navegação do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1866.

Convindo que se promovão e activem os trabalhos de estatística commercial e da navegação do Imperio, e que seja presente ao Ministerio da Fazenda annualmente o mappa geral conforme prescreve o art. 6.º § 17 do Regulamento das Alfandegas; e tomando em consideração a representação de V. S. de 19 de Fevereiro ultimo, na qual propõe a creação de uma comissão composta de empregados das Alfandegas, que fique não só encarregada da Esta-

tística de todo o commercio e navegação do Imperio, como de preparar os mappas estatísticos da Alfandega da Côrte, onde este serviço não pôde ser vencido pelos empregados da 3.ª Secção, occupados com a revisão dos despachos e outros trabalhos urgentes do expediente ordinario; tenho resolvido crear essa comissão, composta do Ajudante do Inspector da Alfandega do Pará, Augusto Cezar de Sampaio, que dirigirá o serviço, do Ajudante do Inspector da do Rio Grande do Sul, Antonio Maria Ulrich, do 2.º Escriptuario da mesma, Alexandre José Pinheiro da Silva, do 2.º Escriptuario da da Côrte, Demetrio Acacio Fernandes da Cruz, e do 2.º Escriptuario da da Bahia, José Francisco de Brito, podendo a mesma comissão requisitar do Inspector da Alfandega da Côrte quatro Praticantes.

E para que se execute com toda a regularidade os trabalhos da estatística, dará V. S. as instrucções precisas, submettendo á approvação deste Ministerio os modelos de que trata o paragrapho acima mencionado.

Além dos vencimentos que aos nomeados competem pelos seus empregos, ficarão arbitrados, enquanto durar a comissão, as seguintes gratificações, mensalmente: ao Presidente 80\$000, a cada um dos outros membros 30\$000, e a cada Praticante, que a coadjuvar, a de 15\$000.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.— *João da Silva Carrão*.—
Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 142.— FAZENDA.— EM 5 DE ABRIL DE 1866.

Declara constituido o — London Brazilian & Mauá Bank limited.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1866.

Communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que havendo o — London Brazilian & Mauá Bank limited — satisfeito o disposto

no art. 45 do Decreto n.º 2744 de 19 de Dezembro de 1860, resolvi declarar constituído o mesmo Banco, a fim de que possa dar principio ás suas operações na fórma da lei.

Deus Guarde a V. S.—*João da Silva Carrão.*—
Sr. Conselheiro Presidente do Tribunal do Commercio.

N. 443.— FAZENDA.— EM 5 DE ABRIL DE 1866.

Rejeita o fiador offerecido pelo Secretario da caixa da estrada de ferro por ser possuidor de bens emphyteuticos, mas em commun, caso em que não se póde verificar a hypotheca legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Respondendo ao Aviso de V. Ex. de 20 de Fevereiro ultimo, devo communicar a V. Ex. que o Tribunal do Thesouro Nacional, por deliberação de 3 do corrente, resolveu não aceitar o fiador offerecido pelo Secretario da caixa da estrada de ferro, visto mostrar elle ser apenas possuidor em commun de bens emphyteuticos e não poder em taes condições recahir a hypotheca legal sobre os ditos bens, nos termos do art. 4.º § 8.º da Lei hypothecaria, e art. 242 do respectivo Regulamento; cumprindo, portanto, que o referido responsavel prove que o dito fiador tem mais bens, ou, no caso contrario, apresente outro fiador no prazo de 30 dias, que para esse fim lhe fica marcado.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*—
Sr. Antonio Francisco de Paula Souza.

N. 144.—GUERRA.—EM 6 DE ABRIL DE 1866.

Determina que se evite a remessa de homens inuteis para o
serviço de guerra.

N.º 26.—Directoria Central.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Ordenando-se nesta data ao Presidente da Provincia do Maranhão, que faça regressar para ali o Guarda Nacional designado para o serviço de guerra, Raymundo Nonato, e os recrutas Romão de Menezes, João Pedro e Paulino Ponciano, que naquella Provincia se achão em tratamento, e forão julgados incapazes do serviço, dispensando-se o Guarda Nacional do serviço de guerra, e dando-se baixa do serviço do Exército aos tres recrutas; assim o declaro a V. Ex. para seu devido conhecimento.

Por esta occasião recommendo a V. Ex., que expêça as mais terminantes ordens para que se evite a remessa de homens inuteis para o serviço de guerra, visto que disso resulta gravame para os Cofres Publicos com as despesas de transporte, soldos e fardamentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 145.—GUERRA.—EM 7 DE ABRIL DE 1866.

Declara quaes as vantagens, que competem ao Major reformado enquanto esteve Commandando a Guarda Nacional destacada.

N. 4.—Directoria Central.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ás duvidas propostas pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, acerca dos vencimentos, que deve perceber o Major

reformado, Manoel Agostinho da Silva Moreira, emquanto esteve Commandando a Guarda Nacional destacada, e de que tratão os papeis, que acompanharão o officio dessa Presidencia n.º 20 a 13 de Fevereiro ultimo; declaro a V. Ex. para o fazer constar á mesma Thesouraria que o referido Major tem direito ás vantagens de commando de Corpo, não podendo porém accumular duas gratificações de exercicio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Fereaz*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 116.—GUERRA.—EM 10 DE ABRIL DE 1866.

Resolve duvidas, que se suscitarão ácerca da execução do Decreto n.º 3499 de 8 de Julho ultimo, que creou as Juntas de Justiça.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Abril de 1866.

Sua Magestade Imperial, á vista das duvidas, que se tem suscitado por occasião de ser executado o Decreto n.º 3499 de 8 de Julho ultimo, Houve por bem Resolver o seguinte:

1.º Que os Presidentes ou Vice-Presidentes de Provincia, que tambem são Commandantes de Armas, podem presidir as Juntas de Justiça, mas se passarem a Chefes de Forças ou do Exercito deixarão a Presidencia e Junta de Justiça o Vice-Presidente respectivo.

2.º Que não havendo disposição mais lata do que a contida no art. 3.º da Lei de 13 de Outubro de 1827, que exclue das Juntas de Justiça o membro que tiver sido Vogal ou Conselheiro de Guerra, póde a autoridade que mandar instaurar um processo, ser Juiz desse processo como membro da Junta de Justiça; ficando porém salvo á parte o direito de allegar suspeição.

3.^a Finalmente. Que os Commandantes Superiores da Guarda Nacional podem accumular as funcções de membros da Junta de Justiça.

O que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 117.—FAZENDA.—EM 10 DE ABRIL DE 1866.

Adverte a Thesouraria de Goyaz por ter consentido na formação de um processo de divida dos exercicios findos, contra o disposto nas Circulars de 10 de Junho de 1862 e 21 de Setembro de 1863.

Ministerio dos Negócios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, á vista do incluso processo de divida de exercicios findos, pertencente ao collecter das Rendas Geraes da Cidade do Bom Fim, Antonio da Costa Teixeira e Silva, que lhe foi remettido pelo Ministerio da Guerra em Aviso de 16 de Março proximo findo, na importancia de 93\$763, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz que irregular foi o seu procedimento, consentindo que o referido collecter requeresse o pagamento da dita quantia, que por elle foi empregada em despesas do exercicio de 1862—1863, pertencentes á Repartição da Guerra, cujos documentos não forão recolhidos á Thesouraria no mesmo exercicio, e formando o referido processo de exercicios findos que remetteu áquelle Ministerio; porquanto, tendo sido as mencionadas despesas pagas pelo collecter com a renda geral por elle arrecadada, não restava outra cousa a fazer senão o que dispõe as Circulars n.º 34 de 10 de Julho de 1862 e n.º 40 de 21 de Setembro de 1863, como acertadamente lembrou a 2.^a Secção da Contadoria da Thesouraria

na informação de 8 de Janeiro ultimo, isto é, creditar-se o responsavel pela quantia despendida e lançal-a em despeza na verba — Exercício findo —, dando-se previamente conta ao Thesouro, como exige a ultima das Circulares.

Deve, portanto, o Sr. Inspector considerar nullo o referido processo, ficando advertido pela irregularidade com que em semelhante questão se houve; cumprindo que tenha em vista o disposto nas referidas Circulares para que sejam religiosamente observadas.

João da Silva Carrão.

— Communicou-se ao Ministerio da Guerra.



N. 118.—GUERRA.—EM 12 DE ABRIL DE 1866.

Declara quaes as condições, em que o Auditor de Guerra do 2.º Corpo de Exército em operações deve perceber o ordenado simples durante o tempo, em que esteve impedido por doente.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A respeito dos vencimentos que reclama o Auditor de Guerra do 2.º Corpo de Exército em operações, Dr. Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque, em o requerimento por V. Ex. informado em o seu officio datado de 7 do mez passado; declaro a V. Ex. que se elle estava em exercicio quando adoeceu, e tratou-se á sua custa, deve perceber durante aquelle impedimento o ordenado simples.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*—Sr. Barão de Porto Alegre.



N. 149.— GUERRA.— EM 12 DE ABRIL DE 1866.

Declara que as nomeações de Officiaes de Comissão devem ser approvadas pelo Governo Imperial para que possa ter lugar o pagamento dos respectivos vencimentos.

Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Abril de 1866.

Approvando o Governo as nomeações dos Officiaes de Comissão constantes da inclusa relação, que o General Barão de Porto Alegre em o seu officio de 18 de Novembro ultimo communicára ter feito ; assim o declaro a Vm. para seu conhecimento, recommendando-lhe que, na forma das ordens expedidas, não se devem pagar vencimentos aos Officiaes de Comissão, cujas nomeações não forem approvadas pelo mesmo Governo.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Fiscal da Fazenda junto ao 2.^o Corpo de Exercito em operações.



N. 150.— GUERRA.— EM 13 DE ABRIL DE 1866.

Declara que os certificados de nacionalidade, passados pelos Agentes Consulares aos seus compatriotas, devem ser respeitados pelas autoridades militares.

Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Representando a Legação Argentina nesta Côrte em nota dirigida ao Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros com data de 26 de Setembro do anno proximo passado contra o facto de terem sido constrangidos ao serviço militar, grande numero de Argentinos residentes no Municipio de Santa Anna do Livramento não obstante as reclamações do respectivo Vice-Consul, e estarem aquelles

cidadãos munidos do competente certificado de sua nacionalidade; recommendo a V. Ex. haja de expedir com urgencia as necessarias ordens para que semelhantes documentos passados pelos Agentes Consulares aos seus compatriotas sejam respeitados pelas nossas autoridades militares, e bem assim para que sejam dispensados do serviço os Argentinos, que por ventura tenham sido recrutados para o Exercito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 131.—FAZENDA.—EM 13 DE ABRIL DE 1866.

Recurso sobre multa imposta a um Capitão de navio, por demora no ancoradouro de franquia, depois de findo o prazo do art. 340 do Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 397 de 22 de Dezembro do anno passado, que o Tribunal do Thesouro, visto o recurso interposto por Henry Forster & C.^a, negociantes da dita Provincia, na qualidade de Procuradores do Capitão do navio inglez *Sea Breeze*, da decisão da respectiva Thesouraria, confirmando outra da Alfandega, que condemnou o mesmo Capitão ao pagamento da multa de 869\$400, em que incorrera pela demora do navio no ancoradouro de franquia, depois de finalizados os dias concedidos pelo art. 340 do Regulamento das Alfandegas, e 35 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863;

Considerando que á referida pena fica immediatamente sujeito o Capitão, apenas acabado o prazo da franquia, e até que dê entrada por inteiro, sendo além disso a embarcação obrigada ao regimen das que dão esta entrada, se a demora fôr além de oito dias, ficando então exposta a outras penas:

Considerando que o Capitão do navio *Sea Breeze*, depois de ter gozado os seis dias de franquia, e mais quatro de prorrogação, continuou no mesmo ancoradouro, e que só depois de decorridos 29 dias deu sua entrada por inteiro, sendo a isso obrigado pela intimação feita a 13 de Outubro, mais de um mez depois que entrou por franquia a 4 de Setembro;

Considerando, finalmente, que pelo disposto no art. 340, paragrapho unico, do Regulamento as embarcações que excedem o prazo de franquia, perdem todos os privilegios que a esta são inherentes, e devem pagar 200 réis por tonelada, por cada dia ou noite de demora no respectivo ancoradouro, e que, se a demora exceder de oito dias, ficam sujeitas ao regimen das que dão entrada por inteiro, devendo então ser intimadas para tomar o ancoradouro da descarga, sob as multas do art. 373 do Regulamento;

Resolveu negar provimento ao mencionado recurso.

João da Silva Carrão.



N. 152. — GUERRA. — EM 13 DE ABRIL DE 1866.

Estabelece a regra, que se deve seguir no ajustamento de contas dos Officiaes dos Corpos de Voluntarios da Patria, dispensados do serviço do Exercito.

N. 118. — Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Abril de 1866.

Póde Vm. mandar ajustar contas ao ex-Capitão do 36.^o Corpo de Voluntarios da Patria Fernando Antonio da Silva, até o dia em que pelo Governo foi dispensado do serviço do Exercito, aceitando as declarações, que fizer por escripto na parte em que a respectiva guia ou attestados forem omissos, ou se não forem apresentados, ficando Vm. na intelligencia de que esta é a regra geral a seguir-se, salvo casos novos, que exijão esclarecimentos.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.



N. 453.—FAZENDA.—EM 14 DE ABRIL DE 1866.

Manda advertir a Direcção do Banco estabelecido na Cidade de Campos por não ter remetido ao Thesouro o relatório annual e o parecer da respectiva commissão de exame.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Não tendo a Direcção do Banco de depositos e descontos, estabelecido na cidade de S. Salvador de Campos nessa Provincia, remetido ao Thesouro Nacional o relatório annual e o parecer da respectiva commissão de exame; haja V. Ex. de advertir a referida Direcção, de semelhante falta, indicando-lhe o art. 4.º do Decreto n.º 2679 de 3 de Novembro de 1860, cuja disposição sujeita os Directores, Administradores e Gerentes dos Bancos a uma multa de 100\$000 a 1:000\$000 pela omissão, ou falta de cumprimento das obrigações impostas no mencionado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 454.—JUSTIÇA.—EM 14 DE ABRIL DE 1866.

Ao Presidente de Santa Catharina.—Solve duvidas a respeito do pagamento de custas, em que foi condemnada a Camara Municipal da Laguna, em um processo julgado improcedente, por incompetencia de Juizo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 27 de Março ultimo, no qual communicou V. Ex. que a Camara Municipal da Laguna nessa Provincia consultára á essa Presidencia se devia pagar custas, em que foi condemnada, em virtude de um processo julgado improcedente, por

incompetencia de Juizo; duvida esta que V. Ex. sujeitou á decisão do Governo Imperial. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar que semelhante duvida não prevalece em vista do Aviso deste Ministerio de 19 de Maio do anno passado, que sufficientemente esclarece a questão.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Arango*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 155. — IMPERIO. — EM 17 DE ABRIL DE 1866.

Declara que o art. 62 dos Estatutos das Faculdades de Medicina do Imperio manda abrir concurso somente entre os oppositores, quando estes sejam seis ou mais, podendo porém ser admittidos a concorrer os Doutores que tenham as habilitações do art. 66, quando haja menos de seis oppositores.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Abril de 1866.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o Dr. João Ribeiro de Almeida pede ser inscripto para o concurso, a que se vai proceder da cadeira de clinica interna dessa Faculdade, e sobre o qual V. S. informa favoravelmente em seu officio de 5 do corrente mez.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar que os Estatutos dessa Faculdade são claros; mandando no art. 62 abrir concurso somente entre os oppositores, quando estes sejam seis, ou mais, podendo porém ser admittidos a concorrer os Doutores que tenham as habilitações do art. 66, quando haja menos de seis oppositores.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S. — *Marquez de Olinda*. — Sr. Vice-Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 156.— GUERRA. — EM 17 DE ABRIL DE 1866.

Declara quaes as condições, em que devem ser abonadas vantagens de campanha a Officiaes na Provincia de S. Pedro do Sul.

Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Abril de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul, para os convenientes fins, e em resposta ao officio n.º 28 de 24 de Março ultimo, relativamente á duvida, que tem no pagamento de vantagens de campanha dos Officiaes, que a ellas se julgão com direito, fundando-se em ter o Presidente daquella Provincia sido abonado de taes vantagens como Com-mandante das Armas, que, tendo-se declarado por Aviso do 4.º de Julho de 1863 só terem direito á vencimentos de campanha, desde já as tropas existentes na fronteira de Missões, e desde a data da marcha as que seguirem para o mesmo destino; e portanto, abusivo o abono daquelles vencimentos, nessa Capital, e nas differentes guarnições.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 157.— GUERRA. — EM 18 DE ABRIL DE 1866.

Declara que os Commandantes das Armas devem ter sobre as Companhias de Operarios as mesmas attribuições que sobre os Arsenaes.

Directoria Central.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Abril de 1866.

Entrando V. S. em duvida sobre a parte em que tenha de ingerir-se na organização das Companhias de Operarios Militares, creadas pelo Decreto

n.º 3553 de 9 de Dezembro do anno proximo passado, conforme V. S. expõe no officio n.º 35 de 20 de Março do corrente anno; declaro a V. S. para seu conhecimento e devida execução, que os Commandantes das Armas devem ter sobre aquellas Companhias de Operarios as mesmas attribuições que sobre os Arsenaes.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Commandante das Armas da Provincia do Pará.

N. 158.—GUERRA.—EM 18 DE ABRIL DE 1866.

Dá providencias ácerca dos pagamentos relativos á compras de cavalladas para o serviço de guerra.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1866.

Para evitar pagamentos em duplicata para compras de cavallada, declaro a V. S. que ficão suspensas, durante a guerra, as instrucções contidas no Aviso de 12 de Novembro de 1863 na parte em que se exigem tres vias de documentos para aquelle fim; devendo d'ora em diante passar-se uma só via do conhecimento de compra, com o qual a parte haverá o pagamento na Repartição competente. Se porém já tiverem sido expedidós por mais de uma via, esses serão unicamente pagos na Provincia do Rio Grande do Sul.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Manoel Luiz Osorio.

N. 159. — FAZENDA. — EM 18 DE ABRIL DE 1866.

Declara que os extractos de escripturas de hypothecas, apresentadas para o registro, não estão isentos do sello fixo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 30 de Dezembro ultimo, sob n.º 49.393, no qual V. Ex. consulta se deve tornar extensiva ás demais Comarcas da Provincia a decisão dada pelo Juiz de Direito da de Vassouras de que os extractos de escripturas de hypothecas apresentadas para o registro estão isentos do sello fixo; declaro a V. Ex. que á vista da lata disposição do art. 59 § 2.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, relativa a qualquer documento ou papel, não se podem considerar como isentos de imposto os referidos extractos, de que falla o art. 53 § 2.º do Regulamento de 26 de Abril de 1863.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 160. — FAZENDA. — EM 19 DE ABRIL DE 1866.

Não é permittido aos Thesoureiros, nas letras de saques sobre o Thesouro, alterarem as formulas estabelecidas. ≡

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina para restituir a quantia de 6:000\$000 ao tomador da letra, de que trata o seu officio n. 32 de 28 de Março ultimo, Antonio Joaquim Wanzeller, que a reclamou, sendo a restituição feita á vista da propria letra; quanto ás depezas de protesto, sendo certo que muito

irregularmente se procedeu, declarando na letra que ella seria paga — em notas do Thesouro —, apartando-se a Thesouraria da formula usada e sempre aceita sem contestação — em moeda corrente — formula que não devêra ser alterada sem ordem superior; ordena ao Sr. Inspector que faça indemnizar taes despesas pelo Thesoureiro da referida Thesouraria, que a ellas deu causa, devendo advertil-o pelo seu irregular procedimento. E por esta occasião, declara ao Sr. Inspector, que não compete ao Thesoureiro fazer nas letras as especificações da moeda em que devem ser pagas, e nem acrescentar-lhes clausulas exigidas pelas partes, como elle praticou e confessa na informação de 22 de Março proximo passado, remettida com officio de 28 do mesmo mez à Directoria Geral da Contabilidade; porquanto, como é expresso no art. 24 do Decreto n. 870 de 22 de Novembro de 1851, limita-se a sua attribuição em tal assumpto ao cumprimento das ordens que lhe forem transmittidas pelo Sr. Inspector, a quem unicamente compete attender ou não ás reclamações dos tomadores de saques; declara finalmente ao Sr. Inspector, que d'ora em diante os saques sobre o Thesouro só poderão ser feitos com a clausula do pagamento em moeda corrente, como se tem sempre praticado, sendo responsavel o respectivo Thesoureiro pela falta de cumprimento desta determinação.

João da Silva Corrêa.

N. 461.—FAZENDA.—EM 49 DE ABRIL DE 1866.

Permitte que o brigue argentino *Buenos-Ayres* receba neste porto carga com destino a Uruguayana, por baldeação em Montevideo; e declara que esta especie se acha implicitamente incluída no Decreto n.º 3631 de 27 do mez passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 49 de Abril de 1866.

Em deferimento á petição de Souza Irmão & Rocha, consignatarios do brigue argentino *Buenos-Ayres*, a que se refere a informação da Inspectoria da Al-

alfandega da Côrte de 48 do corrente, permita o Sr. Inspector interino da mesma Alfandega que a bordo do dito brigue se receba carga com destino á Uru-guayana, por baldeação em Montevidéo; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que esta especie se acha implicitamente incluída no Decreto n.º 3634 de 27 de Março proximo passado.

João da Silva Carrão.

N. 162.— GUERRA. — EM 20 DE ABRIL DE 1866.

Manda abonar uma ração ao Porteiro interino do Arsenal de Guerra da Bahia nos dias, em que pernoitar naquelle estabelecimento.

N. 143.— Directoria Central.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho a declarar a V. Ex. que fica approvada a deliberação por V. Ex. tomada de mandar abonar pelo rancho dos menores do Arsenal de Guerra dessa Provincia, uma ração ao Porteiro interino do mesmo Arsenal Manoel Ignacio Lisboa, nos dias em que pernoitar naquelle estabelecimento, conforme V. Ex. expõe em seu officio n.º 48 de 27 de Março ultimo, que assim fica respondido.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 163.—FAZENDA.—EM 23 DE ABRIL DE 1866.

Approva a nomeação que fez a Presidência do Amazonas de Manoel Alfredo Ferreira da Cruz para Escrivão da Mesa de Rendas de Tabatinga, attenta a distancia em que a dita Mesa se acha da Capital do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 440 de 23 de Outubro ultimo, que attenta a distancia em que se acha da Capital do Imperio a Mesa de Rendas de Tabatinga, fica approvada a nomeação de Manoel Alfredo Ferreira da Cruz para Escrivão da mesma, feita pela Presidencia da Provincia, embora até o presente tenham sido taes nomeações da iniciativa do Ministerio da Fazenda.

João da Silva Carrão.

N. 164.—FAZENDA.—EM 23 DE ABRIL DE 1866.

Nota as faltas que commetteu a Thesouraria das Alagoas no termo de fiança do respectivo Thesoureiro, e manda suspender a este do exercicio, até ser-lhe tomada a fiança de conformidade com as disposições da Lei Hypothecaria e seu Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 28 de 16 de Março ultimo, que o termo de fiança do respectivo Thesoureiro, lavrado a 10 do dito mez, revela que muito pouca attenção se deu na mesma Thesouraria á Legislação de Fazenda e á Lei Hypothecaria com seu regulamento, o que é para estranhar. A nova Lei das Hypothecas no art. 3.º § 5.º concede á Fazenda Publica a hypotheca legal sobre os bens immoveis

dos seus responsaveis, sem fiadores, e manda no § 40 do citado artigo que ella seja especializada; não podendo as hypothecas conforme o systema adoptado pela mesma Lei, com excepção das legaes que não forem especializadas (art. 2.º § 6.º), referir-se senão a bens presentes (art. 2.º § 10 e art. 4.º). Errarão, portanto, a seus deveres os funcionarios que no termo da fiança se referirão a «bens de fiadores havidos e por haver para ficarem legalmente hypothecados á Fazenda Nacional», e que, como é de presumir-se do dito officio, consentirão que o Thesoureiro continuasse na posse do emprego sem estar especializada e inscripta a hypotheca legal nos immoveis dos fiadores. Além disto o termo de fiança não declara que os fiadores se responsabilisão como principaes pagadores, sendo aliás sabido e certo, mesmo segundo as leis fiscaes, que os fiadores são responsaveis solidariamente só quando se tem obrigado como «principaes pagadores» e por conseguinte que semelhante omissão offende os interesses da Fazenda Publica.

Cumpre, portanto, que o Sr. Inspector, suspendendo o Thesoureiro faça reformar o termo de fiança no sentido indicado, e expeça as providencias precisas para ser quanto antes especializada e inscripta, nos termos do art. 437 e seguintes do Regulamento de 26 de Abril de 1865, a referida hypotheca legal, e não consinta que o Thesoureiro entre novamente em exercicio sem plena certeza de que a gerencia se acha garantida por uma hypotheca legal: especializada e inscripta de immoveis livres e sufficientes, e que não possa ser preferida por outro titulo, recommendando ao Procurador Fiscal todo o zelo e cuidado no competente processo no tocante á prova da propriedade, da qualidade dos immoveis, de que se achão livres e desembargados, e á sua avaliação, tendo muito em vista os arts. 424, 438 e seguintes, e 235 e 242 do citado Regulamento; porquanto, a segurança da Fazenda Publica depende nas hypothecas legaes do exacto e fiel cumprimento dos deveres não só das Thesourarias de Fazenda, como dos referidos Agentes e das autoridades judiciais na apreciação dos mencionados requisitos, e dos officiaes do registro no acto da inscripção.

João da Silva Carrão.

N. 463. — FAZENDA. — EM 24 DE ABRIL DE 1866.

Trata de um recurso, que foi indeferido, a respeito de 50 caixas com garrafas de xarope não medicinal submettidas a despacho como contendo vinho doce.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1866.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveu indeferir o recurso de Guerreiro Lima & C.^a, interposto da decisão dessa Inspectoria que lhes impôz a multa de direitos dobrados, de conformidade com o art. 25 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, combinado com o art. 533 do Regulamento das Alfandegas, por se haver verificado, na conferencia da sahida, que as 50 caixas com garrafas de vinho doce submettidas a despacho continhão xarope não medicinal; porquanto, se a legislação citada pune a simples differença de quantidade, quando esta excede de 20\$000 de direitos, com maior razão deve punil-as quando esta acha-se complicada com uma differença de qualidade, como se dá no caso presente. E se os volumes de xarope e vinho doce tinhão a mesma marca, por isso mesmo devia o despachante ser mais cauteloso, para não levar á porta os mais caros pelos mais baratos.

Nem os recorrentes podem soccorrer-se da ignorancia, quando tinhão as marcas do fabricante para guiar-se, e indicar ao Fiel quaes os volumes com vinho, tanto mais quanto estes tinhão sido os conferidos e examinados pelo Stereometra.

A não ter sido descoberta a differença, teria passado o xarope por vinho; e verificando-se depois que as outras 50 caixas também continhão vinho, estava consummado o extravio dos direitos; e nem pôde aproveitar aos recorrentes a circumstancia de terem a mesma data as duas notas, porque isso poderia ser feito de industria para o caso de ser descoberta a troca das mercadorias.

João da Silva Carrão.



N. 166.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 25 DE ABRIL DE 1866.

Proroga até o ultimo de Dezembro do corrente anno o prazo para a substituição, sem desconto, das notas de 5\$000 da 4.^a estampa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que o prazo para a substituição, sem desconto, das notas de 5\$000 da 4.^a estampa, fica prorogado até o ultimo de Dezembro do corrente anno, devendo começar do 1.^o de Janeiro de 1867 o desconto progressivo de 40 por cento, na fórma da lei, alterada assim a Circular n.^o 48 de 40 de Novembro de 1865.

João da Silva Carrão.

N. 167.—FAZENDA.—EM 25 DE ABRIL DE 1866.

Manda advertir a Directoria do Banco do Maranhão pela demora na remessa dos respectivos balanços, e pela inobservancia do modelo appenso ao Decreto n.^o 2679 de 3 de Novembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—A Directoria Geral da Tomada de Contas trouxe ao meu conhecimento, pela representação de 7 deste mez, que a Directoria do Banco estabelecido nessa Provincia tem deixado de cumprir os §§ 1.^o e 2.^o do art. 1.^o do Decreto n.^o 2679 de 3 de Novembro de 1860, não só por ser tardia em remetter ao Thesouro os balanços que devem ser publicados até o dia 8 do mez seguinte áquelle em que as operações se effectuárão, como tambem por não observar o modelo appenso ao mesmo Decreto.

A falta de cumprimento do § 1.º é visível porque só em 7 de Março entrou no Thesouro o balanço de Dezembro de 1865, e em 4 do corrente mez o de Janeiro proximo passado; não tendo ainda chegado o de Fevereiro, que devia ser publicado até 8 de Março.

A inobservancia do § 2.º fica evidente por não ter a Directoria do Banco desenvolvido a conta de caixa, constante da relação do activo e passivo pertencente ao mez de Janeiro.

Convem, portanto, que V. Ex. na fôrma do art. 4.º do mencionado Decreto, dê as providencias necessarias para que estes factos não se reproduzam.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão*.—
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 168.—FAZENDA.—EM 25 DE ABRIL DE 1866.

Revalidação de uma escriptura de compra e venda de dous predios, visto ter-se dado por parte do comprador hypotheca dos mesmos para garantia do resto do preço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso do Bacharel Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, interposto da decisão da Recebedoria da Côrte, na parte em que o sujeitou ao pagamento de 608\$425 de revalidação da escriptura de 27 de Fevereiro ultimo, pela qual comprou dous predios aos administradores da massa fallida de Antonio José Alves Souto & C.^a; e o mesmo Tribunal:

Considerando que do instrumento resulta: 1.º a venda dos predios feita pela massa fallida ao recorrente pelo preço certo de 15:000\$000, parte á vista parte fiado; 2.º a hypotheca feita á massa pelo comprador dos mesmos predios, devedor do seu preço: pacto adjecto para firmeza da transacção; 3.º a compensação convencional estipulada entre os dividendos que o recorrente credor tinha de receber da massa, e o preço da venda que o recorrente devedor delle tinha de pagar á mesma massa:

Considerando que taes estipulações são disposições independentes, e que não derivão necessariamente umas das outras; e portanto sujeitas ao sello proporcional, nos termos do art. 13 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860;

Considerando, finalmente, que da venda pagou-se a siza, e portanto nos termos do art. 38 § 4.º do Regulamento ficou isenta do sello proporcional; mas que este imposto era inquestionavelmente devido da hypotheca nos termos do art. 13 e 1.º, 3.ª classe do mesmo Regulamento, que não se mostra ter sido pago;

Resolveu indeferir o recurso e confirmar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Administrador da mesma Recebedoria para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.

N. 469. — MARINHA. — AVISO DE 23 DE ABRIL DE 1866.

Resolve duvidas suscitadas ácerca do pagamento do premio devido pelo alistamento de aprendizes marinheiros.

4.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ás duvidas suscitadas pelo capitão do porto dessa Província em officio ao Quartel General, datado de 11 de Novembro ultimo, ácerca da occasião de effectuar-se o pagamento do premio conferido pelo alistamento de praças para a Companhia de aprendizes marinheiros e da pessoa, que deve receber tal premio, cumpre que V. Ex. declare áquelle official que, da combinação do art. 10 § 4.º do Decreto n.º 1517, de 4 de Janeiro de 1855, com os arts. 49 e 20 § 4.º do Decreto n.º 1591, de 14 de Abril do mesmo anno, re-

sulta que aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer, unicamente é devido o premio, e isso quando fôr estipulado em contracto, não tendo lugar, sendo as praças alistadas por qualquer outra forma.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Paula da Silveira Lobo*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 170.—GUERRA. —EM 26 DE ABRIL DE 1866.

Declara que o Director da Fabrica da Polvora da Estrella, quando tiver de informar requerimentos de escravos da Nação pedindo carta da liberdade, deve logo mandar proceder a avaliação dos mesmos escravos.

N. 33.—Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Abril de 1866.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e devida execução, que deve mandar proceder a avaliação da escrava da nação Luzia, que se acha ao serviço dessa Fabrica da Polvora, e cujo requerimento foi por Vm. informado em data de 23 do corrente; ficando Vm. na intelligencia de que d'ora em diante deve adoptar-se a regra de serem immediatamente avaliados os escravos da nação, cujos requerimentos pedindo carta de liberdade, tenham de ser presentes á esta Secretaria de Estado.

Deus Guarde a Vm. —*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Antonio de Castro Vianna.

N. 171.—FAZENDA.— EM 26 DE ABRIL DE 1866.

Exige que os relatorios e balancetes dos estabelecimentos bancarios contenhão os esclarecimentos que indica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Representou-me a Directoria Geral da Tomada de Contas em data de 7 do corrente mez que os relatorios e balancetes dos estabelecimentos bancarios não podem servir para o fim a que são destinados sem que contenhão esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

- 1.º O Banco é de emissão ou de desconto?
- 2.º Qual o acto que approvou seus estatutos?
- 3.º Qual é o capital creado e realizado?
- 4.º A que tempo pertence o relatorio e balancetes enviados?
- 5.º Qual é o fundo disponivel?
- 6.º Qual a importancia da emissão, declarando-se se houve excesso e por que razão?
- 7.º A referida emissão foi superior á carteira e por que?
- 8.º Que transacção fez em descontos?
- 9.º Qual a taxa média destes?
10. Emquanto montão os depositos, segundo suas especies, e qual o juro que por elles paga?
11. Qual o saldo em caixa, e em que valores?
12. A quanto monta o fundo de reserva?
13. A quantos por cento sahirão os dous ultimos dividendos, e sua importancia?
14. Emquanto importão os titulos de letras ajuizadas, firmas fallidas, titulos em liquidação e outros deste genero?
15. A importancia destas contas obriga a sociedade a uma liquidação?
16. Qual a cotação das acções do Banco?
17. Que movimento tiverão as transferencias destes titulos?
18. Houve redução de emissão, na fórmula da Lei de 22 de Agosto de 1860?
19. Houve substituição de Directores, na fórmula da mesma Lei, e como?
20. Emquanto importão os premios de descontos recebidos, que, segundo a dita Lei, devem fazer parte

dos lucros do semestre em que se vencerem os títulos descontados?

De accordo com aquella Directoria, recommendo a V. Ex. que tome as necessarias providencias para que nos futuros relatorios e balancetes do Banco dessa Provincia sejam attendidos os quesitos que acaão de ser formulados.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

—Semelhantes ás Presidencias da Bahia, Maranhão, S. Pedro, e Rio de Janeiro, bem como ás Directorias dos Bancos da Côrte.

N. 172.—FAZENDA.—EM 26 DE ABRIL DE 1866.

Trata da indemnização de uma caixa com fazendas posta a consumo, enquanto pendia de decisão superior um recurso sobre a qualificação das mesmas; e manda que no exame, conferencia e classificação das mercadorias para a venda em hasta publica se declare o seu valor official.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1866.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte que foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de J. P. Lacase, interposto da decisão dessa Inspectoria que lhe negou a indemnização de uma caixa com fazendas, que pela mesma Alfandega, apoiando-se no art. 399 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, fôra posta a consumo enquanto pendia de decisão do Tribunal o recurso da questão de qualificação suscitada na conferencia, nos termos do art. 559 § 6.º e 773, com effeito suspensivo; e o mesmo Tribunal:

Considerando que o art. 399 não pôde deixar de ser entendido de accordo com os arts. 773 e 559 § 6.º do Regulamento;

DESIÇÕES DE 1866.

Considerando que a respeito dos volumes em taes circumstancias é expresso o art. 362 do Regulamento, e, portanto, que essa caixa foi illegalmente arrematada, sendo responsavel por esse facto, e obrigado a indemnização devida á parte o Administrador das Capatazias;

Resolveu dar provimento ao recurso, para o effeito de ser o recorrente indemnizado do producto da arrematação, deduzida a armazenagem, e o mais que fôr devido nos termos do art. 293 § 1.º e seguintes, e art. 42 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863.

Por esta occasião julgo conveniente recommendar ao Sr. Inspector que dê as necessarias ordens para que no exame, conferencia e classificação das mercadorias para a venda em hasta publica se declare o valor official da mercadoria, e na falta d'elle que seja arbitrado pelos mesmos Conferentes o valor que deverá ter e servir de base para a arrematação; cumprindo que faça advertir o Administrador das Capatazias pelo descuido e negligencia em fazer recolher ao armazem especial os volumes sobre cujos despachos ha recursos pendentes de decisão do Thesouro.

João da Silva Carrão.

N. 173.—FAZENDA.— EM 26 DE ABRIL DE 1866.

Ianda que na Alfandega de Santa Catharina se passe para a renda de exportação quantias alli caucionadas pelos carregamentos de dous navios que, sendo despachados para o Rio Grande, entrarão por arribada em Montevideó, onde descarregarão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia de S. Pedro de 28 de Março ultimo, a que acompanhou o do Inspector da Alfandega da Cidade do Rio Grande, acerca da descarga

que fizerão em Montevideo com permissão do respectivo Consul, a polaca nacional *S. Pedro*, procedente de Santa Catharina, e o patacho tambem nacional *Espadarte*, da Laguna, entrados naquella porto por arribada, o primeiro de 7.935 alqueires de farinha e 4.000 achas de lenha, e o segundo de 3.900 alqueires de farinha, ambos com direcção ao porto daquelle primeira cidade, visto como pelo destino que foi dado á semelhantes generos do paiz, ficarão elles sujeitos aos direitos de exportação; ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, que faça desde logo a respectiva Alfandega passar para a renda de exportação as quantias cautionadas por taes carregamentos.

João da Silva Carrão.

N. 474.—FAZENDA.—EM 27 DE ABRIL DE 1866.

O levantamento de dinheiro de orphãos deve effectuar-se pela Estação por onde o mesmo dinheiro entrou.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Abril de 1866.

A' vista do precatório de levantamento dirigido por esse Juízo ao Thesouro a favor do Capitão Domingos Alves Ramos; declaro a Vm. para sua intelligencia e devidos effeitos, que devendo os dinheiros dos cofres dos Orphãos ser entregues pela Estação por onde entrão na fórma do art. 6.º das Instruções n.º 51 de 12 de Maio de 1842, á Collectoria de Rezende compete effectuar o referido levantamento, mediante requisição do respectivo Juiz de Orphãos.

Ficão, todavia, dadas as precisas ordens para que seja levantada a penhora que foi ordenada sobre o emprestimo, de cujo levantamento trata o referido precatório.

Deus Guarde a Vm. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. Dr. Juiz Municipal da 1.ª vara da Côrte.

N. 173. — GUERRA. — EM 28 DE ABRIL DE 1866.

Declara que o soldo do Official reformado em caso nenhum deve deixar de ser abonado, inclusive na prisão, pronuncia ou condenação, excepto o desconto da metade quando em tratamento nos Hospitaes Militares, na forma das disposições vigentes.

Directoria Central. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. —
Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Abril de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado declarar ao Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, que em deferimento á supplica do Major reformado do Exercito Antonio Francisco de Souza Magalhães, deve mandar-lhe restituir a importancia do meio soldo, que deixou de receber durante o tempo que respondeu a Conselho de Guerra, e esteve cumprindo sentença de tres mezes de prisão a que foi condemnado, sendo perdoado por Decreto de 31 de Janeiro deste anno; visto que todos os assentos e provisões do Conselho Supremo Militar, que se achão em pleno vigor, estabelecendo o principio em geral admittido, de que o soldo do Official reformado é a remuneração de serviços anteriormente prestados ao Estado determinão que em nenhum caso deixe de ser abonado, inclusive na prisão, pronuncia ou condenação exceptuando-se apenas o desconto de metade quando doentes em tratamento nos Hospitaes Militares.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 176.—GUERRA.—EM 30 DE ABRIL DE 1866.

Manda fazer extensiva aos Officiaes expedicionarios para Mato Grosso a disposição do art. 7.º do Decreto n.º 1878 de 31 de Janeiro de 1837, a respeito do (abono para) cavalgadas de pessoa, ou bestas de bagagem.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Abril de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado, Declarar á Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, que aos Officiaes expedicionarios para a mesma Provincia, e que receberão quantitativos para cavallos de pessoa e bestas de bagagem na fórma do art. 7.º do Decreto n.º 1878 de 31 de Janeiro de 1837, deve ser trancada a carga que tiverem fazendo-se-lhes novo abono da remonta, cujo tempo de duração começará a ser contado da data da competente recepção, uma vez provado legal e concludentemente, na fórma do mesmo artigo, que as cavalgadas de pessoa ou bestas de bagagem morrerão ou se inutilisarão em acto de legitimo serviço militar ou das consequencias delle.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 177.—FAZENDA.—EM 30 DE ABRIL DE 1866.

Competencia da autoridade judicial para intervir nos processos das fianças dos responsaveis da Fazenda Publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se sirva expedir as ordens convenientes declarando que, embora continue a ser da competencia do Tribunal do Thesouro e Thesourarias de Fazenda, na fórma dos arts.

2.º do Decreto de 20 de Novembro de 1850,
4.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851, e
3.º do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, accei-
tar ou rejeitar as fianças que lhes forem offercidas
pelos responsaveis da Fazenda Publica, para se la-
vrarem os precisos termos de contracto de fiança,
d'onde resulta a hypotheca legal sobre os bens im-
moveis dos fiadores, conforme o art. 3.º § 5.º da
Lei Hypothecaria de 24 de Setembro de 1864, e 436
§ 7.º do Regulamento de 26 de Abril de 1865, tal
aceitação não inhibe a autoridade judicial compe-
tente de apreciar, como entender de justiça, com
plena e inteira independencia, a qualidade e suf-
ficiencia dos bens, seu valor, e quaesquer outros
requisitos necessarios para a especialização e ins-
cripção da referida hypotheca nos termos do art.
157 e seguintes do citado Regulamento; sendo o
motivo desta requisição o ter-se entendido erra-
damente que, depois daquella aceitação, deve o Juiz
competente no processo da especialização limitar-se
á avaliação dos bens.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 178. — FAZENDA. — EM 30 DE ABRIL DE 1866.

Manda proceder nos termos do Regulamento das Alfandegas
contra os commandantes dos navios de guerra, que mandarem
atracar seus escaleres aos paquetes antes da visita da saude.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Ja-
neiro em 30 de Abril de 1866.

Representando o Inspector da Saude do porto
contra o abuso que praticão alguns commandantes
de navios de guerra surtos neste porto, mandando
atracar á bordo dos paquetes os seus escaleres
antes da visita da saude; e convindo pôr termo a
semelhante procedimento, que aliás pôde dar lugar

à importação de qualquer epidemia; cumpre que o Sr. Inspector interino da Alfandega da Corte faça observar religiosamente as disposições do art. 369 do Regulamento das Alfandegas, impondo multas aos infractores.

O que lhe tenho por muito recommendado.

João da Silva Carrão.

N. 179.—IMPERIO.—EM O 1.º DE MAIO DE 1866.

Declara que a nomeação de um cidadão para o cargo de Presidente de Província não importa a perda do de Vice-Presidente.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em o 1.º de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio reservado de V. Ex. n.º 4 de 27 de Fevereiro ultimo declaro-lhe que a nomeação de V. Ex. para o cargo de Presidente dessa Província não importa a perda do de Vice-Presidente, e que portanto não pôde realizar-se a nomeação da pessoa que V. Ex. propõe para servir este ultimo cargo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Presidente da Província de Mato Grosso.

N. 180.—GUERRA.—CIRCULAR EM 2 DE MAIO DE 1866.

Declara que aos Officiaes de Comissão, dispensados do serviço do Exercito, se deve abonar unicamente soldo e etapa.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Maio de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesou-

rarias de Fazenda para seu conhecimento e execução, que aos Officiaes de Commissão, que forem dispensados do serviço do Exercito, se deve abonar unicamente o soldo e etapa correspondente ao tempo necessario para recolherem-se aos lugares de suas residencias.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 181.— GUERRA. — EM 2 DE MAIO DE 1866.

Declara quaes os vencimentos, que devem ser abonados aos Officiaes de Commissão, dispensados do serviço do exercito.

N. 179. — Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Maio de 1866.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos que aos Officiaes de Commissão, que forem dispensados do serviço do Exercito, se deve abonar unicamente o soldo e etapa correspondentes ao tempo necessario para recolherem-se aos lugares de suas residencias: ficando Vm. prevenido de que neste sentido se expede uma Circular, nesta data, ás Thesourarias de Fazenda.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 182. — FAZENDA. — EM 4 DE MAIO DE 1866.

Os Presidentes de Provincias não podem mandar abonar ajudas de custo a empregados de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas.

para seu conhecimento e devidos effeitos, que não foi approvedo o acto da Presidencia da mesma Provincia, mandando abonar a quantia de 600\$000 como ajuda de custo a Antonio Honorio Ferreira por occasião de retirar-se da commissão em que se achava de Administrador da Mesa de Rendas da Capital; porquanto, o Decreto do 4.º de Fevereiro de 1862, art. 5.º § 6.º, sómente lhe faculta mandar pagar as ajudas de custo dos Deputados e Magistrados, e não dos empregados de Fazenda; ficando o Sr. Inspector advertido por se não ter opposto áquella despeza, e antes informado favoravelmente ao pagamento que teve lugar. Nesta data se expedem as necessarias ordens para que seja a Fazenda Nacional embolsada da quantia que lhe ficou devendo aquelle empregado, em consequencia desse indevido abono.

João da Silva Carrão.

—Communicou-se a deliberação á Presidencia por Aviso da mesma data.

N. 183.—FAZENDA.—EM 7 DE MAIO DE 1866.

Declara que uns empregados da Alfandega de Paranaguá, designados para coadjuvarem o expediente da Thesouraria de Fazenda da Provincia, só tem direito á ajuda de custo de transporte; mas que esta não lhes devia ter sido paga sem autorização do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Maio de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 20 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, datado de 2 de Março ultimo, transmittindo os requerimentos em que José Alexandre Pereira Codeço e José Ferreira de Barros, 2.º Conferente, e 3.º Escripturario da Alfandega de Paranaguá, pedem pagamento da ajuda de custo de

preparos de viagem; declara ao Sr. Inspector que aquelles empregados só tem direito ao transporte que lhes mandou abonar a referida Thesouraria como consta do respectivo officio n.º 4 de 2 de Janeiro do corrente anno, pois não forão nomeados, nem removidos, nem mandados servir como addidos, mas unicamente designados para coadjuvarem o expediente da Thesouraria com todos os seus vencimentos da Alfandega de Paranaguá. Declara outrossim ao mesmo Sr. Inspector que não devia ter mandado abonar ajuda de custo de transporte aos ditos empregados, sem preceder ordem especial do Thesouro para esse fim, porquanto sómente a este compete autorizar semelhantes despezas; ficando, não obstante, approvado o pagamento feito, com tanto que se tenha verificado na fôrma da circular n.º 2 de 25 de Janeiro deste anno; e autorizado o Sr. Inspector para pagar o transporte dos mesmos empregados no seu regresso á repartição a que pertencem.

João da Silva Carrão.

N. 184.—GUERRA.—EM 7 DE MAIO DE 1866.

Manda fazer extensivo o abono de uma ração ao Ajudante do Porteiro do Arsenal de Guerra da Bahia.

N. 46.—Directoria Central.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Approvando a deliberação tomada por essa Presidencia, á vista do Aviso de 21 de Outubro de 1864, e dos precedentes que se tem dado, de mandar fazer extensivo o abono de ração pelo rancho dos Menores do respectivo Arsenal de Guerra, ao Ajudante do Porteiro do mesmo Arsenal, Hermenegildo da Silva Penna Filho; assim o declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 28 de 16 do mez proximo passado,

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 483.—GUERRA.—EM 8 DE MAIO DE 1866.

Autoriza o fornecimento dos objectos precisos para a aula theorica do deposito de Aprendizizes artilheiros, mediante pedidos directamente apresentados no Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 480.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1866.

Mande V. S. fornecer, para a aula theorica do deposito de Aprendizizes artilheiros, os objectos constantes dos inclusos pedidos sob as letras A B apresentados pelo Commandante daquelle deposito; ficando V. S. autorizado, para satisfazer regularmente taes objectos, mediante pedidos directamente apresentados nesse Arsenal.

Deus Guarde a V. S.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Francisco Antonio Raposo.



N. 186.—IMPERIO.—EM 9 DE MAIO DE 1866.

Approva varias decisões dadas pelo Presidente da Provincia de Mato Grosso sobre duvidas eleitoraes, entre outras a que diz respeito a incompatibilidade da accumulção do cargo de Juiz de Paz ao de Official da Guarda Nacional que estiver commandando corpos destacados para o serviço de guerra.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 9 de Maio de 1866.

Hlm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio n.º 42 de 26 de Fevereiro ultimo, com o qual V. Ex. remette uma copia do que dirigio ao Presidente da Camara Municipal da Cidade de Poconé, proferindo as seguintes decisões sobre a presidencia e convocação da Junta de Qualificação da Parochia da mesma cidade.

1.^a Que a convocação da Junta competia ao Juiz de Paz mais votado, embora substituto do Juiz Municipal, devendo cessar o exercicio da vara durante a

presidencia da mesma Junta, na conformidade do que prescreve o Aviso deste Ministerio n.º 43 de 7 de Janeiro de 1861.

2.ª Que, sendo o 2.º Juiz de Paz Commandante do Corpo da Guarda Nacional destacado no referido Municipio, pelo que devia ser considerado como Official do Exercito em serviço activo, não podia exercer o cargo de Juiz de Paz á vista do Decreto de 25 de Junho de 1831, e Aviso n.º 41 de 26 de Janeiro de 1861.

3.ª Que, segundo o preceito do art. 7.º das Instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849, qualquer que fosse o motivo por que os dous Juizes de Paz mais votados deixarão de fazer a convocação da Junta, devêra ella ser verificada pelo seu legitimo substituto.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approva as referidas decisões, attentas as razões em que ellas se fundarão. Outrosim approva o mesmo Governo a deliberação que V. Ex. tomou de ordenar que a reunião da Junta se celebrasse na segunda Dominga de Abril, devendo effectuar-se na segunda Dominga do mez de Julho proximo futuro a do Conselho Municipal de Recursos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* —
Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 187.—FAZENDA.—EM 9 DE MAIO DE 1866.

Determina que as contas do Ministerio da Marinha com a Typographia Nacional sejam documentadas com os pedidos que dêrem origem ás encomendas, e os recibos que comprovarem as entregas nas repartições do mesmo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Maio de 1866.

Em conformidade do Aviso da Ministerio da Marinha de 28 de Abril proximo passado, fique o Sr. Administrador da Typographia Nacional na intelligencia de que as contas do mesmo Ministerio, que

no futuro apresentar para o respectivo pagamento, devem ser documentadas com os pedidos que derem origem ás encomendas, e os recibos que comprovarem as entregas nas Repartições competentes, conforme foi recommendado em Aviso de 31 de Maio de 1862; no caso, porém, de que haja necessidade de ficarem na Typographia os pedidos e recibos passados pelas Repartições a que dizem respeito, deverá exigil-os em duplicata, a fim de que seja um delles junto ás contas.

João da Silva Carrão.

N. 188.—FAZENDA.— EM 9 DE MAIO DE 1866.

As nomeações dos empregados de Fazenda em serviço de campanha estão sujeitas ao sello, direitos de 5 %, e emolumentos; sendo que o sello devido pelas que tem o caracter de provisórias é o fixo, e não o proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á duvida do Chefe interino da Pagadoria do Exercito em operações, de que V. Ex. trata em seu Aviso de 28 de Abril proximo passado, tenho de communicar a V. Ex., que se confirma a doutrina do Aviso do Ministerio a seu cargo de 5 de Janeiro ultimo, pelo qual se declarou sujeitas ao sello, direitos de 5 %, e emolumentos as nomeações dos empregados de Fazenda em serviço de campanha, por ser isso de accordo com as disposições em vigor. Releva, porém, observar que, se as nomeações de que se trata tem o caracter de provisórias, não são sujeitas ao sello proporcional, mas unicamente ao fixo.

Deus Guarde a V. Ex.— *João da Silva Carrão.*—
Sr. Angelo Moniz da Silva Ferraz.

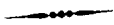
N. 489.—FAZENDA.—EM 42 DE MAIO DE 1866.

As Thesourarias não devem entregar a pessoa alguma as quantias que se destinarem a quaesquer obras, mas ir pagando as despesas respectivas á proporção que se fizer o serviço dentro do exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 42 de Maio de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco n.º 57, de 6 de Março proximo passado, no qual communica ter reconhecido, na tomada das contas do Chantre da Cathedral de Olinda, José Joaquim Camello de Andrade, a quem entregara no exercicio de 1864—65 a somma de 44:003\$800 para as obras da mesma Igreja, que uma parte dessa somma, na importância de 3:454\$980, fôra despendida no actual exercicio; e vistos os Avisos do Ministerio do Imperio de 22 de Março e 24 de Abril; autoriza o dito Sr. Inspector para escripturar a mencionada quantia de 3:454\$980 no corrente exercicio. Observa-lhe, porém, que em casos semelhantes não deve entregar á pessoa alguma as quantias que se destinarem a quaesquer obras, mas ir pagando as despesas á proporção que se fizer o serviço dentro do exercicio, não só para exercer sobre a despesa a fiscalização que lhe compete pela Legislação em vigor, mas também para poder em tempo solicitar novo credito ou a continuação do que faltar para a conclusão das obras, se ellas tiverem de comprehender mais de um exercicio; cumprindo-se, quanto fôr possível, por essa occasião, o que se determinou na Circular n.º 297 de 13 de Outubro de 1864.

João da Silva Carrão.



N. 190.—JUSTIÇA.—CIRCULAR EM 12 DE MAIO DE 1866.

Declara que no § 2.º do art. 11 do Regulamento de 30 de Dezembro de 1863, se comprehendem tambem os mappas parciaes de que trata o § 2.º do art. 9.º

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro 12 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se na impressão do Regulamento de 30 de Dezembro do anno passado, omittido no § 2.º do art. 11, os julgamentos dos crimes de responsabilidade; e devendo a estatística resentir-se necessariamente de semelhante omissão: Manda Sua Magestade o Imperador Declarar que no § 2.º do referido art. 11 se comprehendem tambem os mappas parciaes, de que trata o § 2.º do art. 9.º
O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de ...

N. 191.—GUERRA.—EM 14 DE MAIO DE 1866.

Autoriza a transferencia dos Aprendizes menores, que desertarem, para a Companhia de Aprendizes artilheiros.

N. 492.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Maio de 1866.

Em resposta ao officio n.º 239 de 8 do corrente, em que V. S. me communica terem-se apresentado mais dous aprendizes menores dos cinco, que fugirão desse Arsenal de Guerra; declaro a V. S. para seu conhecimento e execução, que fica autorizado a transferir para a Companhia de Aprendizes artilheiros não só os referidos menores, como quaesquer outros, que desertarem.

Deus Guarde a V. S. —*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Francisco Antonio Raposo.

N. 192.— FAZENDA.— EM 17 DE MAIO DE 1866.

Os (empregados das) Capatazias não tem o caracter de empregados publicos: são meros jornaleiros que vencem salarios sujeitos a desconto nos casos de faltas, embora motivadas por serviço publico da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 22 de Março ultimo, que, não tendo os empregados das Capatazias o caracter de empregados publicos, sendo meros jornaleiros que vencem salarios, outro não podia ser o procedimento da Inspectoria da Alfandega da Córte quando mandou descontar a Joaquim José Moreira do Nascimento os respectivos salarios nos dias em que faltou à Repartição, embora por motivo de serviço publico da Guarda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.— *João da Silva Carrão.*—
Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 193.— FAZENDA.— CIRCULAR DE 17 DE MAIO DE 1866.

Determina que as Thesourarias de Fazenda comuniquem ao Thesouro as entregas, que effectuarem, de quantias provenientes dos recolhimentos feitos, nas caixas militares das forças em operações, por officiaes e praças do exercito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, considerando a necessidade que sente o mesmo Thesouro de ter conhecimento das quantias que se entregão a particulares nas Thesourarias de Fazenda, provenientes de recolhimentos feitos nas caixas militares das forças em operações dentro ou fóra do Imperio por officiaes ou praças do exercito, e cujas entregas são man-

dadas effectuar por Avisos ou ordens expedidas ás mesmas Thesourarias pelo Ministerio da Guerra; ordena aos Srs. Inspectores das referidas Thesourarias que communiquem ao Thesouro, á medida que se forem cumprindo as ordens do mencionado Ministerio relativas a taes entregas, as importancias assim despendidas, com declaração dos nomes das pessoas que as remettêrão, e das que recebêrão, e das datas dos Avisos que as autorizá-
rão, a fim de poder-se liquidar a conta de movimentos de fundos desta natureza com as respectivas caixas militares.

João da Silva Carrão.



N. 194.— FAZENDA. — EM 18 DE MAIO DE 1866.

Permite o despacho livre de direitos de tres volumes, contendo trastes de uso de um Official da Armada, que regressou de uma commissão na Europa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1866.

Em deferimento ao que requereu o 4.º Tenente da Armada Francisco Jorge da Silva Araujo, permitta o Sr. Inspector interino da Alfandega da Côte que lhe sejam entregues livres de direitos tres volumes, contendo trastes que estiverão em seu uso durante a commissão em que se achou na Europa, e que vierão com elle na mesma embarcação.

João da Silva Carrão.



N. 495.—FAZENDA.—EM 18 DE MAIO DE 1866.

Os impostos devidos nos casos de aposentadoria, só serão cobrados á vista do título declaratório do vencimento expedido pelo Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1866.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que nos casos de aposentadoria não devem os respectivos impostos ser cobrados senão á vista do título declaratório do vencimento expedido pelo Thesouro.

João da Silva Carrão.

N. 496.—IMPERIO.—EM 19 DE MAIO DE 1866.

Ao Vice-Director da Faculdade de Medicina da Côrte, remetendo copia do Decreto pelo qual foi confirmada, em grão de recurso, a decisão do Ministerio do Imperio de 17 de Abril proximo passado sobre a interpretação do art. 62 dos Estatutos das Faculdades de Medicina do Imperio.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Maio de 1866.

Remetto a V. S., para seu conhecimento, a inclusa copia do Decreto de 18 do corrente, pelo qual não se deu provimento ao recurso interposto pelo Dr. João Ribeiro de Almeida da decisão deste Ministerio, de 17 do mez passado, indeferindo o requerimento em que o mesmo Doutor pediu lhe fosse permittido inscrever-se para o concurso da cadeira de clinica interna dessa Faculdade.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Vice-Director da Faculdade de Medicina da Côrte.

Decreto a que se refere o Aviso supra.

Sendo-Me presente o requerimento de recurso que o Dr. João Ribeiro de Almeida interpoz da decisão do Ministerio do Imperio de 17 de Abril proximo

passado, pela qual foi indeferida a sua pretensão de inscrever-se para o concurso da cadeira de clinica interna da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por não pertencer á classe dos Oppositores da mesma Faculdade que actualmente são nove; e Conformando-Me pela Minha Immediata Resolução de 11 do corrente com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 28 de Abril proximo passado: Hei por bem declarar, de conformidade com o art. 46 do Regulamento n.º 424 de 3 de Fevereiro de 1842, que a decisão recorrida estando conforme com a letra e espirito do art. 62 dos Estatutos das Faculdades de Medicina do Imperio, o recurso carece de fundamento para ser deferido favoravelmente.

O Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

N. 197.—GUERRA.—EM 21 DE MAIO DE 1866.

Declara que as praças, quér effectivas, quér addidas, quando forem excusas do serviço, continuem a receber uma etapa até què sigão para as suas Províncias.

N. 132.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Maio de 1866.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca, que determinei aos Corpos existentes na Córte que as praças, quér effectivas,

quer addidas, quando forem escusas do serviço, continuem a receber uma etapa diaria até que sigão para as suas Provincias; devendo ser de 15 dias o maximo de semelhante abono.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 198.—GUERRA.—EM 21 DE MAIO DE 1866.

Declara que as licenças concedidas em virtude de inspecção de saude devem ser entendidas com vencimento de soldo e etapa.

N. 139.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Maio de 1866.

Em solução ao officio de 19 do corrente, em que Vm. consulta que vencimentos competem ao Tenente Coronel João Baptista de Souza Braga durante os tres mezes da licença que obteve; declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos, que as licenças concedidas em virtude de inspecção de saude devem ser entendidas com vencimento de soldo e etapa sempre que não houver restricção expressa.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 199.—MARINHA. — AVISO DE 22 DE MAIO DE 1866.

Declara que não são devidos emolumentos aos membros da commissão de exame e vistoria dos navios do commercio.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1866.

Trazendo a Presidencia da Provincia do Paraná ao conhecimento deste Ministerio, em officio de 3 de Fevereiro ultimo, a representação, que lhe di-

rigira o Capitão do Porto em data de 16 de Novembro do anno passado, pedindo esclarecimentos ácerca da pratica, que alli achara estabelecida, de perceber-se emolumentos pelo exame e vistoria dos navios do commercio, de que trata o art. 459 da Lei n.º 556, de 25 de Junho de 1850, a fim de serem repartidos pelos membros da respectiva commissão, porquanto não encontrava disposição alguma, que tal autorizasse, declaro a V. S. que só nos casos, em que a lei expressamente confere emolumentos, podem estes ser cobrados, e pois, embora exista a antiga pratica em contrario, e embora fiquem mais onerados, sem retribuição, os empregados, que fazem taes exames, quér na Côrte, quér nas Provincias, não tem lugar semelhante cobrança. Cumpre, portanto, que esta disposição seja geralmente observada.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco de Paula da Silveira Lobo*. — Sr. Capitão de Mar e Guerra, Capitão do Porto da Côrte, e Provincia do Rio de Janeiro.

N. 200.—FAZENDA.—EM 24 DE MAIO DE 1866.

Declara fundada em disposições do Regulamento das Alfândegas a resolução da Presidencia do Pará, relativamente á quina importada na mesma Provincia, procedente da Republica da Bolivia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 16 de Abril proximo passado, acompanhado das cópias dos officios trocados entre o Presidente da Provincia do Pará e o Prefeito do departamento de Beni, na Bolivia, a respeito da isenção de direitos para a quina de inferior qualidade trazida daquella Republica para a mencionada Provincia; tenho de comunicar a V. Ex., para os fins convenientes, que a Resolução do referido Presidente

declarando que a quina importada na Província do Pará daquelle procedencia é isenta de direitos de consumo, funda-se na disposição do art. 512 § 27 do Regulamento das Alfandegas; convindo acrescentar que tambem está isenta do direito de expediente em virtude do art. 625 § 4.º

Tambem se funda na disposição do art. 635 a declaração da Presidencia de que a quina assim importada fica sujeita aos direitos de exportação como genero nacional, com a unica excepção do § 1.º n.º 6 deste artigo, se tiver de ser exportada para qualquer dos paizes limitrophes.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*
—Sr. José Antonio Saraiva.

N. 291.—GUERRA.—EM 26 DE MAIO DE 1866.

Solvendo daviidas relativamente a organização de um ponto especial de instrução de 2.ª ordem de caçadores a cavallo na Província da Bahia.

N. 24.—Directoria Central.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio n.º 40 de 4 do corrente, em que submette á consideração deste Ministerio as duas duvidas apresentadas pelo Commandante das Armas dessa Província, relativamente á organização de um deposito especial de instrução de 2.ª ordem de caçadores a cavallo, como determinou o Aviso de 20 de Fevereiro ultimo, declarou a V. Ex. para os convenientes fins que quanto á 4.ª duvida devem as praças do Esquadrão provisório de Cavallaria formar aquelle deposito, não obstante o numero dellas exceder do respectivo plano; porquanto este excedente póde ficar aggregado no dito deposito para ir preenchendo as faltas, que se derem, ou ser remettido para aqui com destino aos Corpos em campanha, e que, quanto á 2.ª e ultima

duvida, não devem as respectivas praças ser empregadas em serviços policiaes, e sómente nos de organização e defeza, e remettidas para os Corpos, que lhes forem designados, não obstante qualquer objecção, e qualquer que seja a instrucção, que houverem obtido, mas em numero tal que não desfalque o referido deposito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 202.—GUERRA.—EM 28 DE MAIO DE 1866.

Dá providencias sobre o pagamento de soldo dos Officiaes reformados do Exercito, visto não poderem ser actualmente expeditas com promptidão as respectivas patentes.

CIRCULAR.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Havendo actualmente demora na expedição das patentes dos Officiaes dos Corpos arregimentados do Exercito, que são reformados, pela falta de fês de officio, que se não podem passar, por estarem todos os Corpos em campanha; devem as Thesourarias de Fazenda, na conformidade da Circular do Thesouro n.º 16 de 20 de Fevereiro de 1861, proceder, a requerimento das partes, a arbitramento do soldo de reforma, á vista de certidões passadas pelos Commandantes de Armas, ou sala das ordens; podendo estas certidões ser extrahidas do que constar dos Almanaks Militares e informações semestraes de conducta: o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 203.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.— EM 28 DE MAIO DE 1866.

Dá solução ao pedido de (prolongamento da) estrada de ferro
de S. Paulo e mudança da estação terminal.

N. 26.— Directoria das Obras Publicas e Nave-
gação.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos
Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Pu-
blicas em 28 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Com o officio de V. Ex. de 28
de Abril ultimo sob n.º 39 me foi presente a repre-
sentação da Camara Municipal da cidade de Jun-
diah, que versa sobre o prolongamento da via
ferrea dessa Provincia e mudança da estação ter-
minal para as proximidades da mesma Cidade, e
à vista das considerações da mesma Camara e do
que á este respeito informou o Engenheiro Fiscal
não duvida o Governo Imperial deferir o seu pedido,
com tanto que a Companhia por esse pequeno pro-
longamento da estrada não exija augmento de ca-
pital garantido. O que lhe communico para seu
Governo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Dr. Antonio Francisco de
Paula Souza.*— Sr. Presidente da Provincia de
S. Paulo.

N. 204.— GUERRA.— EM 28 DE MAIO DE 1866.

Declara quaes as vantagens, que competem aos Officiaes do
Corpo de Engenheiros, de Estado Maior de 1.ª e 2.ª classes,
em disponibilidade addidos ao Quartel General.

N. 455.— Directoria Central.— 4.ª Secção.— Minis-
terio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro em
28 de Maio de 1866.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e execução,
em resposta ao seu officio de 9 do corrente, que
os Officiaes do Corpo de Engenheiros do Estado Maior

de 1.^a e 2.^a classes em disponibilidade addidos ao Quartel General, só tem direito ás vantagens geraes se tiverem exercicio autorizado pelo Governo Imperial.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 203. — GUERRA. — EM 29 DE MAIO DE 1866.

Declara quaes os direitos, a que estão sujeitas as nomeações dos Empregados de Fazenda em serviço de campanha.

Directoria Central. — 4.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio de 24 de Março ultimo, com que V. Ex. submetteu á deliberação deste Ministerio a duvida suscitada pelo Chefe interino da Pagadoria Militar junto ao Corpo de Exercito sob o commando de V. Ex., a respeito de estarem, ou não, comprehendidos na doutrina do Aviso de 5 de Janeiro deste anno, relativamente ao pagamento de sello, direitos e emolumentos, os Empregados de Fazenda, em serviço de campanha, que naquella qualidade já satisfizerão semelhante imposto; declaro a V. Ex., que a resposta é affirmativa, não sendo, porém, as nomeações de que se trata sujeitas ao sello proporcional, mas unicamente ao fixo, se tiverem o caracter de provisórias, conforme me informa o Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 9 do corrente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Barão de Porto Alegre.

N. 206. — JUSTIÇA. — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1866.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Decide que o estrangeiro não pôde ser advogado perante os Tribunaes do Imperio.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.
— Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o officio dessa Presidencia de 9 de Janeiro deste anno, propondo a questão — se um estrangeiro pôde ou não ser advogado perante os Tribunaes do Imperio —, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 11 do corrente mez, sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir negativamente, á vista das razões constantes da mesma Consulta, impressa no *Diario Official* n.º 413, aqui incluso, razões derivadas do Aviso de 7 de Outubro de 1828 e do art. 7.º do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Thomaz Nabuco de Araújo*. — Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

N. 207. — JUSTIÇA. — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1866.

Ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.
— Decide que a Camara Municipal de S. Jeronymo deve receber o juramento de um protestante, nomeado supplente do Juiz Municipal.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. —
Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o officio dessa Presidencia de 6 de Dezembro do anno passado, communicando que a Camara Municipal do Termo de S. Jeronymo não quiz receber o juramento do supplente do Juiz Municipal, João Carlos Moré, por ser protestante, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 18

do corrente mez, sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Decidir, pelas razões constantes da mesma Consulta, por cópia inclusa, que a referida Camara Municipal não procedeu bem, mas deve receber o referido juramento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 208. — JUSTIÇA. — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Resolve a duvida da Camara Municipal do Rio Preto — se devia ou não dar posse a dous cidadãos, nomeados substitutos do Juiz Municipal, porque residem em uma parochia, que, por nova divisão territorial, pertence a outro Municipio.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 20 de Fevereiro deste anno, communicando ao Ministerio dos Negocios do Imperio ter resolvido negativamente a duvida, proposta pela Camara Municipal do Rio Preto, que consultára se devia ou não dar posse á dous cidadãos, que forão nomeados substitutos do Juiz Municipal, por isso que residem em uma parochia, que, por alteração da divisão territorial, passou a pertencer á outro Municipio.

O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 18 do corrente mez, Decidir que a duvida está resolvida pelo Aviso n.º 246 de 10 de Novembro de 1853, não permittindo o art. 3.º do Decreto n.º 649 de 21 de Novembro de 1849 fazer novas nomeações durante o quatriennio, enquanto não estiver totalmente esgotada a lista dos primeiros nomeados, ainda quando algum delles já não tenha domicilio no Termo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 209.—FAZENDA.—EM 29 DE MAIO DE 1866.

O calculo dos (vencimentos de inactividade dos) empregados aposentados é da exclusiva competencia do Thesouro Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido declarado no Decreto de aposentadoria do 2.º Official da Secretaria de Estado do Ministerio a cargo de V. Ex., José Feliciano França, expedido pela mesma Secretaria em 4 do corrente, o quantum do vencimento que compete ao referido empregado; e sendo este procedimento contrario ás claras disposições das Imperiaes Resoluções de Consulta do Conselho de Estado que conferem ao Thesouro a attribuição de calcular os vencimentos de inactividade dos empregados aposentados; rogo a V. Ex. se sirva dar suas ordens para que não continue semelhante pratica.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*—Sr. Marquez de Olinda.

N. 210.—FAZENDA.—EM 4 DE JUNHO DE 1866.

Sobre um caso de indemnização de mercadorias indevidamente arrematadas como de consumo na Alfandega da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, e em additamento á Portaria de 26 de Abril ultimo:

4.º que a decisão do Tribunal do Thesouro, communicada pela dita Portaria, reconheceu o direito de J. P. Lacaze á indemnização das mercadorias que por terem sido arrematadas como de consumo, quando aliás não estavam em taes circumstancias, não lhe forão entregues pela Alfandega;

2.º que das disposições citadas pela Portaria é applicavel ao caso a do art. 293 § 2.º do Regulamento a que se refere o art. 297, em cuja disposição está comprehendida a especie, porque, embora não houvesse criminoso extravio da mercadoria, dá-se todavia falta de sua prompta e fiel entrega; e portanto a importancia da indemnização tem de ser estimada por arbitramento, na forma do art. 293 § 2.º; e

3.º que é principio aceito e reconhecido pela legislação fiscal, que a obrigação de indemnizar o proprietario das mercadorias damnificadas ou desenhadas; mas que a Fazenda Publica é responsavel immediatamente pela garantia da integral solução do valor fixado (art. 293 § 1.º) ou arbitrado (art. 293 § 2.º e 297), havendo porém a competente indemnização dos empregados responsaveis pelo damno ou extravio, sem prejuizo de qualquer outro procedimento que no caso couber, conforme as circumstancias do facto, como a prisão (art. 296 e 297) e o processo crime.

João da Silva Carrão.

N. 211. — FAZENDA. — EM 4 DE JUNHO DE 1866.

Manda entregar aos herdeiros (do Padre José da Silva de Oliveira Rollim) o resto do producto dos bens que lhe forão confiscados na Provincia de Minas em 1790.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o requerimento transmitido com officio da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes de 12 de Agosto do anno passado, sob n.º 58, em que Antonio Rodrigues de Aguiar pede que o Thesouro lhe mande entregar duas quartas partes da quantia de 4:384\$733, resto do producto dos bens confiscados na mesma Provincia em 1790 ao Padre José da Silva de Oliveira Rollim; e funda o seu direito a uma dessas partes na disposição testamentaria pela qual foi instituido herdeiro

universal por uma das filhas do dito Padre, D. Marianna Vicência da Silva Oliveira, a qual com Antonio José da Silva, neto, e Domingos José Augusto e Maria da Silva dos Prazeres e Oliveira, filhos do mesmo Padre, fôra instituída herdeira no testamento com que elle falleceu em 1835; e á outra parte no facto de ter D. Marianna Vicência sobrevivido á sua Mãe D. Quiteria, a qual sobrevivera á dita D. Maria da Silva dos Prazeres, sua filha e do mesmo Padre: — considerando que a questão sobre a prescrição da divida suscitada pela mesma Thesouraria já foi resolvida por deliberação deste Ministerio de 17 de Agosto de 1863, entendendo-se que aquella quantia ficára em deposito nos cofres publicos, em face da Lei de 24 de Outubro de 1832 art. 97, que mandou entregar desde logo a quem houvesse de pertencer, os bens confiscados na citada Província e que ainda existião incorporados nos proprios da Nação; e portanto que a divida não prescrevera: attendendo a que D. Marianna Vicência, foi instituída nomeadamente no testamento do dito Padre: attendendo mais a que o supplicante Aguilar foi instituído tambem nomeadamente universal herdeiro de D. Marianna Vicência, no testamento com que falleceu em 1859; termos estes em que o seu direito á quota da divida que tocara á finada credora como herdeira do Padre Rollim, não depende de habilitação: mas, considerando que D. Maria da Silva dos Prazeres falleceu em 1833, antes do testador; circumstancias estas em que, sendo fallecida na época da abertura da successão do Padre, era incapaz de succeder-lhe; e não podendo aproveitar á sua mãe o direito de representação, nenhum direito tinha esta á mesma successão por parte de sua filha predefuncta: e portanto nenhum direito podia a mãe commun transmittir á filha D. Marianna Vicência: ordena ao Sr. Inspector da mencionada Thesouraria, que mande pagar: 1.º ao referido Aguilar, uma terça parte da quantia em deposito que tocou a D. Marianna Vicência; e 2.º aos outros dous herdeiros Antonio José da Silva e Domingos José Augusto, ou a quem de direito fôr, a cada um uma terça parte que lhes compete do mesmo deposito.

João da Silva Carrão.

N. 212.—FAZENDA.—EM 6 DE JUNHO DE 1866.

Os bens dos escravos da Nação que fallecem pertencem á Nação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1866.

Em resposta aos Avisos de V. Ex. de 2 e 8 de Maio proximo passado, acompanhados, aquelle do officio do Director da Fabrica da Polvora da Estrella—consultando se devia entregar ao irmão de um escravo fallecido na mesma Fabrica a quantia de 2\$240, que se encontrou em poder deste, e do requerimento em que a escrava da Nação, Maria Simão, pede se lhe mande entregar a caderneta da Caixa Economica pertencente a seu marido, escravo da Nação, que tambem falleceu; e este do requerimento em que Ovidio José de Santa Rita pede seja-lhe entregue outra caderneta da mesma Caixa, que pertencia a sua mulher, a escrava da Nação de nome Luduvina, fallecida na enfermaria daquelle estabelecimento, tenho de comunicar a V. Ex. que pertencendo a Nação os bens deixados pelos seus escravos, que fallecerem, conforme já foi declarado por Ordem do Thesouro de 43 de Fevereiro de 1850 não pôde ter lugar a entrega das quantias e cadernetas reclamadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão*.—Sr. Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 213.—FAZENDA—CIRCULAR DE 6 DE JUNHO DE 1866.

Manda vigorar no exercicio de 1866—1867, e nquanto outra cousa não fôr resolvida, a distribuição do credito feita para o corrente exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores

das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que fica em vigor para o exercício de 1866—1867 a distribuição de credito feita para o corrente exercicio, enquanto outra cousa não fôr resolvida.

João da Silva Carrão.

N. 214.—FAZENDA.—EM 7 DE JUNHO DE 1866.

Dispensa os Paquetes da Real Companhia Britannica de apresentação do manifesto das mercadorias que de Pernambuco e Bahia transportarem para este porto, e vice-versa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1866.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, em deferimento ao que requereu a Real Companhia Britannica de Paquetes a vapor, foi-lhe concedida a isenção de apresentarem os mesmos Paquetes o manifesto das mercadorias que de Pernambuco e Bahia transportarem para este porto, e vice-versa, em consequencia de permissão feita ás embarcações estrangeiras pelo Decreto n.º 3631 de 27 de Março do corrente anno, guardadas as cautelas recommendadas na Portaria de 4 de Agosto do anno passado, n.º 214.

João da Silva Carrão.

Expedirão-se ordens no mesmo sentido ás Thesourarias da Bahia e Pernambuco.

N. 213.—FAZENDA.—EM 7 DE JUNHO DE 1866.

Permite que o vapor americano *Tijuca* toque no porto de Iguape para carregar e descarregar as mercadorias declaradas nos §§ 1.º e 2.º do art. 318 do Regulamento das Alfandegas, e desembarcar passageiros e sua bagagem conforme o § 4.º do mesmo artigo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento á petição de João Cancio Pereira Soares, consignatario do vapor americano *Tijuca*, ordena ao Sr. Inspector da Alfandega de Santos, que permita o referido vapor tocar no porto de Iguape, e carregar e descarregar as mercadorias declaradas nos §§ 1.º e 2.º do art. 318 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e desembarcar passageiros e sua bagagem designados no § 4.º do dito artigo; devendo o mesmo Sr. Inspector ordenar á Mesa de Rendas de Iguape que no despacho das mercadorias se guardem as regras prescriptas para os generos de cabotagem, verificando se já foram pagos os direitos de consumo nos termos do § 4.º do mencionado artigo.

João da Silva Carrão.

Idêntica a Paranaguá para o porto e Mesa de Rendas de Antonina.

N. 216.—FAZENDA.—EM 7 DE JUNHO DE 1866.

Desde que as Juntas de qualificação de votantes encerrão os seus trabalhos, cessa para os Empregados de Fazenda que fizerão parte dellas, o motivo justificado da falta de comparecimento ás Repartições a que pertencem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao

seu officio n.º 46 de 9 de Março ultimo, que os Empregados de Fazenda que fizerem parte das Juntas de qualificação de votantes, e não se apresentarem nas suas Repartições no dia seguinte áquelle em que as Juntas derem por encerrados os trabalhos da qualificação, não poderão perceber os vencimentos dos seus respectivos lugares, correspondentes aos dias em que faltarem ás Repartições a pretexto de se acharem extrahindo cópias dos ditos trabalhos, ou occupados em objectos a elles relativos; porquanto, desde que as Juntas deixão de reunir-se, cessa o motivo justificado da falta dos Empregados ás Repartições a que pertencem.

João da Silva Carrão.

N. 247. — GUERRA. — EM 8 DE JUNHO DE 1866.

Declara que, devendo considerar-se de primeira ordem o Commando da Guarnição de S. Gabriel, tem direito o respectivo Commandante ao abono dos vencimentos correspondentes áquella categoria.

Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Junho de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, Declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul que, devendo considerar-se de primeira ordem o Commando da Guarnição de S. Gabriel, tem direito o respectivo Commandante, Coronel Antonio Gomes Leal, ao abono dos vencimentos correspondentes áquella categoria.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 218.—FAZENDA.—EM 11 DE JUNHO DE 1866.

Declara não sujeita á siza a transferencia de uma casa, feita por um escravo a seu senhor em pagamento da liberdade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia de S. Pedro de 30 de Abril ultimo, sob n.º 72, participando ter a mesma Thesouraria respondido affirmativamente á consulta que lhe fôra feita pelo Collector da Cruz Alta—se devia exigir a siza da transferencia de uma casa, feita por um escravo a seu senhor em pagamento de sua liberdade, — informando que a referida casa fôra construida pelo mesmo escravo, que trabalhava sobre si, porém em terreno pertencente a seu senhor, e que foi por elle feita essa transferencia para aquelle fim, em consequencia de não achar comprador para a casa, depois de tel-a desfrutado como sua, alugando-a á diversos individuos; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, que no presente caso não se dá transferencia de immovel sujeita á siza; porquanto, o escravo adquire para o senhor sendo meramente proprietario do peculio, cuja administração e gozo é precario para o escravo, como já foi decidido pelo Thesouro na ordem n.º 46 de 13 de Fevereiro de 1850, expedida á Thesouraria do Piaulhy.

João da Silva Carrão.

N. 219.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1866.

(Emissão de) letras do valor de 200\$000 com o prazo de 6 mezes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que se emittão d'ora em diante, e emquanto se fizer necessaria esta provi-

dencia, letras do valor de 200\$000, com o prazo de 6 mezes, sendo extrahidas de livros de talão de 500 estampas cada um, rubricados pelos Directores Geraes do mesmo Thesouro, a quem este trabalho fôr distribuido, na fórma das Instrucções de 23 de Janeiro ultimo, e observando-se as disposições em vigor, concernentes á emissão de letras de outros valores.

João da Silva Carrão.

N. 220.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1866.

Sobre a inconveniencia de autorizar-se a construcção de um lanço junto da praça do mercado, no Largo do Paço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo em vista o que requer a Illma. Camara Municipal da Côrte, nos papeis que acompanhárão o Aviso de V. Ex. de 18 de Janeiro ultimo, e o que foi ponderado pelo Ministerio da Agricultura e pela Capitania do Porto a semelhante respeito, cabe-me declarar a V. Ex. que não me parece conveniente autorizar-se a construcção de um lanço junto da actual praça do mercado, como pretende a mesma Camara; porquanto irá uma tal construcção limitar o espaço presentemente aberto ao commercio dos generos que affluem diariamente áquella localidade com o embarque e desembarque dos mesmos, o que motivará reclamações da parte dos interessados, visto como achão-se inutilizados todos os pontos em que elles antigamente se fazião, ou por obras feitas e em andamento, ou por falta de agua. E como tambem excede do alinhamento do mercado para ambos os lados, irá de encontro igualmente aos legitimos interesses do proprietario do trapiche Maxwell, bem como aos outros edificios.

Além disso a obra projectada, quando realizada, prejudicará gravemente os edificios produzidos pela

construcção da dóca existente nessa localidade, que tão avultadas sommas custou ao Thesouro Nacional. E se por um lado poderá augmentar os rendimentos da Ilhma. Camara, violará por outro as suas proprias posturas sobre arruamentos e enfeiará notavelmente o Largo do Paço, uma das primeiras e mais frequentadas praças desta Cidade.

Por todas estas considerações não se pôde conceder á Ilhma. Camara o terreno de marinha sobre que ella pretende mandar construir o referido lanço.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. Marquez de Olinda.

N. 221. — FAZENDA. — EM 12 DE JUNHO DE 1866.

Manda advertir o Juiz que presidio á arrematação de uma fazenda nacional, por ter admittido ao acto um dos dous individuos que a arrematarão, como procurador do outro, sem que exhibisse procuração.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se verificado, em vista das informações exigidas da Thesouraria dessa Provincia, que na arrematação da fazenda — Mocambo — pelo Coronel Francisco de Paula da Fonsêca Vianna, por si e por seu pai José de Souza Vianna, não fôra exhibida a necessaria procuração deste, o qual falleceu antes de assignarem-se as letras, mas estando já assignado o auto de arrematação e passada a ambos a competente carta; haja V. Ex. de estranhar ao Juiz que presidio á arrematação a falta que commetteu — de admittir a semelhante acto um procurador sem procuração; falta da qual tem resultado embaraços á solução deste negocio; certo de que nenhuma advertencia mando fazer ao Fiscal pela falta de que se trata, visto já ter sido demittido o que para ella concorreu.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* —
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 222.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1866.

Declara ter sido julgada subsistente, pelas razões que menciona, a arrematação de que trata o Aviso antecedente, e dá providencias para poder ser um dos arrematantes considerado o unico, conforme requereu.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Minas Geraes, que conquanto seja certo que a arrematação da fazenda do — Mocambo — pelo Coronel Francisco de Paula da Fonseca Vianna por si e por seu pai José de Souza Vianna, apezar de já approvada pelo Aviso de 2 de Março de 1863, está nulla na parte relativa ao segundo dos arrematantes, pela falta da procuração, foi todavia, julgada subsistente, á vista do requerimento junto por cópia do mencionado Coronel, sendo alterada só para o effeito de ser elle considerado unico arrematante da fazenda; visto como, não estando pago o respectivo preço com a assignatura das letras, não se acha a mesma arrematação perfeita e acabada. E portanto, que deve elle requerer novo auto de arrematação e nova carta unicamente em seu nome; feito o que, aceitará as letras nos termos das Instruções de 23 de Julho de 1862 art. 4.º e Regulamento n.º 2944 de 27 de Junho do mesmo anno, art. 2.º parte 3.ª, correndo por sua conta as despezas judiciais assim accrescidas. Outrosim declara ao mesmo Sr. Inspector que, se o supplicante Coronel Fonseca Vianna, não comparecer a ratificar assim a arrematação em um prazo que a Thesouraria lhe marcará, poderá ter lugar o procedimento indicado pelas ordens anteriores, a requerimento do Procurador Fiscal com notificação sua, sob pena de ser julgada sem effeito a arrematação, o supplicante obrigado pela differença de preço em a nova, a que se deverá proceder, além das perdas e damnos, e a pagar o arrendamento que fôr arbitrado pelo tempo em que tem estado de posse da fazenda. Quanto ao modo de contar os prazos das letras e seus juros, sobre que consulta a Thesouraria em officio n.º 20 de 8 de Março do anno passado, estando já o dito Coronel de posse da fazenda,

do auto desta posse se deverá contar o prazo, levando-se em conta o decorrido, e contando-se os juros correspondentes a elle para o fim de serem accumulados aos que se deverão computar nas letras a passar, na fórma das Instrucções de 23 de Julho, art. 5.º

João da Silva Carrão.

N. 223.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1866.

Indefere o pedido do Banco da Bahia — de ser dispensado de restringir a sua emissão ao anno que ha de correr de Agosto proximo futuro a igual mez de 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1866.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo presente o officio do Conselho de Direcção do Banco da Bahia n.º 879 de 15 de Maio proximo passado, pedindo que, em vista das circumstancias excepcionaes em que ora se acha o paiz, se lhe dispense no anno que ha de correr de 22 de Agosto proximo futuro a igual dia do anno de 1867 de fazer restricção alguma na sua emissão ou na faculdade que tem de usar della attenta a diminuta cifra a que está reduzida; communico a V. Ex para seu conhecimento e para o fazer sciente ao mesmo Banco, que ao Governo Imperial não pertence resolver semelhante questão, visto que não ha na Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860 artigo algum que lhe dê semelhante faculdade; devendo portanto o referido Banco fazer nova redução de 6 %, além da que lhe fôra marcada por Aviso de 28 de Junho de 1865, que deverá ser realizada até 22 de Agosto de 1867, a qual dá para a circulação o limite de 2.016:600\$000.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.*—
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 224.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1866.

Os objectos que os Consules estrangeiros importão para seu uso estão sujeitos aos direitos respectivos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1866.

Em resposta ao officio que Vm. dirigio-me em 15 de Maio proximo passado, pedindo isenção de direitos de consumo a favor dos objectos que fizer importar para seu uso particular, tenho de declarar-lhe que, não competindo aos Consules os privilegios e isenções concedidas pelo art. 542 §§ 7.º e 8.º do Regulamento das Alfandegas aos Agentes Diplomaticos, e achando-se como quaesquer particulares obrigados ao pagamento de taes direitos, conforme já foi declarado nas Ordens n.ºs 432, 462 e 468 de 9 de Novembro de 1846, 46 e 22 de Abril de 1862; não póde ter lugar o favor que requer.

Deus Guarde a Vm.—Sr. B. F. Burton, Consul de S. M. Britannica.

N. 225.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1866.

Trata de um despacho de objectos importados para o estabelecimento de uma fabrica de ferro em Goyaz, e declara que estão elles sujeitos ao pagamento de direitos, exceptuados sómente dous arados ou charruas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 9 de Maio proximo passado, relativamente á res-tituição do que pagou na Alfandega da Côte o engenheiro Mario Augusto Rochet de direitos por objectos que importára para o estabelecimento de uma fabrica de ferro pelo methodo — Catalão — na Provincia de Goyaz; tenho de declarar a V. Ex. que, estando no caso de ser despachados livres de direitos

sómente os dous arados ou charruas, na fórma do art. 1431 da Tarifa, bem procedeu aquella Alfandega sujeitando os mais objectos a pagamento de direitos, sendo despachados como instrumentos, e *ad valorem*, segundo o art. 1439 da mesma Tarifa, o torno de ferro velho, balança e macaco.

Nem na Tarifa, nem no Regulamento ha disposição que favoreça a isenção de direitos pretendida para os outros objectos. Ferro fundido e em bruto, espingardas, polvarinhos e pistolas não podem ser considerados machinas proprias para lavrar a terra e preparar os productos da agricultura, segundo a expressão do § 30 do art. 512 do Regulamento e art. 1439 da Tarifa.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão*.
--Sr. Antonio Francisco de Paula Souza.



N. 226.— JUSTIÇA.— AVISO DE 13 DE JUNHO DE 1866.

Abolindo o uso de fitas nas cartas que transitão na Chancellaria do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1866.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Ordenar que desta data em diante seja applicada ás cartas deste Ministerio, que transitão na Chancellaria, a Resolução Imperial de Consulta do Imperio de 5 do mez findo, que dispensa a fita nos sellos pendentes; o que communico a Vm. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a Vm.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.— Sr. Director Geral interino da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.



N. 227.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1866.

Declara como deve ser escripturada uma quantia, que se achava em deposito na Alfandega de Paranaguá, proveniente da arrematação de um escaler da visita da Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 18 de Maio ultimo, no qual pede para que seja recolhido ao Thesouro Nacional, a fim de fazer parte do credito da verba—Pessoal e material da Policia—do exercicio corrente, a quantia de 13\$500 em deposito na Alfandega da Cidade de Paranaguá, na Provincia do Paraná, producto da arrematação em hasta publica do escaler inutilizado da visita da Policia ás embarcações no porto da dita Cidade; tenho a dizer a V. Ex. que este seu pedido não pôde ser satisfeito; porque, se a compra do escaler, arrematado ultimamente, teve lugar no referido exercicio, o producto da arrematação deve ser considerado—Despesa a annullar—; se porém tal compra se realizou em exercicios anteriores, reputa-se a citada quantia—Receita eventual—. Em caso nenhum, pois, o supracitado producto deve ser adicionado ao credito; communicando a V. Ex. que nesta data ordeno a Thesouraria de Fazenda do Paraná, que carregue na respectiva receita, como—Venda de generos e proprios nacionaes—, a mencionada quantia.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão.*
—Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 228.—FAZENDA.—EM 19 DE JUNHO DE 1866.

Regulariza o expediente das precatorias expedidas a favor da Fazenda Nacional, para levantamento de dinheiros pertencentes a mesma Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que no expediente das

precatórias expedidas a favor da Fazenda Nacional para levantamento de dinheiros pertencentes á mesma Fazenda, quando assim as partes interessadas preferirem fazer o pagamento dos impostos das heranças recolhidas ao Thesouro, ou se tornar necessario por qualquer outro motivo, se observe o seguinte:

Art. 1.º As precatórias de levantamento de dinheiros de defuntos e ausentes para pagamento de impostos serão expedidas a favor do Thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em duplicata passada pelo Escrivão do Juizo.

Art. 2.º Mandada cumprir a precatória, a 3.ª Contadoria, feitas as verbas para o pagamento da quantia deprecada, a remetterá á Thesouraria Geral e a guia em duplicata á Recebedoria, declarando na mesma guia ter sido aquella remettida para a Thesouraria Geral.

§ Unico. A caixa da Thesouraria Geral será creditada pela importancia da precatória e ao mesmo tempo debitada por igual quantia como Receita da Recebedoria.

Art. 3.º A Recebedoria fará a escripturação em receita á vista de uma das vias da guia, dando á parte interessada o conhecimento extrahido do talão e a outra via da guia com a nota do pagamento dos impostos para serem exhibidos em Juizo; e creditando o respectivo Thesoureiro por igual quantia entregue ao Thesouro por conta da renda do mez.

Art. 4.º Nenhuma deprecada, officio ou mandado será expedido para entrega de bens de defuntos e ausentes sem que conste pela exhibição do conhecimento e guia de que trata o art. 3.º o pagamento dos impostos devidos (Regulamento de 15 de Junho de 1839, art. 61).

Art. 5.º As precatórias para levantamento de dinheiros do cofre de depositos publicos para pagamento de impostos e outras dividas pertencentes á Fazenda serão tambem expedidas a favor do Thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em duplicata passada pelo respectivo Escrivão.

João da Silva Carrão.

N. 229.—JUSTIÇA.—CIRCULAR DE 19 DE JUNHO DE 1866.

Aos Presidentes dos Tribunaes do Commercio.—Firma a intelligencia do art. 44, Tit. unico do Código Commercial.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1866.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio do Presidente do Tribunal do Commercio do Maranhão, datado de 19 de Outubro de 1863, pedindo ser esclarecido sobre a seguinte duvida:—Se o Collegio Commercial pôde funcionar com menos de 20 Eleitores, e, no caso affirmativo, como obter esse numero, se os commerciantes não quizerem comparecer.—E o mesmo Augusto Senhor, por Sua Imperial e Immediata Resolução do 4.º do corrente, tomada sobre consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir que o Collegio Commercial não pôde funcionar com menos de 20 membros, conforme se acha regulado pelo art. 44 do titulo unico do Código Commercial, que dá como providencia, para o caso de se não reunir esse numero de commerciantes, o serem chamados aquelles que estiverem nas circumstancias prescriptas no mesmo artigo, uma vez que, feito um segundo annuncio, não se reunão pelo menos 20 commerciantes. O que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S. — *José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da....

N. 230.—FAZENDA.—EM 20 DE JUNHO DE 1866.

Approva o pagamento dos vencimentos do Administrador da Mesa de Rendas de Manãos, dos dias em que esteve ausente por serviço publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vistos os officios n.ºs 5 e 6 de 12

e 17 de Janeiro ultimo do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, e as Portarias da Presidencia de 9 de Dezembro e 13 do dito mez, declara ao mesmo Sr. Inspector que bem procedeu pagando ao Administrador da Mesa de Rendas de Manãos os vencimentos dos dias que esteve ausente em serviço publico; cabendo ao seu substituto as vantagens do art. 3.º do Decreto de 14 de Outubro de 1857.

João da Silva Carrão.

N. 231. — FAZENDA. — EM 20 DE JUNHO DE 1866.

Sobre os vencimentos do Escrivão da Mesa de Rendas de Manãos pela commissão de Administrador da de Tabatinga.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, n.º 4 de 5 de Janeiro ultimo, no qual informa sobre o requerimento em que Agostinho Rodrigues de Souza, Escrivão da Mesa de Rendas de Manãos, recorre da decisão do dito Sr. Inspector que lhe intimára a restituição da ajuda de custo de primeiro estabelecimento que recebera como Administrador interino da Mesa de Rendas de Tabatinga, designado pela Presidencia da Provincia, por constar dahi a pouco tempo a nomeação do Administrador effectivo por parte do Governo Imperial; e bem assim pede a gratificação do seu emprego, que deixara de perceber durante o exercicio da commissão, em consequencia de ter optado pela de Administrador de Tabatinga; visto o § 3.º do art. 1.º das Instruções de 16 de Janeiro de 1860; visto o art. 10 das Instruções de 24 de Julho de 1863: resolveu deferir o requerimento quanto á ajuda de custo, mas não no que diz respeito á gratificação do lugar de Escrivão.

E assim o communicando ao Sr. Inspector, ordena-lhe que estranhe ao referido Empregado o seu procedimento de fazer-se pagar da ajuda de custo de primeiro estabelecimento em Tabatinga, sem ordem da Thesouraria.

João da Silva Carrão.

N. 232.—FAZENDA.—EM 21 DE JUNHO DE 1866.

Adverte a Thesouraria do Ceará pelo seu procedimento relativamente ao contracto para as obras do armazem da Alfandega, indicando-lhe qual o processo a seguir-se em casos identicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará n.º 14 de 15 de Janeiro ultimo, transmittindo cópia do contracto para as obras do armazem da respectiva Alfandega; declara ao mesmo Sr. Inspector que, tendo a Junta da Thesouraria resolvido rejeitar o lance, unico offerecido, de Miguel Augusto Ferreira Leite, por entender que não era razoavel, e presumir que o orçamento da obra admittia abatimento maior de 3%, deveria adliar-se a praça para outro dia previamente annuciado, procurando-se obter no concurso de licitantes condições mais vantajosas á Fazenda Publica.

Que havendo o dito Ferreira Leite offerecido á Presidencia um lance com abatimento de seis por cento, e não estando a arrematação approvada pela Presidencia, cumpria que fosse admittido, annuciando-se nova praça com a precisa antecedencia.

E que, portanto, é extranhavel o procedimento do Sr. Inspector neste assumpto; cumprindo que em casos identicos siga o processo acima indicado, embora justifique a preferencia dada a Antonio da

Rosa Oliveira com a sua abonação e idoneidade, sendo o preço igual ao supradito lance de Ferreira Leite.

Outrosim, convém que o Sr. Inspector informe como procedeu a respeito da fiança deste contracto, prestada depois da nova Lei Hypothecaria, e que por conseguinte devia ter sido não por simples obrigação pessoal, mas com segurança real de hypotheca, ou penhores, ou depósitos de dinheiro.

João da Silva Carrão.

N. 233.—FAZENDA.—EM 21 DE JUNHO DE 1866.

Os empregados sujeitos a fiança não podem, sem que a prestem, tomar posse dos seus empregos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas n.º 22 de 5 de Fevereiro proximo passado, participando ter dado posse ao Thesoureiro da Mesa de Rendas de Manaus, com a condição de apresentar fiador dentro em dois mezes: declara ao dito Sr. Inspector que a lei não permite que se dê posse aos empregados sujeitos a fiança sem que a prestem; e que, portanto, faça o empregado de que se trata, presta-la quanto antes.

João da Silva Carrão.

N. 234.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1866.

Indica o modo de conceder-se a liberdade a um escravo, que a requereu, pertencente a massa fallida de um responsavel da Fazenda Nacional, ja fallecido, cujos bens forão sequestrados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o Aviso do Ministerio da Guerra de 7 de Abril ultimo, ao qual acompanhou o requerimento em que pede se lhe conceda liberdade o pardo João, escravo da massa fallida do finado José Semeão de Oliveira, cujos bens forão sequestrados para segurança de qualquer alcance na liquidação de suas contas, quando chefe da extincta Pagadoria Militar do Rio Grande do Sul e que, no respectivo inventario tocou em partilha á herdeira D. Emerenciana pela avaliação de 880\$000; declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda de S. Pedro do Rio Grande do Sul, que, não perdendo o responsavel devedor, pelo facto do sequestro para segurança da Fazenda, ou pelo da penhora, o dominio, nem a posse civil dos seus bens hypothecados legalmente, posto que fique privada da natural; e por outro lado detendo o depositario os bens em nome do devedor, é claro que não póde o Thesouro conceder a alforria que reclama o escravo sequestrado ao responsavel: mas em attenção ao favor que merece á causa da liberdade, deve ser autorizado o Procurador Fiscal para em Juizo consentir que a herdeira do responsavel, a quem tocou o escravo na partilha, o liberte, querendo, depois de recolher a deposito o respectivo preço, e ficando este subrogado ao escravo legalmente hypothecado á Fazenda Publica.

João da Silva Carrão.

N. 235.—FAZENDA.—EM 22 DE JUNHO DE 1866.

E' expressamente prohibido ao empregado de Fazenda escrever ou redigir papéis das partes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 12 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, datado de 3 de Fevereiro ultimo, ao qual acompanhou cópia da representação que lhe foi dirigida pelo Official da Secretaria da dita Thesouraria, Ignacio de Sá Soutto Maior e Araujo, relativa á resolução tomada pela Thesouraria sobre papéis alli apresentados a despacho escriptos com a letra daquelle Official; declara ao mesmo Sr. Inspector que foi approvada a sua decisão—de não poderem taes papéis ser escriptos ou redigidos pelo dito empregado, por estar ella de accordo com o disposto no art. 66 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, combinado com a Provisão de 29 de Janeiro de 1812, Ordem n.º 26 de 10 de Novembro de 1840, art. 78 do Decreto n.º 778 de 15 de Abril de 1831, e Ordem de 22 de Abril de 1854; e ordena ao mesmo Sr. Inspector, que não consinta que se reproduza semelhante facto, usando dos meios legais, e dando conta ao Thesouro, no caso de reincidencia, para se tomarem as precisas providencias.

João da Silva Carrão.

N. 236.—FAZENDA.—EM 23 DE JUNHO DE 1866.

A clausula de—receber—, nas procurações, contém virtualmente a de—dar quitação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 31 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Pro-

vincia de Minas Geraes de 47 de Abril ultimo, em que communica ter o Collector das Rendas Geraes do Municipio de S. João de El-Rei consultado a dita Thesouraria—se poderia pagar ao Procurador do Tenente Candido José Coelho de Moura a consignação de 25\$000 mensaes que o mesmo Tenente fizera a uma pessoa de sua familia, visto como não se declara na procuração o nome dessa pessoa, embora esteja elle mencionado na Ordem de pagamento existente na Collectoria; e bem assim ter a mencionada Thesouraria resolvido que não fosse aceita a procuração, por não conter ella a clausula de receber e *dar quitação*; declara ao mesmo Sr. Inspector que não procede a duvida a respeito da procuração apresentada para receber dos cofres publicos a referida consignação, duvida que suscitou a omissão da clausula de *dar quitação*; porquanto, além de outras razões de direito, este acto se acha virtualmente comprehendido no mandato para receber, como consequencia ou complemento; e assim, embora não esteja formalmente expresso na procuração, não se dá excesso dos limites do mandato, praticando-o o mandatario. Acresce que as Instruções de 30 de Março de 1849 no art. 2.º, exigindo —poderes expressos para receber e dar quitação—, declarão que esses poderes se conferem ou pela clausula geral de—receber o que se dever—de quaesquer repartições de Fazenda e estações publicas, ou pela especial de—receber o que se dever—em certa e determinada repartição.

João da Silva Carrão.

N. 237.—FAZENDA.—EM 23 DE JUNHO DE 1866.

Adverte a Thesouraria de Santa Catharina pelo seu procedimento, relativamente á fiança do Administrador e Thesoureiro do Correio, e determina que este seja suspenso até que a preste na forma da Lei.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o processo da fiança do

Administrador e Thesoureiro do Correio da Província de Santa Catharina, Francisco Duarte Silva, transmittido com officio n.º 43 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da mesma Província, de 3 de Maio ultimo; e constando que, tendo elle offerecido seus proprios immoveis avaliados, livres e desembargados, fôra admittido a assignar um termo, que se intitulou de fiança, em que comparecendo o dito Administrador disse que apresentava para sua fiança seus bens, e pelo Procurador Fiscal foi dito que os aceitava, dando-se tudo por concluido; observa que semelhante processo, além de irregular, demonstra que a Thesouraria não prestou attenção alguma ao novo regimem da lei hypothecaria, o que se extranha ao mesmo Sr. Inspector.

E certo que o responsavel podia garantir a gerencia com seus proprios bens, visto possuir immoveis; mas, recahindo sobre elles a hypotheca legal do art. 3.º § 5.º da Lei de 24 de Setembro de 1864, esta não pôde produzir effeito a respeito de terceiros, sem que se proceda á especialização e inscripção na fórma da mesma Lei e Regulamento de 26 de Abril de 1865, art. 157 e seguintes, e art. 218 e seguintes.

O termo lavrado, que erradamente se intitula de fiança,—porque a fiança é a promessa que faz um terceiro de satisfazer a obrigação do devedor para melhor segurança do credor—, é completamente inutil.

A hypotheca legal não resulta neste caso de tal termo, mas da nomeação que é o titulo constitutivo (Regulamento citado art. 136 § 7.º), e não pôde produzir effeito algum a respeito de terceiros, sem a referida especialização e inscripção.

Cumpre, portanto, que o Sr. Inspector suspenda o mencionado Administrador, e lhe ordene que proceda quanto antes á especialização e inscripção dos seus immoveis, na fórma das disposições citadas.

João da Silva Carrão.

N. 238.—FAZENDA.—EM 26 DE JUNHO DE 1866.

Declara ter-se concedido permissão ao Banco Commercial do Rio de Janeiro para arrecadar o sello de suas letras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda em 26 de Junho de 1866.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que ao Banco Commercial do Rio de Janeiro se concedeu permissão para arrecadar o imposto do sello de suas letras: ficando obrigado o mesmo Banco a entregar nessa Repartição, nos primeiros dez dias de cada mez, o producto das taxas arrecadadas no mez antecedente, acompanhado de uma nota da quantidade de titulos passados ou emittidos, e o valor delles, durante o dito mez, e a exhibir os livros da escripturação quando o Sr. Administrador queira conferir com elles a dita nota.

João da Silva Carrão.

N. 239.—GUERRA.—CIRCULAR EM 26 DE JUNHO DE 1866.

Declara que os voluntarios que, tendo servido no exercito de operações, forem dispensados do servico por motivos de moléstia, devem gozar das vantagens concedidas aos Guardas Nacionais.

Directoria Central.—1.^a Seccão.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Junho de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e execução, que por Sua immediata e Imperial Resolução de 22 do corrente, tomada sobre consulta da Seccão de Fazenda do Conselho de Estado, Houve por bem decidir que os voluntarios que, tendo ser-

vido no Exército de operações, forem dispensados do serviço por motivos de molestias, devem gozar das vantagens concedidas aos Guardas Nacionais, isto é, tem direito á percepção do soldo e etapa até regressarem a seus domicílios, ficando comprehendidos na regra geral os empregados publicos; e bem assim que, se pelo contrario forem dependentes da propria vontade os motivos, que os dispensarem do serviço do Exército, em tal caso não ha fundamento para se lhes conceder o mesmo beneficio, nem para perceberem os vencimentos dos seus empregos os que os tiverem, emquanto não entrarem no effectivo exercicio delles.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 240. — GUERRA. — EM 27 DE JUNHO DE 1866.

Declara que a 3.^a observação da tabella annexa ao Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1900, de 7 de Março de 1857, refere-se ao Secretario do Corpo de Saude do Exército e não aos Secretarios dos encarregados das Repartições de Saude nos Exercitos.

Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Referindo-se ao Secretario do Corpo de Saude do Exército, e não aos Secretarios dos encarregados das Repartições de Saude nos Exercitos, a 5.^a observação da tabella annexa ao Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1900 de 7 de Março de 1857 para o mesmo Corpo, nenhum direito tem o Dr. Manoel Martins dos Santos Penna, 1.^o Cirurgião de Commissão, á gratificação especial que reclama, como Secretario da Repartição de Saude do 2.^o Corpo de Exército em operações contra o Paraguay: o que declaro a V. Ex., para seu conhecimento, e a fim de o fazer constar áquelle Cirurgião.

ao qual deverão continuar a ser abonados os vencimentos, que está percebendo, e são os que lhe competem, de conformidade com a 6.^a observação da referida tabella.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Barão de Porto Alegre.

N. 244. — GUERRA. — Em 27 DE JUNHO DE 1866.

Declara que as vantagens de Major da Praça do Presídio de Fernando de Noronha devem ser reguladas pelo posto do Official que exercer tal commissão.

Directoria Central. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministério dos Negocios da Guerra em 27 de Junho de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, Declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, que o Capitão Manoel Joaquim Bello, Major da Praça do Presídio de Fernando de Noronha, deve continuar a perceber as vantagens de Estado Maior de 2.^a classe, que recebia como Ajudante, visto não estarem ainda autorizados por Lei os vencimentos marcados no novo Regulamento; na intelligencia de que as vantagens de Major da Praça devem ser reguladas pelo posto do official, que exercer tal commissão.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 212.—FAZENDA.—EM 28 DE JUNHO DE 1866.

As filhas dos Officiaes do exercito e da armada, embora casadas antes da morte de seus pais, tem direito ao meio soldo ou montepio deixado por elles, não existindo filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de 18 annos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1866.

Transmitte a V. S., para a devida intelligencia e execução, o Decreto n.º 4307 de 22 do corrente, constante do exemplar incluso, declarando que as filhas dos Officiaes do exercito e da armada, embora casadas antes da morte de seus pais, tem direito ao meio soldo ou montepio deixado por elles, não existindo filhas solteiras ou viúvas, nem filhos menores de 18 annos.

Deus Guarde a V. S.—*João da Silva Carrão*.—
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 213.—FAZENDA.—EM 28 DE JUNHO DE 1866.

Sobre um processo de fiança em que se omittio a especialização da hypotheca legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 42 de 7 de Maio ultimo, que não basta a habilitação dos fiadores perante a Thesouraria, porque essa é indispensavel para resolver-se sobre a aceitação dos mesmos: que, áceitos estes e lavrado o respectivo termo, é mister que se proceda logo á especialização da hypotheca legal, na fórma da lei e regulamento das hypothecas, art. 414 e seguintes, 437 e seguintes, e 213 e seguintes, sem o que não poderão os responsaveis entrar em exercicio: e finalmente, que é digno

de reparo que havendo-se deliberado em sessão da Junta que se lavrasse o termo de fiança, tendo em vista as ordens de 21 de Janeiro e 14 de Maio de 1864, o Procurador Fiscal deixasse de observar-os, e de promover, em presença da omissão do responsável, o processo de especialização da hypotheca legal.

João da Silva Carrão.

N. 214.— GUERRA.— EM 29 DE JUNHO DE 1866.

Declara que qualquer licença, que, por motivo de molestia, fôr concedida a Officiaes e praças do Exército e da Guarda Nacional destacada deve ser submettida á approvação deste Ministerio.

Gabinete do Ministro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Fique V. Ex. na intelligencia de que qualquer licença, que, por motivo de molestia, fôr concedida a Officiaes e praças do exercito e da Guarda Nacional destacada, deve ser submettida á approvação deste Ministerio, nos termos do § 1.º art. 4.º do Decreto n.º 3379 de 17 de Janeiro do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 213. — GUERRA. — EM 30 DE JUNHO DE 1866.

Declara que sendo os Corpos destacados da Guarda Nacional entregues ao Ministério da Guerra como contingentes do Exército de linha desde que entrão nas condições deste, ficarão sujeitos ao mesmo Ministério.

Gabinete do Ministro. — Ministério dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Pela Imperial Resolução de 22 de Novembro de 1865, tomada sobre consulta das Secções reunidas de Justiça e de Guerra do Conselho de Estado, e publicada na Ordem do Dia desta Secretaria, sob n.º 487 de 14 de Dezembro do mesmo anno de 1865, ficou bem patente que, sendo os Corpos destacados da Guarda Nacional entregues ao Ministério da Guerra, como contingentes do Exército de linha, desde que entrão elles nas condições do Exército, é ao mesmo Ministério por si, e por seu General em Chefe, a quem, pela Lei, e natureza das cousas, compete dispensar, punir e providenciar do mesmo modo por que o faria, se fossem Corpos de linha.

Fique, portanto, V. Ex. na intelligencia de que, tanto as dispensas, como as nomeações nos referidos Corpos destacados da Guarda Nacional só podem ter lugar por acto ou ordem deste Ministério, as licenças por V. Ex. concedidas por motivo de molestia devem ser submettidas a approvação do mesmo Ministério, como determina o Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro do corrente anno, no § 2.º do art. 4.º; e a respeito das isenções, ou baixas de serviço, unicamente podem ser ellas conferidas pelos motivos e modo que se achão estabelecidos para as praças de primeira linha.

Nó entretanto, se a bem do serviço publico julgar V. Ex. dever dar dispensa á praça, ou fazer alguma nomeação para os referidos Corpos destacados, V. Ex. as poderá propôr a este Ministério.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.



N. 246 — IMPERIO. — EM 3 DE JULHO DE 1866.

Ao Bispo do Ceará declarando que os Reverendos Bispos não podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial.

6.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Julho de 1866.

Exm. e Revm. Sr. — Tenho presente o officio de 23 de Abril ultimo em que V. Ex. Revm. reclama contra a Circular de 29 de Janeiro do corrente anno, pela qual foi declarado que os Reverendos Prelados não podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial.

Invoca V. Ex. Revm. as disposições do Direito Canonico para mostrar que elles podem ausentar-se de seus Bispados até tres mezes em cada anno sem solicitarem licença.

Mas V. Ex. Revm. não póde deixar de reconhecer que essa argumentação só procede pelo que respeita á necessidade de licença do Superior Ecclesiastico. A este respeito releva ponderar que as leis civis obrigão igualmente a todas as classes da sociedade, cada uma na esphera das funcções que lhes dizem respeito. Assim é que os Reverendos Bispos não se podem eximir da Suprema Inspeccão do Imperante como Bispo exterior da Igreja.

A questão é si os Reverendos Bispos necessitam sempre de licença de Sua Magestade o Imperador para sahir das Dioceses.

O que se resolveu sobre Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado foi que tal licença é indispensavel.

Si essa Consulta citou tambem a legislação ecclesiastica em sustentação do parecer, que sujeitou á Imperial Resolução, foi para dar á questão o desenvolvimento que cabia no assumpto.

A materia, porém, não podia ser decidida senão á vista da legislação citada, sem que com isto se offendão as disposições ecclesiasticas. E aquella legislação estabelece que, sem prévia licença do legítimo superior, ninguém póde deixar voluntariamente o exercicio do lugar que occupa.

Isto não quer dizer que o empregado publico não possa nunca ausentar-se da séde de sua jurisdição sem que para isso esteja préviamente autorizado:

casos extremos podem apparecer que legitimem as excepções, feitas sempre as devidas participações ás autoridades locais; excepções que devem ser justificadas. E os Reverendos Bispos é claro que não podem deixar de gozar do mesmo indulto com a mesma clausula. Mas a regra geral é a que está exposta no parecer da Secção, approvado pela Imperial Resolução de 2 de Outubro de 1865.

Da regra geral não ha lei nenhuma que isente os Reverendos Bispos; e a Provisão de 23 de Agosto de 1824 declarou que basta que elles se ausentem sem licença para que a Sé seja considerada vaga.

O Governo, com a Circular de 29 de Janeiro deste anno, não fez mais do que exigir a observancia das leis; e, quando assim obra, não esbulha os Reverendos Bispos de seus direitos e privilegios. Sendo as leis obrigatorias para todos, os Reverendos Bispos não se podem dizer humilhados quando ás mesmas leis prestão obediencia. Taes pensamentos, peza-me que achassem entrada no elevado espirito de V. Ex. Revm. E eu tive tanto cuidado de salvar o melindre dos Reverendos Bispos que lhes dirigí a Circular com a nota de — reservado.

A Imperial Resolução que approvou o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado não implica com as doutrinas exaradas em outros pareceres da mesma Secção relativamente á categoria dos Bispos. Aquelle parecer não collocou os Reverendos Bispos na classe dos empregados publicos; e sómente significa que a alguns respeitoes estão elles sujeitos ás mesmas regras que militão para estes, como acontece no caso presente.

Entende, pois, o Governo que deve manter a Imperial Resolução de 2 de Outubro do anno passado, da qual dei conhecimento a V. Ex. Revm. na citada Circular.

Deus Guarde a V. Ex. Revm.— *Marquez de Olinda*.
— Sr. Bispo da Diocese do Ceará.

Circular a que se refere este Aviso.

6.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Janeiro de 1866.

Exm. e Revm. Sr. — Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre

— se os Reverendos Prelados podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial; foi ella de parecer que não podião fazê-lo pelas razões constantes da Consulta de 2 de Junho do anno passado, junta por copia.

E conformando-se Sua Magestade o Imperador com aquelle parecer por Sua Immediata Resolução de 2 de Outubro ultimo: assim o communico a V. Ex. Revm. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *Marquez de Olinda.*
— Sr. Bispo da Diocese de.....

Consulta de 2 de Junho de 1865.

Senhor. — Vossa Magestade Imperial Mandou por Aviso de 18 do mez findo que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consulte com seu parecer, tendo em vista os papeis juntos, sobre o seguinte ponto: — Si os Prelados podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial.

A Secção passa a executar a ordem de Vossa Magestade Imperial.

Nasceu a questão do seguinte officio do Reverendo Bispo do Rio Grande do Sul: — « Ilm. e Exm. Sr. — « Julgo do meu dever communicar a V. Ex. que « devendo ausentar-me de minha Diocese por algum tempo não só por interesse da mesma, como « ainda para tratar pessoalmente de alguns negocios de familia que precisão de minha presença, « nomeei Governador do Bispado, com os poderes « precisos, ao Arceidiago Vicente Zeferino Dias Lopes, « meu Provisor e Vigario Geral, em quem confio « que bem desempenhará esta commissão durante « minha ausencia, que espero será de pouco tempo. « Dando disto conhecimento a V. Ex., tenho a satisfacção de assegurar-lhe os meus sentimentos da mais subida estima e distincta consideração. « Deus Guarde a V. Ex. — Ilm. e Exm. Sr. Con- « selheiro José Liberato Barrozo, Ministro e Secre- « tario de Estado dos Negocios do Imperio. — *Sc- bastião*, Bispo do Rio Grande do Sul. »

Do modo como se exprime o Reverendo Bispo infere a Secção que elle tem para si assistir-lhe o direito de sair da Diocese, sem prévia licença de

quem quer que seja, todas as vezes que lhe parecer conveniente fazê-lo a prô dos interesses da mesma Diocese, e até dos particulares de familia. O Reverendo Bispo julga apenas do seu dever dar conhecimento ao Governo do facto consumado, talvez para que conste quem ficou fazendo suas vezes.

A Secção porém entende que o Reverendo Bispo engana-se. A verdadeira doutrina é a contraria que se deduz dos direitos Canonico e Patrio, e se acha enunciada no seguinte officio do Conselheiro Consultor. — « Ilhm. e Exm. Sr. — Ordenando-me V. Ex. « que dê parecer á vista do officio de 9 de Janeiro « do corrente do Bispo do Rio Grande do Sul sobre « a questão seguinte: — Se os Prelados Diocesanos « podem deixar as respectivas Dioceses sem prévia « licença do Governo Imperial; — submetto a con- « sideração de V. Ex. o meu parecer que é o se- « guinte.

« A residencia dos Bispos, e em geral dos Pastores « é dever de direito divino, posto que alguns Theo- « logos e Canonistas opinão que é dever meramente « ecclesiastico; mas ou esse dever emane da letra e « espirito das sagradas escripturas, ou fosse creado « pela disciplina da Igreja, o certo é que é um dever « imperioso imposto por todos os Canones.

« No anno 347 já o Concilio de Sardice no Canon « 14 tinha prohibido aos Bispos a ausencia de suas « Dioceses por mais de tres semanas, sem uma ne- « cessidade grave.

« E lendo-se o Cap. 1.º da Sessão 6.ª de *Refor-* « *matione* do Concilio Tridentino, e conhecida a « historia desse tempo se vê que a relaxação do de- « ver da residencia dos Bispos levou esse Concilio a « firmar as regras sobre a residencia, e a estabelecer « novas mais rigorosas *juris antiqui poene in eos* « *innovantur, et novæ decernuntur*. E' um grande « mal, é mesmo um grande crime, dizia no Con- « cilio de Trento o Veneravel Fr. Bartholomeo dos « Martyres, que um Bispo não resida na sua Dio- « cese.

« O dever canonico da residencia é pois incon- « testavel.

« Será tambem dever civil, cuja transgressão o « Poder Civil possa reprimir?

« Parece-me que sim, que o dever é mixto; e « portanto que a competencia para conhecer delle « tambem o é

« A residencia dos Bispos nas Dioceses não é uma
« necessidade puramente espiritual: os Parochos,
« cuja instituição é incontestavelmente divina, são
« considerados empregados publicos tambem civis,
« porque tem a seu cargo funcções de natureza civil;
« e os Bispos, exercendo jurisdição que tem effeitos
« civis, recebendo congruas do Estado, e tendo
« honras civis, devem participar da mesma natureza
« de empregados publicos de ordem mixta.
« Pela Provisão de 23 de Agosto de 1824 se decla-
« rou que basta a ausencia do Bispo sem licença
« para ser considerada a Sé como vaga.
« Pelo Aviso de 4 de Junho de 1832 se estranhou
« ao Arcebispo da Bahia a recusa de certos escla-
« recimentos ao Presidente da Provincia, e se orde-
« nou ao Presidente que o fizesse responsabilisar
« como empregado publico civil, se continuasse a
« recusar-se.
« Ficou pois estabelecido que os Bispos são tam-
« bém empregados civis.
« E pela Lei 609 de 18 de Agosto de 1851 se mar-
« cou o Tribunal que deve processar e julgar os
« Arcebispos e Bispos nas causas que não forem pu-
« ramente espirituaes.
« Ora sendo a residencia um dever não só espi-
« ritual, mas temporal, porque ella pôde affectar os
« interesses temporaes, é claro que os Bispos não
« podem sahir de suas Dioceses sem licença, e
« que sabiudo, podem ser pelo menos privados de
« suas congruas; assim como já estatuirá o Con-
« cilio de Trento quando elles se ausentavão por
« mais de dous ou tres mezes, mas sempre *aqua ex*
« *causa, et absque ullo gregis detrimento*; e lhes
« impunha a pena de perda de 4.^a parte e de me-
« tade da congrua. E os Metropolitanos, ou o Summo
« Pontifice quando concedião a licença, ou appro-
« vavão a ausencia verificavão os casos de *Chris-*
« *tiana Charitas — urgens necessitas — debita obe-*
« *dientia — eridens Ecclesie, vel republice utilitas.*
« Ora o Bispo do Rio Grande nem pediu licença,
« nem depois da ausencia justificou-se allegando
« algum daquelles fundamentos; porque motivos de
« interesse domestico não são seriamente allegaveis
« por um Bispo para abandonar as suas ovelhas; e a
« allegação vaga de que deixa a sua Diocese por in-
« teressê da mesma não é accitavel, porque o Bispo
« devia explicar qual é o interesse que podia ter a

« Diocese do Rio Grande em ausentar-se o seu Prelado para a Bahia, principalmente n'uma época de tantas dores para a Província do Rio Grande, no meio das quaes os soccorros espirituaes devem ser para o catholico um grande consolo.

« Além de tudo isto o Bispo do Rio Grande devia saber que todos os Bispos do Brasil tem reconhecido o direito que tem o Governo Civil de conhecer dos casos em que pôde dispensar a presença dos Bispos nas suas Dioceses; e o mesmo fallecido Bispo do Rio de Janeiro D. Manoel do Monte na sua Obra de Direito Ecclesiastico estabelece o seguinte no § 306 do seu 4.^o Tomo.

« — Entre nós intervem tambem o Governo nas licenças para os Bispos sahirem das suas Dioceses. —

« Portanto é meu parecer que os Prelados não podem deixar suas Dioceses sem licença do Governo.

« Deus Guarde a V. Ex. — Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1865. — Illm. e Exm. Sr. Conselheiro José Liberato Barrozo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio. — O Consultor, *José Ignacio Silveira da Motta.* »

A Secção conforma-se com a opinião do Consultor pelas razões jurídicas que elle produz de accordo com o habil Chefe da 6.^a Secção da Secretaria de Estado, e com o Conselheiro Director Geral. E portanto restringindo-se ao ponto que Vossa Magestade Imperial mandou pôr em Consulta, é de parecer — que os Prelados não podem deixar suas Dioceses sem prévia licença do Governo Imperial.

Vossa Magestade Imperial Resolverá como Houver por bem.

Sala das Conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em 2 de Junho de 1865. — *Visconde de Sapucahy.* — *Bernardo de Souza Franco.*

RESOLUÇÃO.

Como parece. — Paço da Villa de Uruguayana, 2 de Outubro de 1865. — Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. — *Marquez de Olinda.*

N. 247.—FAZENDA. — EM 4 DE JULHO DE 1866.

Não é permitida a entrega de juro de empréstimo do cofre dos Orphãos de prazo menor de um anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1866.

Não se podendo retirar juro de empréstimo do cofre dos Orphãos de prazo menor de um anno, em virtude da ordem n.º 120 de 5 de Dezembro de 1844 e da Circular n.º 234 de 11 de Junho de 1860, não pôde ser satisfeita a requisição de V. S., constante de seu officio de 20 de Junho proximo passado, em que pede que seja entregue ao Thesoureiro do cofre dos Orphãos, a cargo do Escrivão Manoel Hilario Pires Ferrão, os juro da quantia de 36:523\$786 do empréstimo do 1.º de Dezembro de 1863, contados da data do empréstimo até 40 de Maio de 1866.

Deus Guarde a V. S.— *João da Silva Carrão*.—
Sr. Dr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Córte.

N. 248.—FAZENDA.—EM 5 DE JULHO DE 1866.

Despacho livre de retratos de familia, e de varios objectos do uso de um Official do Exército, que se recolheu de uma commissão na Europa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Julho de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso do Capitão Antonio João Rangel de Vasconcellos de Antas, interposto do despacho da Inspectoria da Alfandega da Córte, que lhe negou despacho livre não só para oito volumes contendo retratos de familia, uma machina de costura de uso de sua senhora, um apparelho de metal branco, e algumas chibcaras, tudo de seu uso e de sua familia, vindo da Europa com sua bagagem no paquete inglez *Douro*, como igualmente para algumas cadeiras, mesas e outros trastes, e vidros de uso tambem do recorrente e de sua familia, que devião chegar depois em um navio de vela.

E o mesmo Tribunal, considerando que alguns dos objectos, que o recorrente trouxe consigo, estão contemplados nos que gozão de isenção de direitos, como são os retratos de família e os objectos de uso diário; e que, em identicas circumstancias, já se tem concedido semelhante isenção; resolveu que aos objectos que acompanharão o recorrente no paquete *Douro*, se conceda despacho livre; e quanto aos outros, tão sómente áquelles que, na fórma do art. 40 do Decreto n.º 3249 de 31 de Dezembro de 1863, gozão dessa isenção, embora não acompanhem o passageiro no navio em que vier.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.

N. 249.—FAZENDA.—EM 7 DE JUNHO DE 1866.

Nega provimento a um recurso, concernente a reclamação, sobre qualidade, apresentada depois de pagos os direitos da mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1866.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Lampe Vianna & C.^a, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que não admittio a reclamação dos recorrentes, que, depois de pagos os direitos de quatro caixas com 60 peças de cassinetas com mescla de lã, puzerão em duvida a qualidade declarada na 4.^a conferencia; resolveu o mesmo Tribunal, á vista do disposto no art. 606 do Regulamento das Alfandegas, e decisões já dadas em casos semelhantes, denegar provimento ao referido recurso.

O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos.

João da Silva Carrão.

N. 250. — GUERRA. — EM 7 DE JULHO DE 1866.

Determina que nas Ordens do Dia se transcrevãõ as relações dos Officiaes e praças dos Corpos do Exército em operações, que se distinguirão, extraviarão-se ou morrerão nos combates, ou em consequencia delles.

Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Julho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Determina que nas Ordens do Dia desta Secretaria de Estado se transcrevãõ as relações dos Officiaes e praças dos Corpos do Exército em operações, que se distinguirão, extraviarão-se ou morrerão nos combates ou em consequencia delles; mencionando-se o lugar em que se deu o combate, ferimento ou morte, conforme constar das Ordens do Dia dos Generaes em Chefe, e Commandantes de forças e das participações de outras Autoridades, ou dos Directores dos Hospitaes. O que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Visconde de Camamu.

N. 251. — FAZENDA. — EM 9 DE JULHO DE 1866.

Trata do contracto de arrendamento do Convento do Carmo, na Provincia da Parahyba, cuja nullidade manda promover em juizo, declarando que, sem authorização do Poder competente, não se pôde conceder ás Corporações de mão morta terrenos de marinhã ou accrescidos sobre o mar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Julho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 20 de 4 de Maio ultimo, sobre o arrendamento do Convento do Carmo, feito a Joaquim Ignacio de Lima Moura, constante da cópia remettida em cumprimento do Aviso de 6 de Fevereiro ultimo: 1.º, que é mister cumprir-se a Imperial Resolução de Consulta de 3.º Aviso do Ministerio do Imperio de

49 de Novembro de 1864, e Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 de Fevereiro do corrente anno, mandando promover sem demora em juizo a nullidade dos contractos celebrados pelas ordens regulares, sem licença do Governo na fôrma da Lei de 9 de Dezembro de 1830, tanto mais quando assim o requer o Prior do Convento; com declaração todavia de que o Estado não é obrigado á indemnização, a que V. Ex. parece referir-se, das bemfeitorias feitas em terrenos em consequencia do arrendamento, cuja annullação reclama o mesmo Prior: 2.º, que em virtude da antiquissima Lei da Amortização, ainda em vigor, não podem as Corporações de mão morta adquirir nem possuir bens de raiz sem licença; e portanto não se lhes póde conceder terrenos de marinhas ou accrescidos sobre o mar, ainda que fronteiros aos predios de seu patrimonio, salvo com autorização do Poder competente: mas que, embora a ordem do Thesouro de 7 de Outubro de 1847 permita a concessão a terceiros desses terrenos, quando devolutos ou mesmo possuidos pelas Corporações, deve a Administração, visto ser a concessão facultativa para o Governo e Presidentes de Província, senão abster-se, pelo menos escrupulizar de fazel-a, para não depreciar os ditos predios, deixando-lhes sempre a servidão para o mar, e reservando além disso as porções de terreno que forem designados pela Camará para logradouros municipaes, ou por outras Autoridades para qualquer fim de utilidade publica.

Deus Guarde a V. Ex.— *João da Silva Carrão*.—
Sr. Presidente da Província da Parahyba.

N. 232.—FAZENDA.—EM 10 DE JULHO DE 1866.

Devolve um processo de habilitação para ser revalidado um dos documentos, e declara que os títulos e papeis que pagão taxa menor do que a devida, ficão obrigados ao quadruplo da differença não cobrada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve novamente ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província de

Goyaz o processo de habilitação de D. Anna Balbina de Oliveira e Silva, remettido com o seu officio n.º 3 de 8 de Janeiro ultimo, e que foi devolvido á mesma Thesouraria com a Ordem n.º 33 de 10 de Outubro do anno passado, a fim de ser revalidado o sello da certidão de fls. 14, que estando sujeita á taxa de 200 réis só pagarão 100 réis, para que o Sr. Inspector proceda de conformidade com o disposto no art. 90 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860; visto ter ainda a dita Thesouraria cobrado unicamente a differença de 100 réis, quando na fórma do citado Regulamento, os titulos e papeis que pagão taxa menor do que a devida, ficão obrigados ao quadruplo da differença não cobrada; devendo o Sr. Inspector reenviar ao Thesouro o mencionado processo.

João da Silva Carrão.

N. 253.—FAZENDA.—EM 11 DE JULHO DE 1866.

Nega a um Guarda de 1.ª classe, addido á Companhia dos Guardas da Alfandega da Bahia, a gratificação de commando relativa ao tempo em que esteve destacado n'um posto fiscal, mandando porém abonar-lhe a etapa de 600 réis diários, que também reclamou pelo mesmo serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o requerimento, remettido com o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia sob n.º 47 de 9 de Março ultimo, em que Manoel José dos Santos, Guarda de 1.ª classe, addido á Companhia dos Guardas da Alfandega da mesma Provincia, recorre da decisão da Thesouraria que lhe negou o pagamento da quantia de 328\$844 de gratificações de commando e etapas vencidas de 6 de Junho de 1861 a 31 de Dezembro de 1862, tempo em que esteve destacado no posto fiscal de Caixa Prego; declara ao Sr. Ins-

pector que, não estando o recorrente incorporado á Companhia dos Guardas durante o tempo de que pede o pagamento de etapa e gratificação de commando, marcada na tabella n.º 5 do Regulamento de 49 de Setembro de 1860 para os Guardas alistados, cujo soldo é de 300\$000 annuaes, só devia receber o vencimento fixo de 360\$000 annuaes como Guarda addido, o que effectivamente lhe foi abonado, segundo o disposto no paragrapho unico do art. 34 combinado com a ultima parte do § 2.º do art. 41 do mesmo Regulamento; e, por equidade, a etapa de 600 réis diários por aquelle commando, por ser considerado marítimo o posto fiscal; e pelas leis da Marinha á mesma etapa, ou á uma ração de porão, tem direito todo o empregado embarcado em navio de guerra, incumbido de qualquer serviço, pois o recorrente teve de deixar o seu domicilio para servir em lugar muito distante. E, devendo a referida etapa ser contada de 6 de Junho de 1861 a 31 de Dezembro de 1862, exercicios de 1860—1863 já findos, ordena ao mesmo Sr. Inspector que mande liquidar a divida na fórma da Circular n.º 9 de 6 de Agosto de 1867.

João da Silva Carrão.

N. 234.— GUERRA.— EM 11 DE JULHO DE 1866.

Dá diversas providencias a respeito do deposito de aprendizes artilheiros.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Julho de 1866.

Senhor.—Declaro á Vossa Alteza, em resposta aos seus officios de 24 de Março e de 23 de Abril do corrente anno: 1.º que os aprendizes artilheiros maiores de 20 annos não devião ser aceitos, e devem seguir para os Corpos de Artilharia depois de concluidos os estudos theoricos e praticos na fórma do art. 24 das Instrucções de 3 de Janeiro deste anno, devendo-se a seu respeito observar a dispo-

sição do art. 25 das mesmas Instruções; 2.º que o pedido que faz o Commandante do respectivo Depósito para que os aprendizes habilitados nas duas 4.ªs classes possam já estudar as materias da 3.ª, além de trazer uma revogação das Instruções tanto permanentes, como provisórias, ha pouco mandadas executar, apresentarião inconveniente de se alterar a divisão do trabalho e das attribuições feitas em virtude das mesmas intruções entre o professor e seus adjuntos, accrescendo que não ha inconveniente em que por mais 6 mezes continuem á se fortalecer nas materias da 2.ª classe os ditos aprendizes habilitados á passarem para a 3.ª; 3.º finalmente, que á respeito da derogação ou alteração da disposição do § 2.º do art. 6.º das citadas Instruções de 3 de Janeiro, solicitada pelo dito Commandante, não ha por ora conveniencia na sua modificação, sendo claro, que, enquanto não houver o numero de cem, todas as praças, formando uma Secção, devem ser aggregadas á 1.ª Companhia até que tenha numero sufficiente para formar uma nova Companhia na fórma do § 1.º do art. 6.º das referidas Instruções.

Deus Guarde a Vossa Alteza.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—A' Sua Alteza o Senhor Marechal de Exercito Conde d'Eu.

N. 233.—JUSTIÇA.—CIRCULAR DE 11 DE JULHO DE 1866.

Aos Presidentes de Provincia.—Decide que os Depositarios Publicos não tem direito á cobrança de 2 % sobre o valor das Apolices da Divida Publica, e dos bens de raiz confiados em deposito á sua guarda.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Consultando o Depositario Publico de Magé, na Provincia do Rio de Janeiro, se tinha direito á cobrança de dous por cento sobre o valor das Apolices da Divida Publica, e dos bens

de raiz confiados em deposito á sua guarda, foi sobre tal assumpto ouvida a Secção de Justiça do Conselho de Estado; e Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da mesma Secção, Houve por bem Decidir por Sua Imperial Resolução de 6 do corrente mez, que não tem lugar tal cobrança pelos motivos, que constão do parecer da mesma Secção, inserto no *Diario Official* n.º 453 desta data: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 236.—FAZENDA.—EM 12 DE JULHO DE 1866.

As praças de pret dos Corpos da Guarda Nacional ou de Voluntarios em serviço nas forças em operações, que, sendo Empregados publicos, optarem pelos vencimentos dos seus lugares, não perdem o direito, quando derem baixa, á gratificação de 300\$000 e ao prazo de terras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução á consulta da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, constante do officio n.º 43 de 26 de Fevereiro do corrente anno, a que V. Ex. se refere em seu Aviso de 22 de Maio ultimo; tenho de declarar a V. Ex., para os fins convenientes, que, não impondo a lei condição alguma para a opção dos vencimentos aos Empregados publicos que, como Guardas Nacionais ou Voluntarios, estiverem servindo nas forças em operações, resulta que as praças de pret, que fizerem tal opção, não perdem o direito á gratificação de 300\$000 quando derem baixa e ao prazo de terras, visto que o art. 2.º do Decreto de 7 de Janeiro de 1865 se refere não a Officiaes, mas a praças de pret.

Deus Guarde a V. Ex.—*João da Silva Carrão*.—Sr. Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 237.— FAZENDA.— EM 13 DE JULHO DE 1866.

As machinas de costura não são isentas de direitos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n.º 24 de 28 de Março do corrente anno, que, á vista do art. 1459 e nota 177 da Tarifa, e art. 512 § 30 do Regulamento das Alfandegas, bem resolveu a Consulta da respectiva Alfandega, decidindo que as machinas de costura não são isentas de direitos de importação.

João da Silva Carrão.

N. 238.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 13 DE JULHO DE 1866.

Ordena a prompta expedição das contas e certidões necessarias para a cobrança judicial da divida activa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, á vista do que representarão alguns Procuradores Fiscaes—de que, por falta de remessa das certidões, se tem paralyzado a cobrança judicial da divida activa da Nação ; ordena mui terminantemente aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remetão ao Juizo dos Feitos da Fazenda das respectivas Provincias as contas ou certidões das dividas activas ainda não arrecadadas, e recommendem aos Procuradores Fiscaes o prompto andamento das execuções ; e outrosim informem ao Thesouro quaes as razões por que tem sido

demorada a remessa das contas ou certidões para o Juízo, caso se tenha dado essa demora, e quaes os motivos por que não tem sido activadas as execuções, para se tomarem as providencias que o caso pedir.

João da Silva Carrão.

N. 259.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 14 DE JULHO DE 1866.

Declara extensivas ás praças de marinha as providencias dadas na Circular n.º 53 de 30 de Novembro do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 10 do corrente, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que ficão extensivas a favor das praças de marinha as providencias dadas na Circular n.º 53 de 30 de Novembro do anno passado, a bem das familias dos Officiaes do Exercito e dos Corpos de Voluntarios e Guardas Nacionaes que marcharão para a campanha do Sul.

João da Silva Carrão.

N. 260. — FAZENDA. — EM 14 DE JULHO DE 1866.

Marca a quantidade de carvão de pedra que deve consumir a Companhia de Gaz desta Côrte, durante o exercicio de 1866—67, a fim de gozar da isenção dos direitos de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e execução, que fica fixado em 46.318 toneladas inglezas a quantidade de

DECISÕES DE 1866.

31

carvão de pedra que deve consumir a Companhia de Gaz nesta Côte, durante o exercício de 1866—67, a fim de gozar da isenção dos direitos de expediente, visto que, pelo art. 937 da Tarifa, já se acha esta mercadoria isenta dos de consumo.

João da Silva Carrão.

N. 261.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1866.

Declara á Thesouraria do Amazonas não haver inconveniente em applicar ella á substituição das notas de 58000 da 4.^a estampa, como determinou a Presidencia, a quantia remetida para o troco das de 108000, côr de telha; e que a prorrogação dos prazos de taes substituições é da exclusiva competencia do Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 45 de 24 de Abril ultimo, que, desde que se esgotarão os fundos destinados á substituição das notas de 58000 da 4.^a estampa, não ha inconveniente algum na deliberação da Presidencia, de applicar ao troco dessas notas a quantia remetida para a substituição das de 108000, côr de telha; cumpre, porém, que o Sr. Inspector informe quanto se tem despendido de taes fundos, quanto existe em ser, qual a quantia resgatada, quér de umas, quér de outras notas, e se todas têm sido enviadas ao Thesouro, como se recommendou. Outrosim communica ao Sr. Inspector que foi prorrogado o prazo do resgate das notas de 58000 até 31 de Dezembro deste anno, conforme a Circular de 23 de Abril; não podendo prevalecer nem um, nem outro dos prazos marcados pela Presidencia, por occasião da medida que faz assumpto desta ordem, por ser essa demarcação da competencia do Governo Imperial.

João da Silva Carrão.

N. 262. — FAZENDA. — EM 16 DE JULHO DE 1866.

A disposição do art. 106 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 só é applicavel ás Mesas de Rendas de 1.^a ordem, que estão subordinadas a Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina de 6 do mez passado, sob n.º 54, a que acompanhou a demonstração da insufficiencia do credito da verba « Estações de arrecadação » no corrente exercicio ; ordena ao Sr. Inspector da dita Thesouraria, que demonstre discriminadamente, como foi na distribuição de credito, o que se tem despendido e o que se deve ainda despendar no citado exercicio pela referida verba, justificando melhor a maioria da despesa a fazer-se. E, por esta occasião, declara ao Sr. Inspector, em resposta ao seu officio n.º 104 de Setembro do anno passado, que não tem entendido bem o art. 106 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, quando o applica á despesa de expediente das Mesas de Rendas, pois que esse artigo só tem applicação propriamente ás Mesas de Rendas de 1.^a ordem que estão subordinadas ás Alfandegas, e não ás que tem pessoal independente do destas, como a de S. Francisco, por exemplo, á qual só se póde conceder, como se lhe concedeu pelas ordens n.º 25 de 31 de Julho de 1860 e n.º 50 de 27 de Setembro de 1864, casa, escaler e remadores, em consequencia das attribuições que lhe conferio o Decreto n.º 1922 de 14 de Abril de 1857 ; devendo portanto cessar por conta da Fazenda qualquer despesa de expediente das Mesas de Rendas, e ser os cofres indemnizados, como determinou a ordem n.º 36 de 7 de Agosto de 1865, não só da quantia nella expressada, mas de todas as mais quantias que se tenham pago posteriormente, dessa conveniencia, sob responsabilidade da citada Thesouraria.

João da Silva Carrão,

N. 263.—FAZENDA.—EM 16 DE JULHO DE 1866.

Em face do principio da Ord., Liv. 4.º, Tit. 79, § 43 não pôde servir no mesmo Juizo, na qualidade de Procurador Fiscal, o filho do Solicitador.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio n.º 14 de 24 de Março proximo passado, em que V. Ex. participa ter nomeado interinamente Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda ao Bacharel Rufino Tavares de Almeida, filho do Solicitador do Juizo dos Feitos dessa Provincia, acrescentando que este ultimo se acha no gozo de uma licença que lhe concedera; respondo a V. Ex. que, sendo o Solicitador subordinado ao Procurador Fiscal, que dá-lhe ordens, inspeciona seus actos e informa sobre seu procedimento, não pôde em face do principio da Ord., Liv. 4.º, Tit. 79 § 45 servir no mesmo Juizo na qualidade de Procurador Fiscal o filho do Solicitador; cumprindo, portanto, que V. Ex. nomeie outro Bacharel ou pessoa idonea para o referido cargo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.*—
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 264.—FAZENDA.—EM 16 DE JULHO DE 1866.

Nega a autorização pedida pelo Juiz Municipal e de Orphãos da Parahyba do Sul para fazer arrematar —em lotes— os bens de uma herança jacente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n.º 43.078 da Presidencia dessa Provincia de 24 de Fevereiro do anno passado, transmittindo cópia do officio de 31 de Janeiro do mesmo anno, em que o Juiz Municipal e de Orphãos do Termo da Parahyba do Sul declara

terem ido á praça para serem vendidos os bens da herança jacente de Roberto Francisco de Souza, e não terem apparecido lançadores em razão de ser a arrematação feita em um só lote; e portanto pede se lhe conceda autorização para fazer arrematar esses bens divididos em lotes, porque assim acharão com facilidade quem os arremate e por preço superior ao da avaliação; communico a V. Ex., para os fins convenientes, que, á vista do art. 38 § 4.º do Regulamento de 45 de Junho de 1839, e havendo credores, não se póde conceder a autorização pedida.

Deus Guarde a V. Ex. — *João da Silva Carrão.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 263.— GUERRA.— EM 46 DE JULHO DE 1866.

Declara como se deve fazer o abono de bestas de bagagem e forragens aos Commandantes dos Corpos, Majóres e Ajudantes, na fórma da tabella do 1.º de Maio de 1838, e mais disposições em vigor.

N. 281.— Directoria Central.— 1.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 46 de Julho de 1866.

Determinando o Governo Imperial que Vm. continue a abonar bestas de bagagem, e as forragens correspondentes aos Officiaes Commandantes dos Corpos, Majores e Ajudantes dos ditos Corpos, na fórma da tabella do 1.º de Maio de 1838; e aos respectivos Commandantes as que, segundo a disposição do art. 53 das Instrucções de 40 de Janeiro de 1843, são destinadas ao serviço dos Corpos do Exercito, não se fazendo pagamentos desta natureza por illegaes, a Capitães Commandando Companhias, visto que estes Officiaes não podem perceber pelo exercicio vantagens, que só competem ás sobreditas Companhias, e que, como fica dito, são abonados aos Commandantes dos Corpos; assim o declaro a Vm. em resposta ao officio de 28 de Junho findo, consultando o mesmo Governo ácerca deste objecto.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 266.— GUERRA.— EM 16 DE JULHO DE 1866.

Declara como deve ser feito pela Pagadoria Militar do 1.º Corpo de Exercito em operações o abono de forragens para bestas de bagagem.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Julho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo a Pagadoria Militar do 1.º Corpo de Exercito sob seu Commando, comprehendido mal o Aviso de 20 de Junho do anno passado, que não alterou as disposições vigentes; declaro a V. Ex. de ordem do Governo Imperial, para o fazer constar áquelle Pagador, que deve continuar a abonar as forragens para bestas de bagagem aos individuos, que a ellas tem direito, e as das bagagens dos Corpos (3 para o Estado Maior e 2 para cada Companhia) aos Commandantes dos mesmos Corpos; salvo quando tiverem carretilhas de bagagem e archivo, porque em tal caso não podem ter outra condução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Barão do Herval.

N. 267.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 19 DE JULHO DE 1866.

Ordena ás Thesourarias de Fazenda que abram concurso para o preenchimento de todos os lugares vagos de 1.ª e 2.ª entrancia das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que abram concurso nas mesmas Thesourarias para o preenchimento de todos os lugares vagos de 1.ª e 2.ª entrancia das Alfandegas; observando-se a tal respeito as disposições em vigor.

João da Silva Carrão.

N. 268.—FAZENDA.—EM 19 DE JULHO DE 1866.

As disposições do art. 29 do regulamento, que baixou com o Decreto n.º 3216 de 31 de Dezembro de 1863, referem-se não só às embarcações que descem, como às que sobem o rio Amazonas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida suscitada sobre a intelligencia do Decreto n.º 3380 de 3 de Janeiro ultimo, de que trata o Aviso do Ministerio de Estrangeiros de 2 de Junho proximo passado, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, para os fins convenientes, que as disposições do art. 29 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 3216 de 31 de Dezembro de 1863, se referem não só às embarcações que descem como às que sobem o rio Amazonas.

João da Silva Carrão.

N. 269.—GUERRA.—EM 20 DE JULHO DE 1866.

Declara que, só a vista de competente titulo, e do Aviso respectivo, é que pôde ser considerado com licença o Professor adjunto da Escola Preparatoria Dr. Antonio José Moreira.

N. 30.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Julho de 1866.

Em resposta ao officio n.º 31 de 17 do corrente, em que Vm. submette á consideração deste Ministerio o que lhe dirigio o 1.º Cirurgião Capitão Dr. Antonio José Moreira, Professor Adjunto da Escola Preparatoria annexa á Militar, solicitando decisão ácerca da licença, que foi o Governo autorizado á conceder-lhe pelo Decreto n.º 1312 de 27 do mez

proximo passado; declaro á Vm. que, sómente á vista do título de licença expedido por esta Repartição e do Aviso respectivo, quando em tempo lhe forem apresentadas, pôde ser considerado com licença o referido Professor, o qual por ora se acha ainda no exercicio das funcções da Camara dos Srs. Deputados.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Antonio Pedro de Alencastro.

N. 270. — GUERRA. — EM 23 DE JULHO DE 1866.

Declara que o Coronel José Joaquim de Carvalho não pôde assumir o Commando das Armas de Mato Grosso, por estar sujeito a conselho de guerra, e por haver na Provincia Official mais graduado.

N. 49. — Directoria Central. — 4.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Pelo officio que essa Presidencia me dirigio em data de 14 de Maio proximo passado, sob n.º 97, tive conhecimento de que o Coronel José Joaquim de Carvalho reclamou o exercicio interino de Commandante das Armas dessa Provincia durante o impedimento do Commandante das Armas effectivo; e em resposta declaro á V. Ex.; para seu conhecimento, que, estando o referido Coronel sujeito a Conselho de guerra, não pôde assumir áquelle commando, além de que se acha nessa Provincia indevidamente; e de maior graduação do que elle ali está o Brigadeiro graduado José Antonio da Fonseca Galvão, embora fóra da Capital, não podendo prevalecer a allegação, que elle fez, de estar de passagem na mesma Capital o Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarreiro, que assumio tal exercicio, visto que elle estava nas mesmas circumstancias.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 271. — GUERRA. — EM 25 DE JULHO DE 1866.

Manda abonar aos Officiaes do Corpo de Pontoneiros os vencimentos determinados pelo Aviso de 10 de Setembro de 1839, que alterou o Regulamento n.º 1333 de 23 de Janeiro de 1833.

Directoria Central — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Julho de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Approvando a deliberação, por V. Ex. tomada, de mandar abonar aos Officiaes do Corpo de Pontoneiros do Exercito sobre seu commando os vencimentos determinados pelo Aviso de 10 de Setembro de 1839, que alterou o Regulamento n.º 1333 de 23 de Janeiro de 1833; assim o declaro a V. Ex. em solução ao seu officio datado de 24 de Maio proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Barão de Porto Alegre.

N. 272. — GUERRA. — EM 27 DE JULHO DE 1866.

Dá instrucções, segundo as quaes se deve regular o concurso para o preenchimento das vagas de alumnos pensionistas do Hospital Militar da Côrte.

Gabinete do Ministro. — Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1866.

Fique V. S. intelligenciado de que as vagas dos alumnos pensionistas, existentes no Hospital Militar da Côrte, serão postas a concurso, de conformidade com as instrucções inclusas, devendo V. S. remettel-as por cópia ao Director do referido hospital, para sua intelligencia e execução, na parte que lhe diz respeito.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. José Ribeiro de Souza Fontes.

Art. 4.º Os alumnos das Faculdades de Medicina, que estiverem nas condições do art. 148 do Regulamento do Corpo de Saude, que baixou com o Decreto

n.º 1900 de 7 de Março de 1857, poderão inscrever-se para concurso aos lugares vagos de alumnos pensionistas, na Secretaria do Corpo de Saude, onde apresentará os documentos de que trata o citado art. 148.

Art. 2.º Para as inscripções, de que trata o artigo anterior, haverá na Secretaria um livro de cem folhas, que será unicamente destinado a esse fim.

Art. 3.º O tempo marcado para as inscripções será o de 30 dias, contados do da vaga; findo esse prazo será encerrada pela assignatura do Medico Chefe do Corpo de Saude.

Art. 4.º Para julgamento das habilitações dos candidatos haverá uma commissão composta dos membros da Junta Militar de Saude, e mais tres Medicos dos empregados no Hospital Militar da Corte, de maior graduacão ou antiguidade.

Art. 5.º Presidirá os trabalhos da commissão julgadora, o Medico Chefe do Corpo de Saude; e servirá de Secretario o do mesmo Corpo.

Art. 6.º Na vespera do dia em que tiver de proceder-se ás provas do concurso, a commissão julgadora se reunirá e resolverá sobre o numero, natureza e importancia das questões, que tem de formar o objecto do concurso.

Art. 7.º As provas do concurso constaráo da observação de um doente, que será o mesmo para dous candidatos; e de uma questão pratica, que sendo commum a todos, será tirada á sorte pelo primeiro inscripto.

Esta questão poderá ser substituida pela applicação de um apparelho.

Art. 8.º Cada candidato terá meia hora para observar o doente, que lhe tocar; uma, para escrever a observação, e duas, para desenvolvimento da questão da segunda prova.

Art. 9.º Findas as provas, retirar-se-hão os candidatos, e a commissão de julgamento procederá á votação, por escrutínio secreto, pelo modo seguinte:

Art. 10. Distribuir-se-hão pelos membros da commissão de julgamento uma porção de cedulas em branco, e tantas series de tres cedulas, quantos forem os nomes dos candidatos, contendo cada uma dessas series o nome de um delles, e devendo ser umas e outras de igual tamanho, e do mesmo papel.

Art. 11. Feito isto, passar-se-ha á votação da preferencia sobre aquelle, que deve occupar o primeiro lugar da lista, que deve ser apresentada ao Governo,

lançando cada um dos Juizes, na urna, o nome do candidato, que julgar nese caso, ou uma cedula em branco, se a nenhum considerar habilitado.

Art. 42. Se houver maioria absoluta de cedula brancas, entender-se-ha que nenhum dos concorrentes está habilitado, e dar-se-ha por terminada a votação.

Art. 43. No caso contrario, será collocado no respectivo lugar aquelle, que obtiver maioria absoluta de votos.

Art. 44. Se nenhum dos candidatos reunir essa maioria, correrá o escrutinio sobre os tres mais votados, e se ainda assim não se der maioria absoluta, proceder-se-ha a terceiro escrutinio sómente sobre aquelles que, no segundo houverem obtido, pelo menos, a terça parte dos votos.

Se na terceira votação não apparecer maioria absoluta, ficará entendido, que nenhum dos candidatos está habilitado, salvo o caso previsto no art. 46.

Art. 45. Designado o concorrente a quem compita o primeiro lugar na lista, seguir-se-ha o mesmo processo para cada um dos que devem occupar os outros lugares.

Art. 46. No caso de empate, soffrerão novo escrutinio, e será incluído na lista, em lugar competente, aquelle que obtiver maioria.

Art. 47. Finda a votação, o Secretario, em acto successivo, lavrará uma acta referindo todas as circumstancias occorridas; fará a lista dos candidatos, na ordem em que os tiver collocado a votação.

Tanto a acta, como a lista serão assignadas pelos membros da commissão julgadora, depois do que, serão remetidas pelo presidente ao Ministro da Guerra.

Art. 48. O concurso terá lugar no Hospital Militar, em uma de suas salas.

Art. 49. As presentes Instrucções serão igualmente observadas, quando se der alguma vaga de alumno pensionista, no Hospital da Bahia, devendo ser a inscripção do concurso feita na Secreçaria do Delegado do Cirurgião-mór do Exército, e a commissão examinadora composta do mesmo Delegado, como presidente, dos membros da Junta Militar de Justiça, e de tres medicos do Hospital, de maior graduação ou antiguidade.

Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1866. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

N. 273.—FAZENDA.—EM 27 DE JULHO DE 1866.

Não se admite hypotheca se não de immoveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1866.

Communico a V. S., para seu conhecimento, que por despacho de 25 do corrente mez mandou-se cumprir o precatorio de levantamento e entrega da quantia de 970\$407, passado a favor de Joaquim Francisco Moreira, por cabeça de sua mulher D. Maria Rosa de Oliveira Moreira, herdeira habilitada de seu irmão ausente em parte incerta, João Ferreira, de cujo espolio é curador João Bernardo Nogueira da Silva; ponderando, porém, a V. S. que a expressão « hypotheca » a respeito da apolice com que o fiador garantio a restituição eventual dos bens, póde trazer duvidas em face da nova lei hypothecaria, que não admite hypotheca senão de immoveis.

Deus Guarde a V. S.—*João da Silva Carrão*.—Sr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Còrte.

N. 274.—MARINHA.—AVISO DE 27 DE JULHO DE 1866.

Declara quaes as despezas, de que se deve exigir indemnização, provenientes dos serviços, que nos Arsenaes e outros estabelecimentos de Marinha se prestarem aos navios de guerra das nações amigas.

3.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Desejando o Governo Imperial que fossem gratuitos os serviços prestados pelos Arsenaes e quaesquer outros estabelecimentos de Marinha aos navios de guerra das nações amigas, mas podendo acontecer que por esse motivo os pedidos para aquelle fim tenham lugar sómente em último recurso, e com difficuldade e constrangimento, cumpre que por taes serviços sómente se

exija pagamento do valor da mão d'obra e do material fornecido, que constituem despesa do estabelecimento, e não do que possa fazer parte da renda ou lucro do Arsenal, como seja a joia de entrada e estadia no dique, e a percentagem, de que trata o § 1.º do Aviso regulamentar de 26 de Outubro de 1858; organizando-se, porém, as contas com declaração das quantias, que se não cobrão: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e execução no que lhe toca; prevenindo-o de que o Governo de Sua Magestade Britannica, segundo me participou o Ministerio dos Negocios Estrangeiros em Aviso n.º 45, de 8 do mez proximo preferito, accita o principio de reciproco pagamento dos sobreditos serviços pelo modo indicado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco de Paula da Silveira Lobo*.—Sr. Chefe de Divisão Inspector do Arsenal de Marinha da Córte.



N. 273.—GUERRA.—EM 28 DE JULHO DE 1866.

Instrucções para o serviço medico dos hospitaes provisorios ou sedentarios, e depositos de convalescentes do 1.º Corpo de Exército em operações contra a Republica do Paraguay.

Art. 1.º Os Officiaes effectivos do Corpo de Saude do Exército, que se achão actualmente no Exército em operações, e nos hospitaes e enfermarias provisorias de Buenos-Ayres e Corrientes, serão todos empregados nas ambulancias do mesmo Exército.

Art. 2.º Fica expressamente prohibido o emprego dos Officiaes effectivos do Corpo de Saude nos hospitaes temporarios ou sedentarios, e depositos de convalescentes, quer do Exército, quer da Armada, Imperiaes.

Art. 3.º Dos Medicos, e Cirurgiões contractados, serão empregados nas ambulancias: 1.º — aquelles em cujos contractos tiver sido estipulada a condição de servirem nos hospitaes de sangue; 2.º — os que voluntariamente offerecerem seus serviços nos

hospitais de sangue, nas ambulancias, ou nos diferentes corpos, pertencentes ao 4.º Corpo de Exército.

Em caso de necessidade, e sempre que fôr preciso, serão empregados no serviço das ambulancias ou dos diferentes Corpos do referido Exército os Medicos, em cujos contractos houver a declaração de poderem ser empregados em qualquer serviço, e onde fôr mais conveniente.

Art. 4.º O serviço á bordo das embarcações, que transportarem doentes de uns para outros hospitais, ficará exclusivamente a cargo dos Medicos e Cirurgiões contractados; salvo o caso de urgencia, em que os Cirurgiões do Exército poderão ser provisoriamente nelle empregados.

Art. 5.º Os Medicos e Cirurgiões contractados, Lentes e oppositores das Faculdades de Medicina, e os alumnos das mesmas, que se tiverem contractados ou se contractarem, para prestar seus serviços ao Exército, serão empregados nos hospitais temporarios ou sedentarios, e depositos de convalescentes.

Não lhes fica vedado comtudo o serviço nos hospitais de sangue ou ambulancias, ou de qualquer outra natureza se o requererem, ou para isso se offerecerem.

Art. 6.º Cada hospital temporario ou sedentario terá: um primeiro Cirurgião e um primeiro Medico, um segundo Cirurgião e um segundo Medico; e tantos Medicos coadjuvantes do serviço, quantos forem necessarios para que, repartido igualmente entre todos o respectivo serviço, não caibão mais de setenta doentes de medicina a cada Medico e seus coadjuvantes, e cincoenta de cirurgia a cada Cirurgião e seus coadjuvantes.

Art. 7.º Os lugares de primeiros e segundos Cirurgiões e Medicos serão preenchidos pelos Lentes e Oppositores das Faculdades de Medicina, enquanto os houver, do contrario seguir-se-hia a pratica até aqui estabelecida.

Art. 8.º Os principios de precedencia, prioridade, subordinação e substituição entre os Lentes e Oppositores das Escolas de Medicina, de que trata o precedente artigo, serão os mesmos, que regem nas respectivas Faculdades. Entre elles e os que não forem Lentes ou oppositores das Faculdades preferirão estas ultimas qualidades a qualquer outra, isto é, os professores aos que o não forem.

Art. 9.º Entre os Medicos, que não forem Lentes

ou Opositores, e os alumnos subsistirão as doutrinas do art. 15 do Regulamento do Corpo de Saude de 7 de Março de 1857.

Art. 10. Todos os Medicos de que tratão as presentes Instrucções, achar-se-hão, em qualquer posição que occupem, subordinados ao Cirurgião-mór do Exército, actualmente chefe do serviço de saude, e ao competente Director do hospital ou enfermaria, na fórma do Regulamento em vigor.

Art. 11. Os alumnos das Faculdades de Medicina, do 5.º e 6.º annos, serão empregados nos hospitaes, como se fossem alumnos pensionistas de medicina e cirurgia, e os de mais, conforme sua aptidão, só poderão encarregar-se do tratamento dos doentes, sob a direcção e fiscalização immediata de um Medico ou Cirurgião, que dirigirá o tratamento.

Art. 12. As obrigações de cada um Medico ou alumno serão aquellas, que o Regulamento do Corpo de Saude do Exército de 7 de Março de 1857 lhe marca nas respectivas posições que occupar, salvas as disposições das presentes Instrucções.

Art. 13. Cada Medico, empregado no serviço de cirurgia nos hospitaes, terá pelo menos dous alumnos pensionistas, para o coadjuvarem no mesmo serviço; e o que o fôr no serviço de medicina terá para o mesmo fim, um ou mais alumnos pensionistas.

Art. 14. Os Professores das Faculdades poderão usar de uniforme ou de blusa de panno ou de brim, contendo no lado exterior da manga esquerda na parte superior, dous galões de ouro estreitos em angulo recto com o vertice para baixo, e um bonet a Cavaignac sem vivos nem vistas.

Art. 15. Os hospitaes serão montados segundo os preceitos estabelecidos nos Regulamentos: 1.º do Corpo de Saude do Exército, que baixou com o Decreto n.º 1900 de 7 de Março de 1857; 2.º no do Hospital Militar da Côrte, que baixou com o Decreto n.º 397 de 23 de Novembro de 1844, nas partes que estão em vigor; e 3.º, finalmente, no Regulamento especial para as enfermarias militares, mandado pôr em execução pela Ordem do Dia da Repartição do Ajudante General de 16 de Maio de 1861, sob n.º 238, tanto quanto fôr applicavel ás circumstancias actuaes nas partes, que não ficarem prejudicadas com as presentes Instrucções.

Art. 16. A cargo do Cirurgião-mór do Exército fica

a distribuição do pessoal dos Medicos e Cirurgiões contractados nos hospitaes sedentarios ou provisórios, hospitaes e enfermarias de sangue, ambulancias e serviço dos Corpos, e bem assim a organização e inspecção do serviço de quaesquer enfermarias e hospitaes do 4.º Corpo de Exercito.

O desempenho deste cargo poderá ter lugar por meio de delegados de sua escolba; podendo encarregar o dos hospitaes e enfermarias a cargo de Medicos ou Cirurgiões contractados a algum destes, que fôr de sua confiança.

Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1866.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 276.—FAZENDA.—EM 28 DE JULHO DE 1866.

O direito á metade do ordenado subsiste, havendo interposição de recurso, com effeito suspensivo, da sentença de condemnação, até que esta seja confirmada e passe em julgado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 407 de 24 de Novembro do anno passado, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, communicando haver determinado que ficasse sem effeito a ordem de suspensão do meio ordenado ao ex-Inspector José Francisco Carneiro Junqueira, que, pronunciado, e depois condemnado por crime de responsabilidade, appellára dessa sentença para o Tribunal competente: declara ao dito Sr. Inspector que fica approvado o seu acto; porquanto, segundo o art. 465 § 4.º, doCodigo do Processo, e differentes decisões do Thesouro, o direito á metade do ordenado subsiste, havendo sentença de condemnação, e interposição de recurso, até que seja confirmada e passe em julgado, no caso em que os effeitos do dito recurso forem suspensivos, nos termos do art. 458 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

João da Silva Carrão.

N. 277.—FAZENDA.—EM 28 DE JULHO DE 1866.

Approva a suspensão de varios empregados sujeitos á fiança, declarando que a hypotheca legal sobre os bens dos responsáveis e seus fiadores, não produz effeito algum a respeito de terceiros, sem preencher-se o requisito indispensavel da especialização e inscripção.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco n.º 443, de 12 de Junho proximo passado, no qual participa que, á vista da ordem de 23 de Abril á Thesouraria das Alagôas, suspendêra o Pagador da Thesouraria, Minervino de Souza Leão, o Thesoureiro interino da Alfandega, Francisco de Oliveira Mello e Silva, um Cobrador da Recebedoria e os Collectores de Iguarassú e Ingazeira, por não apresentarem no prazo de 30 dias especializadas e inscriptas as hypothecas legaes sobre os immoveis de seus fiadores, sendo os dous primeiros empregados substituidos na fôrma do Decreto de 20 de Novembro de 1850: declara ao dito Sr. Inspector que procedeu regularmente; porquanto, a hypotheca legal sobre os bens dos responsáveis e seus fiadores não produz effeito algum a respeito de terceiros, nos termos da nova Lei hypothecaria e respectivo Regulamento, sem preencher-se o requisito indispensavel da especialização e inscripção.

João da Silva Carrão.



N. 278.—FAZENDA.—EM 30 DE JULHO DE 1866.

Indeferimento de um recurso sobre reconhecimento de avarias,
por successos do mar, em vinte gigos de louça.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 110 de 8 de Junho ultimo que o mesmo Tribunal:

Visto o recurso de Pereira Carneiro & Comp., commerciantes da dita Provincia, da decisão do Sr. Inspector que confirmou a da Alfandega, em que foi-lhes denegado o reconhecimento de avarias, por successos do mar, a vinte gigos de louça;

Vista a disposição do art. 531 do Regulamento das Alfandegas, que considera avariadas as mercadorias que não perdem de valor pelo contacto da agua salgada como acontece á louça;

Vista a disposição do art. 538 do dito Regulamento que dá abatimento por virtude de quebras á porcelana ou louça de qualquer qualidade de 3 % em geral, que podem ser elevadas a 10 %, quando por peritos fôr reconhecido que mais consideraveis são as quebras do que de ordinario acontece;

Considerando que o Sr. Inspector da Alfandega procedeu de accordo com as preditas disposições, como se vê do seu despacho de 18 de Abril do corrente anno, approvando o abatimento de 6 % em vista da grande quebra encontrada pelos peritos;

Considerando que, se a parte não se quizesse conformar com o abatimento arbitrado pela Inspectoria, ainda lhe restava o recurso de separar e despachar sómente as peças intactas e sem quebra ou falta, abandonando o resto, que seria arrematado em praça na fórma do art. 301 § 1.º do Regulamento:

Resolveu negar provimento ao mencionado recurso.

João da Silva Carrão.

N. 279. — GUERRA. — EM 30 DE JULHO DE 1866.

Declara como se deve proceder no caso de reclamações de Officiaes que, se julgarem offendidos em seus direitos, por não terem sido mencionados na ordem do dia, que relate qualquer acção.

Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1866.

Convindo que V. S. faça constar em Ordem do Dia das forças sob seu commando, que os Officiaes, quando se julgarem offendidos em seus direitos por não terem sido seus nomes mencionados na ordem do dia, que relate qualquer acção, em que tenham tomado parte, façam suas reclamações nos termos do disposto no Decreto n.º 89 de 31 de Julho de 1844; e bem assim que seja remetida a esta Secretaria de Estado uma relação de todos os Officiaes das mesmas forças com declaração das condecorações que tem: assim o declaro a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

— No mesmo sentido ao Barão do Herval, Barão de Porto Alegre, Commandante das Armas de Mato Grosso, Brigadeiro Galvão, e Commandante das forças embarcadas.

N. 280. — GUERRA. — EM 30 DE JULHO DE 1866.

Declara que o Aviso de 13 de Abril ultimo a respeito do ajuste de Contas dos Officiaes dos Corpos de Voluntarios é extensivo aos de 1.ª linha do exercito.

Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1866.

Declaro a Vm., para sua intelligencia e execução, que o Aviso expedido em data de 13 de Abril ultimo, relativamente ao ajuste de contas dos Officiaes

de Corpos de Voluntarios dispensados do serviço do Exercito, é extensivo aos Officiaes de 1.^a linha do mesmo Exercito, que não apresentarem as respectivas guias.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 281. — GUERRA. — EM 31 DE JULHO DE 1866.

Declara que as Instrukções para o serviço medico do Exercito devem ser observadas com as seguintes correções.

Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Julho de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sahido com erros de imprensa as instruccões para o serviço medico do Exercito, e que nesta occasião remetto a V. Ex., declaro que devem as mesmas instruccões ser observadas com as seguintes correções:

Art. 44. Os alumnos das Faculdades de Medicina do 5.^o e 6.^o anno poderão exercer as funcções de Medicos coadjuvantes: os do 3.^o e 4.^o anno como se fossem alumnos pensionistas: os demais, conforme a sua aptidão.

Art. 44. Os professores e alumnos das Faculdades poderão, etc. — O mais como está no artigo.

Art. 48. 2.^o periodo: — O desempenho deste encargo poderá ter lugar por meio de delegados de sua escolha, podendo o dos hospitaes e enfermarias dirigidos por Medicos e Cirurgiões contractados ficar a cargo de algum destes que seja de sua confiança.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Francisco Octaviano de Almeida Rosa.

— No mesmo sentido ao Commandante em Chefe das nossas forças em operações e ao Cirurgião-mór do Corpo de Saude do Exercito.

N. 282.—IMPERIO.—EM 31 DE JULHO DE 1866.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Declara o prazo das inscripções para o concurso ao lugar de Lente.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 31 de Julho de 1866.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 12 do corrente, em que V. S. consulta qual deve ser o prazo para a inscripção dos candidatos aos concursos para o provimento dos lugares de Lente cathedratico das Faculdades de Medicina, se o de seis mezes marcado no art. 88 do Regulamento complementar dos estatutos, e mandado observar nessa Faculdade por Aviso de 21 de Dezembro de 1861, se o de trinta dias, conforme determina o art. 62 dos mesmos estatutos para os concursos entre Oppositores.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 20 deste mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 19 de Junho ultimo, Manda declarar que o prazo das inscripções para o concurso aos lugares de Lente cathedratico é o de trinta dias, se o mesmo concurso tiver lugar sómente entre Oppositores, conforme dispõe o citado art. 62, e de seis mezes, quando com elles concorrão os Doutores em Medicina, que tiverem as habilitações necessarias, pois que nesta hypothese tem applicação o disposto no referido art. 88 para o concurso aos lugares de Oppositor.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 283.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 31 DE JULHO DE 1866.

Sobre o direito dos Voluntarios á percepção de vencimentos, quando dispensados do serviço do exercito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1866.

João da Silva Carrão, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 26 de Junho findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que Sua Magestade o Imperador Houve por bem Decidir por Sua Immediata e Imperial Resolução de 22 do mesmo mez, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, que os Voluntarios que, tendo servido no Exercito de operações, forem dispensados do serviço por motivos de molestia, devem gozar das vantagens concedidas aos Guardas Nacionaes; isto é, tem direito á percepção do soldo e etapa, até regressarem a seus domicilios, ficando comprehendidos na regra geral os Empregados Publicos: e bem assim que, se pelo contrario forem dependentes da propria vontade os motivos, que os dispensarem do serviço do Exercito, em tal caso não ha fundamento para se lhes conceder o mesmo beneficio, nem para perceberem os vencimentos dos seus empregos, os que os tiverem, enquanto não entrarem no effectivo exercicio delles.

João da Silva Carrão.

N. 281.— GUERRA.— EM 4 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que se deve nomear novo Conselho de Investigação ao Capitão reformado Francisco Antonio de Carvalho, por ter corrido irregularmente o que foi remetido para a Côrte, e que devera ser concluido no lugar em que foi começado.

N. 61.— Directoria Central.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Sendo ouvido o Conselho Supremo Militar ácerca de informação da Repartição do Ajudante General sobre o incluso Processo de Conselho de Investigação, a que foi submettido nessa Provincia o Capitão reformado Francisco Antonio de Carvalho, e Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o parecer do mesmo Conselho, exarado em Consulta de 27 de Junho ultimo, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 27 de Julho do corrente anno, Determinar que seja o referido processo remettido ao Comandante das Armas dessa Provincia, a fim de nomear-se ali um novo Conselho de Investigação, que, procedendo nos ultteriores termos, o conclua, dando o seu parecer; visto que muito irregularmente procedeu o Comandante das Armas enviando para esta Côrte o processo; por que tendo alli começado, alli mesmo devera ser concluido no devido tempo, com a nomeação de outro Conselho; não podendo justificar a opinião contraria o facto de não ter a culpa districto, uma vez que foi elle começado na Bahia, e muito menos ainda o de residir o accusado nesta Côrte; porque podendo o novo Conselho julgar conveniente novos esclarecimentos e diligencias, como sejam inquirições de testemunhas, acareações, etc., difficil seria proceder aqui a taes diligencias: o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 285.—GUERRA.—EM 6 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que a restituição de meio soldo descontado a um Official reformado, em consequencia de ter elle respondido a Conselho de Guerra, só pôde ser contada da data do Decreto, que o reformou.

N. 71.—Directoria Central.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio, que V. Ex. me dirigio em data de 7 de Julho ultimo, sob n.º 247, declaro a V. Ex. para sua intelligencia, e a fim de o fazer devidamente constar, que bem procedeu a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia entendendo que a restituição a fazer-se dos meios soldos descontados ao Tenente Coronel reformado do exercito, Antonio Francisco de Souza Magalhães, em consequencia de ter elle respondido a Conselho de Guerra, só pôde ser contado da data do Decreto, que o reformou, e não do dia, em que teve principio esse desconto, na conformidade das disposições vigentes a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 286.—GUERRA.—EM 6 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que as gratificações e premios, sendo vantagens devidas a effectividade das praças nas fileiras, devem cessar desde que taes praças forem condemnadas.

N. 69.—Directoria Central.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 19 de Abril do corrente anno, em que o Commandante das Armas dessa Provincia consultou se as praças condemnadas pelo fôro civil,

mas sem recurso de appellação, devem continuar a vencer a gratificação de voluntario ou engajado, e o respectivo premio até a confirmação da sentença, ou se taes vantagens cessão da data da sentença condemnatoria, embora se deprehenda da Provisão de 29 de Fevereiro de 1844, que as praças em processo por crime civil tem direito aos respectivos vencimentos enquanto não são definitivamente sentenciadas e excluidas temporaria ou definitivamente dos corpos a que pertencem; e o Mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido o Conselho Supremo Militar, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 27 do mez proximo passado, Decidir que as gratificações e premios, sendo vantagens devidas á effectividade das praças nas fileiras, devem cessar desde que taes praças forem condemnadas, e sobrecarregarem o Estado com o serviço de outras destinadas a guardal-as em prisão, embora se lhes tenham de restituir semelhantes vencimentos quando a final absolvidas: o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar ao referido Commandante das Armas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 287. — FAZENDA. — EM 6 DE AGOSTO DE 1866.

Os donos de escravos, que, transferindo-os a outrem, não os eliminão da matricula, continuão sujeitos a pagar a respectiva taxa, enquanto não se realiza a transferencia para o nome dos novos possuidores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia da Bahia de 43 de Novembro do anno passado sob n.º 274, em que consulta se, continuando os escravos matricu-

lados em nome dos vendedores, e sujeitando-se estes ao pagamento da taxa até effectuar-se a transferencia, pôde ser dispensada a imposição da multa do art. 23 do Regulamento de 14 de Abril de 1842; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que, segundo o art. 7.º do Regulamento do 1.º de Maio de 1858, a pena que tem os donos de escravos, que, transferindo-os a outros por venda ou doação, não os eliminão da matrícula, é a obrigação de pagar o imposto enquanto não são os ditos escravos transferidos para o nome dos novos administradores, ou justificada a alforria, morte ou mudança para fóra dos limites dentro dos quaes são sujeitos á taxa; e que á multa de 40\$000 a 30\$000 são sómente sujeitos os donos ou administradores, que nos prazos legaes não matricularem ou deixarem de fazer as declarações sobre os que houverem adquirido, ou lhes tiverem sido remettidos de fóra das cidades ou Villas, e que não estejam matriculados.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 288.—FAZENDA.—EM 6 DE AGOSTO DE 1866.

Recurso de um 2.º Escripturario da Alfandega da Corte contra a decisão da Recebedoria obrigando-o ao pagamento dos direitos de 5% da maioria dos vencimentos de Amanuense extinto, sem levar em conta o que o recorrente pagara como Inspector da Alfandega de Paranaguá.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1866.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os fins convenientes, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo 2.º Escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, Demetrio Acacio Fernandes da Cruz, da decisão da mesma Recebedoria que o obrigou ao pagamento dos direitos de 5% da maioria de vencimento de Amanuense extinto, sem levar em conta os direitos já pagos na qualidade de Inspector da Alfandega

de Paranaguá: por isso que a Circular de 22 de Setembro de 1864, expedida em consequencia da Resolução de Consulta de 10 do mesmo mez, só manda cobrar os direitos por inteiro daquelles empregados que forem demittidos e depois nomeados, seja qual fôr o tempo decorrido entre a demissão e a nova nomeação.

Sendo o recofrente Amanuense da Alfandega do Rio de Janeiro quando foi designado para servir o lugar de Inspector da de Paranaguá, voltou depois de dispensado desta commissão para aquella Alfandega, onde ficou como empregado de serventia extincta, percebendo os vencimentos de 3.º Escripturario, até que ultimamente foi nomeado para o lugar de 2.º Escripturario da mesma Repartição: não teve interrupção como empregado, foi apenas removido de um para outro emprego do mesmo Ministerio: e portanto realiza-se para com elle a intelligencia que a mencionada Circular deu á 2.ª parte do art. 43 da Lei n.º 779 de 6 de Setembro de 1834.

Por conseguinte o recorrente sómente pôde ser obrigado a pagar o excesso dos actuaes vencimentos aos que tinha como Amanuense ou 3.º Escripturario, levando-se-lhe em conta o que já havia pago pela nomeação de Inspector da Alfandega de Paranaguá.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 289.—FAZENDA.—EM 7 DE AGOSTO DE 1866.

Declara sujeito ao sello em conformidade do art. 6.º do respectivo Regulamento, e no caso de ser revalidado, o contracto celebrado pelo Ministerio da Agricultura com Joseph Bennaton.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para sua intelligencia e fins convenientes, que mandei cumprir o Aviso desse Ministerio de 8 de Junho ultimo, relativo ao pagamento a Joseph Bennaton

da quantia de 5:500\$000 pelo fornecimento que fez de uma bomba para extinguir incendios, movida a vapor, e destinada ao serviço do Corpo de Bombeiros desta cidade; e bem assim que o contracto celebrado com o dito Bennaton em 23 de Janeiro do anno passado, e cuja cópia foi remettida a este Ministerio com Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de igual data, está sujeito ao sello na conformidade do art. 6.º do respectivo Regulamento, devendo por conseguinte ser revalidado. E para que não se reproduzão taes omissões, rogo a V. Ex. se digne ordenar a exacta observancia do referido Regulamento por occasião dos contractos celebrados por esse Ministerio, e da informação e despacho de quaesquer papeis sujeitos áquelle imposto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 290.—FAZENDA.—EM 7 DE AGOSTO DE 1866.

Permitte o movimento de fundos á Directoria da Estrada de ferro de D. Pedro II, não obstante ser isso da exclusiva competencia do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao Aviso n.º 349 do Ministerio a seu cargo de 46 de Julho findo, que o movimento de fundos é da privativa competencia do Thesouro, e bem assim das Thesourarias com autorização deste; entretanto têm-se tolerado essa pratica em outras Repartições não subordinadas ao Thesouro, e por conseguinte com muito maior razão o poderá fazer a Directoria da Estrada de ferro de D. Pedro II que tem encargos de prompta solução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 291.—FAZENDA.—EM 8 DE AGOSTO DE 1866.

Adverte a Thesouraria da Bahia por ter feito remessas de fundos á de Sergipe, em notas da respectiva Caixa Filial do Banco do Brasil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 48 de 27 de Junho proximo passado da Thesouraria de Sergipe, declara ao Sr. Inspector da da Bahia que é illegal e inadmissivel a remessa de fundos que tem feito á de Sergipe, como esta agora participou, em notas da Caixa Filial do Banco do Brasil na Bahia; e que nesta occasião se ordena áquella Thesouraria que lhe remetta toda a importancia que existir em seus cofres na dita especie, para ser trocada e reenviada em notas do Governo: o que o Sr. Inspector cumprirá com toda a brevidade.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 292.—FAZENDA.—EM 8 DE AGOSTO DE 1866.

Trata do abuso commettido pela Thesouraria de Sergipe, de receber em seus cofres notas que não são do Governo, e do modo por que deve ella effectuar a substituição das notas de 5\$000 da 5.ª estampa, e 10\$00 cor de telha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 48, de 27 de Junho proximo passado, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, pelo qual teve conhecimento de que nas estações fiscaes da dita Provincia, onde não existe Caixa Filial do Banco do Brasil, se recebem notas que não são do Go-

verno: ordena ao mesmo Sr. Inspector que, sob sua responsabilidade, faça cessar esse abuso, e remetta para a Thesouraria da Bahia toda a importancia que no cofre exista em notas da respectiva Caixa Filial para ser trocada por papel do Governo; na intelligencia de que nesta data se tomão providencias para que lhe seja remettida directamente do Thesouro a quantia de 20:000\$000 em notas de 40\$000, 5\$000 e 2\$000, a fim de que a repartição possa fazer as suas despezas enquanto lhe não chegar da Bahia o alludido troco. Outro-sim declara ao Sr. Inspector que nenhuma medida especial se torna necessaria para a substituição das notas de 5\$000 da 5.^a estampa e de 40\$000 côr de telha; porquanto, a operação deve effectuar-se pelo producto da renda geral e pelos supprimentos do Thesouro, como se acha determinado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 293.— FAZENDA.— EM 9 DE AGOSTO DE 1866.

Sobre um titulo de divida, de duas meias folhas, das quaes uma só pagou o sello de 200 réis, e que foi revalidado exigindo-se a taxa de 2\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, que, pelo credito conferido no § 18 do art. 7.^o da Lei n.^o 4243 de 28 de Julho de 1865, mande pagar ao ex-soldado do 4.^o Batalhão de Infantaria Martiniano José de Mello a quantia de 50\$838, proveniente de varias peças de fardamento que não recebeu nos exercicios de 1852 — 1862; annullando-se da conta aberta na dita Thesouraria a quantia de 45\$140 em que a sua liquidação na importancia de 65\$978 excede á da Repartição do Quartel-Mestre

General: e por esta occasião observa ao Sr. Inspector que mal procedeu a Alfandega da Cidade de Porto Alegre, exigindo a taxa da revalidação de 2\$000 pela meia folha não sellada do titulo de divida do referido ex-soldado. Constando o mesmo titulo de duas meias folhas, e sómente tendo-se pago de uma a taxa simples de 200 réis, ficando a outra por sellar, devêra-se considerar o documento como tendo pago sello menor que o devido, e por isso sujeito á revalidação do quadruplo da differença, 800 réis, e não 2\$000, na fórma da ultima parte do art. 90 do Regulamento n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860; o que tudo fará constar á mencionada Alfandega para sua intelligencia, notando-se-lhe que a indevida cobrança de 4\$200 deu-se em 12 de Janeiro de 1863 pela verba n.º 39, não obstante constar do documento que a revalidação devida de 800 réis já havia sido paga pela verba n.º 42 de 26 de Setembro de 1862, assignadas ambas pelo Thesoureiro Leite e pelo Escriptuario Navarro de Andrade, que devem ser advertidos, para que não se repitão factos semelhantes.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 294.—FAZENDA.—EM 9 DE AGOSTO DE 1866.

Instrucções mandadas observar provisoriamente na Secção do Contencioso da Thesouraria de Pernambuco para a boa execução do art. 47 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, attendendo á necessidade de expedir as Instrucções precisas para boa execução do art. 47 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859, ordena que na Secção do Contencioso da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco se observe provisoriamente o seguinte:

Art. 1.º A Secção do Contencioso da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco será immediatamente regida pelo Ajudante do Procurador da Fazenda de 1.ª Instancia na mesma Provincia, nos termos do art. 47 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839.

Art. 2.º Ao Ajudante incumbe:

§ 1.º Dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secção, conforme as Instrucções e Ordens do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda, Chefe da mesma Secção, devendo assistir diariamente a elles, salvo o impedimento pelo serviço de que trata o art. 5.º

§ 2.º Tomar o ponto diario dos empregados da Secção, tanto na entrada como na sahida, fazendo no livro respectivo as declarações exigidas pelos factos que occorrerem.

§ 3.º Fazer lançar logo no protocollo a correspondencia official e outros papeis que entrarem na Secção pelo empregado competente, que delles passará recibo quando vierem sob protocollos das Repartições, e bem assim apresental-os ou remetel-os sem demora ao Procurador Fiscal com os esclarecimentos e documentos existentes na Secção a respeito do assumpto sobre que versarem, para dar-lhes andamento; ficando entendido que as contas correntes, certidões e outros titulos de divida activa do Estado, as Precatorias e papeis semelhantes, serão lançados nos livros competentes.

§ 4.º Apresentar no 1.º dia util de cada mez ao Procurador Fiscal uma copia fiel por elle assignada do ponto do mez anterior, no qual o Procurador Fiscal fará as declarações precisas para o mesmo Ajudante e mais empregados da Secção poderem receber os seus vencimentos.

§ 5.º Authenticar com a sua assignatura, sob a formula do estylo, as copias dos documentos e papeis officiaes da correspondencia ou expediente da Secção.

§ 6.º Fazer ao Procurador Fiscal as requisições relativas aos objectos precisos para o serviço e expediente da Secção.

§ 7.º Velar sobre o andamento dos trabalhos e do expediente a cargo dos empregados da Secção para que andem em dia, dando conta ao Procurador Fiscal de qualquer negligencia commettida pelos mesmos empregados, e solicitando quaesquer providencias que convierem ao serviço.

§ 8.º Organizar e apresentar ao Procurador Fiscal as relações dos processos executivos e dos de natureza diversa, e os demais trabalhos que devem ser remettidos em cada semestre á Directoria Geral do Contencioso, depois de verificadas e assignadas pelo Procurador Fiscal, tudo á vista dos documentos e esclarecimentos por este ministrados, dos que o mesmo Ajudante colher no expediente a seu cargo nos differentes Juizos, e do que constar dos livros competentes da Secção.

Art. 3.º Haverá um livro de ponto aberto, rubricado e encerrado na fórma do art. 33 § 8.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, no qual o Ajudante e outros empregados da Secção assignarão seu nome ás horas marcadas para começar e findar o trabalho, procedendo-se quanto ao mais nos termos do art. 59 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850.

Art. 4.º O Procurador Fiscal será substituido nos seus impedimentos pelo Ajudante, salva a disposição do art. 34 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851.

Art. 5.º O serviço do expediente a cargo do Procurador Fiscal e seu Ajudante, tanto no Juizo dos Feitos como nos demais Juizos, regular-se-ha pelas disposições do Aviso do Ministerio da Fazenda n.º 49 de 11 de Fevereiro de 1853, excepto na parte final relativa á criação de mais um Solicitador, e do Officio da Directoria Geral do Contencioso n.º 27 de 2 de Março de 1853.

Art. 6.º A correspondencia official da Directoria Geral do Contencioso continuará a fazer-se directamente com o Procurador Fiscal ainda a respeito dos negocios judiciaes a cargo do Ajudante, o qual ao mesmo Procurador Fiscal se deverá dirigir sobre taes negocios, quando dependerem de esclarecimentos ou de providencia superior.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 295.—FAZENDA.—EM 40 DE AGOSTO DE 1866.

Determina que, por occasião da expedição dos títulos de aforamento dos terrenos do Estado, se exija dos foreiros o pagamento das despesas da transcripção sómente por extracto, e não de *verbo ad verbum*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 40 de Agosto de 1866.

Sirva-se V. S. dar as precisas ordens para que d'ora em diante se exija dos foreiros dos terrenos do Estado, por occasião da expedição dos títulos de aforamento passados pelo Thesouro de accrescidos ás marinhas e outros terrenos, o pagamento das despesas da transcripção sómente por extracto, e não de *verbo ad verbum*, na fórma dos arts. 94 e 95 do Regulamento para execução da Lei Hypothecaria.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 296.—FAZENDA.—EM 40 DE AGOSTO DE 1866.

Dá providencias para a transcripção no Registro Geral dos títulos de aforamentos expedidos pelo Thesouro e pela Illma. Camara Municipal, de accrescidos á marinhas e outros terrenos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 40 de Agosto de 1866.

Estando sujeitos á transcripção no Registro Geral os títulos de aforamento, expedidos pelo Thesouro, de accrescidos ás marinhas e outros terrenos, e os expedidos pela Illma. Camara Municipal, para que os respectivos onus possam valer contra terceiros, conforme o art. 7.º da nova Lei Hypothecaria, e art. 256 e 257 do respectivo Regulamento; e convido que se proceda á mesma transcripção quanto aos títulos passados pelo Thesouro depois da installação

do Registro, correndo a despesa que fizer o Thesouro por conta dos adquirentes do dominio util, na fórma do art. 93 do mesmo Regulamento: fica V. S. autorizado, conforme propõe em sua representação de 26 de Julho proximo passado, para as referidas despesas, que consistem nos emolumentos dos officiaes do Registro, e se deverão levar á verba — Eventuaes.

Deus Guarde a V. S.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral do Concencioso.

N. 297.—FAZENDA.—EM 11 DE AGOSTO DE 1866.

Indeferimento de um recurso de revista sobre differença de qualidade, por não ter a parte allegado, nem provado nenhuma das hypotheses do art. 764 n.º 1 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 469 de 20 do mez passado, que o mesmo Tribunal resolveu não dar provimento ao recurso de revista interposto por Frères Buderer da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que os sujeitou á pena do art. 556 parte 4.ª do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, pela differença de qualidade do brim de linho trigueiro por elles proposto á despacho em 21 de Março ultimo; visto só caber o recurso de revista das decisões proferidas dentro da alçada, nos casos de incompetencia, excesso de poder, e violação de Lei ou de formulas essenciaes, hypotheses que nem se allegão, e nem se provão no citado recurso.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 298.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza o pagamento de uma divida de exercicios findos, de credor fallecido, provando-se, porém, embora em fórma administrativa, que ha herdeiros que preferem a Fazenda Publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 9 de Maio ultimo, autoriza ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte para pagar a divida de 128\$648, proveniente de fardamento relativo aos exercicios de 1857—1863, de que era credor o ex-soldado da Companhia de Caçadores Antonio Francisco dos Santos Pereira; provando-se, porém, embora em fórma administrativa, que ha herdeiros que preferem a Fazenda Publica, e registrando-se o titulo da divida no livro competente.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N 299.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1866.

As quantias pertencentes á receita do Estado não podem ser conservadas em deposito em Repartições Provinciaes para ulterior destino, porque não são taes Repartições competentes para recebê-las, e menos para distribuí-las.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A' vista do Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 27 de Julho proximo passado, requisitando que continue em deposito na Directoria de Fazenda da Provincia do Rio de Janeiro a quantia de 1:993\$944 pertencente ao aldeamento extincto de S. Lourenço em Nictheroy, a fim de serem satisfeitas as ordens do mesmo Ministerio transmittidas,

naquella data, á Presidencia da dita Provincia ; tenho de ponderar a V. Ex. que, se por ventura a quantia de que se trata pertence á receita do Estado por qualquer titulo, não poderá deixar de entrar nos cofres do Thesouro ; pois não é competente para recebê-la, e alli conservá-la para ter qualquer destino, a Directoria da Fazenda do Rio de Janeiro, Repartição meramente provincial, que por isso mesmo não tem competência para distribuí-la ; tanto mais porque, segundo dispõe o art. 39 da Lei n.º 628 de 17 de Setembro de 1851, é vedado aos diversos Ministerios augmentar os creditos abertos para suas despesas com o producto de receitas especiaes. Rogo, entretanto, a V. Ex. se sirva declarar-me qual a origem ou proveniencia da referida quantia, no caso de considerar-se renda do Estado, ou receita extraordinaria, a fim de ser devidamente escripturada logo que se verifique a sua entrada no Thesouro.

Deus Guarde a V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 300.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— EM 13 DE AGOSTO DE 1866.

Aviso ao Director da estrada de ferro de D. Pedro II autorizando-o a fazer movimentos de fundos para occorrer a encargos de prompta solução.

N. 121.— 2.ª Secção.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 13 de Agosto de 1866.

Declaro a Vm. em solução ao seu officio de 12 do mez proximo findo e segundo informou-me o Sr. Ministro da Fazenda em Aviso de 7, que o movimento de fundos é da privativa competencia do Thesouro, e bem assim das Thesourarias, com autorização deste ; entretanto tem-se tolerado essa pra-

fica em outras repartições não subordinadas ao Thesouro e por conseguinte com muito maior razão o poderá fazer a Directoria dessa estrada de ferro, que tem encargos de prompta solução, como os de que trata o mencionado officio.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Director da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 301.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 13 DE AGOSTO DE 1866.

Dá ordem a respeito do attestado de frequencia dos empregados.

N. 210.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 13 de Agosto de 1866.

Remetto a Vm. a inclusa copia do Aviso datado de 6 do corrente, em que o Sr. Ministro da Fazenda solicita que nos attestados de frequencia dos empregados das Repartições subordinadas ao Ministerio a meu cargo se especifique a natureza das commissões que estiverem exercendo, a fim de que lhe dê a competente execução na parte que lhe cabe.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

N. 302.—GUERRA.—EM 14 DE AGOSTO DE 1866.

Declara como se deve fazer o abono da diaria designada na Tabella do 1.º de Maio de 1858 para transporte de munições de guerra e trem bellico.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi-me presente o officio de V. Ex. datado de 23 de Junho do corrente anno, ao qual acompanhou o requerimento do Capitão Trajano Antonio Gonçalves de Medeiros Oliveira pedindo se lhe mande abonar a diaria, designada na Tabella do 1.º de Maio de 1858, para transporte de munições de guerra e trem bellico das companhias.

E, em resposta, declaro a V. Ex. que bem procedeu a Pagadoria Militar recusando semelhante abono, recusa que deve tambem estender-se a diaria consignada para o transporte do archivo e bagagens dos Officiaes das companhias, visto ter o exercito sob o commando de V. Ex. os meios de conducção creados e mantidos a custa dos cofres publicos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Barão de Porto Alegre.

N. 303.—FAZENDA.—EM 14 DE AGOSTO DE 1866.

Determina que fique sem effeito a fiança prestada na Alfandega por João Simões Pereira, pelos direitos de uma pipa de aguardente despachada para sua taverna na Cascadura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1866.

Sirva-se o Sr. Inspector interino da Alfandega da Côte dar as precisas ordens para que seja considerada sem effeito, visto não ser caso della, a fiança prestada por João Simões Pereira, pelos direitos de uma pipa de aguardente despachada para sua taverna na Cascadura, districto do interior, a que se refere a informação dessa Inspectoria de 4 de Abril ultimo n.º 817.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 304.—FAZENDA.—EM 14 DE AGOSTO DE 1866.

Manda considerar a pipa de aguardente, de que trata o prece-
dente Aviso, no número das consumidas pela referida taverna,
a fim de ser paga a diferença que passa a dar-se na liqui-
dação de consumo durante o exercício.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Ja-
neiro em 14 de Agosto de 1866.

A' vista do que informa o Sr. Administrador da
Recebedoria da Côrte em seu officio n.º 44 de 22
de Março ultimo, acompanhado de outro do Agente
do depósito de Bemfica, relativo ao despacho de
salida que no dia 15 deu a Alfandega á uma pipa
de aguardente para a taverna de João Simões Pe-
reira, sita na Cascadura, districto do interior, tenho
de declarar ao Sr. Administrador, que deve con-
siderar a pipa de aguardente de que se trata no
numero das consumidas pela referida taverna, para
que seu dono pague a diferença que passa a dar-se
na liquidação do consumo durante o exercício.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 305.—GUERRA.—EM 16 DE AGOSTO DE 1866.

Manda abonar ao Almoxarife e Escrivão de 3.ª Classe do Al-
moxarifado do Arsenal de Guerra da Côrte, suspensos do
respectivo exercício, a importancia do seu ordenado, em-
quanto assistirem ao competente inventario para prestação de
suas contas.

N. 209.—Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de
Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em
16 de Agosto de 1866.

A Manoel Corrêa de Albuquerque e Bento José
Travassos, o primeiro Almoxarife e o segundo Es-
crivão de 3.ª Classe do Almoxarifado do Arsenal de
Guerra da Côrte, que se achão suspensos do res-

pectivo exercicio, mas que para a prestação de suas contas tem de assistir ao inventario da mesma classe, mande Vm. abonar a importancia do ordenado, que elles percebião, emquanto effectivamente estiverem em serviço.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.



N. 306. —GUERRA. —EM 17 DE AGOSTO de 1866.

Declara que não se deve abonar jornaes aos operarios, que servirem na Guarda Nacional, visto que a elles não se estende o direito de opção, de que gozão os Empregados publicos.

N. 28. —Directoria Central.—1.ª Secção. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Agosto de 1866.

Declaro a V. S. em solução aos seus officios do 1.º e 2 de Julho ultimo, que o lithographo do Archivo Militar, Severo Pedro de Alcantara, designado como Guarda Nacional para serviço de destacamento do Corpo Policial da Córte, deve ser considerado como em serviço do mesmo archivo, embora dêsse por si um substituto para o dito serviço de destacamento. Quanto aos jornaes, que competem ao mesmo lithographo, devem ser-lhe abonados se com outros em identicas circumstancias assim se tem praticado, provando elle porém que o substituto nada percebe de soldo ou vantagens militares. Declaro mais a V. S. que d'ora em diante deve cessar a pratica, se a houver, de abonar-se jornaes aos operarios, que servirem na Guarda Nacional, pois a estes não se estende o favor, de que gozão os empregados publicos, que tem o direito de opção.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Director do Archivo Militar.



N. 307.—GUERRA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1866.—CIRCULAR ÀS REPARTIÇÕES DA CÔRTE.

Declara que nos attestados de frequencia dos empregados, sujeitos á este Ministerio, se deve especificar a natureza das commissões em que se achão.

Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Agosto de 1866.

Devendo as repartições subordinadas a este Ministerio especificar, nos attestados de frequencia dos seus empregados, a natureza das commissões, em que por ventura se achem, a fim de poder o Thesouro Nacional exercer a fiscalização, que lhe compete nos pagamentos dos vencimentos, que se lhes fazem mensalmente, conforme solicitou o Sr. Ministro da Fazenda em Aviso de 6 do corrente: assim o declaro a V... para seu conhecimento e devida execução na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V.... — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr....

N. 308.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1866.

Recurso sobre o (despacho de um) barco de ferro, importado em peças separadas, uma machina a vapor para o mesmo, e uma locomovel também a vapor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1866.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Antonio Alves da Silva Pinto, empresario da navegação a vapor do rio Macabú, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte que lhe negou isenção de direitos não só quanto ao casco de um barco de ferro em peças separadas, que importou para ser armado no lugar competente, como a respeito de uma machina de

vapor para mover o mesmo barco, e uma locomóvel também a vapor, que pôde ter diferentes applicações; resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso, tão sómente quanto á machina a vapor para o barco, declarando subsistente a decisão recorrida, quanto aos outros objectos, á vista dos arts. 1093 da Tarifa e 512 do Regulamento das Alfandegas.

O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para seu conhecimento e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 309.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que só para a substituição das notas de 5\$000 da 4.^a estampa se tem remettido ás Thesourarias fundos especiaes em notas novas de 1\$000 e 2\$000; sendo que a substituição das de 3\$000 da 3.^a estampa e de 10\$000 côr de telha, e a das dilaceradas de 1\$000 e 2\$000, deve effectuar-se com o producto da renda geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 62 de 24 do mez passado, que sómente para substituição das notas de 5\$000 da 4.^a estampa se tem remettido ás Thesourarias de Fazenda fundos especiaes em notas novas de 1\$000 e 2\$000 tiradas da Caixa da Amortização, como foi determinado pela Circular n.º 55 de 22 de Dezembro de 1854, e não para a substituição das de 3\$000 da 3.^a estampa, e de 10\$000 côr de telha, nem das dilaceradas de 1\$000 e 2\$000; porquanto taes operações se devem levar a effeito pelo producto da renda geral, como foi declarado a respeito daquellas pelas Circulares n.ºs 27 e 12 de 20 de Julho e 4 de Ou-

tubro de 1865, e se tem sempre observado quanto ao troco das dilaceradas; devendo portanto dar execução ás citadas ordens, requisitando supprimento ao Thesouro sómente no caso de deficiência da renda da dita Thesouraria devidamente demonstrada. Declara outrossim ao Sr. Inspector, que brevemente lhe será remettida a quantia de dez contos de réis (10:000\$000) em notas novas de 1\$000 e 2\$000 para continuação da substituição das notas de 5\$000 da 4.^a estampa que tem de findar no ultimo de Dezembro do corrente anno, visto não ser sufficiente o saldo de 3:340\$000, que existe na Caixa especial de substituição das referidas notas, como consta do seu citado officio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 310.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1866.

Manda levar em conta para a ajuda de custo a um Deputado pela Provincia de Pernambuco, a viagem que fez da do Amazonas, onde tinha residencia official na qualidade de Presidente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio do Imperio de 18 de Julho ultimo, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco que lance na verba respectiva do exercicio de 1865—1866 as quantias pagas, sob responsabilidade da Presidencia, como ajuda de custo de viagem aos Deputados Antonio Epaminondas de Mello pela mesma Provincia, e Amaro Bezerra Cavalcanti pela do Rio Grande do Norte, sendo de seiscentos mil réis ao primeiro, e de seiscentos e cincoenta mil réis ao segundo; ficando o dito Sr. Inspector na intelligencia de que ao Deputado Antonio Epaminondas de Mello com-

pete a quantia de um conto de réis, visto que tendo residencia official na Provincia do Amazonas, na qualidade de Presidente, deve-lhe ser levada em conta para a ajuda de custo a viagem daquelle porto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 344.—MARINHA.—AVISO DE 17 DE AGOSTO DE 1866.

Estabelece regra acerca dos exames dos pretendentes á carta de piloto.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestado o Imperador, Tomando em consideração o que V. Ex. pondera em officio n.º 187, de 27 de Abril ultimo, sobre a conveniencia de estabelecer-se regra, não só quanto ao numero de vezes, que podem ser admittidos a exame nessa escola os pretendentes á carta de piloto, que são reprovados, mas ainda quanto ao intersticio, que deve medear entre a reprovação e o novo exame, por isso que no Decreto e Regulamento n.º 2163, do 1.º de Maio de 1858, nada se dispoz a tal respeito, e Conformando-se com os pareceres do Conselho Naval exarados nas consultas n.ºs 1129 e 1146, de 15 de Junho e 20 de Julho findos, Ha por bem declarar que, no caso de reprovação do candidato, poderá este ser admittido a segundo exame, decorrido o prazo de seis mezes, e, quando segunda vez reprovado, ainda lhe será permittido prestar terceiro exame, porém sómente depois de um anno: o que lhe communico para sua execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo.*—Sr. Chefe de Divisão Director da Escola de Marinha.

N. 312.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1866.

Determina que nos attestados de frequencia dos empregados de Fazenda se especifique a natureza das commissões em que por ventura se acharem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1866.

Sirva-se V. S. dar as precisas ordens para que, nos attestados de frequencia dos empregados da Directoria a seu cargo, se especifique a natureza das commissões em que por ventura se achem, a fim de se poder exercer a necessaria fiscalização nos pagamentos dos vencimentos que se lhes fazem mensalmente.

Deus Guarde a V. S.—*Zucarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral da tomada de Contas.

—Expedirão-se Avisos no mesmo sentido ás Directorias do Contencioso e Rendas.



N. 313.—FAZENDA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1866.

Decisão a respeito de um volume, contendo varios objectos sujeitos á direitos, encontrados por occasião da conferencia, na bagagem de uma Irmã de Caridade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1866.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro a decisão da Inspectoria da Alfandega da Côte, constante dos papeis que acompanharão o seu officio de 21 de Julho proximo passado, n.º 48, pela qual julgou improcedente a apprehensão de varios objectos, sujeitos a direitos de consumo, encontrados na bagagem da irmã de Caridade Chantrel, vinda no vapor francez *Estremadure*, no acto da respectiva conferencia, visto estar provado que não vie-

rão em fundo falso, multando a dita irmã em 50\$000, maximo da pena do art. 433 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, por não ter vindo o volume, que continha esses objectos, manifestado; resolveu o mesmo Tribunal approvar a referida decisão quanto á apprehensão, e declarar quanto á multa, que em vista das circumstancias do caso não lhe são applicaveis as disposições do art. 466 do referido Regulamento.

Ó que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effectos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 344. — GUERRA. — EM 18 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que aos Presidentes de Provincia só compete Ajudante de Ordens quando estão no exercicio das respectivas attribuições.

Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 7 de Junho ultimo sob n.º 89, que regularmente procedeu a Thesouraria dessa Provincia, negando a gratificação de exercicio e forragens, ao Capitão da Guarda Nacional, Honorio Augusto Dias de Magalhães, que acompanhou até esta Côte o Presidente dessa Provincia Dr. Joaquim Saldanha Marinho; visto que aos Presidentes de Provincia só compete Ajudante de Ordens quando estão em exercicio, e por isso aquelle Official, ainda considerado em serviço na sua vinda á esta Côte, só tem direito a soldo, vantagens geraes, ajudas de custo de ida e volta.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 315.—GUERRA.—EM 18 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que os vencimentos das licenças são os declarados na concessão das mesmas, conforme se acha estabelecido.

Directoria Central.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Agosto
de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que, irregularmente procedeu marcando vencimentos a seu arbitrio ao Tenente Herculano Geraldo de Souza Magalhães, durante o gozo da licença, que ao mesmo foi concedida, visto que a Circular do 1.^o de Abril de 1861 dispõe que os vencimentos das licenças serão os declarados na concessão das mesmas, e a licença de favor concedida ao referido Tenente nada significa senão que não será registrada.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.



N. 316.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 20 DE AGOSTO DE 1866.

Eleva a 60 dias o prazo marcado na Circular n.^o 227 de 1860, para os devedores da Fazenda Nacional, nos casos de concessão de moratorias, prestarem a competente fiança e assignarem as letras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que fica elevado a 60 dias o prazo marcado na Circular n.^o 227 de 23 de Maio de 1860 para os devedores da Fazenda Nacional, nos casos de concessão de moratorias, prestarem as fian-

ças em favor da Fazenda Nacional, e assignarem ás respectivas letras, mas sem effeito suspensivo de sequestro para segurança a que se deverá proceder, ou da execução, salva a arrematação dos bens, nos termos da Circular n.º 3 de 9 de Fevereiro deste anno; cumprindo que, por occasião da concessão das moratorias, não sejam admittidos os devedores a assignarem as respectivas letras no prazo legal, sem que, feita a conta nos autos, elles mostrem authenticamente que se achão quites pelo sello, dizima e custas contadas para a Fazenda Nacional, ou devidas ao Juizo e Officiaes do Juizo dos Feitos, onde correr a execução.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 317.—FAZENDA.—EM 20 DE AGOSTO DE 1866.

Manda restituir a meia ancoragem indevidamente exigida, na Alfandega das Alagoas, da barca *Amelia Priest*, não obstante a omissão da parte na interposição de recurso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 53 de 18 de Junho ultimo, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagoas, submettendo ao Thesouro a decisão que proferira sobre o requerimento dos negociantes Manoel Joaquim da Silva Leão & Comp., consignatarios da barca ingleza *Amelia Priest*, não tomando conhecimento do recurso interposto fóra de tempo da decisão da Alfandega que sujeitou a dita barca á meia ancoragem, quando já a tinha satisfeito na Bahia, onde entrára em lastro de Montevidéo para carregar, o que effectivamente fez, completando depois o carregamento nas Alagoas; ordena ao mesmo Sr. Inspector que, devendo em taes casos

cobrar-se sómente meia ancoragem das embarcações, conforme o art. 664 § 3.º do Regulamento das Alfandegas, faça restituir aos referidos negociantes a meia ancoragem indevidamente exigida nessa Província, não obstante a omissão da parte na interposição de recurso.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 318.—GUERRA.—EM 21 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que a despeza com a Guarda Nacional destacada deve-se limitar unicamente ao serviço de guarnição.

N. 44. — Directoria Central. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-se declarado que a despeza com a Guarda Nacional destacada em cada Província deve-se limitar unicamente ao pagamento do serviço de guarnição; vou recommendar a V. Ex. a observancia das ordens expedidas naquelle sentido.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Presidente da Província da Parahyba.

N. 319.—IMPERIO.—AVISO DE 21 DE AGOSTO DE 1866.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que as corporações de mão-morta, observando litteralmente o art. 44 da Lei n.º 363 de 18 de Setembro de 1843, podem permutar por apolices da divida publica interna fundada, que serão intransferíveis, os bens de raiz legalmente adquiridos até que começou a vigorar o Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao requerimento em que a Irmandade do SS. Sacramento da cidade de

Campos dos Goytacazes pede ao Governo Imperial licença para vender alguns de seus predios, convertendo o producto em apolices da divida publica, declaro a V. Ex. que, estando já decidido pelo Aviso n.º 324 de 28 de Outubro de 1864 que é permittido ás corporações de mão-morta pelo art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845 permutarem por apolices da divida publica interna fundada, que serão intransferiveis, os bens de raiz legalmente adquiridos até que começou a vigorar o Decreto n.º 4225 de 20 de Agosto de 1864; nada obsta a que a referida Irmandade effectue taes permutações com a vantagem concedida por aquella Lei, uma vez que se observe litteral e restrictamente o citado artigo.

As autoridades competentes fiscalizarão o exacto cumprimento de suas disposições.

O que V. Ex. fará constar á sobredita Irmandade, e a quem mais convier.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 320.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 21 DE AGOSTO DE 1866.

Podem ser publicadas as Consultas da Secção do Conselho de Estado, que consulta este Ministerio, sempre que pelo juizo do Ministro ou mediante representação das Directorias assim fôr entendido.

N. 474.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 21 de Agosto de 1866.

A vista do que representou V. S. sobre a conveniencia de serem publicadas as Consultas da Secção do Conselho de Estado, que consulta este Ministerio, tenho a declarar-lhe para seu conhecimento que podem ser publicadas algumas consultas, sempre que pelo juizo do Ministro ou mediante representação das Directorias assim fôr entendido.

Deus Guarde a V. S.—*M. P. de Souza Dantas*.—Sr. Conselheiro Director da Segunda Directoria.

N. 321.—GUERRA.—EM 24 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que aos Guardas Nacionais destacados competem os mesmos vencimentos do exercito desde que sahem de suas casas para semelhante serviço.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi-me presente o seu officio. n.º 450, de 28 de Julho proximo passado, a que acompanhárão, para serem pagas, as contas apresentadas pelo Commandante Superior da Guarda Nacional de Petropolis e Parahyba do Sul, na importancia de 300\$000 das despezas feitas com alimentação das praças do destacamento, que dalli veio para o serviço da guarnição das fortalezas da barra do Rio de Janeiro.

E, em resposta, devolvendo à V. Ex. as ditas contas, lhe declaro que, competindo aos Guardas Nacionais destacados os mesmos vencimentos do exercito, desde que sahem de suas casas, e sendo a etapa especialmente destinada ao sustento das praças, não podia ser excedida a importancia de tal vantagem, nem ha disposição ou precedente algum, que autorize semelhante excesso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 322.—GUERRA.—EM 24 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que os fornecedores do exercito devem assignar termos de responsabilidade para o pagamento dos respectivos direitos de exportação quando se verificar que os generos embarcados para consumo do exercito tiverão outro destino.

N. 644.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 46 do mez proximo passado, com que V. Ex. me remetteu o officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda

da Provincia do Rio Grande do Sul, de 2 de Junho ultimo, que junto devolvo, pedindo fosse declarado por este Ministerio, se julga conveniente sujeitar os fornecedores de generos para o Exercito á responsabilidade dos direitos de exportação dos mesmos generos, quando se mostre que não tiverão o destino para o qual são applicados; tenho a communicar a V. Ex., que julgo no caso de ser approvada a deliberação, tomada pelo Inspector da referida Thesouraria a mandar exigir que os fornecedores do Exercito assignem termos de responsabilidade, pelos quaes se obriguem ao pagamento dos respectivos direitos de exportação de cada uma das partidas de herva-mate, e outros productos do paiz, embarcados com destino para o consumo do exercito, se verificar-se que outro foi o destino dado aos generos exportados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 323.—FAZENDA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1866.

Responde' a uma consulta sobre a applicação do art. 2.º § 7.º da Lei n.º 1099 de 1860, e do art. 8.º do Decreto n.º 2874 de 1861, a pessoas nomeadas para, em commissão, tratarem das obras de uma matriz, para que forão decretadas loterias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Consultando-me V. Ex. em seu officio de 16 de Maio ultimo, se a disposição do § 7.º do art. 2.º da lei n.º 1099 de 18 de Setembro de 1860, e do art. 8.º do Decreto n.º 2874 de 31 de Dezembro de 1861, explicado aquelle pelo Aviso de 15 de Junho tambem de 1861, estende-se igualmente ás pessoas nomeadas por essa Presidencia para, em commissão, tratarem das obras da matriz dessa capital para que forão decretadas as loterias.

de que trata o citado Decreto; tenho a dizer a V. Ex., que podem os fornecedores das referidas obras apresentar as respectivas contas, e exigir o devido pagamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 324.—GUERRA.—Em 23 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que os empregados publicos, que se alistarem nos corpos de voluntarios da patria, e optarem pelos vencimentos dos respectivos lugares, não ficão com direito ás vantagens concedidas pelo art. 2.º do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Agosto de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em solução a duvida constante do seu officio n.º 43 de 26 de Fevereiro ultimo, que os empregados publicos que se alistarem nos Corpos de Voluntarios da Patria e optarem pelos vencimentos dos respectivos lugares, nos termos do art. 1.º da Lei de 28 de Junho de 1865, não ficão com direito ás vantagens concedidas pelo art. 2.º do Decreto n.º 3381 de 7 de Janeiro do mesmo anno, devendo tal opção ser entendida pela totalidade de vencimentos ou vantagens, conforme já tem sido explicado em diversos Avisos deste Ministerio. Manda, outrossim, o mesmo Augusto Senhor declarar ao referido Inspector que, não sendo os jornaleiros empregados com vencimentos (cessando os respectivos jornaes desde que não comparecerem ao ponto), não estão elles no caso de optar.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 323.—GUERRA.—EM 23 DE AGOSTO DE 1866.

Declara que a despesa com a Guarda Nacional destacada para serviço policial deve correr por conta dos cofres Provinciales.

N. 77. — Directoria Central. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Não podendo ser approvado o abono, que V. Ex. mandou fazer ao Alferes do Corpo de Policia, José Theotonio Pereira de Carvalho, que seguiu em Commissão para a comarca do Cabrobó, no centro dessa Provincia, conduzindo dinheiro para pagamento dos vencimentos das praças da Guarda Nacional alli destacadas; assim o declaro a V. Ex. em resposta ao seu officio n.^o 249 de 10 do corrente, prevenindo a V. Ex. de que do valor daquella despesa, assim como da que anteriormente se houver effectuado com o referido destacamento, deve ser indemnizado este Ministerio, pois que o serviço do mesmo destacamento é puramente policial, e deve portanto ser pago pelos cofres dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 326.—FAZENDA.—EM 23 DE AGOSTO DE 1866.

Direitos a que estão sujeitas as nomeações de Supplentes de Juiz Municipal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 18 de Dezembro do anno passado, acompanhado do officio em que o Bacharel Venancio José de Oliveira Lisboa mostra repugnancia de pagar direitos e emolumentos pelo titulo de sua nomeação para 2.^o Supplente de Juiz Municipal da 2.^a vara da Corte, visto que taes funcionarios não

têm ordenado; cabe-me declarar a V. Ex. que os direitos a que estão sujeitas as nomeações de Supplentes de Juiz Municipal são—7\$000 de emolumentos de feito e registro, e 10\$000 réis de sello fixo do art. 76 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; e que esta tem sido a pratica constante da Recebedoria da Côrte: devendo, em abono desta Repartição, declarar a V. Ex. que o Bacharel Oliveira Lisboa nenhuma reclamação alli fez a respeito dos direitos que lhe fossem exigidos, pois que só pelo Aviso a que me refere e refere a Recebedoria conhecimento da repugnância que elle mostrou de pagar os direitos da nomeação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 327. — FAZENDA. — EM 23 DE AGOSTO DE 1866.

O pagamento dos juros das apolices, nas Thesourarias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, só pôde ter lugar depois de verificada a transferencia na fórma dos Regulamentos de 13 de Janeiro de 1842 e 13 de Outubro de 1850.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Os juros das apolices da Divida Publica não podem ser pagos nas Thesourarias de Fazenda das Provincias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, se não depois de verificada a transferencia das apolices, na fórma dos Regulamentos n.º 446 de 13 de Janeiro de 1842, e n.º 709 de 13 de Outubro de 1850. Preenchidas que sejam as solemnidades exigidas, nenhuma duvida haverá em autorizar-se o pagamento dos juros na Thesouraria de Pernambuco das que possui a Cathedral da respectiva Diocese, conforme V. Ex. requisita em seu Aviso de 18 do corrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N. 328.— FAZENDA.— EM 25 DE AGOSTO DE 1866.

Nega provimento a um recurso sobre (revalidação de uma escriptura de cessão de herança, que pagara o sello fixo, estando sujeita ao proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Agosto de 1866.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, a quem foi presente o recurso de Bernardino Martins Ferreira de Faria, interposto do despacho da mesma Recebedoria indeferindo-lhe o requerimento em que pedia a restituição de parte da quantia de 236\$100, que pagou pela revalidação do sello de uma escriptura de cessão de herança, resolveu indeferir o recurso; visto como, tendo sido o documento de que se trata sujeito ao sello fixo, devendo sel-o ao proporcional, na fórma do art. 54 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, foi revalidado com o sextuplo da differença, e não se prova que a infracção do Regulamento, cobrando-se menor taxa do que a devida, se deva imputar á Collectoria de Nieheroy, como pretende o recorrente.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 329.— FAZENDA.— EM 27 DE AGOSTO DE 1866.

Confirma uma decisão da Alfandega, sujeitando ao pagamento de direitos tres machinas importadas de França, por não terem ellas applicação exclusiva ao preparo de productos da lavoura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Agosto de 1866.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveu indeferir o re-

curso de Hallier, Irmão & Marinho, interposto da decisão dessa Inspectoria, sujeitando ao pagamento de direitos tres machinas a vapor vindas de França no navio *France e Chile*, visto como semelhantes machinas, que podem ser empregadas em diferentes misteres, não têm applicação exclusiva a preparar productos da lavoura.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 330.—FAZENDA.—EM 27 DE AGOSTO DE 1866.

Autoriza a admissão de lanços a prazos razoaveis, na arrematação de umas datas de terras pertencentes a espolios de intestados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 20 de Dezembro do anno passado, a que acompanhou o que lhe dirigira o Juiz Municipal e de Orphãos substituto do Termo de Santo Antonio de Sá, informando não ter havido quem arrematasse as datas de terras arrecadadas pelo Juizo de ausentes daquelle Termo em 2 de Março de 1810, pertencentes aos espolios dos finados intestados José de Freitas, Luiz Manoel e a preta Marianna; tenho a dizer a V. Ex., para que faça constar ao referido Juiz, que, consentindo o art. 63 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, que nas arrematações de bens da raiz—quando não houver nenhum licitante—admittão-se lanços a prazos razoaveis, com as cautelas usadas nos contractos da Fazenda Nacional, póde usar dessa faculdade em relação ás supracitadas terras.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 331.— FAZENDA.— EM 27 DE AGOSTO DE 1866.

Exige que o reclamante de uma divida por fornecimento de medicamentos, justifique que o individuo, ja fallecido, que figurou de fornecedor era apenas seu caixeiro e gerente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Respondendo ao officio de V. Ex. de 11 de Fevereiro do anno passado, a que acompanhou o requerimento documentado do Dr. Francisco de Assis Pacheco Penna, pedindo que lhe seja entregue a quantia de 1:260\$230, que o Thesouro mandou pagar pela ordem n.º 49 de 18 de Julho de 1864 ao Boticario Francisco Antonio de Oliveira Baptista, importancia de despezas feitas com medicamentos fornecidos ás forças legaes em 1842, visto como falleceu o dito Baptista, que era apenas caixeiro e gerente da Botica que pertencia ao mesmo Doutor; tenho a dizer a V. Ex. para que faça constar ao citado Doutor, que para se poder realizar o pagamento da mencionada quantia, é preciso que elle justifique, contradictoriamente com os herdeiros do finado Baptista, ou quem de direito fôr, e com a Fazenda Publica, o direito á referida divida.

Deus Guarde a V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 332.— FAZENDA.— EM 28 DE AGOSTO DE 1866.

Confirma a decisão da Alfandega da Côte a respeito da apprehensão de 10 barris com carne, e com oleo de linhaça, que havião pertencido aos sobresalentes de um navio, e forão com este arrematados em hasta publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1866.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro

o recurso interposto ex-officio por essa Inspectoria da propria decisão, pela qual julgára improcedente a apprehensão de 40 barris com carne e um com oleo de linhaça feita pelo Guarda João Bernardo dos Santos em uma baleeira rebocada por um bote sem trazer documento algum, os quaes são conduzidos da galera americana *Statesman* para o vapor *Tijuca*, sujeitando, entretanto, o dono das referidas mercadorias ao pagamento dos direitos em dobro, na fórma do art. 415 paragrapho unico do Regulamento das Alfandegas; resolveu o mesmo Tribunal approvar a referida decisão, visto que a galera *Statesman* fôra legalmente arrematada em hasta publica com o respectivo apparelho e comestiveis sobresalentes constantes da lista das provisões desse navio, havendo-se o arrematante apresentado na Alfandega com a competente nota rubricada pelo Conferente, que assistira ao leilão, com o fim de pagar os direitos devidos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 333.—FAZENDA.—EM 28 DE AGOSTO DE 1866.

Concede a Ignacio Coelho Fragoso, como herdeiro de Quirino Antonio, uma moratoria de 8 annos, nos termos que menciona, para pagar a Fazenda Publica o que este lhe ficara devendo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 4 do corrente, a que acompanhou o requerimento de Ignacio Coelho Fragoso, pedindo ao Governo Imperial que lhe transfira a moratoria concedida ao Dr. Antonio da Silva Deiró pela ordem do Thesouro n.º 138 de 23 de Outubro do anno passado, visto serem ambos herdeiros na qualidade de genros, do finado Quirino Antonio; tenho a communicar a V. Ex., que o Tribunal do Thesouro, attendendo ás razões constantes do citado requerimento e infor-

mações fiscaes juntas ao seu referido officio, resolveu conceder ao supplicante, como herdeiro de Quirino Antonio, uma moratoria de 8 annos para pagar á Fazenda Publica o debito do supracitado Quirino Antonio, capital e juros, passando-se letras no prazo que fôr marcado, (sob pena da perda da moratoria) devidamente abonadas na fórma da Lei de 13 de Novembro de 1827, depois de levarem-se em conta os pagamentos feitos pelos herdeiros posteriormente á concessão de moratoria por ordem de 31 de Maio de 1864, e os alugueis dos predios penhorados recolhidos a deposito, que se levantarem a bem da Fazenda mediante diligencias judicias precisas; com a declaração, porém, de que a presente concessão não exonera os demais herdeiros, nem portanto importa novação, que extinga a obrigação contrahida para com a mesma Fazenda pelo finado Quirino Antonio, a quem representão os mencionados herdeiros.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 334.—FAZENDA.—EM 28 DE AGOSTO DE 1866.

Approva o acto da Thesouraria de S. Pedro de mandar proceder á lotação do emprego de Juiz Commissario das Terras Publicas, para o fim de pagar os 5 % da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1844.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 86 de 19 de Maio ultimo, que approva a deliberação tomada pela mesma Thesouraria de mandar proceder á lotação provisoria do emprego de Juiz Commissario das Terras Publicas, para o fim de pagar os 5 % da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1844, que no

§ 4.º comprehende os empregos que só tem emolumentos, como são os Juizes Commissarios a quem pelo art. 55 da Lei de 30 de Janeiro de 1854 os Presidentes marcão emolumentos e salarios, bem como aos seus Escrivães Agrimensores.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 335.— GUERRA.— EM 28 DE AGOSTO DE 1866.

Determina que não se expedirá ordem para pagamento de prets da Guarda Nacional, sem que seja declarado o lugar, em que se achão as praças, e o serviço em que estiverão empregadas.

Circular.—Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Agosto de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, que pela mesma Secretaria se não expedirá ordem para pagamento de prets da Guarda Nacional, sem que seja declarado o lugar, em que se achão as praças, e o serviço em que estiverão empregadas, visto que a despeza com o serviço da policia não corre por conta do Ministerio da Guerra.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 336.— GUERRA.— EM 28 DE AGOSTO DE 1866.

Determina que sejam remmettidos mappas mensaes contendo declarações a respeito da força existente nas Fortalezas de cada Provincia.

Circular.—Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Expeça V. Ex. as convenientes ordens, para que das Fortalezas existentes nessa Pro-

vincia sejam remettidos mappas mensaes da força nellas existente, com declaração, no verso dos mesmos mappas, dos nomes dos officiaes e mais empregados nas ditas fortalezas. Cumpre outrosim que no mappa da força de guarnição e destacada nessa Provincia se mencione não só o numero de tal força, como tambem os lugares, em que se achar, e a natureza do serviço, que estiver prestando.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de

N. 337.—FAZENDA.—EM 29 DE AGOSTO DE 1866.

Trata da doação feita á Fazenda Nacional de duas casas e um terreno, e declara que todas as doações excedentes á taxa legal devem ser insinuadas, com as excepções declaradas na lei.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—No officio de V. Ex. de 20 de Fevereiro ultimo, em que consulta se uma doação á Fazenda Publica pelo Commendador José Pereira dos Santos, de duas casas e um terreno na Villa de Saquarema, está sujeita não só á insinuação, como aos direitos de 4 % da doação, da tabellá de 30 de Novembro de 1841 ; respondo que, na fórma da Ord. Liv. 4.º, Tit. 62, devem ser insinuadas todas as doações excedentes á taxa legal, com as excepções declaradas na lei, nas quaes não se achão comprehendidas a Fazenda Publica, as Provincias e os Municipios ; tanto mais quanto o processo respectivo tem por fim resguardar o interesse de terceiros ; e consequentemente pagar os referidos direitos, a que está sujeita a Fazenda Provincial por não estar isenta por acto legislativo, como já o declarou o Aviso de 9 de Novembro de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 338.—FAZENDA—EM 30 DE AGOSTO DE 1866.

A prescrição de cinco annos não é applicavel ás dividas de que a Fazenda Provincial é credora, além de outras considerações, porque ella goza dos privilegios da Fazenda Geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a duvida suscitada na Thesouraria de Fazenda do Amazonas, de que trata o Aviso do Ministerio do Imperio de 9 de Fevereiro de 1864, sobre estar ou não sujeita á prescrição de cinco annos a divida reclamada pela Fazenda Provincial—de 130\$000, importancia da despesa feita por ordem da Presidencia por conta da verba *Soccorros Publicos* em Julho de 1855; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, que não se póde applicar a prescrição a semelhante divida; porquanto, além de outras considerações ponderosas, a Fazenda Provincial goza dos privilegios da Fazenda Geral, e neste caso se daria conflicto entre a prescrição de 40 annos que lhe assistiria para essa reclamação, e a prescrição de cinco annos que o Thesouro pretendesse invocar em seu favor: e portanto ordena ao mesmo Sr. Inspector que mande effectuar o pagamento da mencionada divida.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 339.—FAZENDA.—EM 31 DE AGOSTO DE 1866.

Sobre a admissão de mais cinco guardas, e dous officiaes de descarga supranumerarios na Alfandega do Pará, determinada pela Presidencia da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. n.º 27 de 23 de Junho proximo passado, em que participa ter mandado, sobre proposta da The-

souraria, admittir mais cinco Guardas e dous Officiaes de descarga supranumerarios na respectiva Alfandega, por ser essa medida reclamada pela urgencia de serviço publico; tenho a communicar-lhe que fica approvedo o seu acto, quanto aos Officiaes de descarga, mas não quanto a augmento de pessoal dos Guardas, por não se poder alterar o quadro fixado no Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.



N. 340.—FAZENDA.—EM 31 DE AGOSTO DE 1866.

Marca novo limite á emissão do Banco do Maranhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Attendendo á proposta da Directoria do Banco do Maranhão datada de 11 de Abril deste anno, resolvi marcar-lhe á emissão o novo limite de trezentos sessenta e cinco contos quatrocentos e onze mil quinhentos quarenta e oito réis (365:411\$548), nos termos do art. 1.º § 3.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860, e art. 6.º do Decreto n.º 2683 de 10 de Novembro do mesmo anno; o que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



N. 341. — FAZENDA. — EM O 1.º DE SETEMBRO DE 1866.

Na concessão de meios soldos ás viúvas, filhos e mãis dos Officiaes fallecidos, é computavel o tempo de serviço por elles prestado nos Corpos de Policia ou Municipaes, ainda mesmo em época anterior ao Decreto de 9 de Janeiro de 1849.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em o 1.º de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devida execução, que havendo o Ministerio da Guerra, baseado no Decreto n.º 4021 de 3 de Julho de 1859, resolvido por Aviso de 22 de Dezembro do mesmo anno que é computavel aos Officiaes do Exercito o serviço prestado nos Corpos de Policia ou Municipaes, ainda mesmo em época anterior ao Decreto de 9 de Janeiro de 1849, não póde mais o tempo de serviço dessa natureza ser excluído da conta que se fizer nas mesmas Thesourarias por occasião da concessão de meios soldos ás viúvas, filhos e mãis dos Officiaes fallecidos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 342. — FAZENDA. — EM 3 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara não approvada a designação do 1.º Conferente mais antigo de uma Alfandega para substituir o Ajudante do Inspector da mesma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vistos os officios de n.ºs 34 e 38 de 14 e 28 de Abril deste anno do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Parahyba, relativos á representação do 1.º Escripturario da

respectiva Alfandega, Francisco Antonio Gonçalves de Medeiros, que reclama contra a designação, feita pela Inspectoria da Alfandega e confirmada pela Thesouraria, do 1.º Conferente mais antigo para substituir o Ajudante do Inspector, vistos os arts. 36 § unico, e 88 § 1.º do Regulamento das Alfandegas; vista a ordem n.º 183 do 1.º de Maio de 1863: declara ao Sr. Inspector que não pôde ser approvedo o acto da Inspectoria da Alfandega, e que deve advertil-a pela violação das disposições acima mencionadas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 343.—FAZENDA.—EM 4 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre faltas commettidas por um Juiz de Orphãos e outras autoridades em relação á herança de um cidadão americano.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. o officio junto por cópia do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná e documentos que o acompanhão, a fim de que V. Ex., se nisto concordar, se sirva mandar fazer effectiva a responsabilidade do Juiz de Orphãos, Dr. Ernesto Dias Larangeira, pelos factos constantes dos referidos papeis, e que derão causa ao extravio dos bens da herança vacante do cidadão americano Dr. J. A. Davidson, deixando aquella autoridade de nomear logo, como lhe cumpria, um Curador aos bens, e de proceder nos ulteriores termos da arrecadação, na fórma do Regulamento de 15 de Junho de 1839; e advertir o Subdelegado João José de Freitas Saldanha por não ter procedido nos restrictos termos do art. 34 do citado Regulamento, ou pelo menos de fazer logo recolher ao deposito publico na Thesouraria de Fazenda os bens que

para alli devião entrar, na conformidade do art. 38 do mesmo Regulamento, sob pena de nullidade comminada pelas Instrucções do 1.º de Dezembro de 1845; cumprindo-me chamar por esta occasião a attenção de V. Ex. para a indebita intervenção do Promotor Publico no processo de justificação promovido pelo Subdelegado, e a omissão da audiencia ex-officio do Procurador Fiscal no referido processo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 344.— GUERRA.— EM 3 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara como se deve proceder a respeito das letras sacadas do Rio da Prata para esta Córte.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Setembro de 1866.

Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que d'ora em diante as letras sacadas para esta Córte devem ser tiradas de talões numerados e com os dizeres do modelo junto; que os Avisos dos saques não devem ser entregues ás partes, mas remettidos officialmente e sempre na primeira occasião; que mensalmente deve ser remettida a esta Secretaria de Estado uma relação dos saques feitos no mez anterior, contendo os numeros das letras, nomes das pessoas a favor das quaes forão sacadas e as quantias; e finalmente que as caixas militares não devem sacar senão pelas quantias, que receberem para suprimento, sendo suas letras visadas pelo Fiscal da Fazenda, e que todos os outros saques por ajuste de contas com fornecedores, etc., devem ser feitos pelos Fiscaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Felippe José Pereira Leal.

—No mesmo sentido, *mutatis mutandis*, á Legação em Montevideo; ao Commandante militar em Montevideo; á Repartição Fiscal do 1.º corpo de Exercito

em operações; á Repartição Fiscal do 2.º corpo de Exercito em operações; á Repartição Fiscal das forças em Mato Grosso; ao Fiscal da Fazenda em Montevidéo; á Pagadoria Militar do 1.º corpo de Exercito em operações; á Pagadoria Militar do 2.º corpo de Exercito em operações; á Pagadoria Militar das forças em Mato Grosso.

EXERCICIO.	Exercício de....	
N.	<i>Legação ou Repartição sacadora.</i>	
Quantia	N.	Quantia
A favor de quem?	Lugar do saque	Data
Sacador	A.... dias precisos pagará V... por esta... Via de Letra, não o tendo feito pela... Via, a F... a quantia de.... em.... valor recebido do mesmo, por conta do Ministerio da Guerra, em	
Accitante	Direcção ao accitante	
	Firma do sacador.	

N. 345.—GUERRA.—EM 5 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que sendo meramente policial o serviço prestado por dous Capitães e um Alferes na Provincia da Parahyba, não podem elles perceber soldo e outras vantagens pelo Ministerio da Guerra.

N. 16.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Ficando inteirado dos motivos pelos quaes não forão dispensados do serviço, como se ordenou em Aviso de vinte e oito de Junho ul-

timo, os Capitães José Severino da Silveira Calafange Junior e Tertuliano Marinho de Mello, bem como o Alferes Epaminondas Honório de Brito Lira, aos quaes se refere o officio de V. Ex. datado de tres de Agosto proximo findo, n.º 71, declaro-lhe para sua intelligencia e governo que se o serviço, em que se achão empregados aquelles Officiaes, é meramente policial, não podem elles continuar a perceber soldo, e outras vantagens por conta do Ministerio á meu cargo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 316. — GUERRA. — EM 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que, em regra, as licenças, para tratar de negocios particulares, não dão direito a passagens gratuitas.

Directoria Central.— 1.ª Secção.— Rio Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Setembro de 1866.

Foi-me presente o seu officio n.º 82 de 8 do passado, participando que faria seguir para esta Corte no vapor *José San Roman* o 1.º Cadete 1.º Sargento do 40.º Batalhão de Infantaria, Alfredo de Souza Tavora, que para esse fim obtivera licença do Comandante em Chefe do 1.º Corpo de Exercito; e em resposta declaro a V. S. que, em regra, as licenças para tratar de negocios particulares não dão direito a passagens gratuitas.

Deus Guarde a V. S.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Antonio Nunes de Aguiar.

N. 347.—FAZENDA.—EM 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Recurso a respeito de um (despacho de) canotilhos perfumados, em cuja nota não se fez menção da qualidade dos mesmos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional, o recurso de Manoel Ferreira Serpa & C.^a da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côte que lhe negou a restituição dos direitos de consumo e additionaes, que demais pagárão por incompetencia de taxa de 300 massos de canotilhos perfumados pesando 1.120 onças; e o mesmo Tribunal, considerando que os recorrentes não declararão a qualidade da mercadoria na nota para o despacho, pois que continha simplesmente a expressão—canotilhos;— que, por engano do Conferente do despacho, segundo sua propria confissão, se lançára sobre a dita mercadoria a taxa de canotilhos de prata em vez de perfumados; e attendendo aos exames feitos na Repartição, resolveu, tendo em vista o art. 606, 2.^a parte, do Regulamento das Alfandegas, dar provimento ao mesmo recurso.

O que communico ao Sr Inspector interino da dita Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos,



N. 348.—FAZENDA.—EM 6 DE SETEMBRO DE 1866.

Os Inspectores das Thesourarias, nas suas decisões finaes sobre (processos de dividas de exercicios findos, devem declarar mui explicitamente se licão ou não réconhecidas as mesmas dividas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da

Bahia, em resposta ao seu officio n.º 461 de 13 de Julho ultimo, que, pelo credito do § 18 do art. 7.º da Lei n.º 4245 de 28 de Junho do anno passado, pague a divida de exercicios findos, na importancia de 767\$900, de que é credor Francisco Mendes da Costa Corrêa, proveniente da gratificação que venceu como Juiz dos Feitos da Fazenda desde 16 de Janeiro á 16 de Setembro de 1864 e de 3 de Novembro de 1864 a 15 de Fevereiro do anno passado. Outrossim ordena ao mesmo Sr. Inspector que nas suas decisões finaes sobre processos de divida de exercicios findos declare mui explicitamente se ficão ou não reconhecidas as dividas, por ser isso de accordo com o disposto no art. 1.º § 12 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 349.— GUERRA.— EM 9 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que ás Thesourarias de Fazenda não é licito elevar consignações sem preceder ordem do Governo Imperial.

Directoria Central.— 4.ª Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Setembro de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao officio do mesmo Inspector datado de 26 de Junho proximo passado, participando que mandára elevar a oitenta mil réis a consignação mensal de sessenta mil réis alli estabelecida pelo Coronel José da Silva Guimarães, que não é licito ao mesmo Inspector augmentar consignações sem que preceda ordem do Governo Imperial.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 350. — GUERRA. — EM 9 DE SETEMBRO DE 1866.

As providencias sobre a concessão de licenças aos Officiaes do Exercito, e bem assim prohibe que os Empregados de Fazenda licenciados tragão camaradas, e que se concedão passagens aos licenciados por motivo de interesse particular.

Directoria Central. — 4.^a Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Setembro de 1866.

Envio a V. S. o incluso exemplar da Ordem do Dia n.º 495 de 17 de Janeiro do corrente anno, em que se acha publicado o Decreto n.º 3579 de 3 do dito mez, sobre concessão de licenças, a fim de que V. S., a vista delle, providencie de modo que não vão para as Provincias do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, ou venhão para esta Côrte e menos para Buenos-Ayres e Montevidéo, Officiaes com licença sem ser concedida por autoridade competente, cumprindo ao mesmo passo dar efficazes ordens para que do Exercito e Depositos não saião em commissão ou de qualquer modo Officiaes e praças, sem permissão da Autoridade militar competente. Declaro outrosim a V. S. para sua intelligencia e governo que o abuso dos Empregados de Fazenda licenciados de trazerem consigo camaradas deve ser extirpado, bem como o de se concederem passagens aos licenciados por motivo de interesse particular.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

— Identico ao Visconde de Porto Alegre.

N. 351.—GUERRA.—EM 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que as Juntas de Justiça Militar devem enviar para a Côrte os processos, que julgarem, a fim de serem executadas as respectivas sentenças na forma do Decreto n.º 3556 de 10 de Dezembro de 1866.

N. 54.—Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Setembro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr.—Tendo as Juntas de Justiça Militar mandado os processos para diferentes lugares, entretanto que devem ser enviados para esta Côrte, a fim de poder o Ajudante General mandar executar as sentenças, na conformidade do disposto no Decreto n.º 3556 de 13 de Dezembro de 1866; expeça V. Ex. as precisas ordens para que se cumpra aquella disposição do referido Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

—Idêntico ao Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 352.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a Recebedoria do Municipio não deve fazer transferencias de pennas d'agua.

N. 44.—Directoria de Obras Publicas e Navegação.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 10 de Setembro de 1866.

Rogo a V. Ex. se digne de expedir suas ordens a fim de que na Recebedoria do Municipio cesse a pratica, contra o direito vigente, de fazerem-se

transferencias de pennas d'agua; pois que sendo as transferencias verdadeiras graças como as concessões primitivas, são ellas da competencia deste Ministerio como estatue o Regulamento approved pelo Decreto n.º 3643 de 4 de Maio de 1866.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 353. — FAZENDA. — EM 10 DE SETEMBRO 1866.

O Decreto n.º 1307 de 22 de Junho ultimo, só é applicavel ás filhas casadas dos Officiaes do Exercito e Armada, que fallecerem da data do mesmo em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a decisão pela qual indeferira a pretensão de D. Carlota Josefa de Azevedo Guedes, que pedia se lhe mandasse pagar o meio soldo que vencia sua mãe D. Luiza Tarjas de Azevedo, por suppôr-se favorecida pelo Decreto n.º 1307 de 22 de Junho ultimo, em consequencia de já ser viuva ao tempo do fallecimento de seus pais; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que não tem effeito retroactivo o disposto no referido Decreto, que só pôde favorecer as filhas casadas dos Officiaes do Exercito e Armada, que fallecerem da data do mesmo Decreto em diante.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 354. — FAZENDA. — EM 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Manda applicar a disposição da Circular n.º 53, de 30 de Novembro do anno passado, ao monte pio que percebe a mulher de um official do exercito em campanha contra o Paraguay.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 495 de 13 de Agosto findo, que não obstante a Circular n.º 53 de 30 de Novembro do anno passado não tratar do monte pio que percebem algumas mulheres de officiaes do exercito em campanha no Paraguay, mas unicamente das consignações deixadas ás suas familias pelos mesmos officiaes; faça applicar a disposição da dita Circular ao pagamento do monte pio que compete a D. Anna das Mercês da Fonseca Lessa, mulher do Tenente do 8.º batalhão de Infantaria Antonio Mauricio da Fonseca Lessa, até que o referido Tenente nomêe procurador para receber aquelle monte pio, visto achar-se elle fazendo parte do exercito em operações no Paraguay.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

—...—

N. 355. — FAZENDA. — EM 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Os escravos maiores de 60 annos estão sujeitos ao pagamento da respectiva taxa na razão de 28000 até 1836—37, e na de 48000 dahi em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 309 de 13 de

Dezembro do anno passado, que tendo o art. 9.º § 5.º da Lei de 31 de Outubro de 1835 sujeitado ao pagamento da taxa de mil réis, metade da que até então se pagava, cada escravo de qualquer sexo ou idade residente nas cidades e villas, cessou *ipso facto* a excepção do art. 5.º § 3.º da Lei n.º 59 de 8 de Outubro de 1833 em favor dos menores de 12 e maiores de 60 annos; e tendo o Decreto de 4 de Junho de 1845, art. 3.º, restabelecido a excepção em favor sómente dos que não tivessem a idade completa de 12 annos, é claro que continuarão e continuão sujeitos ao pagamento os maiores de 60, na razão de 2\$000 até 1856—57 em virtude do art. 11 da Lei de 21 de Outubro de 1843, e na de 4\$000 dahi em diante por bem do art. 11 § 2.º da Lei do 1.º de Outubro de 1856; não podendo os que se achão impossibilitados de prestar serviço ser considerados por tal motivo isentos do pagamento, visto não trazer a lei essa excepção.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 356.—FAZENDA.—EM 10 DE SETEMBRO DE 1866.

Dá provimento ao recurso de um Juiz de Orphãos, sobre multa que lhe foi imposta, por ter deixado de proceder á arrecadação do espolio de um individuo que falleceu com testamento nuncupativo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 65 do Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de S. Paulo de 31 de Julho ultimo, remettendo o requerimento em que o Dr. Alexandre Augusto Martins Rodrigues, Juiz de Orphãos da Cidade de Santos, recorre para o mesmo Thesouro da decisão tomada pela Thesouraria em sessão de 21 Maio do corrente anno, pela qual foi mul-

tado, de conformidade com o disposto no art. 71 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, na quantia de 50\$000, por ter deixado de proceder á arrecadação do espolio do preto forro João Ayres, que falleceu com testamento nuncupativo, no qual instituiu por herdeira a uma sua afilhada; declara ao mesmo Sr. Inspector que, embora seja principio estabelecido e admittido já desde o tempo da Provedoria da fazenda dos defuntos, como attestão as Provisões da Mesa da Consciencia e Ordens de 10 de Abril, e 22 de Maio de 1726 e outras, que o testamento nuncupativo, emquanto não se reduz legitimamente a publica fôrma, não impede a arrecadação, todavia deve o Juiz ser relevado da multa, attentas as circumstancias do caso.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 357. FAZENDA.—EM 11 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a Circular n.º 12 de 6 de Junho ultimo, mandando continuar no corrente exercicio a mesma distribuição de creditos de 1865—1866, refere-se a todos os Ministerios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista obviar duvidas que possam occorrer no cumprimento da Circular n.º 12 de 6 de Junho ultimo, mandando continuar no corrente exercicio de 1866—1867 a mesma distribuição de creditos de 1865—1866; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que a mesma Circular refere-se não só ao Ministerio da Fazenda, como tambem aos outros, não se fazendo portanto necessarias autorizações especiaes para cada um dos Ministerios.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 438.—FAZENDA.—EM 11 DE SETEMBRO DE 1866.

Pela concessão ou augmento de vencimentos só por uma vez se paga sello proporcional e os direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 44 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo de 18 de Maio ultimo, remettendo o requerimento em que Cyriaco Antonio dos Santos e Silva, 2.º Escripturario da dita Thesouraria, pede a restituição da importancia de 38\$000, que pagou para tomar posse do mesmo emprego; ordena ao Sr. Inspector que faça restituir áquelle empregado a quantia de 2\$000 que satisfiz de sello proporcional, devendo porém cobrar o sello fixo, e mandar allivial-o do pagamento dos 5 % de direitos da maioria de emprego; por isso que tanto o sello proporcional como os direitos são devidos por uma só vez pela concessão ou augmento de vencimentos, que o peticionario ainda não conseguiu depois do seu primeiro emprego de Fazenda; não podendo ser-lhe restituída a importancia dos emolumentos, que são devidos pela simples expedição e registro do titulo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 359.—FAZENDA.—EM 11 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a administração da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Curvello deve prestar fiança para receber o producto das loterias concedidas á mesma Santa Casa; e que não parece legal a applicação de tal beneficio á compra de apolices e muito menos de acções.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 24 de Agosto proximo passado, em que V. Ex. requisita que a Administração da Santa Casa da Mises-

ricordia da Cidade de Curvello se entregue o producto liquido da primeira das loterias concedidas á mesma Santa Casa, observadas as condições do Decreto n.º 2874 de 31 de Dezembro de 1851 ; tenho de ponderar a V. Ex., que, na fôrma das mesmas condições, deve aquella administração prestar fiança ; não me parecendo além disso legal a applicação que, segundo declara em um requerimento que foi presente ao Thesouro, pretende dar ao beneficio, comprando apolices e muito menos acções.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N. 360.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre a entrega de uma quantia pertencente á herança de um subdito estrangeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1866

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 31 do mez passado, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, que entregue ao Vice-Consul de Hespanha em Porto Alegre, sob a responsabilidade da Legação de Sua Magestade Catholica, a quantia de 181\$630 réis, que se acha depositada na dita Thesouraria, pertencente á herança do subdito hespanhol Genex Graan, fallecido na Cidade de Alegrete em 1861 ; devendo, porém, no caso de não terem sido pagos os respectivos impostos, deduzir a bem da Fazenda Geral e Provincial os que devidos forem, na hypothese de transmissão á collateraes de grão remoto ; isto é, dizima, 4 % de habilitação, e sello proporcional.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 361.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1866.

Approva o acto da Presidencia do Piahy, mandando fazer efectiva a responsabilidade do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda por falta de cumprimento dos seus deveres e ter-se ausentado sem licença.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 441 de 10 de Julho ultimo, que fica approvedo o acto pelo qual mandou fazer efectiva a responsabilidade do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia por se ter ausentado sem licença, e haver deixado de enviar á Directoria Geral do Contencioso as relações dos processos e outros trabalhos que se devem transmittir em cada semestre á referida Directoria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 362.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre a falta de fiança dos Escrivães das Mesas de Rendas e Collectorias do Ceará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, em resposta ao seu officio n.º 421 de 16 de Julho ultimo, que, se tivesse observado e feito observar as disposições das Leis e Regulamentos de Fazenda, não teria consentido que os Escrivães das Mesas de Rendas e Collectorias servissem sem fiança; e portanto não se acharia em embaraços quando muito regularmente lhe foi requisitada pelo Procurador Fiscal a suspensão do Administrador da Mesa de Rendas e

dos Collectores a que se refere no dito officio : cumprindo que faça com que sem demora os Escrivães prestem fiança, e os mais responsaveis especialisem e inscrevão seus immoveis ou de seus fiadores, como devião ter feito, depois de lavrados os termos de fiança, suspendendo-os depois que tiverem substitutos afiançados, ou demittindo-os quando fôr de sua competencia, caso não procedão na fórma da Lei para a inscripção da hypotheca legal.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 363. — GUERRA. — EM 12 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara qual a diaria, que deve ser abonada ao encarregado da secção de Sapadores Bombeiros do Arsenal de Guerra de Pernambuco no caso de accumular elle o exercicio de mestre de gymnastica.

N. 88. — Directoria Central. — 2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n.º 210 de 20 de Junho ultimo, com que V. Ex. remetteu-me o requerimento do soldado da Companhia de Operarios Militares dessa Provincia, Simplicio Mello da Costa, que se acha encarregado da secção de Sapadores Bombeiros do Arsenal de Guerra; declarei a V. Ex. que, se em tal exercicio accumular elle o de mestre de gymnastica, como acontecia ao seu antecessor, póde ser-lhe abonada a diaria de 800 rs. que este percebia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 364.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Presidente interino da Relação da Córte.— Declara que os Presidentes das Relações não podem conceder licenças aos Procuradores da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1866.

Accusando o recebimento dos officios de V. S. datados de 24 de Julho e 13 de Agosto ultimo, no primeiro dos quaes pondera a duvida, que teve em conceder licença ao Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, tenho a declarar em resposta que Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento os submetti, Considerando precedente a duvida de V. S. e Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Decidir que, —funcionando o Procurador da Corôa não só perante a Relação, senão também perante o Supremo Tribunal de Justiça, o Senado e o Governo, a este na Córte e aos Presidentes nas Províncias compete exclusivamente a concessão ou denegação das licenças, que solicitarem taes Empregados, assim como lhes compete a nomeação dos respectivos substitutos. O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução d'ora em diante.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Presidente interino da Relação da Córte.

N. 365.—FAZENDA.—EM 14 DE SETEMBRO DE 1866.

Os Thesoureiros não devem entrar em exercicio, sem que apresentem fiança; a qual só pôde ser dispensada aos empregados nomeados para exercerem interinamente taes lugares em caso de urgencia e por tempo breve.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o requerimento de José Antonio Pessoa de Barros,

Thesoureiro da Alfandega da Uruguayana, pedindo que se lhe permitta entrar interinamente no exercicio do dito emprego, visto não ter ainda podido fazel-o em consequencia das delongas provenientes da habilitação de sua fiança, estando entretanto desempenhando tambem interinamente as funcções daquelle emprego o Porteiro da citada Repartição; declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, que semelhante pretensão não tem lugar por ser contraria ao disposto no § 3.º do art. 88 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; e lhe recommenda, que exija do referido Porteiro a competente fiança, pois só em caso de urgencia por tempo breve é que póde ser dispensada a fiança, o que não se dá no caso vertente, que o mencionado emprego está sem provimento effectivo desde Agosto de 1864.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 366.— GUERRA.— EM 17 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que as licenças concedidas aos Officiaes e praças de Exercito, para tratarem de sua saude, devem começar a vigorar da data do termo da respectiva inspecção de saude.

N. 353.— Directoria Central.— 1.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, que as licenças, que forem concedidas aos Officiaes e praças do Exercito para tratarem de sua saude, devem começar a vigorar desde a data do termo da respectiva inspecção de saude.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Visconde de Camamú.

N. 367.— GUERRA.— EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que não convém alterar as Instrucções de 25 de Dezembro de 1863 a respeito dos prisioneiros Paraguayos.

N. 49.— Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Ficando inteirado do quanto expõe V. Ex. em seu officio de 28 de Agosto proximo findo, n.º 323, a respeito dos prisioneiros paraguayos, que havião sido postos a sua disposição para serem empregados nas obras publicas dessa Provincia, declaro-lhe, para sua intelligencia e governo, que, não convindo alterar as instrucções de 25 de Dezembro de 1863, ácerca dos referidos prisioneiros, passam elles a ter outro destino.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 368.— GUERRA.— EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que não convém á disciplina militar que dentro das fortalezas habitem pessoas alheias á profissão militar, e não sujeitas aos respectivos Regulamentos.

N. 740.— Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Não convindo á disciplina militar que dentro das fortalezas habitem pessoas alheias á profissão militar, e não sujeitas aos respectivos Regulamentos, vou rogar a V. Ex. se sirva mandar proceder á construcção de casa, em que residão os empregados incumbidos da guarda do deposito da polvora do commercio alli recebida, mas a cargo do Ministerio da Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 369.—IMPERIO.—EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Bispo da Diamantina.—Declara que quando é creada uma Parochia em territorio desmembrado de outra, a nova Parochia é a que deve ser posta em concurso.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre o officio de 40 de Junho ultimo, no qual V. Ex. Revm. comunica que, tendo sido creada uma Freguezia em territorio desmembrado da do Curvello, passara provisão ao Vigario desta Freguezia para servir naquella, declarando vaga a do Curvello.

E tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por sua immediata Resolução de 14 do corrente, com o parecer da mesma Secção, junto por copia, manda declarar a V. Ex. Revm., que a Parochia vaga é a novamente creada, e não a do Curvello, na qual deve continuar a servir o Parocho Collado Padre Boaventura de Nossa Senhora da Guia Bandeira; sendo posta em concurso aquella nova Freguezia.

Deus Guarde a V. Ex. Revma.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Bispo da Diocese da Diamantina.

Consulta a que se refere o Aviso acima.

Senhor.—A Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado cumpre o Aviso de 6 do corrente, expedido por ordem de Vossa Magestade Imperial, consultando com seu parecer sobre o officio em que o Rev. Bispo Diocesano da Diamantina comunica que, tendo sido creada uma nova Freguezia em territorio desmembrado da do Curvello, passara Provisão ao Vigario Collado desta Freguezia para servir naquella, declarando vaga a do Curvello.

Em seu officio de 15 de Junho diz o Rev. Diocesano o seguinte:

« Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de communicar a V. Ex. que a Freguezia de Santo Antonio da Villa do Curvello sendo dividida em duas pela Lei

mineira n.º 4272 de 2 de Janeiro ultimo, elevando a Parochia o districto do Morro da Garça, comprehendendo os do Pilar e Papagaio, desmembrados todos da primeira Freguezia; o Padre Boaventura de Nossa Senhora da Guia Bandeira, Vigario Collado da Freguezia do Curvello, declarou-me que optava pela nova Freguezia, e requereu-me a sua trasladação. Atteridendo ao direito de opção, mandei passar-lhe provisão para a nova Freguezia, declarando vaga a da Villa do Curvello a 23 de Maio findo, e encommendando-o ao Padre Porfirio Pereira da Silveira.

Deus Guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. Marquez de Olinda, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio e Presidente do Conselho de Ministros.—† *João*, Bispo da Diamantina. »

A este respeito officiou tambem ao Governo de Vossa Magestade Imperial o Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes em exercicio o seguinte:

« Palacio da Presidencia do Provincia de Minas Geraes.—Ouro Preto, 23 de Junho de 1866.

« Ilm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. copia do officio que dirigio-me o Exm. Bispo da Diamantina, participando que, em respeito ao direito de opção, concedêra ao Vigario Collado da Freguezia do Curvello, Rev. Boaventura de Nossa Senhora da Guia Bandeira, Provisão para a nova Freguezia de Nossa Senhora do Morro da Garça.

« Sobre este objecto cabe-me informar a V. Ex. que a Freguezia do Curvello, comprehendendo uma área de 40 leguas com diversos nucleos de população, foi dividida em duas, ficando séde de uma a Villa do Curvello, e de outra a povoação do Morro da Garça.

« Subsistindo a Freguezia do Curvello, na qual é collado aquelle Padre, me parece que sua trasladação, que neste caso equivale a uma remoção, só poderia ser concedida pelo Governo Imperial, não cabendo neste caso o direito de opção indicado.

« V. Ex., porém, á cuja illustrada apreciação submetto esta questão, a resolverá como fôr justo.

« Deus Guarde a V. Ex.—Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.—O Vice-Presidente, *Joaquim José de Santa Anna*. »

A Secção da respectiva Secretaria, informando a este respeito, diz:

« O Reverendo Bispo invoca neste officio, para justificar o seu procedimento, um direito de opção, que me parece sujeito a contestação.

« O Padre Bandeira foi apresentado na Igreja Parochial do Curvello. Esta Igreja dividio-se, e creou-se a nova Parochia do Morro da Garça, embora composta de territorio sobre o qual exercia jurisdicção o Parocho do Curvello.

« Continuando a existir a Freguezia do Curvello, posto que com extensão menor, não houve em relação ao Vigario Bandeira senão a execução da clausula expressa na Carta Imperial que o apresentou—*de que se poderia dividir a Igreja quando se julgasse necessario.*

« Deu-se um facto previsto, e regulado, do qual nenhum direito resulta áquelle Vigario.

« Parece, pois, que a Freguezia que tem de ser posta em concurso é a novamente creada, e não a do Curvello, como pretende o reverendo Bispo da Diamantina.

« O Prelado falla em trasladação. O direito a distingue em temporaria e perpetua.

« No caso de que se trata haveria uma trasladação perpetua. A respeito destas diz André, *Droit canon*:—
« Como ellas se verificação pela suppressão do titulo da Igreja que se tem de deixar, e pela nova criação deste mesmo titulo na Igreja que se tem de occupar, mudão o estado do beneficio transferido, e o fazem perder seus privilegios: *Translata ecclesia, omnia jura ad eam pertinentia transeunt in ecclesiam ad quam facta est translatio.* »

« Não é este o caso que se dá. O parecer que acompanhou o Aviso junto de 15 de Novembro de 1864, na parte notada, confirma as duvidas que tenho sobre o acerto com que procedeu o Reverendo Bispo. — 6.^a Secção 2 de Julho de 1866. — *M. F. Corrêa.* »

A vista do que a Secção, conformando-se com a opinião do Vice-Presidente da Provincia, e da Secção da Secretaria, é de parecer que se responda ao Reverendo Prelado que a Parochia que deve ser posta em concurso é a novamente creada por desmembração de parte do territorio da do Curvello, e que desta o

Padre Boaventura de Nossa Senhora da Guia Bandeira continúa a ser o parochio collado.

Vossa Magestade Imperial melhor decidirá.

Sala das conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em 30 de Julho de 1866.—*Bernardo de Souza Franco*.—*Visconde de Sapucahy*.

Como parece.—Paço em 14 de Setembro de 1866.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.



N. 370.—FAZENDA.—EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

As disposições em vigor relativas á isenção de penhora e embargo nos soldos e estipendios são applicaveis aos que se percebem dos Cofres provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Em solução á duvida que lhe foi exposta no officio do Administrador da Mesa de Rendas de Paraty de 6 do corrente,—como deve proceder para execução do mandado de sequestro expedido pelo Juizo dos Feitos contra Manoel Rodrigues da Silva Mello Carramanhos, hoje fallecido, ex-Collector e Administrador da dita Mesa de Rendas, porquanto sua viuva vive á expensas de seu genro, e do ordenado que percebe como professora aposentada da escola primaria do sexo feminino; declaro a V. S. que, sendo as disposições em vigor relativas á isenção de penhora e embargo nos soldos e estipendios, ainda dos aposentados, applicaveis, por identidade de razão, aos que se percebem dos cofres provinciaes, deve o Agente Fiscal, se não se encontrão outros bens sobre que possa correr a execução, devolver o man-

dado na fôrma do estylo á Directoria Geral a seu cargo, para ser remettido ao Juizo dos Feitos, com a declaração competente de não se terem achado bens pelo estado de pobreza da dita viuva, tudo sem prejuizo do procedimento contra o fiador do referido responsavel.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral do Contencioso.

N. 371. — FAZENDA. — EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Exige que um Carcereiro interino apresente a sua nomeação para o devido assentamento no Thesouro, a fim de poder ser pago dos vencimentos que lhe competirem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 27 de Abril ultimo, em que pede ordem para que na Collectoria de S. João da Barra seja pago ao Carcereiro interino da Cadêa da respectiva Comarca, Antonio Pereira Rangel, o vencimento que lhe competir a contar da data em que entrou em exercicio daquelle cargo; tenho a dizer a V. Ex. que é necessario que o dito Carcereiro interino apresente a sua nomeação no Thesouro para o assentamento, a fim de se poder expedir a referida ordem; devendo V. Ex. informar qual o impedimento do Carcereiro effectivo para poder-se regular o pagamento do interino.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 372. — FAZENDA. — EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara quaes as autoridades competentes para passarem attestados de frequencia aos Juizes das Capitães das Provincias e dos Termos do interior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 253 de 26 de Outubro do anno passado, que bem procedeu mandando subsistir a pratica de aceitarem-se attestados passados pelo Presidente da Relação para os Juizes da Capital, pois que é este com effeito o que até agora se tem admittido como chefe daquelles funcionarios; devendo porém consentir que os dos termos distantes da Capital justifiquem os seus exercicios com attestados das Camaras Municipaes para lhes não causar estorvos na percepção de seus ordenados, e tambem dos Juizes de Direito quando se realize a hypothese de que trata a Circular de 21 de Agosto de 1865.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 373. — FAZENDA. — EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Nega provimento ao recurso de um Capitão de navio mercante que fôra multado por infracção dos arts. 382 e 484 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Vista a disposição do art. 382 e 484 do Regulamento das Alfandegas, que impõe a multa de 40\$000 a 40\$000 aos Commandantes das embarcações mercantes, que, tendo recebido a bordo algum volume

ou mercadoria, não lançarem no despacho a nota de *recebido*, e não o remetterem no mesmo dia ou no immediato ao Commandante do ancoradouro: resolveu o Tribunal do Thesouro indeferir o recurso que lhe foi presente, de J. Gillette, Capitão do patacho italiano *Veloce*, da multa de 180\$000 que lhe impuzera a Inspectoria da Alfandega da Côrte, por ter deixado de apresentar em tempo na barca de vigia 18 despachos de generos de exportação recebidos a seu bordo, de conformidade com os citados artigos 382 e 484 do Regulamento.

O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 374. — FAZENDA. — EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

Trata da construcção de obras junto ás muralhas das fortificações da Ilha das Cobras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo presente o Aviso de V. Ex. de 21 de Agosto ultimo sobre a construcção de obras junto ás muralhas das fortificações da Ilha das Cobras, devo responder a V. Ex. que nesta data se expedem as precisas ordens ao Procurador da Fazenda da Côrte para que, entendendo-se com o Inspector do Arsenal, proceda ao embargo das ditas obras.

Por esta occasião acrescentarei a V. Ex. que esta materia já foi attendida pelo Ministerio da Fazenda em Aviso de 20 de Junho de 1860, respondido em 18 de Julho do mesmo anno, e em outro Aviso tambem do Ministerio da Fazenda de 29 de Dezembro de 1864, dos quaes verá V. Ex. que não se podem tomar as providencias propostas de — editaes pelo Juizo dos Feitos, e prohibição aos Tabelliães de lavrarem es-

cripturas sobre terrenos da Ilha sem licença do Governo; sendo porém mais conveniente que, por edital da Inspecção do Arsenal, se previna aos habitantes da Ilha ou outros que tiverem alli obtido concessões ou permissões do Governo em qualquer época, e seja qual fôr a sua natureza, de que lhes é vedado, attentos os interesses do Estado, por disposições antigas e modernas levantar obras, e fazer construcções junto ás muralhas e praticar quaesquer actos de propriedade na zona legal das quinze braças de servidão militar do Regimento de 18 de Fevereiro de 1708, Cap. 63; e outrossim que por sua parte a Capitania do Porto obste a aterros e obras no littoral da Ilha, na fórma do art. 13 do Regulamento de 19 de Maio de 1846.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo.

N. 375. — FAZENDA. — EM 18 DE SETEMBRO DE 1866.

As casas que vendem moveis, roupa ou calçado fabricado em paiz estrangeiro são sujeitas não só ao imposto sobre lojas, como ao especial de 80\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 41 de 7 de Junho ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu approvar a decisão da dita Thesouraria, que negou provimento ao recurso dos negociantes dessa Capital, Francisco Antonio Nobrega, João Carvalho de Oliveira e Francisco Ignacio da Rocha, interposto do lançamento feito pelo respectivo Collector, que os obrigou cumulativamente ao imposto de 40\$000 de lojas, de que trata o art. 10 da Lei de 21 de Outubro de 1843, e ao imposto de 80\$000 especial das casas que vendem moveis, roupa

ou calçado fabricado em paiz estrangeiro, conforme o art. 44 § 2.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, visto ter sido sempre esta a obvia intelligencia das leis citadas, como já o tem explicado diversas ordens, especialmente as de n.º 429 de 31 de Outubro de 1848, n.º 437 de 22 de Abril de 1858, e n.º 329 de 31 de Outubro de 1859. Declara outosim ao Sr. Inspector que foi approvada a decisão da referida Thesouraria, segundo a qual foi dado provimento á parte do recurso de Francisco Ignacio da Rocha lançado em duplicata no imposto especial, devendo sê-lo em uma só quota; porque o imposto especial comprehende as lojas que tenham á venda diversas qualidades de objectos fabricados em paiz estrangeiro, de que trata o art. 44 § 2.º do referido Regulamento.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 376.—FAZENDA.—EM 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Dá regras para a cobrança das dividas activas da Fazenda, quando as partes, depois de intimadas, comparecem no Cartorio para pagal-as.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Constando do officio do Collector das Rendas Geraes de S. Fidelis de 21 de Agosto proximo passado, que o Escrivão do Juizo dos Feitos, quando as partes intimadas pelos respectivos Officiaes de Justiça comparecem no Cartorio para pagar as dividas activas da Fazenda Publica, em consequencia de mandados expedidos pelo Juizo dos Feitos, lavra um auto intitulado—de pagamento—na presença do devedor, do Collector e de duas testemunhas, em que se declara que o executado intimado compareceu para pagar, e, solicitando a guia, effectuou o pagamento; e bem assim que, depois de lavrado esse auto, fazem-se os autos conclusos ao Juiz, o qual por seu despacho manda devovel-os ao Juiz dos Feitos,

ficando traslado, publicando-se este despacho, e lavrando-se a final termo de remessa:

E cumprindo estabelecer-se uma pratica uniforme em taes casos, que são numerosos; rogo a V. Ex. se sirva fazer aos differentes Juizos Municipaes as seguintes recommendações:

1.º Comparecendo o devedor no Cartorio para pagar, expeça o Escrivão do Juizo Municipal guia em duplicata, como se pratica geralmente, para o devedor ir á Collectoria satisfazer a divida, deixando alli uma das guias, cobrando o conhecimento para sua resalva, e entregando a outra via da guia com a verba de pagamento no Cartorio para juntar-se ao mandado, e a todo o tempo constar em Juizo a exoneração da divida;

2.º Que o Escrivão entregue o mandado assim cumprido e guia ao Collector para este devolvê-lo, na fórma do estylo, ao Juiz dos Feitos, independente de autoação, termo de conclusão, despacho e mais termos de publicação e remessa, e traslado.

Uma providencia neste sentido evita ás partes a despeza com taes termos e traslado, que aliás não são exigidas pelas necessidades do expediente do Juizo dos Feitos, sem todavia prejudicar o Escrivão do Juizo Municipal, que por seu trabalho perceberá os emolumentos da guia que expedir.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.



N. 377.—FAZENDA.—EM 19 DE SETEMBRO DE 1866.

A prescripção do art. 22, parte 2.ª, do Decreto de 12 de Janeiro de 1861 não corre contra os menores e interdictos sendo porém applicavel aos fallidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1866.

Communico a V. S. para sua intelligencia e direcção que, Tendo-se Sua Magestade o Imperador Conformado com a consulta das Secções reunidas de Justiça e Fazenda do Conselho de Estado de 16 de

Março do corrente anno, sobre a questão suscitada no officio do Conselho Fiscal do Monte de Soccorro de 3 de Janeiro, Houve por bem, pela Sua Immediata e Imperial Resolução de 14 do presente mez, Mandar declarar: 1.º que a prescrição do art. 22 parte 2.ª do Decreto de 12 de Janeiro de 1861 é sujeita ás condições de direito que regulão e modificão as prescripções civis, e consequentemente não corre contra os menores e interdictos, a quem assiste o beneficio da restituição; sendo porém applicavel á especie proposta, porque os fallidos não se achão nas mesmas condições, uma vez que o direito da administração e disposição de seus bens devolve-se á massa dos credores personificada nos Agentes encarregados, em todas as phases da fallencia, de promover e tomar as medidas conservatorias, tanto quanto poderião fazel-o os proprios fallidos; 2.º que, não obstante ser essa a intelligencia do citado artigo, na questão dada, a competencia da decisão é da alçada dos Tribunaes ordinarios desde que se torne contenciosa.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente do Conselho Inspector e Fiscal do Monte de Soccorro.



N. 378.—GUERRA.—EM 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que os Officiaes e praças de pret do Exercito licenciados devem apresentar as guias de suas licenças as Autoridades militares das guarnições, em que se acharem.

N. 203.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Devendo os Officiaes e praças de pret do Exercito licenciados apresentar as guias de suas licenças ás Autoridades militares das guarnições, em que se acharem ellas, a fim de se fazerem as necessarias declarações na conformidade do Decreto n.º 3579 de 3 de Janeiro do corrente

anno, publicado na Ordem do Dia n.º 493 de 17 do dito meiz, expõe V. Ex. as precisas providências, a fim de que sejam observadas nessa Província as disposições do mencionado Decreto acerca de semelhante objecto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

N. 379. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 19 DE SETEMBRO DE 1866.

Providencia sobre os vencimentos dos empregados dos Telegraphos.

N. 459. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 19 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. datado de 12 deste meiz pedindo solução das duvidas suscitadas pelo Thesouro acerca dos vencimentos dos empregados dos Telegraphos opticos tenho a honra de declarar a V. Ex. quanto a 1.ª: — Que não obstante não se acharem os empregados do Telegrapho optico contemplados no orçamento geral do Império impresso póde continuar o seu pagamento a ser feito pela verba — Telegraphos em virtude do art. 3.º do Regulamento approved pelo Decreto n.º 3030 de 7 de Fevereiro de 1863 que nesta parte não foi revogado pelo de n.º 3288 de 20 de Junho de 1864; como se deprehende do art. 4.º Capitulo 8.º e art. 13 Cap. 4.º — Quanto a 2.ª duvida: — Que determinando o art. 38 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 3288 de 20 de Junho de 1864 que o empregado dos Telegraphos só terá licença com todo o seu ordenado por inteiro por motivo de inolestia provada e com metade do ordenado até tres mezes por outro qualquer motivo, não póde portanto o em-

pregado com licença receber o vencimento integral, porque este consta de ordenado e gratificação regulado pela tabella annexa ao referido Regulamento. — Quanto a 3.ª duvida:—Que os vencimentos dos empregados do Telegrapho optico tem a natureza de gratificações como V. Ex. verá pela tabella annexa ao Decreto n.º 3050 de 7 de Fevereiro de 1863, o qual distingue as denominações dos empregados a saber: Director Geral, Ajudante do Director, Estacionarios, Almoxarife, Telegraphistas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 380.— GUERRA.— EM 20 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que todo o serviço de policia deve correr pelo Ministerio da Justiça, ou por conta dos cofres da respectiva Provincia.

N. 44.— Directoria Central.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n.º 48 do 4.º do corrente solicita V. Ex. do Governo Imperial a expedição das necessarias ordens á Thesouraria da Fazenda dessa Provincia para o pagamento do respectivo soldo de 450 praças da Guarda Nacional, que tem de aquartelar para o serviço da guarnição da Capital. Em resposta declaro a V. Ex. que aquelle pagamento pôde correr por conta do Ministerio da Guerra, dentro do limite de uma Companhia, em substituição da do Exercito, que marchou para o Sul, mas todo o serviço de policia deve correr pelo Ministerio da Justiça em cofres Provinciaes. Cumpre, pois, que V. Ex. faça reduzir a mencionada força da Guarda Nacional á que ora se lhe ordena, dando as mais terminantes ordens, como se lhe tem recomendado, para seguirem para esta Côte todas as praças do Exercito ali existentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 381.— GUERRA.— EM 20 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a Ilha de Fernando de Noronha, como presidio militar, não pôde deixar de estar sujeito ao Commandante das Armas da respectiva Provincia.

N. 93.— Directoria Central.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador Manda declarar a V. Ex. que a Ilha de Fernando de Noronha, como presidio militar, não pôde deixar de estar sujeito ao Commando das Armas dessa Provincia na parte relativa a quartéis, fortificações, força de guarnição, regimen militar e mais obrigações impostas aos Cominandantes das Armas pelo Regulamento n.º 293 de 8 de Maio de 1843. Cumpre, portanto, que se observe aquelle Regulamento, encarregando V. Ex. o mesmo Commandante das Armas, além das attribuições que lhe competem, de inspecionar e examinar o referido presidio, para o qual deve destacar uma força da Guarda Nacional para sua guarda e segurança. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 382.— GUERRA.— EM 20 DE SETEMBRO DE 1866.

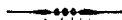
Determina que não se dê passagem por conta do Ministerio da Guerra na estrada de ferro de D. Pedro II senão a quem andar em serviço.

N. 544.— Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Setembro de 1866.

Expeça V. S. as precisas ordens ao Director do Laboratorio do Campinho para que se não dê passagem por conta deste Ministerio na estrada de ferro

de D. Pedro II senão a quem andar em serviço, declarando-se no passe — a serviço do Ministerio da Guerra, — ficando portanto prohibida a concessão de passagens a todo e qualquer individuo fóra daquellas condições ; entretanto ás familias das praças de pret se poderá dar passagem no acto de marcharem com as mesmas praças para destacamento, e no de regresso, quando forem rendidas.

Deus Guarde a V. S.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Francisco Antonio Raposo.



N. 383.—GUERRA.—EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Determina a remessa do termo de (inspecção de saude, que servir para concessão de) alguma licença, nos termos do Decreto n.º 3379 de 3 de Janeiro do corrente anno.

Circular ás Presidencias.— Directoria Central.— 4.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Setembro de 1866.

Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devida execução, que, quando por essa Presidencia fôr concedida alguma licença nos termos do § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 3379 de 3 de Janeiro do corrente anno, deve ser remettido com o officio, em que fôr submettida a licença á approvação deste Ministerio, o termo de inspecção por que tiver passado o licenciado. Por esta occasião recommendo a V. Ex. que, á vista das circumstancias actuaes do paiz, não convém facilitar a concessão de taes licenças.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Presidente da Província de...



N. 384.—IMPERIO.—EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Declara que os desacatos perpetrados com o fim de roubar-se a urna, em que se guardão as cedulas, estão comprehendidos na generalidade da disposição do art. 47 § 1.º da Lei de 19 de Agosto de 1846.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Forão presentes a Sua Magestade o Imperador os officios de V. Ex. n.ºs 38 e 43 de 16 de Março e 30 de Maio ultimo: o primeiro, submettendo a approvação do Governo Imperial a resposta dada por essa Presidencia ao Juiz de Paz Presidente da Mesa Parochial de Cannaveiras a respeito da suspensão dos trabalhos da eleição de Juizes de Paz a que ali se procedera; e o segundo sujeitando á consideração do mesmo Governo a deliberação que V. Ex. tomara, de approvar provisoriamente a eleição de Juizes de Paz feita naquella Parochia no dia 22 do referido mez de Maio.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-Se Conformado por Sua immediata Resolução de 31 de Agosto proximo findo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 28 de Julho antecedente, Ha por bem Mandar approvar o acto de V. Ex. pelo qual se ordenou que sobrestivesse na eleição, cumprindo outrosim que V. Ex. proceda a averiguações a respeito do facto allegado na representação de Francisco Maria da Cunha, relativamente á indebita intervenção do Delegado de Policia Alexandre Francisco da Costa no processo eleitoral, a fim de que, provado o mesmo facto seja o dito Delegado punido, na conformidade das leis. Quanto ás decisões dadas por V. Ex. ao Juiz de Paz de que trata o supracitado officio de 16 de Março, Manda o Mesmo Augusto Senhor Declarar que são conformes á lei e decisões do Governo, a 1.ª, 2.ª e 4.ª conclusões, e bem assim as advertencias de V. Ex., concernentes a incompetencia das Mesas Parochiaes para julgar da idoneidade dos cidadãos qualificados. No mesmo caso, porém, não se acha a conclusão 3.ª visto ter sido regular e conforme á generalidade da disposição do art. 47, § 1.º da Lei de 19 de Agosto de 1846, o pro-

cedimento do referido Juiz de Paz, porquanto não se pôde negar que fosse perturbação grave dos trabalhos eleitoraes o desacato perpretado pelo individuo que pretendeu roubar a urna.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



N. 383.—IMPERIO.—EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que o cargo de Vereador é incompativel com o de Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda da Côrte, e o de Commandante de um Corpo de Voluntarios da Patria.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Setembro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 15 de Maio ultimo, com o qual V. Ex. transmite copias das Consultas que lhe forão dirigidas pela Camara Municipal da Capital dessa Provincia, ácerca da incompatibilidade do cargo de Vereador com o de Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda da Côrte, e o de Commandante de um corpo de Voluntarios da Patria.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Ha por bem Mandar declarar o seguinte, para que V. Ex. o faça constar a referida Camara.

Que tendo o Vereador, de que se trata, accitado o emprego de Fazenda, para que foi nomeado, renunciou aquelle cargo, como dispõe o Aviso n.º 32 de 5 de Março de 1847, accrescendo a este motivo de incompatibilidade o que resulta da condição 3.^a do Aviso n.º 89 de 4 de Junho do mesmo anno, isto é, quando da accumulacão de empregos diversos resulta a impossibilidade de ser cada um delles servido e desempenhado satisfactoriamente, impossibilidade esta que se verifica no caso actual, visto que o cargo de Vereador da Camara Municipal de

Nytheroy demanda a saída do Ajudante do Procurador dos Feitos para fóra da Capital do Imperio em horas de serviço do seu cargo, cujas attribuições são muito numerosas e importantes; doutrina esta que, em caso analogo, servio de fundamento ao Aviso de 44 de Fevereiro de 1833.

Que, á vista das disposições do art. 49 da Lei do 4.º de Outubro de 1828, e Decreto de 25 de Junho de 1831, segundo as quaes as funcções de Vereador não se podem exercer conjunctamente com o serviço militar, deve-se entender que renunciou ao cargo de Vereador o que, já o sendo, accitou o commando de um corpo de Voluntarios visto ser este serviço de natureza militar, como é expresso nos arts. 4.º e 6.º do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863, e arts. 4.º, 2.º e 9.º da Lei n.º 4246 de 28 de Junho do mesmo anno, sem que a isto possa obstar o Aviso n.º 41 de 26 de Janeiro de 1864, cuja doutrina, referindo-se a hypothese de ser a eleição posterior á nomeação para o posto militar, não póde ser applicada aos casos mencionados nas referidas consultas.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



N. 386.— GUERRA.— EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a licença concedida em prorrogação da que estava gozando um Official em resultado de inspecção de saúde deve correr da data da mesma inspecção, abonando-se-lhe simplesmente o soldo, na fórmula das disposições vigentes.

N. 51. — Directoria Central.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Approvando o Governo Imperial a licença de tres mezes concedida, em prorrogação da que estava gozando em resultado de inspecção de saúde, o 2.º Tenente do 3.º Batalhão de Artilharia a

pé, Marcos Brício Portilho Bentes, tenho a declarar a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 248 de 9 de Agosto findo, que a dita licença deve correr da data da inspecção de saúde, a que foi elle submettido, abonando-se-lhe simplesmente o soldo, visto que o art. 106 do Regulamento de 27 de Outubro de 1860, está em pleno vigor, e por isso aos Presidentes de Provincia, nos casos especificados no § 2.º do art. 4.º do Decreto de 3 de Janeiro deste anno, só compete conceder aos Officiaes do Exercito até tres mezes de licença com soldo simples, dando immediatamente parte ao Governo para resolver ácerca da approvação do acto, que só depois de approvado póde produzir os seus effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 387. — FAZENDA. — EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Nega ao Pagador da Thesouraria de Pernambuco os vencimentos do seu emprego, correspondentes ao tempo em que esteve suspenso por falta de habilitação da fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 490 de 10 de Agosto do corrente anno, do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, transmittindo o recurso que o Pagador da mesma Thesouraria, Minervino de Sousa Leão, interpuzera da decisão que lhe denegou os vencimentos do emprego, durante o tempo que esteve suspenso do exercicio por falta de hypotheca sobre os immoveis de seus fiadores, na forma da nova Lei Hypothecaria, e ponderando que o Thesouro por equidade podia determinar o alludido pagamento: declara ao dito Sr. Inspector que, provindo a suspensão do Thesoureiro da falta de habilitação da

ção, que a lei exige como essencial, e até sob pena de responsabilidade, não tem lugar o abono de vencimentos; outrossim que semelhante abono de vencimentos por equidade, sendo elles illegaes, não se pôde realizar sem infracção da Lei.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 388.— FAZENDA. — EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Os generos de exportação embarcados fóra dos trapiches ou pontes mantidās ou custeadas pela Fazenda Nacional não pagão o imposto de capatazias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 48 de 8 de Junho ultimo, que o dito Tribunal, tendo em vista a representação da Praça do Commercio da referida Provincia, que reclama contra o pagamento do imposto de capatazias a que a Alfandega sujeita os generos de exportação não embarcados em trapiches ou pontes mantidas ou custeadas pela Fazenda Publica: resolveu nos termos do art. 697 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, embora conste das informações da Alfandega que por ella é prestado o material para o serviço, attender á mencionada representação, de accordo com a ordem n.º 273 de 29 de Setembro de 1864.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 389.—FAZENDA.—EM 21 DE SETEMBRO DE 1866.

Trata de um recurso sobre preferencia na concessão de um terreno de marinhas, e declara que taes questões pertencem ao Contencioso Administrativo, e são da competencia dos Presidentes de Provincias, ou do Ministerio da Fazenda com recurso para o Conselho de Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Setembro de 1866.

Hlm. e Exm. Sr.—Tendo sido submittido á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o recurso interposto por José de Sá Bezerra, e Theotonio José de Siqueira da decisão constante do Aviso de 22 de Fevereiro do anno proximo passado, que revoga o de 12 de Setembro de 1864, e manda subsistir o titulo de aforamento dos terrenos de marinhas da Carnaubinha expedido por essa Presidencia ao Major Fabricio Gomes Pedrosa; e havendo a dita Secção apresentado em data de 16 de Dezembro de 1865 a Sua Magestade o Imperador o seu parecer: o mesmo Augusto Senhor, considerando que as questões sobre a preferencia de terrenos de marinhas e outros, fundadas em direitos garantidos por Leis ou Regulamentos de administração publica, antes ou depois de expedidos os titulos de aforamento, pertencem ao Contencioso Administrativo, e são da competencia dos Presidentes ou do Ministerio da Fazenda, com recurso para o Conselho de Estado, na fórma das Resoluções de Consulta de 30 de Maio de 1850 e 15 de Abril de 1859, e outras muitas decisões do Thesouro: considerando, portanto, que a presente questão é da competencia da autoridade administrativa por se achar nos termos das citadas Resoluções Imperiaes: Houve por bem, pela Imperial e Immediata Resolução de 24 de Janeiro do corrente anno, Dar provimento ao mencionado recurso. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 390.—FAZENDA.—EM 22 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que os contractadores para a condução de malas do Correio devem prestar fiança perante as Thesourarias de Fazenda, e que é inadmissivel a hypotheca do material da respectiva empreza, si não comprehender bens de raiz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n. 164 de 31 do mez passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Pedro do Sul, communica haver resolvido que a fiança, a que Luiz Candido Gomes se obrigára no contracto celebrado com a Administração do Correio daquela Provincia, para a condução das malas da correspondencia terrestre, fosse offerecida e aceita na Thesouraria, e não na referida Administração; declara ao mesmo Sr. Inspector que procedeu regularmente á vista dos arts. 20 § 8.º do Decreto de 20 de Novembro de 1850, e 4.º § 9.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851; ficando porém na intelligencia de que, se não houver bens de raiz no material da empreza de mala-postas, é nulla e de nenhum effeito a hypotheca estipulada no dito contracto do referido material, e, nesse caso, deve sob as penas da Lei intimar ao mencionado Luiz Candido Gomes para prestar a fiança a que se obrigou, se não hypothecar á Fazenda Provincial bens de raiz de sua propriedade para execução do contracto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 391.— FAZENDA.— EM 22 DE SETEMBRO DE 1866.

Isenta de direitos as provisões e generos importados em navios mercantes para consumo das Estações navaes das nações amigas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o Aviso de 25 de Agosto ultimo transmittio-me V. Ex. a nota, em que o Ministro de Sua Magestade Britannica solicita do Governo Imperial, como favor, a isenção de direitos dos generos e provisões importados em navios mercantes para consumo dos vasos de guerra da respectiva nação.

Pós'o que o Governo já houvesse beneficiado a marinha de guerra das nações amigas com a expedição do Aviso de 15 de Junho de 1863, que tornou extensiva a isenção de direitos do art. 512 § 10 do Regulamento das Alfandegas aos generos importados pelos paquetes transatlanticos, todavia, considerando que o pensamento que dictou tal isenção foi evitar despezas e inconvenientes aos serviços dos navios de guerra daquellas nações estacionados neste porto, resolveu conceder o novo favor nos precisos termos em que foi solicitado; e neste sentido expago ordem nesta data á Alfandega do Rio de Janeiro, na qual entretanto lhe recommendo que tome as cautelas fiscaes que forem necessarias para os despachos, considerando-se como indispensaveis a prova de terem os generos sido embarcados expressamente para o consumo das estações navaes, por ordem dos respectivos Governos e a requisição da competente Legação nesta Córte para o despacho livre.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

N. 392.—FAZENDA.—EM 22 DE SETEMBRO DE 1866.

Determina que um Thesoureiro que foi aposentado, reponha os vencimentos recebidos depois de ter o seu successor entrado em exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 do Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, em resposta aos seus officios de 48 de Junho e 5 do corrente mez, sob n.ºs 35 e 49, que o credito da verba *Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda* do exercicio de 1865—1866, foi augmentado com a quantia de 301\$321, e o das *Ajudas de custo, etc.* com a de 47\$544; não podendo porém ter lugar o pagamento feito do vencimento do lugar de Thesoureiro ao que foi aposentado, durante os dias em que entregou a Repartição ao successor, porquanto, tendo este entrado em exercicio, cessão os vencimentos daquelle, que portanto deve repôr o que indevidamente se lhe pagou.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 393.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO EM 22 SETEMBRO DE 1866.

Sobre o prolongamento da Estrada de ferro da Provincia de S. Paulo.

N. 38 A.—2.^a Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Ao Governo Imperial forão presentes duas representações da Assembléa Legislativa dessa Provincia, ambas da mesma datada de 46 de Abril deste anno, relativas á necessidade do prolongamento da estrada de ferro de Santos á Jundiaby

até á Cidade de Campinas, e, sendo ouvida a respeito a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador Houve por bem conformar-se com seu parecer constante da copia junta, por sua Imperial e immediata Resolução de 19 do corrente.

Por esta occasião declaro a V. Ex. que o Governo Imperial sente não permittirem as actuaes circumstancias do Thesouro a realização dos desejos da Assembléa Provincial tanto mais quanto reconhece que, está nos votos da opinião publica o prolongamento das estradas de ferro do paiz, e se acha disposto a applicar á este objecto o seu maior cuidado, logo que tenha melhorado o estado financeiro do Imperio.

Finalmente, declaro a V. Ex. para que faça chegar ao conhecimento da mencionada Assembléa Provincial, que o Governo não recusaria conceder á Companhia que se organisasse para o prolongamento reclamado os favores outorgados no Decreto n.º 3622 de 28 de Fevereiro de 1866 ao Barão de Mauá e a José Ribeiro dos Santos Camargo, respeitando comtudo a condição 43.ª do Decreto n.º 1759 de 26 de Abril de 1856 que prefere a Companhia da estrada de ferro de S. Paulo.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e para transmittir á referida Assembléa Legislativa em solução ás suas representações.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 391.—FAZENDA.—EM 24 DE SETEMBRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso sobre a qualificação de umas caixas com espelho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Manoel Antonio da Costa Pereira da decisão da

Inspectoria da Alfandega da Corte, que, de accordo com o parecer da maioria da commissão da Tarifa, considerou caixas de madeira para barba, qualificadas no art. 1491 da Tarifa, e por isso sujeitas á taxa de 400 réis por libra, as que forão admittidas a despacho pelo recorrente em numero de 40 duzias, pesando 480 libras; e o mesmo Tribunal:

Vista a qualificação que o Conferente do despacho deu a referida mercadoria considerando-a tarifada no art. 1497, devendo pagar 150 réis a libra;

Vista a conferencia da sahida, que, não concordando com a qualificação da conferencia interna, julgou dever a mercadoria pagar 300 réis a libra, reputando-a tarifada no art. 1508, por lhe parecer que são espelhos de madeira envernizada com caixa para preparos de barba;

Vista a terceira opinião divergente da commissão da Tarifa, que, discordando das duas qualificações anteriores, entende que se achão as ditas caixas tarifadas no art. 1491, e portanto sujeitas a taxa de 400 réis a libra, por conterem espelhos e repartimentos para receber objectos proprios para fazer a barba; e

Considerando que a mercadoria em questão não póde estar sujeita ao art. 1491, que trata de bocetas ou caixas com pincel e espelhos para barba e semelhantes de madeira ordinaria, nem ao art. 1508, que trata de espelhos com molduras de madeira pintada ou envernizada; mercadorias estas inteiramente differentes da que foi submettida a despacho, que é caixa com espelho envernizada, e que, segundo o parecer da Commissão da Tarifa, tem sido por differentes vezes assim qualificada, como o demonstra a certidão que veio junta ao processo, e informação de varios negociantes da praça;

Considerando que a uniformidade na qualificação das mercadorias deve ser mantida escriptulosamente pelos Conferentes, para evitar não só as questões que embaraço a mais prompta e regular expedição dos despachos, como os prejuizos do commercio;

Resolveu dar provimento ao recurso, mandando que seja mantida a qualificação dada pelo Conferente do despacho, a qual está de accordo com as qualificações dadas ás caixas em questão em outros despachos; cumprindo que, para não se pôr mais

em duvida a qualificação desta mercadoria, seja a amostra archivada com a presente decisão, para que seja observada nas futuras conferencias de mercadorias identicas.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devida execução.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 395.—FAZENDA.—EM 25 DE SETEMBRO DE 1866.

A concessão de terrenos ás Camaras Municipaes, para patrimonio e augmento de suas rendas, pertence ao Poder Legislativo: o Governo, dos que está autorizado a aforar, só pôde conceder-lhes os que ellas julgão necessarios para logradouros publicos, os quaes passam todavia a ser considerados devolutos, logo que as mesmas Camaras os aforão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr.—O Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por Aviso de 9 de Maio ultimo, trouxe ao meu conhecimento o officio em que essa Presidencia pede autorização para dividir e vender em hasta publica os terrenos que demorão ao nascente da estrada em construcção á margem do rio Sanhauá, e que são cobertos pelas aguas da meia maré.

Dos papeis consta o seguinte:

Alguns dos individuos foreiros de marlinhas proximos a este lugar já pedirão o aforamento daquelles terrenos e forão indeferidos.

Com o fim de evitar que fossem preferidos os já foreiros, solicitou a Camara Municipal respectiva lhe fossem elles concedidos para ser parte destinada á servidão publica, e parte para augmento de suas rendas que, por diminutas, lhe não permittem emprehender qualquer serviço em beneficio de seu municipio.

Essa Presidencia considera de muita importancia qualquer concessão á Camara e de grande conve-

niencia para os interesses da Fazenda a divisão desse terreno em ruas para edificações, sendo vendidos em hasta publica, reservados os precisos espaços para logradouros publicos.

A Camara informa que os terrenos pedidos são os que já lhe foram concedidos pelo Governo da Provincia e ficam áquem da ponte do mencionado rio, do lado direito até o Zumbi.

Tendo examinado o assumpto, eis o que me cabe ponderar a V. Ex.

Pela Lei n.º 444 de 27 de Setembro de 1860 § 7.º, art. 11, o Governo está autorizado para aforar os terrenos de alluvião, onde existirem marinhãs, e bem assim os alagadiços ou terrenos devolutos encravados nas povoações ou seus arredores.

Os de que se trata estão neste caso por sua natureza.

Só podem ser cedidos ás Camaras aquelles terrenos que julgarem necessarios para logradouro publico, e logo que destes ellas aforão, passam a ser considerados devolutos e são dados por aforamento a quem os pedir ou se julgar com direito a elles.

Competem, pois, á Camara os que ella entender convenientes para servidão publica.

Quanto ao pedido para patrimonio e augmento de suas rendas, pertence ao Poder Legislativo resolver (Lei de 15 de Novembro de 1831, Tit. 4.º, § 14, Ordem de 23 de Agosto de 1853, e Aviso de 3 de Abril de 1860).

Feita, portanto, a concessão á dita Camara do terreno preciso para logradouro publico, cumpre que V. Ex. dê as suas ordens para que o restante, depois de medido e demarcado, e preferidos os individuos que tiverem direito, se divida em lotes taes que possam logo aproveitar-se, sendo o dominio util delles arrematado em hasta publica pelo maior lance offerecido, como manda o art. 9.º da Lei de 27 de Setembro de 1860, se forem pretendidos por mais de um licitante, e já foi declarado no Aviso de 3 de Setembro de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 396.— FAZENDA.— EM 25 DE SETEMBRO DE 1866.

Nota a falta de ter-se mandado abonar a um empregado despachado para uma Provincia, os vencimentos do lugar que exercêra e deixára em outra, e determina que elle reponha o que indevidamente recebeu.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n.º 33 de 24 de Abril deste anno:

1.º Que menos acertadamente procedeu mandando abonar ao Official de descarga da mesma Provincia, José Thomaz Henriques, os vencimentos de Praticante da Thesouraria de Santa Catharina desde que deixou de exercer este emprego até o dia anterior á posse do que actualmente exerce; porquanto, a esta resolução oppoem-se o art. 64 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, e mui terminantemente a ordem n.º 232 de 26 de Outubro de 1853;

2.º Que o Aviso do Ministerio da Fazenda de 2 de Outubro de 1860, n.º 421, longe de ter uma applicação favoravel ao caso, não serve senão para mais firmar a doutrina das mencionadas disposições, dando aos empregados despachados ou removidos direito ao vencimento dos novos empregos só depois da posse e exercicio, sendo que o fim unico que se propóz o Governo com a expedição deste seu acto foi estabelecer a regra do procedimento com os funcionarios publicos que por occasião dos seus despachos ou remoções achão-se doentes ou no gozo de licença;

3.º Que a pratica seguida no Thesouro em casos semelhantes é de conformidade com o Decreto e Aviso primeiro citados, e não como sem fundamento algum o interessado e o Sr. Inspector procederão;

4.º Finalmente, que o mesmo Official de descarga deve repór integralmente o que lhe foi mal e indevidamente pago.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 397.—FAZENDA.—EM 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Provimto de um recurso sobre o imposto da dizima em um processo de salarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1866.

Ao Tribunal do Thesouro foi presente o recurso interposto por José Teixeira Alves da Cunha da decisão do Administrador da Recebedoria, que o obrigou ao pagamento da dizima de chancellaria da differença entre 60:000\$000 e 10:066\$666, quantia averbada na Estação fiscal, em que fôra condemnado o Bacharel José Caetano dos Santos, no processo de salarios, que contra elle intentára o recorrente; e

Considerando:

1.º Que, embora o autor declarasse no libello que estimava os seus salarios em mais de 60:000\$000, todavia pedia na conclusão do libello que fosse o réo condemnado a pagar a quantia que se arbitrasse na execução;

2.º Que, em taes circumstancias, devia proceder-se ao arbitramento do valor da causa, nos termos do art. 5.º do Decreto de 9 de Abril de 1842, e Ordem de 26 de Outubro de 1854;

3.º Que, não tendo havido tal arbitramento nem accordo de partes, quanto ao valor da causa, procede a regra do pagamento da dizima pela quantia certa da condemnação, conforme o citado artigo;

4.º Finalmente, que o autor não ficou vencido quanto á differença de que se trata;

Resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso para o effeito de declarar o recorrente não sujeito a dizima da referida differença; e assim o communico a V. S. para o fazer constar a quem convier.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.



N. 398.—FAZENDA.—EM 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Permite que sejam despachados, livres de expediente, uns instrumentos scientificos fabricados nesta Córte, que regressarão da Exposição da Cidade do Porto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Córte, para sua intelligencia e devida execução, que foi deferido o requerimento em que José Maria dos Reis pedia a concessão de despacho livre de expediente para os instrumentos scientificos fabricados em sua officina nesta Córte, que regressarão da Exposição da Cidade do Porto, para onde os havia mandado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 399.—JUSTIÇA.—AVISO DE 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, approvando a decisão por elle dada á consulta do Chefe de Policia a respeito da intelligencia do art. 28 do Regulamento de 30 de Dezembro de 1865.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio dessa Presidencia, datado de 22 de Agosto ultimo, cobrindo cópia do que foi dirigido ao Chefe de Policia em solução a seguinte duvida por elle proposta; — se, não obstante a expressa disposição do art. 28 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 3572 de 30 de Dezembro de 1865, devia remetter mensalmente os mappas dos crimes e factos notaveis, e os dos estrangeiros entrados e sahidos da Provincia: Houve por bem approvar a decisão dada por essa Presi-

dencia, quando declarou áquelle Chefe de Policia que devia continuar a remetter os referidos mappas, visto que o citado art. 28, só dispensa a remessa de quaesquer outros exigidos pelos Regulamentos e Circulares anteriores, relativos á estatistica judiciaria, e não a dos de que trata, porque estes estão comprehendidos não na estatistica judiciaria e sim na policial, como se vê dos §§ 1.º, 6.º e 7.º do art. 4.º do referido Regulamento.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao supracitado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 400.—IMPERIO.—EM 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que o exercicio do emprego de Inspector do Consulado Provincial é incompativel com o do cargo de Juiz de Paz, uma vez que a nomeação para o mesmo emprego haja sido posterior a eleição para esse cargo.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 45 de 6 do corrente mez, submittendo á consideração do Governo Imperial a decisão pela qual declarou que, á vista da terminante disposição dos Avisos de 46 de Janeiro de 1844, 5 de Março de 1847, 26 de Abril de 1849 e 48 de Março de 1851, o exercicio do emprego de Inspector do Consulado Provincial é incompativel com o do cargo de Juiz de Paz, por estar esse emprego de Fazenda, posto que provincial, comprehendido na mesma disposição, á vista do art. 98 do Regulamento provincial do 4.º de Março de 1845, e art. 493 do de 25 de Maio de 1848.

Em resposta declaro a V. Ex. que acertada foi essa decisão, uma vez que a nomeação do cidadão Fili-

gonio Avelino Jucundiano de Araujo haja sido posterior á sua eleição para o cargo de Juiz de Paz, na fórma do Aviso de 18 de Março de 1854, § 2.º, cuja doutrina, fundada na do Aviso n.º 32 de 5 de Março de 1847, estabelece que o simples facto de ter um Juiz de Paz aceitado emprego de Fazenda, o inhabilita para presidir a Junta de Qualificação, e exercer qualquer função do cargo de Juiz de Paz, porque se considera havê-lo renunciado. Se porém a nomeação daquelle cidadão para o emprego de Fazenda foi anterior á sua eleição para o referido cargo, outra deve ser a decisão, attenta a doutrina dos Avisos n.º 284 de 1841, 45 de 1848, e 211 de 1861, os quaes declaram que nessa hypothese não se póde obstar a que o empregado de Fazenda entre no exercício do Juizado de Paz, e portanto presida aos actos eleitoraes, cumprindo apenas ás autoridades superiores da Administração da Fazenda dar providencias sobre a falta de comparecimento do Empregado na Repartição a que pertencer.

Dous Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.



N. 401.—IMPERIO.—EM 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Declarando: 1.º que o adiamento das sessões das Camaras Municipaes deve ser resolvido pela maioria dos Vereadores, e não por simples deliberação do Presidente; 2.º que na falta deste, é-lhe subrogado o Vereador mais votado d'entre os que comparecerem, o qual póde convocar os supplentes que precisos forem para haver Vereança.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 229 de 24 de Outubro do anno passado, em que essa Presidencia submette a approvação do Governo Imperial a decisão, pela qual declaram á Camara Municipal da Cidade de Santa Luzia: 1.º que o Presidente da mesma Camara era incompetente para resolver por si só o

adiamento da sessão que devia celebrar-se no dia 7 de Abril ultimo; 2.º que a illegalidade com que fôra resolvido esse adiamento não autorizava o 3.º Vereador Rocha Franco a assumir a Presidencia da mesma Camara; 3.º que erão incompetentes os membros da Camara que trabalharão sob a Presidencia desse Vereador; 4.º que os arrematantes das obras contractadas durante essa sessão illegal devião recorrer a Assembléa Provincial, visto competir a ella o resolver sobre o pagamento das mesmas obras.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 6 de Junho ultimo, Ha por bem Mandar Declarar o seguinte:

Que acertadamente decidiu essa Presidencia quanto a illegalidade do adiamento da sessão pelo Presidente da Camara, visto que, segundo o art. 25 da Lei do 4.º de Outubro de 1828, o tempo das sessões deve ser marcado pelas Camaras, devendo portanto o adiamento de uma sessão ser resolvido pela maioria dos Vereadores, e não por simples deliberação do Presidente. Nem basta para esse adiamento o consenso tacito dos Vereadores, deduzido do facto de não haverem protestado contra o acto do Presidente, visto que, o adiamento de uma sessão é medida de natureza grave que não póde ser tomada, sem consentimento expresso da maioria, manifestado pelos meios legais.

Quanto ás outras decisões, Manda o Mesmo Augusto Senhor Declarar que, não comparecendo o Presidente, é lhe subrogado o Vereador mais votado d'entre os que comparecerem, na fórma do Aviso n.º 463 de 1863 § 4.º e nessa qualidade póde o mesmo Vereador convocar os supplentes que precisos forem para haver Vereança, uma vez que seja necessaria a reunião em virtude da Lei, hypothese esta que se dava a respeito da segunda sessão da referida Camara, a qual muito legalmente presidiu o Vereador Rocha Franco que, tendo comparecido no dia competente e na ausencia do Presidente da Camara, assumio a presidencia e convocou os supplentes, devendo-se concluir de tudo quanto se achá exposto que legais forão os actos praticados nessa sessão, e por conseguinte válidas as arrematações, que até forão effectuadas depois de passada a presidencia

a aquelle Vercador directamente pelo Presidente, sendo portanto liquido o direito que os arrematantes têm ao pagamento das obras contractadas, sem que para effectual-o seja necessaria a intervenção da Assembléa Provincial.

O que communico a V. Ex., para sua intelligencia, e a fim de o fazer constar á mencionada Camara.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Joaquim Fernandes Torres*.— Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 402.— GUERRA.— EM 26 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que o pagamento de vencimentos a praças de pret deve ser feito independente de Provisões, e só á vista das copias dos respectivos Decretos de reforma.

N. 773. — Directoria Central.— 4.^a Secção. — Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Estando ainda por pagar os vencimentos do soldado do 9.^o Batalhão de Infantaria José Leandro de Barros, reformado por Decreto de 31 de Janeiro ultimo, por isso que a Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco exige guia e provisão de reforma, como determina a Circular do Thesouro n.^o 48 de 43 de Maio proximo passado, rogo a V. Ex. se sirva mandar realizar aquelle pagamento, á vista da copia do mesmo Decreto, que foi enviada ao Thesouro Nacional, revogando para semelhante fim a mencionada Circular, que está em contradicção com o Decreto n.^o 102 de 40 de Outubro de 1844, que ordenou que pagamentos identicos se fação ás praças de pret, independente de Provisões, e sómente á vista das copias dos Decretos de reforma.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 403.— GUERRA.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que a 1.^a observação da Tabella, annexa ao Decreto n.º 2461, do 1.º de Maio de 1858, confere o abono de gratificação adicional e de exercício aos officiaes do Exercito empregados em commandos de companhia.

Directoria Central.— 1.^a Secção.— Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Setembro de 1866.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, Declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em solução ao seu officio de 5 de Junho ultimo sob n.º 35, que bem procedeu a Presidencia da mesma Provincia, mandando abonar a gratificação addicional e a de exercício ao Capitão reformado Joaquim José Ferreira Souto, que foi nomeado Commandante da companhia de operarios militares, á vista do disposto na 1.^a observação da Tabella annexa ao Decreto n.º 2461 do 1.º de Maio de 1858, que confere aquellas vantagens aos Officiaes do Exercito empregados no commando de companhias.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 404.— IMPERIO.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Ao Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declarando que o facto de ter a Junta de qualificação da Parochia do Amparo trabalhado nos ultimos dias até oito horas da noite, e de haver sido um dos membros da mesma Junta substituido por proposta do Presidente, não é sufficiente para que se annullen os trabalhos da qualificação.

3.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Setembro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 36 de 22 de Junho ultimo, transmittindo a representação em que o cidadão José Pedro de Godoy Moreira expõe as
DECISÕES DE 1866. 76

seguintes irregularidades havidas no processo da qualificação de votantes feita ultimamente na Parochia da Cidade do Amparo.

1.º Ter a Junta trabalhado nos ultimos dias até oito horas da noite.

2.º Haver o membro da Junta, João de Campos Souza delegado seus poderes ao cidadão José Manoel de Miranda.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua immediata Resolução de 22 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 de Agosto proximo findo, Ha por bem Mandar Decretar que não se dá motivo sufficiente para annular-se a referida qualificação, por isso que o modo por que foi substituido o membro da Junta João de Souza Campos, posto que irregular nos termos do Aviso de 27 de Janeiro de 1862, não é bastante para inutilisar os trabalhos da qualificação á vista do accordo de todos os outros membros da mesma Junta em accitarem para substituil-o o Tenente José Manoel de Miranda, proposto pelo respectivo Presidente, acrescendo a isto que o facto que constitue a primeira arguição do representante se acha satisfactoriamente explicado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 405. — AGRICULTURA COMMERCIO E ORBAS
PUBLICAS.—AVISO EM 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre passagens na estrada de ferro de D. Pedro II, por conta do Ministerio da Guerra.

N. 147. — Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 27 de Setembro de 1866.

Communicando a Vm. que em data de 20 do corrente o Sr. Ministro da Guerra solicitou do da Fa-

zenda as precisas ordens para que seja indemnizado este Ministerio da quantia de rs. 3:163\$991, importancia de passagens e fretes nos trens dessa estrada de ferro, concedidas pelo Ministerio da Guerra no 2.º semestre do anno proximo passado; ordeno-lhe que não mande incluir na conta do dito Ministerio da Guerra nenhuma despeza de passagens, sem que nos Passes esteja expressa a declaração de—serviço do Ministerio da Guerra.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Director da Estrada de ferro de D. Pedro II.



N. 106.—FAZENDA.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Provimto de um recurso sobre multa de direitos dobrados que a Alfandega da Côte impoz ao capitão da barca *Ermelinda*, por differença de quantidade, aliás supposta, na descarga de uns barris de vinho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Setembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Joaquim Lopes de Carvalho & Comp., consignatarios da barca portugueza *Ermelinda*, da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côte, multando a dita barca na quantia de 407\$960 de direitos em dobro de 25 barris com vinho, marca.....que, estando inscriptos no respectivo manifesto, não forão descarregados; e o mesmo Tribunal:

Considerando que com marca diversa vinha no manifesto, e fôra descarregada, igual quantidade de barris de vinho, isto é, 5 de quinto e 20 de decimo, allegando o capitão que tendo elles a marca leiteiro—Guedes Thomaz em um lado—e a sobredita marca em outro, quem fez o manifesto declarou 25 barris de cada marca, dando-se assim o accrescimo, e que, tendo elle a suspeita de que assim acontecera, o declarára no acto da entrada, e o

asseverára posteriormente no dia 21 de Maio ultimo, como consta de sua petição que foi junta á conferencia ;

Considerando que esta declaração, que a principio pareceu duvidosa, foi depois positivamente confirmada antes da descarga dos cascos de vinho, que segundo a respectiva folha, foi feita no dia 22;

Considerando que, por não julgar-se o Inspector interino da Alfandega autorizado pelo art. 46 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, não attendeu os recorrentes, enganando-se quando julgou que a declaração positiva da não existencia dos volumes a bordo foi feita depois de concluida a descarga dos cascos:

Resolveu, visto a boa fé do capitão da barca, allivial-o da referida multa, dando provimento ao recurso.

O que communico ao Sr. Inspector da dita Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 407.—FAZENDA.—EM 27 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara á Presidencia do Pará que a sua autorização para o pagamento do excesso de despesa verificado na Alfandega, deveria limitar-se aos vencimentos dos empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo em vista o officio de V. Ex. n.º 29, de 26 de Junho ultimo, pondero-lhe que a autorização por V. Ex. dada á Thesouraria de Fazenda para effectuar o pagamento do excesso da despesa verificada na Alfandega, e de que trata a ordem n.º 71 desta data, deveria ter-se limitado aos vencimentos dos empregados, como lhe é facultado pelo § 7.º do art. 5.º do Decreto n.º 2884

do 1.º de Fevereiro de 1862, não comprehendidas as outras despezas, que só pelo Thesouro podião ser autorizadas; ficando por esta occasião recommendada a V. Ex. a stricta observancia do citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.



N.º 408.—FAZENDA.—EM 28 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que os Empregados de Fazenda não poderão, d'ora em diante, ser dispensados do serviço para occuparem-se em trabalhos tachigraphicos nas Camaras Legislativas; mas que lhes fica salvo o direito de solicitar licença para esse fim, nos termos da legislação em vigor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Setembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Havendo sido permittido a varios empregados do Ministerio a meu cargo occuparem-se em trabalhos tachigraphicos na época das sessões da Assembléa Geral, com dispensa da assignatura do ponto ou sómente do serviço da Repartição, durante as horas das mesmas sessões, occorreu que deixarão de ser-lhes descontadas as respectivas gratificações de exercicio, por não constar dos competentes attestados de frequencia o motivo da referida dispensa.

Tornando-se porém a final conhecido no Thesouro esse motivo, suscitou-se duvida sobre o abono daquelle vencimento nos casos em que é concedido *pro labore*, visto que o serviço de que se trata, não sendo gratuito, nem autorizado por Lei, embora se considere de utilidade publica, não está comprehendido na excepção admittida pelos Regulamentos modernos de quasi todas as Repartições.

Resolvi a duvida attendendo á reclamação dos empregados que se achavão nas indicadas circumstancias, visto que invocarão o exemplo de outros dos diversos Ministerios, os quaes no uso de igual dis-

pensa durante as sessões das camaras continuárão a perceber como se trabalhassem assiduamente nos seus lugares os ordenados e gratificações dos respectivos empregos; mas estabeleci como regra que d'ora em diante as dispensas em questão não devem ser concedidas no Ministerio da Fazenda, ficando salvo aos empregados o direito de solicitarem licença nos termos da legislação em vigor, se quizerem occupar-se em trabalhos de tachigraphia.

E porque é notorio que em outras Repartições tem-se dado o mesmo facto, rogo a V. Ex. digne-se expedir as suas ordens para que cesse tambem no Ministerio a seu cargo essa pratica irregular, harmonizando-se assim sobre tal assumpto as decisões do Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.—Idem aos outros Ministerios.



N. 409.— GUERRA.—EM 28 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara como devem ser organizadas as ferias do Arsenal de Guerra da Córte.

N. 572. — Directoria Central.— 1.^a Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Setembro de 1866.

Não convindo que as ferias desse Arsenal de Guerra continuem a ser organizadas com uma só columna, accumulando-se o jornal e a gratificação dos operarios, o que demora muito o respectivo processo, e até o impossibilita; remetto a V. S. o modelo junto pelo qual d'ora em diante se deve regular a organização das referidas ferias.

Deus Guarde a V. S. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Francisco Antonio Raposo.

ARSENAL DE GUERRA.

Officina de....

Feria da quinzena de.... a.... de....

NOMES.	DIAS DE TRABALHO.	JORNAL.	GRATIFICAÇÃO.	IMPORTANCIA DO JORNAL.	IMPORTANCIA DA GRATIFICAÇÃO.	SOMMA DO VENCIMENTO.	OBSERVAÇÕES.
F.....	12	58000	18000	608000	128000	728000	
N.....	11	38000	600	338000	68600	398600	
S.....	15	28000	308000			
O mesmo....	10	400	48000	348000	

N. 440.— GUERRA.—EM 28 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que continuão em vigor as Instrucções expedidas em 3 de Janeiro do corrente anno para o deposito de aprendizes artilheiros com as alterações constantes do presente Aviso.

Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Setembro de 1866.

Senhor. — Em additamento á ordem expedida á Directoria do Pessoal desta Secretaria de Estado em data de 18 do corrente mez, determinando a transferencia do deposito de aprendizes artilheiros da fortaleza da Praia Vermelha para a de S. João, tenho a declarar a Vossa Alteza, para sua intelligencia e devidos fins, que continuão em vigor as Instrucções expedidas por este Ministerio em 3 de Janeiro do corrente anno, com as seguintes alterações:

1.º Toda a correspondencia e propostas, que tenham de ser remettidas a este Ministerio por intermedio

do Commandante da Escola Militar, e informadas pelo mesmo commandante, o serão unicamente por intermedio do Commandante Geral de Artilharia, que a respeito dará as necessarias informações.

2.º A commissão de exames annuaes será nomeada pelo Commandante Geral de Artilharia, continuando a fazer parte della o Commandante do Deposito.

3.º O Almoxarife da fortaleza de S. João exercerá as funcções de Quartel-Mestre do Deposito.

4.º O Commandante do Deposito não poderá applicar castigos sem permissão do Commandante Geral de Artilharia, salvo o de reprehensão e prisão simples.

5.º O regimen economico do Deposito se regulará pelo Decreto n.º 1649 de 6 de Setembro de 1835 e outras disposições em vigor.

Deus Guarde a Vossa Alteza.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—A' Sua Alteza o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu.

N. 414.—GUERRA.—EM 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Determina que não sejam aceitas propostas para fornecimentos dos corpos do Exército sem conterem explicitamente os preços fixos, e todás as declarações necessarias sobre a qualidade dos generos.

N. 389.—Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Verificando-se não ter havido fundamento para as accusações feitas ao Conselho Economico do 1.º Regimento de Cavallaria, ácerca dos contractos de fornecimento de generos para o dito corpo, conforme os exames, a que procedeu a commissão de inquerito nomeada por Aviso de 9 de Julho proximo passado, notando-se, porém, que houve pequenas irregularidades de fórma na confecção dos mesmos contractos, tudo de accordo com os pareceres da Directoria Fiscal e do Conse-

Heiroy Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, declaro a V. Ex., para que o faça constar áquelle Conselho, bem como aos dos demais corpos do Exercito que não sejam accitas propostas para taes fornecimentos sem conterem explicitamente os preços fixos e todas as declarações necessarias sobre a qualidade dos generos, não devendo ser tomadas em consideração aquellas, que não assentarem sobre essa base de legitima concorrência.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. Visconde de Camamu.

N. 442.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara quaes as publicações periódicas que devem ser classificadas como jornaes.

N. 23.—Directoria Central.—1.^a Secção. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 29 de Setembro de 1866.

Representou B. L. Garnier contra a interpretação dada pelo Correio da Côrte ás palavras—brochuras e jornaes—, empregadas pelo Decreto n.º 3332 A de 18 de Novembro do anno passado, que alterou os arts. 46 e 47 do Decreto n.º 3443 de 12 de Abril do mesmo anno, interpretação que, classificando como brochura a publicação litteraria denominada—*Jornal das Familias*—, de que é editor o mesmo representante, a sujeita á taxa de 20 réis por porte simples de 40 grammos ou fracção de 40 grammos.

E o Governo Imperial, considerando que se a publicação periodica de que se trata não pôde ser comprehendida na classe dos—jornaes—, palavras que, segundo os lexicographos, comprehende especialmente as publicações diarias, tambem não pôde ser incluída na classe das—brochuras—, porquanto sobre parecer que este vocabulo, á vista de sua collocação no primeiro dos citados Decretos, refe-

re-se particularmente aos livros não encadernados, é elle em regra empregado sempre para designar uma publicação singular, tratando perfunctoriamente de um só assumpto, o que se não realiza com o *Jornal das Famílias*, cuja variedade de artigos litterarios é assaz notoria;

Considerando mais que lhe cumpre facilitar por todos os meios a seu alcance a disseminação dos conhecimentos, e promover entre todas as classes da sociedade o gosto pela leitura;

Ha por bem declarar que o *Jornal das Famílias*, e bem assim quaesquer outras publicações periodicas que estiverem nas mesmas condições, deverão ser classificadas como—jornaes—para o fim de lhes ser cobrado o porte de 40 réis, de que trata o Decreto n.º 3532 A de 18 de Novembro do anno passado, que substituiu o 17.º do Decreto de 12 de Abril do mesmo anno.

O que communico a Vm., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Director Geral dos Correios.

N. 413. — GUERRA. — EM 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Declara que competem os respectivos vencimentos a um Official da Guarda Nacional durante o periodo, em que se apresentou para o serviço de destacamento até aquelle, em que entrou em effectivo exercicio, uma vez provado que a demora não dependeu de sua vontade.

N. 335.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Setembro de 1866.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effectos, que ao Alferes do 23.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Municipio de Vassouras, Feliciano Soares da Silveira, competem os vencimentos correspondentes ao periodo decorrido de 30 de Junho ultimo, em que se apresentou ao Commandante

superior da Guarda Nacional da Capital da Provincia do Rio de Janeiro para ir fazer serviço de destacamento na fortaleza da Lage, até 6 de Julho subsequente, em que effectivamente entrou em serviço, uma vez que mostre que a demora entre a sua apresentação e a entrada em exercicio não dependeu de sua vontade.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N.º 414. — FAZENDA. — EM 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Sobre a nomeação, feita pela Presidencia do Rio Grande do Norte, de um individuo para exercer interinamente o lugar de Official de descarga da respectiva Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex. n.º 249, de 30 de Maio deste anno, em que participa ter nomeado Genezindo Belisario de Vasconcellos para exercer interinamente o lugar de Official de descarga da Alfandega dessa Provincia; tenho a dizer-lhe que esse Official de descarga deve ser considerado como supranumerario, e só poderá servir emquanto não fôr o lugar preenchido por concurso na fórma do art. 67 § 2.º e 68 do Reg. das Alfandegas, ou por empregado da mesma classe que possa ser removido de outra Repartição, como já foi declarado no Aviso de 29 de Outubro de 1851, incluso por cópia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 415.—FAZENDA—EM 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Nota(excesso de attribuição da parte da Presidencia da Parahyba mandando abrir assentamento a um Juiz de Direito removido em contrario á decisão da Thesouraria de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio de 30 de Julho deste anno, em que V. Ex. participa que suscitando a Thesouraria duvida em abrir assentamento ao Juiz de Direito removido para a Comarca de Pombal, Joaquim Pires Gonçalves da Silva, por não estar a copia do respectivo Decreto authenticada pelo Director Geral da Secretaria da Justiça e faltar assignatura na verba do pagamento de emolumentos, mandara essa Presidencia abrir o assentamento, não obstante entender a Thesouraria que de sua decisão só havia recurso para o Thesouro: declaro a V. Ex. que, conquanto não tivessem sido justos os escrúpulos da Thesouraria, avista da verba dos emolumentos não assignada, e da falta de assignatura que authenticasse a copia, porque a primeira revela uma simples omissão, e a segunda ficava supprida pela comunicação official da remoção do magistrado, todavia essa Presidencia, em face da expressa e terminante disposição do art. 4.º § 10 do Decreto de 22 de Novembro de 1854, art. 23 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, e Ordem do Thesouro de 3 de Julho de 1864, commetteu um excesso de attribuição, ingerindo-se na decisão de um assumpto que não era da sua competencia.

Cumpre, pois, que V. Ex. se abstenha de intervir nas materias da Repartição da Fazenda, quando por disposição expressa não lhe fôr concedida essa faculdade.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 446.—FAZENDA—EM 29 DE SETEMBRO DE 1866.

Provimento de recurso concernente á arrematação de 33 barris com cal virgem, para o effeito de proceder-se a arbitramento, visto ter a parte allegado que a mercadoria arrematada differia da amostra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de João Martins da Cunha Junior, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que o obrigou a effectiva entrada para os cofres com a quantia de 334\$000 por que arrematou 36 barris com cal virgem em máo estado; e o mesmo Tribunal, vista a allegação de não ser a mercadoria arrematada igual a amostra apresentada antes da arrematação, resolveu dar provimento ao recurso para o effeito de proceder-se a arbitramento, que poderá ter lugar na Alfandega ou no Juizo dos Feitos, a escolha da parte, a fim de que, decidida a duvida sobre a conformidade das amostras com a fazenda arrematada, se fôr contraria a decisão ao arrematante, se ponha o genero em deposito judicial por conta e risco delle, e, se fôr favoravel, se proceda a nova arrematação, restituído o preço da que teve lugar ao recorrente.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 447.—FAZENDA.—EM 1.º DE OUTUBRO DE 1866.

Determina a suspensão de um Collector até que preste fiança, e adverte a Thesouraria de Fazenda respectiva por ter ordenado que elle entrasse em exercicio antes de havel-a prestado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 1.º de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas,

em resposta ao seu officio n.º 69 de 24 de Julho ultimo, que não foi curial a ordem que deu para que o Collector de Villa Bella da Imperatriz, José Arthur Pinto Ribeiro, entrasse em exercicio antes de apresentar fiança; devendo o Escrivão exercer as funcções de Collector, até que aquelle a apresentasse, assim que, ao dito Sr. Inspector cumpre suspender o Collector e prestar attenção ao art. 438 do Codigo Criminal e ao art. 67 do Decreto de 20 de Novembro de 1850.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 448.—FAZENDA.—EM 4.º DE OUTUBRO DE 1866.

A despesa com livros e objectos de expediente das Collectorias e Mesas de Rendas corre por conta dos respectivos chefes e seus Escrivães; sendo que tambem a dos livros para a cobrança do sello e dizima de Chancellaria a cargo de outras Repartições e Agencias do Correio, deve ser feita á custa dos empregados das mesmas, ou das porcentagens que percebem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4.º de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, em resposta ao seu officio n.º 428 de 7 de Agosto ultimo, que por Aviso desta data, expedido á Presidencia da mesma Provincia, foi approvedo o credito de 20:099\$007, aberto para a verba Estações de arrecadação do exercicio de 1865—1866, lhe recommenda toda a possivel economia na despesa do expediente e capatazias da Alfandega e a redução do numero de vigias, quanto fôr compativel com as necessidades do serviço, devendo passar a despesa delles a figurar na rubrica Guardas, na fórmula da Ordem n.º 32 de 6 de Junho de 1864. Outrosim, declara ao dito Sr. Inspector que não pôde ser approvada a despesa com livros e outros objectos de expediente para as Collectorias e Mesas de Rendas;

porquanto, a mesma despesa corre por conta dos respectivos chefes e seus Escrivães, como dispõe o Regulamento de 14 de Janeiro de 1832; cumprindo, portanto, que sejam os cofres publicos indemnizados das importancias indevidamente despendidas, o que se deverá observar tambem com as Repartições e Agencias do Correio encarregadas da cobrança do sello e dizima da Chancellaria, pois os livros em que escripturão são fornecidos á custa dos respectivos empregados, ou das percentagens que percebem; dando-se finalmente conta ao The-souro da execução desta ordem, para se tomarem as providencias que ainda forem necessarias.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 419.—FAZENDA.—EM 1.º DE OUTUBRO DE 1866.

Observa á Presidencia do Ceará que na autorização que dera para despesas da verba—Estações de arrecadação—, devia ter-se limitado á parte relativa aos vencimentos dos empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 1.º de Outubro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—A Thesouraria de Fazenda dessa Provincia communicou-me em officio de 7 de Agosto ultimo, que, V. Ex. sob sua responsabilidade autorizára o credito da quantia de 20:099\$007 para as despesas da verba—Estações de arrecadação— por não ser sufficiente a somma consignada para o exercicio de 1865—1866.

Approvando o acto de V. Ex., convem ponderar-lhe que na fórma do art. 5.º § 7.º do Decreto n.º 2884 do 4.º de Fevereiro de 1862 só lhe compria providenciar a respeito dos vencimentos dos empregados, e não ácerca de despesas de origem diversa, como sejam as de expediente e capatazias, não mencionadas no mesmo Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 420.—FAZENDA.—EM 2 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara á Presidencia do Maranhão que na autorização que deu para uma despesa de 8:603\$737 deveria limitar-se aos vencimentos dos empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 2 Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio n.º 55 de 11 de Julho da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, a que respondo pela Ordem n.º 84 desta data, declaro a V. Ex. que a autorização que deu á mesma Thesouraria para despendar a quantia de 8:603\$737 deveria limitar-se aos vencimentos dos empregados, como é facultado pelo § 7.º do art. 5.º do Decreto do 1.º de Fevereiro de 1862, não comprehendidas as despezas de outras origens, pois que estas só podem ser autorizadas pelo Thesouro.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 421. — GUERRA. — EM 2 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que os empregados publicos, em serviço da Guarda Nacional, não accumulando os respectivos vencimentos, têm entretanto o direito de opção.

N. 68.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex., datado de 4 de Setembro proximo passado, relativamente ao 1.º Tenente de Artilharia da Guarda Nacional da Côrte, Pedro de Mello Tavares da Veiga, que é tambem Amanuense da Directoria do Material desta Secretaria de Estado, communico a V. Ex. que, nesta data, declaro á Pagadoria das Tropas que os empregados publicos em serviço na Guarda Nacional, não

accumulando os respectivos vencimentos, têm entretanto o direito de opção; e que nestes termos se deve proceder a respeito do mencionado Official, durante o tempo, que estiver em serviço de policia nesta Côrte.

Deus Guarde a V. Ex.—*Angelo Moniz da Silva Ferraz*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 422. — AGRICULTURA, COMMEBCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 2 DE OUTUBRO DE 1866.

Reconhece a necessidade de estabelecer um novo districto para o serviço de esgoto e limpeza das casas.

N. 52.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 2 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para seu conhecimento que, tendo-se reconhecido a necessidade de estabelecer um novo districto para o serviço de esgoto e limpeza das casas, fóra dos limites do plano approved pelo Governo, na conformidade do que dispõe o § 14 da condição 2.^a do contracto de 26 de Abril de 1857, a fim de poder proceder-se ás obras de esgoto do Internato do Imperial Collegio de Pedro II, como requesitou V. Ex. em Aviso de 24 de Agosto ultimo; ao representante da Companhia City-Improvements foram expedidas as ordens necessarias para que apresente os planos precisos para a formação do referido districto, a fim de dar-se execução aos respectivos trabalhos com a maior brevidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N. 423.— GUERRA.— EM 3 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara quaes os vencimentos, que devem ser abonados aos Officiaes, que foram dispensados do serviço do Exercito em operações.

N. 373.— Directoria Central.— 4.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Outubro de 1866.

Em solução ao officio, que Vm. me dirigio em data de 29 do mez proximo passado, consultando quaes os vencimentos, que devem ser abonados aos officiaes, que forem dispensados do serviço do Exercito em operações, a seu pedido, por motivo de molestia, declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que deve cingir-se ao disposto na Imperial Resolução de 22 de Junho do corrente anno.

Deus Guarde a Vm. — *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.



N. 424.— FAZENDA.— EM 3 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que o credito concedido na Lei n.º 1331 de 24 de Agosto ultimo para « Juntas Militares de Justiça e Auditores, » não deve ser addicionado ao do § 2.º art. 6.º da de n.º 1243 de 28 de Junho do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1866.

Ilhm. e Exm. Sr. — Sendo a Directoria Geral de Contabilidade de opinião, com a qual me conformo, que o credito de 50:000\$000 concedido na Lei n.º 1331 de 24 de Agosto ultimo, para « Juntas Militares de Justiça e Auditores, » não deve ser addicionado ao do § 2.º art. 6.º da de n.º 1243 de 28 de Junho de 1865, do mesmo modo que ao credito do § 3.º deste artigo não se ajunta o que a supracitada Lei concedeu para « Repartições de Fazenda, » pois que os vencimentos incluídos no § 2.º são os dos

Auditores effectivos, ao passo que as de que trata a Lei n.º 4331 pertencem aos interinos nomeados pelas necessidades da guerra actual; assim o communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 18 do mez proximo preterito, cuja ultima parte, a da annullação, póde e vai ser cumprida; rogando a V. Ex. se sirva providenciar para que nesta conformidade se faça ahi a respectiva escripturação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Angelo Moniz da Silva Ferraz.



N. 425.—FAZENDA.—EM 3 DE OUTUBRO DE 1866.

O rapé deve pagar os direitos pelo seu peso liquido ou real, não incluido o do envoltorio de papel e lamina de chumbo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, examinado o recurso de João José dos Reis & Comp., interposto da decisão que os multou no dobro dos direitos de 72 libras de rapé de mais encontradas pelo Conferente da sahida nas caixas que submettêrão a despacho em 6 de Julho ultimo; vista a informação da Alfandega, constante do officio n.º 42 de 19 do mesmo mez; considerando que não se acha reproduzida na Tarifa actual a condição de que o fumo em quaesquer outros envoltorios, além dos nella designados, pague os direitos pelo peso bruto, como prescrevia o art. 797 da Tarifa de 1857; que com a suppressão dessa clausula ficou o rapé sujeito aos direitos pelo seu peso liquido ou real, pois que não se lhe marcou taxa legal na Tarifa em vigor; e finalmente que desde a execução da mesma foi essa a constante pratica na Alfandega da Côte, como provão o parecer da

commissão respectiva, e a decisão da Inspectoria de 31 de Outubro de 1862; resolveu dar provimento ao mencionado recurso, decidindo que o rapé deve pagar os direitos pelo seu peso liquido ou real, não incluído o do envoltorio de papel e lamina de chumbo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 426.—FAZENDA.—EM 4 DE OUTUBRO DE 1866.

Nega despacho a uns recibos assignados e apolices de seguro mutuo de vidas do Banco *União do Porto*, importados em uma caixa como amostras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte, que não podendo ser admittidos a despacho, em face do disposto no art. 20 § 5.º da Lei de 22 de Agosto de 1860, os recibos assignados e as apolices de seguro mutuo devidas do Banco *União do Porto*, importados em uma caixa—como amostras—no mez de Abril ultimo, cumpre que o mesmo Sr. Inspector dê as providencias necessarias a fim de que taes bilhetes e apolices sejam reexportados: para o que se lhe devolvem os exemplares que acompanhárão o seu officio n.º 842 de 11 de Abril, o qual fica assim respondido.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 427.—MARINHA.—EM 4 DE OUTUBRO DE 1866.

Instrucções para execução do Decreto n.º 3708, de 29 de Setembro de 1866, chamando ao serviço da marinha de guerra 1.600 dos individuos empregados na vida do mar, e matriculados nas capitánias dos portos, em virtude do art. 64, do Regulamento e Decreto n.º 447 de 19 de Maio de 1843.

Art. 1.º Os capitães de portos, por todos os meios a seu alcance, darão a maior publicidade ao decreto a que se referem as presentes instrucções, já fazendo-o trasladar nos periodicos de maior circulação nas provincias, já em editaes que serão affixados nas estações e districtos sujeitos á sua jurisdicção; devendo taes annuncios ser acompanhados não só de uma circumstanciada explicação das vantagens asseguradas aos que voluntariamente se prestarem ao serviço da armada, e da comminação á que ficão sujeitos os que se recusarem ao cumprimento de semelhante dever, mas ainda da declaração do numero de voluntarios ou recrutas com que cada districto ou estação terá de concorrer para preencher o contingente fixado á provincia.

Art. 2.º A designação, á que se refere o art. 2.º do mesmo Decreto, será feita pelos Capitães dos portos ou seus delegados, de accordo com as autoridades policiaes, e ouvidos os capatazes e sub-capatazes das estações e districtos.

§ 1.º Os nomes dos designados serão publicados pelos meios acima declarados, fixando-se ao mesmo tempo o prazo dentro do qual se deverão apresentar, e que nunca será maior de oito dias, contados da primeira publicação nas differentes localidades.

§ 2.º Entre os individuos que fazem profissão da vida do mar, ou que como taes se achem matriculados nas capitánias de portos, serão designados, de preferéncia, os solteiros; e na falta destes em numero sufficiente para completar os contingentes: 1.º os menores de 18 e maiores de 16 annos que se achem empregados como praticantes de navios nacionaes; 2.º os irmãos que sustentarem irmãos menores; 3.º os filhos de viuva ou viuvo cuja subsistencia esteja a seu cargo; 4.º os casados ou viuvos com filhas ou filhos menores.

§ 3.º Só depois de esgotada uma das classes acima declaradas, se poderá passar a designar na immediata.

Art. 3.º Expirado o prazo fixado para a apresentação dos designados, os capitães de portos ou seus delegados de accordo com as autoridades locais, promoverão a captura dos refractarios, empregando para esse effeito as necessarias diligencias.

Art. 4.º Os voluntarios e recrutas que se forem apurando nas diversas localidades serão remettidos para a capital á disposição dos respectivos capitães de portos, que os farão depositar a bordo de algum navio de guerra ou quartel.

§ Quér uns quér outros serão acompanhados de guias, em que, além das declarações do estylo se faça expressa menção, quanto aos voluntarios, do numero, nomes e idades das pessoas de suas respectivas familias, e mais circumstancias cujo conhecimento possa interessar ao fiel cumprimento da promessa contida no art. 6.º do Decreto supracitado.

Art. 5.º Recebidos os voluntarios e recrutas nas capitães, conceder-se-ha a estes um prazo razoavel para allegarem de seu direito, sendo immediatamente uns e outros inspecionados pela forma e com o fim determinado no regulamento e Decreto n.º 1591, de 14 de Abril de 1855.

Art. 6.º Os que não forem julgados idoneos ou que provarem isenção legal, serão pelas presidencias dispensados do serviço, proporcionando-se-lhes os meios necessarios para regressarem a seus domicilios, e passando-se-lhes uma resalva ou escusa.

Art. 7.º As presidencias de provincias, em vista do resultado de taes inspecções, e dos documentos apresentados, dispensarão do serviço os que não forem julgados idoneos, ou provarem isenção legal, proporcionando-lhes os meios de regressarem a seus domicilios; e farão seguir os restantes para a côrte na primeira oportunidade.

Art. 8.º Satisfeitas as formalidades prescriptas nos precedentes artigos, os capitães dos portos procederão á classificação e assentamento de praça dos que tiverem de ser remettidos para a côrte, observando, quanto seja possivel, as disposições dos Decretos n.ºs 1465 e 1466, de 25 de Outubro de 1845 e Aviso de 15 de Janeiro de 1855.

Art. 9.º No pagamento de soldos e etapas ás escoltas que acompanharem os voluntarios e recrutas, abonos que devem ser feitos a estes, e mais circumstancias relativas á sua remessa, observar-se-ha

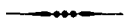
o disposto nos arts. 44, 45, 46, 48, 51 e 52 do regulamento e Decreto n.º 1591 de 14 de Abril de 1855.

Art. 40. Para melhor execução do Decreto, á que se referem as presentes instrucções, poderão as Presidencias, sobre proposta dos Capitães de portos, dividir provisoriamente o littoral das respectivas Provincias em tantas delegacias quantas julgarem necessarias, e nomeando delegados para ellas, na falta de officiaes da armada, d'entre os officiaes da guarda nacional ou autoridades policiaes.

Art. 41. Ficão, outrosim, as mesmas Presidencias autorizadas a providenciar sobre os casos omissos nas presentes instrucções, e que interessem a prompta e fiel execução do mesmo Decreto.

Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1866.

Affonso Celso de Assis Figueiredo.



N. 428.—FAZENDA.—EM 5 DE OUTUBRO DE 1866.

Nega provimento a um recurso sobre differença de quantidade em um despacho de vidros com pomada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Gerard & Domitzer da decisão da Inspectoria da Alfandega da Córte, que lhes negou a restituição da quantia de 679\$000, que de mais pagarão, por ter havido na conferencia uma differença para menos do declarado na nota, em um despacho de vidros com pomada; e o mesmo Tribunal, vista a disposição do Decreto n.º 3347 de 25 de Novembro de 1865, que manda pagar os direitos pela quantidade declarada, e não pela verificada, nos casos de differença para menos, quando esta exceda a 400\$000; resolveu confirmar a decisão recorrida, negando provimento ao recurso.

O que communico ao Sr. Inspector da dita Alfandega, para sua intelligencia e devidos effectos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N 429.—FAZENDA.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso a respeito do despacho de umas peças de pellucia de seda e algodão, e indica a regra que deve ser observada na qualificação desta mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de Pereira de Castro & Irmão da decisão dessa Inspectoria, que os obrigou ao pagamento de 4\$000 por libra das sete peças de pellucia de seda e algodão que submittêrão a despacho, pesando 66 libras, resolveu deferir-o para que subsistisse a qualificação dada áquella mercadoria pelo Conferente do despacho, pela qual devião os recorrentes pagar 2\$000 por libra, na fórma do disposto na nota 123 dos artigos da classe 18.^a da Tarifa; sendo certo que o art. 859 da Tarifa taxa com 4\$000 por libra a pellucia de seda; mas a citada nota 123, que abrange todos os artigos da classe—seda—, declara que os tecidos desta classe, em que predomina a seda, pagão como se fosse de seda pura, e aquelles em que a seda entra em partes iguaes com outras materias, pagarão os direitos estabelecidos para a seda com o abatimento de 50 %.

Esta é, portanto, a regra que cumpre observar na qualificação da pellucia de seda, embora contenha algodão na sua urdidura, e não haja importação de pellucia de seda pura.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 430.— GUERRA.— EM 8 DE OUTUBRO DE 1866.

Dá diversas providencias a respeito das fortalezas da barra da Capital do Imperio.

Directoria Central.—4.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Outubro de 1866.

Senhor.— Em additamento ao Aviso por este Ministerio expedido, sob data de 12 do mez proximo passado, a respeito do Relatorio sobre o estado das fortalezas da barra desta Capital, tenho a declarar a Vossa Alteza, para seu conhecimento, que serão dadas nesta data as precisas ordens, não só para que os Capellães das ditas fortalezas residão nellas, e um Medico vá semanalmente á da Lage a fim de inspecionar os medicamentos e instrumentos lá existentes, e dar por escripto as instrucções convenientes para seu uso, mas tambem para que uma das tres prisões da mesma fortaleza se destine ás praças de policia ou estranhas ao Exercito, outra aos militares já sentenciados, e a ultima aos que estão para sentenciar. Quanto á guarda para o forte de Gragoatá, já está providenciado, porquanto, á requisição do encarregado do referido forte, para alli se enviáram um Anseçada e cinco soldados do deposito julgados capazes de serviço moderado. Relativamente, porém, á designação da guarda diaria para o morro da Viuva, e á conveniencia de cessar a fortaleza de Santa Cruz de ser uma prisão militar penal e preventiva nada por ora póde resolver o Governo Imperial. Por esta occasião recomendo a Vossa Alteza haja de informar a este Ministerio se acha-se nomeada a commissão proposta em seu mencionado Relatorio, para examinar o estado das bocas de fogo, munições e mais objectos existentes nas fortalezas de Santa Cruz, Lage e S. João, e no forte da Praia de Fóra.

Deus Guarde a Vossa Alteza.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*. — A' Sua Alteza o Sr. Marechal de Exercito Conde d'Eu.

N. 431.— GUERRA.— EM 8 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara quaes as condições, em que devem ser admittidos os individuos, que marchão para a guerra como substitutos de praças da Guarda Nacional.

Directoria Central.— 4.^a Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Não podendo ser admittidos nas forças, que marchão para o Theatro da Guerra, como substitutos de praças da Guarda Nacional individuos, sem a necessaria robustez, e outras circumstancias exigidas, nem estrangeiros, que não conheção a lingua do paiz: previno a V. Ex. de que serão rejeitados aquelles substitutos que se achem nas condições indicadas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Angelo Moniz da Silva Ferraz*.— Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

— Identico ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 432.— JUSTIÇA.— CIRCULAR EM 8 DE OUTUBRO DE 1866.

Manda observar diversas providencias relativamente ao pagamento de dividas activas da Fazenda Publica.

2.^a Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.— Convindo estabelecer uma pratica uniforme quanto ao pagamento das dividas activas da Fazenda Publica, exigidas em virtude de mandados expedidos pelo Juizo dos Feitos, e tendo-se por fim evitar que as partes sejam obrigadas a despezas não determinadas nos Regulamentos em vigor, Manda Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Fazenda de 19 de Setembro ultimo, que V. Ex. re-

commende aos Juizes Municipaes dos differentes Termos dessa Provincia, que em taes casos procedão do modo seguinte:

1.º Ao devedor, que comparecer no cartorio para pagar, o Escriptor do Juizo Municipal expeça guia em duplicata, como se pratica geralmente, a fim de ir elle á Collectoria satisfazer a divida, deixando alli uma dos guias, da qual cobrará conhecimento para sua resalva; e entregando a outra com a verba do pagamento no cartorio, para juntar-se ao mandado, e a todo o tempo constar em Juizo a sua exoneração.

2.º O Escriptor deverá entregar o mandado assim cumprido e guia ao Collector, para este devolvê-lo na fórma do estylo ao Juiz dos Feitos, independente de autoação, termo de conclusão, despacho e mais termos de publicação, remessa e traslado.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaquá*.—Sr. Presidente da Provincia de...



N. 433.—GUERRA.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que ás praças de pret não se permite estabelecer consignações.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Outubro de 1866.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 13 do mez proximo passado, com que remetteu o requerimento do 1.º Sargento do 13.º Batalhão de Infantaria, Hortencio Fortunato dos Santos, que não pôde ser permittida a consignação, que elle pretende estabelecer na Cidade de S. Gabriel, por isso que não se tem concedido tal permissão ás praças de pret.

Deus Guarde a V. S. —*João Lustoza da Cunha Paranaquá*.—Sr. Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão.



N. 431.—FAZENDA.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1866.

A differença entre os 8 % e os 12 % actualmente cobrados sobre o capital das loterias, deve formar parte da Receita Geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio n.º 3 de 13 de Julho deste anno, dirigido pelo Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Parahyba ao do Thesouro, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que a Resolução de Consulta de 30 de Janeiro expedida em Aviso de 13 de Fevereiro de 1861, e a Ordem do Thesouro de 24 de Agosto de 1864, decidirão que a differença entre os 8 % e os 12 % actualmente cobrados sobre o capital das loterias, deve formar parte da Receita Geral.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 435.—FAZENDA.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1866.

Determina que fiquem sem effeito as nomeações dos Officiaes de descarga supranumerarios da Alfandega da Côte, visto ter cessado a causa por que forão elles admittidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1866.

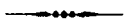
Fixando a tabella annexa ao Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 o numero de 50 Officiaes de descarga para a da Côte, e autorizando o mesmo Regulamento, no art. 22 § 4.º, a admissão de supranumerarios no caso de grande affluencia de trabalho, consta das informações prestadas pela referida Alfandega e pelo Thesouro sobre a pretensão de Joaquim Pinto de Souza, a um lugar de Official de descarga supranumerario, que existem 48 empregados dessa classe, 3 dos quaes se achão

em serviço no Paraguay, além de 9 supranumerarios; entretanto que cessou a causa por que estes forão admitidos, visto terem sido providos todos os lugares de Conferentes que estiverão vagos.

Nestes termos, convindo providenciar em ordem a evitar o dispendio inutil, que se faz com os vencimentos dos empregados que excedem ao numero necessario, declaro ao respectivo Sr. Inspector que ficão sem effeito as nomeações dos supranumerarios presentemente em exercicio, tendo outrosim exonerado o Official de descarga de numero Francisco Remigio Vieira Junior, por ter sido nomeado em 22 de Novembro de 1862, sem possuir as habilitações exigidas pelo Regulamento, pois que fôra reprovado, em concurso, no exame de arithmetica.

E porque deste modo vem a ser tres as vagas dos lugares creados pelo Regulamento, resolvi mandar abrir concurso a fim de serem preenchidos, designando para substituirem os Empregados que servirem no Paraguay, enquanto durar o impedimento destes, os actuaes supranumerarios João Damasceno de Azevedo, José Honorio da Costa Ramos e João Paiva dos Anjos Esposel; o que tambem communico ao Sr. Inspector, para sua intelligencia e devido effeito.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 436.—FAZENDA.—EM 11 DE OUTUBRO DE 1866.

Trata do recurso do Administrador das capatazias da Alfandega da Côte a respeito da indemnização a que foi julgado com direito J. J. Lacaze, do valor de uma caixa com fazendas indevidamente arrematada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso do Administrador das Capatazias da Alfandega da

Côrte, Carlos Augusto de Siqueira, da decisão pela qual foi condemnado a indemnizar a J. J. Lacaze da importancia de 234\$450 réis de uma caixa com fazendas, que sendo impugnada á porta da sahida pelo respectivo Conferente, por engano de qualificação, do qual resultavão prejuizos á Fazenda Nacional, foi posta a consumo; e o mesmo Tribunal:

Considerando que na Portaria de 26 de Abril ultimo a materia que foi decidida pelo proprio Tribunal limita-se ao reconhecimento do direito da parte á indemnização do volume arrematado indevidamente;

Considerando mais que não podia ser sua intenção a violação dos arts. 291 e 292 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, segundo os quaes compete á Inspectoria da Alfandega, ouvida a parte, declarar o autor, causador ou responsavel pelo damno ou falta,

Resolveu:

1.º Não tomar conhecimento do recurso, visto ter sido interposto para o Tribunal de uma decisão por elle proferida, quando devera ter sido interposto para o Conselho de Estado, nos termos do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, art. 28.

2.º Declarar á Alfandega que o Tribunal na decisão constante da Portaria de 26 de Abril nada mais fez do que reconhecer o direito da parte á indemnização do volume, que não lhe foi entregue por ter sido indevidamente arrematado, e que portanto, sem embargo do processo para a indemnização ordenada pela Portaria de 4 de Junho ultimo, deve proceder nos termos dos citados arts. 291 e 292 do Regulamento para reconhecer e declarar qual o responsavel pela falta verificada do volume em consequencia da arrematação.

O que communico ao Sr. Inspector da Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 437.—MARINHA.—AVISO DE 41 DE OUTUBRO DE 1866.

Penalidade á que ficão sujeitas as praças da Armada, que desertarem ainda mesmo fóra do theatro da guerra.

1.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 41 de Outubro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, conformando-se com o parecer do Conselho Supremo Militar, exarado em Consulta de 26 de Fevereiro ultimo, Houve por bem, por Sua Immediata Resolução de 47 do mez proximo findo, determinar: que no estado de guerra em que se acha o paiz, conforme foi declarado por Aviso deste Ministerio de 47 de Março do anno passado, a penalidade do crime de deserção deve ser regulada pela seguinte legislação;

Para os officiaes:—A Lei de 26 de Maio de 1833, e os artigos de guerra da Armada 37 e 44, nas suas especialidades;

Para os officiaes marinheiros e artifices;—O artigo de guerra 50:

Para a marinbagem e Corpos de marinha;—O art. 51 dos de guerra, que tornou-se extensivo ao Corpo de Imperiaes Marinheiros e ao Batalhão Naval pelos Regulamentos n.^{os} 441 A, de 5 de Junho de 1845 e 4067, de 24 de Novembro de 1852; comprehendendo o supracitado art. 37 todos os individuos pertencentes ás esquadras ou navios de guerra.

E porque a legislação actua citada não distingue o lugar, mas somente o tempo da deserção, é claro que a praça que desertar de qualquer ponto do Imperio em tempo de guerra, está sujeita ás penas comminadas na mesma legislação.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.



N. 438.— GUERRA.— EM 11 DE OUTUBRO DE 1866.

Determina que se passem titulos aos individuos, aos quaes se conceder honras de algum dos postos do exercito.

Directoria Central.— 1.ª Secção.— Rio de Janeiro.—
Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Outubro
de 1866.

Declaro a V. S. para seu conhecimento e devidos
effeitos, que aos individuos, aos quaes Sua Mage-
stade o Imperador Conceder honras de alguns dos
postos do Exercito, se devem lavar nessa Direc-
toria Central titulos, como é de estylo passar aos
empregados, que são nomeados para as Repartições
deste Ministerio.

Deus Guarde a V. S. — *João Lustoza da Cunha*
Paranaguá.— Sr. Marianno Carlos de Souza Corrêa.



N. 439. — FAZENDA.— EM 12 DE OUTUBRO DE 1866.

A's Repartições que pagão consignações descontadas dos ven-
cimentos dos empregados, é que corre a obrigação de fazer
as precisas communicações aquellas por onde o consignante
recebe os vencimentos de seu emprego.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Ja-
neiro em 12 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do
Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o
officio n.º 51 de 5 de Junho deste anno, em que
o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Piahy
communicou que os Escripturarios da respectiva
Alfandega, Raymundo Torquato de Oliveira Gomes
e João Antonio de Lourido continuão a descontar
de seus vencimentos no actual exercicio a impor-
tancia das consignações que estatuirão nesta Côrte
e Thesouraria do Maranhão: declara ao dito Sr.
Inspector que, nos termos do art. 1.º da Circular
n.º 346 de 29 de Julho de 1863, é ás Repartições

que pagão as consignações que corre a obrigação de fazer as precisas communicações áquellas por onde o consignante recebe os vencimentos de seu emprego, e que nesta conformidade já o Thesouro officiou na Ordem n.º 48 de 11 do mez passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 440. — FAZENDA. — EM 12 DE OUTUBRO DE 1866.

As decisões relativas a multas aos Administradores de Mesas de Rendas e Collectores por demora na entrega dos saldos, fóra dos casos previstos na Circular n.º 89 de 1860, competem ao Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 225 de 17 do mez passado, que o Administrador da Mesa de Rendas da villa do Porto Seguro Hermenegildo José do Valle, e o Collector da Freguezia de S. Gonçalo de Campos José Lopes de Menezes Filho, forão relevados por equidade da multa em que incorrêrão pela demora na entrega dos saldos nos prazos marcados; declara outrossim ao Sr. Inspector, que, fóra dos casos previstos na Circular n.º 89 de 17 de Fevereiro de 1860, só a este Ministerio compete a decisão de semelhante assumpto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 444.—FAZENDA.—EM 12 DE OUTUBRO DE 1866.

Provimento de um recurso sobre restituição de direitos que de mais foram pagos em um despacho de caixas de velas de composição, pela diferença, denunciada em tempo, de 600 libras para menos das declaradas na respectiva nota.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso de Herman Glette da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que lhe negou a restituição dos direitos de 600 libras de velas de composição, na importância de 162\$000, que de mais pagou pela diferença para menos reconhecida antes de concluído o despacho, e o mesmo Tribunal:

Vista a nota 5.417, em que o recorrente submetteu a despacho 200 caixas das ditas velas, declarando o peso de 4.200 libras;

Vista a declaração, que fez antes da saída do despacho, e de ser distribuído ao Conferente da porta, de que havia o engano de 600 libras para menos das declaradas, por conterem as caixas sómente 3.600 libras;

Vista a informação da Inspectoria, na qual reconhece que o recorrente denunciara a diferença logo depois de calculado o despacho, e pagos os direitos, e antes de ser distribuído ao Conferente da porta, e que sendo-lhe requerida a verificação se reconheceu que era real a diferença, e que nenhuma subtracção tinha havido;

E considerando: 1.º que pelo art. 22 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863 os Inspectores, mediante as cautelas necessarias, e assistencia de um empregado por elles designados, tem a faculdade de permittir aos donos ou consignatarios das mercadorias a verificação do conteúdo dos volumes, para regularidade das declarações necessarias; 2.º que pelo art. 45 do referido Decreto, a declaração voluntaria das diferenças de mercadorias feita pelo dono deve ser aceita para o effeito de não se imporem as penas comminadas nos Regulamentos Fiscaes, em toda e qualquer occação, excepto na de busca, exame e conferencia, ou tendo o Chefe da Repartição conhecimento official ou denuncia do facto. Resolveu dar provi-

mento ao recurso, para o fim de se mandar restituir aos recorrentes a importancia que de mais pagarão dos direitos correspondentes á differença das 600 libras de velas de composição.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 442.—FAZENDA.—EM 13 DE OUTUBRO DE 1866.

A visita por parte da Alfandega ás embarcações que entrarem nos portos do Imperio deve ser feita depois da de Saude e Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista obviar duvidas como as que já se tem dado sobre a ordem segundo a qual devem ser feitas as visitas de Saude, Policia e Alfandega, nas embarcações que entrarem nos differentes portos do Imperio, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade da Portaria de 27 de Janeiro do corrente anno, a fim de que o fação constar aos das Alfandegas, para a devida intelligencia e execução, que a especie se acha prevista no art. 369 § 2.º do Regulamento n.º 2647 de 19 de Setembro de 1860, e mais claramente no de 29 de Janeiro de 1843, n.º 268, que no art. 33 manda que a Alfandega só visitará as embarcações depois que pela Saude e Policia tenham tido pratica.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 443.—FAZENDA.—EM 13 DE OUTUBRO DE 1866.

Manda proceder a uma liquidação da divida proveniente do imposto de 2 % sobre a exportação, que deixou de ser paga na Alfandega do Pará no exercício de 1862—63, e marcar o prazo de 30 dias para os devedores pagarem amigavelmente o seu debito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para tornar effectiva a disposição da ordem do mesmo Thesouro de 16 de Maio de 1863, dirigida á Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, ordena ao Sr. Inspector da dita Repartição que mande immediatamente, á vista dos despachos da Alfandega, proceder a uma liquidação da divida proveniente do imposto de 2 % sobre a exportação, que alli deixou de ser pago no exercício de 1862—63, e ao mesmo tempo marque por editaes o prazo de 30 dias para dentro delle pagarem os devedores amigavelmente o seu debito; cumprindo que no fim do dito prazo se promova sem demora a cobrança executiva no Juizo dos Feitos por meio das certidões extrahidas em consequencia da mencionada liquidação: o que recommenda mui especialmente ao mesmo Sr. Inspector, que dará conta ao Thesouro de assim havel-o executado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 444.—FAZENDA.—EM 13 DE OUTUBRO DE 1866.

As despesas com as Exposições quér nesta Córte, quér nas Provincias, devem ser levadas á conta do exercício de 1865—66, embora sejão realizadas no semestre adicional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e

Obras Publicas de 30 de Agosto ultimo, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, que havendo sido marcado no exercicio de 1865—66 o credito para as Exposições, quér nesta Côrte, quér nas Provincias, e bem assim começado dentro delle semelhante serviço, os gastos respectivos, embora sejam realizados no semestre adicional, devem ser levados á conta do dito exercicio; demais, não estando previstos em Lei os referidos gastos, em tempo opportuno tem de ser transportados da verba « Melhoramento da Agricultura » para o credito que fôr marcado pelo Poder Legislativo, ou aberto pelo Executivo; convindo portanto, que tudo figure em um só exercicio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

— Semelhantes aos da Bahia e Pernambuco.



N. 445.—FAZENDA.—EM 13 DE OUTUBRO DE 1866.

A disposição da nota 102 da Tarifa comprehende as alcatifas de lã com mescla de algodão ou linho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, e em solução á consulta constante do officio dessa Inspectoria de 23 de Abril ultimo, que, sendo a disposição da nota 102 da Tarifa applicavel a todos os artigos da respectiva classe, não devem ser dellas excluidas as alcatifas de lã, quando o seu tecido contiver mescla de algodão ou linho.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 446.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1866.

Sobre o despacho livre de um pavilhão de damasco e uns tocheiros dourados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 407 de 28 de Setembro ultimo, que, á vista do § 33 do art. 512 do Regulamento de 49 de Setembro de 1860, só podem ser despachados livres de direitos d'entre os objectos mencionados na relação apresentada pela Mesa da Irmandade do SS. Sacramento na petição que acompanha ao dito officio, o pavilhão de damasco e os 46 tocheiros dourados vindos de fóra do Imperio, por serem de uso exclusivo do Culto Divino.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 447.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1866.

Indefere uma reclamação contra o valor dado pela Comissão da Tarifa da Alfandega da Côte ao azul ultramarino artificial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que não pôde ser considerado como récurso perante o Tribunal do Thesouro, por não ter sido regularmente interposto nos termos do art. 770 do Regulamento das Alfandegas, o requerimento de Klingelhoefer & C.ª, de que trata a informação dessa Inspectoria de 15 de Setembro proximo passado, contra a decisão que os obrigou a pagar direitos de 30 por cento *ad valorem*,—do azul ultramarino artificial—se-

gundo o parecer da Commissão da Tarifa, que avaliou em 500 réis por libra esta mercadoria, que em despacho anterior o havia sido em 360 réis.

Como reclamação, porém, que a ninguém póde ser vedada, resolvi indeferir semelhante pretensão, attento o citado parecer da Commissão de Tarifa, de accordo com o do Conferente, que entende ser de 500 réis o valor da mercadoria para o despacho respectivo.

Ainda que a avaliação feita de qualquer mercadoria, que tem despacho *ad valorem*, não possa subsistir para todos os despachos seguintes; porquanto, attento o systema do Regulamento, o valor é o preço no mercado importador com as deducções previstas no art. 570 § 4.º do Regulamento, preço esse sujeito a oscillações, julgo todavia conveniente recommendar ao Sr. Inspector a fiel e exacta observancia do art. 572.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 448. — GUERRA. — EM 16 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que não é permittido estabelecer consignações superiores a importancia dos respectivos soldos.

N. 396 D. — Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Outubro de 1866.

Declaro a Vm., em solução ao seu officio datado de 26 de mez proximo passado, que, com quanto fosse irregular o procedimento dessa Pagadoria permittindo ao Major do Corpo de Engenheiros Marcolino Rodrigues da Costa, e ao 1.º Tenente do mesmo Corpo, Eduardo José de Moraes, que estabelecessem consignações maiores do que a importancia dos respectivos saldos, é entretanto approvado o mesmo procedimento quanto ao 2.º, ficando prejudicado quanto ao 4.º por não haver este seguido ao seu destino.

Deus Guarde a Vm. — *João Lustoza da Cunha Paranaguá.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.



N. 449. — FAZENDA. — EM 17 DE OUTUBRO DE 1866.

O Decreto n.º 1354 de 19 do mez proximo findo, sómente aproveita aos pensionistas agraciados depois da data do mesmo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1866.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Decreto n.º 1354 de 19 de Setembro proximo passado, isentando de todo e qualquer onus pecuniario as pensões concedidas ás familias dos militares e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional e voluntarios da Patria, que morrerem na guerra contra o Paraguay, sómente aproveita aos pensionistas agraciados depois do mesmo Decreto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 450. — FAZENDA. — EM 18 DE OUTUBRO DE 1866.

A's vantagens do art. 62 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 não tem direito o empregado que, ao findar-se ou estando finda a commissão e antes da volta ao seu lugar, obtiver licença.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que os Empregados do Thesouro e Thesourarias, nomeados para empregos de commissão, não tem direito ás vantagens do art. 62 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 quando cessar o exercicio, se nesta época, ou posteriormente, antes de voltarem aos lugares, obtiverem licença, porque então só tem direito ao ordenado de Empregados licenciados, conforme os termos da dita licença.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 431. — IMPERIO. — AVISO DE 18 DE OUTUBRO
DE 1866.

Ao Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. —
Declara que os Oppositores só tem direito a uma gratificação
qualquer que seja o numero de gabinetes, ou estabelecimentos
em que estejam empregados; e que elles não podem escusar-se
aos serviços para que forem nomeados pela Directoria.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Ne-
gocios do Imperio em 18 de Outubro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção dos Ne-
gocios do Imperio do Conselho de Estado sobre os
officios dessa Directoria de 31 de Agosto, e 12 de
Setembro proximos passados, no 4.^o dos quaes,
communicando a designação que fez do Oppositor
Dr. Luiz Pientzenauer para o lugar de preparador
de anatomia que já exercia, accumular o de pre-
parador de clinica organica, e director da officina
pharmaceutica, pedia que lhe fosse abonada uma
nova gratificação além da que percebia por aquelle
lugar, e no 2.^o insistia pelo pagamento dessa gra-
tificação, sem o qual declarára o nomeado que dei-
xaria o novo encargo, que voluntariamente tomára,
por haver falta de Oppositor disponível que o exer-
cesse.

E Sua Magestade o Imperador, Conformando-se
por Sua Immediata Resolução de 17 do corrente
com o parecer da dita Secção exarado em Consulta
de 4 do mesmo mez, Manda declarar a V. Ex.,
que não são procedentes as razões em que essa
Directoria basca a sua insistencia; porquanto é
muito clara e terminante a disposição dos Estatutos
da Faculdade, quando marcão uma só gratificação
para o Oppositor que serve em um ou mais dos
gabinetes, ou estabelecimentos de que elles tratão;
e que não é livre ao Oppositor aceitar, ou não
as comissões que lhe são dadas pela Directoria
em virtude das faculdades que lhe conferem os
mesmos Estatutos, como se verifica no caso pre-
sente, em vista do que dispõe os arts. 34 e 48.

Firmada nestes principios, conclue a Secção o seu
parecer indicando, que se responda aos citados of-
ficios dessa Directoria, que feita a nomeação, e
feita legalmente, o Oppositor Dr. Luiz Pientzenauer
tem obrigação de exercer as funções que ultima-

mente lhe forão encarregadas, não se podendo alegar incompatibilidade de exercício, pois que o mesmo Oppositor declarou estar prompto para as preencher, e effectivamente está preenchendo.

O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 452.—FAZENDA.—EM 18 DE OUTUBRO DE 1866.

Recurso a respeito dos vencimentos de um empregado da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que, dada por finda a commissão em que se achava no Estado Oriental, veio com licença a esta Côrte, d'onde regressou a tomar conta do seu lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, tomando em consideração o recurso de Antonio José da Silva Guimarães, 3.º Escriptuario da mesma Thesouraria, da decisão dessa Inspectoria que lhe negou o pagamento dos vencimentos que reclamára desde 4 de Julho de 1865, data do Aviso da Guerra, que deu por finda a commissão em que se achava como Amanuense da Repartição Fiscal do Exercito em operações no Estado Oriental, até 15 de Agosto seguinte, dia anterior ao em que se apresentou em sua Repartição, resolveu dar-lhe provimento, a fim de que seja pago ao referido Guimarães o ordenado do seu lugar de 3.º Escriptuario durante aquelle espaço de tempo; porquanto, tendo vindo a esta Côrte no gozo de uma licença de quatro mezes devidamente concedida, e daqui regressando á Provincia, onde entrou no exercício do seu lugar da Thesouraria em 16 do dito mez de Agosto, não podia ser considerado em commissão, e nem com direito ao pagamento de todos os vencimentos, como requerera á Thesouraria.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 453.—FAZENDA.—EM 49 DE OUTUBRO DE 1866.

Fixa a intelligencia dos arts. 58, observação 1.^a do Regulamento do Sello, e 31 do Decreto de 13 de Agosto de 1863.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 49 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e a fim de o fazerem constar a quem convier, que na disposição do art. 58, Observação 1.^a, do Regulamento do Sello de 26 de Dezembro de 1860, e art. 31 do Decreto de 13 de Agosto de 1863, estão comprehendidas as respostas, allegações, contestações, requerimentos, petições, memoriaes ou qualquer outro papél semelhante, ainda que em forma de officio, apresentados, appensos, exhibidos ou juntos pelos responsaveis á Fazenda Publica ao processo administrativo da tomada de suas contas perante as Jurisdicções e Tribunaes competentes de ordem administrativa, a quem compete julgal-as, podendo ser sellados, como já o declarou a Circular de 11 de Março de 1862, antes da sentença definitiva do Tribunal do Thesouro, e das Thesourarias de Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 454.—FAZENDA.—EM 49 DE OUTUBRO DE 1866.

Prorogação por sete annos do prazo de duração da Caixa Commercial de Macció, na Provincia das Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 49 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Transmitto a V. Ex. para os fins convenientes, o Decreto, incluso por cópia, n.º 3748 de 17 do corrente, pelo qual Houve Sua Magestade o

Imperador por bem, de accordo com a Sua Immediata Resolução do dia 40 Tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Prorogar por sete annos, o prazo de duração da Caixa Commercial de Maceió, nessa Provincia, depois de findo o de cinco annos, que lhe fôra concedido pelo Decreto n.º 2807 de 49 de Junho de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 433.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1866.

Sobre o pagamento de dividas inscriptas de Mato Grosso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1866.

Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre as questões contidas na Representação de V. S. de 10 de Janeiro ultimo, a respeito do modo de pagamento de dividas inscriptas de Mato Grosso, liquidadas pela commissão competente, a saber:

1.ª Se o art. 93 da Lei de 24 de Outubro de 1832 revogou o art. 39 da Lei de 15 de Novembro de 1827, e a sua disposição tem sido executada no Thesouro e Thesourarias de Fazenda;

2.ª Se as fracções inferiores a quatrocentos mil réis, provenientes de inscripções superiores áquella quantia, devem considerar-se dividas menores de quatrocentos mil réis para o effeito de não vencerem juros;

3.ª Se é permittido reunir diversos saldos de dividas inscriptas para emittir apolice em seu pagamento no caso de excederem áquella quantia;

A mesma Secção, concordando inteiramente com a opinião do Conselheiro Director Geral do Contencioso; foi de parecer, com o qual Se Conformou Sua Magestade o Imperador por Immediata Resolução de 47 do mez corrente:

Quanto a 1.ª, que a Lei de 1832 derogou a de 1827, e tem sido considerada em vigor até hoje no Thesouro.

Quanto á 2.^a, que o Thesouro nunca pagou juro de saldos de inscripções, e que nem a Lei a isso o obriga, tendo-o assim declarado ás Thesourarias, que praticarão o contrario.

E quanto a 3.^a, que o facto de possuir qualquer credor mais de um conhecimento de inscripção não lhe dá direito a haver maior numero de apolices do que o correspondente ás inscripções tomadas separadamente.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effectos.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.
— Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 456.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1866.

Como devem proceder as Thesourarias de Fazenda quando receberem do Director Geral dos Correios communicação de remessas de estampilhas á respectiva Administração na Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, á vista do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 5 do corrente, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, logo que receberem as communicações que lhes dirigir o Director Geral dos Correios de remessas de estampilhas para as Administrações dos mesmos Correios nas Provincias, exijão officialmente dos respectivos Administradores que declarem se chegarão ao seu poder as importancias remettidas, e, no caso affirmativo, fação debital-os em conta corrente para a devida prestação de contas, creditando-os pelas quantias que recolherem provenientes da venda das estampilhas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 437.—FAZENDA.—EM 20 DE OUTUBRO DE 1866.

Solve duvidas sobre a applicação do Decreto n.º 3699 de 19 de Setembro proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ás duvidas constantes do officio do seu antecessor de 17 do corrente, declaro a V. Ex., para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Decreto n.º 3699 de 19 de Setembro proximo passado, contendo disposição nova sobre a materia, deve applicar-se :

1.º A's prescripções que começárão ou começarem a correr depóis da data de sua publicação ;

2.º A's que tiverem começado a correr antes da mesma data, porquanto para o estabelecimento não havia senão expectativa da acquisição do direito em uma época menos dilatada, devendo, porém, levar-se em conta o tempo decorrido anteriormente.

Não é applicavel, porém, o referido Decreto ás prescripções, cujo tempo se tiver completado antes da referida data, pois que, estando consumadas, o direito adquirido pelo estabelecimento sob o regimen da disposição anterior não póde deixar de ser mantido em sua integridade.

Taes são os principios por que se deve reger o Monte de Soccorro para oppôr a prescripção, ou invocal-a em juizo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Visconde de Bomfim, Presidente do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro.

N. 438.—FAZENDA.—EM 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Os Porteiros das Secretarias e quaesquer outros responsaveis por quantias adiantadas para despezas com objectos de serviço, devem prestar contas perante o Thesouro comprovadas com documentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm Sr.—A' vista do que V. Ex. me communica em seu Aviso de 22 de Setembro proximo passado, ficão dadas as precisas ordens para que seja entregue ao Porteiro da Secretaria de Estado do Ministerio a seu cargo a quantia de 346\$000, importancia das despezas miudas da mesma Secretaria no mez de Agosto ultimo.

Cabe-me, entretanto, observar a V. Ex. que o Thesouro não aceita a doutrina dos Avisos de 8 e 29 de Novembro de 1855, expedidos pelo Ministerio a seu cargo ao da Fazenda, por ser opposta ás disposições em vigor, e por isso não poderá em caso algum deixar de exigir dos responsaveis por quantias adiantadas, ou despendidas com objectos de serviço, a prestação de suas contas comprovadas com os documentos competentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 459.—GUERRA.—EM 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que o art. 16 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2038 de 25 de Novembro de 1857, não foi revogado pela Tabella do 1.º de Maio de 1858.

N. 403.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Outubro de 1866.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effeitos, que ao Coronel de Engenheiros Innocencio Velloso Pederneiras deve ser abonada, na qualidade

de Chefe da Repartição do Deputado do Ajudante General no 4.º Corpo de Exercito em operações, a gratificação especial de 30\$000 mensaes, nos termos do art. 16 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2038 de 25 de Novembro de 1837, o qual não foi nessa parte derogado pela Tabella do 4.º de Maio de 1838: o que ficará servindo de regra.

Deus Guarde a Vm. — *João Lustoza da Cunha Paranaguá*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 460. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Dá regras tendentes a facilitar aos responsaveis á Fazenda Nacional, officiaes publicos, e seus fiadores a prestação da caução exigida pelas disposições em vigor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo a necessidade de facilitar aos responsaveis á Fazenda Publica, officiaes publicos, e seus fiadores, a prestação da caução exigida pelas disposições em vigor, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que ;

1.º Todas as vezes que a caução dos responsaveis á Fazenda Publica, e officiaes publicos não estiver fixada por lei, depois de regularmente feito o arbitramento, reduzão a respectiva importancia a $\frac{2}{3}$, no caso em que os mesmos responsaveis ou seus fiadores pretenderem garantir a gerencia com apolices da Divida Publica, ou dinheiro, na fórma do art. 7.º da Lei n.º 4352 de 19 de Setembro deste anno ; e

2.º Que admittão os responsaveis da Provincia, e seus fiadores a prestar caução em dinheiro, ou em apolices na Côrte, ou nas Provincias do Paraná, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Minas

Geraes e S. Pedro, em que se permite o pagamento e transferencia desses titulos, mediante o deposito no Thesouro ou nas respectivas Thesourarias, e as devidas communicações para as averbações necessarias nos livros de fianças contractos e obrigações, tudo na fórma da citada lei.

Os mesmos Srs. Inspectores fiquem na intelligencia de que a caução em apolices, que deverá ser das correspondentes ao valor acima declarado, pela ultima cotação, ou, não havendo-a, pela da praça mais vizinha, e bem assim a que fór feita em dinheiro, não impede que os depositantes recebam deste o juro, e daquellas os dividendos em cada semestre, embora fiquem taes titulos por emquanto inalienaveis, do que se farão as averbações indispensaveis no Thesouro e Caixa da Amortização, ou nas Thesourarias de Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 461.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO DE 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Declara que a qualidade de proprietario do sólo não exime auctorização previa do Governo para mineração.

N. 5.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Outubro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento em que John Donnelly, subdito brasileiro, pedio permissão para incorporar, dentro ou fóra do Imperio, uma companhia destinada a lavrar carvão de pedra e outros mineraes, que diz existirem no lugar denominado Morro de Camaragibe, dessa Provincia.

E o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se, por sua immediata Resolução de 43 do corrente, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 19 de Agosto ultimo, Houve por bem declarar:

1.^o Que a circumstancia de ser cidadão brasileiro, e declarar-se a mina situada em sua propriedade

(o que apenas foi allegado, mas não provado pelo, supplicante) não autoriza a lavra de qualquer mina independente de prévia permissão do Governo Imperial, não obstante a doutrina em contrario do Decreto de 27 de Janeiro de 1829, que, como acto do Poder Executivo, expedido depois de jurada a Constituição do Imperio, não pôde revogar a Ord. do Liv. 2.º Tit. 26 § 46, que clara e terminantemente estabelece o direito do Estado a todos os mineraes existentes no sub-sólo, direito posteriormente firmado no art. 34 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, explicada pela Ordem do Thesouro Nacional n.º 226 de 19 de Setembro de 1849, e art. 46 § 4.º da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850.

2.º Que, portanto, o supplicante deve apresentar os Estatutos da Companhia, que pretende incorporar, para serem approvados, e, a vista delles e do capital social, ser-lhe pelo Governo Imperial marcado o numero de datas mineraes que a mesma Companhia poderá trabalhar, na conformidade da condição 2.ª do Decreto n.º 3161 de 9 de Outubro de 1863 e do Decreto n.º 3236 de 21 de Março de 1864, que estabeleceu a proporção entre o capital social e a extensão de terreno mineral que pôde ser concedida.

O que communico a V. Ex., para seu conhecimento e para que o faça constar ao peticionario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 462.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 22 DE OUTUBRO DE 1866.

Providencia para a execução dos arts. 5.º e 7.º da Lei n.º 1332 de 19 de Setembro proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para execução dos arts. 5.º e 7.º da Lei n.º 1332 de 19 de Setembro ultimo, ordena que, emquanto outras providencias

se não tomão em relação a todas as Provincias do Imperio, se observe o seguinte:

Art. 1.º Toda a pessoa, que pretender comprar apolices nas Provincias do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Minas Geras e S. Pedro, poderá dirigir-se á Thesouraria de Fazenda respectiva, por si ou por procurador especial, que exhibirá procuração legal, entregando o preço, que estipular com o Inspector da mesma Repartição.

Art. 2.º A Thesouraria de Fazenda, recebendo o preço das apolices vendidas, dará immediatamente ao comprador uma cautela nominativa, assignada pelo Thesoureiro Escrivão, e rubricada pelo Inspector, conforme o modelo junto, a qual lhe servirá de titulo provisório para exigir a entrega das apolices.

Art. 3.º Effectuada a venda, a Thesouraria de Fazenda comunicará logo ao Thesouro o nome e domicilio do comprador, para lhe serem remetidas as apolices, depois de feito o devido assentamento na Caixa da Amortização.

Art. 4.º As apolices não serão entregues pela Thesouraria de Fazenda ao comprador senão depois de verificada a sua identidade, com audiencia do Procurador Fiscal, se fôr preciso, e de lançadas as declarações necessarias nos livros competentes.

Art. 5.º A remessa das apolices vendidas no semestre corrente será acompanhada de autorização para o pagamento do juro a contar do 1.º de Julho do presente anno.

Art. 6.º As apolices serão do valor nominal de 1:000\$000, 600\$000 e 400\$000, vencendo o juro de 6 %, pago na Thesouraria de Fazenda em cada semestre.

Art. 7.º As apolices poderão ser transferidas de uma para outra das Provincias mencionadas no art. 1.º, ou de alguma dellas para a Côte, e vice-versa.

Art. 8.º O Thesouro e as Thesourarias de Fazenda regular-se-hão na emissão, transferencias, pagamento dos dividendos, e tudo quanto fôr relativo ás apolices, de que tratão as presentes Instrucções, pela Carta de Lei de 15 de Novembro de 1827, Regulamento n.º 116 de 15 de Janeiro de 1842, Decreto n.º 719 de 15 de Outubro de 1850, e mais disposições em vigor.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

**Modelo a que se referem as Instruções de 22 de
Outubro de 1866.**

Cautela de apolices da divida publica.

Rubrica
do Inspector

Provincia de.....

Instruções de 22 de Outubro de 1866.

O Sr..... (nome do comprador) entregou nesta
Thesouraria a quantia de..... (por extenso) preço
(...%) por que, de ordem de S. Ex. o Sr. Ministro
da Fazenda lhe vendeu a mesma Thesouraria.....
apolices do juro de 6 % ao anno, do valor de Rs....
cada uma ; as quaes lhe serão entregues na referida
Repartição á vista desta cautela.

Thesouraria de Fazenda de..... em.... de.....
de 186...

Rs. §

O Thesoureiro,
(Assignatura).

O Escrivão,
(Assignatura).



N. 463.—FAZENDA.—EM 25 DE OUTUBRO DE 1866.

Proibição de entrada nas Alfandegas e Mesas de Rendas aos
negociantes A. Vasserot & Filhos, e despachantes Ignacio
Teixeira da Cunha Bustamante e Manoel José Rodrigues.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de
Janeiro em 25 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do
Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs.
Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que
o fação constar aos das Alfandegas e Administra-
dores das Mesas de Rendas, que, tendo sido pro-

hibida a entrada na Alfandega da Côrte ao negociante A. Vasserot & Filhos, e despachantes Ignacio Teixeira da Cunha Bustamante e Manoel José Rodrigues, por se acharem implicados na falsificação de diversos despachos de importação, praticada com o fim criminoso de pagar-se menor quantia de direitos do que a devida pelas mercadorias declaradas nos mesmos despachos, devem dar as providencias necessarias para que semelhantes individuos não sejam admittidos em qualquer das referidas Repartições.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 464. — FAZENDA. — EM 25 DE OUTUBRO DE 1866.

As isenções da Lei de 19 de Setembro proximo passa'o, só aproveitão ás pensões concedidas da data da mesma em diante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, que, á vista da inclusa Carta Imperial, mande pagar a D. Delfina Maria de Barros, viuva do soldado do 40.º corpo de voluntarios da Patria, Francisco da Silva Laudercio, a pensão mensal de vinte mil réis concedida por Decreto de 20 de Abril do corrente anno, e approvada pelo de 27 de Junho ultimo; não devendo porém incluir em folha a referida pensionista senão depois de satisfeitos os emolumentos, sello, direitos e transito, aos quaes está ella obrigada pelo despacho deste Ministerio de 11 deste mez, que declarou que as isenções da Lei de 19 de Setembro proximo passado só aproveitão ás pensões, cujas concessões datem de então para diante.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 463. — FAZENDA. — EM 26 DE OUTUBRO DE 1866.

Sobre o pagamento de vencimentos a um Official de Engenheiros empregado em obras provinciaes, e de vantagens de commando a uns Chefes de corpos de voluntarios da patria em organização

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, para o fazer constar a quem convier, que o Ministerio da Guerra, por Aviso de 29 de Maio ultimo, com o qual devolveu os recursos interpostos pelo Procurador Fiscal da dita Thesouraria das ordens da Presidencia, mandando pagar ao 2.º Tenente de Engenheiros José Tiburcio Pereira de Magalhães os respectivos vencimentos como ajudante do Chefe das Obras Publicas provinciaes, ao Coronel Francisco Pereira Lobo e ao Tenente Coronel João Paulo Ferreira, commandante dos Corpos 3.º e 5.º de Voluntarios da Patria que se estavam organizando, as vantagens de commando, declarou que o Official mencionado como empregado nas Obras da Provincia não tem direito a vencimento algum, nem mesmo ao da sua patente pela Repartição da Guerra, na conformidade da Circular de 4 de Julho ultimo, salvo se durante o prazo do pagamento impugnado houve exercicio effectivo de fiscalização em obra militar em andamento, em cujo caso tem direito ás vantagens correspondentes; e, quanto ao recurso da Ordem para pagamento dos Commandantes do 3.º e 5.º Corpos de Voluntarios da Patria, que já foi decidida esta questão pelo Aviso de 27 de Outubro do anno passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 466. — FAZENDA. — EM 27 DE OUTUBRO DE 1866.

Determina que nos exames de Grammatica Nacional se exija dos examinandos a prova escripta de analyse, além da de orthographia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 71 de 14 de Agosto ultimo, que foi approvado o concurso a que se procedeu ultimamente nessa Thesouraria, e nomeado Pedro Gonçalves Dente para o lugar vago de Amanuense; recommendando-lhe, porém, que, nos exames a que se tiver de proceder, de grammatica nacional, exija dos examinandos a prova escripta de analyse, além da de orthographia, como dispõe o Decreto de 14 de Março de 1860, e o explica o § 4.º da Ordem n.º 511 de 18 de Dezembro do mesmo anno.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N.º 467.—FAZENDA.—EM 27 DE OUTUBRO DE 1866.

As faltas de frequencia que tiverem o Ajudante do Procurador da Fazenda e os Empregados em serviço na Secção do Contencioso, devem ser justificadas perante o Inspector da Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vistos os arts. 44 do Decreto de 22 de Novembro de 1851, e 17 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em solução á Consulta do seu officio n.º 211

de 12 de Setembro ultimo, que as faltas de frequência que tiverem o Ajudante do Procurador da Fazenda, e os Empregados em serviço na Secção do Contencioso, devem ser justificadas perante o Inspector da Thesouraria, que é o Chefe da Repartição, como o devem ser as que derem os Empregados das outras Estações.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N.º 468.—FAZENDA EM 27 DE OUTUBRO DE 1866.

Dissolve a comissão creada por Aviso de 23 de Abril ultimo, para organizar a estatística do commercio e navegação do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1866.

Cumprindo attender á reconhecida e urgente necessidade de economia no dispendio dos dinheiros publicos, e sendo certo que não pequena despeza se está fazendo com a comissão creada por Aviso de 3 de Abril ultimo, e incumbida de organizar a estatística de todo o commercio e navegação do Imperio e de preparar os mappas estatísticos da Alfandega da Córte, no presuppuesto de não poder esse trabalho ser desempenhado pelos Empregados dessa Directoria na fórma das disposições vigentes, porque a mesma comissão compõe-se de 10 Empregados de diversas Alfandegas, aos quaes, além dos vencimentos que lhes competem por seus empregos, arbitrarão-se gratificações especiaes; participo a V. S. que resolvi ficasse de nenhum effeito aquelle Aviso, e consequentemente se dissolvesse a indicada comissão, voltando quanto antes ao exercicio dos seus lugares os Empregados que ora se occupão em taes trabalhos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 469.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1866.

Os devedores por letras á Fazenda Nacional só pelo Poder Legislativo podem ser dispensados do pagamento dos juros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Presidencia da Provincia da Bahia de 4 de Agosto ultimo, a que acompanhou o requerimento de Thomaz Pedreira Geremoabo, pedindo que se não contem juros nas oito letras de prestações annuaes, com que lhe foi concedido, pela Ordem n.º 50 de 31 de Março de 1863, pagar o debito de 20:000\$000, em que se acha para com a Fazenda; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria, que não podendo ser o supracitado devedor dispensado do pagamento dos juros senão pelo Poder Legislativo, não devem elles comtudo ser capitalizados nas respectivas letras; ficando nesta parte revogada a Ordem n.º 469 de 27 de Dezembro de 1865.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 470.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1866.

A nullidade dos contractos celebrados pelas Ordens regulares sem licença do Governo, só póde ser decretada judicialmente no Juizo dos Feitos, com audiencia dos interessados, e mediante a acção competente em que estes sejam convencidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo em vista o Aviso de 24 de Maio ultimo, em que o Ministerio a cargo de V. Ex. ordenou á Presidencia da Provincia da Parahyba que declarasse nullo e de nenhum effeito um contracto de aforamento feito pelos Religiosos Benedictinos ao Tenente Coronel Antonio Quirino de Souza de uma porção de terras do patrimonio,

que administravão, da Capella dos Prazeres na sesmaria dos Indios da Jacoca, intimando aos interessados para legalizal-o, depois do que deveria resolver como entendesse sobre a validade, medição e demarcação dos ditos terrenos a que procedeu o Juiz Commissario; devo declarar a V. Ex. que a nullidade dos contractos celebrados pelas Ordens Regulares com infracção da Lei de 9 de Dezembro de 1830 não póde ser decretada senão judicialmente no Juizo dos Feitos com audiencia dos interessados e mediante a acção competente, em que estes sejam convencidos; e assim já este Ministerio mandou proceder a respeito desse contracto e de outros em identicas circumstancias naquella e nas demais Provincias; cumprindo além disto, e depois de julgado nullo o aforamento, examinar-se a legalidade da posse do mosteiro sobre taes bens em presença da lei da Amortização, para saber-se, no interesse da Fazenda Publica, se se achão incursos em commisso, pois, no caso affirmativo, se hão de julgar devolutos para o Estado, continuando, no caso contrario, na posse do Convento, e neste sentido se vai responder áquella Presidencia; sendo, portanto, de nenhum effeito o acto que declarou nulos taes contractos por acto administrativo em virtude do Aviso de 24 de Maio citado.

Deus Guarde á V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 471.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1866.

A Administração da Fazenda incumbe a defeza dos escravos da nação em juizo criminal, e della devem as Thesourarias encargar algum advogado, se o Procurador Fiscal escusar-se sendo para isso nomeado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de

Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 86 de 20 de Agosto proximo passado, que sem duvida incumbe à Administração da Fazenda a defeza dos escravos da Nação em juizo criminal, porque a mesma Nação é senhora delles; mais que não estando por lei ou regulamento commettido esse encargo aos Procuradores Fiscaes, e não havendo necessidade de Curador nomeado pelo Juiz quando o senhor do escravo o defende, deve a Thesouraria de Fazenda encarregar a defeza a algum advogado, se o Procurador Fiscal para isso nomeado se escusar, para com elle correr o processo os seus termos, tanto mais quando pôde acontecer que por ter de accusar o Promotor não possa ter lugar a providencia do Aviso de 24 de Novembro de 1852.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 472.—FAZENDA.—EM 30 DE OUTUBRO DE 1866.

Nos concursos para provimento dos empregos de Fazenda, deve correr um escrutínio para cada uma das provas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, que foi approvado o concurso a que se procedeu ultimamente na mesma Thesouraria para um lugar vago de Amanuense, e nomeado por titulo desta data o Praticante João da Natividade Coelho para a referida vaga: recommendando-lhe porém que, nos concursos que d'ora em diante tiverem lugar, faça correr um escrutínio para cada uma das provas, a fim de evitar a irregularidade que se nota nas actas do citado concurso, a que acompanhou o seu officio n.º 102 de 4 de Setembro proximo passado, de terem os examinadores julgado em um só escrutínio sobre as provas escriptas e oraes de cada materia.

Zacarias de Góes e Vasconcellos

N. 473.—FAZENDA.—EM 31 DE OUTUBRO DE 1866.

O individuo a quem se tiver cassado em uma Alfandega ou Mesa de Rendas o titulo de Despachante geral, Ajudante ou Caixeiro despachante, não poderá agenciar negocios em nenhuma outra destas Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e para o fazerem constar a quem convier, que o individuo a quem se tiver cassado em alguma Alfandega ou Mesa de Rendas o titulo de Despachante geral, Ajudante de despachante, ou Caixeiro despachante, não poderá agenciar negocios em outra Alfandega ou Mesa de Rendas; para o que o Chefe da Repartição, que tiver applicado essa pena, fará as precisas communicações ás demais Repartições.

Quanto aos individuos, a quem se tiver cassado o titulo ou prohibido a entrada na Repartição antes da recepção desta Circular, deverá cada Alfandega ou Mesa de Rendas transmittir ás demais a respectiva relação nominal com os precisos esclarecimentos, para os effeitos acima declarados.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 474. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— AVISO EM 2 DE NOVEMBRO DE 1866.

Sobre as obras da montanha da Bahia de que é empresario Thomaz de Aquino Gaspar.

N. 44. — Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.^a Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas em 2 de Novembro de 1866.

Ilm. Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. datado de 28 de Setembro ultimo, recebi o requerimento que ao Governo Imperial dirigio Thomaz de Aquino

Gaspar, empresario da obra da segurança da montanha da Capital dessa Provincia, pedindo que se eleve a 50:000\$000 a subvenção annual de 30:000\$000, de que trata a condição 5.ª do respectivo contracto, e informação dada a respeito pelo Major de Engenheiros, Fiscal da dita obra; em resposta declaro a V. Ex. que, reconhecendo a vantagem de ultimar quanto antes esta obra, convenio em que, em vez de 30:000\$000, se lhe pague annualmente a quantia pedida de 50:000\$000, com tanto que o peticionario realize o dobro da obra, conforme se acha estipulado na condição 6.ª do contracto, dentro dos limites do credito concedido á essa Provincia no corrente exercicio.

O que V. Ex. fará constar ao referido empresario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 475.—FAZENDA.—EM 3 DE NOVEMBRO DE 1866.

A/matrícula das) embarcações e da gente de mar compete exclusivamente ás Capitánias dos portos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Participando-me V. Ex., em seu officio de 21 de Abril ultimo, ter resolvido o conflicto suscitado entre a Thesouraria de Fazenda e a Capitania do Porto dessa Provincia, sobre a competencia do Administrador da Mesa de Rendas de S. Sebastião de Tijucos para proceder á matricula das embarcações e gente de mar; tenho a dizer a V. Ex., que approvo a decisão que deu ao referido conflicto, declarando á mesma Thesouraria que, nos precisos termos dos arts. 67 e 89 do Regulamento de 19 de Maio de 1846, essa matricula compete em toda a Provincia exclusivamente á

Capitania do Porto, que nos pontos distantes leva a effeito a da gente do mar pelos seus delegados ; visto ser semelhante decisão de accordo com o citado Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 476.—FAZENDA.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1866.

Approva a deliberação da Thesouraria do Rio Grande do Norte, de marcar aos Collectores de rendas geraes um prazo razoavel para especializarem e inscreverem os bens que houverem de offerecer para garantia da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n. 55 de 6 de Julho proximo passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte participa que, não podendo, por causa da exiguidade do rendimento das Collectorias de Rendas Geraes, achar de prompto substituto para os Collectores que se achassem nas condições da Circular de 5 de Junho da Directoria Geral do Contencioso ; por isso que os respectivos Escrivães são quasi todos interinos, e servindo por attenção á pessoa que os nomêa, recusão a effectividade, resolvêra em Junta marcar-lhes um prazo razoavel para especializarem e inscreverem os bens que houverem de offerecer para garantia da Fazenda, deixando assim de executar immediatamente a referida circular: declara ao dito Sr. Inspector que, attentas as razões especiaes que allega, fica approvada a sua deliberação: cumprindo-lhe, porém, fazer cessar esse estado anormal das Collectorias, por bem dos interesses da Fazenda, os quaes podem soffrer prejuizos de semelhantes interinidades, nomeando Collectores,

e se, estes não aceitarem ou não prestarem as precisas garantias no prazo que lhes fôr marcado, pondo em execução a Ordem de 30 de Junho de 1849, e em ultimo caso o Decreto n.º 446 de 13 de Junho de 1845.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 477.—FAZENDA.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1866.

Responde a um Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, relativo ás transferencias das pennas d'agua, mostrando que a Recebedoria tem executado fielmente o art. 7.º do Decreto de 4 de Maio deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 10 de Setembro ultimo, relativo á transferencia das pennas d'agua, passo ás mãos de V. Ex. a informação junta por cópia do Administrador da Recebedoria da Côrte, a quem ouvi sobre a materia, a vista da qual me parece que se tem executado fielmente o art. 7.º do Decreto de 4 de Maio do corrente anno, não sendo portanto procedente o fundamento do referido Aviso.

Se no tempo em que vigorava o Decreto de 19 de Maio de 1862, em que as concessões de agua erão por prazo certo, dispensava o Aviso de 26 de Junho do Ministerio a seu cargo, de accordo com o art. 3.º desse Decreto, a apostilla da prorrogação, que aliás era uma concessão nova, cohrando-se apenas os emolumentos; e se no caso de transferencia dos predios e nomes dos proprietarios na Recebedoria, dentro do dito prazo, sómente a requerimento da parte se procedia ao averbamento na Portaria de concessão, nos termos do art. 10 do mesmo Decreto, parece que o art. 7.º do Decreto de 4 de Maio deste anno, cuja disposição é identica, adoptou aquelle systema com tanta mais razão quando actualmente

as concessões são por tempo indefinido, interessando por conseguinte tão sómente á Recebedoria para a arrecadação da renda a referida transferencia.

Sem embargo do que deixo dito póde V. Ex. tomar qualquer, medida que julgar mais conveniente, para ser d'ora em diante observada na Recebedoria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 478.—FAZENDA.—EM 8 DE NOVEMBRO DE 1866.

As Thesourarias de Fazenda são cômpetentes para decidir as questões que se suscitão entre as partes e as respectivas Administrações Diamantinas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia da Bahia de 24 de Março ultimo, sob n.º 84, a que acompanhárão os papeis concernentes á questão que se agita entre Ricardo José dos Santos e Pedro de Jesus Prates, ácerca da posse de uma gruta ou poço intitulado do Guanar, e abundante de diamantes, na Cidade dos Lençóes; devolve á dita Thesouraria o respectivo processo, a fim de que tome conhecimento do recurso do citado Ricardo e decida como entender de justiça, por ser a mesma Thesouraria, na conformidade das disposições do direito, a competente para decidir as questões que se suscitão entre as partes e a Administração Diamantina; só cabendo recurso ao Thesouro das decisões que ella proferir, se as partes assim o quizerem.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 479.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso sobre multa por diferença de qualidade em um despacho de casimiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Herman Glette da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côte, que o multou na importância igual aos direitos de uma diferença de qualidade encontrada na porta da sahida em casimiras por elle despachadas; e o mesmo Tribunal:

Considerando que não cabe na alçada da Inspectoria a decisão recorrida, porque a parte reclama contra a diferença de direitos de 454\$400 correspondentes a 493 varas quadradas, que o Conferente da sahida considerou finas em vez de ordinarias como forão qualificadas pelo Conferente do despacho;

Considerando que na conferencia da porta não se encontrão, entre as mercadorias postas a despacho pelo recorrente, outras de qualidade consideravelmente superior ás declaradas, nos termos do art. 536 do Regulamento das Alfandegas, e art. 27 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, resultando a diferença de se reputar de qualidade entrefina maior quantidade do que a qualificada como tal pelo Conferente do despacho;

Considerando que o recorrente, tendo declarado na nota as duas qualidades de casimiras, todavia só mencionou a quantidade total, e não a de cada uma:

Resolveu dar provimento ao recurso, a fim de que o recorrente pague os direitos simples da diferença e mais a multa de 4 1/2 % por não ter feito a declaração da quantidade.

Ô que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 480. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 12 DE NOVEMBRO DE 1866.

Sobre a escripturação, nas Thesourarias de Fazenda, das quantias provenientes da venda de mappas do theatro da guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fação escripturar como—Remessa recebida do Thesouro—toda e qualquer quantia proveniente da venda de mappas do theatro da guerra ao Sul do Imperio que tenha já sido ou fôr arrecadada nas mesmas Thesourarias até o fim de Dezembro proximo futuro, e no exercicio de 1866—67 e seguintes como —Receita eventual—toda a que fôr arrecadada de Janeiro em diante.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 481.—JUSTIÇA.—EM 12 DE NOVEMBRO DE 1866.

Decide duvidas a respeito do facto de advogarem em um Termo Bachareis formados, que nelle não são domiciliarios.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 15 de Setembro ultimo, submettendo á decisão do Governo Imperial a consulta do Juiz Municipal do Termo de Pindamonhangaba, a respeito da pratica admittida de advogarem no fóro daquelle Termo Bachareis em Direito, que nelle não são domiciliarios, tenho a declarar a V. Ex. que, não sendo a advocacia um emprego publico, póde ser exercida pelos ditos Bachareis, cumprindo ao Juiz Municipal do Termo de Pindamonhangaba exigir dos que se

apresentação no fôro do seu Termo, para advogar, os seus títulos de habilitação, e reconhecidos estes legitimamente, mandar lançar no protocollo das audiencias.

O que communico a V. Ex. para fazer constar ao referido Juiz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 482. — JUSTIÇA. — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1866.

Approva o procedimento da Presidencia, ácerca da demissão, por simples falta de confiança, de um empregado no Juizo Municipal do Termo da Imperatriz.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 8 de Agosto ultimo, submettendo a approvação do Governo Imperial a decisão que deu ao Juiz Municipal supplente do Termo da Imperatriz, nessa Provincia, ácerca da demissão por elle concedida ao 4.º Tabellião interino do Publico Judicial e Notas, Manoel Candido Coelho da Silva, por lhe não merecer confiança, tenho a declarar-lhe que bem procedeu V. Ex., na conformidade do Aviso n.º 446 de 9 de Dezembro de 1857, não aceitando como juridicas e admissiveis as razões, que teve aquelle Juiz para praticar esse acto; porquanto um Juiz não pôde, por simples falta de confiança, destituir ou suspender, ainda que temporariamente, um empregado do seu Juizo.

Fica approvada assim a decisão por V. Ex. dada ao officio daquelle Juiz.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 483.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 13 DE NOVEMBRO DE 1866.

O tempo de serviço dos Officiaes do Exercito para a concessão do meio soldo a seus herdeiros, quando for interrompido por mais de uma praça, deve ser liquidado da mesma maneira por que o é para a concessão da reforma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que o tempo de serviço dos Officiaes do Exercito para a concessão do meio soldo ás respectivas viúvas e filhos, quando fôr interrompido por mais de uma praça, deve ser liquidado da mesma maneira por que o é para a concessão da reforma, nos termos do Aviso junto por copia do Ministerio da Guerra de 13 de Agosto ultimo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 484.—FAZENDA.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1866.

A disposição do art. 1.º do Decreto n.º 1307 de 22 de Junho deste anno só é applicavel ás filhas casadas dos Officiaes do Exercito e Armada fallecidos e que fallecerem depois da sua promulgação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1866.

Foi presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o recurso que D. Carlota Josepha de Azevedo Guedes, filha do Tenente Coronel José Maria de Azevedo e viúva de Firmino Guedes Monteiro, interpoz do despacho deste Ministerio, indeferindo-lhe o requerimento no qual pedia se lhe mandasse abonar o meio soldo que venia sua mãe, por suppor-se favorecida pelo Decreto n.º 1307 de 22 de Junho

deste anno, visto já ser a supplicante viuva ao tempo do fallecimento de seus pais; e sendo a mesma Secção de parecer, que não se póde considerar como interpretativa da Lei de Novembro de 1827 a disposição do art. 4.º do citado Decreto, pois que elle estabeleceu direito inteiramente novo, e só applicavel ás filhas casadas dos Officiaes do Exército e Armada fallecidos e que fallecerem depois da sua promulgação, como o declarou a Circular n.º 22 de 40 de Setembro ultimo; Houve por bem Sua Magestade o Imperador, Conformando-Se com este parecer por immediata Resolução de 31 do mez findo, Negar provimento ao dito recurso. O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 485.—FAZENDA.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1866.

Indefere o recurso do Commandante dos Guardas da Alfandega das Alagôas, sobre o pagamento, a que se julgava com direito, dos vencimentos de Guarda-mór, dos dias em que este fôra desempenhar uma commissão do seu emprego.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 49 de 24 de Maio proximo passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda das Alagôas transmite o requerimento do Commandante dos Guardas da respectiva Alfandega, recorrendo da decisão que o julgou sem direito aos vencimentos de Guarda-mór, concernentes aos dias em que este fôra, em commissão do seu emprego, ao porto de Pebá, por occasião de um naufragio, communica ao dito Sr. Inspector que, á vista dos arts. 55, 148 § 2.º e 149 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, foi indeferido o alludido recurso.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 486.—FAZENDA.—EM 44 DE NOVEMBRO DE 1866.

Os Capitães dos portos e seus delegados, sempre que tiverem de exercer as respectivas attribuições em relação aos patrões e remadores de escaleres das Alfândegas, devem entender-se com os Chefes destas Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 44 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em additamento ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 6 de Junho ultimo, dirigido á Presidencia da Provincia do Paraná, relativamente á matricula dos patrões e remadores de escaleres da Alfandega, rogo a V. Ex. se sirva dar as precisas ordens para que a Capitania do Porto, sempre que, em observancia do respectivo Regulamento, tiver alli de exercer as suas attribuições em relação aos referidos empregados, se entenda com o Chefe da Repartição, como é expresso no art. 463 do Regulamento das Alfândegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo.



N. 487.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 44 DE NOVEMBRO DE 1866.

Manda escripturar em deposito, no exercicio corrente, as quantias provenientes das subscrições para o Asylo de Invalidos da Patria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 44 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que informem que quantia existe nos respectivos cofres, proveniente das subscrições para o Asylo de Invalidos da Patria, e fação escripturar taes quantias no exercicio corrente em deposito, a fim de que opportunamente sejam entregues pelo Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 488.—FAZENDA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1866.

As adjudicações á Fazenda Provincial de bens de raiz, que nas partilhas se separão para pagamento da respectiva taxa de heranças e legados, estão sujeitas ao imposto da siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia de S. Pedro de 30 de Maio ultimo, sob n.º 96, a que acompanhou a Portaria por cópia que dirigio ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias da mesma Provincia, declarando que as adjudicações á Fazenda Provincial de bens de raiz, que nas partilhas se separão para pagamento da respectiva taxa de heranças e legados, estão sujeitas ao imposto da siza, pelos fundamentos constantes da citada Circular; declara á referida Thesouraria, que, á vista da intelligencia que deu á Lei de 6 de Setembro de 1854, e enquanto outras providencias se não tomão para isentar dos impostos geraes a Fazenda Provincial, approva a referida Portaria Circular, por estar ella de conformidade com a Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 5 de Janeiro de 1844, que foi communicada á Thesouraria de Minas Geraes pela Ordem de 16 do citado mez de Janeiro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 489.—FAZENDA.—EM 15 DE NOVEMBRO DE 1866.

A declaração voluntaria das differenças de mercadorias encontradas nos volumes postos a despacho não pôde ser admittida senão antes de começar a respectiva conferencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Córte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de

Berr & Comp. da decisão dessa Inspectoria que lhes negou a reforma, no acto da conferencia, do despacho de uma caixa com 38 peças de alpaca de lã e algodão, nas quaes por engano havião declarado existirem 420 jardas em vez de 1.000, conforme a factura; resolveu o mesmo Tribunal confirmar a decisão recorrida, visto que, segundo o art. 43 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, não pôde ser admittida a declaração voluntaria das differenças de mercadorias encontradas nos volumes, senão antes de começar a respectiva conferencia.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N.º 490.—FAZENDA.—EM 13 DE NOVEMBRO DE 1866.

Reclama do Ministerio da Justica providencias contra os individuos que vendem fracções dos bilhetes de loterias legalmente autorizadas, sob a fórma de cessão do interesse das mesmas, ou emissão de titulos manuscriptos representando sociedades nos bilhetes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo notorio que, antes mesmo da Lei de 18 de Setembro de 1860, introduzio-se o systema de venderem-se fracções dos bilhetes de loterias legalmente autorizadas sob a fórma de cessão do interesse das mesmas, ou emissão de titulos manuscriptos representando sociedade nos referidos bilhetes; e convindo pôr-se termo a essa criminosa especulação, rogo a V. Ex. se sirva dar as providencias necessarias para que se proceda, contra os que a praticão, com todo o rigor da Lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

N. 491.—FAZENDA.—EM 16 DE NOVEMBRO DE 1866.

Indefere o recurso de um Empregado, sobre o pagamento de vencimentos dos dias em que esteve impedido em trabalhos eleitoraes, como Presidente da Mesa Parochial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, para sua intelligencia e execução, e em resposta ao seu officio n.º 53 de 10 de Junho do anno passado, que, á vista do art. 124 do Regulamento das Alfandegas e Imperial Resolução de 18 de Junho de 1864 expedida em Aviso e Circular de 21 do mesmo mez, foi indeferido o recurso do 4.º Conferente da Alfandega, Felipe Pereira Marinho Falcão e Mello, do despacho da mesma Thesouraria que lhe negou os vencimentos dos dias 9 e 14 de Setembro de 1864, em que esteve impedido nos trabalhos da Mesa Parochial da Freguezia de Santa Anna das Campinas, como seu Presidente, nas eleições a que se procedeu no dito anno para Vereadores e Juizes de Paz.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 492.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 16 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara não abonaveis as faltas que derem os empregados para comparecerem a funcções e actos eleitoraes na qualidade de Juizes de Paz ou Vereadores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua in-

telligencia e execução, que a Circular de 12 de Dezembro de 1864 não podia derogar a de 21 de Junho do mesmo anno, por ser baseada em uma Resolução Imperial, e de accordo com ella se deve entender; não sendo portanto abonaveis as faltas que derem os empregados para comparecerem a funcções e actos electoraes na qualidade de Juiz de Paz ou Vereador, e devendo os Srs. Inspectores obrigar os empregados, que, depois da Resolução e Circular citadas, tiverem percebido vencimentos em taes circumstancias, contra o que ella terminantemente prescreve, a reporem taes vencimentos, ainda que para o seu abono tenha precedido ordem do Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 493.— FAZENDA.— CIRCULAR DE 46 DE NOVEMBRO DE 1866.

Determina que as Thesourarias abirão concurso para lugares das mesmas e das Alfandegas, independente de ordem especial do Thesouro, logo que se dê vaga de empregos cujo provimento dependa dessa formalidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 46 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, determina aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que mandem abrir concurso para lugares das mesmas Thesourarias e Alfandegas das Provincias, independente de ordem especial do Thesouro, logo que se dê qualquer vaga de empregos cujo provimento deva ser feito mediante essa formalidade; cumprindo que desde já o annunciem, a fim de serem preenchidas as vagas que existirem.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 494.— GUERRA.— EM 16 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara quaes os vencimentos, que competem aos Directores dos hospitaes militares, na fórma das tabellas de 7 de Março de 1837 e 1.º de Maio de 1838.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Novembro de 1866.

Não podendo ser deferido o requerimento, por V. S. informado em data de 19 do mez proximo passado, em que o Major do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro Monteiro de Drummond, Director do Hospital Brasileiro em Montevidéo, pede se lhe mande abonar as gratificações correspondentes á commissão activa de engenheiros em campanha, além do exercicio, que lhe compete como Director daquelle hospital, visto que na fórma das tabellas de 7 de Março de 1837 e 1.º de Maio de 1838 os Directores dos hospitaes militares, em qualquer circumstancia só tem direito a soldo, etapa e gratificações de exercicio, que é de cem mil réis mensaes, não podendo por isso perceber outras vantagens differentes, assim o declaro a V. S. para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Antonio Nunes de Aguiar.



N. 495.— GUERRA. — CIRCULAR EM 16 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara como devem proceder as Thesourarias de Fazenda quando lhes fôr presente alguma provisão concedendo soldo dobrado aos Voluntarios da Patria, na fórma do art. 10 do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1865.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Novembro de 1866.

Promettendo o art. 10 do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1865 soldo dobrado aos Voluntarios da Patria, que ficarem inutilizados por ferimentos

recebidos em combate: Manda Sua Magestade o Imperador declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de.... que quando fôr presente á mesma Thesouraria alguma Provisão expedida nos termos do precitado artigo, designando vencimentos de soldo dobrado, sem fixar quantia, deve entender, que esse soldo é de 480 rs. ou 200 rs. conforme a arma a que tiver pertencido o Voluntario da Patria mencionado na Provisão, ou de quantia igual ao soldo dobrado de Anspogada, Cabo, Forriel ou Sargento, conforme o posto em que se concede a reforma, tendo sempre attenção á arma.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

N. 496. — FAZENDA. — Em 17 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara approved pelo Ministerio da Guerra o abono do soldo a um Tenente-Coronel reformado de 2.^a Classe, manda fazer o respectivo assentamento, preenchidas certas formalidades, e determina que em casos semelhantes devem os processos ser remettidos directamente ao dito Ministerio, ou proceder-se nos termos das Instrucções de 29 de Fevereiro de 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o Aviso do Ministerio da Guerra de 27 de Setembro proximo passado, em que approva o abono do soldo feito ao Tenente-Coronel reformado de 2.^a classe Luiz de Queiroz Coutinho, em razão de estar de conformidade com a patente já expedida; ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará que exija do dito official a patente, ou lhe marque prazo para a apresentação della, a fim de fazer o assentamento e pagar os impostos competentes, caso ainda o não tenha feito, na fórma das Instrucções n.º 15 de 16 de Janeiro de 1851, Ord. n.º 71 de 27 de Fevereiro de 1858, Lei n.º 213 de 30 de Setembro de 1811.

§ 1.º, e Decreto n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860 : ficando tambem o Sr. Inspector prevenido de que em casos semelhantes, deve remetter os processos directamente ao Ministerio da Guerra, ou proceder como determinão as Instrucções de 20 de Fevereiro de 1861.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 497.—FAZENDA.— EM 17 DE NOVEMBRO DE 1866.

Sobre o pagamento das despezas miudas da Secretaria do Ministerio da Justiça, a cargo do respectivo Porteiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 30 de Outubro proximo passado, mandando entregar a Julio Agostinho Vieira, Porteiro da Secretaria de Estado do Ministerio a cargo de V. Ex., a quantia de 168\$460, importancia de despezas miudas e de prompto pagamento feitas com o serviço da referida Secretaria no decurso do mez de Setembro ultimo ; tenho de ponderar a V. Ex. que, havendo o Porteiro, de quem se trata, recebido em 23 de Julho deste anno, para as despezas do expediente da mesma Secretaria a quantia de 400\$000, deve segundo se acha determinado apresentar os documentos das despezas mensalmente pagas, para ser-lhe entregue a importancia dellas, de modo que ficará sempre com aquella quantia, sem ser necessario entregár-se-lhe outra para o mesmo fim ; pois já, em Aviso de 22 de Outubro proximo passado, se declarou ao Ministerio a cargo de V. Ex., que o Thesouro não podia aceitar a doutrina dos de 8 e 29 de Novembro de 1855, em que se mandou pagar ao dito Porteiro despezas não comprovadas por documentos, isto com relação ao Aviso de 22 de Setembro ultimo, em que igual pagamento se ordenava.

E, pois, não é admissivel o pagamento ao Porteiro das despesas de semelhante procedencia sem exhibição dos respectivos documentos; se são miudas e dellas não houve o Porteiro os recibos competentes, como as que são feitas com carretos de pretos e outros desta natureza, que muitas vezes avultão nas Repartições Publicas, não são necessarios recibos; mas não pôde o Porteiro dispensar-se de mencionar-as em uma relação mensal, como praticão os Porteiros do Thesouro e das diversas Secretarias de Estado, relação que é apresentada no Thesouro, e á vista da qual são pagas as importancias despendidas.

Se fôr exhibida essa relação, com declaração da natureza e importancia das despesas miudas, poderá ser cumprido o Aviso de V. Ex. de 30 de Outubro. Cabe-me finalmente acrescentar que esta materia está regulada pelo art. 4.º § 2.º das Instrucções do Ministerio da Fazenda de 10 de Dezembro de 1831, publicadas na Collecção das Leis, e cumpre que sejam observadas pelo referido Porteiro.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.



N. 498.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 19 DE NOVEMBRO DE 1866.

Não é computavel para as aposentadorias o serviço prestado nos Corpos Policiaes posteriormente á publicação da Lei de 12 de Agosto de 1834.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que a disposição da Lei n.º 1021 de 6 de Julho de 1839 é especial para a reforma dos Officiaes do Exercito e Armada e concessão do habito de Aviz; e que, portanto,

não é computavel para as aposentadorias o serviço prestado nos Corpos Policiaes posteriormente á publicação da Lei de 12 de Agosto de 1834, nos termos do art. 40 do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, que só manda attender ao serviço prestado nas Repartições de Fazenda Provinciaes.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 499. — FAZENDA. — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1866.

Approva as emendas feitas pela Assembléa Geral da Caixa Commercial da Bahia aos arts. 54, 56 e 60 de seus Estatutos, e rejeita outras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para sua intelligencia e fins convenientes, que Sua Magestade o Imperador, tendo mandado ouvir a Secção de Fazenda do Conselho de Estado sobre a materia do requerimento da Caixa Commercial dessa Provincia, transmittido por V. Ex. com seu officio n.º 42 de 24 de Maio ultimo, Houve por bem, Conformando-Se com o parecer da mesma Secção, por immediata Resolução de 17 do corrente, Approvar as emendas que a Assembléa Geral dos accionistas da dita Caixa fez aos arts. 54, 56 e 60 dos respectivos Estatutos, reduzindo a 4 os 7 Directores da mesma, e rejeitar as relativas aos arts. 34, 40, 52 e 53, as quaes tinham por fim supprimir a reunião da Assembléa geral no mez de Junho.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos.* — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 500. — FAZENDA. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1866.

O favor do art. 8.º da Lei de 20 de Julho de 1864 é unicamente concedido ás viúvas e filhas dos officiaes do Exercito que podião ser reformados nos termos da Lei de 18 de Agosto de 1832.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1866.

Declaro a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, por immediata Resolução de 17 do corrente mez, Tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Houve por bem Negar provimento ao recurso que D. Maria do Carmo De Lamare Koeler, viúva do Major Julio Frederico Koeler, interpoz do despacho deste Ministerio, pelo qual foi indeferido o requerimento em que pedia se lhe abonasse o meio soldo de seu fallecido marido: porquanto, da simples leitura do art. 8.º da Lei de 20 de Julho de 1864 vê-se que o favor, de que ali se trata, é unicamente concedido ás viúvas e filhas dos officiaes do Exercito, que podião ser reformados nos termos da Lei de 18 de Agosto de 1832, a qual alterou a de 16 de Dezembro de 1790, e o Major Koeler falleceu em 1847, quando ainda vigorava esta ultima Lei, que não lhe permittia a reforma com soldo, pois contava apenas 17 annos e alguns dias de serviço.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral de Contabilidade.

N. 501. — FAZENDA. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1866.

Os livros destinados á escripturação dos bens de defuntos e ausentes são isentos do imposto do Sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo presente o officio de V. Ex. n.º 38 de 29 de Agosto deste anno, em que communica ter decidido, por occasião de uma consulta

do Juiz de Direito da Comarca de Solimões, que os livros destinados á escripturação dos bens de defuntos e ausentes no Juizo respectivo estão sujeitos ao sello fixo, conforme a disposição 5.ª do art. 61 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e não comprehendidos na isenção do art. 83 § 9.º; declaro a V. Ex.: 1.º, que não é da sua competencia, mas sim da Thesouraria de Fazenda, nos termos do art. 1.º §§ 15 e 19 do Decreto de 22 de Novembro de 1854, approvedo pelo art. 12 § 10 da Lei de 27 de Setembro de 1860, a decisão das duvidas occurrentes sobre a intelligencia e execução das Leis e Regulamentos relativos a administração da Fazenda; 2.º, que não procede a intelligencia dada ao art. 61 § 4.º do Regulamento do Sello de 26 de Dezembro de 1860; porquanto, sob o regimen de disposições analogas, já foi decidido pelo Thesouro, em Aviso de 27 de Março de 1852, que os livros dos bens de defuntos e ausentes, por fazerem parte da contabilidade publica, estão isentos daquelle imposto, achando-se por conseguinte comprehendidos no art. 83 § 9.º do citado Regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.



N. 502.— FAZENDA.—EM 20 DE NOVEMBRO DE 1866.

Os Commandantes dos vapores da Companhia Brasileira são obrigados a contar e verificar as sommas que recebem para transportar aos seus destinos; não assim quanto ás notas substituidas e já inutilizadas que trazem para o Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1866.

Não póde ser alterada a pratica seguida no Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda, pela qual são os Commandantes dos Vapores da Companhia Brasileira obrigados a contar e verificar as sommas que recebem para transportar aos diversos destinos, conforme Vm. requisita em seu officio de 22 de Setembro ultimo, não só por ser ella de manifesta conveniencia,

como porque está de conformidade com o disposto no art. 9.º das Instrucções, constantes do exemplar incluso, de 4 de Setembro do anno passado. Algumas remessas se fazem das Thesourarias para o Thesouro em notas substituidas e já inutilizadas, das quaes não são obrigados os Commandantes a proceder á contagem, mas unicamente a conferir as quantidades e importancias indicadas nos rotulos dos maços que as contiverem, com as dos conhecimentos de embarque, como se acha disposto no art. 4.º das citadas Instrucções, o que muito facilita aos ditos Commandantes o recebimento de taes sommas. Quanto á pratica da Thesouraria Geral declarar nos recibos que nelles se diz conter — dinheiro —, cumpre observar que, não sendo conhecidos os volumes que vem com moeda circulante, pois que alguns apenas contém notas inutilizadas, que só podem ser abertos pela Caixa da Amortização, na fórma daquellas Instrucções, nenhum inconveniente resulta da mencionada pratica, porquanto, procede-se á contagem da moeda recebida, logo que chegam os officios de remessa; mas, no caso de indicarem os Commandantes quaes os volumes com especies circulantes, poderão exigir que se proceda desde logo á contagem em sua presença, para lhe serem passados os conhecimentos na fórma do estylo, em vez de recibos provisorios que Vm. propõe.

Deus Guarde a Vm. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Gerente interino da Companhia Brasileira de paquetes a vapor.

N. 503. — FAZENDA. — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1866.

Reclama contra a declaração — *sem estipulação de juros* — que fazem alguns Officiaes do registro das hypothecas, por occasião de procederem á inscripção dos bens immoveis dos responsaveis á Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Alguns officiaes do registro das hypothecas, por occasião de procederem á inscripção da hypotheca legal da Fazenda Nacional

sobre os bens immoveis de seus responsaveis, costumão declarar no livro da inscripção especial n.º 2, na columna destinada aos *juros estipulados* pelo art. 208 do Regulamento de 26 de Abril de 1863, e modelo respectivo o seguinte—*sem estipulação de juros*.

Esta declaração induz em erro a terceiros, e pôde prejudicar a Fazenda Nacional; porquanto, na conformidade do art. 43 da Lei de 28 de Outubro de 1848, a divida activa de alcance dos Thesoureiros e outros responsaveis, e de seus fiadores, enumerados no art. 3.º § 5.º da Lei das hypothecas, está sujeita de pleno direito aos juros de 9 % em todo o tempo da indevida detenção.

Rogo pois a V. Ex., que se digne providenciar a respeito de tal pratica como entender conveniente no interesse da Fazenda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.



N. 504. — IMPERIO. — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1866.

Ao Presidente do Pará. — Declara que não se deve abonar congrua a um Conego suspenso das ordens e mais funcções ecclesiasticas pelo respectivo Prelado *ex informata conscientia*.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial o officio de 14 do mez findo em que o Vice-Presidente dessa Provincia consulta se deve ser abonada a respectiva congrua ao Conego Ismael de Senna Ribeiro Nery, suspenso das ordens e mais funcções ecclesiasticas pelo Reverendo Bispo *ex informata conscientia*.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex., para o fazer constar á Thesouraria de Fazenda, que á vista do disposto no Aviso n.º 425 de 14 de Setembro de 1863, combinado com o art. 2.º § 2.º do Decreto n.º 4911 de 28 de Março de 1837, não deve ser paga a congrua ao referido Conego enquanto durar aquella suspensão.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



N. 503.—FAZENDA.—EM 22 DE NOVEMBRO DE 1866.

Sobre a reclamação do Vice-Consul da Hespanha em Pernambuco, contra o baldeamento de carvão de pedra effectuado no porto da Ilha de Fernando de Noronha, de bordo do vapor *Lady Flora* para o *Cycloon*, que o mesmo Vice-Consul diz ser corsario chileno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 3 do corrente, ácerca da reclamação do Vice-Consul de Hespanha em Pernambuco contra o baldeamento effectuado no porto da Ilha de Fernando de Noronha, com licença do Commandante do Presidio, de carvão de pedra de bordo do vapor *Lady Flora* para o vapor *Cycloon* que alli entrou com o pavilhão inglez, mas que o sobredito agente consular diz ser corsario chileno, allegando tambem que aquelle vapor trouxe a bordo, além do combustivel, alguma artilharia e munições de guerra para o mencionado *Cycloon*; cabe-me declarar a V. Ex. que a concessão dos despachos de baldeação ou reexportação é uma attribuição exclusiva dos Inspectores das Alfandegas, porque, na fôrma do disposto no art. 23 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, e art. 621 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, só podem elles ter lugar a respeito de mercadorias estrangeiras que entrarem ou sahirem pelas barras dos portos onde houver Alfandegas; e aos Inspectores destas pertence, pelo art. 126 § 4.º do mesmo Regulamento, dirigir e fiscalizar todo o despacho, expediente e serviço de sua Repartição. Não havendo Alfandega na Ilha de Fernando de Noronha, o Commandante do Presidio excedeu-se certamente na concessão da baldeação de carvão de pedra, de que V. Ex. trata em seu mencionado Aviso; e tanto mais quanto o proprio Regulamento do Presidio, n.º 3403 de 11 de Fevereiro de 1865, de perfeito accordo com as disposições citadas, bem longe de conferir-lhe qualquer intervenção ou ingerencia na importação, exportação e reexportação ou baldeação, e consequentemente na arrecadação e fiscalização das rendas publicas, não só o encarregou, no § 11 do art. 4.º, de prohibir o desembarque de bordo dos navios nacionaes ou estrangeiros, que aportarem á Ilha,

de mercadorias não legalmente despachadas, como no art. 43 dispõe expressamente que as compras dos generos para o Presidio, e a venda dos que delle forem remettidos para Pernambuco, serão effectuadas por Corretor do commercio da confiança do Inspector da Thesouraria de Fazenda, depois de approvadas por este; e se o art. 29 não consente que navio algum, mesmo de cabotagem, seja alli admittido a fazer negocio, por maioria de razão não pôde ser permittido o exercicio de operações mercantis de importação, exportação e reexportação, ou baldeação a navios estrangeiros.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

N. 506.—FAZENDA.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara como se deve proceder a cobrança do sello proporcional dos contractos para fornecimentos, cuja importancia não é possível determinar logo no acto da assignatura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á materia da representação da Contadoria da Marinha, que acompanhou por cópia o Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 44 de Setembro do anno passado, relativamente á cobrança do sello proporcional dos contractos celebrados para fornecimentos, cuja importancia não é possível determinar logo no acto da assignatura; cabe-me declarar a V. Ex., que na fórma do art. 43 do Decreto de 43 de Agosto de 1863, pôde, conforme lembra a mesma Contadoria, exigir-se o sello proporcional a cada importancia reclamada pelas facturas, antes de ser expedido o conhecimento em fórma ou a ordem do pagamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo.

N. 507.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1866.

Decide que os Coroneis Commandantes Superiores, em seus Municipios, tem precedencia entre todos os Coroneis da Guarda Nacional mais antigos, ficando entretanto sujeitos às precedências das Leis vigentes quando não se acharem na hypothese alludida.

3.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de V. Ex. datado de 20 de Junho ultimo, relativamente á consulta feita pelo Commandante Superior da Guarda Nacional da Capital dessa Provincia—se, concorrendo em serviço com um Coronel qualquer, effectivo ou reformado, mais antigo, deve conceder-lhe preferencia: Houve por bem decidir por Sua Imperial Resolução de 11 do corrente, tomada sob consulta do Conselho Supremo Militar, que os Coroneis Commandantes Superiores, funcçãoando em seus Municipios, deverão ter a precedencia entre todos os Coroneis da Guarda Nacional, ainda que sejam mais antigos, ficando, não obstante, sujeitos ás precedencias estabelecidas pelas Leis vigentes, todas as vezes que se acharem fóra desta hypothese: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e em resposta ao supracitado officio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N. 508.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1866.

Resolve que a suspensão de que trata o art. 4.^o do Decreto n.^o 3506 de 4 de Agosto de 1863 não é medida preparatoria do processo, nem effecto de sentença, como nos arts. 63 e 111 da Lei n.^o 602 de 1830, sendo providencia administrativa e extraordinaria como a do art. 61 da mesma Lei.

3.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — Fazendõ chegar á presença de Sua Magestade o Imperador o officio que V. Ex. di-

regio-me sob numero 306 e data de 29 de Setembro ultimo, no qual com referencia ao de 21 de Maio, V. Ex. suscita a seguinte duvida :—Se, havendo respondido á Conselho de Disciplina, e tendo sido absolvido o Major Agostinho de Souza Loureiro, do 41.º Corpo de Cavallaria da Guarda Nacional dessa Provincia, cessarão os effeitos da suspensão, que lhe fôra applicada por virtude do art. 4.º do Decreto n.º 3506 de 4 de Agosto de 1865.

E o mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor, Houve por bem decidir que a suspensão, estabelecida no Decreto citado, não é medida preparatoria do processo, nem effeito de sentença, como nos arts. 63 e 414 da Lei n.º 602 de 1850; senão providencia administrativa e extraordinaria, como a do art. 64 da mesma Lei, e que deve continuar enquanto convier ao serviço publico. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e em resposta ao seu citado officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 509. — JUSTIÇA. — AVISO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1866.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia de Pernambuco. Declara que a disposição do art. 51 do Decreto n. 4397 do 1.º de Maio de 1835, refere-se unicamente aos Adjunctos que, havendo deixado o exercicio das Relações, tem assento e fazem parte dos Tribunaes do Commercio.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1866.

Accuso o recebimento do officio de V. S., datado de 46 de Agosto ultimo, no qual expõe que, tendo sido designado para julgar um feito pendente desse Tribunal, o Desembargador da Relação, Agostinho Moreira Guerra, suppóz-se com direito de presidil-o, por ser mais antigo do que os Desembargadores Adjunctos, Sua Magestade o Imperador, a Quem foi pre-

sente esta duvida, Houve por bem Declarar, de conformidade com o parecer do Conselheiro Consultor, que a disposição do art. 51 do Decreto n. 4397 do 1.º de Maio de 1855, onde se determina que o Presidente do Tribunal do Commercio seja substituido pelo Vice-Presidente, e, em sua falta, pelo Desembargador mais antigo, refere-se unicamente aos Adjunctos que, havendo deixado o exercicio das Relações, tem assento e fazem parte dos Tribunaes do Commercio. Bem procedeu, portanto, V. S. passando a presidencia, não ao Desembargador, ainda mesmo mais antigo, da Relação, designado para servir no impedimento de um Adjuncto, mas á outro Adjuncto, que effectivamente faz parte do mesmo Tribunal. Cumpre, porém, observar que, se V. S., quando se reconheceu suspeito, houvesse passado a jurisdicção ao Adjuncto mais antigo investido da presidencia, competiria, nessa qualidade, deprecar ao Presidente da Relação a designação de um Desembargador, o qual já acharia a presidencia assumida pelo substituto legal, evitando-se assim o conflicto.

Deus Guarde a V. S. — *Martin Francisco Ribeiro de Andrada*. — Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia de Pernambuco.

N. 540. — FAZENDA. — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1866.

O pagamento dos vencimentos dos Empregados da Conservatoria do Commercio não corre por conta do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o Aviso do Ministerio da Guerra de 30 de Agosto deste anno, solicitando o pagamento das dividas de exercicios findos, de que são credores Domingos Francisco Leite, Jeronymo Pereira Tupinambá e Antonio Rabello Borges: declara ao Sr. Inspector da Thesoura-

ria de Fazenda do Piauí que não corre por conta do Estado o pagamento dos vencimentos dos empregados da Conservatoria do Commercio, como é expresso no art. 44 do Regulamento n.º 4597 do 4.º de Maio de 1855, o qual fez applicavel a estes empregados o disposto no art. 45 do Regulamento n.º 738 de 1850. Outrossim ordena ao dito Sr. Inspector que se por ventura tem pago despesas desta natureza exija a reposição de quem competir, e advirta a quem as abonou.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 511.—FAZENDA.—EM 24 DE NOVEMBRO DE 1866.

Recurso de uma decisão do Thesouro, que confirmou a da Thesouraria de Minas, mandando completar a medição de 100.000 braças quadradas de terreno diamantino, arrematadas por um individuo, com parte de um lote que havia sido concedido ao recorrente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, para sua intelligencia e devidos effeitos, que sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o recurso de Francisco de Assis Porto, interposto da decisão do Thesouro de 49 de Abril ultimo, a qual confirmou a da dita Thesouraria, mandando completar a medição de 100.000 braças quadradas de terreno diamantino, arrematadas por Francisco Pereira de Magalhães, com parte de um lote de 25.000 braças quadradas mais ou menos, que havia sido anteriormente concedido ao supplicante, foi a mesma Secção de parecer, com o qual se Conformou Sua Magestade o Imperador por Immediata Resolução de 21 deste mez, que semelhante recurso não podia ser attendido; porquanto, tendo sido annullada pela Thesouraria a arrematação do mencionado lote e havendo o Thesouro approved este acto, do qual Porto não

recorrêra, pela ordem de 3 de Setembro de 1863, tendo assim a sentença passado em julgado, e elle perdido por consequencia a qualidade de concessionario do referido lote, nenhum direito lhe assiste para protestar, como protestou, contra a medição a que o Inspector dos terrenos diamantinos mandou proceder em fins de 1864, e contra a annexação de parte do mesmo lote ao terreno de Magalhães, em execução da citada ordem, e para os subsequentes recursos que interpôz até ao Conselho de Estado; visto como é o supplicante estranho á questão que suscita, e não tem nella direito adquirido, cuja violação autorize a provocar um letigio contencioso.

Todavia pondera ao Sr. Inspector que se é exacto, como allega o dos terrenos diamantinos em um officio á Thesouraria de 22 de Outubro de 1862, que o supplicante havia já pago na Collectoria o arrendamento correspondente ao primeiro anno, e que por conseguinte se achava feita a medição e demarcação do terreno que lhe fôra concedido e lavrado o competente termo, como se deve acreditar á vista da disposição do art. 7.º do Decreto de 44 de Dezembro de 1852, irregular foi o procedimento do Sr. Inspector, mandando annullar o contracto celebrado com o supplicante por falta de algumas formalidades, cuja rigorosa observancia era mais do dever daquelle funcionario do que da parte que com elle contractou.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 512.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1866.

Confirma a disposição da Ordem de 23 de Junho ultimo, sobre a substituição das notas de 38000 da 4.ª estampa com os fundos pertencentes á Caixa geral.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de

Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 95 de 47 de Setembro ultimo, que nenhuma duvida ha de que deve continuar a substituir as notas de 5\$000 da 4.ª estampa com os fundos pertencentes à Caixa Geral, se faltarem os fundos applicados especialmente á essa operação, como foi determinado na ordem de 25 de Junho do corrente anno.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 543.—FAZENDA.—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1866.

Dando-se a adjudicação definitiva de quaesquer bens á Fazenda Nacional, devem as Thesourarias dar logo parte ao Thesouro para resolver sobre a sua venda ou incorporação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que procedeu erradamente a respeito dos bens pertencentes ao casal de Philippe de Argollo Nobre, de que tratão os seus officios n.ºs 479 e 246 de 27 de Julho e 6 de Setembro ultimos; porquanto, prescrevendo terminantemente a ordem de 20 de Junho de 1851 que sempre que á Fazenda Nacional forem adjudicados definitivamente alguns bens se dê logo parte ao Thesouro para resolver sobre a sua venda, ou incorporação conforme a natureza dos bens e as conveniencias do serviço publico, e vendo-se dos papeis que acompanharão os ditos officios que o Sr. Inspector fizera arrematar por 4:405\$000, ignorando-se por que tempo, os serviços dos 9 escravos do engenho—Palmar—adjudicado á Fazenda Nacional, sem que lei alguma, regulamento, decisão do Thesouro, ou ainda o interesse da Fazenda Nacional, autorizasse semelhante acto, cumpre que o mesmo Sr. Inspector sem demora rescinda a illegal arrematação dos serviços

dos escravos, e judicialmente, se preciso for, e promovendo a entrega de todos os bens que ainda não o tenham sido, faça arrematar as terras, engenho e seus pertences, com os ditos escravos, ou sem elles caso o arrematante não os entregue senão por autoridade de justiça, na intelligencia de que todos esses bens devem ser levados á praça até haver licitante (Ord. de 23 de Janeiro de 1834), e sem admitir lances a prazos (Ord. de 8 de Novembro de 1844); do que tudo dará conta circunstanciada ao Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 514.—GUERRA—EM 26 DE NOVEMBRO DE 1866.

Permite a accumulção de vencimentos a um Amanuense da Repartição do Quartel Mestre General e 1.º Tenente da Guarda Nacional por ter effectivamente prestado um e outro serviço.

N. 515 A.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Novembro de 1866.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos, que Pedro de Mello Palhares da Veiga, Amanuense da Repartição do Quartel Mestre General e 1.º Tenente do Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional da Córte deve ser dispensado de restituir qualquer dos respectivos vencimentos, que recebeu commulativamente nos dous mezes em que esteve aquartelado com o seu Batalhão, visto que effectivamente prestou um e outro serviço; ficando assim alterado o que foi determinado em Aviso de 2 de Outubro proximo passado relativamente a taes vencimentos.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 515.—MARINHA.—AVISO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1866.

Modifica a distribuição dos trabalhos a cargo das Secções da Secretaria de Estado pelos arts. 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, do Decreto n.º 2339, de 19 de Fevereiro de 1839.

N. 491.—3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 26 de Novembro de 1866.

Tomando em consideração os motivos por Vm. expostos em officio de 23 do corrente, e de conformidade com o disposto no art. 7.º do Decreto n.º 2339 de 19 de Fevereiro de 1839, autorizo a Vm. a fazer as seguintes modificações na distribuição dos trabalhos commettidos ás quatro Secções desta Secretaria de Estado.

1.ª Passará a cargo da 1.ª Secção quanto é relativo ao Conselho Supremo Militar, aos corpos da Armada, de Officiaes de Fazenda, de Machinistas, e de Officiaes marinheiros, ás explorações e trabalhos hydrographicos, pensões e condecorações.

2.ª Encarregará a 2.ª Secção do que diz respeito ao recrutamento e engajamento, aos contractos, encomendas, e compras de material, quér para o expediente das diversas estações da Marinha, quér para abastecimento e consumo do almoxarifado, navios de guerra, officinas dos arsenaes, e companhias de aprendizes marinheiros.

3.ª A 3.ª Secção incumbirá Vm. dos trabalhos sobre melhoramentos de portos, diques, bibliotheca e Escola de Marinha.

4.ª Pela Secção Central correrão todas as questões especiaes da Secretaria.

5.ª Finalmente, fará Vm. desempenhar por cada uma das Secções, segundo as respectivas materias, os trabalhos especificados nos §§ 1.º, 2.º e 4.º do art. 3.º do supra referido Decreto, e presentemente a cargo da Secção Central.

Deus Guarde a Vm. — *Afonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Antonio Carlos Cezar de Mello e Andrada, Director Geral interino da Secretaria de Estado da Marinha.

N. 516.—FAZENDA.—EM 27 DE NOVEMBRO DE 1866.

Resolve a duvida—se imposta á parte a multa de $1\frac{1}{2}\%$ pela declaração de ignorar a quantidade e qualidade da mercadoria—, deve ainda ser-lhe applicada a dos direitos em dobro quando, na conferencia da sahida, se reconhecerem differenças provenientes de engano do empregado processador do despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1866.

Em solução á duvida suscitada na Alfandega da Corte, de que trata o officio da respectiva Inspectoria de 4 de Maio ultimo, n.º 943, se nos casos em que a parte tenha declarado no despacho ignorar a quantidade e qualidade da mercadoria, e pago a multa de $1\frac{1}{2}\%$ por cento, para ser o trabalho da conferencia feito pelo Conferente nomeado—, deve ainda soffrer, no exame da sahida, a multa dos direitos em dobro por differença de qualidade ou quantidade quando o empregado processador do despacho se tenha enganado; declara ao Sr. Inspector da mesma Alfandega, para sua intelligencia e devidos effeitos, que em tal caso não ha multa, mas o Conferente do despacho, conforme as circumstancias do caso, poderá ser até responsabilizado.

Cumpre todavia observar que nesta hypothese não se comprehende a de ter a parte declarado ignorar tão sómente uma das circumstancias da mercadoria, isto é, a qualidade quantidade ou peso, e verificar-se na sahida, differença na circumstancia manifestada, porque em tal caso, além da multa de $1\frac{1}{2}\%$, é a parte passivel da de direitos em dobro pela differença encontrada.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 517.—FAZENDA.—EM 27 DE NOVEMBRO DE 1866.

Indefere um recurso de Brandon & Harrah interposto da decisão da Alfandega da Côrte, que, por occasião do despacho de umas caixas com gregas e franjas de seda e algodão com vidrilhos, impôz-lhes não só a multa de 4 $\frac{1}{2}$ por cento mas tambem a dos respectivos direitos em dobro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Brandon & Harrah da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, pela qual tendo incorrido na multa de 4 $\frac{1}{2}$ por cento, forão ainda condemnados a pagar direitos em dobro de 442 libras de gregas e franjas de seda e algodão com vidrilhos, encontradas para mais do accusado na respectiva nota; e o mesmo Tribunal:

Visto o art. 543 do Regulamento das Alfandegas que no § 2.º dispõe, que, se a nota não contiver todos ou alguns requisitos e solemnidades exigidas pelo art. 544, o Inspector a mandará reformar, mas que se a falta não puder ser preenchida senão depois do exame do volume ou da mercadoria, ou se ella contiver declaração vaga de ignorar-se o conteúdo do volume ou peso, qualidade, quantidade e qualquer outro requisito essencial na fórma da Tarifa para base do calculo dos direitos, o dono ou consignatario ficará sujeito á multa de 4 $\frac{1}{2}$ por cento de seu valor, que será logo imposto pelo Chefe da Repartição; e

Considerando que na nota do despacho de que se trata os recorrentes incorrerão na referida multa, não só quanto á caixa n.º 736, cujo conteúdo declararão ignorar, como a respeito da de n.º 739, de cujo peso fizeram expressa declaração, omitindo, porém, a qualidade da mercadoria contida e suas circumstancias, aliás indispensaveis para o calculo dos direitos, limitando-se ás denominações—franjas e gregas—, e occultando a qualidade de umas e outras, se de lã, algodão; seda ou linho, e mesmo suas circumstancias ou enfeites e adornos se com vidrilhos simples ou sem elles;

Considerando que a imposição dessa multa não pôde estorvar a da outra que igualmente soffrêrão os recorridos, attenta a diversidade de seus fundamentos, porquanto a de 4 $\frac{1}{2}$ por cento assenta na

omissão da declaração, assim do conteúdo do volume, como se deu com a caixa n.º 736, como da qualidade do mesmo conteúdo, como ocorreu a respeito da caixa n.º 739, entretanto que a outra dos direitos em dobro recahe sobre o accrescimento da mercadoria mencionada no despacho: aquella pune apenas a omissão ou negligencia em relação as declarações que o Regulamento considera indispensaveis para o regular, facil e prompto andamento do despacho, e esta tem por fim prevenir e acautelar, e ainda mesmo punir a má fé na declaração de uma quantidade inferior a real;

Considerando que se em relação aos principios determinativos é obvia a differença de uma e outra multa, essa differença se dá ainda no que respeita á sua applicação, pertencendo a primeira integralmente á Fazenda Nacional, e a segunda toda ao Conferente do despacho.

Resolveu indeferir o recurso e sustentar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Corte para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 518.—GUERRA—EM 27 DE NOVEMBRO DE 1866.

Manda considerar vencida a cavalgadura a que tinha direito um Official, e que previou tel-a perdido em combate.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Novembro de 1866.

Havendo Sua Magestade o Imperador, por Immediata e Imperial Resolução de 40 do corrente se dignado conformar com o parecer do Conselho Supremo Militar de 5 para que ao Alferes ajudante do 26.º Corpo de Voluntarios da Patria, Luiz Manoel de Oliveira, se mande abonar a importancia da caval-

gadura, a que tinha direito e não recebeu, considerando-se vencida essa vantagem em consequencia de ter provado a perda no combate do dia 2 de Maio ultimo da cavalgadura, que comprara, assim o communico a Vm. para seu conhecimento, e expedição de ordem neste sentido á Pagadoria Militar.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Intendente do Exército em operações contra o Governo do Paraguay.

N. 549.—MARINHA.—AVISO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1866.

Dispõe a maneira, por que devem ser pagos dos semestres os Imperiaes Marinheiros destacados nas Companhias de Aprendizizes.

N. 500.—4.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Fique V. Ex. na intelligencia, para os fins convenientes, de que as praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros destacadas nas Companhias de Aprendizizes serão inteiradas de seus fardamentos semestraes pela fórma, por que o são os mesmos Aprendizizes, em virtude do disposto no Decreto n. 2408 de 20 de Fevereiro de 1858.

Deus Guarde a V. Ex.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 520. — FAZENDA. — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara que o privilegio concedido ao Dr. Antonio Alves da Silva Pinto, para a exploração e navegação dos rios Macabú e Imbé, não caducou pela morte do concessionario, e que portanto subsiste a resolução que isenta de direitos os objectos destinados a tal empresa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1866.

Declaro ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, e em deferimento a pretensão de D. Constança Augusta Pinto, viuva e cabeça do casal do Dr. Antonio Alves da Silva Pinto, que não tendo caducado pela morte deste a concessão do privilegio do Decreto n.º 3434 de 8 de Abril de 1865 para a exploração da navegação dos rios Macabú e Imbé, por ter a natureza do contracto com a administração de prestação de trabalhos, e ser portanto transmissivel aos herdeiros, deve continuar a observar-se a Resolução de 6 de Setembro ultimo, que concede a isenção de direitos para os objectos destinados á empresa de que ella trata, emquanto subsistir a exploração effectiva da referida navegação.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 521. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 29 DE NOVEMBRO DE 1866.

Faz extensivas a todas as Provincias do Imperio as providencias das Circulares de 22 de Outubro proximo findo; e autoriza a venda, em qualquer Provincia, de apolices do valor nominal de 200\$000 e juro de 6 % ao anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo resolvido tornar extensivas a todas as Provincias do Imperio

as medidas de que tratão as Circulares n.^{as} 28 e 29 de 22 de Outubro ultimo, com referencia á venda de apolices e prestação de cauções nesses titulos, bem como facilitar a respectiva aquisição; ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda não mencionadas nas citadas Circulares que executem o que nellas foi prescripto; e outrosim autoriza a venda, em qualquer Provincia, de apolices do valor nominal de 200\$000 e juro de 6 % ao anno, pago pela mesma fórma determinada para as de maior valor.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 522.— FAZENDA.— CIRCULAR DE 29 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara que o art. 43 da Lei de 28 de Outubro de 1848, comprehende a porcentagem que se abona aos cobradores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 do Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que a Lei de 28 de Outubro de 1848, art. 43, comprehende a porcentagem que se abona aos Cobradores; porquanto, os Regulamentos decretarão essa porcentagem para com ella remunerarem-se estes empregados, sendo por isso devida pelo contribuinte, não a elles, mas ao Thesouro, e tanto que se cobra indistinctamente, quér se effectue a cobrança á boca do cofre, quér no domicilio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 523.—GUERRA.—EM 29 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara que as praças do Exército transferidas de umas para outras, Províncias devem ser sempre acompanhadas das respectivas guias de soccorrimto.

Directoria Central.—Circular.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Expeça V. Ex. as precisas ordens para que as praças do Exército, que tenham de ser transferidas dessa para outras Províncias do Imperio, ou para esta Côrte, sejam sempre acompanhadas das respectivas guias do soccorrimto, a fim de que se possa providenciar sobre o pagamento dos vencimentos: que lhes competem, o que tenho por muito recommendado a V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Presidente da Província de...

N. 524.—GUERRA.—EM 29 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara o tempo que são obrigados a servir os menores mandados admittir na respectiva Companhia do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 694.—Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Novembro de 1866.

Ao menor José Marciano da Rocha, filho de Eva Celestina da Silva, cujo requerimento V. S. informou em data de 22 do corrente, mande Vm. admittir na Companhia de aprendizes menores do Arsenal de Guerra da Côrte, sujeitando-se a trabalhar sem jornal durante o apprendizado, e obrigando-se além disso por contracto a servir ao Arsenal de Guerra da Côrte ou outra Repartição Militar por espaço de oito annos depois que tiver sido classificado official do seu

officio, condição que deverá ser estabelecida d'ora em diante a respeito dos menores, que são admitidos na dita Companhia, conforme V. S. propõe naquella sua informação.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Francisco Antonio Rapozo.

N. 525. — IMPERIO. — EM 29 DE NOVEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Declarando que o exercicio do cargo de Vereador não é incompativel com o serviço dos facultativos engajados para o Corpo de Saude do Exercito.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocias do Imperio em 29 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o requerimento que ao Governo Imperial dirige o Dr. Antonio David Vasconcellos de Canavarro, medico empregado no serviço do Corpo de Saude do Exercito, pedindo permissão para continuar no exercicio do cargo de Vereador da Camara Municipal dessa Capital, visto haverem apparecido duvidas sobre a legalidade da accumulacão do mesmo exercicio ao de medico do referido Corpo.

Em resposta declaro a V. Ex., para que haja de o fazer constar ao supplicante e á referida Camara, que nada obsta a que elle continue a exercer as funcções de Vereador, visto que, não tendo caracter militar os facultativos engajados para o serviço do Corpo de Saude do Exercito em virtude do art. 4.^o do Regulamento annexo ao Decreto n.^o 1900 de 7 de Março de 1857, os quaes são apenas Cirurgiões civis, contractados quando ha falta absoluta de Cirurgiões militares, não lhes póde ser applicada a doutrina estabelecida na Lei de 23 de Junho de 1831, que julga o serviço militar de 4.^a linha incompativel com o exercicio do cargo de Vereador.

Accresce a estas considerações que não occorre a respeito da accumulção do exercicio daquelles cargos nenhuma das razões de incompatibilidade especificadas no Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847, visto que não ha Lei que tenha julgado incompativeis os mesmos cargos, nem da accumulção do respectivo exercicio resulta impossibilidade de ser cada um delles servido e desempenhado satisfactoriamente.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 526.—MINISTERIO DA AGRICULTURA, COMMERCIO
E OBRAS PUBLICAS.

Altera o preço da entrada no edificio da Exposição Nacional.

Sua Magestade o Imperador Attendendo ao que foi representado pela Commissão Directora da Exposição Nacional, Ha por bem Ordenar que para entrada no edificio da Exposição Nacional seja cobrado o preço de mil réis nas sextas feiras de cada semana e o de quinhentos réis nos demais dias, ficando assim alterado o art. 48 das Instrucções de 46 de Fevereiro do corrente anno.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1866.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.

N. 527.—MINISTERIO DA AGRICULTURA, COMMERCIO
E OBRAS PUBLICAS.

Proroga o prazo para o encerramento da Exposição Nacional.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que foi representado pela Commissão Directora da Exposição Nacional, Ha por bem Ordenar que o encer-

ramento da Exposição Nacional tenha lugar no dia 16 do proximo futuro mez de Dezembro, ficando assim alterado o art. 1.º das Instrucções de 16 de Fevereiro do corrente anno.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1866.—*Manoel Pinto de Souza Dantas.*

N. 528.—GUERRA—EM 30 DE NOVEMBRO DE 1866.

Declara que os mestres das officinas dos Arsenaes de Guerra, não sendo considerados Empregados Publicos, mas sim jornalheiros, não tem direito de opção quanto a vencimentos.

N. 82.—Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Novembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso, que V. Ex. me dirigio em data de 13 do corrente relativamente aos vencimentos, que se devem abonar ao Capitão da Guarda Nacional Antonio Correia de Mello Oliveira, mestre das officinas do Arsenal de Guerra da Côte e actualmente destacado na Fortaleza da Praia Vermelha, tenho a communicar a V. Ex. que, não sendo os mestres das officinas considerados Empregados Publicos, mas sim jornalheiros, não cabe ao referido Capitão o direito de opção entre os vencimentos do Asenal e os da Guarda Nacional, devendo elle perceber os vencimentos militares, emquanto estiver servindo na mesma Guarda Nacional nos termos do Aviso Circular de 29 de Maio de 1865.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá.*—Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

N. 529. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 30 DE NOVEMBRO DE 1866.

Fixa a intelligencia do art. 663 § 1.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que a isenção do art. 663 § 1.º do Regulamento das Alfandegas, na parte em que se refere aos transportes de guerra, comprehende os navios mercantes, nacionaes ou estrangeiros, fretados para servirem exclusivamente por qualquer modo como parte das forças navaes, nacionaes ou estrangeiras; não devendo, porém, os ditos navios gozar de isenção se trouxerem generos ou mercadorias de commercio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 530. — FAZENDA. — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1866.

Dá provimento a um recurso contra a classificação de —barretes de lã dobrados — no art. 754 da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1866.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devida execução, que o Tribunal do Thesouro resolveu deferir o recurso de M. Loustalot da decisão dessa Inspectoria que classificou —barretes de lã dobrados — no art. 754 da Tarifa como —gorras lisas — sujeitos á taxa de 300 réis cada uma, a fim de que seja semelhante mercadoria despachada nos termos do art. 725 da Tarifa, conforme a classificou o Conferente do despacho.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 534. — JUSTIÇA. — AVISO EM 1 DE DEZEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia das Alagôas. — Declara que não ha incompatibilidade no exercicio simultaneo dos cargos de Delegado de Policia e Juiz Commissario.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr. — A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de V. Ex. de 8 de Agosto ultimo, no qual submette á approvação do Governo Imperial a decisão, que deu á seguinte consulta do Delegado de Policia e Juiz Commissario do Termo da Imperatriz « se ha ou não incompatibilidade no exercicio simultaneo desses dous cargos. » O Nesmo Augusto Senhor, visto o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem mandar declarar que, não estando esta incompatibilidade comprehendida no numero daquellas, de que falla o Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1857, bem procedeu V. Ex., opinando pela negativa, tanto mais que o Aviso n.º 99 de 17 de Março de 1855 recomenda que não convem multiplicar-se as incompatibilidades dos empregos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martin Francisco Ribeiro de Andrada.* — Sr. Presidente da Provincia das Alagôas.



N. 532. — MARINHA. — AVISO DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1866.

Determina o modo de cobrar o imposto do sello proporcional, a que estão sujeitos os contractos celebrados para fornecimento de generos, cuja importancia não é possível fixar logo no acto da assignatura.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro em o 1.º de Dezembro de 1866.

Tomando em consideração a necessidade de estabelecer regras, que melhor garantão a cobrança do imposto do sello proporcional, a que estão sujeitos os

DECISÕES DE 1866. 59

jeitos os contractos celebrados para fornecimento de generos, cuja importancia não é possível fixar anticipadamente, por ficar dependendo da effectiva entrega a determinação do valor dos mesmos generos; e tendo em vista o disposto no art. 43 do Decreto n.º 3439 de 13 de Agosto de 1863, Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar:

1.º As Repartições, que celebrarem taes contractos, farão expressa menção, nas copias, ou notas que remetterem ao Almoxarifado, de estarem elles sujeitos ao pagamento do referido sello, devendo esta declaração ser reproduzida nas respectivas facturas pela Secção que arrecadar o genero.

2.º Processados os conhecimentos, a Contadoria de Marinha lançará nestes a nota, a que se refere a precedente disposição, a fim de cobrar-se directamente no Thesouro Nacional o sello devido, antes de realizar-se o pagamento dos citados conhecimentos.

Deus Guarde a V. S.— *Afonso Celso de Assis Figueiredo*.— Sr. Contador da Marinha.

N. 533.— FAZENDA. — CIRCULAR DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que ficão extensivas aos Officiaes reformados da Armada, residentes nas Provincias, as disposições da Circular n.º 89 de 20 de Fevereiro de 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em o 1.º de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 28 de Novembro proximo findo, que ficão extensivas aos Officiaes reformados da Armada, residentes nas Provincias, as disposições da Circular n.º 89 de 20 de Fevereiro de 1861, a respeito dos Officiaes do Exercito nas mesmas condições.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 534. -- FAZENDA. — CÍRCULAR DE 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

Manda organizar um Quadro da divida passiva do Imperio, e dá regras para a organização e remessa das relações de restos a pagar, na fórma do Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo a necessidade de organizar-se um quadro da divida passiva do Imperio, que represente o que deve o Thesouro, excluindo as quantias que, tendo vindo contempladas nos quadros anteriores, não estão no caso de figurar nelle, e estabelecer regras para a organização e remessa das relações de restos a pagar, na fórma do Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, procedendo á revisão dos referidos quadros e das dividas por pagar até o presente, e apurando o que se dever ainda até o fim do exercicio de 1864 — 1865, organizem e enviem ao Thesouro o quadro da apuração feita, declarando por Ministerios:

1.º Os nomes dos credores, o emprego ou serviço que fizerão, o tempo a que respeita o exercicio a que pertence e a importancia a haver;

2.º A data em que requerêrão o pagamento, a data em que se liquidou a divida e foi remettida ao Thesouro ou ás Repartições a que a mesma pertencia;

3.º Se, quando corrente, foi a despeza ordenada, e se cabia ou não no credito para ella aberto.

Convindo declarar aos Srs Inspectores, para a uniformidade de serviço relativamente á divida passiva:

1.º Que o Decreto de 26 de Fevereiro de 1862 não derogou a Circular de 1854, dispensando a remessa annual das alterações do quadro da divida passiva ou de exercicios findos;

2.º Que nos accrescimos a fazer, assim como nas relações dos restos a pagar, não se devem comprehendêr senão as quantias que os credores reclamarem, e a que tiverem direito, segundo as provas que derem de seu exercicio, ou de terem feito os serviços ordenados em tempo, que lhes dêem

direito ás quantias pedidas; não se podendo incluir nos accrescimos, bem como nas relações de restos por pagar, as fracções de vencimentos não pagos por folhas, quando os suppostos credores não tenham justificado o seu direito ao pagamento;

3.º Que, nem nas alterações dos quadros da vida, nem nas relações de restos por pagar, se devem contemplar quantias cujo pagamento não tenha sido determinado quando corrente a despeza, ou a que os reclamantes não tenham inquestionavel direito, e incluindo-se nesta segunda classe as custas de brachagem do Juizo dos Feitos, cujo pagamento deve ser feito pelos devedores da Fazenda, quando satisfizerem a importancia das dividas.

Sendo o quadro, que ora se exige, a apuração do que foi contemplado nos anteriores, ou deixou de sê-lo pelas Thesourarias que os não tem remettido, com exclusão sómente do que foi pago ou declarado prescripto pelo Thesouro, devem os Srs. Inspectores declarar, com toda a individuação, quaes as quantias que tem incorrido em prescrição, não só por não terem sido reclamadas antes da liquidação, mas por terem deixado de o ser depois de determinado o pagamento, mencionando as datas em que o forão, para que o Thesouro possa declarar de direito a prescrição incorrida e verificada de facto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 535.—FAZENDA.— EM 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

Concede isenção de direitos para as caldeiras, machinas e utensis que forem importados pelo Dr. M. P. da Silva Ubatuba, para o serviço da sua fabrica de *extractum-carnis*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-me sido transmittido por Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 20 de Novembro

ultimo o requerimento, favoravelmente informado por essa Presidencia, do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, pedindo isenção de direitos para as caldeiras, machinas e utensis que tem de importar para a sua fabrica de *extractum carnis*, estabelecida nessa Provincia; autorizo a V. Ex. para conceder a referida isenção de direitos, visto estar semelhante pretensão comprehendida no § 3.º do art. 512 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 536.—FAZENDA.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

A transferencia do pagamento do juro das apolices para as Provincias regula-se pelo disposto nos Decretos n.º 416 de 1842 e n.º 709 de 1850.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 103 de 10 de Setembro ultimo, que a pretensão da Directoria da Associação Commercial e Beneficente, a perceber pela Thesouraria da Provincia a cargo de V. Ex. os juros de 60 apolices da Divida Publica, já foi resolvida pela Ordem n.º 195 de 16 de Outubro; cabendo nesta occasião ponderar a V. Ex. que a transferencia do pagamento do juro das apolices para as Provincias regula-se pelo disposto nos Decretos n.ºs 416 de 15 de Janeiro de 1842, e 709 de 15 de Outubro de 1850.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 537.—GUERRA.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

Approva os programmas para os exames, que devem prestar as praças do Depósito de aprendizes Artilheiros, com as alterações estabelecidas no presente Aviso.


Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Dezembro de 1866.

Senhor.—Declaro a Vossa Alteza, em solução ao seu officio datado de 29 do mez proximo findo, que licão approvados os pogrammas, que apresentou, para os exames, que devem fazer as praças do Depósito de aprendizes Artilheiros, com as seguintes alterações.

Os arts. 3.^o e 4.^o serão substituidos do seguinte modo: « As provas serão oraes e escriptas, versando sómente sobre os compendios adoptados. Nas provas oraes cada examinador não poderá gastar com um examinando mais de um quarto de hora, nem menos de dez minutos. Os exames serão vagos nas circumscriptos ás materias que se tiverem estudado. Os exames escriptos versarão sobre materia designada em ponto tirado na occasião da prova, e precederão aos oraes: o ponto será o mesmo para uma turma. »

A parte final do art. 6.^o deverá tambem ser substituida nos seguintes termos: « Terminados os exames do dia, a Commissão examinadora, tendo antes examinado as provas escriptas dos examinandos, attendendo as notas tomadas sobre as provas oraes, e ouvido o professor respectivo, procederá á votação por escrutinio secreto: no caso de empate decidirá o Commandante do Depósito. »

Deus Guarde a Vossa Alteza.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—A Sua Alteza o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu.



N. 338.— FAZENDA.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1866.

Recommenda a observancia da Circular n.º 131 de 21 de Março de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, que na guia, que passou ao Juiz de Direito ex-Chefe de Policia da mesma Provincia, Bacharel José Joaquim Oliveira da Silva, não se fez a nota exigida pela Circular n.º 131 de 21 de Março de 1860, e lhe recommenda a fiel observancia da dita Circular em casos semelhantes; devendo informar se por essa Thesouraria foi suspenso o pagamento dos vencimentos do citado Bacharel Oliveira da Silva, e desde quando.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 339.— FAZENDA.— CIRCULAR DE 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

Os Parochos collados, licenciados por acto do Governo Provincial, não podem perceber congrua por mais de tres mezes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica, em conformidade do Aviso do Ministerio do Imperio de 23 de Novembro proximo passado, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de 24 do mesmo mez, Tomada sobre Consulta da Secção do Imperio do

Conselho de Estado, Houve por bem Declarar que os Parochos collados, licenciados por acto do Governo Provincial, não podem perceber congrua por mais de tres mezes, e que além desse prazo só o Governo Imperial pôde conceder-lhes licença com vencimento da mesma congrua.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 540. - FAZENDA. — EM 3 DE DEZEMBRO DE 1866.

Os officiaes de descarga supranumerarios devem pagar direitos de 5% sobre os respectivos vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 60 de 21 de Agosto ultimo, que, á vista do disposto no § 4.º da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1844, explicado pela Ordem n.º 202 de 13 de Maio de 1862, não pôde ser approvedo o procedimento da mesma Thesouraria, por se considerar litteralmente comprehendido na referida Ordem o Official de descarga supranumerario da Alfandega de Paranaguá, Francisco José Pinto, a quem mandou restituir a quantia de 25\$000, que pagou de direitos de 5% sobre seus vencimentos; ficando, portanto, sujeito o dito Official de descarga supranumerario ao pagamento dos direitos de 5% de sua nomeação, a que o obrigou o Inspector da citada Alfandega.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 541.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1866.

Autoriza a Thesouraria do Pará a admittir o uso de encadernarem-se por annos civis as minutas de sua correspondencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 82 de 25 de Setembro do corrente anno, para admittir em sua Repartição o uso de encadernarem-se por annos civis as minutas de sua correspondencia; conforme se pratica na maior parte das Repartições da Côrte.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 542.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1866.

A solução de questões relativas á entrega de dinheiros de orphãos e de defuntos e ausentes não compete aos Presidentes de Provincias; sendo attribuição das Thesourarias de Fazenda oppôr-se a taes entregas, sempre que não tiverem sido cumpridas as formalidades legais.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 18 de Abril do corrente anno á Directoria do Contencioso, em que recorre para o Governo da decisão do Presidente dessa Provincia, proferida em data de 11 de Dezembro de 1865, confirmando a de 12 de Junho antecedente, que mandou entregar ao Procurador de Candida Francisca da Lapa Teixeira, mãe e herdeira usufructuaria da orphã Amelia, fallecida em Paris, a quantia a esta pertencente recolhida por emprestimo do cofre de orphãos á Thesouraria de Fazenda, tendo-se esta Repartição opposto ao levantamento pelo motivo de

serem bens de defuntos e ausentes, e portanto não poderem ser levantados senão nos termos do Regulamento de 15 de Junho de 1859 e além disso não ter a dita herdeira, prestado a fiança legal, e havendo-se fundado o Presidente para proceder daquelle modo em existir na terra Procurador autorizado pela herdeira para receber o que lhe pertencesse nos termos do art. 3.º § 4.º do citado Decreto, e acha-se já entregue parte da herança independente de taes formalidades.

Prevenindo a V. Ex. de que por ordem desta data á Thesouraria fica indicado o modo por que deve proceder em casos semelhantes, cumpre declarar a V. Ex. que não era da competencia do Presidente da Provincia resolver semelhantes questões, pois que é attribuição do Thesouro e Thesourarias de Fazenda oppôr-se á entrega de bens de defuntos e ausentes todas as vezes que se não tiverem cumprido as formalidades do citado Regulamento, e não pôde portanto dar-se conflicto de jurisdicção, porque as partes interessadas tem a faculdade de recorrer para o superior legitimo das Thesourarias das decisões por essa occasião proferidas que versarem sobre impostos ou outro assumpto da Administração e a de usar perante os Tribunaes dos meios e recursos legaes, quando a Fazenda Nacional pelo direito eventual a taes bens promover por seus Agentes judiciais quaesquer diligencias no seu interesse.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 543.— FAZENDA.— EM 5 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que um Parocho Collado que estivera licenciado por mais de tres mezes, por acto do Governo Provincial, não está obrigado a restituir a importancia da congrua correspondente ao tempo que excedeu daquelle prazo por não vigorar naquelle tempo a intelligencia fixada na Circular desta data.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia

da Bahia, para sua intelligencia e devida execução, as cópias inclusas do Aviso do Ministerio do Imperio de 23 de Novembro proximo passado, e da Imperial Resolução de 24 do mesmo mez tomada sobre Consulta da Secção do Imperio do Conselho de Estado, declarando em solução á duvida suscitada em seu officio de 11 de Julho ultimo, n.º 159, que os Parochos collados, licenciados por acto do Governo Provincial, não podem perceber congrua por mais de tres mezes; e que além desse prazo só o Governo Imperial pôde conceder-lhes licença com o vencimento da mesma congrua, não estando, todavia, o Parocho Manoel dos Santos Vieira, sobre quem versou a duvida, obrigado a restituir o que recebeu pelo tempo excedente aos tres mezes, que lhe foi mandado pagar pela Presidencia da Provincia, visto que, não se applicando aos ecclesiasticos as mesmas regras que aos empregados civis, podia a Presidencia entender que lhe era licito fazel-o, ficando aquella regra firmada para os casos futuros.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 544.—FAZENDA.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que a folha das gratificações dos individuos nomeados para coadjuvarem os Empregados da Caixa da Amortização em certo trabalho, deve ser paga directamente pelo Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio do 4.º do corrente, acompanhado da folha das pessoas nomeadas por Aviso de 9 do mez passado para coadjuvarem os Empregados dessa Repartição nos trabalhos concernentes á execução das disposições

do Decreto n.º 3720 de 18 de Outubro ultimo tenho de declarar a V. Ex. que, embora as gratificações de que trata a mesma folha sejam de character provisorio, todavia como ficão aquelles individuos sujeitos ao ponto, devem elles receber directamente do Thesouro, e não por intermedio de Portaria dessa Repartição, as respectivas gratificações.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Conselheiro de Estado Inspector Geral da Caixa da Amortização.

N. 545.—FAZENDA.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1866.

Não approva o adiantamento de 300\$000 a um Empregado que marchou para o exercito em campanha, como Official da Guarda Nacional, e declara que quando os Empregados, em taes casos optão pelos seus vencimentos, correm estes por conta do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o Aviso do Ministerio da Guerra de 6 de Agosto ultimo e o officio n.º 104 de 8 de Novembro de 1865 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, declara ao mesmo Sr. Inspector que não se póde approvar o adiantamento de 300\$000 mandado fazer pela Presidência da Provincia ao Porteiro da Mesa de Rendas de Manáos, João Leite Ribeiro, para descontar pela 5.ª parte dos seus vencimentos, por se ter offerecido como Alferes da Guarda Nacional para marchar a reunir-se ao Exercito Brasileiro em operações contra o Paraguay: porquanto, taes adiantamentos são contrarios ao disposto na Legislação em vigor, que só os permite aos Officiaes do Exercito, os voluntarios e da Guarda Nacional, que marchão para a

campanha na razão de tres mezes do soldo simples como ajuda de custo, da qual foi pago nesta Côrte o dito Ribeiro, como consta da informação da Pagadoria das Tropas de 6 de Julho proximo passado, junta por cópia.

Cumpre, portanto, que o Sr. Inspector, á vista da guia tambem annexa, faça liquidar a conta do referido Official, e indemnizar os cofres da Fazenda do que estiver devendo, visto que já regressou á Provincia.

E, por esta occasião, pondera ao Sr. Inspector que nos casos em que os Empregados de Fazenda optão pelos seus vencimentos como Officiaes da Guarda Nacional, ou dos batalhões de voluntarios que partem para o Paraguay, não correm os mesmos vencimentos por conta do Ministerio da Fazenda, e sim do da Guerra, a quem pertence a despeza desde que começam os ditos Empregados a funcionar como Officiaes do Exercito; devendo nesta conformidade proceder-se á devida escripturação quanto aos vencimentos do mencionado Official, enquanto servio no Exercito.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 546.—FAZENDA.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1866.

Explica varias decisões do Thesouro relativas á entrega de quantias pertencentes a orphãos, quando estes tem fallecido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará n.º 78, de 6 de Setembro ultimo, em que participa não ter cumprido o officio do Juiz de Orphãos, requisitando a entrega de 3:662\$000 e juros á Rosa Martha Thereza de Jesus, mãe do

fallecido orphão Pedro Antonio Canovas, a quem pertencia aquella quantia recolhida por empréstimo aos cofres publicos, fundando-se em que crão bens de defuntos e ausentes nos termos das Decisões do Thesouro de 18 de Janeiro de 1859, 7 de Março de 1862, e 2 de Julho de 1863, e estava portanto esse levantamento sujeito ás regras do Decreto n.º 2433 de 15 de Junho de 1859; declara ao mesmo Sr. Inspector que o fim principal do systema adoptado pelo Thesouro nos Avisos de 18 de Janeiro de 1859, 7 de Março de 1862, e 3 de Dezembro de 1863 e outros, que por occasião do fallecimento dos orphãos mandão considerar o dinheiro emprestado ao Thesouro como de defuntos e ausentes recolhido aos cofres publicos, foi fazer cessar os juros daquella data em diante.

Não tiverão nem podião ter por fim, sem grande vexame dos interessados, sujeitar as quantias assim recolhidas á arrecadação judicial, porcentagens, habilitação de herdeiros, e deprecada do Thesouro e Thesourarias na forma do Regulamento de 15 de Junho de 1839.

Fallecendo o orphão, se não fôr caso de arrecadação conforme o citado Regulamento, por existirem herdeiros ascendentes ou descendentes, ou outra circumstancia que a exclua, ou mesmo se proceder-se á arrecadação provisoria de outros bens, e esta cessar logo pelas justificações necessarias, as sommas depositadas serão entregues, á requisição do Juiz de Orphãos, mediante simples officio, precedendo, porém, descripção no inventario, ou outra cautela precisa para resguardarem-se os interesses de terceiros, e depois de pagos os direitos que devidos forem á Fazenda Geral ou Provincial.

Se, porém, fôr caso de arrecadação, ou se a provisoria subsistir, nesta hypothese as sommas depositadas continuarão em arrecadação nos cofres publicos, sem que se abone porcentagem aos Empregados do Juizo, como já o declarou o Aviso de 18 de Janeiro de 1859, e não serão entregues sem habilitação, officio ou deprecada que no caso couber, nos termos do citado Regulamento, arts. 581, 59 e 64.

Na especie do officio, em que existia a mãe natural do fallecido orphão, ao que parece na terra ou nas circumstancias do Aviso de 31 de Julho de 1861, em que ella se habilitou e não havia duvida

sobre a sua qualidade hereditaria, podião as sommas recolhidas á Thesouraria ser entregues independente de deprecada, á vista de simples officio do Juiz, mas com as cautelas acima recommendadas.

Cumpre, pois, que o Sr. Inspector d'ora em diante proceda nos termos expostos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 547.—MARINHA.—AVISO DE 7 DE DEZEMBRO DE 1866.

Dá providencias ácerca do Conselho de compras dos navios surtos nos portos, em que não esteja o Commandante da Divisão Naval.

N. 566.—1.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Quando nos portos, em que não haja arsenal, seja impossivel, por falta de officiaes, reunir-se o conselho de compras dos navios, segundo o disposto no art. 26 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2408, de 20 de Fevereiro de 1858, compôr-se-ha o mesmo Conselho do Capitão do porto, do Commandante do navio, sendo presidido pelo mais graduado ou antigo, e de um Official da Armada ou de Fazenda, designado pelo presidente.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 548.—FAZENDA.—EM 40 DE DEZEMBRO DE 1866.

Sobre a entrega, ordenada pela Presidencia de Pernambuco, de uma quantia recolhida á Thesouraria de Fazenda por empréstimo do cofre de orphãos, pertencente a uma orphã já fallecida.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 40 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 18 de Abril ultimo, á Directoria do Contencioso, em que recorre para o Governo da decisão do Presidente, proferida em data de 14 de Dezembro de 1865, confirmando a de 12 de Junho antecedente, que mandou entregar ao Procurador de Candida Francisca da Lapa Teixeira, mãe e herdeira usufructuaria da orphã Amelia, fallecida em Paris, a quantia a esta pertencente recolhida por empréstimo do cofre de orphãos á Thesouraria, tendo-se esta Repartição opposto ao levantamento pelo motivo de serem bens de defuntos e ausentes, e portanto não poderem ser levantados senão nos termos do Regulamento de 15 de Junho de 1859, e além disso não haver a herdeira usufructuaria prestado a fiança legal; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que procedeu acertadamente negando a entrega de taes quantias com o fundamento de que para garantia dos filhos do primeiro matrimonio devêra a mãe da fallecida orphã prestar fiança na forma da Ord. Liv. 4.º Tit. 91 §§ 3.º e 4.º; mas quanto a falta das formalidades do Regulamento de 15 de Junho de 1859, deverá d'ora em diante, em casos semelhantes, proceder nos termos da Ordem de 7 do corrente, por cópia inclusa, á Thesouraria do Pará, pelas razões constantes da mesma ordem.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 549.—FAZENDA.—EM 40 DE DEZEMBRO DE 1866.

Determina que o imposto de 8% sobre o capital das loterias, e o de 1% para o Monte de Soccorro, entre d'ora em diante para o Thesouro conjunctamente com o beneficio liquido da loteria que tiver de extrahir-se.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 40 de Dezembro de 1866.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos elleitos, que o imposto de 8 por cento sobre o capital das loterias, que algumas leis tem concedido aos respectivos concessionarios, e bem assim a de 1% para o Monte de Soccorro, em lugar de serem entregues directamente aos ditos concessionarios e Monte de Soccorro pelo Thesoureiro das referidas loterias, devem d'ora em diante entrar para o Thesouro conjunctamente com o beneficio liquido da loteria que tiver de extrahir-se.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Fiscal das loterias.

—No mesmo sentido expedirão-se Avisos á Directoria Geral de Contabilidade e ao Presidente do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Economica e Monte Soccorro.



N. 550.—FAZENDA.—EM 40 DE DEZEMBRO DE 1866.

Indeferimento de um recurso a respeito de uma porção de vidros de agua da Colonia e outras perfumarias acondicionadas em caixinhas de madeira, de que foram cobrados os direitos pelo peso bruto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 40 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 226 de 20 de Setembro ultimo, que o dito Tribunal:

Visto o recurso dos negociantes Lopes & Oliveira, interposto da decisão da Thesouraria, que confirmára outra da Alfandega, obrigando-os a pagar direitos pelo peso bruto de 284 duzias de vidros de agua da Colonia e outras perfumarias acondicionadas em caixinhas de madeira:

Considerando que o art. 512 do Regulamento das Alfandegas determina que sejam despachados pelo seu peso bruto as mercadorias que a isso sejam sujeitas pela tarifa, tendo as que não estiverem nesse caso o abatimento nella marcado:

Considerando que o art. 226 da mesma tarifa obriga ao despacho pelo peso bruto os vidros de perfumarias acondicionados em caixas de madeira:

Considerando que na especie sujeita o peso bruto comprehende não só os mesmos vidros, como as caixas de madeira, que lhes servem de envoltorio, e mesmo a palha que os calçava, e era necessaria ao bom acondicionamento e segurança dos vidros:

Resolveu indeferir o recurso, sustentando a decisão recorrida.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 534.—FAZENDA.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1866.

Sobre o requerimento do Presidente da Companhia de navegação e commercio do Amazonas, pedindo que aos vapores da mesma companhia se permita tocar em qualquer porto além dos de escala.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 8 de Novembro proximo passado, acompanhado do requerimento em que o Presidente interino da Companhia de navegação e commercio do Amazonas pede que aos vapores da mesma Companhia se permita tocar em qualquer porto além dos de escala, tenho de declarar a V. Ex. que essa reclamação não é procedente nos termos illimitados em que se acha concebida, desde que as embar-

cações brasileiras podem navegar entre o Brasil e o Perú com todo o genero de mercadorias, nacionaes ou estrangeiras.

Póde, porém, ser attendida na conformidade do art. 46 do contracto approvado pelo Decreto de 10 de Outubro de 1858.

Quaesquer que fossem os motivos que induzissem as partes contractantes a limitar, nos arts. 4.º e 2.º, os pontos de escala dos Paquetes da Companhia, é fóra de duvida que a clausula 46.ª previne a hypothese de augmento dos pontos de escala, precedendo mutuo accordo.

Consequentemente a questão limita-se á conveniencia desse augmento.

Debaixo deste ponto de vista, são obvios os motivos que levão a aconselhar facilidades para o commercio e transporte de passageiros ao maior numero possivel de portos do Amazonas, sob a condição todavia de fiscalização das rendas publicas e prevenção de contrabando.

Um augmento razoavel dos pontos de escala mediante proposta e indicação pela Companhia e depois das informações precisas do Presidente e da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, parece-me que é a justa solução de semelhante reclamação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.



N. 552.—FAZENDA.—CIRCULAR DE 41 DE DEZEMBRO DE 1866.

Determina que as Thesourarias de Fazenda cobrem 48000 de emolumentos de todos os Avisos, Portarias ou Ordens que lhes forem expedidas pelo Ministerio da Guerra em favor de partes, exceptuadas as ordens que indica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 41 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que de todos

os Avisos, Portarias, ou Ordens, que forem expedidas ás mesmas Thesourarias pelo Ministerio da Guerra, em favor de partes, cobrem a quantia de 4\$000 de emolumentos na fórma da tabella annexa ao Decreto n.º 350 de 20 de Abril de 1844; exceptuando as ordens concernentes á entrega das quantias das economias dos militares em campanha ás pessoas a quem forem remettidas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 553.— FAZENDA. — CIRCULAR DE 12 DE DEZEMBRO DE 1866.

Fixa a intelligencia da palavra —menores— de que tratão o art. 1.º § 1.º das Instruções de 16 de Janeiro de 1860, a alteração 2.ª das de 1.º de Março de 1861, e a Circular de 25 de Janeiro de 1866.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista fixar a intelligencia da palavra—menores—, de que tratão o art. 1.º § 1.º das Instruções de 16 de Janeiro de 1860, a alteração 2.ª das do 1.º de Março de 1861, e a Circular de 25 de Janeiro deste anno, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que as disposições citadas se referem aos menores de 14 annos, sendo homens, e de 12 sendo mulheres.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 554.—FAZENDA.—EM 12 DE DEZEMBRO DE 1866.

Sobre a necessidade de estabelecer-se um responsavel pela receita e despesa da Escola Militar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo de urgente necessidade estabelecer-se um responsavel pela receita e despesa da Escola Militar, que preste contas completas de sua gestão, visto como, sendo os dinheiros percebidos por aquelle estabelecimento a titulo de matriculas incontestavelmente—dinheiros publicos —e as despesas que com elles se fazem, nos termos do art. 133 do Decreto n. 3683 de 28 de Abril de 1863, tambem despesa publica, constituindo um e outro acto a gestão sujeita á acção do Tribunal do Thesouro, unico competente para julgar as contas dos responsaveis e pronunciar a sua exoneração, mandando passar-lhes quitação ; rogo a V. Ex. se sirva dar para semelhante fim as providencias que forem convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.



555.—FAZENDA.—EM 12 DE DEZEMBRO DE 1866.

para ter sido indeferido o recurso de um Empregado de Fazenda, a respeito de pagamento de vencimentos dos dias que elle como Juiz de Paz presidira a Junta de qualificação de uma freguezia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o recurso inoposto da decisão da Thesouraria do Maranhão negou a Antonio Bernardino Jorge Sobrinho,

então 3.º Escripturario da mesma Thesouraria e hoje 2.º da do Pará, os vencimentos dos dias 46 a 31 de Janeiro e 2 a 6 de Março de 1865, em que como Juiz de Paz presidira a Junta de qualificação de uma das Freguezias da Capital, communica ao Sr. Inspector da supradita Thesouraria que o recurso foi indeferido pelos fundamentos da Circular n.º 37 de 46 de Novembro proximo passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 356. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1866.

Approva as Taríficas e Instruções relativas ao transporte de viajantes e mercadorias e ao serviço do telegrapho electrico na estrada de ferro de Santos a Jundiahy.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem approvar provisoriamente o projecto de tarifa e instruções para o transporte de viajantes, mercadorias e serviço do telegrapho electrico da estrada de ferro de Santos a Jundiahy na Provincia de S. Paulo, organizado pelo Engenheiro Fiscal da mesma estrada de accordo com o respectivo Superintendente, o qual vai assignado pelo Conselheiro Director da 2.ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1866.

Manoel Pinto de Souza Dantas.

Tarifas e Instruções relativas ao transporte de viajantes e mercadorias, e ao serviço do telegrapho electrico na estrada de ferro de Santos a Jundiaby.

CAPITULO I.

TRANSPORTE DE VIAJANTES E MERCADORIAS.

Art. 1.º A Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby fica autorizada a cobrar pelo transporte de viajantes e mercadorias em seus trens os preços determinados nas presentes Instruções e nas 24 tabellas annexas numeradas de 1 a 24.

A taxa additional marcada nas tabellas de n.º 1 a 3, 5 a 12 e 15 a 24 é destinada para pagamento aos empreiteiros do premio a que tiverem direito em virtude do contracto de 7 de Julho de 1862 com o Governo Imperial, e será cobrada pela Companhia do mesmo modo que a taxa ordinaria, entregando ella no dia 8 de cada mez o respectivo producto arrecadado no mez anterior aos mesmos empreiteiros, ou á pessoa por elles autorizada, e communicando ao Governo Provincial a importancia de cada somma entregue.

A cobrança dessa taxa additional cessará logo que estiver totalmente pago o premio devido aos empreiteiros.

Art. 2.º O systema metrico introduzido no Imperio pela Lei n.º 1157 de 26 de Junho de 1862 será exclusivamente adoptado na estrada de ferro.

A tonelada metrica, cujo peso é de 1.000 kilogrammos, corresponde a 68 arrobas, 2 libras, 6 onças, 3 oitavas e 14,4 grãos do actual systema de pesos e medidas.

O kilogrammo corresponde a 2 libras, 2 onças, 6 oitavas e 60,13 grãos.

O metro cubico corresponde a 94 palmos cubicos proximamente.

O metro corresponde a 4 palmos e 4,36 pollegadas.

Tanto nos trens de viajantes, como nos de mercadorias as fracções de peso serão contadas por centesimas da tonelada ou por 10 kilogrammos. Assim, todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammos

será taxado como se fosse 10 kilogrammos, entre 10 e 20 kilogrammos como se fosse 20 kilogrammos, etc.

Do mesmo modo as fracções de volume serão contadas por centesimos do metro cubico ou por 10 decímetros cubicos.

As aves designadas na tabella n.º 43 serão taxadas por duzia ou multiplo de duzia, ainda que o numero seja inferior a uma duzia ou a um multiplo de duzia.

Art. 3.º Haverá trens regulares de viajantes de Santos á Jundiahy, e de Jundiahy a Santos, que pararão em todas as estações designadas na tabella n.º 4, e cujo movimento será regulado de accordo com o Engenheiro Fiscal por parte do Governo.

Haverá tambem os trens de mercadorias que forem necessarios para o trafego da estrada.

A estes, quando não transportarem materias explosivas ou inflammaveis, poderá a Companhia ajuntar carros de viajantes e cobrar pelas passagens os preços correspondentes ás respectivas classes.

Art. 4.º Se a Companhia julgar conveniente alterar as tarifas homologadas deverá apresentar a respectiva proposta ao Governo, de cuja approvação dependerá a percepção das taxas modificadas.

Art. 5.º E' expressamente prohibido á Companhia fazer ajustes particulares com o fim de conceder a um ou a muitos remittentes qualquer redução das tarifas approvadas.

Art. 6.º Os preços das passagens tanto nos trens regulares de viajantes, como nos de mercadorias, e os fretes dos objectos expedidos pelos trens de viajantes serão sempre pagos antes do embarque em qualquer estação, no acto de emissão dos bilhetes ou conhecimentos.

Os fretes dos generos remettidos pelos trens de mercadorias serão pagos nas estações de partida ou de chegada, conforme a Companhia o decidir.

Art. 7.º A Companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um mais do que a outro individuo, todos os transportes de qualquer natureza que lhe forem confiados, salvas as excepções declaradas nestas Instrucções.

Art. 8.º Os volumes, animaes e outras quaesquer cargas entregues á estrada de ferro serão inscriptas na estação de partida e na estação de chegada, em registros especiaes, á medida que forem recebidas, com menção do preço total devido pelo transporte.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvos os casos de preferencia a favor do Governo e os de serviço publico.

Art. 9.º A Companhia não poderá fazer directa ou indirectamente com emprezas de transporte de viajantes ou de mercadorias por terra ou por agua, sob denominação ou fórma alguma, arranjos ou convenções quaesquer, salvo se fôr para esse fim expressamente autorizada pelo Governo Imperial.

Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas emprezas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.

Art. 10. As mercadorias depositadas nas estações para serem despachadas deverão ser acompanhadas de uma nota assignada pelo remettente, na qual estejam declarados a data da entrega, o valor e a natureza da mercadoria, e os nomes e endereços do remettente e consignatario. Se as mercadorias forem das que tem de ser taxadas a peso, a mesma nota deverá declarar tambem o peso, a marca, o numero e o acondicionamento dos volumes.

Os agentes da Companhia não deverão despachar mercadoria alguma sem ter verificado a exactidão dessa nota.

Art. 11. A Companhia poderá recusar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos :

1.º Se o genero estiver tão mal acondicionado, que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou sem avaria ;

2.º Se reconhecer-se no acto da entrega que já está deteriorado ;

3.º Se verificar-se que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que a marca e número declarados são inexactos ;

4.º Se faltarem alguns volumes.

Entretanto, o remettente poderá reparar os defeitos da carga, e neste caso a Companhia fará a remessa, substituindo-se por outra a nota apresentada, se fôr necessario.

Art. 12. Enquanto a carga não fôr reparada, ou retirada se o remettente não quizer mais envial-a, poderá ficar provisoriamente na estação sem responsabilidade por parte da Companhia.

Art. 13. A Companhia poderá igualmente expedir a carga no estado em que fôr entregue, dando' o remettente ao agente da estação uma nota assignada.

na qual declare os defeitos da mesma carga, e allieve a Companhia da responsabilidade das avarias.

Art. 14. As mercadorias susceptíveis de se deteriorarem em pouco tempo serão despachadas depois de pago o frete, e a Companhia não será responsável pelo estado em que chegarem ao seu destino.

Art. 15. Pela armazenagem das cargas que ficarem nas estações por não terem sido retiradas pelos seus respectivos consignatarios no prazo de 48 horas depois de avisados da chegada das mesmas cargas, cobrará á Companhia os seguintes direitos:

4\$500 por tonelada metrica e por dia, nos primeiros dez dias immediatos ao prazo acima marcado;
3\$000 por tonelada metrica e por dia nos dias seguintes.

Os animaes, que não forem recebidos á chegada pelos seus respectivos consignatarios, serão recolhidos em lugar conveniente por conta e risco de quem de direito.

Art. 16. Nenhuma despesa de armazenagem poderá a Companhia cobrar pela demora das cargas em suas estações antes de serem expedidas, salvo se essa demora fôr por qualquer motivo exigido pelo remettente ou consignatario.

Neste caso perceberá a Companhia 4\$500 por tonelada metrica e por cada dia que decorrer entre aquelle em que deveria ter sido effectuado o embarque e aquelle em que o fôr.

Art. 17. A Companhia não poderá exigir taxa alguma adicional por carregar, ou descarregar, ou por armazenagem, além da que fica estipulado nas presentes Instrucções.

Art. 18. Serão transportados nos trens de viajantes os seguintes objectos:

1.º Dinheiro, joias, pedras e metaes preciosos pagando meio por cento *ad valorem*.

2.º Os objectos mencionados na tabella n.º 2 pelos preços constantes da mesma tabella.

3.º Os animaes de montaria pelo duplo dos preços da tabella n.º 11.

4.º Os quadrupedes e aves designadas nas tabellas n.ºs 12, 13 e 14 pelo duplo dos preços das mesmas tabellas.

5.º Os carros de duas e quatro rodas pelo duplo dos preços das tabellas n.ºs 19 e 20.

Art. 19. A Companhia poderá recusar trem especial.

Se o conceder, porém, cobrará pelo menos a taxa correspondente à lotação completa de 4 carros, e mais a taxa correspondente à respectiva lotação com desconto de 20% por cada carro que fôr preciso além daquelle numero.

Art. 20. Em cada trem de viajantes poderá a Companhia reservar um ou dous compartimentos de um carro de 1.^a ou 2.^a classe, ou um carro inteiro de qualquer classe para uma familia, sociedade ou grupo de pessoas, cobrando a importância correspondente à lotação completa dos compartimentos ou do carro reservado. Em nenhum caso, porém, o numero dos lugares reservados poderá exceder a 1/5 do numero total dos lugares do trem.

As pessoas que occuparem um compartimento inteiro de 1.^a ou 2.^a classe, ou um carro inteiro de qualquer classe, poderão levar consigo cães sem pagamento adicional.

Art. 21. No preço do transporte de cada viajante é comprehendido o de sua bagagem, a saber: para a 1.^a classe até o peso de 40 kilogrammos, não excedendo o volume a 100 decímetros cubicos; para a 2.^a classe até o peso de 30 kilogrammos, não excedendo o volume a 75 decímetros cubicos; para a 3.^a classe até o peso de 20 kilogrammos, não excedendo o volume a 50 decímetros cubicos. Do excedente destes pesos ou volumes a Companhia cobrará os respectivos fretes.

Cada passageiro não poderá levar consigo, no carro em que estiver, senão pequenos volumes que não incommodem de modo algum aos outros passageiros, a juizo da pessoa encarregada da policia do trem. Estes volumes não serão considerados como bagagens.

Art. 22. Nos trens regulares de viajantes não poderá haver, além dos carros proprios para a condução de pessoas, senão os vehiculos necessarios para o transporte dos objectos indicados no art. 19 e seus parographos.

Art. 23. A Companhia poderá conceder aos viajantes de 1.^a e 2.^a classe, entre pontos certos, bilhetes de ida e volta com valor por 48 horas, abastendo 25% da importancia total das duas passagens nos bilhetes de 1.^a classe, e 20% nos de 2.^a classe.

Poderá igualmente conceder bilhetes de 1.^a e 2.^a classe que deem direito de ida e volta diariamente, entre pontos certos, por 1, 3, 6 ou 12 mezes.

Os preços destes bilhetes serão:

Para um mez o valor integral de uma ida e vinda cada dia multiplicado pelo numero de dias do mez (incluidos ou não os domingos e dias santos á vontade do comprador) com o desconto de 20 % para a 1.^a classe e 15 % para a 2.^a classe;

Para tres mezes, o valor integral de uma ida e vinda cada dia multiplicado pelo numero de dias do trimestre (incluidos ou não os domingos e dias santos á vontade do comprador) com o desconto de 30 % para a 1.^a classe e 25 % para a 2.^a classe;

Para seis mezes, o valor integral de uma ida e vinda cada dia multiplicado pelo numero de dias do semestre (incluidos ou não os domingos e dias santos á vontade do comprador) com o desconto de 40 % para a 1.^a classe, e 35 % para a 2.^a classe;

Para 12 mezes, o valor integral de uma ida e vinda cada dia multiplicado pelo numero de dias do anno (incluidos ou não os domingos e dias santos á vontade do comprador), com desconto de 50 % para a 1.^a classe, 45 % para a 2.^a classe.

Art. 24. Os bilhetes de ida e volta a que se refere o artigo antecedente são intransferiveis.

Se algum fôr encontrado em mão de algum passageiro, que não seja o verdadeiro possuidor, será inutilizado immediatamente, e o passageiro terá de pagar sua passagem.

Os bilhetes de ida e volta com o valor por 48 horas não darão direito ao transporte gratis de bagagem.

Art. 25. Nos carros de 1.^a e 2.^a classe não poderá entrar pessoa descalça.

Art. 26. As crianças menores de 3 annos, sendo conduzidas ao collo das pessoas que as acompanharem, terão passagem gratis.

As de mais de tres até menos de 12 annos pagarão meia passagem e terão direito a um lugar separado; mas em um mesmo compartimento dous menores não poderão occupar senão o lugar de um viajante, salvo se um delles houver pago passagem inteira.

Os menores que pagarem meia passagem terão direito ao transporte gratis de sua bagagem até metade do que corresponde a uma passagem inteira.

Art. 27. Os animaes de montaria transportados nos trens de viajantes não poderão ser embarcados ou desembarcados senão nas tres estações principaes de Santos, S. Paulo e Jundiaby.

Art. 28. As massas indivisas que pesarem de 200 a 300 kilogrammos, ou cujo volume fôr de 4 até 4 1/2 metro cubico, serão sujeitas a uma taxa adicional de 30 % da ordinaria, as que pesarem mais de 300 kilogrammos até 500 kilogrammos, ou cujo volume fôr superior a 4 1/2 até 2 metros cubicos, serão sujeitos, a uma taxa adicional de 40 % da ordinaria; as que pesarem mais de 500 kilogrammos até 1 tonelada metrica, ou cujo volume fôr superior a 2 até 3 metros cubicos, serão sujeitos a uma taxa adicional de 50 % da ordinaria. As de peso excedente a 1 tonelada metrica ou de volume excedente a 3 metros cubicos poderão ser recusadas, ou, serão sujeitas a uma taxa convencional entre a Companhia e o remetente se forem transportadas.

Neste caso, porém, a Companhia ficará obrigada a conceder as mesmas facilidades a todas as que depois o requererem.

A taxa ordinaria mencionada neste artigo comprehende nas tabellas de n.ºs 4 a 3, 5 a 12 e 15 a 24 a taxa adicional para os empreiteiros.

Art. 29. Serão igualmente sujeitos a uma taxa convencional entre a Companhia e o remetente os animaes perigosos, e aquelles cujo valor declarado fôr superior a um conto de réis.

Art. 30. Os fardos de algodão que por cada 400 decimetros cubicos pesarem menos de 23 kilogrammos serão sujeitos a uma taxa adicional de 30 % da ordinaria.

Art. 31. A Companhia poderá conceder a um remetente o uso exclusivo de um ou mais carros em um trem de mercadorias, cobrando, segundo os preços da tabella n.º 10, o frete correspondente a 6 1/2 toneladas para os carros fechados e a 3 1/2 toneladas para os carros abertos.

Art. 32. As plantas em cestas, vasos ou caixões, as gaiolas de passaros, e as barricas vazias serão sujeitas aos preços de transporte da tabella n.º 7 e mais a uma taxa adicional de 30 a 50 % dos mesmos preços, conforme o espaço que occuparem no carro.

Art. 33. Os volumes que contiverem juntamente objectos sujeitos a preços de tabellas diversas serão taxados segundo as tabellas correspondentes áquelles desses objectos que tiverem de pagar maior frete.

Art. 34. Os objectos comprehendidos nas tabellas n.ºs 2, 4, 5, 13 e 14 poderão ser descarregados na estação Braz, mas não serão ali recebidos a despacho.

Art. 35. Os transportes das materias inflammaveis ou explosivas se farão sómente duas vezes por semana, e em trens exclusivamente de mercadorias.

Se algumas dessas materias forem incluídas em quaesquer volumes contendo outros generos, e não forem manifestados, serão esses volumes apprehendidos, e será vendido todo o conteúdo, entregando-se á parte sómente metade do producto, ficando a outra metade pertencente á Companhia.

Art. 36. As mercadorias taxadas segundo os preços das tabellas n.ºs 45, 46, 47 e 48 devem ser annunciadas no dia anterior ao do despacho.

A carga será feita pelos remittentes, e a descarga pelos consignatarios, ou á custa destes pela Companhia, se dentro de 24 horas, depois de avisadas, não a effectuarem elles. Pela descarga, que neste caso fizer, cobrará a Companhia 4\$000 por carro.

Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta, e pelo tempo que ficarem no pateo da estação não cobrará a companhia armazenagem e não terá responsabilidade.

Art. 37. As madeiras taxadas segundo os preços da tabella n.º 45 serão transportadas sem demora quando completarem a lotação dos carros proprios para esse transporte, ou, quando não completando, pagar o remittente o valor da lotação dos mesmos carros.

No caso contrario as madeiras poderão ser demoradas até que haja outras para encher os carros.

Art. 38. A Companhia poderá recusar, por affluencia de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas aos preços de transporte das tabellas n.ºs 45, 46, 47 e 48.

Art. 39. Os objectos designados nas tabellas n.ºs 45, 46, 47 e 48, poderão ser tambem carregadas na raiz ou no alto da serra, ou em qualquer dos patamares dos planos inclinados, sendo pagos os fretes nas estações onde forem descarregados.

Os preços de transporte neste caso serão regulados conforme as distancias e proporcionados aos das referidas tabellas.

Art. 40. Os animaes, generos e outros objectos não designados na tarifa serão taxados segundo as tabellas feitas para aquelles com as quaes tiverem mais analogia.

As assimilações serão reguladas pelos agentes da Companhia, mas haverá recurso para o Governo

Provincial, e a Companhia restituirá ao remetente o excesso do frete cobrado, se assim o decidir o mesmo Governo.

Art. 41. Deverá ficar annexo a estas instruções, para completal-as, um extracto do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 4930 de 26 de Abril de 1857, contendo sobretudo os arts. 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 135 e 154, que se referem ao tráfego das estradas de ferro.

Art. 42. Deverão também ficar annexas ás presentes instruções a 12.ª, 13.ª, 14.ª e 15.ª das condições que baixarão com o Decreto n.º 4759 de 26 de Abril de 1856 para a construção, uso e custeio desta estrada de ferro.

CAPITULO II.

SERVIÇO DO TELEGRAPHO ELETRICO.

Art. 43. A Companhia fica autorizada a cobrar pelo serviço que o telegrapho electrico por ella estabelecido prestar aos particulares, as seguintes taxas:

Transmissão de um telegramma de 4 a 15 palavras de Santos, Cubatão, Rio Grande ou S. Bernardo para S. Paulo, ou para, alguma outra daquellas mesmas estações, 1\$500 e para Jundiahy ou outra estação da 3.ª secção, 2\$000.

De S. Paulo para qualquer outra estação, 1\$500 réis, de Agua-Branca, Pirús, Belém ou Jundiahy para S. Paulo ou para outra estação da 3.ª secção, 1\$500, e para S. Bernardo, Rio Grande, Cubatão ou Santos, 2\$000.

Quando o telegramma tiver mais de 15 palavras essas taxas serão augmentadas de um quinto por cada serie de cinco palavras ou fracção de serie excedente.

Art. 44. Os despachos tanto do Governo Geral, como do da Provincia de S. Paulo, e as das autoridades policiaes serão sujeitos a uma taxa igual á quinta parte da que terião de pagar os particulares nas mesmas circumstancias. Todavia, se esses

despachos forem transmittidos e recebidos por empregados do Governo não cobrará a Companhia taxa alguma por elles.

Art. 45. Para o endereço do despacho são concedidas de uma a seis palavras, que não serão contadas na cobrança da taxa. As palavras excedentes de seis serão contadas e taxadas com o corpo do despacho.

O lugar de partida e a data serão transmittidos *ex-officio*.

Art. 46. Os traços de união e os signaes de pontuação não serão contados, mas os outros signaes serão taxados conforme o numero de palavras necessarias para traduzil-as.

Os numeros de 1 a 5 algarismos serão contados por uma palavra; cada algarismo excedente será contado por uma palavra.

Art. 47. O porte dos despachos ao domicilio do destinatario é gratuito. Mas quando quem expedir um telegramma quizer que se remetão copias do despacho a muitos domicilios em um mesmo lugar de estação, pagará 500 réis de porte por cada cópia, menos uma.

Até uma distancia de 3 kilometros da estação, os despachos serão levados á casa do destinatario por expressos, além daquelle limite serão expedidos pelo correio.

Art. 48. Quem expedir um telegramma poderá exigir, pagando taxa dupla, que seja repetido, para verificação, pelo escriptorio de destino.

Se quizer sómente aviso de recepção do despacho pagará mais 40 % da taxa.

Art. 49. Se a repetição do telegramma mostrar que houve viciamento na transmissão não terá lugar o pagamento da taxa dupla.

Art. 50. O agente da estação poderá exigir, se o julgar conveniente, que a pessoa que quizer expedir um telegramma prove a sua identidade pelo testemunho de pessoas conhecidas ou pela apresentação de passaportes ou quaesquer outros documentos sufficientes.

Art. 51. Os agentes das estações deverão recusar a expedição ou a entrega dos despachos prejudiciaes á ordem publica ou offensivas á moral e bons costumes. No caso de duvida deverão dirigir-se ás autoridades policiaes do lugar que decidirão se o telegramma poderá ser ou não enviado.

Art. 52. O despacho expedido simultaneamente a mais de uma estação, será sujeito por uma á taxa simples, e por cada uma das outras a mais metade da mesma taxa.

* Art. 53. A todo o despacho levado ao domicilio do destinatario deve ir junto um recibo para ser assignado pela pessoa, a quem o despacho fôr dirigido, ou por algum membro de sua familia, ou por qualquer empregado seu. Se nenhuma dessas pessoas fôr encontrada, far-se-ha menção disso no despacho, que voltará ao escriptorio de destino.

Art. 54. Se o telegramma fôr retirado depois de começada a transmissão, não se restituirá a taxa.

Art. 55. A restituição da taxa será feita quando:

1.º O despacho fôr entregue ao destinatario com demora de mais de hora e meia depois da recepção sendo levado por expresso, ou não fôr enviado pelo primeiro correio depois da recepção;

2.º O despacho fôr entregue tão alterado que não preencha o fim para que foi expedido;

3.º A Autoridade do lugar de destino prohibir a entrega do despacho.

4.º Fôr necessario retardar a transmissão do despacho, salvo se a parte sujeitar-se á demora inevitavel.

Art. 56. Os despachos devem ser escriptos com tinta, em linguagem ordinaria e intelligivel, sem abreviação alguma de palavras, datados e assignados.

Os que forem dados de viva voz não serão transmittidos.

Art. 57. Todos os despachos transmittidos e recebidos serão transcriptos integralmente em um livro de registro, com menção da hora do principio e do fim da transmissão, e da taxa cobrada, da qual se passará recibo a quem expedir o telegramma.

Art. 58. A minuta do despacho será numerada, e em uma das margens se marcará a hora da entrega ao escriptorio de transmissão, e a hora de chegada ao destino ou á agencia do correio.

Estas minutas serão archivadas.

Art. 59. Os despachos serão transmittidos segundo a ordem da numeração, salvos os casos de preferencia estabelecidos no art. 60.

Todavia, os despachos de mais de cem palavras poderão ser recusados, ou demorados para cederem a prioridade a outros mais breves, posto que entregues posteriormente.

Art. 60. Os agentes da Companhia deverão guardar fielmente o segredo dos despachos.

Art. 61. As precedencias para a expedição dos despachos serão reguladas do modo seguinte:

Em 1.º lugar o serviço da Companhia nos casos urgentes em que qualquer demora poderia comprometter a segurança dos trens:

Em 2.º lugar o Governo Geral;

Em 3.º lugar o Governo Provincial;

Em 4.º lugar o serviço ordinario da Companhia;

Em 5.º lugar o serviço das autoridades;

Em 6.º lugar os particulares.

Art. 62. Por infracções de qualquer das disposições acima relativas ao serviço do telegrapho electrico serão os empregados da Companhia demittidos ou sujeitos á multa de 30\$000 a 50\$000 conforme a gravidade do caso.

CAPITULO III.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 63. Tanto as presentes Instrucções e tarifas, como os artigos do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1930 de 26 de Abril de 1857 designados no art. 44 das mesmas Instrucções, e a 12.ª, 13.ª, 14.ª e 15.ª das condições que baixarão com o Decreto n.º 1759 de 26 de Abril de 1856, deverão ser impressas e colligidas em folheto, do qual serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido Regulamento.

Art. 64. Todos os empregados das estações e dos trens e os guardas de portões e das passagens de nivel usarão de um uniforme apropriado ao serviço das estradas de ferro, devendo cada classe ter um distinctivo especial. Ficão isentos desta obrigação os machinistas, foguistas e serveres.

Art. 65. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negociões da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866.— O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

	CUBATÃO.									RIO GRANDE.									S. BERNARDO.																											
	1.ª CLASSE.			2.ª CLASSE.			3.ª CLASSE.			1.ª CLASSE.			2.ª CLASSE.			3.ª CLASSE.			1.ª CLASSE.			2.ª CLASSE.			3.ª CLASSE.			1.ª CLASSE.			2.ª CLASSE.			3.ª CLASSE.			1.ª CLASSE.			2.ª CLASSE.			3.ª CLASSE.			
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.							
Santos.....	18200	400	18600	810	280	18120	420	140	560	38920	18320	38280	28640	880	38520	18380	460	18840	5852	100	7360	38780	18260	58040	18920	640	28560	78500	28500	108000	18920	640	28560	78500	28500	108000	18920	640	28560	78500	28500	108000				
Cubatão.....										28880	960	38840	18920	640	28560	18020	340	18360	48500	18500	68000	38000	18000	48000	18500	500	28000	58910	18980	78920	58920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920
Rio Grande..																			18740	580	28320	18200	400	18600	600	200	800	38210	18080	48320	28000	640	28560	78920	58920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920				
S. Bernardo..																												18500	500	28000	18920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920	58920	640	28560	78920				
Braz.....																																														
S. Paulo.....																																														
Agua Branca.																																														
Perús.....																																														
Belém.....																																														
Jundiaby...																																														

Secretaria de Estado de

TABELLA N. 1.

Viajantes.

[illegible]

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 12 de Dezembro de 1866. — O Director, *Manoel*

BRANCA.					PERU'S.									BELEM.									JUNDIAHY.								
CLASSE.		3. ^a CLASSE.			1. ^a CLASSE.			2. ^a CLASSE.			3. ^a CLASSE.			1. ^a CLASSE.			2. ^a CLASSE.			3. ^a CLASSE.			1. ^a CLASSE.			2. ^a CLASSE.			3. ^a CLASSE.		
ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.
1\$740	6\$960	2\$640	880	3\$520	9\$300	3\$100	12\$400	6\$24	2\$080	8\$320	3\$180	1\$060	4\$240	10\$740	3\$580	14\$320	7\$200	2\$400	9\$600	3\$060	1\$220	4\$880	12\$000	4\$000	16\$000	8\$250	2\$750	11\$000	4\$050	1\$350	5\$400
1\$500	6\$000	2\$280	760	3\$040	8\$226	23740	10\$960	5\$520	1\$840	7\$360	2\$820	940	3\$760	9\$660	3\$220	12\$880	6\$460	2\$160	8\$640	3\$400	1\$160	4\$400	11\$400	3\$800	15\$200	7\$800	2\$600	10\$400	3\$900	1\$300	5\$200
880	3\$520	1\$380	460	1\$840	5\$160	1\$820	7\$280	3\$660	1\$220	4\$880	1\$860	620	2\$480	6\$960	2\$320	9\$280	4\$680	1\$560	6\$240	2\$400	800	3\$200	8\$940	2\$960	11\$920	6\$600	2\$600	8\$000	3\$060	1\$020	4\$080
480	1\$920	720	240	960	3\$780	1\$260	5\$040	2\$520	840	3\$360	1\$260	420	1\$680	5\$220	1\$740	6\$960	3\$180	1\$160	4\$340	1\$740	580	2\$320	7\$140	2\$380	9\$520	4\$800	1\$600	6\$400	2\$400	800	3\$200
200	800	300	100	400	2\$340	780	3\$120	1\$560	520	2\$080	780	260	1\$040	3\$720	1\$240	4\$960	2\$460	820	3\$280	1\$200	440	1\$680	6\$900	2\$800	8\$000	4\$050	1\$350	5.400	2\$250	750	3\$000
160	640	240	80	320	2\$160	720	2\$880	1\$440	480	1\$920	720	240	960	3\$540	1\$180	4\$720	2\$340	780	3\$120	1\$200	400	1\$600	6\$800	2\$800	8\$000	4\$050	1\$350	5\$400	2\$250	750	3\$000
.....	1\$620	540	2\$160	1\$080	360	1\$440	540	180	720	3\$060	1\$020	4\$080	2\$040	680	2\$720	1\$020	340	1\$360	4\$980	1\$660	6\$640	3\$300	1\$100	4\$100	1\$680	560	2\$240
.....	1\$440	480	1\$920	780	320	1\$280	480	160	640	3\$420	1\$140	4\$560	2\$280	760	3\$040	1\$140	380	1\$520
.....	1\$980	660	2\$640	1\$320	440	1\$760	600	240	880

Director, Manoel da Cunha Galvão.

TABELLA N. 2.

Encommendas e bagagens excedentes á permittida gratis, pelos trens de viajantes.

Por tonelada metrica

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			BRAZ.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	14\$280	4\$760	19\$040	47\$290	12\$430	59\$720	67\$110	22\$370	89\$480	85\$500	28\$500	114\$000	87\$000	29\$000	116\$000	93\$480	31\$160	125\$640	112\$200	37\$100	149\$300	129\$780	43\$260	173\$040	152\$900	51\$300	205\$200
Cubatão	34\$200	11\$400	45\$600	54\$000	18\$000	72\$000	72\$600	24\$200	96\$800	73\$800	24\$600	98\$400	80\$400	26\$800	107\$200	99\$000	33\$000	132\$000	116\$640	38\$880	155\$520	140\$700	46\$900	187\$600
Rio Grande	21\$000	7\$000	28\$000	39\$600	13\$200	52\$800	40\$800	13\$300	54\$400	47\$400	15\$800	63\$200	66\$000	22\$000	88\$000	83\$700	27\$900	111\$600	107\$700	35\$960	143\$600
S. Bernardo	19\$800	6\$600	26\$400	21\$000	7\$000	28\$000	26\$400	8\$800	35\$200	46\$200	15\$400	61\$600	63\$900	21\$300	85\$200	86\$700	28\$900	115\$600
Braz.....	4\$500	1\$500	6\$000	8\$700	2\$900	11\$600	28\$500	9\$500	38\$000	45\$000	15\$000	60\$000	69\$300	23\$100	92\$400
S. Paulo...	6\$600	2\$200	8\$800	26\$400	8\$800	35\$200	42\$900	14\$300	57\$200	67\$200	22\$400	89\$600
Agua branca	19\$800	6\$600	26\$400	37\$500	12\$500	50\$000	60\$600	20\$200	80\$800
Perús.....	17\$700	5\$900	23\$600	41\$700	13\$900	55\$600
Belém	24\$300	8\$100	32\$400
Jundiahy

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 12 de Dezembro de 1866.— O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 5.

Generos destinados principalmente á exportação, como café, assucar, algodão, fumo couros e outros semelhantes.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	2\$700	900	3\$600	8\$850	2\$950	11\$800	12\$570	4\$190	16\$760	16\$290	5\$430	21\$720	17\$510	5\$836	23\$346	21\$000	7\$000	28\$000	24\$300	8\$100	32\$400	23\$800	9\$600	33\$400
Cubatão	6\$390	2\$130	8\$520	10\$080	2\$360	13\$440	13\$800	4\$600	18\$400	15\$000	5\$000	20\$000	18\$540	6\$180	24\$720	21\$810	7\$280	29\$120	26\$370	8\$790	35\$160
Rio Grande.....	3\$900	1\$300	5\$200	7\$620	2\$540	10\$160	8\$850	2\$950	11\$800	12\$360	4\$120	16\$480	15\$660	5\$520	20\$880	20\$190	6\$730	26\$920
S. Bernardo.....	3\$900	1\$300	5\$200	4\$950	1\$650	6\$600	8\$640	2\$880	11\$520	11\$940	3\$980	15\$920	16\$260	5\$420	21\$680
S. Paulo.....	1\$500	500	2.000	4\$950	1\$650	6\$600	8\$010	2\$680	10\$720	12\$570	4\$190	16\$760
Agua branca	3\$720	1\$240	4\$960	7\$020	2\$340	9\$360	11\$340	3\$780	15\$120
Perús.....	3\$300	1\$100	4\$400	7\$830	2\$610	10\$440
Belém	4\$530	1\$510	6\$040
Jundiahy

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 4.

Legumes, farinha de mandioca ou de milho, arroz, feijão, milho e raízes alimentícias.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.	RIO GRANDE.	S. BERNARDO.	BRAZ.	S. PAULO.	AGUA BRANCA.	PERUS.	BELÉM.	JUNDIAHY.
	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.
Santos.....	2\$000	6\$360	9\$150	12\$000	12\$210	12\$170	15\$810	18\$290	21\$700
Cubatão.....		4\$800	7\$500	10\$140	10\$350	11\$360	13\$950	16\$130	19\$810
Rio Grande.....			2\$910	5\$500	5\$710	6\$660	9\$300	11\$780	15\$190
S. Bernardo.....				2\$700	2\$910	3\$720	6\$500	8\$990	12\$210
Braz.....					1\$000	1\$500	4\$000	6\$350	9\$760
S. Paulo.....						1\$300	3\$720	6\$010	9\$150
Agua Branca.....							2\$790	5\$270	6\$520
Perús.....								2\$180	5\$890
Belem.....									3\$110
Jundiahy.....									

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866.— O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 5.

Generos alimenticios de primeira necessidade importados, como sal, farinha de trigo e peixe salgado, e os produzidos no paiz como queijos, toucinho, carne, e outros semelhantes não comprehendidos na Tabella n.º 4.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			BRAZ.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	2\$000	606	2\$606	6\$560	2\$220	8\$880	9\$150	3\$150	12\$600	12\$000	4\$000	16\$000	12\$240	4\$080	16\$320	13\$170	4\$390	17\$560	15\$810	5\$270	21\$080	18\$290	6\$096	24\$386	21\$700	7\$233	28\$933
Cubatão.....	4\$800	1\$600	6\$400	7\$500	2\$500	10\$000	10\$140	3\$380	13\$520	10\$380	3\$460	13\$840	11\$300	3\$766	15\$066	13\$950	4\$650	18\$600	16\$430	5\$476	21\$906	15\$840	6\$613	26\$453
Rio Grande....	2\$940	980	3\$920	5\$500	1\$833	7\$333	5\$740	1\$913	7\$653	6\$660	2\$220	8\$880	9\$300	3\$100	12\$400	11\$780	3\$926	15\$706	15\$190	5\$063	20\$253
S. Bernardo....	2\$700	900	3\$600	2\$940	980	3\$920	3\$720	1\$240	4\$960	6\$500	2\$166	8\$666	8\$990	2\$996	11\$980	12\$240	4\$080	16\$320
Braz.....	1\$000	333	1\$333	1\$500	500	2\$000	4\$000	1\$333	5\$333	6\$350	2\$116	8\$466	9\$760	3\$253	12\$013
S. Paulo.....	1\$300	433	1\$733	3\$720	1\$240	4\$960	6\$040	2\$013	8\$053	9\$450	3\$150	12\$600
Agua branca....	2\$790	930	3\$720	5\$270	1\$756	7\$026	6\$020	2\$173	8\$693
Perús.....	2\$480	826	3\$306	5\$890	1\$963	7\$853
Belém.....	3\$410	1\$136	4\$546
Jundiahy.....

TABELLA N. 6.

Generos de importação não mencionados nas outras tabellas.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	4\$200	1\$400	5\$600	13\$290	4\$340	17\$720	18\$840	6\$280	25\$120	24 420	8\$140	32\$560	26\$250	8\$750	35\$000	31\$500	10\$500	42\$000	36\$150	12\$150	48\$600	43\$260	14\$420	57\$680
Cubatão	9\$370	3\$190	12\$760	15\$150	5\$050	20\$200	20\$700	6\$900	27\$600	22\$560	7\$520	30\$080	27\$810	9\$270	37\$090	32\$760	10\$920	43\$680	39\$540	13\$180	52\$720
Rio Grande.....	5\$880	1\$950	7\$840	11\$430	3\$810	15\$240	13\$290	4\$430	17\$720	18\$540	6\$180	24\$720	23\$490	7\$830	31\$320	30\$270	10\$090	40\$360
S. Bernardo.....	5\$880	1\$960	7\$840	7\$410	2\$470	9\$880	12\$960	4\$320	17\$280	17\$910	5\$970	23\$880	21\$420	8\$140	32\$560
S. Paulo.....	1\$890	\$630	2\$520	7\$410	2\$470	9\$880	12\$060	4\$020	16\$080	18\$840	6\$280	25\$120
Agua Branca...	5\$550	1\$850	7\$400	10\$500	3\$500	14\$000	16\$980	5\$660	22\$640
Perús.....	4\$950	1\$650	6\$600	11\$730	3\$910	15\$640
Belém.....	6\$780	2\$260	9\$040
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. 12 de Dezembro de 1866.— O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 7.

Objectos de grande volume e pouco peso, como mobílias, caixas com chapéos e outros semelhantes quer sejam de exportação ou importação.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELÉM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	6\$600	2\$200	8\$800	21\$600	7\$200	28\$800	30\$600	10\$200	40\$800	39\$600	13\$200	52\$800	42\$600	14\$200	56\$800	51\$000	17\$000	68\$000	59\$100	19\$700	78\$800	70\$200	23\$400	93\$600
Cubatão.....				15\$600	5\$200	20\$800	24\$600	8\$200	32\$800	33\$600	11\$200	44\$800	36\$600	12\$200	48\$800	45\$000	15\$000	60\$000	53\$100	17\$700	70\$800	64\$200	21\$400	85\$600
Rio Grande.....							9\$600	3\$200	12\$800	18\$600	6\$200	24\$800	21\$600	7\$200	28\$800	30\$000	10\$000	40\$000	38\$100	12\$700	50\$800	49\$200	16\$400	65\$600
S. Bernardo.....										9\$600	3\$200	12\$800	12\$000	4\$000	16\$000	21\$000	7\$000	28\$000	29\$100	9\$700	38\$800	39\$600	13\$200	52\$800
S. Paulo.....													4\$500	1\$500	6\$000	12\$000	4\$000	16\$000	19\$500	6\$500	26\$000	30\$600	10\$200	40\$800
Agua Branca....																9\$000	3\$000	12\$000	17\$100	5\$700	22\$800	27\$600	9\$200	36\$800
Perús.....																			9\$000	3\$000	12\$000	19\$200	6\$400	25\$600
Belém.....																						11\$100	3\$700	14\$800
Jundiahy.....																								

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866.— O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 8.

Fogos de artificio e polvora em barris.

Por carro especial.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	30\$000	10\$000	40\$000	60\$000	20\$000	80\$000	75\$000	25\$000	100\$000	90\$000	20\$000	120\$000	93\$000	31\$000	124\$000	105\$000	35\$000	140\$000	120\$000	40\$000	160\$000	135\$000	45\$000	180\$000
S. Paulo.....	75\$000	25\$000	100\$000	60\$000	20\$000	80\$000	45\$000	15\$000	60\$000	30\$000	10\$000	40\$000	45\$000	15\$000	60\$000	60\$000	20\$000	80\$000	90\$000	30\$000	120\$000

N. B. O transporte só poderá ser feito de Santos ou de S. Paulo para qualquer das estações mencionadas na presente tabella, e nunca entre as outras estações.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Golvão*.

TABELLA N. 9.

Polvora em latas hermeticamente fechadas, e outras substancias inflammaveis ou explosivas como phosphoros, petrolio, vitriolo, agua raz, aguardente, etc.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	9\$000	3\$000	12\$000	30\$000	10\$000	40\$000	42\$600	14\$200	56\$800	55\$200	18\$400	73\$600	59\$400	19\$800	79\$200	71\$400	23\$800	95\$200	82\$500	27\$500	110\$000	98\$100	32\$700	130\$800
Cubatão.....	21\$500	7\$200	28\$800	34\$200	11\$400	45\$600	46\$800	15\$600	62\$400	51\$000	17\$000	68\$000	63\$000	21\$000	84\$000	74\$100	24\$700	98\$800	89\$700	29\$900	119\$600
Rio Grande....	13\$200	4\$400	17\$600	25\$800	8\$600	34\$400	30\$000	10\$000	40\$000	42\$000	14\$000	56\$000	53\$100	17\$700	70\$800	68\$700	22\$900	91\$600
S. Bernardo....	13\$200	4\$400	17\$600	16\$800	5\$600	22\$400	29\$400	9\$800	39\$200	40\$500	13\$500	54\$000	55\$200	18\$400	73\$600
S. Paulo.....	4\$500	1\$500	6\$000	16\$800	5\$600	22\$400	27\$300	9\$100	36\$400	42\$600	14\$200	56\$800
Agua Branca...	12\$600	4\$200	16\$800	23\$700	7\$900	31\$600	38\$400	12\$800	51\$200
Perús.....	11\$100	3\$700	14\$800	26\$700	8\$900	35\$600
Belém.....	15\$300	5\$100	20\$400
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 10.

Objectos frageis e de grande responsabilidade como pianos, louça, espelhos vidros, etc.

Por tonelada metrica.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	7\$800	2\$600	10\$400	25\$800	8\$600	34\$400	36\$600	12\$200	48\$800	47\$400	15\$800	63\$200	51\$000	17\$000	68\$000	61\$200	20\$400	81\$600	70\$800	23\$600	94\$400	84\$000	28\$000	112\$000
Cubatão.....	18\$600	6\$200	24\$800	29\$400	9\$800	39\$200	40\$200	13\$400	53\$600	43\$800	14\$600	58\$400	54\$000	18\$000	72\$000	63\$600	21\$200	84\$800	76\$800	19\$600	78\$400
Rio Grande....	11\$400	3\$800	15\$200	22\$200	7\$400	29\$600	25\$800	8\$600	34\$400	36\$000	12\$000	48\$000	45\$600	15\$200	60\$800	58\$800	19\$600	78\$400
S. Bernardo....	11\$400	3\$800	15\$200	14\$400	4\$800	19\$200	25\$200	8\$400	33\$600	34\$800	11\$600	46\$400	47\$400	15\$800	63\$200
S. Paulo.....	4\$500	1\$500	6\$000	14\$400	4\$800	19\$200	23\$400	7\$800	31\$200	36\$600	12\$200	48\$800
Agua Branca...	10\$800	3\$600	14\$400	20\$400	6\$800	27\$200	33\$000	11\$000	44\$000
Perús.....	9\$600	3\$200	12\$800	22\$800	7\$600	30\$400
Belem.....	13\$200	4\$400	17\$600
Jundiahy.....	\$

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. 12 de Dezembro de 1866.--O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 11.

Bois, vâccas, touros, cavallo, bestas e jumentos.

Por cabeça.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELÉM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	900	300	1\$200	2\$100	700	2\$800	2\$000	1\$000	4\$000	3\$900	1\$300	5\$200	4\$200	1\$400	5\$600	4\$800	1\$600	6\$400	5\$100	1\$800	7\$200	6\$000	2\$000	8\$000
Cubatão.....	1\$500	500	2\$000	2\$400	800	3\$200	3\$300	1\$100	4\$400	3\$600	1\$200	4\$800	4\$500	1\$500	6\$000	5\$100	1\$700	6\$800	5\$700	1\$900	7\$600
Rio Grande....	1\$200	400	1\$600	1\$800	600	2\$400	2\$100	700	2\$800	3\$000	1\$000	4\$000	3\$750	1\$250	5\$000	4\$500	1\$500	6\$000
S. Bernardo....	1\$200	400	1\$600	1\$500	500	2\$000	2\$100	700	2\$800	2\$850	950	3\$800	3\$600	1\$200	4\$800
S. Paulo.....	600	200	800	1\$500	500	2\$000	2\$100	700	2\$800	3\$000	1\$000	4\$000
Agua Branca...	1\$200	400	1\$600	1\$800	600	2\$400	2\$700	900	3\$600
Perús.....	1\$200	400	1\$600	2\$100	700	2\$800
Belém.....	1\$500	500	2\$000
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 12.

Bezerros, carneiros, cabritos, porcos, cães amordaçados e outros quadrupedes semelhantes.

Por cabeça.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	180	60	240	450	150	600	600	200	800	780	260	1040	840	280	1120	1020	340	1360	1170	390	1560	1350	450	1800
Cubatão.....	300	100	400	480	160	640	660	220	880	720	240	960	900	300	1200	1050	350	1400	1260	420	1680
Rio Grande.....	210	70	280	360	120	480	420	140	560	600	200	800	750	250	1000	960	320	1280
S. Bernardo.....	210	70	280	240	80	320	420	140	560	570	190	760	780	260	1040
S. Paulo.....	120	40	160	240	80	320	390	130	520	600	200	800
Agua Branca.....	210	70	280	330	110	440	540	180	720
Perús.....	180	60	240	390	130	520
Belem.....	240	80	320
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. 12 de Dezembro de 1866 — O Director, Manoel da Cunha Galvão

TABELLA N. 15.

Gallos, frangos, gallinhas, marrecos e outras aves do mesmo tamanho ou menores.

Por duzia.

	CUBATÃO.	RIO GRANDE.	S. BERNARDO.	BRAZ.	S. PAULO.	AGUA BRANCA.	PERUS.	BELÉM.	JUNDIAHY.
	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.
Santos.....	400	600	700	800	800	840	900	940	1000
Cubatão.....		540	640	740	740	800	840	900	940
Rio Grande.....			500	700	700	800	800	840	900
S. Bernardo.....				500	500	600	700	800	840
Braz.....					500	500	600	700	800
S. Paulo.....						500	600	700	800
Agua Branca.....							500	600	700
Perús.....								500	600
Belém.....									500
Jundiahy.....									

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura. Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1865.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*,

TABELLA N. 14.

Perús, gansos, patos e outras aves do mesmo tamanho ou maiores.

Por cabeça.

	CUBATÃO.	RIO GRANDE.	S. BERNARDO.	BRAZ.	S. PAULO.	AGUA BRANCA.	PERUS.	BELEM.	JUODIAHY.
	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.	ORDINARIA.
Santos.....	120	160	180	200	200	220	240	200	250
Cubatão		140	160	180	180	200	220	240	260
Rio Grande.....			120	140	140	160	180	200	220
S. Bernardo.....				120	120	140	160	180	200
Braz.....					120	120	140	160	180
S. Paulo.....						120	140	160	180
Agua Branca.....							120	140	160
Perús.....								120	140
Belém.....									120
Juodiahv.....									

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 15.

Madeiras serradas, lavradas, ou brutas não comprehendidas nas tabellas n.º 16 e 17.

Por metro cubico.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.
Santos	2\$400	800	3\$200	7\$800	2\$600	10\$400	10\$800	3\$600	14\$400	11\$100	4\$700	15\$800	15\$000	5\$000	20\$000	18\$000	6\$000	24\$000	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000
Cubatão				5\$100	1\$800	7\$200	9\$000	3\$000	12\$000	11\$700	3\$900	15\$600	13\$200	4\$100	17\$300	16\$200	5\$100	21\$300	18\$600	6\$200	24\$800	22\$500	7\$500	30\$000
Rio Grande							3\$600	1\$200	4\$800	6\$600	2\$200	8\$800	7\$300	2\$600	10\$400	10\$800	3\$600	14\$400	13\$500	4\$500	18\$000	17\$400	5\$800	23\$200
S. Bernardo										3\$600	1\$200	4\$800	4\$500	1\$500	6\$000	7\$500	2\$500	10\$000	10\$200	3\$400	13\$600	13\$500	4\$500	18\$000
S. Paulo													1\$800	600	2\$400	4\$500	1\$500	6\$000	7\$200	2\$400	9\$600	10\$800	3\$600	14\$400
Agua Branca																3\$600	1\$200	4\$800	6\$300	2\$100	8\$400	9\$900	3\$300	13\$200
Perús																			3\$600	1\$200	4\$800	7\$200	2\$400	9\$600
Belém																						4\$500	1\$500	6\$000
Jundiahy																								

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1886. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 16.

Caibros e varas até nove metros de comprimento.

Por dois carros de madeira unidos.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELÉM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	15\$000	5\$000	20\$000	30\$000	10\$000	40\$000	33\$000	11\$000	44\$000	36\$000	12\$000	48\$000	39\$000	13\$000	52\$000	42\$000	14\$000	56\$000	45\$000	15\$000	60\$000	48\$000	16\$000	64\$000
Cubatão.....	27\$000	9\$000	36\$000	30\$000	10\$000	40\$000	33\$000	11\$000	44\$000	36\$000	12\$000	48\$000	39\$000	13\$000	52\$000	42\$000	14\$000	56\$000	45\$000	15\$000	60\$000
Rio Grande....	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000	30\$000	10\$000	40\$000	33\$000	11\$000	44\$000	36\$000	12\$000	48\$000
S. Bernardo....	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000	30\$000	10\$000	40\$000	33\$000	11\$000	44\$000
S. Paulo.....	15\$000	5\$000	20\$000	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000
Agua Branca...	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000
Perús.....	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000
Belém.....
Jundiaby.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio, e Obras Publicas. 12 de Dezembro de 1866.—O Director, Manoel da Cunha Galvão.

TABELLA N. 17.

Cal, carvão, vegetal ou mineral, telha, tijolo, tubos de barro, bitumes, pedras de construção, e peças de madeira pequenas de menos de 4.^m 59 de comprimento como ripas, moirões e achas de lenha.

Por carro (não excedendo a carga a 5 toneladas metricas.)

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	7\$500	2\$500	10\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	5\$500	22\$000	18\$000	6\$000	24\$000	19\$500	6\$500	26\$000	21\$000	7\$000	28\$000
Cubatão.....				10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	5\$500	22\$000	18\$000	6\$000	24\$000	19\$500	6\$500	26\$000
Rio Grande.....							9\$000	3\$000	12\$000	10\$000	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	5\$500	22\$000
S. Bernardo.....										9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000
S. Paulo.....													7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000
Agua Branca.....																9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000
Perús.....																			9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000
Belém.....																						9\$000	3\$000	12\$000
Jundiahy.....																								

Secretaria de Estado dos Negocios de Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1836. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 18.

Capim, estrumes e outras substancias uteis á lavoura e de valor insignificante em relação ao volume.

For carro.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	4\$500	1\$500	6\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	2\$000	11\$000	10\$300	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	5\$500	22\$000
Cubatão.....	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000
Rio Grande.....	1\$500	1\$500	3\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000
S. Bernardo.....	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000
S Paulo.....	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000
Agua Branca.....	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000
Perús.....	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000
Belem.....	4\$500	1\$500	6\$000
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*,

TABELLA N. 19.

Carro, ou carroça ordinaria de qualquer especie de duas rodas.

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELÉM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	2\$100	700	2\$800	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000
Cubatão.....	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000
Rio Grande....	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000
S. Bernardo...	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000
S. Paulo.....	2\$100	700	2\$800	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000
Agua Branca...	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000
Perús.....	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000
Belém.....	3\$000	1\$000	4\$000
Jundiaby.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

TABELLA N. 20.

Carro ou carroça ordinaria de quatro rodas

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELÉM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	3\$000	1\$000	4\$000	8\$100	2\$700	10\$800	10\$500	3\$500	14\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	5\$500	22\$000	18\$000	6\$000	24\$000	21\$000	7\$000	28\$000
Cubatão.....	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	12\$000	4\$000	16\$000	13\$500	4\$500	18\$000	15\$000	5\$000	20\$000	16\$500	6\$500	22\$000	19\$500	6\$500	26\$000
Rio Grande....	4\$500	1\$300	6\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000	15\$000	5\$000	20\$000
S. Bernardo....	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	10\$500	3\$500	14\$000	13\$500	4\$500	18\$000
S. Paulo.....	3\$000	1\$000	4\$000	6\$000	2\$000	8\$000	7\$500	2\$500	10\$000	10\$500	3\$500	14\$000
Agua Branca	4\$500	1\$500	6\$000	6\$000	2\$000	8\$000	9\$000	3\$000	12\$000
Perús.....	4\$500	1\$500	6\$000	7\$500	2\$500	10\$000
Belém.....	6\$000	2\$000	8\$000
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1869. — O Director, Manoel da Cunha Galvão.

TABELLA N. 21.

Carros para estrada de ferro.

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	4\$500	1\$500	6\$000	12\$000	4\$000	16\$000	15\$000	5\$000	20\$000	18\$000	6\$000	24\$000	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000	30\$000	10\$000	40\$000
Cubatão	9\$000	3\$000	12\$000	12\$000	4\$000	16\$000	15\$000	5\$000	20\$000	18\$000	6\$000	24\$000	21\$000	7\$000	28\$000	24\$000	8\$000	32\$000	27\$000	9\$000	36\$000
Rio Grande	6\$000	2\$000	8\$000	9\$000	3\$000	12\$000	12\$000	4\$000	16\$000	15\$000	5\$000	20\$000	18\$000	6\$000	24\$000	21\$000	7\$000	28\$000
S. Bernardo	6\$000	2\$000	8\$000	9\$000	3\$000	12\$000	12\$000	4\$000	16\$000	15\$000	5\$000	20\$000	18\$000	6\$000	24\$000
S. Paulo	4\$500	1\$500	6\$000	7\$500	2\$500	10\$000	10\$500	3\$500	14\$000	13\$500	4\$500	18\$000
Agua Branca	6\$000	2\$000	8\$000	9\$000	3\$000	12\$000	12\$000	4\$000	16\$000
Perús.....	6\$000	2\$000	8\$000	9\$000	3\$000	12\$000
Belém	7\$500	2\$500	10\$000
Jundiahy

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Calvão.*

TABELLA N. 22.

Carros para estrada de ferro rebocados.

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos.....	900	300	1\$200	3\$600	1\$200	4\$800	5\$100	1\$700	6\$800	7\$500	2\$500	10\$000	8\$100	2\$700	10\$800	9\$600	3\$200	12\$800	10\$500	3\$500	14\$000	12\$000	4\$000	16\$000
Cubatão.....	3\$000	1\$000	4\$000	4\$500	1\$500	6\$000	6\$900	2\$300	9\$200	7\$500	2\$500	10\$000	9\$000	3\$000	12\$000	9\$900	3\$300	13\$200	11\$400	3\$800	15\$200
Rio Grande.....	2\$400	800	3\$200	4\$800	1\$600	6\$400	5\$400	1\$800	7\$200	6\$900	2\$300	9\$200	7\$800	2\$600	10\$400	9\$300	3\$100	12\$400
S. Bernardo.....	2\$400	800	3\$200	3\$000	1\$000	4\$000	1\$500	1\$500	6\$000	5\$400	1\$800	7\$200	6\$900	2\$300	9\$200
S. Paulo.....	600	200	800	3\$000	1\$000	4\$000	3\$900	1\$300	5\$200	5\$400	1\$800	7\$200
Agua Branca.....	2\$400	800	3\$200	3\$300	1\$100	4\$400	4\$800	1\$600	6\$400
Perús.....	2\$400	800	3\$200	3\$900	1\$300	5\$200
Belém.....	3\$000	1\$000	4\$000
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866. — O Director *Marcos de Cunha Galvão*.

TABELLA N. 25.

Locomotivas ou tenders rebocados.

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERU'S.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADDITIONAL.	TOTAL.
Santos	78500	25500	104000	278000	95000	368000	395000	135000	528000	185000	165000	348000	515000	175000	688000	635000	210000	845000	725000	245000	965000	845000	285000	1125000
Cubatão	185000	65000	245000	305000	105000	405000	395000	135000	528000	625000	115000	565000	545000	185000	725000	635000	245000	845000	755000	255000	1005000
Rio Grande	125000	45000	165000	215000	75000	285000	245000	85000	325000	365000	125000	185000	155000	155000	605000	575000	195000	765000
S. Bernardo	125000	45000	165000	155000	55000	205000	275000	95000	365000	365000	125000	485000	485000	105000	645000
S. Paulo	48500	15500	65000	155000	55000	205000	245000	85000	325000	365000	125000	485000
Agua Branca	125000	45000	165000	215000	75000	285000	335000	115000	445000
Perús	105500	35500	145000	225500	75500	305000
Belem
Jundiahy

Secretaria do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 12 de Dezembro de 1866.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

TABELLA N. 24.

Caixão com defunto transportado em compartimento isolado nos trens de viajantes,

Cada um.

	CUBATÃO.			RIO GRANDE.			S. BERNARDO.			S. PAULO.			AGUA BRANCA.			PERUS.			BELEM.			JUNDIAHY.		
	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.	ORDINARIA.	ADICIONAL.	TOTAL.
Santos.....	9\$600	1\$200	4\$800	12\$000	4\$000	16\$000	16\$500	5\$500	22\$000	21\$600	7\$200	28\$800	23\$100	7\$700	30\$800	27\$900	9\$300	37\$200	32\$100	10\$700	12\$800	38\$100	12\$700	50\$800
Cubatão.....	8\$700	2\$900	11\$600	13\$500	4\$500	18\$000	18\$000	6\$000	24\$000	20\$100	6\$700	26\$800	24\$600	8\$200	32\$800	29\$100	9\$700	38\$800	35\$100	11\$700	46\$800
Rio Grande.....	5\$100	1\$800	7\$200	10\$200	3\$400	13\$600	12\$000	4\$300	16\$000	16\$500	5\$500	22\$000	21\$000	7\$000	28\$000	27\$000	9\$000	36\$000
S. Bernardo.....	5\$100	1\$700	6\$800	6\$600	2\$200	8\$800	11\$400	3\$800	15\$200	15\$600	5\$200	20\$800	21\$600	7\$200	28\$800
S. Paulo.....	1\$800	\$600	2\$400	6\$600	2\$200	8\$800	10\$500	3\$500	14\$000	16\$500	5\$500	22\$000
Agua Branca....	5\$100	1\$700	6\$800	9\$000	3\$000	12\$000	15\$000	5\$000	20\$000
Perús.....	4\$500	1\$500	6\$000	10\$500	3\$500	14\$000
Belém.....	6\$000	2\$000	8\$000
Jundiahy.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Dezembro de 1866. — O Director, *Manoel da Cunha Galvão.*

Tabella mostrando as distancias entre as diversas estações, em kilometros, milhas inglezas e leguas brasileiras de 5.000 braças.

	CUBATÃO.						RIO GRANDE.						S. BERNARDO.						BRAZ.						S. PAULO.						AGUA BRANCA.						PERUS.						BELEM.						JUNDIABY.								
	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.	KILOMETROS.	METROS.	MILHAS.	PÉS.	LEGUAS.	BRAÇAS.															
Santos.....	12	69	7	2.640	1	828	42	83	25	3.036	6	376	60	389	37	2.772	9	149	76	402	47	2.508	11	576	78	413	48	3.828	11	880	84	307	52	2.016	12	773	101	507	63	396	15	379	117	399	72	5.016	17	787	139	206	86	2.244	21	915			
Cubatão.....							30	14	18	396	4	517	48	320	30	132	7	321	64	333	33	5.143	9	747	66	344	41	1.188	10	52	72	238	44	4.686	10	945	89	438	55	3.036	13	551	103	330	65	2.376	15	959	127	137	78	4.384	19	263			
Rio Grande....													18	306	11	5.016	2	773	34	319	21	4.752	5	199	26	330	23	792	5	504	42	223	26	4.290	6	396	50	424	37	2.640	9	3	75	316	47	1.980	11	411	97	123	60	4.488	14	715			
S. Bernardo...																			16	13	9	5.016	2	426	18	24	11	1.056	2	731	23	918	11	4.554	3	624	41	118	25	2.904	6	230	57	10	35	2.244	8	638	78	817	48	5.016	11	942			
Braz.....																									2	11	1	1.320		381	7	905	4	4.818	1	197	25	105	15	3.163	3	803	40	897	25	2.508	6	211	62	804	38	5.016	9	515			
S. Paulo.....																															5	894	3	3.498		893	23	94	15	1.848	3	490	38	986	24	1.188	5	907	60	793	37	3.006	9	211			
Agua Branca...																																				17	200	10	3.630	2	606	33	92	20	2.970	5	14	54	899	24	196	8	315				
Perús.....																																																									
Belem.....																																																									
Jundiaby.																																																									

N. 557.—FAZENDA.—EM 13 DE DEZEMBRO DE 1866

Nota a irregularidade havida na escripturação de uma quantia, proveniente de custas vencidas por um Juiz dos Feitos da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes para, pelo credito da verba « Reposições e restituições » mandar pagar ao Dr. Quitiliano José da Silva a quantia de 356\$000 proveniente de custas que venceu no exercicio de 1863—1864, na qualidade de Juiz dos Feitos da Fazenda da dita Provincia, levando semelhante despesa ao exercicio em que fôr satisfeita, visto ter sido escripturada a citada quantia como « indemnizações » no exercicio de 1863—1864, segundo consta do seu officio n.º 75 de 29 de Setembro ultimo; e, por esta occasião, observa ao Sr. Inspector que não foi regular o procedimento que teve a mesma Thesouraria de mandar escripturar o pagamento das custas de que trata o processo, que ora lhe devolve, na verba « indemnizações » olvidando-se tambem do que dispõe o modelo do balanço mandado observar pela Circular de 20 de Fevereiro de 1854, e foi já determinado pela Ordem n.º 163 de 17 de Novembro de 1847.

Zacarias de Góes e Vasconcellos

N. 558.—GUERRA.—EM 14 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que os Commandantes de Companhias de operarios militares tendo vencimentos marcados por iguaes exercicios no Exercito estão sujeitos aos mesmos onus.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Dezembro 1866.

Declaro a V. S. em solução ao seu officio de 9 do mez proximo passado sob n.º 615, que não

podem ser fornecidos os objectos de expediente, pedidos pelo Commandante das Companhias de operarios militares, visto que o mesmo Commandante e os de cada Companhia tem os vencimentos marcados por iguaes exercicios no Exercito, e portanto sujeitos aos mesmos onus.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Francisco Antonio Raposo.

N. 559.—JUSTIÇA.—AVISO EM 14 DE DEZEMBRO DE 1866.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco. — Declara que as duvidas propostas sobre a intelligencia dos arts. 662, 663 e 664 do Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850, relativamente a offerecimento de documentos nos embargos oppostos as sentenças, não estão sujeitas a decisão do Poder Executivo, mas sim a jurisprudencia dos Tribunaes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1866.

Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de V. S., do 1.º de Março do corrente anno, submettendo a decisão do Governo Imperial diversas duvidas, que versão sobre a intelligencia dos arts. 662, 663 e 664 do Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850, relativamente a offerecimento de documentos nos embargos oppostos as sentenças.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 7 do corrente mez, com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bém Mandar Declarar que as questões, de que se trata, não estão sujeitas a decisão do Poder Executivo, como foi determinado no Aviso Circular n.º 70 de 7 de Fevereiro de 1856, mas pertencem a jurisprudencia dos Tribunaes, quo os devem decidir na applicação da lei aos casos occorrentes.

Deus Guarde a V. S. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco.

N. 560. — FAZENDA. — CIRCULAR DE 13 DE DEZEMBRO DE 1866.

As procurações passadas para o recebimento de dinheiro dos cofres nacionaes devem considerar-se revogadas, dando-se o facto de cobrar pessoalmente o constituinte, na ausencia do procurador, alguma das prestações cujo recebimento lhe commettera.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução a duvida novamente suscitada no Thesouro—se uma procuração passada para o effeito de receber dinheiro dos cofres nacionaes por tempo determinado ou indeterminado, deve considerar-se tacitamente revogada pelo simples facto de haver o constituinte recebido pessoalmente na ausencia do procurador alguma, ou algumas das prestações, cuja cobrança commettera ao mandatario, e se póde este receber as demais quantias pagaveis em épocas posteriores á interrupção do mandato pela interferencia do mandante : declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que, conforme o direito, o facto de receber o constituinte, na ausencia do constituido, alguma das prestações, cujo recebimento lhe incumbira, importa a revogação tacita do mandato, e não póde mais o Thesouro fazer qualquer pagamento em virtude de tal procuração; ficando consequentemente revogado o Aviso n.º 257 de 12 de Junho de 1863, que o contrario estabeleceu.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 561.—FAZENDA.—EM 15 DE DEZEMBRO DE 1866.

Manda executar provisoriamente as Instrucções expedidas para a boa administração dos Proprios Nacionaes do Municipio da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1866.

Attendendo á necessidade de providenciar sobre a melhor administração dos terrenos e predios do Estado no Municipio da Côrte, e usando da authorisação do art. 46 § 2.º do Decreto de 29 de Janeiro de 1859 ; resolvi expedir as Instrucções annexas não só para os contractos de arrendamento, como para o encarregado de zelar a segurança, conservação e asseio dos referidos predios.

Faça, pois, V. S. executar provisoriamente as mesmas Instrucções, notando os inconvenientes, que por ventura possam offerecer na pratica, para se deliberar ulterioimente o que fôr mais acertado.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

Instrucções a que se refere o Aviso supra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para a boa administração dos Proprios Nacionaes do Municipio da Côrte, ordena que se observe o seguinte.

Art. 1.º A administração dos Proprios Nacionaes a cargo do Ministerio da Fazenda no Municipio da Côrte compete á Directoria Geral das Rendas Publicas do Thesouro Nacional, por intermedio da Recebedoria e de um encarregado de velar pela segurança, conservação e asseio dos mesmos proprios (Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, art. 16 § 2.º; Av. n.º 151 de 22 de Abril de 1857 e Regulamento annexo.)

Art. 2.º A administração dos Proprios Nacionais continuará na forma das disposições em vigor, com as alterações constantes das presentes Instruções.

Art. 3.º As chaves dos predios pertencentes ao dominio do Estado, que estiverem arrendados ou convier arrendar, serão sempre entregues na Recebedoria pelo respectivo Administrador aos arrendatarios, ou por estes áquelles, quando, por findar o contracto ou por qualquer outro motivo, os mesmos arrendatarios deixarem os ditos predios.

Art. 4.º Logo que receber as chaves de qualquer predio do Estado, o Administrador da Recebedoria, se não tiver ordem em contrario, mandará annunciar por editaes nas folhas de maior circulação o arrendamento sob as condições da Lei e do estylo, e o recebimento de propostas para esse fim, e além disto pôr escriptos no mesmo predio com as declarações precisas para conhecimento de quem convier.

§ Unico. O prazo dos editaes será de 5 a 30 dias, conforme a importancia do aluguel dos predios.

Art. 5.º As propostas serão apresentadas em carta fechada e assignadas pelo concorrente e seu fiador, o qual nella declarará expressamente que se obriga pelas perdas e interesses, se o concorrente, sendo preferido, recusar assignar o contracto, ou pela fiel execução deste.

Art. 6.º Findo o prazo do annuncio, e no dia e hora nelle designados para a abertura das propostas, o Administrador da Recebedoria admitirá na sala da Repartição os concorrentes que se apresentarem, e em acto publico, com o respectivo Escrivão, abrirá as propostas que existirem, numerando-as e rubricando-as; feito o que, lavrar-se-ha de tudo o competente termo.

Art. 7.º Lavrado o termo de que trata o artigo antecedente, o Administrador da Recebedoria remettê-lo-ha por cópia á Directoria Geral das Rendas Publicas, com todas as propostas apresentadas, para o Ministro da Fazenda, ouvido o Tribunal do Thesouro Nacional, resolver o que fôr conveniente.

§ 1.º Aceitando-se alguma das propostas, lavrar-se-ha o competente termo de contracto na Directoria Geral do Contencioso, depois de accito o fiador pelo Tribunal do Thesouro Nacional.

§ 2.º Lavrado o contracto, a Directoria Geral do Contencioso enviará á das Rendas Publicas uma

cópia authenticica, com a descripção do predio, a fim de se fazerem as communicações precisas á Recebedoria para a entrega das chaves do mesmo predio ao arrendatario, e mais effeitos legais.

Art. 8.º Nenhum arrendatario entrará na posse de qualquer predio do Estado, sem assignar a descripção em duplicata do mesmo predio, suas divisões internas e seu estado actual, devendo entregar-se-lhe uma das vias, e ficar outra na Directoria Geral do Contencioso para todos os effeitos legais.

Art. 9.º O encarregado de zelar os proprios nacionaes é immediatamente subordinado á Directoria Geral das Rendas Publicas, e desempenhará as suas funcções na conformidade das presentes Instrucções, executando as ordens que lhe forem dadas pela mesma Directoria Geral e pela Recebedoria.

Art. 10. Ao encarregado, de que trata o artigo precedente, incumbe:

1.º Velar sobre a segurança, conservação e asseio dos proprios nacionaes no Municipio da Côrte, sem prejuizo das obrigações que incumbem aos inquilinos ou arrendatarios.

2.º Visitar extraordinariamente, sempre que entender necessario, e ordinariamente em cada mez, os proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Fazenda, examinando-os minuciosamente sob o ponto de vista de sua segurança, conservação e asseio.

3.º Dar conta do resultado do exame a que tiver procedido nas visitas ordinarias e extraordinarias, a que se refere o paragrapho antecedente, informando circumstanciadamente sobre o estado de cada um dos proprios nacionaes, quaes os concertos de que precisão, e indicando por essa occasião as medidas que entender necessarias.

4.º Participar immediatamente qualquer infracção dos contractos de arrendamento, commettida pelos arrendatarios ou outros individuos que occuparem os predios, e especialmente os damnos causados, e sobre os quaes convenha logo tomar providencias.

5.º Examinar se os foreiros e arrendatarios de predios ou terrenos do Estado se conservão dentro dos seus respectivos limites, ou se pelo contrario tem usurpado ou tentão usurpar terrenos do Estado adjacentes aos designados nos titulos, dando logo parte de tudo.

6.º Averiguar se nos terrenos e predios do Estado,

occupados ou não, se tem dado usurpações de qualquer natureza que sejam, como estabelecimento de servidões, edificação de obras ou outra occupação, sem licença, contracto ou obrigação com a Administração da Fazenda, dando logo parte no caso affirmativo.

7.º Informar sobre as duvidas que se levantarem a respeito dos limites dos terrenos e predios do Estado, e sua extensão, depois de proceder ás indagações precisas.

8.º Pôr escriptos nos proprios nacionaes que tiverem de ser arrendados, quando assim lhe fôr ordenado pela Recebedoria.

9.º Informar sobre qualquer outro assumpto, além dos mencionados nos paragraphos anteriores, relativo aos proprios nacionaes do Municipio da Côrte.

10. Remetter em Janeiro de cada anno um relatório sobre os proprios nacionaes a seu cargo, expondo todos os factos occorridos no anno findo, as medidas tomadas, effeito que produzirão, e o estado de cada um dos predios, e propondo as providencias que julgar necessarias.

Art. 11. O encarregado dos proprios nacionaes tambem dará parte de todo e qualquer facto prejudicial aos interesses do dominio do Estado, que chegar ao seu conhecimento, occorrido nos terrenos e predios destinados ao serviço publico, ou sob a guarda de outro Ministerio.

Art. 12. Quando algum terreno ou predio, sob a guarda e administração de qualquer Ministerio deixar de ser destinado ao serviço publico, expedidas as participações precisas pelo Ministerio competente ao da Fazenda e por este á Directoria Geral das Rendas Publicas, providenciar-se-ha logo sobre o seu arrendamento nos termos das presentes Instrucções.

Art. 13. A correspondencia do encarregado dos proprios nacionaes será feita directamente com a Directoria Geral das Rendas Publicas ou com a Recebedoria, conforme a natureza do assumpto, devendo prestar as informações que lhe forem exigidas por qualquer dessas Repartições.

Art. 14. O encarregado dos proprios nacionaes vencerá por seu trabalho a gratificação que lhe arbitrar o Ministerio da Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 562. — FAZENDA. — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1866.

Indefere um recurso sobre multa de direitos em dobro, por diferença encontrada no peso de 5 caixas com sulphato de quinino.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1866.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Richerts & Joppert da decisão da Inspectoria da Alfandega da Córte, que os obrigou ao pagamento de direitos em dobro pela diferença encontrada no peso de cinco caixas com sulphato de quinino; e o mesmo Tribunal:

Considerando que, para ter lugar a verificação do peso real, ou liquido, a respeito das mercadorias despachadas com o abatimento marcado na Tarifa, é necessario que a nota para o respectivo despacho contenha a declaração de peso liquido;


Considerando que o despacho do sulphato de quinino, segundo o art. 435 da Tarifa, tem lugar com o abatimento da tara, que alli se estabelece;

Considerando que os recorrentes nenhuma declaração fizeram na nota para despacho dessa mercadoria do respectivo peso liquido;

Considerando que procedendo assim, não satisfizerão elles as condições necessarias para o despacho pelo peso real ou liquido;

Resolveu indeferir o recurso, e sustentar a decisão recorrida. O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega, para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 563.—FAZENDA—EM 18 DE DEZEMBRO DE 1866.

Direitos a que estão sujeitas as Apolices da divida publica quando adquiridas por herança ab-intestado, e no caso em que o herdeiro faz cessão da herança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1866.

Para que possa ser cumprido o incluso Precatorio de levantamento da quantia de 562\$746, que V. S. dirigio ao Thesouro a favor de Manoel Moreira Tavares, como cessionario e procurador em causa propria de Pedro da Silva Ramos, herdeiro habilitado de sua prima irmã, a finada Maria Joaquina do Rosario, faz-se necessario que seja reformado o calculo dos respectivos direitos; porquanto, do valor das apolices devem ser cobrados os direitos de 4% que importão em 160\$000, na fórma da Ordem n.º 164 de 23 de Maio de 1851, que não as isenta desse imposto quando são adquiridas por herança ab-intestado.

Além disso, havendo o herdeiro feito cessão da herança, e pago apenas o sello desta, deverá satisfazer tambem o das apolices relativamente á transferencia dellas para o cessionario, visto como o que foi cobrado em relação ás mesmas apolices era o que deveria ser pago pelo facto de ter herdado esses titulos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Dr. Juiz de Orphãos e Ausentes da Côte.



N. 564.—FAZENDA—EM 18 DE DEZEMBRO DE 1866.

Provimto de recurso de revista sobre multa de direitos dobrados em um despacho de presúntos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para sua intelligencia e devidos offeitos, e em resposta ao seu officio n.º 172 de 21 de Julho ultimo,

que foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de revista de G. E. Stevenson & C.^a, interposto da decisão da Alfandega da mesma Provincia, que os sujeitou ao pagamento de direitos em dobro da differença para mais encontrada em um despacho de presuntos; e o mesmo Tribunal:

Considerando que o motivo da differença procede de se ter incluído no peso da mercadoria o sal em que vinha acondicionada, e que pagou, como os presuntos, direitos a razão de 40 réis por libra;

Considerando que o sal, estando sujeito a taxa differente no art. 317 da Tarifa, podia separar-se da mercadoria em questão, sem prejudicá-la;

Considerando que, conforme é pratica na Alfandega da Côrte, devem os presuntos encapados ser despachados á razão de 70 réis por libra, na fórma do art. 90 da Tarifa, não se incluindo no seu peso o do sal, por não ser materia necessaria á sua conservação:

Resolveu dar provimento ao recurso, por ter havido violação de lei, para o effeito de serem os recorrentes relevados da multa que lhes fôra imposta, devendo o Sr. Inspector ordenar ao da Alfandega que faça corrigir o despacho, na fórma acima declarada, a fim de ser considerado o sal refinado, não como accreseimo do peso, mas como mercadoria sujeita aos direitos do citado art. 317 da Tarifa, e tarifadós os presuntos encapados no art. 90, na parte que lhes é propria, para pagarem os direitos á razão de 70 réis por libra.

Zacarias de Góes Vasconcellos.

N. 565. — GUERRA. — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1866.

Determina como se deve proceder na distribuição das costuras, que tenham de ser manufacturadas fóra do Arsenal de Guerra da Côrte.

Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Dezembro de 1866.

Declaro a V. S. para seu conhecimento e devida execução que na distribuição das costuras, que tenham de ser manufacturadas fóra do Arsenal de

Guerra da Côrte, devem ser de preferencia contempladas, não só as viúvas e orphãs dos que tem fallecido em consequencia de ferimentos ou molestias adquiridas em campanha, como tambem ás familias dos Officiaes e praças, que se achão em serviço no theatro da Guerra. Depois dessas familias devem ser igualmente contempladas as dos Officiaes e empregados da Repartição da Guerra e em geral as familias necessitadas, fazendo-se a distribuição por modo tal que sejam attendidas com igualdade todas as pessoas contempladas, de sorte que umas não obtenhão maior quinhão do que outras. E será conveniente que V. S. fiscalize semelhante serviço, a fim de evitar-se o grande numero de reclamações que sempre apparecem, encarregando da distribuição um Official cujos precedentes inspirem confiança. O que tudo haja V. S. por muito recommendado.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Francisco Antonio Raposo.

N 566.—FAZENDA.—EM 20 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que os (assignantes das) Alfandegas não estão comprehendidos no art. 3.º § 5.º da Lei hypothecaria, e como deve ser garantida a caução dos mesmos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 16 do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará de 6 de Outubro ultimo, dirigido á Directoria Geral do Contencioso, declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que os assignantes das Alfandegas não estão comprehendidos no art. 3.º § 5.º da Lei hypothecaria, a qual não confere á Fazenda Publica hypotheca legal sobre os seus immoveis ou de seus fiadores.

E' mister, pois, que a caução dos assignantes seja garantida com hypotheca convencional de immoveis, segundo o art. 4.º da citada lei, deposito de apolices ou dinheiro na fôrma do art. 7.º da Lei de 12 de Setembro e Circular n.º 29 de 22 de Outubro ultimos, ou outros penhores, conforme o art. 123 § 2.º, do Regulamento das Alfandegas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos,

N. 567.—FAZENDA.—EM 21 DE DEZEMBRO DE 1866.

Responde ao Aviso do Ministerio da Marinha requisitando que sejam pagas as pensões concedidas á praças da Armada, que por falta de meios não tirarão ainda os seus títulos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Dezembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 30 de Novembro proximo passado, requisitando que sejam pagas as pensões concedidas á praças da Armada, que, por falta de meios, não tirarão ainda os respectivos títulos, cujos direitos, podem ser descontados na razão da quinta parte das mesmas pensões sujeitas, quando são concedidas annual ou mensalmente, aos direitos de 5 %, emolumentos e sello proporcional, na fôrma da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1844, da que baixou com o Decreto n.º 346 de 30 de Março de 1844 e do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, e as concedidas diariamente só obrigadas aos dous ultimos impostos; podendo o primeiro ser satisfeito pela duodecima parte, na fôrma da advertencia 2.ª da 1.ª tabella acima citada; sem que o mesmo favor se ache autorizado a respeito daquelles outros impostos, não póde o Thesouro alterar o modo da respectiva cobrança sem disposição legislativa.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo.

N. 568.— FAZENDA.— EM 21 DE DEZEMBRO DE 1866.

Nega approvação ao acto da Thesouraria de Minas, mandando abonar a um responsavel a quantia em que ficou alcançado, por ser credor de igual quantia proveniente de vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.º 96 de 30 de Novembro ultimo, que não póde ser approvada a sua deliberação de mandar abonar ao responsavel José Ribeiro Bhering Junior a quantia de 160\$180, em que ficou alcançado, embora se lhe devesse igual quantia proveniente de vencimentos, visto que não havia credito para semelhante despesa; e que, só depois de obtido o respectivo credito, poderá ter lugar a devida escripturação para indemnização dos cofres da Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 569.— FAZENDA.— EM 22 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara que a viuva de um Major réformado que servio na 2.ª linha, não tem direito a augmento de meio soldo pelos postos a que seu marido fôra promovido na mesma 2.ª linha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe que foi indeferido o requerimento transmittido com o officio n.º 42 da Presidencia da dita Provincia de 18 de Novembro do anno passado, no qual D. Senhorinha Alexandrina da Cunha, viuva do

Major reformado do Exercito Joaquim Ribeiro da Cunha, pede a graça de ser reparado o engano que houve na declaração da quantia de 44\$000 mensaes, que por Titulo de 14 de Outubro de 1857 se lhe mandou abonar, correspondente á metade do soldo de Alferes, quando suppõe a dita pensionista que lhe cabe a de 15\$000, equivalente á metade do de Capitão que vencia seu finado marido, visto não ter a reclamante direito a esta ultima quantia, porque seu marido sempre foi ajudante de milicias, embora tivesse a patente de Capitão ou de Tenente, porque taes postos erão honoríficos para os militares que servião nas ditas milicias tendo passado da 1.^a linha antes das Instrucções de 4 de Dezembro de 1822; por conseguinte cabe-lhe unicamente o meio soldo de Alferes pela tabella de 28 de Março de 1825, uma vez que o militar fallecido estava em exercicio ainda na data da Lei de 24 de Setembro de 1829, e foi esse o que o Thesouro abonou-lhe na razão de 44\$000 mensaes.

Outrosim ordena ao Sr. Inspector que dê conhecimento desta decisão á referida pensionista, a fim de que use dos recursos legais, se lhe convier.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 570.—IMPERIO.—EM 22 DE DEZEMBRO DE 1866.

A^a Illustrissima Camara Municipal.—Declarando que não compete a ella regular a navegação da bahia por suas posturas, visto pertencer esse objecto aos Regulamentos do Porto e a Policia.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Dezembro de 1866.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 3 de Novembro proximo findo, em que a Illma. Camara Municipal submette á approvação do Governo Imperial as posturas por ella adoptadas na sessão do referido dia a respeito de transportes maritimos dentro da bahia deste municipio.

E, O Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez com o parecer da maioria da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 12 do mez proximo findo, Ha por bem Mandar Declarar a mesma Ilma. Camara, que a ella não compete regular a navegação da bahia por suas posturas, visto pertencer esse objecto aos Regulamentos do Porto e a Policia, e que, quanto ás obrigações dos emprezarios de taes servicos, são ellas determinadas nos estatutos, e nas condições com que foram estabelecidas, as Companhias.

José Joaquim Fernandes Torres

N. 574 —IMPERIO.—EM 22 DE DEZEMBRO DE 1866.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declarando que a falta de remessa da lista de qualificação aos Juizes de Paz em exercicio nos diversos Districtos da Parochia, ou a da sua publicação por estes, não é bastante para annullar-se a qualificação.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 34 de 31 de Outubro ultimo, submettendo a approvação do Governo Imperial a decisão, pela qual declarou a Camara Municipal da Villa do Rio Pardo, que a remessa da lista de qualificação aos Juizes de Paz, ou a publicação della por estes, sendo-lhes remetida não é solemnidade essencial para a validade da qualificação, salvo se ha concomitancia de vicios ou defeitos que a tornem suspeita, e como tal incapaz de credito, e que portanto, so por aquella falta não podia ser annullada a qualificação de votantes feita pela Junta da Parochia do Rio Pardo.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do

Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 21 do mez proximo findo, Ha por bem Mandar approvar a decisão de V. Ex., visto que a remessa das cópias parciaes do alistamento de cada um dos districtos das parochias aos respectivos Juizes de Paz não é formalidade substancial. Sendo porém a disposição do art. 21 da Lei de 19 de Agosto de 1846, preceito muito importante para o conhecimento dos cidadãos a fim de fazerem reclamações, se para ellas houver motivo, nos 30 dias de intervallo da primeira a segunda reunião das Juntas, devem estas cumpril-o escrupulosamente, e, não o fazendo, estão nos casos de serem multadas na fórma do art. 126 § 1.º n.º 5 da mesma Lei; pena esta, que V. Ex. deverá impôr á mencionada Junta, se por ventura reconhecer que ella obrou com fraude neste objecto.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 572. — IMPERIO. -- EM 22 DE DEZEMBRO DE 1866.

A' Illustrissima Camara Municipal. — Declarando que a Lei do 1.º de Outubro de 1828 em nenhuma das suas disposições confere ás Camaras Municipaes a faculdade de fixarem o numero de caixeiros dos estabelecimentos industriaes ou commerciaes; e que portanto não póde a Ilma. Camara Municipal intervir na fixação do numero de caixeiros das bancas da Praça do Mercado.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negócios do Imperio em 22 de Dezembro de 1866.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 5 de Junho ultimo, em que a Ilma. Camara Municipal, dando cumprimento a Portaria deste Ministerio de 4 de Maio antecedente, informa sobre a representação, que ao Governo Imperial dirigem alguns dos arrendatarios de bancas e consignatarios de pescadores da Praça do Mercado, pedindo a revogação do § 7.º do Edital da mesma Ilma. Camara de 4 de Julho do anno passado, no qual se ordena que os pescadores indiquem ao Fiscal, por cartas

reconhecidas por Tabellião, qual é nome dos seus consignatarios, devendo também estes declarar quaes os seus caixeiros autorizados para venderem, sendo o numero delles determinado pela Commissão, e não podendo os que são designados para negocio dentro das bancas fazer a venda fóra, ou vice-versa.

E o Mesmo Augusto Senhor Tendo-se Conformado por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez com o parecer da maioria da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 15 de Outubro ultimo, Ha por bem Mandar Declarar a Ilma. Camara Municipal que póde subsistir a parte do referido paragrapho, relativa ao reconhecimento das cartas por Tabellião; mas não a que diz respeito á intervenção da Ilma. Camara na fixação do numero de caixeiros de cada banca, a qual não póde deixar de ser considerada illegal, não só porque essa fixação depende de circumstancias especiaes que só podem ser devidamente apreciadas pelo dono do estabelecimento, como também porque semelhante medida excede as faculdades outorgadas ás Camaras Municipaes pelo Regimento do 4.º de Outubro de 1828, cujo art. 66, que é o que especifica as attribuições Municipaes no que diz respeito á policia e economia das povoações, em nenhum dos seus paragraphos confere ás Camaras o direito de fixarem o numero dos caixeiros dos estabelecimentos industriaes, ou commerciaes.

José Joaquim Fernandes Torres.

N. 573. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 24 DE DEZEMBRO DE 1866.

Approva as Instruções para o serviço do telegrapho da estrada de ferro da Bahia.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar provisoriamente as instruções para o serviço do telegrapho electrico da estrada de ferro da Bahia ao

Rio S. Francisco, as quaes vão assignadas pelo Con-
selleiro Director da 2.^a Directoria desta Secretaria de
Estado, Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Dezem-
bro de 1886.

Mahibel Pinto de Souza Dantas.

**Instruções para o serviço do telegrapho electrico da
estrada de ferro da Bahia ao Rio S. Francisco.**

Art. 1.^o Qualquer pessoa poderá servir-se do tele-
grapho electrico.

Art. 2.^o O original de cada despacho deverá ser es-
cripto legivelmente e em caracteres que osapparelhos
telegraphicos possam reproduzir; não sendo admis-
siveis abreviaturas, nem numeros expressos por al-
garismos.

O endereço indicará o destinatario e a sua residen-
cia, de maneira que não offereça duvida alguma. O
expedidor soffrera as consequencias do endereço
inexacto ou incompleto.

Permitir-se-ha ao expedidor addicionar á sua
assignatura qualquer legalização que julgar conve-
niente.

Art. 3.^o Será prohibido o uso de cifra secreta,
menos ao Governo e a Administração da estrada.

Art. 4.^o Rejeitar-se-ha o telegramma que fôr con-
trario ás leis, offensivo da moral e dos bons costumes,
ou prejudicial á segurança publica.

As Estações telegraphicas não exercerão censura
sobre os telegrammas officiaes.

Art. 5.^o Todas as taxas, sem distincção, serão pagas
pelo expedidor antes da transmissão.

Art. 6.^o As taxas da tabella n.^o 1, serão cobradas
por telegramma para qualquer distancia da linha te-
legraphica.

Art. 7.^o Só se aceitará telegramma de mais de 100
palavras quando não prejudicar o serviço da compa-
nhia; e neste caso o chefe da Estação respectiva
fixará o preço.

Art. 8.^o Para applicar-se a taxa ao numero de pala-
vras, observar-se-hão as regras seguintes:

1.^a Será comprehendido no numero de palavras
sujeitas á taxa tudo que o expedidor tiver escripto no

original para ser transmittido, como tambem as indicações sobre o modo de transporte além do alcance da linha telegraphica; e a legalisação da assignatura.

2.^a Toda palavra que não tiver mais de sete syllabas, será contada por uma palavra; as mais longas, porém, serão contadas por duas.

3.^a A palavra composta, escripta como uma só, será contada como tal todas as vezes que não tiver mais de sete syllabas; se as partes componentes, porém, estiverem escriptas separadamente, contar-se-hão por outras tantas palavras ainda quando estejam ligadas por traços de união.

4.^a Todo caracter alphabetico isolado, toda palavra ou partícula seguida de apostrophe, contar-se-ha como uma palavra.

5.^a Os signaes que o apparelho tiver de exprimir por palavras, contar-se-hão pelo numero dellas.

6.^a Não se contarão: os signaes de pontuação, os de paragrapho, os apostrophes, traços de união, virgulas dobradas e parenthesis; as palavras, numeros ou signaes, acrescentados pelo telegraphista a bem do serviço; a data, hora e minuto da entrada do telegramma, e a Estação da partida, se o expedidor não houver lançado estas indicações no original.

Art. 9.^o Sendo um telegramma expedido simultaneamente a mais de uma Estação, pagará por uma a taxa da tabella, e por cada uma das outras mais metade da dita taxa; e se fôr a uma só Estação, porém dirigido a diversos destinatarios, pagará, além da taxa da tabella, mais um quarto della por cada cópia supplementar que se houver de entregar.

Art. 10. As despesas de transporte feito por proprio além do alcance da linha telegraphica, serão cobradas na Estação da partida, segundo a tabella n.^o 2.

Art. 11. A Administração da estrada não se obrigará a remetter despachos por proprios a mais de duas leguas das Estações telegraphicas.

Art. 12. Qualquer expedidor terá a faculdade de pagar anticipadamente a resposta ao telegramma que apresentar, fixando a seu arbitrio o número de palavras. Em tal caso o telegramma terá immediatamente antes da assignatura a indicação — *resposta paga de . . . palavras*.

Se a resposta constar de menos palavras do que as que tiverem sido pagas, o excedente da taxa será res-

tituido com a deducção de 200 réis; se constar de mais, quem a apresentar deverá pagar a differença.

Não sendo apresentada a resposta nas 48 horas, que seguirem a da entrega do telegramma primitivo, ou se o expedidor della, por exceder o numero de palavras fixado por quem a pedisse, não quizer pagar a differença, o expedidor da pergunta poderá reclamar a taxa depositada para a resposta, com a deducção de 200 réis. Depois das primeiras 48 horas, outras tantas serão concedidas para reclamar-se a quantia depositada, que, findo este ultimo prazo, reverterá a favor da Estação da partida.

Art. 13. O expedidor poderá pedir a repetição integral de seu telegramma pela Estação do destino, a fim de conferil-o; ou sómente um aviso de recepção.

Pela repetição pagará metade da taxa do telegramma, e pelo aviso 10 % da mesma taxa.

Art. 14. Só se dará segunda cópia do telegramma ao expedidor ou ao destinatario, ou a quem fôr por qualquer desses autorizado; cobrando a Estação por isto um quarto da taxa.

Art. 15. O pedido de que um telegramma já transmittido não seja enviado ao destinatario, caso seja ainda tempo, far-se-ha por novo telegramma sujeito á taxa.

A Estação nada restituirá se fôr retirado um telegramma no decurso da transmissão.

Restituir-se-ha, com 200 réis de deducção, a taxa do telegramma retirado antès de começada a expedição.

Art. 16. Restituir-se-ha integralmente a taxa:

1.º Reconhecendo-se a necessidade de retardar consideravelmente a transmissão do despacho, salvo querendo a parte sujeitar-se á demora.

2.º Não chegando o despacho ao destino, sendo a falta do serviço telegraphico.

3.º Provando-se que o despacho, ou a copia remetida ao destinatario, foi alterada a ponto de não preencher o seu fim.

4.º Chegando á Estação do destiño mais tarde do que se fosse por um trem de passageiros, ou á casa do destinatario com maior demora do que a de uma hora além do tempo necessario para o proprio percorrer a distancia á razão de meia legua por hora, salvo do segundo caso os de força maior.

Art. 17. Os despachos serão remetidos fechados aos destinatarios. No caso de ausencia delles pode-

rão ser entregues aos membros adultos de suas famílias, aos seus empregados, inquilinos, ou hospedeiros, excepto quando se declarar por escripto nos despachos que se faça a entrega ao proprio destinatario ou a algum delegado seu.

Nada restituirá a Estação não se encontrando a quem entregar o despacho.

Art. 18. A Estação do destino não podendo, por qualquer falta do serviço telegraphico, enviar o despacho á casa do destinatario, ou enviando, se não encontrar a quem entregal-o, avisará, por meio de despacho de serviço, á da partida, e esta, no primeiro caso, ao expedidor ainda que se ache ausente do escriptorio telegraphico; e no segundo, quando elle ali apresentar-se ou mandar alguem.

Art. 19. Quem receber um despacho deverá passar recibo, indicando a data, hora e minuto da recepção.

Art. 20. A Administração da estrada não se responsabilisará pelos damnos resultantes da perda, alteração ou retardamento dos despachos.

Art. 21. As precedencias para expedição serão reguladas assim:

1.º Despachos da companhia.

2.º Ditos officiaes, isto é, do Presidente da Provincia e mais autoridades.

3.º Ditos dos particulares pela ordem das entregas.

Art. 22. Os despachos de serviço do Engenheiro Fiscal do Governo e de seus Ajudantes serão considerados a todos os respeitos como os da companhia.

Art. 23. Só poderá ser interrompida a transmissão de um despacho para fazer-se a de outro, quando este fôr de ordem superior e houver extrema urgencia em expedil-o.

Estando duas Estações em communicação, e tratando-se de despachos da mesma ordem, ellas alternadamente os transmittirão.

Art. 24. Em cada escriptorio telegraphico haverá um exemplar das presentes Instrucções, cuja leitura será franqueada a qualquer pessoa.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 24 de Dezembro de 1866—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

**Tabellas fixando a taxa dos Telegrammas da Estrada
do Ferro da Bahia ao Rio de S. Francisco.**

TABELLA N.º 1.

De 1 até 15 palavras.....	1\$200
De 16 a 20 ».....	1\$600
De 21 a 25 ».....	2\$000
De 26 a 30 ».....	2\$400
De 31 a 35 ».....	2\$800
De 36 a 40 ».....	3\$200
De 41 a 45 ».....	3\$600
De 46 a 50 ».....	4\$000
De 51 a 55 ».....	4\$400
De 56 a 60 ».....	4\$800
De 61 a 65 ».....	5\$200
De 66 a 70 ».....	5\$600
De 71 a 75 ».....	6\$000
De 76 a 80 ».....	6\$400
De 81 a 85 ».....	6\$800
De 86 a 90 ».....	7\$200
De 91 a 95 ».....	7\$600
De 96 a 100 ».....	8\$000

TABELLA N.º 2.

Até 1/2 légua.....	500
De 1/2 a 1 ».....	1\$000
De 1 a 1 1/2 ».....	1\$500
De 1 1/2 a 2 ».....	2\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas em 24 de Dezembro de
1866.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

N. 574.—FAZENDA.—EM 26 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara não aceitavel, por não ser original, um documento annexo a um requerimento de aposentadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1866.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio dessa Presidencia, sob n.º 106, de 22 de Setembro ultimo, remettendo o requerimento documentado em que João Antonio dos Santos pede ser aposentado no lugar que actualmente occupa de patrão de uma das barcas de vigia da Alfandega dessa Provincia, communico a V. Ex. que o documento apresentado pelo peticionario não é aceitavel em processos semelhantes, visto não ser original, pelo que devolvo á V. Ex. o referido requerimento para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 575.—FAZENDA.—EM 26 DE DEZEMBRO DE 1866.

Ordena que na Alfandega de Sergipe se observem as disposições vigentes, em relação aos empregados a quem foram arbitradas gratificações pelo serviço de arrecadarem os salvados de um navio, que naufragara na barra do Propriá.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 75 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe de 24 de Setembro ultimo, relativo á gratificação que o Inspector da respectiva alfandega julgou razoavel arbitrar aos Empregados por elle designados para arrecadarem os salvados da Escuna hanôveriana *Tauble*, naufraga-

gada na barra do Propriá, ordena ao mesmo Sr. Inspector que, distinguindo as despesas de salvamento das de assistência e fiscalização dos salvados, mande que a Alfândega proceda quanto a estas somente nos termos do § 8.º do art. 36 do Reg. de 19 de Setembro de 1860, e ordem do Thesouro de 6 de Agosto do corrente anno, inclusa por cópia, dirigida á Thesouraria do Maranhão, deixando o direito salvo, quanto a aquellas, aos empregados e marinheiros que concorrerão para o salvamento dos objectos constantes da relação que acompanhou o dito officio; a fim de que promovão elles a respectiva ajuda de custo pelos meios marcados no § 6.º do citado art. 336, e arts. 736 e 739 do Código do Commercio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 376. — GUERRA. — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1866.

Determina que quando no Arsenal de Guerra se recebam quaesquer objectos se extraião immediatamente os respectivos conhecimentos.

N. 696. — Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministério dos Negocios da Guerra em 26 de Dezembro de 1866.

A fim de que se não reproduzão os inconvenientes, que se derão com o conhecimento n.º 43 da 3.ª Classe do Almoxarife do Arsenal de Guerra da Côrte, relativo ao exercicio de 1865—1866, no qual se achão tambem mencionadas quantias pertencentes ao exercicio encerrado de 1864—1865, cumpre que V. S. dê as necessarias providencias a fim de que quando no mesmo Arsenal se recebam quaesquer objectos se extraião immediatamente os respectivos conhecimentos.

Deus Guarde a V. S. — *João Lustoza da Cunha Paranaquá.* — Sr. Francisco Antonio Raposo.

N. 577. — GUERRA. — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declarar que não estão sujeitos ao pagamento de sello, direitos e emolumentos os ~~Empregados de Fazenda~~ de mera comissão temporaria, devendo todavia os que tiverem titulo pagar emolumentos e sello.

Directoria Central. — 4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministério dos Negocios da Guerra em 26 de Dezembro de 1866.

Em resposta ao seu officio n.º 66 de 5 de Outubro ultimo, ácerca do pagamento de sello, direitos e emolumentos dos respectivos titulos dos Empregados de Fazenda: declaro a Vm. que segundo as disposições vigentes não estão obrigados a taes pagamentos os empregos de mera commissão temporaria, devendo todavia os que tiverem titulo pagar emolumentos e sello. Quanto aos direitos de 5 %, é obvio que os que são Empregados Publicos nada tem a pagar, e que os de commissão só são obrigados a porcentagem relativa aos soldos de suas graduações. O que tudo está de accordo com o preceito dos Avisos de 5 de Janeiro e 29 de Maio deste anno.

Deus Guarde a Vm. — *João Lustoza da Cunha Paranaguá*. — Sr. Carlos Corrêa da Silva Lage.



N. 578. — FAZENDA. — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1866.

Trata da nomeação, incompetentemente feita, do Porteiro da Alfandega do Rio Grande do Norte para exercer as funções de feitor na arrematação dos salvados de um navio que naufragara, e da pretensão do mesmo ao pagamento da respectiva gratificação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do

Rio Grande do Norte, em resposta ao seu officio n.º 77 de 23 de Outubro ultimo, que bem procedeu sustentando a decisão da Inspectoria da Alfandega da mesma Provincia, que indeferiu o requerimento em que o Porteiro da dita Alfandega, Francisco Leitão de Almeida, pede que pelo producto dos salvados do brigue italiano *Flavio*, naufragado no lugar denominado—Muriú—se lhe mande pagar uma gratificação equivalente áquella que, em virtude do Decreto n.º 858 de 10 de Novembro de 1854, percebem os Agentes de leilões, em consequencia de haver o peticionario exercido as funções de leiloeiro naquelle lugar, por occasião da arrematação dos referidos salvados, visto não lhe ser applicavel a disposição do citado Decreto; tendo entretanto ambas as Repartições procedido irregularmente, a Alfandega por nomear o recorrente para servir de leiloeiro dos ditos salvados, e a Thesouraria por consentir nessa nomeação, não só porque tal attribuição não entra no numero das que confere ao Porteiro das Alfandegas o art. 452 do respectivo Regulamento, como porque não devendo realizar-se o leilão dos sobreditos salvados naquelle lugar sem autorização do Juiz Commercial, a requerimento ou com audiencia do Capitão, na fórma do § 3.º do art. 336 do dito Regulamento, ao mesmo Juiz cabia tomar as providencias necessarias para que se levasse a effeito aquelle leilão, e portanto nomear o leiloeiro; não tendo a Alfandega outra attribuição a exercer a esse respeito senão a da nomeação de Empregados para assistencia e fiscalização dos salvados, nos termos do art. 333 do mesmo Regulamento.

Como porém esta nomeação assim irregular se deu, e em obediencia á ordem de seu superior o Porteiro seguiu para Muriú, e allí auxiliou a fiscalização, pôde elle ser comprehendido no disposto no § 8.º do citado art. 336, ordenando o Sr. Inspector á respectiva Alfandega que sobre este, e quaesquer outros Empregados nomeados na fórma do referido art. 336, organize a tabella da ajuda de custo de que trata o § 8.º, e a remetta ao Thesouro, tendo em vista o disposto na ordem, inclusa por cópia, de 6 de Agosto do corrente anno, dirigida á Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 579.—FAZENDA.—EM 27 DE DEZEMBRO DE 1866.

Devolve á Thesouraria da Parahyba o requerimento de um Solicitador dos Feitos da Fazenda, pedindo sua aposentadoria, a fim de que sejam observadas a tal respeito as disposições do art. 57 do Decreto n.º 736 de 1850, e Circular n.º 23 de 2 de Março de 1861.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 97 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba de 5 de Dezembro de 1863, remettendo o requerimento documentado, em que Pedro Tavares da Costa Solicitador dos Feitos da Fazenda da dita Provincia pede sua aposentadoria e em vista dos documentos exhibidos:

Considerando que a Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 23 de Junho do anno passado declarou os Solicitadores dos Feitos comprehendidos na disposição do art. 57 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, approvado pela Lei n.º 1114 de 27 de Setembro de 1860, para serem aposentados segundo as regras nelle prescriptas ;

Considerando que, conforme as disposições alludidas, só póde ser aposentado o Empregado que, além de mais de 30 annos de bons serviços, esteja inhabilitado para elle, e que a inhabilitação póde proceder de molestia incuravel que se opponha ao exercicio do emprego, ou de idade tão avançada, que determine o estado de decrepitude, e portanto igual impossibilidade de prestar-se ao serviço ;

Considerando que nem está provado que o petionario soffra alguma molestia nas circumstancias ditas, nem que seja de uma idade tal, que deva justificar a concessão da aposentaria ;

Considerando que faltão no processo as notas reservadas da Thesouraria sobre o procedimento e serviços extraordinarios do petionario (Circular n.º 23 de 2 de Março de 1861), para se reconhecer e apreciar a importancia dos serviços por elle prestados, e se é merecedor portanto da aposentadoria ;

Devolve ao Sr. Inspector o referido requerimento para que mande, nos termos das disposições em vigor, intimar a parte para provar os quesitos, cuja prova á ella pertence, cumprindo o Sr. Inspector exactamente quando houver de reenviar os papeis ao Thesouro, o disposto na citada Circular de 1861.

Zacarias de Góes e Vascóncellos.

N. 580.—MARINHA.—AVISO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1866.

Declara o que se deve praticar a respeito dos Aprendizes Artífices que se ausentarem.

N. 681.—3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1866.

Illm. e Exm. Sr. — Solvendo a duvida proposta pelo Commandante da Companhia de Aprendizes Artífices desse Arsenal no officio sobre que V. Ex. informou em 5 do corrente, declaro a V. Ex., para o fazer constar ao dito Commandante, que o prazo de espera para a apresentação do Aprendiz que se ausentar deve ser de oito dias no caso de ausencia sem licença, e de trinta se fôr por excesso desta, como se pratica a respeito das praças de marinhagem e dos Corpos de Marinha, em virtude da Provisão do Conselho Supremo Militar de 23 de Outubro de 1849, publicada em Ordem Geral do Quartel General da Marinha, n.º 48, de 2 de Novembro do mesmo anno, sendo considerada aberta a vaga sómente no fim dos referidos prazos; cumprindo, portanto, que fiquem addidos, para entrarem nas primeiras vagas, aquelles que se apresentarem depois, e sejam transferidos para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, nos termos do art. 46 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 2645, de 24 de Julho de 1860, os que forem capturados.

Deus Guarde a V. Ex. — *Affonso Celso de Assis Figueiredo.* — Sr. Chefe de Divisão Inspector do Arsenal de Marinha da Côrte.

ADDITAMENTO.

ADDITAMENTO ÀS DECISÕES DO GOVERNO.

N. 4.—FAZENDA.—EM 26 DE OUTUBRO DE 1866.

Instrucções para a liquidação da divida activa em atrazo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista regular a liquidação em atrazo da nossa divida activa de impostos, e a retribuição deste trabalho, ordena que se observem as seguintes Instrucções:

1.º A divida de impostos lançados do Municipio da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, será liquidada na fórma das Instrucções annexas ao Decreto n.º 2354 de 16 de Fevereiro de 1859, confrontando-se os talões ou livros de receita com os lançamentos e com registro dos valores entregues aos Recebedores.

2.º A liquidação se fará por secções do lançamento e por impostos, e começará do anno mais remoto até o mais moderno, exceptuadas tão sómente as dividas que constão de lançamentos de mais de trinta annos.

3.º Este trabalho será desempenhado fóra das horas do expediente pelos Empregados do Thesouro que o Ministro da Fazenda designar.

4.º Para cada liquidação designará o Contador um liquidador, um revisor, e ambos ficarão immediatamente responsaveis pelos erros e omissões que commetterem, de que resulte prejuizo á Fazenda ou ás partes.

5.º O liquidador, depois de feitos os exames e confrontações competentes e tomados os apontamentos, que julgar necesarios para o relatorio da conta e esclarecimento de quaesquer duvidas, extrahirá as certidões dos devedores na mesma ordem, em que estiverem descriptos no lançamento, e as entregará ao Contador, bem como os livros, afim de passarem ao revisor.

6.º Procedendo o revisor por sua vez á liquidação pelo modo acima indicado, no caso de achar exacto o trabalho do liquidador, classificará as certidões pela ordem alphabetica, e organizará a relação dos devedores na mesma ordem, declarando o nome e residencia do devedor, o exercicio ou semestre a que pertencer o imposto, a importancia deste e a multa se houver, conforme o modelo n.º 4. Esta relação será datada e assignada pelo liquidador e revisor.

7.º Se, porém, o revisor encontrar differenças, procederá á conferencia com o liquidador, e não extrahirá a relação sem a correcção prévia de quaesquer erros e omissões.

8.º Os devedores dos Municipios da Provincia do Rio de Janeiro serão relacionados por impostos, mencionando-se o folio da conta, o nome do collectado, a importancia da divida e os exercicios a que pertencer, conforme o modelo n.º 2.º; devendo comprehender-se em uma só certidão a divida de identica origem de diferentes exercicios e do mesmo collectado, com a discriminação porém dos exercicios.

9.º Concluida uma liquidação serão apresentadas ao Contador a relação e certidões acompanhadas do relatorio, expondo as irregularidades ou abusos encontrados nos lançamentos ou nos livros de receita, na fórma do paragrapho unico do art. 5.º das Instruções de 16 de Fevereiro de 1839, a fim de serem submettidos ao conhecimento e deliberação superior.

10. As relações dos devedores serão escriptas em papel de um só formato, preparado com as columnas e declarações convenientes, para servirem de

registro das certidões, em substituição das contas correntes.

11. As certidões terão a mesma data das relações, para facilitar-se o exame de qualquer duvida na cobrança da divida.

12. A medida que forem apresentadas as liquidações, a 3.^a Contadoria convidará os contribuintes por annuncios nos jornaes de maior circulação a virem satisfazer seus debitos amigavelmente no prazo de trinta dias a contar da data dos ditos annuncios, findo o qual as certidões serão logo remetidas ao Juizo dos Feitos.

13. Quando algum collectado solicitar guia para pagamento de imposto, cujo lançamento esteja em liquidação, devera o Empregado da 3.^a Contadoria, incumbido do expediente, tomar logo nota e passal-a ao que tiver a seu cargo a mesma liquidação, a fim de que este apresente impreterivelmente na 3.^a Contadoria no dia seguinte a guia do estylo para pagamento, ou a declaração de estar quite o collectado.

14. Os empregados serão gratificados na razão do tempo que se presumir necessario para a liquidação dos impostos de um exercicio, a saber :

MUNICIPIO DA CÔRTE.

Recebedoria.

Decima urbana, quarentá dias cada secção.

Dita de legua, vinte » » »

Dita adicional, cinco » » »

Imposto d'aguardente, vinte » » »

Dito sobre lojas, cincoenta dias a 1.^a secção e sessenta dias da 2.^a á 5.^a secção.

Dito especial sobre móveis, etc., quatro dias.

Dito sobre carros, etc., sessenta dias.

Salario de africanos livres, trinta dias

Taxa de escravos, sessenta dias cada secção.

MUNICIPIOS DO RIO DE JANEIRO.

Mesas de Rendas e Collecatorias.

Araruama, Barra de S. João, Capivary, Nova Friburgo, Rio Claro, Saquarema e Santa Maria Magdalena, dois dias cada uma.

Itaguahy, Mangaratiba, Cantagallo, Maricá, Petrópolis e Rio Bonito, tres dias cada uma.

Barra Mansa, Estrella, Itaborahy, Parahyba do Sul, Pirahy, Santo Antonio de Sá e S. João do Principe, quatro dias cada uma.

Paraty, S. João da Barra, Iguassú, Rezende, S. Fidelis e Vassouras, cinco dias cada uma.

Magé, seis dias ; Valença, sete dias ; Angra dos Reis e Macahé, oito dias cada uma ; Cabo Frio doze dias ; Campos, vinte dias ; Nictheroy, trinta dias.

45. Por dia de trabalho na fórma acima indicada vencerão o liquidador e revisor 4\$500, pagos em partes iguaes, depois que forem definitivamente entregues ao Contador os livros, relatorio, relação e certidões. O mesmo Contador mandará reforinar o trabalho que não estiver conforme ás presentes instrucções, sem gratificação alguma.

46. Pela assignatura das certidões que se remetterem para o Juizo, perceberá o Contador como gratificação 4\$500 por serie de 4.000.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



CATALOGO

DAS

obras que se achão á venda na typographia nacional.

Apontamentos extrahidos do relatorio de Mr. J. Quincy Adams, sobre presos e medidas dos Estados-Unidos, por F. C. da S. T.—1833.....	500
Appliação da algebra á geometria, ou geometria analytica, segundo o systema de Lacroix, redigido para uso da escola militar, por José Saturnino da Costa Pereira, senador do imperio, e lente da mesma escola.—1842.....	2\$000
Artigos de guerra.....	500
Codigo commercial do imperio do Brasil. (Lei n.º 556 de 25 de Junho de 1850.).....	2\$000
Collecção das leis e decisões dos annos de	
1834—em 1 vol.....	3\$200
1835—em 2 vols.....	4\$000
1836—em 1 vol.....	3\$600
1837—em 1 vol.....	3\$000
1838—em 1 vol.....	2\$300
1839—em 1 vol.....	1\$400
1840—em 1 vol.....	2\$000
1841—em 1 vol.....	1\$900
1842—em 1 vol.....	3\$500
1843—em 1 vol.....	2\$500
1844—em 1 vol.....	2\$800
1845—em 1 vol.....	2\$300
1846—em 1 vol.....	2\$600
1847—em 1 vol.....	2\$600
1848—em 1 vol.....	1\$800
1849—em 1 vol.....	3\$400
1850—em 2 vols.....	5\$800
1851—em 2 vols.....	5\$100
1852—em 2 vols.....	5\$200
1853—em 2 vols.....	4\$600
1854—em 2 vols.....	5\$100
1855—em 2 vols.....	6\$600
1856—em 2 vols.....	5\$300
1857—em 2 vols.....	5\$600
1858—em 2 vols.....	6\$600
1859—em 2 vols.....	5\$500
1860—em 3 vols.....	10\$000
1861—em 2 vols.....	5\$500
1862—em 2 vols.....	5\$500
1863—em 2 vols.....	5\$600
1864—em 2 vols.....	5\$500
1865—em 2 vols.....	7\$500

Collecção de leis patrias para uso dos jurados no imperio do Brasil. — 1836.	1\$000
Collecção de leis, providões, decisões, circulares, portarias, ordens, officios e avisos sobre terrenos de marinhãs, colhidos e ordenados pelo capitão de engenheiros Pedro Moreira da Costa Lima, director do 2.º districto das obras municipaes da corte e inspector de marinhãs. (De 4 de Dezembro de 1678 ao 1.º de Julho de 1860). — 1860.	1\$000
A mesma, additãda. (Até 6 de Dezembro de 1865). — 1865.	1\$000
Compendio da historia antiga, por Cayx e Poisson, adoptado pelo conselho real da universidade de Paris, para o ensino dos collegios reaes e outros estabelecimentos da instrucção publica, mandado traduzir e adoptado para uso dos alumnos do imperial collegio de Pedro II. — 1840.	3\$000
Compendio da historia romana, por De Rozoir e Dumont, adoptado pelo conselho real da universidade de Paris, para o ensino dos collegios reaes e outros estabelecimentos de instrucção publica, mandado traduzir e adoptado para uso dos alumnos do imperial collegio de Pedro II. — 1840.	3\$000
Complemento dos elementos de algebra de Lacroix, postos em linguagem para uso dos alumnos da real academia militar desta corte. — 1813.	3\$000
Constituição moral e deveres do cidadão. Com exposição da moral publica, conforme o espirito da constituição do imperio, por José da Silva Lisboa. — 1824.	6\$000
Constituição politica do imperio do Brasil. (Carta de lei de 25 de Março de 1824.).	500
Contestação da historia e censura de Mr. Pradt sobre successos do Brasil, pelo Barão de Cayrú. — 1825.	500
Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos proprios para muitos usos da sociedade, e supprir a falta do canhamo; indagadas de ordem do principe regente nòssô senhor, por Manoel Arruda da Camara, doutor em medicina. — 1810.	500
Elementos de astronomia para uso dos alumnos da academia real militar, ordenado por Manoel Ferreira de Araujo Guimaraes, sargento-mór do real corpo de engenheiros e lente do quarto anno da referida academia. — 1714.	3\$000
Elementos de mecanica, redigidos para uso da escola militar por José Saturnino da Costa Pereira, senador do imperio e lente da mesma escola. — 1842.	4\$000
Ensaio sobre o processo civil por meio de jurados e juizes de direito. — 1835.	1\$000
Ephemerides do imperial observatorio astronomico para o anno de 1862.	3\$000

Epitome historiz sacrae, auctore C. F. Lhomond. Notissae selectae illustravit Dr. A. Castro Lopes. —1854.....	500
Escola do lanceiro ou instrucção para os corpos de lanceiros sobre o exercicio, manejos e manobras de lança	500
Estudos do bem commum e economia politica, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do estado, por José da Silva Lisboa do conselho de Sua Magestade, deputado da real junta do commercio, desembargador da casa da supplicação do reino do Brasil. —1820.....	58000
Exercicio de bayoneta. —1853.....	500
Explorations scientifiques du Brésil. —Hydrographie du Haut-San-Francisco et du Rio das Velhas, ou resultats au point de vue hydrographique d'un voyage effectué dans la province de Minas Geraes, por Emm. Liats. Ouvrage publié par ordre du gouvernement du Brésil et accompagné de cartes levées par l'auteur avec la collaboration de MM. Eduardo José de Moraes et Ladisláo de Souza Mello Netto. — 1865.....	128000
Geologia elemental applicada á agricultura e industria, com um dictionario dos termos geologicos, ou manual de geologia. Por Nereo Boubée, professor em Paris. Traduzido da 4. ^a edição. — 1846.....	24500
Influencia da divida publica sobre a prosperidade das nações, por M. B. Traduzido do inglez de ordem do Ilm. e Exm. Sr. Manoel do Nascimento Castro e Silva, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, presidente do tribunal do thesouro publico nacional, etc., etc., etc., por A. J. da S. — 1835.....	4500
Instrucção para a manobra da bomba e da escada de gancho, para o emprego do sacco e dos nós de salvacão, apresentado ao Ilm. e Exm. Sr. conselheiro João Luis Vieira Cansanção de Sinimbu, ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, e approvada pelo seu successor o Exm. Sr. marechal de campo conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde. Por Juvencio Manoel Cabral de Menezes, major de engenheiro e director geral do corpo de bombeiros. —1863.....	4800
Instrucções sobre o tiro, contendo as regras do tiro de diferentes armas portateis com balas esphericas; traduzidas do francez por ordem do Ilm. Exm. Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra. —1853.....	14000
Lições elementares de optica para uso da escola militar do Rio de Janeiro, redigidas	

por José Saturnino da Costa Pereira, senador do imperio e lente da mesma escola.—1841.....	1\$000
Lições elementares de physica segundo o programma do estudo do collegio de Pedro II, de 1856, para uso dos alumnos do mesmo collegio.—1856.....	1\$000
Machinas (as) de vapor explicadas familiarmente; com um esboço historico de sua invenção e progressivos melhoramentos; suas applicações á navegação, etc., etc., pelo Rev. Dionizio Lardnez, seguido de addições e notas por James Renwich. Tradução feita sobre a 3.ª edição americana por C. B. Ottoni.—1846.....	2\$000
Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da cõrte do Brasil a respeito do governo das provincias unidas do Rio da Prata, e dos motivos que a obrigáráo a declarar a guerra ao referido governo.—1825.....	2\$000
Manual do empregado de fazenda. Collecção dos actos legislativos e executivos expedidos pelo ministerio da fazenda em 1865. Publicação annua, por Augusto Frederico Colin, primeiro official, chefe de secção da secretaria de estado dos negocios da fazenda. Tomo 1.º —1866.....	2\$400
Mappa do sul do imperio do Brasil e paizes limitrophes, organizado segundo os trabalhos mais recentes por ordem de S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Francisco de Paula e Souza, ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, pelos engenheiros civis H. L. dos Santos Werneck e C. Krauss.—1865.....	1\$000
O mesmo, colorido	2\$500
Memoria da origem, progressos e decadencia do quinto do ouro na provincia de Minas Geraes, por José Antonio da Silva Maia.—1827.....	500
Memoria economica sobre a plantação, cultura e preparação do chá. Escripta por Fr. Leandro do Sacramento, licenciado em phylosophia pela universidade de Coimbra, professor de botanica e agricultura na muito leal, nobre cidade e cõrte do Rio de Janeiro, director dos imperiaes jardins do passeio publico da cõrte e botanico da lagõa de Rodrigo de Freitas, socio correspondente das academias real das sciencias de Munich, da orthicultural de Londres, da sociedade real de agricultura e botanica de Gand, e do instituto columbiano.—1825.....	1\$000
Memoria economica sobre a raça de gado lanigero da capital do Ceará. Com os meios de organizar os seus rebanhos por principios ruraes, aperfeiçoar a especie actual de suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas e das suas lãs em utili-	

dade geral do commercio do Brasil e prosperidade da mesma capitania, escripta e offerecida ao principe regente nosso senhor pelo tenente coronel João da Silva Feijó, naturalista da mesma capitania e socio correspondente da real academia das sciencias de Lisboa.—1811.....	500
Memoria estatistica da provincia de Goyaz, dividida pelos julgados de suas duas camaras e na fórma do elencho enviado pela secretaria do imperio; escripta por determinação do Exm. conselho administrativo da provincia, e conforme as informações que se receberão dos diferentes julgados.—1832.....	1\$000
Memoria sobre a cauella do Rio de Janeiro, offerecida ao principe do Brasil nosso senhor pelo senado da camara da mesma cidade no anno de 1798.—1809.....	500
Memoria sobre o credito em geral, operações de credito e caixas de amortização e suas fuuncções; com uma exposição exacta das operações e expediente da caixa de amortização do imperio do Brasil, por F. C. S. T., inspector geral da mesma caixa.—1832.	500
Memoria sobre o gaz illuminante extrahido do carvão de pedra, ou de materias gordurosas, por Miguel de Frias e Vasconcellos, tenente coronel de engenheiros, e membro correspondente do instituto historico e geographico brasileiro.—1847.....	500
Memoria sobre as principaes causas por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas provincias, offerecida ao principe imperial por B. J. G.—Plano da regeneração do Brasil.—1822.....	1\$000
Memoria sobre a viagem do porto de Santos á cidade de Cuyabá, organizada e offerecida a S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, por Luiz de Alincourt, sargento mór engenheiro.. Cuyabá, 1825.—1830.....	1\$500
Metallurgia .—Compendio para uso da 2. ^a cadeira do 6. ^o anno da escola militar.—1848.....	2\$000
Montanhística ou arte de minerar.—Compendio para uso da 2. ^a cadeira do 6. ^o anno da escola militar.—1848.....	\$800
Pequeno cathecismo historico, contendo em compendio a historia sagrada e doutrina christãa, composto em francez pelo Abbade Fleury, e traduzido em portuguez, de ordem do governo imperial, por Joaquim José da Silveira, director da escola de primeiras letras da côrte e seu municipio. Para uso das mesmas escolas.—1856.....	1\$000
Proposta e relatorio do ministerio da fazenda, apresentado á assembléa geral le-	

gislative na 4. ^a sessão da decima legisla- tura. —1860.....	2\$000
Programma do ensino do imperial collegio de Pedro II para o anno lectivo de 1861.	18000
de 1862.....	13000
de 1863.....	18000
de 1865.....	18000
Regimento provisional para o serviço e disciplina dos navios da armada real, que por ordem de Sua Magestade deve servir de regulamento aos commandantes da esqua- dra e navios da mesma senhora. Novamente reimpresso por ordem de Sua Magestade o Imperador. —1835.....	18000
Regulamento das alfandegas e mesas de rendas. (Decreto n.º 2647 de 19 de Setem- bro de 1860.) —1860.....	2\$500
Regulamento das alfandegas e mesas de rendas annotado com todas as leis, de- cretos e decisões do governo que o tem alterado e explicado desde a sua publica- ção até Dezembro de 1865 e com as dispo- sições anteriores que ainda se achão em vigor, remontando ao regulamento de 22 de Ju- nho de 1836, por Eleuterio Augusto de Attahyde, bacharel em direito, official do contentioso do thesouro nacional. —1866.	4\$000
Regulamento do credito real. (Decreto n.º 3471 de 3 de Junho de 1865.) —1865.....	400
Regulamento para a disciplina e exercicio dos regimentos de cavallaria do exercito de S. A. R. o principe regente do reino unido de Portugal, Brasil e Algarve, e para as obrigações e serviço particular dos officiaes, officiaes inferiores e soldados, feito por ordem do mesmo senhor pelo marechal general Marquez do Campo Maior, lord Beresford, commandante em chefe do exercito de Portugal. —1852.....	3\$000
Regulamento das hypothecas. (Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864 e decreto n.º 3453 de 26 de Abril de 1865.) —1865....	2\$000
Regulamento do imposto do sello e de sua arrecadação. (Decreto n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860.) —1860.....	18000
Regulamento da junta de hygiene publica. (Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851 e outros, e diversas decisões a respei- to.) —1863.....	18000
Regulamentos para a ordem do juizo no processo commercial para os tribunaes do commerce e para o processo das quebras. (Decretos n.ºs 737 e 738 de 25 de Novembro de 1856.) —1850.....	1\$500
Relatorio da commissão encarregada pelo governo imperial, por avisos do 1.º de Ou- tubro e 28 de Dezembro de 1864, de proce- der a um inquerito sobre as causas prin- cipaes e accidentaes da crise do mez de Setembro do mesmo anno. —1865.....	2\$000
Relatorio sobre o melhoramento de pesos	

\$000	e medidas e monetario, apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Candido José de Araujo Vianna, ministro e secretario de estado da repartição da fazenda, pela comissão para este fim nomeada por decreto de 9 de Janeiro de 1833.—1834.....	2\$000
000	Relatorio da comissão de inquerito na alfandega da corte sobre as censuras e accusações feitas á administração da mesma alfandega na camara dos deputados e na imprensa em o anno de 1862, com a collecção chronologica dos documentos relativos aos factos censurados.—1862	1\$500
000	Relatorio que devia ser presente á assembléa geral legislativa na 2. ^a sessão da 11. ^a legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas Pedro de Alcantara Bellegarde. Acompanhado do relatorio apresentado ao mesmo ministro aos 12 de Março de 1863, pelo director da directoria de obras publicas e navegação Manoel da Cunha Galvão.—1853.....	4\$000
00	Relatorio da comissão de inquerito nomeada por aviso do ministerio da fazenda de 10 de Outubro de 1859. (Sobre varios pontos em relação ao meio circulante.)..	4\$000
00	Relatorio da exposição internacional de 1862, apresentado a Sua Magestade o Imperador pelo conselheiro Carvalho Moreira, presidente da comissão brasileira. (Um volume ricamente encadernado, acompanhado de um atlas dos desenhos a que se refere.)—1863	15\$000
10	Relatorio geral da exposição nacional de 1861 e relatorios dos juries especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Acompanhado dos documentos officiaes e catalogos.—1862.....	5\$000
10	Relatorio sobre o melhoramento do meio circulante, apresentado á assembléa geral legislativa pelo ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda em a sessão extraordinaria de 1833.....	1\$000
0	Repertorio ou indice alphabetico da reforma hypothecaria, esobre sociedades de credito real. (Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864 e decretos n.ºs 3453 de 26 de Abril e 3471 de 3 de Junho de 1865.) Por A. M. Perdigão Malheiro.—1865.....	3\$000
0	Riqueza do Brasil em madeiras de construcção e carpintaria. Offerecido a S. M. Imperial por Balthazar da Silva Lisboa.—1823.....	500
0	Sophismas anarchicos. Exame critico das diversas declarações dos direitos do homem e do cidadão, por Mr. Bentham. Traduzido em linguagem e offerecido á assem-	

blea geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil, por R. P. B.—1823.....	500
Systema de instrucção para a infantaria ligeira. Offerecido aos novos officiaes do exercito por Bernardo Antonio Zagalo, coronel de infantaria.—1850.....	28000
Systema metrico. Tabellas para a conversão das medidas metricas nas que lhes correspondem no systema usual de pesos e medidas do Brasil, e vice-versa.—1866....	8400
Tarifa das alfandegas do imperio do Brasil. (Decreto n.º 2684 de 3 de Novembro de 1860.)—1860.....	58000
Tarifa da estrada de ferro de D. Pedro II. (Decreto n.º 3048 de 3 de Fevereiro de 1863.)—1863.....	18000
Theoria das machinas de vapor, acompanhada da descripção de cada parte; e da exposição das principaes circumstancias e resultados praticos relativos á sua construcção e direcção; á economia do combustivel; dos meios de evitar explosões, etc., etc., etc.—1844.....	28000
Tratado elementar de physica, pelo abbade Ilauy, conego honorario da igreja metropolitana de Paris, membro da legião de honra, do instituto das sciencias e artes; professor de mineralogia no muscu de historia natural; da academia real das sciencias, e da sociedade dos indagadores da natureza, de Berlin, da universidade imperial de Wilna; da sociedade de mineralogia de Jena; da sociedade italiana das sciencias; da sociedade batava das sciencias de Harlem, etc. Segunda edição. Revista e consideravelmente augmentada. Traduzida em vulgar. Tomo 1.º.—1810.....	28000
Tratado de navegação, por Mr. C. F. Fournier. Correcto e accommodado para uso da companhia de guardas marinhas, por Francisco Miguel Pires, lente de astronomia e navegação, capitão de mar e guerra da armada nacional e imperial.—1846.....	78000
Tratado sobre a salga da carne e da manteiga na Irlanda, e do modo de corar ao fumo a carne de vacca em Hamburgo. Traduzido do dinamarquez por T. C. Bruun Neergaard, gentil homem da camara do rei de Dinamarca, e membro de diversas sociedades scientificas. Paris, 1821. Traduzido do francez por um brasileiro. Paris, 1823.—1824.....	500
Tratado de trigonometria, por A. M. Legendre.—1809.....	18000
Tratado de trigonometria espherica, por Francisco Miguel Pires, lente de astronomia e navegação, capitão de mar e guerra da armada nacional e imperial.—1866.....	18000